HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 4

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 4
Ceará

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado revanchismo.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: *O último secretário*. Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado tem

sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

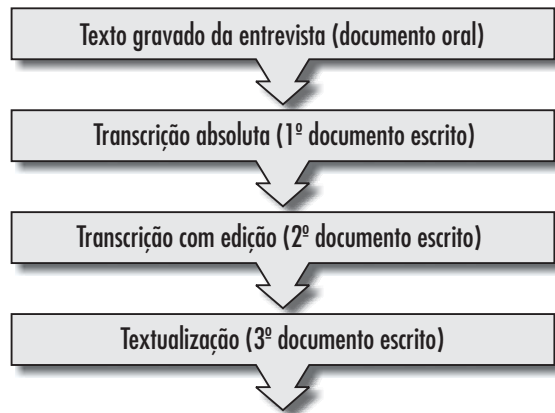
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

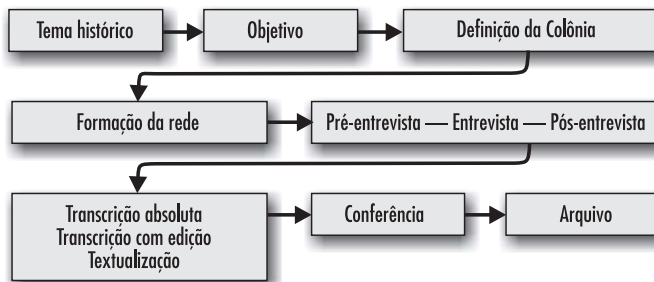
A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Domingos Miguel Antonio Gazzineo

- Natural da Cidade de Manaus–AM.
- Dentre as principais funções militares exercidas, destacam-se: Comandante da 6ª Companhia de Fronteira, Guajará-Mirim–RO; instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Comandante do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília; Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Oeste, Campo Grande–MS; Comandante da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada, Natal–RN; Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial; Comandante da 10ª Região Militar, Fortaleza–CE; Chefe do Departamento Geral de Pessoal (DGP); e Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP).
- Possui todos os cursos regulares do Exército. Realizou curso de Administração da Escola Superior de Guerra do Peru, em 1975/1976. Formado em Administração pela Faculdade Moraes Júnior.
- Em 1964, na eclosão da Revolução, era capitão, aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), na Vila Militar do Rio de Janeiro.

Entrevista realizada em 1º de junho de 2000.

Inicialmente, expresso a minha satisfação em participar deste Projeto de História Oral. Em segundo lugar, agradeço pela oportunidade e pela inteligência de um Projeto que irá cobrir algumas lacunas, principalmente na comunicação com a juventude que, hoje, atraída pela mídia eletrônica, dificilmente lê os escritos existentes. No que diz respeito à Revolução de 31 de Março, existe também uma falha: há uma literatura vasta, um registro muito rico anterior à Revolução. Mas persiste um vácuo, pertinente à época dos governos militares.

Acredito que o Projeto permitirá aos jovens, hoje conduzidos por idéias distorcidas a respeito da Revolução, conhecerem-na de forma mais simples, de maneira mais confortável, através de entrevistas, de gravações, onde poderemos externar um pouco da nossa emoção. Pois bem, como tenente e capitão, participamos daquela fase anterior à Revolução, época de verdadeira ebulição que aconteceu no Brasil. E a Revolução era um ideal que acalentávamos, a fim de mudar o panorama existente até então.

Explorando os antecedentes mais remotos, gostaria de fixar minha posição. Fui um garoto que cresceu na Amazônia, em Manaus, cidade em que se vivia com dificuldade. Passei a guerra lá; os navios não chegavam, com receio da ameaça de torpedeamento, que era real. Filho de imigrantes italianos, sofri muito no colégio por este fato, mas o amor ao Brasil era maior do que tudo, inclusive para meu velho pai, já falecido, que, embora nascido na Itália, considerava-se brasileiro. Vivíamos a Segunda Guerra Mundial e, como criança, mesmo adolescente, não possuía, ainda, um pensamento político, entendimento sobre fatos políticos. Vivíamos sob a ditadura de Getúlio Vargas, o grande chefe a quem ninguém contestava. Eu não tinha, por exemplo, idéia de conturbação política. Todos os esforços, na minha adolescência, todas as energias, estavam voltados para a Segunda Grande Guerra, na qual o Brasil tomou parte, com bastante mérito. Participávamos, inclusive, com entusiasmo, de campanhas para angariar ou para recolher aquelas sucatas que tivessem alguma utilidade.

Não conhecia, não tinha idéia da problemática política interna do Brasil. Acredito que fosse normal na juventude, não sei a de hoje se ainda é assim; pode, talvez, ser um pouco mais engajada. Como aluno da Escola Preparatória de Fortaleza e, depois, como cadete, também ficávamos alheios às coisas políticas. Quando digo política, não me refiro à política partidária, mas à Política com "P" maiúsculo. Permanecíamos muito voltados para os assuntos próprios da nossa profissão, procurando aprender bem as lições, não só do ensino fundamental, como do ensino militar. Era aquele entusiasmo pela nossa arma, pela Infantaria, querendo conhecer cada armamento. Assim, nos distanciamos um pouco dos pro-

blemas políticos, vividos depois da guerra: a queda de Getúlio, o Governo Dutra etc. O fato é que saí da Academia Militar sem uma noção maior desse embate político. Aspirantes, começamos no 3º RI, em Niterói, a tomar conhecimento dos problemas nacionais, do Governo Getúlio Vargas – já não mais como ditador, mas como Presidente eleito – e daquele "mar de lama" de que falava Carlos Lacerda. Como aspirantes, estávamos, sem dúvida, muito voltados para ministrar a instrução, para acompanhar a vida do soldado. Mas não podíamos ficar alheios, porque até o nosso Regimento se envolvia na conjuntura política de então.

Um fato interessante foi a passagem de comando do 3º RI, à noite, às 21h, porque o nosso Comandante foi designado, às pressas, Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, naquela crise forte de Getúlio Vargas. Aspirantes não nos ligávamos muito, mas ouvíamos, de alguns capitães, quem estava de um lado, quem estava do outro, do lado do Getúlio ou do lado do Carlos Lacerda. Por isso, é interessante que, neste tipo de entrevista, a gente tente examinar esses fatos. Pois bem, na véspera da morte de Getúlio Vargas, o nosso Regimento recebeu a missão de atravessar a baía para o Rio de Janeiro, em cuja entrada havia um navio da Marinha, um destróier. Se tentássemos cruzar a baía na barca da cantareira – a Marinha estava numa posição divergente da do comando do Exército, que se inclinava mais para o lado do Getúlio – fatalmente não iríamos conseguir. Vivíamos de prontidão, durante alguns meses, quase todo dia, o que nos levava a tomar conhecimento dos problemas políticos correntes. Na véspera da morte de Getúlio, recordo-me de que o meu entrevistador, levantada a prontidão, tinha ido a uma festa. Encontrava-me de serviço e chegou a hora "H", hora de agir. Como avisá-lo? Mas sabíamos onde ele estava – se não me engano, no Icaraí Clube – mandamos apanhá-lo. Ora, como o Regimento vivia entrando e saindo de prontidão, aquilo já assumia ares de galhofa. Naquele dia, dada a ordem para colocar o Regimento "sobre rodas", levou-se tudo na brincadeira, e o pessoal não acreditou. Porém, distribuída a munição, o silêncio foi total: todo mundo ficou ciente de que a coisa era séria mesmo. Entretanto, na última hora, com o suicídio de Getúlio, veio uma contra-ordem e o Regimento não se deslocou. Está claro que, naquela época, já víamos algumas dissensões pessoais, um era a favor; outro, contra. Assim, começamos a tomar conhecimento e participar das coisas políticas do Brasil, além de nossa profissão.

Depois, dessa turbulência, vida que segue, chegamos aos 11 e 21 de novembro de 1955, quando o Brasil "volta aos quadros constitucionais vigentes", de acordo com o General Lott, então Ministro da Guerra. Era o início de mais um "movimento". O General Lott "impediu" o Presidente Carlos Luz e, com isso, co-

meçamos, novamente, a tomar posições políticas: Sou deste lado ou sou do outro? Sou a favor? É correto pensar assim? Não devo pensar assim? Assistíamos surpresos a um engajamento partidário do General Lott, que era o Ministro da Guerra. Mais tarde, a espada de ouro que recebeu dos políticos fê-lo pender um pouco para a esquerda, embora se tratasse de um militar correto, um dos grandes chefes que o Exército já possuiu. Acabou envolvido, naquele roldão político, ao receber a tal espada de ouro e as manifestações de apoio dos "pelegos" e do pessoal de esquerda. Confesso que, naquela época, sob o dilema de votar em Jânio Quadros ou votar em Lott, acabei sufragando Jânio, que era uma grande esperança, o que desejávamos, alguém que varresse, como a propaganda dizia, a corrupção. Embora sem engajamento político-partidário nessa luta, estávamos inclinados para o lado do Jânio Quadros. Estou falando de coisas remotas só para fixar que, a partir daí, gradativamente, passamos a nos enredar no embate político e a pugnar pelas idéias próprias: sou assim, penso assim, sou contra isso, sou a favor daquilo.

Depois, veio a renúncia de Jânio Quadros. Nessa época, servia na fronteira. Ouvia-se uma estação de rádio gaúcha, transmitindo a Voz da Legalidade, de Leonel Brizola. Uns poucos foram influenciados por aquela pregação, o que nos consternou bastante, porque dividia as Forças Armadas. Enquanto o III Exército colocava-se a favor de João Goulart, outros grandes comandos punham-se contra a sua assunção ao Governo. João Goulart já possuía um passado duvidoso, não digo subversivo, mas de muito engajamento na área dos pelegos e dos sindicatos. Então, podíamos antever: quando os chefes militares tentassem impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart, após renúncia do Jânio Quadros, ocorreriam problemas. Aquela forma de intervir seria uma tentativa de evitar problemas futuros. Aliás, exatamente, o que viria acontecer.

O Governo de João Goulart, inicialmente com "o pulo do gato" do parlamentarismo, perdeu um pouco da sua força. Mas não funcionou bem, porque o Primeiro-Ministro, Tancredo Neves era muito ligado a João Goulart, o que proporcionava séria instabilidade política. A área econômico-financeira, enfraquecida, acarretou uma inflação violenta. A subversão ocorria em todas as áreas: eram greves e mais greves, comícios e perturbações, até um pouco parecido com o que está acontecendo hoje. O fato é que presenciávamos, naquela época, o Governo ser invadido, nos postos-chave, por elementos nitidamente comunistas. Associavam-se os problemas de ordem político-institucional, a convulsão social, a derrocada econômica, acarretando preocupação e, às vezes, pânico.

Veio a campanha do plebiscito para acabar com o parlamentarismo. Naquela ocasião, estava em Fortaleza, servindo no 23º BC, e me lembro do Comandante

da Região, que tendia a participar da campanha do plebiscito, o que chocava e gerava um descontentamento muito grande no seio da oficialidade. Através do plebiscito, voltamos ao presidencialismo e Jango assumiu o controle das forças políticas e sindicais com todos os sectários de Leonel Brizola e de outras lideranças especiais. Desta forma, as pressões chegaram a um estágio tal que nos forçavam a assumir uma posição. Lembro-me do General Castello Branco, como Comandante do IV Exército, que reuniu toda a oficialidade no auditório do antigo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), atual Companhia de Guardas. Ao pessoal, um pouco afoito, que pretendia tomar alguma atitude, ele dizia: "Somos um País democrático, temos uma Constituição e não podemos revogá-la, a não ser que haja algo muito grave e tenhamos que agir para prevenir um mal maior". Quis até prender um capitão, cujo nome, por questão de ética, não devo revelar, que se levantou e disse algo um tanto inconveniente. Mas o General Castello Branco estava ali servindo de bombeiro. Não era hora de fazermos nada, tínhamos que ficar calmos, tranqüilos.

Depois o estado de coisas foi se agravando e piorou com a revolta dos sargentos, em Brasília, em julho de 1963. Essa fase pré-revolucionária, em Fortaleza, foi bastante agitada. Havi, um chefe, que admiro muito, o então Coronel Hélio Lemos, Comandante do 10º GO 105, que era revolucionário e líder. Ele conduzia o pessoal, e se fazia respeitar por todos. Chegou a ser preso, punição que cumpriu na Unidade em que eu servia, no 23º BC. E nós, os oficiais, fomos recebê-lo à porta. A oficialidade vivia fazendo-lhe visitas. Ao término da sua prisão, foi homenageado pela sociedade, comovida pelos mesmos ideais democráticos. O Iate Clube ofereceu um coquetel em desagravo ao Coronel Hélio Lemos. Lembro-me de que, proposto para comandar a Companhia de Guardas, naquela época aquartelada na praia, fui chamado e advertido: "Se você for a esse desagravo, poderá perder o comando!" Paciência, vou perder o comando, mas vou. E fomos. Realmente, não comandei. Talvez nem tenha sido por isso, porque, logo em seguida, fui para a EsAO. Era esse o clima que existia aqui em Fortaleza: militares e civis, todo mundo ansiando por alguma coisa.

No Ceará, o Governador Virgílio Távora, coronel da reserva remunerada do nosso Exército, que mantinha ligações com o Presidente João Goulart, pois fora seu ministro, adotava uma posição de relativa discrição. Ainda hoje, muita gente diz alguma coisa do Virgílio Távora. No entanto, muito equilibrado, não pendeu nem para um lado nem para o outro, creio.

No final daquele conturbado 1963, matriculei-me na EsAO, o primeiro curso de apenas quatro meses de duração, sem a família. Alojados na Vila Militar,

quatro oficiais em cada apartamento, ocupei uma unidade no térreo, que dava frente para a Brigada Pára-quedista, juntamente com o capitães Frazão, Álvaro e Djacir. Aliás, naquele edifício só havia "arataca", nordestino, em especial, o cearense. O nosso saudoso Clésio, no último andar, o Jackson... Foi um período difícil, aula de manhã e à tarde; e, o pior, vivíamos numa situação financeira muito complicada. Precisávamos de dinheiro para deixar com a esposa e para sobrevivermos no Rio, e os vencimentos extremamente baixos. O Presidente João Goulart fazia alguns acenos para captar a simpatia, principalmente dos pára-quedistas, que recebiam financiamento para comprar carro, normalmente um Gordini, o carro apropriado do momento, o carro que se podia ter, desde que se estivesse do lado do governo. Mas vivíamos numa verdadeira miséria: sábado e domingo, de manhã, à tarde e à noite, íamos para o rancho da EsAO porque não tínhamos o recurso necessário para fazer um lanche na rua. Era, de fato, uma situação revoltante. Na Vila, também mantínhamos contatos com outros oficiais, todos numa angústia muito séria e determinados a fazer alguma coisa, mas sempre, contidos pelos chefes. Além disso, a EsAO obrigava-nos a uma dedicação muito grande, pois o curso nos exigia bastante. Mesmo assim, dávamos umas escapulidas para o Clube Militar, onde a efervescência era grande: reuniões, debates e tudo mais.

O comício da Central do Brasil, acompanhei pela televisão. Foi algo terrível, chamavam a gente de "gorila" e gritavam outros insultos que nos faziam estremecer de raiva. Do palanque, os dirigentes políticos – guardados por soldados da PE, o que era uma contradição – berravam, provocando, em nós, uma irritação cada vez maior. E para acirrar ainda mais os ânimos, deu-se o levante dos marinheiros, a gota d'água que mexeu no brio de nossa profissão, por afetar a disciplina. Vimos marinheiros amotinados, marinheiros tomando o seu líder, Almirante Aragão, nos braços, jogando-o alegremente para cima e, finalmente, lançando gente do navio, na água. Aquilo era a indisciplina total, ameaça frontal à Instituição. No dia 30 de março de 1964, eu, o Djacir, o Frazão e todos que estávamos engajados na luta contra a comunização do País, fomos para o Clube Militar e forçamos uma reunião de emergência. O presidente do Clube, o General Magessi, disse: "Só posso promover essa reunião se houver um pedido apoiado, estatutariamente, pelo número necessário de assinaturas". Então, fomos para a porta do Clube, na tentativa de colher a assinatura de cada um dos companheiros que adentravam as suas dependências. Assim conseguimos fazer a reunião e, em seguida, decidimos atravessar a Avenida Rio Branco, caminhando para o Clube Naval, que ficava do outro lado. Prestaríamos, assim, nossa solidariedade àqueles

companheiros de farda, pelo que estavam sofrendo. Quando saímos na Avenida Rio Branco, quantos civis, quantas mulheres que identificaram o Clube Militar nos que estavam ali, prorromperam: "Vocês não são homens? Olhem o que está acontecendo! Vocês não vão fazer nada?" Então, isso é uma prova de que não houve um movimento militar, mas uma atitude espontânea de apoio e solidariedade do civil, de todas as classes, à nossa iniciativa. Eram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e tantas outras manifestações a ocorrer, simultaneamente, que acabamos convencidos de que seria inevitável acontecer alguma coisa. No Clube Naval, um almirante velhinho, da reserva, fez um discurso extremamente inflamado, agradecendo e mostrando que a Marinha estava morrendo, estavam acabando com ela. Teve um enfarte nessa hora, foi tirado de lá carregado. Aquela sessão, com gente chorando, chorando de emoção, de revolta, foi, sem dúvida, o ponto crucial da Revolução, ainda no dia 30 de março de 1964. No final, chegou uma ordem para que voltássemos para a nossa Unidade.

Regressamos, então, para a EsAO, na certeza de que alguma coisa iria ocorrer. Havia confiança nos nossos chefes. O General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, baixara uma diretriz muito bem elaborada. Não pregava a Revolução, não pregava nenhuma ação, mas demonstrava claramente que o Exército não era guarda pretoriana; que o Exército não aplaudia porque não podia vaiar, nem se engajava com tal ou qual facção, mas estava pronto para cumprir a sua destinação constitucional de manter a lei e a ordem. Vivíamos, em nossos apartamentos, em clima de tensão, porque corria muita história, muito boato e o que ocupávamos dava a frente para a Brigada Pára-quedista. Dizia-se que os sargentos pára-quedistas iriam tomar aqueles apartamentos e nos prender ou qualquer coisa assim. Dávamos guarda à noite, armados, era uma escala de serviço que durou os 15 dias que antecederam a Revolução. No dia do Movimento estávamos escalados de serviço.

Convém lembrar que venho relatando o nosso dia a dia, aliás da maioria dos oficiais, em pé-de-guerra, verdadeiramente. Tínhamos uma fotografia ampliada, um pôster do Carlos Lacerda que, naquela época, encarnava a resistência ao Governo João Goulart, motivo por que nós lhe devotávamos grande admiração. Afinal, no dia 31 de março, com aulas na EsAO, lá pelas tantas, vimos, pela janela, Unidades deslocando-se, inclusive carros de combate, sem que soubéssemos, exatamente, o que estava acontecendo. Tanto que, no intervalo de aula, fomos ao chefe de ano da Infantaria e dissemos que não podíamos ficar ali, inertes na sala. O que estava acontecendo? Respondeu-nos: Eclodiu um movimento, iniciado em Minas Gerais. Há tropas daqui deslocando-se para enfrentá-lo. Sabíamos, pelas

conversas que mantínhamos com oficiais do 1º RI, do 2º RI, Unidades da Vila, que a maioria não ficaria do lado do Governo. Então, decidimos solicitar ao general comandante dispensa das aulas, diante de tudo o que estava acontecendo. Consultado, o Comandante da Escola resolveu liberar os oficiais. Os que moravam ou que serviam em Unidades próximas, iriam para seus quartéis. Ficaram os “aratacas”, e o pessoal do Rio Grande do Sul, que serviam longe, sem saber o que fazer.

Na 1ª Divisão de Infantaria, hoje Divisão de Exército, ali ao lado da Escola, o Comandante, até certo ponto, era leal ao Governo João Goulart. Então, um grupo de oficiais resolveu tomar o quartel da 1ª DI; fomos até a Escola de Instrução Especializada (EsIE), comandada pelo nosso ex-Instrutor-Chefe de Infantaria da AMAN, o Coronel Pereira. Ele me recebeu e disse: “Isso é coisa de capitão; não vou dar armamento para vocês, numa aventura dessas; voltem para os seus lugares. Vocês não podem fazer isso, vocês já são capitães.” Mas havia aquele entusiasmo que, geralmente, aflora. E, como tal, vazou um pouco; a 1ª DI foi toda cercada e defendida, com carros de combate voltados para a EsAO. Retornamos à Escola, fomos ao instrutor-chefe e dissemos que queríamos fazer alguma coisa, colaborar com o Movimento. E, naquele dia 31 de março, fui mandado para o 1º RI, onde nunca tinha servido, com a incumbência de assumir o comando de uma subunidade.

Conto esses detalhes, porque foi uma situação extremamente incômoda e difícil para mim: chegar ao 1º RI, no dia da Revolução, ir para uma subunidade que não tinha o seu capitão e, como capitão, assumir o comando, todo mundo olhando desconfiado, e eu sem conhecer ninguém. Recebi logo a missão de deslocar-me para o Palácio Duque de Caxias, então Ministério da Guerra, para fazer a sua guarda, porque também ouviam-se boatos de que iriam invadi-lo. Foi uma noite tensa, sem dormir, esperando um confronto a qualquer momento. Graças a Deus nada aconteceu e, no dia seguinte, a minha Companhia foi substituída. Entretanto, já naquela noite tornou-se possível manter um contato com os oficiais, com os sargentos. Ficamos sabendo que estávamos do mesmo lado, mas, mesmo assim, eu ainda não tinha inteira confiança na companhia que comandava, pois assumira o comando naquele dia. Na volta, falei com o Instrutor-Chefe: “Olha, foi incômodo assumir esse comando no dia da Revolução. Por que não nos manda, pelo menos, para uma Unidade que já conhecemos?” Então, selecionado, fui para o 3º RI, onde servira como aspirante e assumi o comando da companhia em que fora subalterno, a CCAC (Companhia de Canhões Anticarro). Assumi à noite e me lembro de que o Tenente que estava comandando a Subunidade, interinamente, era um “alemão” alto que, mais tarde, tornou-se muito meu amigo. Encontrava-se nas elevações, porque, no 3º RI, a defesa é feita fora do quartel, em cima dos

morros. Verificando as posições, ele me disse: "Capitão, se o comando não tem confiança em mim, deveria dizer, e não mandar o senhor assumir." Respondi: "Não, estamos aqui para somar e não para dividir. Nós na EsAO, sem aulas, e a companhia sem o Capitão. Estamos do mesmo lado, vamos trabalhar juntos." E assim foi. As aulas da EsAO foram suspensas. Conseguimos, com a FAB, um avião que fosse para Fortaleza, onde permanecemos uns quinze dias. Depois regressamos ao Rio e fizemos, como se faz hoje, quando há greve de professores: tivemos que trabalhar dobrado para terminar o curso na época certa.

O mais interessante foi presenciar, sentir a vibração do povo do Rio. Por onde passasse alguém fardado, o pessoal aplaudia, chamava para entrar em casa, almoçar, era uma vibração geral! Não foram o Exército, a Marinha e a Força Aérea que fizeram a Revolução. Foi o povo brasileiro quem a fez. Decorridos alguns meses, já estávamos sob o entusiasmo da "campanha do ouro para o bem do Brasil".

Depois, começa o Governo Castello Branco, sem dúvida o melhor homem, naquele momento, porque era um democrata. Tudo o que aconteceu depois foi fruto de circunstâncias. Tendo assumido o Governo num momento extremamente difícil, com o País politicamente conturbado, Castello Branco evitou muitos problemas, por ser conciliador, pela capacidade de comando e liderança, inclusive sobre os civis. Conduziu um governo que operou uma verdadeira transformação e pacificou a Nação. Para mim, o grande homem da Revolução foi o General Castello Branco, muito injustiçado, hoje. Deus podia tê-lo preservado um pouquinho mais, porque, naquela crise subseqüente, talvez fosse a pessoa indicada para voltar ao Governo. Não queria a prorrogação do seu mandato, porque fora eleito, inicialmente, só para completar o período de João Goulart, embora, depois, tenha sido preciso prorrogá-lo. Inclusive, ele gostaria de ter sido substituído por um civil. As realizações nas áreas econômica, política e social, de que o Brasil ainda desfruta hoje, devem-se ao Presidente Castello Branco, tal o trabalho que realizou.

Sobre os governos da Revolução, desejo abordar alguns pontos que, a meu ver, são importantes. Primeiro, as mudanças que ocorreram no País. Quem conheceu o Brasil antes de 1964, sabe da transformação que houve. Ainda hoje, sobressai o Estatuto da Terra, deixado pelo General Castello Branco. Se pudéssemos dar um contorno ideológico a esse estatuto, constataríamos que ele é bem mais progressista do que poderiam imaginar muitos indivíduos que se dizem da esquerda.

Ainda, sobre o General Castello Branco, há um fato narrado pelo meu comandante, na PE – que servira no Gabinete Militar – acerca da cassação do Mauro Borges, Governador de Goiás. Fica bem clara a imparcialidade e toda a sua nobreza de caráter. Irritado ante as acusações de que se tratava de um esquerdista, decla-

rou: "Conheço esse rapaz, foi meu aluno na ECEME. Um rapaz bom que vocês estão querendo pichar de esquerdista. Vou fazer uma intervenção de 30 dias. Se não me provarem nada, ele volta para o governo."

Castello não gostava de atos de exceção. Entretanto, o pessoal de esquerda começou a se reagrupar, e criar problemas. Por isso, impôs-se a necessidade de Atos Institucionais para regular a Revolução. Mas o Governo Castello Branco esteve sempre muito voltado para a redemocratização do País, ideário do movimento. Tínhamos que lutar contra a corrupção, eliminar o caos econômico e combater a subversão. Infelizmente, por obra do próprio pessoal de esquerda, o Governo teve que se mobilizar para anular a subversão. Embora, hoje, reclamem muito, dispararam o primeiro tiro, com atentados, com terrorismo, com assaltos etc. Justificam-se, dizendo que era a única maneira que tinham de sobreviver. Entretanto, quando no governo, reclamam, se os outros fazem com eles o que fizeram naquele passado bem recente. Ninguém apóia jogar ovo no ministro, bater no governador ou ocupar prédio público, mas os que, na atualidade, recebem essas afrontas, faziam o mesmo anteriormente, e o faziam até com mais violência. Por isso, o pessoal de esquerda prestou um desserviço muito grande ao País, quem sabe, propositadamente.

De outra parte, o combate à corrupção não teve uma prioridade destacada, embora atuasse, por exemplo, a Comissão Geral de Investigações, de cujo desempenho na apuração daqueles escândalos – que não eram maiores do que os atuais – nasceu uma fase punitiva, necessária, em face do clamor popular. Realizou-se, também, um esforço muito grande para mudar o panorama econômico do País, por isso passamos a ser a oitava economia do mundo. As realizações, que hoje são encobertas e muita gente evita comentá-las, representam algo notável que precisa ser mais bem escrito e divulgado. Quando se fala em dívida externa que a Revolução deixou, constata-se que não totalizava nem um décimo da que existe hoje. Mas deixou saldo positivo através de empreendimentos, nas áreas de comunicações, de transportes e outros setores. Nossas estradas eram ótimas: lembro-me de que, certa vez, quando estive no Peru, fiz, com uma comitiva, viagem de visita ao Brasil. Voltaram encantados com as nossas rodovias, com o nosso progresso. Era o chamado milagre brasileiro. Milagre, fruto de muito trabalho, de muita dedicação.

A ação punitiva foi necessária. Entretanto lembro-me de que o General Castello Branco ao passar o Governo para o General Costa e Silva, deu margem a uma certa dissensão: servia na PE, e o Comandante, muito meu amigo, estava do lado do Costa e Silva. Havia outros oficiais que pensavam como o Castello – passar o Governo para um civil – mas, em decorrência do próprio Movimento, terminou o General Costa e Silva sendo eleito. Que bom! Porque, na realidade, havia uma explicação para isso:

o pessoal da subversão começou a fustigar o Governo muito democrático, do General Castello. Começaram a se sentir livres para voar e se reorganizar, cometendo atos de violência e atentados. Assim, a imperiosa necessidade de dar continuidade à obra administrativa e combater à subversão. Compromisso assumido pelo General Costa e Silva e demais governos que lhe sucederam.

Graças a Deus, mantivemo-nos unidos durante esse tempo todo, embora divergindo numa coisa ou noutra. No episódio de guerrilha e na luta contra a subversão, acabou ocorrendo algo um pouco danoso para o Exército. Fomos obrigados a reunir, por exemplo, nos DOI (Destacamento de Operações de Informações), gente nossa, da Polícia Civil e da Polícia Militar. Por isso, terminamos por adotar métodos de interrogatórios de presos, e outros, que não nos eram comuns, mas sim à Polícia, principalmente a Polícia Civil, que estava acostumada a lidar com esse esquema. O que, até hoje, pesa, porque é nesta tecla que nossos adversários, sobretudo da mídia, mais batem, e acusam-nos de tortura. Sou contra a tortura. Bater ou maltratar alguém que está indefeso não faz parte da nossa índole, nem eu jamais faria isso. Mas reconheço que, às vezes, foi necessária uma certa dureza, para prevenir atentados, para descobrir, junto àqueles fanáticos que eram presos e se recusavam a falar, onde seria o próximo ato terrorista. São exemplos, o assassínio do Soldado Mário Kozel Filho, no II Exército, e as ações do Lamarca, entre muitos outros. Então, era preciso executar uma busca de informações mais agressiva, sem querer justificar a tortura, às vezes cometida, ou outro qualquer excesso.

O Presidente Geisel iniciou a abertura política, uma das metas do seu Governo, mesmo lutando contra algumas resistências, e o fez muito bem. Creio que houve um erro de estratégia, porque a abertura política começou pela imprensa, a primeira coisa foi a distensão da imprensa, realmente o setor mais controlado. Quantas vezes tivemos de ir à redação dos jornais censurar alguns deles, exatamente para evitar a doutrinação explícita de rebelião, de subversão etc. Uma Revolução, quando começa, tem que se prevenir dos contra-ataques. Somos infantes e sabemos que quando se conquista um objetivo, a primeira coisa é preparar-se para prevenir a ação do inimigo. Então, a Revolução foi obrigada a agir assim. Mas a liberação da imprensa, talvez tenha sido um erro estratégico, porque todos os esquerdistas que estavam sem poder atuar, tolhidos pela ação enérgica de repressão, correram para lá, e lá estão até hoje. Assim, a grande mídia atual, que sempre contou com pessoal competente, absorveu muitos desses elementos de esquerda, que continuam a fazer jorrar sangue daquela época. Sofremos, ainda, as conseqüências disso.

Depois, no Governo do General Figueiredo, veio a anistia. A meu ver, tínhamos de terminar com as divergências entre essas facções esquerdistas e as Forças

Armadas. Hoje, o seu pessoal quer desenterrar coisas do passado, acontecidas ou não, e se esquece de seus próprios erros. Dizem "não" à Revolução, "não" porque houve tortura, porque teríamos participado da Operação Condor – rebuscam isso e procuram cadáveres – mas ocultam seus próprios crimes. Deveriam ficar olhando para frente, e não para trás, para esses pontos nebulosos da fase revolucionária, enquanto se esquecem da parte negra deles. Temos, no Governo, hoje, gente que foi terrorista, gente que assaltou bancos. Por que garimpar erros de um lado e não ir buscá-los do outro? Assim, a anistia não é válida. Este é um ponto que tem de ser considerado.

É fato incontestável que os governos militares mudaram o perfil do País em todos os campos. Anteriormente, por exemplo, havia as passeatas dos excedentes que queriam ingressar nas faculdades. Hoje, pelo contrário, as escolas de nível superior até abriram demais, e todo mundo ingressa na faculdade. Com a Revolução, a segurança interna melhorou, como evoluíram as nossas Polícias Militares, sob a supervisão da Inspetoria Geral das Polícias Militares. Pena que muita gente que se aproveitou desses governos, que participou de tudo isso, esteja, agora, a execrar a Revolução, certamente por conveniência política. Chamam-na de "ditadura militar" e assacam outras provocações, mas fingem esquecer que dela se beneficiaram. Não vou citar nomes, mas sabemos que existem muitos deles e conhecemos seus rumos. A gente fica triste com isso. Tudo por algum interesse político.

A propósito, tenho um fato para contar, ocorrido em 1965. Éramos capitães e servíamos no 23º BC (Batalhão de Caçadores). O General André Fernandes comandava a 10ª Região Militar e o Coronel Tácito era o Comandante do 23º BC. Eu morava na Vila Militar, e fazia um curso de informática, à noite, na IBM. Pegava o meu ônibus – naquela época, capitão não tinha carro, capitão com carro estava fora do padrão – ia para a aula e voltava. Um dia, cheguei às 22h, vi um grupinho que estava conversando ali por perto e fui lá. Perguntei o que estava havendo. Mostraram-me um jornal que saía toda a tarde, em Fortaleza. Não me lembro do nome, mas trazia escrito em letras garrafais: a Assembléia devolve inquérito feito pela 10ª Região. Na realidade, o que tinha acontecido era o seguinte: algumas acusações gravíssimas, a seis deputados estaduais, comprovadas durante o inquérito do contrabando de café. Era a venda de ambulâncias, kombis que vinham como ambulâncias. Um indivíduo as descaracterizava – retirando a sirene e demais acessórios próprios de uma ambulância – e as vendia. O inquérito comprovou todas essas falcatruas, mas a Assembléia decidiu devolvê-lo, recomendando o seu arquivamento. A voz geral foi de indignação. Já era demais, aquilo não podia ficar assim! Fomos para o Círculo Militar, chamamos os companheiros e ficou estabelecido que,

no dia seguinte, iríamos procurar os nossos comandantes. Fiquei encarregado, no 23º BC, e o Capitão Julião, no GAC (Grupo de Artilharia de Campanha) – naquela época ainda era GO (Grupo de Obuses). Então, no dia seguinte, propositadamente, não entrei em forma com a minha Companhia. Mas quando o desfile começou, cheguei perto do palanque, junto ao Coronel Tácito, que perguntou:

– O que houve, Gazzineo?

Respondi-lhe que estava atrasado. Ele disse, então:

– Sobe aqui para ver tua companhia desfilar.

Antes de chegar ao Coronel Tácito, tendo falado com um major, pedi:

– Major, me auxilie a falar com o Comandante, pois o senhor é oficial superior, tem mais acesso a ele do que eu.

Era o Eraldo Novais Costa, que respondeu:

– Está bem, vou com você.

Quando terminou o desfile, expliquei:

– Não me atrasei, Coronel, apenas queria falar com o senhor.

Então vamos para o meu gabinete; convoque o Major Horácio, também.

– A situação é essa... desejamos que seja feita alguma coisa – expliquei, já no gabinete do comandante.

– Vocês não estão querendo imprensar-me na parede, estão? – disse o Coronel Tácito.

– Não, pelo contrário, desejamos que seja feita alguma coisa organizada – respondi.

Em meio à conversa, toca o telefone do GO, que está na mesma situação. Em seguida, os comandantes pegaram os carros e deslocaram-se para o Comando da Região. O General André Fernandes não conversou, escreveu num papel: prender os deputados fulano, fulano, fulano, fulano, fulano e fulano. Entregou metade para um e metade para o outro. No 23º BC, fui chamado pelo Comandante que, também, num papelzinho, escrevera: prender os deputados fulano, fulano e fulano. Vou omitir os nomes dos deputados, pois há gente até que já faleceu. Lendo o papel, disse, referindo-me a um deles: “Mas nem sei onde é que ele mora.” O Comandante observou: “Você não disse que era isso que queria?” O parlamentar morava numa pensão, no centro da cidade. Designei um sargento que tinha um fusquinha velho, mandei botar o traje “paisano” e ir à frente. Fui atrás, com dois sargentos, armados de metralhadora. A recomendação era clara: isso não pode vazar, porque se o Presidente souber, reunirá a Assembléia e fará um escarcéu. Então, mandei o sargento na frente e lhe disse: “Te vira numa história de cobertura e vai ver se o deputado está ali na pensão.” Ele entrou, procurou saber onde era o quarto, bateu à porta e perguntou:

– É aqui que se encontra o deputado fulano de tal?

– Sou eu, sim – respondeu.

– O senhor pediu um carro do Posto Vitória? – retrucou o sargento.

– Eu não.

– Então, o senhor não é o deputado... – acrescentou o sargento.

– Sou eu, sou eu, sim – confirmou o deputado.

– O senhor não pediu um carro? – voltou a perguntar o sargento.

Diante da negativa do deputado, o sargento desceu e fez sinal com a mão de que ele estava lá. Subimos, entramos no quarto do deputado, que estava de pijama, e eu falei:

– Deputado, o senhor está preso.

– Sou deputado e tenho imunidade. Quem deu essa ordem de prisão?

– Foi o Comandante da 10ª Região – respondi.

– Vou telefonar para o presidente da Assembléia.

Disse-lhe, então, que seria melhor que trocasse o pijama, pois ficaria muito desagradável levá-lo daquele jeito. Ele foi para a frente do armário e quando começou a trocar de roupa, desmaiou. Nós o colocamos na cama, abri a porta e, por sorte, ia passando alguém conhecido, por ali, que chamei.

– O que houve? – perguntou-me.

– Quero que sirva de testemunha, porque não matamos esse senhor - falei.

Chamei a dona da pensão, que disse:

– Ih! Capitão, ele teve um enfarte há uns meses e está-se recuperando.

– Quem é o médico dele? – indaguei.

– O irmão – respondeu a mulher.

– Chame-o imediatamente e não diga o que está acontecendo.

Ocorreu que ela já havia dito e o irmão veio querendo fazer um pequeno comício. Aconselhei-o a atender o irmão. Ele fez isso, o deputado melhorou e trocou de roupa. Mas, na hora do desmaio, eu havia ligado para o 23º, e informado que a situação se complicara. O Comandante observou: "Você não era um dos que queriam fazer alguma coisa? Resolva o problema." E foi resolvido. Levamos o deputado, não no meu jipe, mas no fusquinha do sargento. Quando viu o sargento que tinha batido na porta dele, quis saber: "Esse aí não é o motorista do Posto Vitória?" Respondemos negativamente, informando que se tratava de um sargento nosso. O deputado, então, saiu-se com essa: "Molecagem que fizeram comigo", e ficou irritado. Agora vem a parte mais importante. O General Comandante do IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste, imediatamente voou num avião da FAB para Fortaleza, telefonou para o Presidente da República, seu colega de turma, e disse:

– Castello, foi feito isso assim, assim.

– Mande soltar os homens – respondeu o Presidente.

O Comandante do IV Exército ainda tentou explicar:

– Castello...

– Não! Quem está falando não é o seu amigo, é o Presidente da República, este é um País democrático e não podemos admitir isso; mande soltar, imediatamente, os homens – replicou Castello Branco.

E a ordem foi cumprida, com gente chorando de revolta. E os deputados foram soltos. Só que, no dia seguinte, o presidente da Associação dos Parlamentares do Brasil veio à Assembléia e cassou o mandato de todos eles.

Contei este fato para mostrar a postura do General Castello Branco – um homem essencialmente democrático. Seu gesto fez arrefecer o nosso entusiasmo no afã de acabar com a corrupção, com os males todos, aquele impulso de fazer as coisas. O General Castello Branco controlou muita coisa neste País. A ele rendo minha homenagem. Depois disso, todos conhecemos a história da subversão que se alastrou, da guerrilha urbana, da guerrilha rural. Houve uma ação enérgica para combatê-las e, graças a Deus, saímos vitoriosos. Embora não estivéssemos devidamente preparados para enfrentá-las, adaptamo-nos muito rapidamente e tivemos sucesso. Hoje, isso tudo serve de pano de fundo para reclamações do pessoal da esquerda.

Na realidade, os governos da Revolução exerceram um papel muito importante. Certamente não lhes foi possível cumprir todo o seu ideário. Houve aproveitadores militares e civis, alguns militares e muitos civis, parasitas dos governos da Revolução e que, hoje, colocam-se contra ela. É por isso que o General Castello Branco aludia às vivandeiras que viviam nos quartéis. Antigamente, a um encerramento de curso de cabo no quartel, compareciam do governador ao prefeito. Todo mundo estava presente, um panorama com o qual a Revolução se habituou. Entretanto, ao longo deste período do pós-Revolução, quando assistimos coisas erradas, freqüentemente jogam a culpa na Revolução, apesar de termos devolvido o Poder aos civis há quase vinte anos.

Nota-se a incapacidade dos atuais governantes em dar continuidade à solução de determinados problemas que a Revolução, com energia e determinação começou a corrigir, procurou resolver. Atualmente, vivemos um Governo – é essencial que se diga a verdade, não estou querendo insultar – nitidamente formado por uma gente que tem um ranço preconceituoso com a Revolução. E os há, em cargos importantes, elementos que, embora formalmente nos tratem com cortesia e respeito, mal sufocam dentro de si uma raiva irrefletida em relação ao passado.

Muitas vezes, consciente ou inconscientemente, procuram denegrir a Revolução e até trazer-nos prejuízos. Entretanto, esquecem o que foi feito; não o foi pelo Exército, pela Força Aérea, pela Marinha, mas pelo povo brasileiro. Deixa-me muito triste, às vezes, a falta de coerência e de coragem. Reverencio aqueles cidadãos civis que, ainda hoje, declaram terem sido revolucionários, que participaram da Revolução. Mas precisam de coragem para dizer isso, porque, via de regra, levam pedradas. Mesmo assim, não se omitem. Por outro lado, a maioria evita dizer que participou, que estava do nosso lado, e usa isso até como palanque político. Em nossos dias, vivemos uma situação, todo mundo sabe, muito difícil, e o povo anda revoltado. Muito estão, não digo saudosos da Revolução, mas reconhecem que as coisas não estão caminhando bem, pior do que naqueles tempos.

Vivemos, hoje, sob uma "ditadura democrática", com o domínio avassalador do Executivo sobre os outros Poderes, seja através de "negociação", seja através de barganha. Hoje, vemos voltar aos quartéis aqueles que outrora repetiam: "É preciso fazer alguma coisa, isso não pode ficar assim." Entretanto, devemos ter juízo, muito juízo; os ambientes interno e o de fora do País são diferentes dos daquela época. Hoje, qualquer ação que saia da normalidade não receberá apoio como naquela época recebeu. Talvez as coisas se deteriorem de tal forma que precipite a um estado de convulsão tão grande que se torne necessária um tipo de intervenção qualquer. Poderemos agir, mas só se levados por absoluta necessidade. Todo cuidado, porque as vivandeiras já voltam a percorrer os quartéis e insistem: "olha, é preciso fazer alguma coisa". Devemos, o pessoal da reserva, o pessoal da ativa, permanecer unidos, atentos, acompanhando tudo, mesmo descontentes. Dou razão a determinados grupos que se mantêm atuantes. De quando em quando soltam um boletim, às vezes um pouco forte; é importante mais comedimento. Mas, cumprem a finalidade de manter o espírito vivo, e ressaltar que não estamos totalmente entregues. É desejável muito juízo, porque essa ebulição social que existe hoje, esse movimento, essa revolta popular contra a situação, é empurrada e arrastada, no mundo, pela globalização, querendo ou não.

É uma situação grave, a que se vê no Brasil e na Argentina, de resto em toda América do Sul. Muito cuidado, porque todos testemunhamos o que aconteceu, recentemente no Paraguai: uma tentativa de golpe, frustrada, que só fez desmoralizar mais as Forças Armadas. O que aconteceu, na Argentina, cinco tentativas de golpes, colocou o Exército daquele país numa situação extremamente difícil. Devemos ter bom senso, muito equilíbrio, para manter viva a nossa chama, manter viva a nossa união, manter viva essa coerência de atitudes. Mas sempre preparados para que, quando necessário, possamos agir junto ao povo, com o povo brasileiro.

Temos um futuro. Um país rico, como o Brasil, jamais poderia estar passando por uma situação de miséria como esta que se vê nos dias atuais. Hoje, se constata um empobrecimento geral da população e não venham dizer que foi culpa da Revolução, pelo contrário. Estamos em uma fase da História em que o mundo todo caminha para o chamado liberalismo. Mas isso acaba se desvirtuando, o liberalismo vira anarquia e a própria população sente necessidade de mudança. O mundo tem vivido assim, ao longo dos tempos, só que esse ciclo não retorna ao mesmo nível. Sempre volta a um patamar um pouquinho diferente. Queira Deus não sejamos convocados novamente – não sei se agora, talvez não, mas, no futuro – para fazer outra intervenção, levados, como da vez anterior, pela mão do povo.

Devemos manter essa visão de presente e de futuro, sem esquecer aqueles que se sacrificaram pela Revolução. Lamentamos a perda de vidas, inclusive nossos companheiros de bancos escolares, Toja Martinez, da Escola de Comando e Estado-Maior, morto covardemente por uma subversiva. Tivemos outros episódios com diversos companheiros e oficiais estrangeiros que faziam cursos no Brasil, como ocorreu com o Capitão do Exército dos EUA Charles Rodney Chandler e com o major do Exército da Alemanha Ocidental Edward Von Westernhagem, assassinados pela subversão. Nada pode cair no esquecimento, temos que manter viva essa chama. Não é "revanchismo" nosso, "revanchismo" existe do outro lado, mas o povo brasileiro tem que saber o que realmente aconteceu. Houve excesso? Erros todo mundo comete, mas houve ações que foram absolutamente necessárias para evitar o mal maior.

Este é o meu testemunho. Não cobri todas as partes que gostaria de cobrir, porque há muito ainda para dizer; mas espero, sempre, oferecer uma mensagem para a juventude brasileira, que desconhece inúmeros fatos. Tenho certeza de que meus companheiros irão abordar outras áreas que não examinei e que, formando um painel, conseguiremos, de maneira objetiva, através da mídia eletrônica – meio de comunicação preferido pelos jovens de hoje – apresentar os episódios reais que, atualmente, são distorcidos por um tipo de literatura sórdida, que divulga a "verdade" do lado contra-revolucionário. Há até quem insista em afirmar que houve golpe militar imposto pelos americanos, no bojo da guerra fria.

A Revolução de 1964, naturalmente, não nasceu só daqueles fatos, mas de todo um passado que nos leva a olhar certas doutrinas, como o marxismo, o comunismo, com muita desconfiança. Temos a consciência plena de que fomos atraiçoados em 1935 e em outros movimentos eivados de covardia. A doutrina, marxista, atrai o jovem idealista por pregar a igualdade, no jogo das oportunidades. Fui um garoto pobre, meu pai foi um imigrante italiano, digo isso só para

enaltecer o sentido democrático no Exército Brasileiro. Não tenho parente no Exército, mas esse ambiente democrático permitiu-me chegar ao mais alto posto da hierarquia. Então, naturalmente o indivíduo mais pobre, o miserável, aquele que está sofrendo, está no desconforto, que não tem oportunidade, é levado a aceitar uma doutrina que acha ideal. Mas, infelizmente, aqueles que pregam a doutrina, fazem-no da boca para fora e, com essa postura, aproveitam-se dela para fins eleitoreiros, na maioria das vezes. Aprendemos a identificar isso. E vimos que, muitas vezes, a tentativa de tomada do Poder, como ocorreu em 1935, sempre se deu através da traição. Por isso, temos o anticomunismo nas veias, independente de guerra fria. Não foi, portanto, nenhuma imposição do grande país do Norte que nos levou à Revolução. O soldado brasileiro já havia sentido na pele o que tinha acontecido antes. E outros fatores, além desses, contribuíram para eclosão e, também, para o sucesso do Movimento de 1964.

Um desses fatores foi a atuação da Igreja católica, que via naquelas ações do Governo João Goulart uma verdadeira invasão da ideologia marxista, que a própria Igreja combate, pelo menos combatia, com mais vigor. Nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, os religiosos estavam conosco. Depois, infelizmente, houve uma dissensão, houve a defecção de uns grupos, mas não da Igreja como um todo. A Igreja, tenho a certeza, foi fator preponderante para o sucesso imediato da Revolução de forma incruenta. Os religiosos estavam conosco, combateram conosco, pela palavra. Mas, depois, grupos diversos, levados por uma nova corrente – a Teologia da Libertação – e até por infiltração marxista na própria Igreja, posicionaram-se e combateram o Movimento Revolucionário. Entretanto, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram importantes para o desembocar e para a consagração da Revolução de 1964. Foi uma demonstração de que o povo brasileiro, essencialmente cristão, estava com a Igreja e, conseqüentemente, conosco.

Outro fator preponderante foi a união entre civis e militares, em face das investidas da esquerda contra a hierarquia e a disciplina, o que integrou sentimentos nobres para o desembocar da Revolução. Sem dúvida, a admiração do povo pelas Forças Armadas, mais do que provada através das pesquisas divulgadas pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx), sempre existiu. Naturalmente, o civil, o "paisano" olha o militar como cidadão diferente quando, na realidade, não existe tal diferença. Somos irmãos, pais, avós; nossos filhos estudam juntos, não somos uma casta. Mas, naquela época, deu-se um movimento de solidariedade muito acentuado entre civis e militares, espantoso mesmo; e estou convicto de que a Revolução foi feita mais por eles do que por nós, embora

apoiada decididamente pelas Forças Armadas. Foram eles, os civis, que propiciaram esse clima favorável que nos levou a participar de uma Revolução ímpar na História, sem derramamento de sangue, sem enfrentamento, porque conduzida pela quase totalidade da população, marchando ombro a ombro para o bem comum. E não digo isso só em relação às classes mais abastadas, isso acontecia em todas as camadas sociais.

Sem dúvida, a hierarquia e a disciplina compõem o princípio básico da autoridade, tão apreciado pelos homens de bem. Sobre esse princípio da autoridade, nossa profissão possui algumas características que são reconhecidas pelos civis, por mais que sejam refratários aos militares. Uma das coisas mais animadoras é ouvir o civil dizer que gosta de ir a uma solenidade no quartel, por saber que começa na hora. Isso me enche de satisfação: saber que nossa metodologia de trabalho e a organização favorecem-nos na realização de qualquer empreendimento. Eles reconhecem isso.

O princípio da autoridade, tão judiciosamente aplicado pelos governos revolucionários, satisfez uma exigência da vontade nacional. E houve um apoio maciço, no início. O que aconteceu, mais tarde, decorreu de um pequeno erro da Revolução, a meu ver um mal necessário: aceitar o apoio de determinados indivíduos que aderiram, no primeiro momento, mas de passado duvidoso, embora a Revolução não pudesse prescindir deles naquela hora crítica. Às vezes, era um governador que não se encaixava bem no ideário da Revolução, mas que, naquele momento decisivo, era necessário que estivesse do nosso lado, para consolidar o Movimento. Todavia, certos elementos, também adesistas, que pretendiam usar a Revolução para encobrir suas ações condenáveis e não o conseguiram, começaram a manifestar-se contra. Assim, aquela participação, quase total no início, começou a sofrer dissensões, de modo que, ao ser pressionado o infrator, ele começava a tramar contra a Revolução.

Mas, voltando à comunização do Governo Jango, não era possível esquecer a célebre frase de Luís Carlos Prestes: “Nós, os comunistas, estamos no Governo, falta-nos o Poder.” E estavam mesmo, isso está mais do que comprovado. A infiltração era grande em todos os setores, mas o grande erro que cometeram foi a autoconfiança exagerada, como a que a equipe de João Goulart tinha no seu esquema de governo. Era tão grande a autoconfiança que, em determinadas ocasiões, via-se, por aí, o pessoal manifestar-se de modo eufórico, até cínico, mesmo, fazendo determinadas bobagens abertamente. Eles estavam, realmente, no Governo e iriam tomar o Poder, se não fossem contidas, a tempo, suas ações comunizantes, cujo sucesso seria mais do que provável. Nessa contenção, sobressaíram-se líderes

civis e militares. Tenho uma admiração muito grande por alguns deles. Entre os civis: Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e tantos outros, que fica difícil enumerá-los. No Exército, o General Castello Branco foi o grande líder. O General Denys foi outro que trabalhou muito pela Revolução. Foram muitos os líderes militares que deixo de citar, para não me alongar muito.

Basta a elevada expressão moral e patriótica desses líderes para sustentar a autenticidade do Movimento de 1964, sem a intromissão externa que certas pessoas apregoam ter existido, por pura aleivosia. Nós sempre admiramos o povo amigo dos Estados Unidos pela sua pujança, por suas idéias e ideal democrático, mas sempre cultivamos uma clara independência de opiniões e de atitudes. Na Segunda Guerra Mundial tivemos que adotar outra doutrina militar; até então, seguíamos a doutrina francesa. Tivemos que passar para a doutrina americana e isto teve muita influência no nosso Exército. Embora, na época da Revolução, como capitão, não tivesse acesso aos altos escalões, não creio que o Movimento de 1964 houvesse recebido algum tipo de imposição do Governo dos Estados Unidos. Imposição houve sim, a imposição do povo brasileiro para que se combatesse o comunismo internacional. Claro que recebemos o beneplácito do Governo americano, inclusive no pronto reconhecimento do novo Governo, o que foi muito importante. Até pode ter havido colaboração em alguns setores, mas nunca uma imposição do Governo norte-americano. O que havia era a vontade de fazer aquilo que o povo brasileiro, e nós também estávamos exigindo, acabar com aquela situação terrível em que vivíamos. Para tanto, jovens oficiais, pensamos em fazer uma Revolução. Por isso, o nome tem que ser Revolução mesmo. É diferente de um golpe, de uma quartelada, fruto de um grupinho que se reúne e vai tomar o Poder. O que houve foi a vontade nacional, o povo brasileiro mobilizado a fim de transformar, para melhor, a vida do País. E uma quartelada, um golpe, não se mantém por muito tempo, porque lhe falta a base de sustentação. E a Revolução se manteve por tanto tempo, exatamente porque tinha o apoio popular.

As ações que a esquerda praticou – a guerrilha, o terrorismo, o seqüestro de embaixadores, os assaltos a bancos e a quartéis – considero puro banditismo. O pessoal da esquerda alega, hoje, que era a única maneira que tinha de reagir. Ora, penso que a maneira correta de reagir seria através da idéia, do debate. Por exemplo, sou extremamente antimarxista, anticomunista, mas respeito determinados indivíduos que adotam esse credo, essa ideologia, desde que respeitem a convivência com outras que se lhes oponham. Cada um tem direito de ter os seus pensamentos, as suas idéias. Agora, o que não pode é conturbar. Suas ações de luta armada, desviavam energias que poderiam ter sido dirigidas para realizações

benéficas, não para contestar uma autoridade que, mesmo de forma revolucionária, tinha sido legalmente constituída. Isso não era uma manifestação ideológica, era uma ação de banditismo.

A esquerda, antes de cometer tais loucuras, deveria ter meditado no seguinte pensamento do General Castello Branco, ao interpretar o perfil dos grandes homens públicos: "não usaram o Poder como instrumento de prepotência, não usaram o Poder para a glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos, dele nunca se serviram." Isto seria construir, jamais destruir. Podemos dizer que este pensamento é extremamente realista, sobretudo em se tratando de nós, militares. Ninguém procurou aproveitar-se da situação para benefícios próprios ou da Instituição. O Exército, seja quanto aos vencimentos, material, equipamentos, continuou a lutar com enormes dificuldades. Se tivéssemos nos aproveitado do momento, o nosso orçamento de defesa teria sido largamente aumentado, e nunca o foi.

Em toda coletividade, entretanto, aparece um ou outro que procura aproveitar-se, que usa de prepotência ou de qualquer recurso irregular. Isto pode acontecer e não deixou de acontecer na Revolução. O problema é que, hoje, os que praticam esse tipo de coisa, já o teriam realizado, ontem, como se fossem representantes dos militares, como se encarnassem as figuras dos militares. Mesmo na época, eram raras exceções. Sempre disse para minha tropa que o militar não precisa ser um indivíduo grosso e mal-educado, e sim, necessariamente, um cidadão educado. Mas muita gente, por aí afora, acha que o militar é um tipo prepotente, que quer impor as suas idéias, quando, na verdade, não é isso o que ocorre. Não existe Instituição mais democrática do que a nossa, que ouve o subordinado, que escuta o que ele tem a dizer. Mas, tais tipos, do aproveitador e do prepotente, hoje, são atribuídos ao militar, embora os que difundem, levianamente, tais infâmias, tenham a consciência do contrário. Um ou outro caso pode ter acontecido, mas o conjunto dos legítimos revolucionários não se aproveitou da Revolução para tais fins.

Também, com relação às Forças Armadas, a afirmativa é verdadeira. E creio que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica aumentaram a sua coesão; em função disso, aumentaram a cooperação em trabalhos comuns, inclusive.

Como falei antes, o nosso orçamento para a defesa não levava em consideração os nossos vencimentos. Dizem até que o atual Presidente, ao referir-se ao tema "vencimentos", fez o seguinte comentário: "Vocês passaram vinte anos no Poder e não resolveram o problema de vencimentos; agora, eu é que vou resolver?" Isso demonstra exatamente não ter havido aproveitamento. Seria justo, até, um pouco mais de compreensão política do problema. Mesmo assim, o militar não

se deixa abater ante as agruras próprias da profissão e ante as injustiças que vem sofrendo. O militar tem uma formação que lhe infunde moderação, aumenta seu interesse e dedicação ao aprimoramento do preparo profissional.

No que tange à Revolução, o militar contou ainda com um eficiente sistema de informações, com o apoio imprescindível da população, tanto quanto com a índole pacífica do povo brasileiro.

A violência é filha do ódio, irmã da vingança, do "revanchismo". Se o nosso soldado e o nosso povo não são violentos é porque não alimentam o ódio. A exemplo de Caxias, a Revolução deixou uma Lei de Anistia que estabelece a reconciliação e o perdão mútuos. O incompreensível é que uma minoria ainda rancorosa e revanchista, que deve a sua liberdade à Lei da Anistia, desrespeite esta mesma lei, ao tentar incriminar seus supostos e antigos desafetos. Não dá para compreender. Não digo que tenhamos esquecido, não me esqueço do que aconteceu. Mas as nossas atitudes, as nossas posturas são de conciliação e conciliação quer dizer harmonização, convivência pacífica, isto é, deixar para trás os desencontros passados. Vamos olhar para frente, temos muito o que fazer, deixemos o que aconteceu para trás. E isto é tão verdadeiro que, hoje, há gente que assassinou e está aí em altos cargos. Agora, quando designamos para certa função um militar que trabalhou numa Unidade ou numa organização militar que abrigava presos políticos, fazem um escândalo do tamanho do mundo. Então, essa esquerda continua viva, ativa e rancorosa e adota uma tática, de mistificação contra todos nós. Mas é inadmissível que isso aconteça, porque se ocorreu de um lado, tem que ocorrer do outro. Se formos buscar fatos passados, vamos garimpar dos dois lados, pois a Lei da Anistia não tem sentido unilateral. Esta é que tem sido a minha posição na ativa e na reserva.

Certos grupos de esquerda que não respeitam a Lei da Anistia, aproveitam-se deste capitalismo desumano que nos está sendo imposto, que se sustenta da miséria, da corrupção e da ignorância, para possibilitar a sobrevivência do comunismo no Brasil. Enquanto este capitalismo selvagem produz a miséria social, as esquerdas dela se alimentam politicamente. Ora, o comunismo, desmascarado pela derrocada na União Soviética e pelo fracasso de Cuba e de outros países, mostrou que não é aquela doutrina que se propôs a trazer para os povos do mundo a felicidade geral, a igualdade. Isto está mais do que comprovado.

Recentemente, muita gente ficou espantada quando o General Leonel, ex-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, disse: "Nós somos muito mais socialistas do que todos esses que estão aí." E é verdade. Dentro do quartel, preocupamo-nos com o alojamento, a alimentação, a instrução, sobretudo com a saúde do

soldado. Fazemos, exatamente, aquilo que eles pregam da boca para fora. Nós o fazemos, dentro de determinado limite, naturalmente, enquanto o comunista sobrevive da miséria, aproveitando-se das contradições e explorando a revolta que o pessoal tem contra essa ganância do capitalismo.

As nossas Forças Armadas repudiam a ganância e a exploração política da miséria, que estão levando o povo brasileiro ao retrocesso sociopolítico. As Forças Armadas são parte do povo, que as reconhece plenamente. Por isso, apesar de não termos um espaço na mídia, o povo sabe julgar pelo que vê, pelo que sente, pois o homem do povo tem seus filhos incorporados nos nossos quartéis. O homem humilde conhece o que existe e o que fazemos lá dentro. E a mídia, que segundo dizem, não tem ideologia filosófica, tem a ideologia financista, isto é o dinheiro: o espaço é de quem paga mais. Nós não temos dinheiro para fazer propaganda. Por intermédio do CComSEx, com meios normalmente precários, procuramos preencher determinados espaços que nos são negados pela grande imprensa, pelos grandes jornais, pelas grandes empresas de televisão. Estes estão ali para vender escândalos, para vender miséria, para vender anúncios e fazem aquilo que o anunciante quer: liquidar, arrasar. Nós não temos espaço, nós não somos escândalos. Por tudo isto é que penso que este Projeto de História Oral do Exército foi uma idéia inteligente: penetrar nos espaços que nos foram negados pela mídia comprometida. Sendo assim, esta iniciativa no campo da História poderá colocar à disposição dos brasileiros, sobretudo dos nossos jovens, os dados fidedignos necessários a um conhecimento justo de nossa instituição e da razão de ser de sua existência.

A propósito, temos consciência de uma situação: é que, hoje, a guerra envolve todos os campos da atividade humana, em particular, o campo econômico. A grande guerra de hoje é a guerra econômica, a que depende desse poder absoluto capaz de, sem disparar um tiro, sufocar um grupo, uma coletividade, um país. Temos que nos preparar para isso. Agora, em todos os campos em que se possa desenvolver uma disputa, é sempre necessária uma força que dê respaldo às decisões superiores, seja como poder coercitivo, seja como poder que vá despertar o temor de uma intervenção qualquer, isto é, dissuadir. Tenho que ter uma força e é isso que muita gente não entende e insinua: "Para que Exército? Para que Marinha? Para que Forças Armadas, sem ameaça de guerra?" Se não tivermos uma força que dê respaldo às nossas postulações como Nação responsável, certamente seremos presa fácil, nos contenciosos internacionais. Então, a nossa missão é – como fazer isso, não sei – despertar este sentimento que, tenho certeza, já existe no povo brasileiro; não exacerbado, mas de equilibrados nacionalismo e

patriotismo, e a convicção de que necessitamos de Forças Armadas eficientes e eficazes no cumprimento de sua missão constitucional.

Em 1964, fomos chamados a defender a Nação contra a investida de grupos internos, acionados de fora, por potências estrangeiras, e o fizemos numa ação que podemos considerar dissuasória. Tivemos nossos mártires entre os mortos e entre os que, hoje, são injustamente perseguidos. Sobre os mártires, pronunciou-se magistralmente o então Ministro do Exército, General-de-Exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque: "Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a Nação não fosse levada à anarquia." Esta frase é de uma inspiração sensacional. Os companheiros foram esquecidos. Mais do que isso, são considerados, às vezes, como bandidos. E não o são. Então, temos que guardar essa memória e a tropa tem que estar informada e lembrada disso, sempre. Não sei se seria o caso de dar qualquer retribuição pecuniária, nem isso é totalmente válido; o que é válido é o reconhecimento que devemos ter em relação a esses heróis.

Não sei por que motivo nunca fui levado a servir num órgão desses que cumpriam missões difíceis. Mas compreendo a situação do pessoal que tinha uma tarefa a cumprir, uma missão delicada, numa guerra complexa e sem glória, estranha às doutrinas tradicionais. Foi uma guerra suja que nós não provocamos. E os que foram envolvidos nessa guerra, muitas vezes foram surpreendidos por tanta sujeira, mas tiveram que cumprir as tarefas desafiadoras. Alguns deram o seu sangue para isso. Quantos deles! Então, não podemos esquecer. Quero crer que esses fatos já não circulam externamente ou, então, são vistos sob um ângulo diferente. Mas dentro dos nossos quartéis, temos que estar lembrando esses nomes sempre, porque foram mártires, vivos ou mortos. A Revolução teve um ideário e o cumpriu, inclusive vencendo essa guerra maldita que utilizava o terrorismo e a guerrilha contra o povo brasileiro.

A Revolução mudou o panorama de nosso País, mudou a cabeça do povo brasileiro. Escondem isso, mas mudou o panorama sócio-econômico. Não alcançou a distribuição equânime, mas fez o que foi possível. A meu ver, a miséria, hoje, é maior do que naquela época. Vê-se o Brasil de forma diversa – como ele era visto lá fora, e como ele é visto hoje – na educação, nos transportes, nas comunicações etc. Não há dúvida de que o ideário foi cumprido, não integralmente, porque gostaríamos que a Revolução tivesse tido mais amplitude. Mas os pontos principais do seu ideário foram cumpridos. E o grande ideário – embora o pessoal conteste, dizendo que tivemos uma ditadura – foi o de criar as condições para que

construíssemos um Estado Democrático. Mas ainda falta bastante: igualdade, oportunidade, justiça acessível a todos, escola, saúde, segurança pública etc. Mas este deve ser o nosso propósito permanente.

E como encerramento, quero dizer o seguinte: sinto-me extremamente orgulhoso de, modestamente, até mais com idéias do que com ações, ter participado da Revolução de 31 de Março. Todos devemo-nos sentir assim e propalar isto aos quatro ventos. Mostrar à nossa tropa, mostrar à nossa juventude, ao povo, o que foi, realmente, a Revolução. Não perder os laços com aquela época. Defender a dignidade do nosso pessoal, sobretudo daqueles sacrificados, aos quais já me referi. Esse pessoal tem sido até prejudicado na carreira, por ter tomado parte em determinadas tarefas que eram para ser executadas. Cumprimento da missão custasse o que custasse. Temos que ter respeito por eles. Temos que deixar bem claro, principalmente ao público interno, que a História da Revolução não é história com "h" nem com "e", mas História com "H" maiúsculo. O que estamos contando tem sido encoberto pela maioria da nossa mídia que, ao referir-se à Revolução, o faz de maneira mentirosa, falaciosa.

Levar isso aos nossos jovens sargentos e oficiais, aliás o que sempre fiz. Na área de ensino, nunca deixei de comemorar o 31 de Março para levar a mensagem do que realizamos, de quanto nos orgulhamos de ter realizado, assumido todos os erros próprios da natureza humana, mas com uma gama imensa de acertos que, tenho a certeza, servirão de estímulo para que continuemos unidos, fraternos, dentro dos quartéis e com o povo brasileiro. O CComSEx foi extremamente feliz quando adotou o lema do "braço forte, mão amiga", pois na hora da necessidade o braço forte está pronto para defender a Pátria, e a mão amiga está sempre estendida para a nossa população. Estendida até para aqueles que nos combatem. Entretanto, se houver necessidade de uma nova ação, que possamos estar prontos, em condições especiais de união para executá-la. Não como um golpe, mas para atender, com satisfação, a alguma necessidade que surja, vinda do povo brasileiro. Que esta Nação, com a graça de Deus, se desenvolva e chegue a um patamar de felicidade que faça com que seu povo deixe de sofrer o que vem sofrendo ainda hoje.

General-de-Divisão Francisco Batista Torres de Melo

- Natural da Cidade de Fortaleza–Ceará.
- Principais cargos e funções: Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Fortaleza–CE; Chefe do Estado-Maior da 9ª Região Militar–MS; Comandante da Brigada Mista, de Corumbá–MS; Comandante da Brigada-Escola, da Vila Militar–RJ; Comandante da 12ª Região Militar, Manaus–AM; Comandante da 10ª Região Militar, Fortaleza–CE; Diretor de Transportes do Exército; e Diretor de Inativos e Pensionistas do Exército.
- Comandou as Polícias Militares dos Estados do Piauí e São Paulo.
- Atividades civis: mandato de vereador na Câmara Municipal de Fortaleza; diretor do Lar Torres de Melo; e provedor da Santa Casa de Misericórdia, em Fortaleza.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Livros e trabalhos publicados: *Um Comando de Polícia,* 1970; *Liberdade, Disciplina e Democracia,* 1970; *Idéias,* 1985; *O Homem e os Valores Morais,* 1985; *Coisas da Vida,* 1993; *e Comandar,* 1994.
- Em 1964, era Major e exercia o Comando da Polícia Militar do Piauí.

Entrevista realizada em 2 de junho de 2000.

Por que abraçamos as idéias da Revolução de 1964? Quando era menino, presenciei uma polícia arbitrária entrar na casa de meu pai e ir quebrando até os móveis. Depois, vi meu pai – que lutava pelo princípio da liberdade, igualdade e fraternidade – repudiar a Intentona Comunista de 1935, onde brasileiros criminosos mataram brasileiros. Mais tarde, vi a casa do meu pai sendo cercada pelos integralistas. Por isso, sempre pensei que a melhor coisa que poderia existir para o meu País seria um sistema de liberdade, como a democracia.

Então, vida que segue, prosseguimos os estudos, até que se deu a volta de Getúlio Vargas, época em que, com tristeza, o meu País foi deixado à sanha de pessoas não muito recomendáveis, atores de episódios que se confirmaram na autobiografia de Samuel Wayner. No governo Kubitschek, até a embaixada em Washington foi negociada à base de dólar. Tudo isso me amargurava. Recordo que, na disputa eleitoral entre Juarez Távora e Juscelino Kubitschek, a campanha de Juarez foi esmagada por uma demagogia barata e dinheiro correndo solto.

Na eleição de Jânio, estava na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, oportunidade em que convenci a minha senhora, com 15 dias pós-parto, a votar. Fiquei decepcionado, depois, com o homem irresponsável que abandonou o seu cargo. Na Escola de Estado-Maior, a minha turma não aceitava a chegada de Jango, que representava um socialismo arcaico e não concebíamos que o País entrasse na degradação moral.

Certa feita, recebi ordens e fui para a telefônica, ouvir conversas: eu, o então Coronel Montagna, o Domingues, hoje também general, meu companheiro de turma de Estado-Maior, e outros. Quando os políticos conversavam, ninguém falava em Pátria ou País, mas disputavam os cargos que poderiam ocupar para benefício próprio. Uma noite, um senador de Pernambuco, aos berros, mostrava-se satisfeitíssimo, porque tinha fechado um acordo com Brizola, vitorioso. Naquela ocasião, Herbert Levy, Deputado e Presidente da IBM, que conversava com Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais, com Virgílio Távora, Governador do Ceará, e com Adhemar de Barros, Governador de São Paulo, disse: "Olha, de hoje em diante não converso mais, chega! E o Brasil, Magalhães?" Recordo-me bem, como se fosse hoje. Ninguém pensa no Brasil! Será possível que são tão irresponsáveis? Chegamos a esse ponto?

Após término do curso da Escola de Estado-Maior, vim para a 10ª Região Militar. Era o meu chefe, hoje general da reserva, o Coronel Gentil Nogueira Paes. Eu, Tenente-Coronel, fui para a 2ª Seção. A gente pouco dormia, pois Fortaleza era uma cidade anárquica, com greves constantes. Travava-se verdadeira guerra, e a gente no sacrifício, como o Coronel Hélio Lemos e muitos outros. Até que a Faculdade de

Direito entra em greve e a baderna se agrava. Montamos uma operação que culminou com o seu fechamento; nela, tomaram parte o 23º Batalhão de Caçadores (23º BC) e o 10º Grupo de Obuses, hoje 10º Grupo de Artilharia de Campanha (10º GAC). Ficamos a uns dez quarteirões da Faculdade de Direito, na praça, esperando, com a paciência de Jó, até que saísse o último aluno. Mais ou menos meia-noite, apagaram todas as luzes, foram embora, certos de que no dia seguinte voltariam para continuar a baderna. Ao voltarem, a faculdade estava ocupada; ainda me lembro que um aluno confessou: "Bobeamos, perdemos a guerra".

Depois veio a campanha do parlamentarismo: "sim" ou "não", por meio de um plebiscito. Nunca vi tanto dinheiro "rodando" na minha vida, aqui no Ceará. Consideravam determinante que o Presidente João Goulart voltasse ao Poder, no sistema presidencialista; e olhávamos aquilo com muita tristeza. Eu, Elery, Idalécio Nogueira Diógenes, Manoel Theophilo e outros comentávamos: "Isso não vai dar certo". Fizemos, também, a nossa campanha contra o "não": "sim", ao parlamentarismo. Éramos quatro ou cinco, mas sempre pensando no Brasil, enquanto eles pensavam em "mamar" nos cargos que exerciam.

No Ceará, participamos de algo muito interessante: um grupo, constituído por Antônio Guimarães, que já morreu – quase todos já morreram – Hélio Lemos, o Comandante do 23º BC, o Coronel Diegues, eu e outros, fundou um clube, chamado "Arca de Noé". Todos os sábados nos reuníamos com o pessoal dos sindicatos e a gente conversava, tomava uns aperitivos e almoçava. Dessa forma, fomos nos preparando e trocando idéias. O resultado é que, em 1964, quando eclodiu a Revolução, o único Estado brasileiro em que não houve greve foi o Ceará. Os sindicalistas compreenderam que o Brasil não podia continuar com a anarquia existente, conseqüência daquela ação psicológica desenvolvida com o objetivo de conscientizar a opinião pública.

Certo dia, recebemos ordem, eu, o Eliano Moreira de Sousa e o Coronel Alexandrino, para montar uma operação – uma manobra – em Teresina, no Piauí. Veio a revolta na Polícia Militar. Era um sábado. Organizamos o Estado-Maior, para resolver a situação, cujo chefe era o Coronel Alexandrino, e na segunda ou terça-feira, chegou o General Comandante da 10ª Região Militar, que tomou a seguinte decisão: "Vamos ocupar". Decidimos isolar a polícia do Piauí, a uma hora da tarde; em Teresina, é hora em que todo mundo dorme, por causa do calor; se fôssemos de noite, a cidade estaria toda na rua. Então, isolou-se o local, cortaram-se luz e água e fechou-se a polícia.

Um dia, estou no campo, com Manoel Theophilo, em uma manobra, quando chegou o General e disse: "Você vai comandar a Polícia Militar do Piauí". No primei-

ro dia, um fato até muito hilariante na minha vida, o General me dá posse, presente o Governador Petrônio Portela e, depois, vai todo mundo embora. Não conhecia ninguém em Teresina nem mesmo um oficial, fiquei sozinho. Olhando para a minha mesa de comando, vi um processo. Ao compulsá-lo, pude deduzir que alguém o tinha colocado na mesa para saber quem eu era. Tratava-se do processo de um cabo que fazia dentadura e, na hora de fazer a dentadura, "cantava" as mulheres, criava "sarna" nas mulheres dos outros e causava aquela confusão. Tinham feito o processo e dei, na mesma hora, a solução: Expulsar o cabo. Devolvi o processo com o despacho e, meia hora depois, voltou o Subcomandante, branco:

– Coronel, o senhor vai expulsar o cabo?

– Já está expulso – respondi.

– Não faça isso, porque ele é um homem perigoso, é o chefe da turma da surra.

– Então, ele vai dar uma surra em mim – retruquei.

Lido o boletim, o homem foi entregue à Polícia Civil.

Assumi em dezembro e, em meados de janeiro, preparei uma palestra e convidei toda a sociedade teresinense. A palestra dizia respeito à ação comunista e a iniciei mais ou menos assim: "Sou um 'reacionário' – houve aquele barulho dentro da sala – porque defendo as minhas idéias, como um comunista também é 'reacionário', ao defender as suas idéias". Só que as minhas idéias são as boas, as deles não prestam. Comecei a fazer uma análise. Isso provocou tumulto em Teresina: O homem é contra os comunistas e "não abre nem para o trem", diziam. Então, passaram a conhecer a minha posição e toquei para a frente. Começamos, assim, a conversar com todos que eram a favor da ordem, do respeito, da dignidade da pessoa humana.

Em 31 de março de 1964, estava em Fortaleza, fazendo exame de saúde, para ser promovido, quando Idalécio, que era o Subchefe da 2ª Seção, me telefona: "Torres a Revolução está aí". Então, peguei o carro, com o motorista, saímos e levamos 24h para chegar a Teresina, pois não havia estrada e ainda furou um pneu. Chegamos às 3h da tarde do dia 1º de abril. Fui direto para a Circunscrição do Serviço Militar, onde encontrei um dos bons amigos que tive na vida, o Coronel Francisco Façanha, Comandante da Guarnição, além do Coronel Correia Lima, Comandante do 25º BC, e Manoel Theophilo. Aí estudamos a situação, conversamos e ficou certo que iríamos ao Governador Petrônio Portela comunicar que a Guarnição de Teresina estava ao lado da Revolução. Lembro-me bem das palavras do Coronel Correia Lima: "Mas o Torres é o Comandante da Polícia Militar, está do nosso lado, é amigo, mas também tem que ser leal ao governador". Que beleza de atitude! O companheiro estava me preservando, porque eu estava do lado da Revolução, mas tinha que ser leal ao

governador. Na reunião com o governador, só quem falou foi o Coronel Façanha. Quando nos levantamos para sair, o Governador Petrônio disse:

– É, estou só, não tenho amigo.

– Não, governador, o Comandante da Polícia Militar do Piauí é leal ao senhor, e sou seu amigo. Vamos em frente, vamos continuar ao lado da Revolução e mudar este País! – e apertei a mão dele.

– Muito obrigado, Torres – foi a sua resposta, emocionado, lembro-me bem.

Fizemos a Revolução, veio o General Castello Branco, um dos maiores homens que conheci. Um dia, entro no Palácio do Governo e um senador, que já faleceu, bateu no meu ombro e disse: "Coronel, o senhor é muito novo, aprenda a engolir sapo". "Senador, o diabo é que às vezes o sapo é grande demais e não passa na goela", disse-lhe. Despedimo-nos, ele certo de que os políticos estavam donos, novamente, da situação. Era a eleição dos governadores. Uma semana depois, na mesma porta, encontrando o senador, disse-lhe: "Lamentavelmente o sapo era grande demais e eu o vomitei". Então nos abraçamos, ele foi em frente.

Tenho um outro fato muito interessante sobre a Revolução. Com o AI-2, os políticos pensavam que um major do Exército, comandando a Polícia Militar do Piauí, sabia de tudo. Mas não sabia de nada, apenas comandava a minha Polícia Militar e estava lutando para que ela se tornasse uma grande instituição. Então, um dia, o governador, não o Petrônio, mas um que o estava substituindo, me chama para onde havia uma roda de gente discutindo sobre o AI-2, o que seria do Brasil: "Como vai, Coronel? O que vai acontecer?" "Meu amigo, não sei de nada, sou apenas o Comandante da Polícia Militar. Mas se vocês precisarem de mim, me procurem, pois vou para o comando da minha polícia, porque tenho muito o que fazer, não posso ficar conversando". Abri a porta, saí; aí, voltei rapidamente e disse: "Olhem, falem mal de mim, mas falem baixo, porque senão fico ouvindo". Foi aquela gargalhada, porque a vida é assim, cada um preocupado consigo e nunca, realmente, com o País.

Ao deixar o Comando da Polícia Militar do Piauí, voltei para o Ceará. Daqui, fui tirar o Curso de Comunicação Social, um dos bons cursos que fiz na minha vida. Ao concluí-lo, o Chefe do Estado-Maior do IV Exército, o General Correia, mandou-me chamar e montamos um Plano de Operação de Comunicação Social para o IV Exército. Aqui no Ceará, fruto desse plano, eu, o Professor Caio Lóssio, o Professor Paulo Roberto Pinto e outros, sob os auspícios da Universidade Federal do Ceará, organizamos um Curso de Problemas Brasileiros, que era ministrado na Faculdade de Direito, onde havia mais de mil alunos. A cada dia, um professor, uma pessoa do comércio, da indústria, analisava problemas diversos. Os jovens começaram a en-

tender, começamos a conversar com eles. Fiz questão de fazer a palestra sobre o problema da evolução jurídica do Brasil, analisando as Constituições, e todo mundo ficou com receio. Mas estava bem preparado, tinha tirado o Curso de Comunicação Social, conhecia as Constituições e, depois, defendi a Constituição de 1967. Para espanto meu, os alunos passaram a fazer perguntas, em pleno período da Revolução, sobre o que bem desejassem e, ainda surpreso, fui aplaudido de pé por quase seiscentos estudantes da Faculdade de Direito.

Durante todo esse período no Ceará, na função de Chefe da 2ª Seção do Quartel-General da 10ª Região Militar (QGR/10), nunca se usou absolutamente nada que desrespeitasse a pessoa humana. Lutamos tanto por isso que vou contar um caso. Em Fortaleza, vive um casal de médicos que, ainda hoje, se diz comunista, o Dr. Francisco Monteiro e sua esposa. Lembro-me bem deste fato: estes dois jovens estudavam na Faculdade de Medicina e lá moviam uma perseguição contra eles. Então, vieram à Região acompanhados das mães, e procuraram o General Comandante, que falou: "Ninguém está perseguindo ninguém; não estamos fazendo Revolução para perseguir ninguém". Hoje, esses dois jovens médicos não esquecem: devem o curso deles ao Exército. Muita coisa aconteceu no Ceará, mas sempre respeitou-se a pessoa humana.

Depois, fui comandar o CPOR, que desejava funcionasse dentro da Universidade. Organizamos uns campeonatos e estimulamos no CPOR as atividades culturais. Lembro-me bem de que montamos uma grande peça de um teatrólogo cearense, *O Morro do Ouro*, e levamo-la Brasil afora. Depois foi a época da dança. Tínhamos um grupo de moças – o Comandante do IV Exército apoiou – que andou o Brasil todo, sempre visitando os quartéis, pois nos quartéis desenvolve-se o civismo: neles, devotados, aprendemos a amar a Pátria.

A meu ver, o CPOR deveria ser o centro de união entre a sociedade e o Exército. Sempre que podia, ajudava a comunidade, participava. Daí, imaginamos a Festa das Nações. Estávamos na época do terrorismo, da luta armada de uma minoria de esquerda contra a Nação. Era o período de Governo do General Médici e a gente fazia a Festa das Nações, no Náutico, com a participação de toda a sociedade. O CPOR, o Exército, aqui, eram queridíssimos, a gente vivia de braços dados. Aconteceu até um fato interessante: um tenente, ao assumir o serviço de oficial de dia, com tanta gente dentro do quartel – tinha curso de flauta e duas escolas públicas – que me falou: "Comandante, como vou poder tirar oficial de dia? É todo mundo entrando no quartel, e se jogam uma bomba?" "Meu Tenente, no dia em que, no nosso País, os quartéis tiverem seus portões fechados e o povo não puder entrar, estaremos perdidos! Deixa o povo entrar. Se alguém jogar uma

bomba, vai perder e nós vamos ganhar, porque seremos as vítimas", observei. O tenente entendeu e disse: "É, o senhor está certo". Era a guerra da comunicação social que nós ganhamos. Ao término do meu Comando, fui tirar o Curso Nacional de Informações. Lá, aprendi muito, vi muita coisa, vi quantos maus brasileiros há neste País, quanta canalhice existe por aí.

Concluído o curso, ao visitar um amigo, ele me disse: "Você vai comandar a Polícia Militar de São Paulo". Não sabia de nada, estava no Estado-Maior do Exército, e ele completou: "Fique quieto, você foi indicado e vai comandar". Passei três meses esperando. Encontrei São Paulo no auge da onda de assaltos e de outros crimes cometidos pela esquerda. Nós nos preparamos, ganhamos a guerra do assalto, mas os esquerdistas, os comunistas, os terroristas haviam ensinado os bandidos a assaltar bancos, a praticar seqüestros, era um horror. Mas conseguimos controlar São Paulo. Você podia andar com relógio, com pulseira, tínhamos mil viaturas na rua e a bandido não se pode dar trégua. Direitos humanos se destinam ao cidadão que procede bem e não aos canalhas que roubam e assaltam. Aliás, a aplicação da doutrina dos direitos humanos é muito relativa. Como é que se pode conceder direitos humanos a um senador ou deputado federal que rouba a Nação, infelicita e atraiçoa o povo? É pior do que um bandido que assalta um banco.

Em São Paulo, o que mais me entristeceu foi o problema do menor. Tive que afastar um batalhão que fazia guarda de um depósito de menores, para evitar um mal maior, em face do tratamento desumano a que estavam relegadas as crianças. O que vi? Crianças, em depósitos de menores, roídas pelos ratos, por causa da incúria, da irresponsabilidade. Tivemos que agir com energia contra esse descalabro. Depois do Governo do Sr. Paulo Egídio Martins, graças a Deus, chegou o Dr. Mário Altenfelder, para mim um dos grandes homens que honraram este País. Demo-nos as mãos, tomamos conta de 40 mil jovens, muitos deles, hoje, formados. O problema das prisões do Carandiru, das prisões de Santos, das prisões para mulheres, tudo isto é falta de respeito à pessoa humana. Até que um dia recebemos ordens para construir – eu não, o Erasmo Dias, que era o Secretário de Segurança – uma prisão especial para receber aqueles que tinham sido condenados pela Justiça, porque a pessoa pode até ser comunista, o que não pode é matar os outros. Para os que haviam cometido crimes, assaltos, assassinatos de companheiros – mataram um tenente nosso – como eram "presos políticos", então fez-se uma prisão especial para eles, em São Paulo. Fui procurado até por um bispo, a mando de Dom Evaristo Arns, para examinar as condições da prisão. Juntos, eu e o Erasmo mostramos-lhe a prisão, percorremos todas as dependências, muito boa prisão, de muito respeito à pessoa humana, até que fiz uma pergunta:

– Senhor bispo, nunca vi o senhor ou qualquer padre rezando no túmulo do Capitão Mendes, que teve a sua cabeça esmagada pelo Lamarca e seu bando. Por que o senhor não reza pela alma do Capitão Mendes?

– Não, o senhor me entenda, as nossas missas são comunitárias – respondeu.

– E quando é missa para comunista, é individual? – perguntei.

Ele calou-se. Então, é preciso que a Igreja se posicione em busca de Deus e não das coisas terrenas.

Depois, aconteceu o caso da Pontifícia Universidade Católica (PUC): cercamo-la às 7h da manhã, ficamos ali, sempre acreditando que uma operação inteligente resolve o problema. Ficamos de 7h da manhã até mais ou menos 7h da noite, eu com um grande oficial, o Coronel PM Paulo Nilson, comandante da tropa. O nosso raciocínio era simples: quem está dentro, pode sair; quem está fora, não entra. E, à proporção que as horas iam passando, os alunos iam saindo, de volta à casa. Estávamos certos de que, lá pela meia-noite, iríamos ganhar a guerra da PUC. Por outras razões, não nossas – a Polícia Militar não tem nenhuma culpa no problema da PUC – houve um incidente, lembro-me muito bem, e o Paulo Nilson, se aproxima, com lágrimas nos olhos, e diz: "Coronel, vamos pagar para o resto da vida a invasão da PUC, que não fizemos; pelo contrário, salvamos muitas moças". Quando recebi ordem de prender os estudantes e levá-los para o batalhão de choque, chegaram os ônibus. Olhando aquela multidão de alunos, mal-orientados por professores que não têm o sentido da beleza da educação, fui colocando os jovens dentro do ônibus, com muito respeito. De vez em quando, via uma grávida, olhava-a e dizia: "Vá embora, fuja daqui". Dava fuga. O que adiantava levar uma jovem grávida? Então, fomos transportando as moças para o batalhão e me lembro bem da agonia dos pais. Abraçava um pai, e perguntava: "Qual é a sua filha?" Sempre voltado para a comunicação social. Dois dias depois, estando meu filho na casa da namorada, chega uma moça, em estado interessante e, conversa vai, conversa vem, ela diz: "Olha, ontem conheci um Coronel do Exército" – aí, falou sobre o incidente da PUC. Quando me viu com esta barriga, disse: "Vá embora". O meu filho informou: "Era o meu pai".

A seguir, vem a crise do petróleo, mais questões políticas e os politiqueiros criando problemas, confundindo liberdade com libertinagem. Fui promovido a General, o Presidente Geisel me escolheu, me promoveu. Conhecia o Presidente Geisel, e vi a Revolução terminar com o meu prezado amigo General João Figueiredo, que foi um homem espetacular, um coração grandioso. O General Figueiredo saiu magoado porque sabia que os politiqueiros deste País, hoje no Poder, iam fazer a desgraça do nosso Brasil. Assim vi parte da Revolução.

Mas há outros aspectos. A Revolução de 31 de Março de 1964 foi o resultado da vontade nacional, única e exclusivamente, na defesa de nossa Pátria, contra a ação diabólica que movia o comunismo internacional na busca da liderança mundial. A agressão desencadeada, no Brasil, em 1964, foi a segunda tentativa de tomada do Poder. A primeira foi em novembro de 1935, a Intentona Comunista, quando foram assassinados, entre vários brasileiros inocentes, 28 militares. Isto afrontou a Nação e feriu a alma do militar brasileiro, que não esquecerá jamais essa atitude covarde, particularmente de irmãos de farda.

Por outro lado, os comunistas encontraram, nos anos de 1961 a 1964, o clima ideal para pôr em prática as suas idéias sinistras. João Goulart era um homem despreparado para a Presidência, não estava em condições de assumir o Governo. Deixava-se cercar por gente que tinha a intenção de empolgar o Poder, os comuno-socialistas e os aproveitadores do caldo social. A coisa pior do mundo é ter um chefe em quem não se deposita confiança. A Nação não tinha chefe, ninguém sabia que rumo iria tomar, trazendo para dentro das Forças Armadas uma coisa inaceitável, a indisciplina.

Outra face visível na desordem do Governo de Jango era o descalabro da economia do País: inflação galopante, desvios de recursos, corrupção. Se olharmos bem a história deste País, veremos que a sua desorganização econômica começou com o Governo JK. O Juscelino, na ânsia de tornar-se eterno no Poder, eterno na história pátria, quis marcar a sua presença com a construção de Brasília e utilizou criminosamente todo o dinheiro da Previdência Social, entre outros desacertos. Quando JK deixou o Governo, Jânio quis consertar a economia, mas, irresponsável, renunciou ao cargo de presidente e deixou para Jango a desorganização herdada, sem força para segurar o barco. E os "pelegos" tomaram conta do Governo. Já Luís Carlos Prestes vinha dizendo que os comunistas estavam no Governo, só lhes faltava o Poder. Aí, deu no que deu. No período compreendido entre o final de 1963 e começo de 1964, a situação mais se agravava: inflação, infiltração comunista, corrupção e, sobretudo, a deletéria ação da esquerda, ameaçando a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas.

Nessa época, terminei o Curso de Estado-Maior. A quase totalidade dos oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) não aceitava a baderna. Depois, fui transferido para a 10ª Região Militar, onde os oficiais sempre foram muito amigos dos seus subordinados. Vivíamos todos preocupados, porque nós, militares, sempre nos preocupamos com nosso País e não suportaríamos que a baderna chegasse aos quartéis. Houve algumas dissensões pelos quartéis do Sul do País; no restante do Brasil, a reação foi pronta e uníssona, com um caso ou outro

isolado de defecção. No Ceará não houve problema, nem no Piauí nem no Maranhão. Mas a Presidência da República achava que tinha força, que podia fazer isso e aquilo, meteu-se a realizar comícios. Mas as Forças Armadas estavam unidas, sempre no cumprimento de sua missão constitucional. A Nação estava inquieta, começava a manifestar-se contra aquele estado de coisas. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram um apelo às Forças Armadas. Na verdade, o Movimento de 1964 não foi um movimento militar, mas um movimento da sociedade brasileira. Governadores como Adhemar de Barros, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Ildo Meneghetti, não podiam aceitar a desordem. As Forças Armadas, que são parcela do povo brasileiro, estavam aguardando a manifestação do sentimento nacional que iria explodir e explodiu com aquelas Marchas. Isto foi o que aconteceu. Não saímos dos quartéis em busca do Poder, porque nunca desejamos o Poder. Queremos é que o Poder sirva à Nação e não ter o poder para dele nos servir. Por isso, abraçados, povo e Forças Armadas, chegamos, graças a Deus, a 1964. É bom que se enfatize que nos governos militares não havia só militares, mas também civis. Os ministros eram, preponderantemente civis. Nunca soube que Roberto Campos vestisse farda, nem Delfim Neto, nem Magalhães Pinto, nem Milton Campos.

Por isso, não tenho dúvida nenhuma de que as Forças Armadas, em especial o Exército, representavam a vontade nacional. Aliás, sempre foi assim, o Exército brasileiro sempre foi legalista, e mais, as Forças Armadas sempre foram legalistas. Como foi em 1930, em 1932, em 1935, em 1938, em 1945, quando Getúlio foi deposto porque era um ditador. Aliás, só tivemos uma época de ditadura neste País, que foi a ditadura Vargas. O restante, dentro da lei e da ordem. O que combatíamos eram as desordens.

Voltando aos primórdios da Revolução de 1964, pode-se dizer que ela contou com outras instituições: o Congresso era favorável, a mídia era favorável e a Igreja, também. Todos estavam certos de que estávamos marchando, aceleradamente, para um governo de exceção, sob a ideologia comunista, onde só eles teriam o direito de mandar e desmandar e nós iríamos para o patíbulo, como foram 100 milhões de habitantes deste planeta.

A Revolução, como não podia deixar de ser, teve seus líderes. Entre outros, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Aliomar Baleeiro, Herbert Levy, Ildo Meneghetti, Castello Branco, Costa e Silva, Odylio Denys, Mourão Filho. Foram estes homens, dentre outros, que articularam a salvação do Brasil.

A Revolução de 1964, pela sua motivação nacional, como expressão da alma brasileira, foi um movimento interno, sem influência de fora. Nunca vi nenhum estrangeiro dando palpite neste País. Ao contrário, atualmente, temos é que reforçar as medidas que não permitam a qualquer estrangeiro vir dar palpite. Temos que

preservar, acima de tudo, a soberania nacional. Naturalmente, existem as convenções internacionais, os acertos diplomáticos, mas a Revolução de 1964 foi um grito da alma brasileira, isto é que precisa ficar bem claro. Foi o grito da alma nacional em busca da manutenção de sua soberania. Para garantir tudo isto, as Forças Armadas precisam estar unidas e coesas ao lado do povo, como sempre estiveram, sobretudo em 1964. Por isso, acredito nas Forças Armadas. Um país não pode chegar à anarquia; o povo não pode ser abandonado; alguém tem que zelar por isso e, esse alguém é o povo, irmanado às Forças Armadas, juntos. Por tal, o Brasil é um grande País. Adulto, crente no valor da liberdade consciente, uma verdadeira ideologia da liberdade. Sim, a ideologia da liberdade, da igualdade e da fraternidade contra a ideologia da morte, do assassinato, do partido único, um partido que não aceita Deus. Não posso admitir que se possa viver num regime comunista, não dá para entender; é igual ou pior do que o regime nazi-fascista.

Interessante é que o Movimento de 1964 ficou consagrado como Revolução, termo, a meu ver, não muito apropriado, porque não mudamos, mas aperfeiçoamos o sistema. Continuaram Congresso, a Justiça, o Supremo Tribunal Federal a funcionar. O que faltava, na época, era moralidade administrativa, e isso o General Castello Branco soube impor pela sua capacidade, postura. Ninguém "colocava a mão no ombro do Presidente", porque o presidente representava a autoridade, a operosidade, a seriedade do País. Praticamente, não houve Revolução. Eles, os comuno-marxistas, é que nos atacaram; então, tínhamos que nos defender e o fizemos, com empenho, para o bem do Brasil.

Quem conheceu o País, como conhecemos, antes de 1964, sabe que para viajar de Fortaleza para Teresina, levava-se 24h com pernoite em Serra Grande. O Brasil transformou-se, o Brasil mudou, com as hidrelétricas, com os portos, com as estradas, com a indústria naval, com a indústria de ponta de fibra ótica, com os aeroportos. O Brasil era considerado como um conjunto de ilhas populacionais isoladas. Tudo mudou neste País: as universidades foram ampliadas, o Brasil cresceu e se transformou na oitava economia do mundo. O brasileiro passou a confiar mais em si mesmo e a fortalecer a vontade nacional. O novo Brasil, o Brasil do Maracanã, com o povo, de pé, aplaudindo o Presidente Médici. O que se fez por este País não tem preço. Agora, o pior de tudo isso é que aqueles que foram derrotados e, hoje, encontram-se no Poder, nada fizeram. Até a Petrobras vê-se ameaçada de perder seus avanços e conquistas tecnológicas e a sua própria nacionalidade. Se não fosse 1964, o que seríamos hoje?

Contudo, não podemos deixar de reconhecer que houve algumas falhas. Erro mesmo só reconheço um: perdemos a "guerra da comunicação social". Os adversá-

rios da Revolução foram muito inteligentes: infiltraram-se na Igreja, nos cursos de comunicação social e na mídia. O Brasil não poderia ter continuado no regime em que estávamos, o Congresso elegendo o Presidente. Mas isso foi uma questão apenas de regras, como na Alemanha e na Itália, onde quem elege o presidente é o Congresso. É uma questão meramente de jogo político. O que deveria existir era a continuidade da responsabilidade dos homens públicos. Perdemos a "guerra da comunicação social". Tudo isso comandado de fora e com muito dinheiro. Para mim, foi um grande erro. Mas, o que fazer? A obra humana sempre tem defeito. No decorrer do processo revolucionário buscou-se, com muito empenho, evitar outros erros, como o enraizamento da luta armada que, por não respeitar nem a lei nem a pessoa humana, teve que ser combatida com medidas fortes. Daí, o AI-5, uma maneira decidida de levar o País um pouco mais à frente. Quando o General Castello Branco entregou o Governo ao General Costa e Silva, o País já possuía uma Constituição, a de 1967, e o povo vivia a plena liberdade constitucional. Só que não se sabe usar a liberdade no Brasil, sabe-se, isto sim, fazer libertinagem; não era possível continuar aquela anarquia reconhecida pelos comunistas, agora sob a forma de luta armada. Então, impôs-se uma medida de força, porque os terroristas de esquerda matavam inocentes, assaltavam bancos, trens-pagadores e estabelecimentos comerciais Deflagraram a guerrilha rural, mas foram desbaratados, durante o Governo Médici, por força das medidas de exceção proporcionadas pelo AI-5.

As Forças Armadas nunca quiseram estar no Poder. A missão delas, da qual não abrem mão, é defender a Nação como um todo, manter a unidade nacional, a soberania. Isto é o que queremos, e que o povo seja feliz. Um povo sem saúde, sem educação, sem segurança, não pode ser feliz, nem mesmo alimentar uma esperança de melhores dias. Este desinteresse das Forças Armadas brasileiras para o exercício do Poder é histórico e latente em cada um de seus integrantes. O militar brasileiro é um homem simples, de hábitos morigerados, um homem que deseja proteger a sua família, terminar os seus dias numa casa, possuir um carrinho e ter a felicidade de educar os filhos. O Presidente Castello Branco, quando saiu do Poder, continuou a ser o homem humilde que sempre foi. Como cidadão comum, circulava aqui pelas ruas de Fortaleza. Costa e Silva morreu pobre. Médici, cuja viúva, hoje, passa necessidades, nunca levou nada, nunca roubou. O General Geisel faleceu, nunca se ouviu dizer que ele fosse milionário. O General Figueiredo, igualmente. Isso é uma característica do militar brasileiro, que pensa, não em si, mas em sua Nação, na sua família. Já os homens públicos têm a ânsia do Poder, de se manter no Poder pelas suas vaidades, e levam a Nação à desgraça. Isto é válido em qualquer país: na Rússia, na China, na Alemanha, seja onde for. É por isso que

estes homens, com tanta dignidade, passaram, mas a História está reconhecendo seu trabalho e seu mérito. Foram estes homens que conduziram este País para o desenvolvimento, para a modernização.

Hoje, o Brasil todo tem luz, todo mundo acende a luz, tudo por causa das grandes hidrelétricas. A propósito, no dia da inauguração de Boa Esperança, pelo Presidente Castello Branco, estava no Piauí e o Bispo de Oeiras, conversando comigo, disse: "Coronel, sabe que o Piauí mudou? Quando não tinha luz, a pressão era de fora para dentro; o marido chegava em casa e dizia: quero isso, quero aquilo outro. Agora, com luz, a mulher diz para o marido: quero geladeira, quero batedeira, quero isso, quero aquilo outro". Como se vê, a luz muda até o comportamento social da família.

Na área social, o Brasil se transformou com a Revolução. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço está aí. E o Estatuto da Terra, não o aplicam porque querem é confusão. Há o apoio ao idoso do campo, com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Estava no CPOR, quando chegou o primeiro representante do FUNRURAL, fiz o que pude para ajudá-lo; nunca mais o vi. Hoje, no Nordeste, as pequenas comunidades vivem com o dinheiro que o velho recebe do FUNRURAL. Muita coisa a LBA, naquela época, fez por este Brasil. Existiam, aqui, o Asilo de Mendicidade e outras obras sociais que eram dirigidas com dignidade. Havia respeito. Tínhamos emprego, saúde e a professora ganhava, no Ceará, cinco salários mínimos, no Governo de Virgílio Távora. Pensava-se no povo, não se pensava no dinheiro. O dinheiro não era a razão de ser, o dinheiro existia para ajudar a fazer a felicidade do povo. Hoje, todo mundo só quer saber do câmbio, quanto subiu o dólar, se a bolsa baixou, o que diz o FMI, e o povo nessa angústia toda. Mas a Revolução aumentou a oferta de eletricidade, de estradas, portos, universidades, tudo isto em benefício da sociedade. De lá para cá, não vi nenhuma obra social de vulto. Vejo o Programa do Leite, mas roubam o leite. Acabaram com os hospitais; sou provedor da Santa Casa e assisto todo mundo correndo para lá, o povo empobrecendo. Quem pagava seguro, quem pagava plano de saúde, já não pode mais, está indo para a Santa Casa; não é um, nem dois, nem três e nem quatro casos. Os alunos, sem escolas; os professores, em greve. Se isso é plano social, estou completamente fora do mundo.

Há quem diga – e não é pouca gente – que nos governos militares o povo era feliz e não sabia. Havia honestidade em tudo. Não conheço nenhuma falcatrua no serviço público, cometida nesse período; e olha que fiz parte de uma comissão de investigação no Governo de Itamar Franco. O Ministro Zenildo, por quem tenho muito respeito, me telefonou e disse que eu iria fazer parte da Comissão Especial de Investi-

gação. Em todos os processos que examinei, constatei a bandalheira que existe neste País, a falta de vergonha. Entretanto, não vi nenhum militar metido em problema dessa natureza. O Presidente Figueiredo, uma vez em Manaus, acompanhado do General Walter Pires, ouvia reclamação do pessoal militar e ambos repetiam: temos que dar o exemplo. Se formos dar aumento aos militares, como ficam os outros? O militar é o último, porque pensa no País. Então, nunca desejamos tirar vantagens, estamos no nosso cantinho, direitinho, nos nossos quartéis. Eles agora querem que a gente saia, vá para a rua de novo. Boa coisa não é, porque eles não pensam no Brasil.

A mídia, desorientada pelos comunistas que dela se apossaram, insiste em que houve "ditadura", "anos de chumbo", "golpe", no período de 1964-1985. Encobrem os crimes que os comunistas cometeram e, mais ainda, os perpetrados pelo comunismo internacional. Só em Cuba, foram mais de 17 mil pessoas assassinadas no *paredón*, a mando de Fidel Castro e Che Guevara. Aqui, no Brasil, lamentamos as três centenas de mortes ocorridas na Revolução Democrática. Um livro que todos nós deveríamos ler, o *Livro Negro do Comunismo*, conta a história da Revolução Comunista na Rússia e em todos os países da "cortina de ferro". Foi a maior mortandade na História da Humanidade. O livro comenta as ordens escritas de Stálin mandando matar prisioneiros – havia mais de cinco milhões de condenados – e querendo saber quantos foram mortos, porque, se não atingisse aquele número, o carrasco seria punido. Foi um horror; os comunistas, os fascistas e os nazistas de Hitler se excederam na mortandade. Aqui, o que aconteceu? Testemunhamos um povo pacato que acreditava nas suas Forças Armadas, criamos um serviço de informações eficaz, conseguimos derrotar os baderneiros e os comuno-marxistas, graças a Deus. O Brasil sempre soube combater a existência ou a ameaça da ditadura, seja de esquerda, seja de direita, como em 1945, sem provocar um grande número de mortos. Isto é uma dádiva de Deus.

As Forças Armadas brasileiras, como já disse, não são adeptas de regimes ditatoriais, nem da própria permanência no Poder. O que houve, no Brasil, a partir de 1964, foram circunstâncias que empurraram os militares a salvarem a Nação, antes que a situação do País desandasse. Tiveram, os governos da Revolução, que dosar o grau da liberdade com medidas fortes para enfrentar graves momentos do processo revolucionário, como o caso do AI-5, em face da luta armada da esquerda, em 1968. Por isso, tínhamos de fazer a abertura, mas democracia não quer dizer anarquia. Democracia é o regime do cumprimento da lei. O Presidente Geisel achou por bem aperfeiçoar a democracia através da abertura política, que o Presidente Figueiredo concretizou. Democracia não quer dizer eleição de presidente da República. Democracia quer dizer Constituição respeitada, com suas leis complementares confiáveis, a fim de serem cumpridas. Como o Presidente Castello Branco, que

fazia questão de cumprir a lei. Durante todo o regime revolucionário, em que só o presidente era militar, nunca se deixou de cumprir ordem de um juiz. Hoje, não se cumpre mais ordem de juiz, não se cumpre ordem do Supremo Tribunal Federal. Cada um faz o que quer e entende. A abertura foi uma coisa necessária. Entretanto, os que assumiram o Governo, a partir de 1985, apenas estavam com sede do Poder, para se beneficiarem do Poder, e não para beneficiarem a Nação e o seu povo. Todo mundo sabia, todos os estudiosos sabiam que o Brasil iria ficar às escuras. O Brasil, agora, está comprando energia à Argentina, à Bolívia, ao Paraguai. Por quê? Porque não construíram uma hidrelétrica, uma termelétrica, nada. A abertura foi necessária, sim, mas democracia não é discutir o sexo dos anjos. Democracia é o cumprimento da lei, e não a fabricação de leis para beneficiar aqueles que estão no Poder.

Os políticos brasileiros não gostam de cumprir a lei, muito menos os comunomarxistas, que querem apenas usufruir os benefícios da Lei da Anistia. Não aceitam que os mesmos benefícios favoreçam outros brasileiros, igualmente nela enquadrados. Eles não conhecem o sentido da imparcialidade. A Lei da Anistia só saiu porque o Presidente João Figueiredo teve o próprio pai perseguido pelo Getúlio, e não admitia que houvesse discriminação. Os "democratas" não queriam a volta de Miguel Arraes e nem de Brizola. Queriam uma lei de anistia restritiva, só para eles, porque tinham medo de que, quando aqueles voltassem, assumissem o Poder. Eles, os comunistas, estavam querendo a anistia e o Poder para eles, mas o General Figueiredo bateu o pé e disse: "Não, vai ser para todo mundo".

Eles, agora, ganharam o Poder. Comunista não clama por Deus, não acredita em Deus, mas tem dentro de si o ódio, só sabe odiar. É por isso que estamos vendo o desmantelamento que está ocorrendo no País, atualmente. Estão querendo vingar-se e não estão nada interessados no bem-estar do povo brasileiro. O lema deles, quando não estão no Poder, é: quanto pior, melhor. Para eles, essa é a filosofia, sempre foi assim no comunismo. Leiam a história de Hitler, leiam a história do comunismo e vocês verão que todos esses regimes ditatoriais, por que passamos no século XX, foram de sangue.

Às vezes, fico pensando que estamos num regime comunista mal-disfarçado. Porque tudo o que fazem é criar o ódio. Não sei por que este ódio, ódio ao mundo, ódio a tudo o que foi feito, não há continuidade. Estão destruindo para sobreviver, para dizer que vão reconstruir alguma coisa depois. A humanidade não vive de destruição, nem de reconstrução, a humanidade vive de evolução daquilo que existe.

No livro *Geopolítica do Caos*, de um escritor francês, há uma análise profunda da evolução social e do sistema político mundial. O sistema clássico é: Executivo, Legislativo e Judiciário. Entretanto existem, atualmente, dois outros poderes que

estão destruindo o mundo: o poder econômico e o poder da mídia; e o pior é que estão se juntando, convenientemente. Então, querendo dominar o mundo, a globalização compra tudo e tem a mídia subjugada pelo poder do dinheiro. Enquanto isto, as Forças Armadas e a sociedade civil entendem que o dinheiro existe para o bem do povo e não para o benefício de grupos, como está acontecendo no mundo atual. Também é por isso que as nossas Forças Armadas, por sua tradicional conduta na defesa do povo e serenidade diante dos fatos, são queridas e merecem a confiança de todos. Mas as Forças Armadas, mesmo ameaçadas pelo abandono e falta de apoio de governantes comprometidos ou incompetentes, permanecerão atentas e estarão formando um só corpo com todos os brasileiros que, realmente, amam este País. Será insensatez dos países ricos quererem sufocar a verdadeira democracia, escravizando os povos dos países menos desenvolvidos com esta globalização, antiética e desumana, dos especuladores que se mascararam de neoliberais.

Este é um dos momentos mais delicados que atravessamos na História de nossa Pátria. Como disse há poucos dias o economista Celso Furtado, perdemos a nossa soberania. Estamos vivendo um novo Império Romano. Quem conhece a História de Roma sabe que as legiões foram colocadas em determinados pontos da fronteira; dali para a frente estavam os bárbaros. Estamos vivendo nessa mesma situação. Vamos dar o exemplo: os Estados Unidos constroem navios poderosos, submarinos, mas não querem que os outros países tenham o direito de ter também submarinos nucleares. Eles querem que as Forças Armadas, particularmente as da América Latina, desapareçam. Mas o grande calcanhar-de-aquiles desse intento são as Forças Armadas brasileiras, que têm arraigado espírito nacionalista, amam o Brasil. Então, tudo é preciso ser feito para desmontá-las.

É preciso, pois, que tenhamos muito cuidado. Uma solução é, em nossas escolas, nos nossos quartéis, cultivar e fortalecer o amor à Pátria, do contrário causaremos prejuízo irreparável à nossa soberania e ao nosso povo. Até já falam em Guarda Nacional para substituir o Exército. É preciso que se aja com inteligência e firmeza para evitar o pior para o Brasil, bem como o amesquinhamento de suas Forças Armadas. É urgente que se reinicie a educação cívica do povo brasileiro – das pessoas mais simples às mais abastadas – fazendo-lhes ver que, sem soberania, sem o território integrado, sem liberdade, sem democracia, sem os nossos costumes, de nada vale um país sem alma, estável. Não seremos nada, senão escravos. No civismo puro e arraigado do nosso povo, em união com suas Forças Armadas, está a salvação do País e da Nação.

Tenho freqüentado várias reuniões e tenho pregado, desesperadamente, o ensino humanístico, o conhecimento do Brasil. Ontem, vi, graças a Deus, na Facul-

dade de Medicina, a volta ao ensino humanístico para o mundo. O que conseguiram fazer das universidades, onde não se estuda mais Filosofia, não se estuda Ética, não se estuda Moral? Enquanto nos países adiantados estuda-se Filosofia durante 13 anos, no Brasil somente 13 meses. É preciso voltar à formação do homem para o homem, e não promover a formação do homem para ganhar dinheiro, do homem egoísta. É preciso formar o brasileiro como ser humano. O que está acontecendo em nosso País é a destruição da alma do brasileiro. Hoje, você já ouve o compatriota dizer: "isto não é um país, vou para os Estados Unidos, vou para a Inglaterra". É lamentável.

Inserido no tema civismo está o culto aos grandes vultos nacionais, aos heróis, àqueles que arriscaram e até perderam a vida em defesa da Pátria, por uma causa nobre. Temos nossos heróis do passado, que não podemos esquecer; mas temos nossos heróis recentes, que devemos também cultuar, porque lutaram com determinação no combate ao terrorismo de esquerda, que violentou o povo brasileiro. A estes mártires se referiu, com reconhecimento, o General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, então Ministro do Exército: "Estaremos sempre solidários com aqueles que na hora da agressão e da adversidade cumpriram o duro dever de se opor a agitadores e terroristas de arma na mão, nessa guerra suja, para que a Nação não fosse levada à anarquia". É a Nação agradecida diante de seus mártires. E uma nação só sobrevive quando se curva perante seus heróis.

Em Fortaleza, certo dia, sugeri ao General Basto que prestasse uma homenagem ao Aldenor Maia, herói da Segunda Guerra Mundial, que rendesse uma homenagem a quem arriscou a própria vida nos campos de batalha. Hoje, o auditório da 10ª Região Militar ostenta o nome do General Aldenor Maia.

Uma Nação que não honra seus vultos históricos, que não respeita as suas tradições e não reverencia seu passado de lutas, pode desaparecer. É o que está acontecendo hoje: um caderno, feito pela TV Globo, com a pretensão de livro de História, diz o seguinte: "Vários movimentos de liberdade foram abafados por um homem chamado Luís Alves de Lima e Silva, a quem deram, de favor, o título de Duque de Caxias". Querem desfigurar a imagem de Caxias, que lutou pela unidade nacional e, como extensão, aviltar as Forças Armadas. Todos os anos, no dia 8 de maio, o Presidente da República deveria estar no Rio de Janeiro reverenciando os heróis que morreram na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, em defesa da liberdade, e, não, sair daqui para curvar-se diante do ditador comunista de Cuba. É preciso preservar a verdade, é preciso ter coragem de dizer isto, é preciso que o Congresso Nacional, no dia 8 de maio, reverencie os heróis da Pátria, senão o Brasil perde a noção da História e, quando se perde a noção da História, perde-se o senti-

do de Nação. É neste grande jogo que estamos e é preciso reagir, com coragem, sem medo. Temos de salvar o Brasil, pois recebemos uma herança dos nossos antepassados e temos que repassá-la para os nossos filhos.

Para se ter uma idéia da falta de patriotismo e de espírito público da maioria de nossos políticos, vou contar um fato ocorrido em 1961, por ocasião da queda do Jânio. Estava sentado numa cadeira, na Companhia Telefônica; no andar de baixo estava o Coronel Montagna. A telefonista disse: "O Juscelino vai falar com o Jango, em Paris". Liguei para o Montagna e perguntei: "Pode autorizar?" Autorizou. Na conversa, ouvi o Juscelino pedir, implorar, a vinda do Jango e este dizer: "Eu não, vou nada, vou nada; aquele pessoal da FAB é um bando de doidos" – alegava medo de ter o seu avião derrubado. Aí o Juscelino respondeu: "Rapaz, venha; o que interessa é o PSD, PTB, o resto que se lasque". Quer dizer, o País à beira de uma guerra civil e um político da estatura do Juscelino pensando em PSD e PTB. Fui conversar com o Montagna, e disse: "Meu Deus do céu, e o País, e a Nação?" Isto me marcou profundamente: a falta de caráter do homem público brasileiro.

Mas, nesses momentos é que você identifica os que têm e os que não têm caráter. Um dia me chega um cidadão e diz: "Tenho uma denúncia a fazer". Ele contou um caso muito escabroso, muito esquisito e, quando acabou, perguntei: "Meu amigo, você tem algum parentesco com esse cidadão?" "É meu cunhado", respondeu. "A porta está ali, vá embora", disse-lhe. Quer dizer, os canalhas se aproveitam desses momentos para tirar vantagens.

Graças a Deus, no Brasil não existem só esses maus cidadãos. Há homens de elevado sentido de honradez, de dignidade pessoal. Vou citar apenas dois que conheci, em certas circunstâncias: o General Sílvio Frota e o General D'Ávila Melo. Foram dois homens que admirei muito, pelo caráter. Uma vez, no aeroporto do Rio de Janeiro, ao ver o General Frota, disse (eu estava na ativa e ele, na reserva): "O senhor dá licença?" Ele parou, olhou e disse: "Pois não" (ia com a senhora). "Eu sou o General Torres de Melo, só queria ter o prazer de abraçá-lo, porque abraço um homem". Ele se emocionou e disse: "Mas, general!" "O senhor soube fazer justiça para comigo", respondi. Era um homem de caráter íntegro, incapaz de cometer uma injustiça. Essa passagem me marca porque, quando quiseram me destruir, ele me fez justiça. Nunca tinha visto o General Frota.

Um outro homem, que admirei, foi o General D'Ávila Melo. Não o conhecia, mas me propôs, sem me consultar, para o Comando da Polícia Militar de São Paulo. Presenciei a demissão do General D'Ávila Melo. E tive a oportunidade de vê-lo conduzindo o seu fusquinha. Eu era o comandante e ele foi visitar um amigo na Avenida São João. Foi parando o seu carro e então um soldadinho meu, de trânsito, disse: "O

senhor não pode parar aqui, vá parar acolá!" E com aquele jeito humilde dele, obedeceu, parou e entrou no prédio. O porteiro, depois, chamou o soldado e disse: "Rapaz, tu sabes quem é esse cidadão? É o Comandante do II Exército". O soldado sumiu. O General D'Ávila Melo me telefonou pedindo que levasse o meu soldado para dar-lhe os parabéns, pois havia cumprido com o dever. Foi difícil encontrar o soldado. Quer dizer, era um homem íntegro, um homem sério. E sofreu a injustiça dos homens: foi demitido, pagou por algo que não fez. Lembro-me bem de que se despediu com lágrimas nos olhos. Não me esqueço da sua figura, um homem impoluto. Mas a história e o destino dos homens estão nas mãos de Deus. E o General D'Ávila Melo sofreu as agruras da vida. Lembro-me bem: morrendo de câncer no hospital, eu me despedindo, e ele dizendo: "Hein, Torres, como a história é diferente!" Mas o que se vai fazer? É a mesma coisa para todo mundo, em todo lugar. Acusam-me de ter invadido a PUC. E eu não invadi a PUC. O que vou fazer?

Todas estas informações, verdadeiro compêndio de História, deveriam ser levadas aos quartéis e projetadas, como filmes, como instrução, mostrando o que se fez – e há realizações maravilhosas. Acredito que o Exército, às vezes, perde muito em não ouvir aqueles chefes mais experientes e que fizeram um pouco de história. Todos amaram e amam este País chamado Brasil.

General-de-Brigada Luciano Salgado Campos

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Principais atividades militares: instrutor e Comandante de Bateria no Curso de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Comandante do 10º Grupo de Obuses 105mm, em Fortaleza–CE (1964/1966); Diretor da Diretoria Patrimonial de Brasília (DPB); Comandante do 1º Grupamento de Fronteira, em Manaus–AM; Comandante da Artilharia Divisionária 5, em Curitiba–PR (1979); e Chefe da Agência Brasília, do Serviço Nacional de Informações (SNI), no Governo Costa e Silva.
- Foi Chefe de Gabinete do Ministério das Minas e Energia (1979/1982).
- No exterior: adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil na Alemanha.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, na eclosão da Revolução, servia na AMAN, nas funções de Chefe da Seção Técnica de Ensino.

Entrevista realizada em 11 de dezembro de 2000.

Uma espirituosa pessoa do meu conhecimento costumava dizer que devemos começar, sempre que possível, qualquer coisa, pelo começo. Então vamos começar pelo começo. Em 1961, servia no Estado-Maior da 10ª RM, em Fortaleza. Desde aquela época, com o desdobramento da renúncia de Jânio Quadros e os acontecimentos que levaram ao desgoverno João Goulart, admiti que teria de violentar os meus próprios princípios, teria que violentar minha consciência democrática e participar de alguma coisa para salvar o nosso País, que estava seriamente ameaçado em sua estabilidade. E me preocupava em preservar, nessa ação, objetivos nobres, que se enquadrassem no espírito do meu juramento perante a Bandeira, quando ingressei no Exército.

Em 1962, vi-me transferido, inicialmente, para Salvador, Bahia. Essa movimentação já se deu por motivos políticos, pois que, servindo em Fortaleza, fui deslocado por ordem do então Presidente João Goulart. Mas, em seguida, com a intervenção de amigos, a minha transferência foi retificada, da Bahia para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Lá chegando, no início de 1962, encontrei, como Comandante, o então General Pedro Geraldo de Almeida que, um mês e meio depois, foi substituído pelo General Emílio Garrastazu Médici, um grande chefe, ao qual devotei profunda admiração e amizade; mais tarde iria tornar-se um notável Presidente da República. Alguns elementos, principalmente da mídia, procuram caracterizá-lo com um ditador impiedoso, carrasco, torturador. Muito ao contrário, era um homem afável, de boníssimo coração e que prestou inestimável serviço ao País. Sua popularidade era tão grande que um fato ocorrido com ele jamais aconteceu com outra autoridade no Brasil. Ao assistir a um jogo de futebol entre o Vasco e o Flamengo, no Rio de Janeiro, por dificuldades no trânsito, chegou uns dez minutos depois de iniciado o jogo. Quando entrou no estádio, na Tribuna de Honra, ao anunciarem o seu nome, todo o estádio se levantou e, de pé, o aplaudiu entusiasticamente.

Em Resende, em face da evolução dos acontecimentos e ao desdobramento da situação política no País, as nossas preocupações eram as mesmas do General Médici, o Comandante da Academia. As dele, entretanto, eram agravadas pela grande responsabilidade de comandar um efetivo numeroso, mais de mil cadetes, além de oficiais, praças e civis funcionários. Essas preocupações levaram-no a realizar minucioso trabalho preparatório, numa objetiva visão do futuro, e assim preparar-se para o que viesse acontecer. Resolveu aprestar a AMAN, sem alarde: era uma conspiração silenciosa. No Estado-Maior da Academia, eu era o chefe da Seção Técnica de Ensino e tinha chegado a ser o Subdiretor de Ensino. Então, o Comandante encarregou-me de fazer uma palestra, inicialmente, para oficiais e

cadetes e, depois, pelo bom resultado obtido, também para subtenentes e sargentos. O assunto era Democracia: seu conceito, virtudes, vantagens, como o único regime compatível com a história e a tradição do Brasil. Esta introdução foi seguida de uma vasta explicação sobre a ameaça que pairava sobre o País, de tornar-se uma república sindicalista, sob a orientação de Moscou, a exemplo do que já acontecera com Cuba.

Como chegamos, na AMAN, ao 31 de março de 1964? Sabíamos e acompanhávamos, todos os dias, pelo noticiário da imprensa e pelo teor das conversas e discussões, que a Nação estava mesmo seriamente ameaçada: ocorria desordem em toda parte; o País estava fora da lei. Tudo dentro da filosofia bolchevista do "quanto pior, melhor". Começávamos a observar a quebra da disciplina e da hierarquia, importantes pilares de sustentação das Forças Armadas, como de qualquer Força Armada, tanto nos quartéis quanto nas bases e navios. A população, diziam os jornais, estava, em toda parte, atemorizada e, a grande maioria, revoltada. A inflação, galopante. Vivia-se num regime de insegurança. O resultado disso foi um crescente clamor público, um angustiado apelo que, incontido, estava prestes a explodir. E as motivações vieram com o comício do dia 13 de março, na Central do Brasil, a que estiveram presentes o Presidente e todos os seus ministros, inclusive o Ministro da Guerra. Depois, no dia 30 de março, houve uma reunião, que se tornou famosa, do Presidente com graduados, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Aí, deu-se a explosão da revolta popular, esse desespero da massa que levou à grande Marcha da Família com Deus, pela Liberdade, mais de 500 mil pessoas reunidas nas ruas de São Paulo. Marcha esta que, depois de eclodida a Revolução, foi repetida no Rio de Janeiro. A marcha contou com a participação de todas as camadas da população, particularmente da classe média que, àquela época, esteve sempre muito sacrificada. Queriam um basta na baderna. Alguma coisa tinha que mudar, ou melhor, tudo tinha que mudar. E por que tudo isso vinha acontecendo? Tudo isso era decorrência de quê? Da incompetência de um comandante fraco, demagogo, deslumbrado com o Poder, joguete incapaz nas mãos dos comunistas e dos corruptos, pois havia muita corrupção, a corrupção já estava generalizada no País. Acrescida da impunidade, haveria de provocar, como desfecho natural, uma rebelião, um movimento para terminar aquele descalabro. Ou melhor falando, uma Revolução, para mudar, acertar as coisas, botar o País nos eixos, novamente. E o que se queria era isso, uma Revolução, e não, simplesmente, um golpe militar para tomar o Poder pela força, como de resto sempre vinha acontecendo em nosso continente. Foi um movimento revolucionário natural, não teve nenhum plano meticuloso, não teve uma organiza-

ção perfeita, não havia, mesmo, nenhuma coordenação. Tanto que o seu eclodir se deu de surpresa, para muitos dos próprios revolucionários. Mas foi o resultado da vontade do povo e de sua disposição para a luta. Foi o povo, a vontade nacional mobilizada que, praticamente, ordenou às Forças Armadas que defendessem o País, usando as armas que, afinal, são do próprio povo. E veio a Revolução, que eclodiu num rompante de valentia e decisão do General Mourão, ao descer com as tropas de Minas Gerais, em direção ao Rio de Janeiro, com uma vitória surpreendentemente rápida, pois o Governo estava podre.

Na AMAN, não esperávamos a Revolução para 31 de março. Sabíamos que ela viria, mas quando, não. Estávamos todos, no dia 31 de março, à tarde, na Matriz, numa cerimônia de casamento da filha de um professor muito querido. Praticamente toda a oficialidade estava lá, quando alguém trouxe a notícia de que as tropas de Minas se deslocavam para o Rio e que a Revolução tinha "arrebentado". Acorremos todos à AMAN, onde já encontramos, em seu gabinete, o General Médici. Lá, ao contrário da Revolução como um todo, havíamos realizado uma preparação, pode-se dizer, meticulosa. Não só com esclarecimentos, palestras, mas com outras ações, atividades e conversas do nosso General e dos seus subordinados imediatos. Tanto que, na Revolução, a AMAN participou com, praticamente, 100% de seus integrantes. Havia um tenente em quem não depositávamos muita confiança, por algumas opiniões que ele externava, mas, no dia, ele estava lá firme conosco e sem qualquer discussão. Em dois sargentos, também, não confiávamos muito. Por coincidência, tinham pedido, na véspera, uma licença para ir às suas residências, tratar de problemas de doença na família. Entretanto, no dia 2 de abril, pela manhã, os dois se apresentaram e participaram de todos os trabalhos que se seguiram, ligados à Revolução. Tudo isso se deveu a essa figura extraordinária de homem, de chefe e de líder carismático, que era o General Médici.

Ainda no 1º de abril, tivemos momentos de preocupação quando chegou a notícia de que o Regimento-Escola de Infantaria (REI), vindo da Vila Militar, subia a Serra e estava se aproximando de Resende, em direção a São Paulo, como força legal em defesa do Governo. O Regimento-Escola vinha integrado ao Grupo-Escola de Artilharia, formando um Grupamento Tático (GT). Então, o General Médici, tendo a informação de que o GT se aproximava de Barra Mansa, tomou a decisão histórica: com o material humano de que dispunha na AMAN, especialmente cadetes, aproximadamente 800 cadetes, jovens de 18, 19 e 20 anos, o General barrou a passagem do REI, nas alturas de Barra Mansa. Mas o Grupo-Escola de Artilharia, que vinha atrás do REI, passou, rompeu as próprias linhas do REI, a linha de contato, e todos os oficiais e sargentos, acenando lenços brancos, passaram para o nosso lado. Fo-

ram recebidos e acolhidos festivamente na AMAN e nossos meios ficaram reforçados. Não tínhamos notícias muito precisas de São Paulo. Ainda não sabíamos, por exemplo, como iria comportar-se o General Kruel, que era Comandante do II Exército. Sabíamos que mantinha ligações com o Presidente João Goulart. De repente, ele aparece em Resende. Ao mesmo tempo, no gabinete do Comandante da AMAN, onde me encontrava, assisti ao General Armando de Morais Âncora, representando o Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que estava muito doente, acamado em casa, apresentar a rendição das forças legais à Revolução. As forças que subiram do Rio para combater o General Mourão, que vinha de Minas também, já haviam aderido à Revolução. Não houve nenhum problema, mas na região de Resende/Barra Mansa ocorria o inusitado: o REI, parado, em face das forças da AMAN, numa situação estática. Então – é preciso que se registre – nunca vi nada escrito sobre isso, ali se concretizou a vitória da Revolução.

Da AMAN, fui transferido para Fortaleza, para comandar o 10º GO 105, o atual 10º GAC. O Grupo tinha sido uma das peças mais importantes da Revolução, no Ceará, e para ele vim com uma missão intuída pelos “sopros” que recebi. Missão com dupla finalidade: dar continuidade ao processo revolucionário e fazer com que a Unidade retornasse ao trabalho profissional, ao seu preparo para o cumprimento da missão constitucional. Assim foi feito. Foram dois anos de intensa atividade, de muita instrução, de muitos inquéritos, de muitas sindicâncias, de muitas participações, sempre com todo respeito à dignidade da pessoa humana e aos direitos humanos. Durante esse período, o episódio que registro e quero mencionar foi o da prisão de seis deputados estaduais, que estavam passando dos limites, ao reagirem à Revolução. Três ficaram no quartel do 10º GAC e três ficaram no 23º BC. Só os liberamos depois que foram cassados pelos seus próprios pares. Devo registrar que, mais tarde, já general da reserva, vindo a Fortaleza, encontrei dois dos meus ex-prisioneiros. Um, numa entrevista, se não me engano na TV Ceará, sendo eu um dos entrevistadores. Depois da entrevista, veio abraçar-me e agradecer-me pelo modo digno e respeitoso com que foi tratado. O outro era um grande jornalista e escritor, falecido recentemente, que, nas escadarias do Náutico, quando me viu, abriu os braços, enlaçou-me, agradecendo o tratamento que lhe foi dispensado. Todos esses ex-prisioneiros eram homens de curso superior e foram alojados em quartos de oficiais, com alimentação de oficiais. Aliás, na minha Unidade, a alimentação dos oficiais era a mesma das praças.

Do 10º GO, cumpridos os meus dois anos de comando, fui transferido para o Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, onde passei pouco mais de um mês, um mês e meio. Certa manhã, o General Médici, que era o Chefe da 1ª Subchefia do Estado-

Maior, como General-de-Divisão, mandou-me chamar e me convidou para servir novamente com ele. Foi curioso o que me disse:

"Eu ontem fui chamado pelo Costa e Silva" – o General Costa e Silva ia assumir a Presidência da República em substituição ao General Castello Branco – "que me convidou para ser o presidente da Petrobrás. Disse a ele que não aceitava, a menos que fosse ordem para cumprir missão. Não aceitava porque muito pouco entendia de petróleo. Mas, hoje, ele me chamou de novo e me convidou para ser o Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), dizendo-me logo que não podia deixar de aceitar, porque todo oficial estuda, aprende, desenvolve e produz informações, não só informações de combate, mas informações sobre a situação de modo geral".

E, assim, fui para Brasília com ele, sendo nomeado Chefe da Agência Brasília do SNI. Naquele tempo não havia Agência Central e a Agência Brasília do SNI fazia a cobertura nacional, principalmente dos poderes Legislativo e Judiciário, produzindo informações para as decisões do Governo.

Do SNI, depois de quatro anos e meio, fui nomeado adido do Exército na República Federal da Alemanha, de onde continuei a cooperar com a Revolução. Tenho a consciência tranqüila – digo até com certo orgulho – de que estávamos no caminho certo, a despeito do que dizem hoje os frustrados de então. Os resultados foram muito mais positivos que negativos, tanto no plano econômico quanto no social. Foi durante a Revolução que se criou o Sistema Financeiro da Habitação, que se fez o Estatuto da Terra (que não foi cumprido), que houve um grande desenvolvimento no parque industrial do Brasil e o progresso notável das telecomunicações. Como todos podem recordar, antes, o nosso serviço de correio era péssimo. Hoje, temos um serviço postal igual aos melhores do mundo, e as telecomunicações estão aí para confirmar o elevado índice de desenvolvimento que obtivemos. Mas, reunidos todos os esforços e as incontáveis realizações decorrentes, o maior feito da Revolução foi ter guindado o Brasil de 48ª à oitava economia do mundo, no Governo Médici.

Houve falhas e houve desacertos. Falhas: primeiro, porque os militares não são preparados para o Poder político, e sim para a guerra, para cumprir a sua nobre missão de defesa da Pátria; segundo, porque os governos revolucionários não se constituíram só de militares, já que a grande maioria dos seus componentes era de civis, inclusive de políticos aderentes que se passaram para a Revolução, muitos deles não merecedores de inteiro respeito, pois tratavam mais dos seus interesses pessoais. Mas o desacerto maior da Revolução, a meu ver, foi ter entregue o Poder político aos civis, antes do tempo, sem que tivesse concretizado todos os seus objetivos, pois teve que desviar parte de sua atenção e esforço para neutralizar a

luta armada comunista – que praticava o terrorismo e fomentava as guerrilhas de Xambioá, de Registro e de Caparaó – bem como suplantar reações e muitas outras dificuldades encontradas. Essa entrega antecipada do Poder ainda teve a agravante de ter propiciado o retorno de todos os cassados à atividade política, prematuramente. Muitos deles voltaram, criando novos e graves problemas para o País. Tivemos uma grande infelicidade no acidente que vitimou o Marechal Castello Branco, o impecável Marechal Castello Branco, cearense que muito honra o Ceará e este País. Ele, na certa, teria voltado ao Governo ou, pelo menos, teria continuado como um mentor, orientando os seus companheiros para a recuperação total do País.

Hoje, depois de 16 anos de Nova República, o que se vê no Brasil? O esquecimento mesquinho de todos os bens morais deixados pela Revolução; a estagnação de todas as iniciativas de desenvolvimento por ela empreendidas, hoje negadas pelo complô formado por dirigentes, políticos e pela mídia; o desmando, a corrupção, o entreguismo e a mentira, em todos os setores da vida nacional; e a depreciação das instituições sérias. O povo, alienado, de nada participa. Mas as pesquisas indicam uma rejeição crescente aos dirigentes atuais e, tudo isto junto, mostra que a situação de hoje é pior do que aquela vivida antes da Revolução de 1964. Naquela época, os comunistas estavam apenas no Governo, como dizia o comunista maior, Luís Carlos Prestes, ainda não tinham o Poder. Hoje em dia, pode-se assegurar que os comunistas estão no Governo e detêm o Poder, mascarados de neoliberais. Embora digam que os comunistas acabaram, com a queda do Muro de Berlim e com o desmoronamento da União Soviética, eles se mimetizaram de "bonzinhos". São os "bonzinhos" dos "direitos humanos", só de esquerda; da "ecologia", contra os nacionais; da "caridade", a serviço da demagogia política. O certo é que estão aí mais vivos do que nunca, desnacionalizando o patrimônio nacional e infernizando a vida do povo brasileiro.

Este povo tem que saber que foi enganado, já que, em nome da democracia, os comunistas e seus aliados neoliberais usurparam o Poder. É preciso que não nos esqueçamos da traição comunista de 1935, da Intentona Comunista, pois a Intentona deixou uma marca profunda no peito e na alma dos brasileiros, em especial, dos militares. Não só dos contemporâneos daquela época, mas também dos que vieram depois, porquanto todos tomamos conhecimento daquela selvageria e do holocausto que representou, com a morte traiçoeira de muitos de nossos companheiros na calada da noite. Esse conhecimento tem-se repetido todos os anos; as vítimas da Intentona sempre são lembradas e homenageadas na data fatídica de 27 de novembro. Agora, com os comunistas no Poder, mesmo assim, se rememora o 27 de novembro, na Praia Vermelha em frente ao monumento, e nos quartéis.

Dizem que o Sr. João Goulart era comunista. Não creio. O Sr. João Goulart não era bem um comunista. Ele era um fazendeiro simplório, inculto, medianamente inteligente, mas muito esperto, deslumbrado pelo Poder que lhe tinha sido doado pelo seu padrinho, Getúlio Vargas, facilmente influenciado pelas esquerdas, pensando, de certo, que continuaria no Poder e se tornaria, como o seu padrinho, um futuro e próximo ditador. Entretanto, o maior crime do Sr. João Goulart, no meu entender, foi o conluio com os comunistas para transformar o Brasil numa "república popular sindicalista", escravizada à União Soviética. Daí, as agressões à ordem interna, subvertida por inúmeros movimentos, todos impulsionados por comunistas.

Acompanhei, naquela época, pelos noticiários dos meios de comunicação – jornais, rádio, TV – a criação e o desenvolvimento das "Ligas Camponesas" do Sr. Francisco Julião. Cresceram assustadoramente e partiram para provocar a intranqüilidade no campo, pois pretendiam implantar no Brasil a reforma agrária, inclusive pela força. Já os "grupos dos onze", que foram criados pelo Sr. Leonel Brizola, visavam, indisfarçavelmente, a tomada do Poder, em guerra de guerrilha. Outros muitos movimentos subversivos foram criados e desenvolvidos e deram muito trabalho às forças legais.

No curso desses movimentos ocorreram alguns fatos que foram fundamentais para o desencadeamento da Revolução: o comício da Central do Brasil, do dia 13 de março de 1964 e a reunião do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 30 subseqüente. Realizou-se, também, a grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, onde, no meu entender, na voz e no clamor do povo, estava a ordem às Forças Armadas para tomarem uma posição. Agora, o que as Forças Armadas fizeram foi uma repetição do seu comportamento histórico: atender aos anseios do povo. As Forças Armadas agem assim, desde o tempo do Império, ao se contraporem a interesses oligárquicos, como outrora pretendiam fazer dos militares caçadores de escravos fugitivos. As Forças Armadas sempre atenderam aos anseios maiores da nacionalidade. Pois elas são constituídas de membros que vêm da classe humilde. Nossos soldados, sargentos, oficiais, todos são povo, principalmente da classe média. Encarnamos, pois, o braço armado do País, que atende ao desejo da Nação como um todo. As Forças Armadas, portanto, responderam aos anseios do povo, naquela época.

O General Castello Branco, em sua célebre Nota Reservada de 20 de março, dizia que a insurreição é um recurso legítimo do povo. Assim pensavam os demais líderes civis e militares da Revolução, que não queriam um movimento faccioso. Dentre esses líderes, que foram muitos, citarei os que considero os principais: os governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, respectivamente da Guanabara e de

Minas Gerais; o Marechal Castello Branco, pelo trabalho fantástico que realizou, principalmente com aquele manifesto, ainda como Chefe do Estado-Maior do Exército; o Marechal Odylio Denys, que foi o grande mentor e trabalhador do miudinho, do detalhamento, de levar aos outros companheiros a Revolução; o General Mourão e o General Guedes, pela sua impetuosidade, fazendo eclodir à Revolução, por não poderem esperar mais; e o General Médici, pelo trabalho fantástico, até hoje não muito conhecido, que realizou na AMAN.

A atuação desses líderes junto à tropa, associada à satisfação do cumprimento do dever, em prol da vontade nacional e ao sucesso incruento obtido em pouco mais de 24 horas, tudo isto robusteceu a união e a coesão nas Forças Armadas. Mais ainda: antes, naquela situação horrível que estávamos vivendo no Governo João Goulart, havia, dentro dos quartéis, alguns simpatizantes do lado de lá. Havia dissensões, discussões, discordâncias. Criavam-se inimizades. Depois da Revolução, quando as coisas foram colocadas nos seus devidos lugares, isso acabou e a união e a coesão voltaram, graças a Deus, até hoje, embora haja muitos esforços de fora para provocar desunião, principalmente entre as três Forças: Exército, Marinha e Aeronáutica.

O vigor de uma Força reside, exatamente, na sua união, na sua coesão interna. Esta união, esta coesão, apesar de robustecida com a Revolução, antes já existia, nascida da própria formação das Forças Armadas, que sempre fundiram todos os seus esforços na defesa da Pátria, da nacionalidade, o que, aliás, fizeram em 1964, com o respaldo do povo. Portanto, não houve uma ideologia, mas um ideário que foi seguido, patrioticamente, pela Revolução.

Na realidade, a Revolução foi mesmo um movimento para mudar, para acertar, para repor o País nos eixos, e não simplesmente um golpe militar ou uma quartelada para tomar o Poder pela força, como acontece, periodicamente, na América Latina. A Revolução não se baseou em nenhuma ideologia, porque, a meu ver, a democracia não é uma ideologia, mas um sistema de vida e um regime político de governo por excelência, comprovadamente o melhor para o Brasil. Foi uma Revolução contra a ideologia comunista, a ideologia que nos levaria a uma ditadura bolchevista, a exemplo do que acontecia na Rússia e, até hoje, em Cuba e na China.

A Revolução, portanto, se dispôs a mudar a face do Brasil para a de um País moderno. Para tanto, precisava de uma nova estrutura. E, entre os requisitos para essa nova estrutura, impunha-se um serviço de informações eficiente, um SNI, à semelhança de todas as grandes nações do mundo: os EUA têm a CIA, a Inglaterra tem o serviço de inteligência, além da Scotland Yard. Todos os grandes países têm o seu serviço de informações. Para quê? Produzir informações para seus dirigentes, para o Governo tomar as suas decisões, saber das pessoas, das coisas, dos fatos, do

que acontece. O SNI prestou grandes serviços ao País. Foi, infelizmente, extinto no Governo Collor. Hoje, o Governo, sentindo que não pode viver sem ele, recriou-o, usando o nome de ABIN (Agência Brasileira de Inteligência).

Quanto aos órgãos internos de informações, como os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), que vieram com o agravamento da Lei de Segurança Nacional, foram necessários para a neutralização da luta armada contra a Revolução. Precisava-se de órgãos especificamente preparados para isso. Bem que esses órgãos estão fazendo falta, hoje em dia. As conturbações violentas, nas cidades e no campo, estão-se revelando mais mortíferas do que no tempo da luta armada comunista. Os métodos são os mesmos: clandestinidade, terrorismo, seqüestro, assalto. Parece até que há um certo interesse ou conivência política com o terrorismo atual.

Com relação ao campo, por exemplo, não existe uma política agrária, mas inventaram uma "reforma agrária", sem ter o que reformar em termos de estrutura político-jurídica, o que só tem servido de anteparo às investidas do ilegal e acobertado Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). O único ensaio de política agrária no Brasil surgiu com o Estatuto da Terra, deixado pelo Presidente Castello Branco. Incompreensivelmente, não o puseram em execução. Contrariava, de certo, alguns interesses, portanto foi deixado para depois. E o assunto reforma agrária, que teria sido resolvido satisfatoriamente, a nosso ver não o foi. O MST é a volta das "Ligas Camponesas", é a volta da subversão no campo, tendo como pretexto a reforma agrária. Naquele tempo, achava-se que as "Ligas Camponesas" tinham a influência do Sr. Francisco Julião, a influência subversivo-comunista. Mas o principal objetivo era a reforma agrária. Hoje, acredito que o MST está muito mais voltado para a ideologia do que, realmente, para a reforma agrária. Tanto que se sabe, agora, que muitos dos líderes do MST não são os miseráveis que buscam uma nesga de terra para sua agricultura de subsistência: são líderes que vivem muito bem, inclusive tirando vantagens dos que pagam contribuições.

Os líderes do MST, muitos preparados ideologicamente no exterior, aproveitam-se das liberdades inerentes às democracias para criarem áreas de conflito envolvendo as camadas mais carentes da sociedade, sobretudo do campo, contra a administração do País. É o que têm feito. Nos países que adotam o regime ditado pela ideologia comunista, esses líderes não ousam conturbar a ordem, porque são eliminados inexoravelmente. Aqui, no Brasil, juntam-se a esses líderes seus sócios da mídia e mais alguns políticos, para detratarem a Revolução, chamando-a de "ditadura", "anos de chumbo" e de tantas outras coisas. Isto só pode significar o chiado dos frustrados subversivos, que não têm o que fazer e o que dizer. Hoje, a

ditadura econômica sobre o povo é muito maior do que naquele tempo. Durante a Revolução, vigia um regime de restauração da democracia em que funcionava o Poder Legislativo, na maior parte do tempo. Uma ditadura?! Uma ditadura em que se escrevia nos jornais o que se queria! Uma ditadura que só trouxe benefícios ao povo brasileiro, de um modo geral! Uma ditadura bendita, esta! Aplicou, rigorosamente, todos os recursos públicos do seu período em proveito do povo brasileiro e do desenvolvimento do País, sem permitir que ninguém auferisse vantagem, em especial os militares.

Aliás, sempre foi apanágio do militares a seriedade com a coisa pública, sobretudo quando se trata de sua própria remuneração. Todos sabem que é sempre reduzida em relação a outros órgãos e, apesar de trabalharem dedicadamente, sem horários fixos, com prontidões, com exercícios no campo, com manobras, com riscos, com muitos riscos, nunca os militares tiveram maior preocupação em recorrer a qualquer ato ilícito para conseguir aumento de salário. Não será agora que o faremos, apesar de estarmos, há cinco anos, sem reajuste e o que o Governo vem prometendo, há muito tempo, vai nos ser dado em quatro prestações: duas em 2001 e duas em 2002. Isto é ridículo e de fazer rir! Mas, continuamos vivendo modestamente e trabalhando, pensando mais no País do que em dinheiro, em riqueza e em bem-estar.

Mas, voltando à ameaça do marxismo, enfrentado pela nossa Revolução, lembro-me do conluio atual – do narcotráfico e das Forças Revolucionárias da Colômbia – em plena área fronteiriça e contígua ao Brasil, por agravar de muito nossas preocupações com a cobiça da nossa Amazônia. Agora mesmo, quando se sabe das ameaças internacionais que pairam sobre aquela região, sente-se a preocupação redobrada das Forças Armadas com a sua segurança. Sabe-se, também, que a preservação da soberania de um território como o da Amazônia não é problema apenas das Forças Armadas, que têm missão específica, mas envolve todo um povo, através da interação de todos os setores da vida nacional, a começar pela educação eficiente que, na sua maior parte, é responsabilidade do Governo. A harmonia e a determinação dos brasileiros, na Amazônia, dependem, fundamentalmente, dessa educação e do grau de civismo que ela lhes deverá transmitir.

Estive na Amazônia, recentemente, preocupado com o Plano Colômbia. Na fronteira assisti, na carta, a um exercício de reconhecimento do terreno das forças do Exército. Voltei entusiasmado com o que estão fazendo o Exército e a Aeronáutica, na área. A Marinha não vi, porque está embarcada, mas na área. Naqueles postos especiais de controle podemos ver um tenente, com vários soldados, cabos e sargentos, tomando conta de uma extensão enorme. Pontos aonde só se tem acesso

de avião da FAB, que exige pista de pouso pequena, ou de canoas, pois nem barcos podem navegar naqueles afluentes do rio Negro, cheios de corredeiras empedradas. Andei no que eles chamam de voadeira, que é um barco comprido, de alumínio, com motor de popa. Praticamente, o barco voa acima d'água. Lá, tive a oportunidade de compreender a preocupação do Brasil com o que está acontecendo na Colômbia, onde as Forças Armadas Revolucionárias já se apoderaram de cerca de 40% do território nacional, que o Governo não controla mais. Agora, com esse acordo feito com os EUA, o Governo da Colômbia está cercando e pressionando essas forças, que poderão refluir sobre o Brasil. Elas se apóiam no plantio, na indústria da coca e no tráfico da cocaína; e poderão transferir vários de seus integrantes para o Brasil, para expandir a plantação de coca. Felizmente, encontrei uma situação muito segura, sob inteira responsabilidade do nosso pessoal. Entretanto, o que mais me encheu o coração de alegria foi verificar, na entrada de todos os postos de fronteira, dos quartéis, quer dos Batalhões de Infantaria de Selva, quer dos de Engenharia, de todas as organizações militares, uma tabuleta à porta, dizendo: "Fizemos antes, faremos sempre! Guararapes." Este aviso lembra que foi nos Montes Guararapes, em Pernambuco, que portugueses e seus descendentes, os brasileiros de Vidal de Negreiros, os índios de Felipe Camarão e os negros de Henrique Dias, uniram-se, enfrentaram e derrotaram, nas duas batalhas, em 1648 e 1649 as forças holandesas, bem mais numerosas, bem armadas e municiadas, que ocuparam o litoral do Nordeste brasileiro, continuamente, durante 24 anos. Este fato prega o aviso de que a epopéia dos Guararapes será repetida contra quem quer que ponha os pés na Amazônia, como uma resposta muito mais violenta do que aquela que o Vietnã deu na Ásia. Todavia, temos que estar preparados com o melhor do que dispomos, com a nossa consciência de brasileiros desperta para a complementação da obra da Amazônia, ampliando o Projeto Calha Norte pela interação de todas as forças vivas da Nação, de todos os ministérios empregados no desenvolvimento daquela região.

O Projeto Calha Norte, lançado desde o Governo Sarney, tinha grandes e importantíssimos objetivos e a sua execução reunia cinco ou seis ministérios. Até hoje só recebeu a participação das Forças Armadas, que estão realizando a sua parte. Recentemente, com o problema do Plano Colômbia, começaram a aparecer, na área, alguns elementos da Polícia Federal e do Ministério da Justiça. A participação mais efetiva e significativa, como saúde, educação e transporte, ainda está por vir.

Os brasileiros precisam tomar consciência da vibrante epopéia que foi a formação de nosso espaço territorial e, nele, a importância do valor do espaço amazônico. Indo aos primórdios da nossa História, podemos verificar que o Tratado de Tordesilhas (1494), ratificado pelo Papa Júlio II, em 1506, estabelecia para Portu-

gal a linha meridiana que ligava Belém–PA a Laguna–SC, abrangendo apenas uma estreita faixa de terra, junto ao litoral leste, distante 370 léguas do Cabo Verde. Tudo mais, a oeste, pertencia à Espanha. Depois houve a fusão das coroas de Portugal e da Espanha, sob o cetro de Felipe II, da Espanha. Então, a Península Ibérica tornou-se um só Estado. Durante esse tempo (1580/1640), os espanhóis negligenciaram e os portugueses, com destemor e bravura, foram avançando para oeste, empurrando, muitas vezes à ponta de espada, a Linha de Tordesilhas até as faldas da cordilheira dos Andes. Em 1750, estava concretizada a tese do *uti possidetis*, que fundamentava a assinatura do Tratado de Madri, graças à cultura e ao prestígio político de Alexandre de Gusmão – o brasileiro que foi secretário de João V e ministro do ultramar português. Assim, estava triplicada e legalizada, em Madri, nosso espaço territorial, praticamente com a configuração atual, no coroamento pacífico daquela epopéia. Hoje, o Brasil é maior em largura do que em comprimento. Temos um país continental com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, ao passo que a Espanha deixou, na América do Sul, o quê? Nove pequenos países que Simão Bolívar, o grande Simão Bolívar, com toda a sua campanha, todo o seu sacrifício, não conseguiu reunir numa só nação. Lá em cima, nas Guianas, estão ainda os restos da ambição externa que sempre houve sobre a Amazônia. Estão lá a Guiana Inglesa, a Francesa e a Holandesa (esta, transformada em Suriname), que são o resto da Amazônia.

A Amazônia, sempre ambicionada, além das riquezas vegetais, cuja exploração é combatida, alegando-se desmatamento, quando, na verdade, porque desmatamento significa desenvolvimento e progresso também, eles estão preocupados é com a água, e a Amazônia tem 20% da água do Planeta, que está começando a faltar, no mundo. Falta água na China, na Europa. Na Alemanha, aproveita-se a água de um rio poluidíssimo, o rio Reno. Os EUA já chegaram a planejar o aproveitamento de geleira do pólo, mas verificaram que, se o fizerem, isso vai ser um desastre de inundações. De imediato, o que eles pretendem são as riquezas minerais que estão no subsolo: ouro, diamante, cobre, zinco, estanho, cassiterita e petróleo, muito petróleo; mas, sobretudo, o nióbio. Com um piloto da FAB, sobrevoamos, numa aeronave Bandeirante, as minas de nióbio, que ficam nas proximidades do pico da Neblina, o ponto mais alto do Brasil, 2.991 metros, quase 3 mil metros de altura. Essas minas de nióbio encontram-se em elevações com crateras arredondadas cheias de água. Por que o nióbio? Porque o nióbio é o metal mais duro da natureza e indispensável às naves espaciais, que vão a Marte, à Lua, porque resiste ao tremendo esforço de ingresso na atmosfera. O nióbio é também usado nos mísseis atômicos.

De toda essa riqueza vem o grande interesse de nos tomarem a Amazônia. O curioso é que o Sr. Al Gore, o candidato democrata a presidente dos EUA, declarou

que o Brasil não sabe tomar conta da Amazônia, que acabou a fase da contemporização e que agora é a ação militar. Imaginem esse homem presidente dos EUA! O outro, o Sr. Bush, no penúltimo debate da sua campanha presidencial, perguntado por uma jornalista, sobre a Amazônia, declarou que o Brasil devia vender as florestas tropicais para pagar a sua imensa dívida. Jocosamente, o nosso Deputado Delfim Neto, na Câmara dos Deputados, declarou nos jornais, no próprio *Diário do Nordeste*, que os dois estão querendo tomar a Amazônia: um, pagando e o outro, de graça.

Assim, nós, brasileiros, devemos ter consciência de que temos de defender a Amazônia, como Henrique Dias, Felipe Camarão e Vidal de Negreiros o fizeram, lá nos Guararapes. Esta terra é sagrada, esta terra é nossa. A História da Civilização nos mostra que o poderio dos povos é transitório. Recordemos a grande Roma, Cartago, a Inglaterra, a Rússia, o Japão, e, hoje, a grande nação do mundo, os EUA, que já esgotou, do seu meio ambiente, recursos e áreas para desenvolver. Quem possui esses recursos para ser um grande país? Só o Brasil. Basta que nós, brasileiros, o queiramos, que tenhamos bons governantes, para tornar o Brasil o grande País prometido para o futuro. Deus nos deu tudo, especialmente uma grande população, uma mistura de raças que tem vastíssimos atributos de inteligência, de capacidade e de vontade.

Desta forma, e por tudo isto que me foi dado tratar nesta entrevista, com vistas a esclarecer e animar os nossos concidadãos, vejo, neste Projeto de História Oral do Exército, um grande feito, uma grande realização. Os ensinamentos que podemos colher do tema Revolução são muitos. Vou tentar resumi-los em três: primeiro, ela eclodiu para salvar o País do comunismo e livrá-lo da corrupção, que já se tornava generalizada; segundo, não foi uma Revolução meticulosamente preparada, veio da angústia do povo, daquela vontade irrefreada de mudar, de não aceitar aquela situação que desgraçava o nosso País; terceiro, as falhas e desacertos, principalmente ao final dos governos revolucionários, ao devolvermos o Poder antes do tempo, antes que tivéssemos consolidado um projeto ao longo do seu exercício.

General-de-Brigada Manoel Theóphilo Gaspar de Oliveira Neto

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Principais atividades militares: oficial de Estado-Maior da 10ª Região Militar, Fortaleza–CE; Comandante do 10º Grupo de Obuses 105mm, Fortaleza; oficial de Estado-Maior da 4ª Divisão de Cavalaria (atual MS), do IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste, e da 2ª Subchefia do Estado-Maior do Exército; Comandante da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Recife–PE; e Comandante da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, em Santa Maria–RS.
- No exterior: Chefe da 1ª e 5ª Seção da Força Armada Interamericana do Brasil (FAIBRAS) e da Brigada Latino-Americana, em São Domingos, República Dominicana; e adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil na Colômbia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, na eclosão da Revolução, chefiava a 1ª Seção da 26ª Circunscrição de Recrutamento, em Teresina-PI.

Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2000.

A Revolução de 31 de Março de 1964 encontrou-me na chefia da 1ª Seção da 26ª Circunscrição de Recrutamento, hoje CSM, em Teresina-PI. Mas devo voltar um pouco mais no tempo, para comentar acontecimentos que nos levaram àquele ano.

Antes mesmo de 1961, o Brasil vivia um quadro de greves, de tumultos, ao arrepio de qualquer controle legal. Nossas movimentações eram realizadas via marítima e viajávamos acompanhados da família. As permanências nos portos poderiam durar dias, bastaria que a estiva ou o Sindicato dos Estivadores achasse que o imediato do navio tivesse cometido um erro, para interromper suas atividades, instantaneamente. A situação vinha-se agravando, não só no setor portuário, mas também em outras áreas de trabalho, o que provocava a sensação de intranqüilidade, indistintamente. Além desses acontecimentos, assistíamos a movimentos de rebeldia nos meios estudantil e operário, muitas vezes provocados e estimulados por ativistas ideológicos.

Depois da renúncia de Jânio, assumiu o Governo o Sr. João Goulart que passou a conduzir o País de forma atabalhoada. Os postos-chave eram controlados pelos "pelegos", pessoal que entrava e saía do palácio como se dele fosse dono. A situação se agravava, dia após dia. Nas Forças Armadas, as prontidões eram freqüentes e não se tinha sossego. Os acontecimentos que agitavam o País pioraram de meados de 1963 ao primeiro trimestre de 1964, começando a evidenciar os sinais de uma crise muito perigosa para o Brasil. Em todos esses episódios, eram patentes as afrontas às Forças Armadas, em especial, ao Exército, e a quebra da disciplina militar. No Piauí, onde me encontrava, ocorreu uma rebelião na Polícia Militar, sem grandes conseqüências.

Transferido de Teresina, fui para o Quartel-General (QG) da 10ª RM, em Fortaleza-CE, onde se manifestaram as primeiras reações pré-revolucionárias. E ressalto, dentre essas reações, a participação vibrante do lendário 10º Grupo de Obuses 105 (hoje, 10º GAC), numa referência afetiva ao meu 10º Grupo de Artilharia Transportado (10º GAT), onde fui tenente e capitão.

Destaco, também, a Arca de Noé, cujo significado pré-revolucionário pouca gente conhece. Não era a Arca de Noé bíblica, que reuniu todos os bichos da Terra, mas uma Arca de Noé que acolhia, harmonicamente, os sindicalistas, os patrões e os empregados, pessoas de diversas procedências, mas com um só pensamento: a defesa da Pátria! A ela se deve, por exemplo, a imunização dos portuários cearenses às idéias anarquistas vindas de fora. Estas, portanto, são reminiscências de um período vivido, pouco antes da eclosão do Movimento Revolucionário de 1964.

Oficial do Estado-Maior do Comando da 10ª RM, classificaram-me como Subcomandante do 10º GO 105. Nessa função, fui convocado para integrar as forças

brasileiras que seriam enviadas a São Domingos, em missão de paz. São Domingos é uma república situada na Ilha Espaniola, no Mar do Caribe, cujo território ocupa dois terços, ficando o outro terço com o Haiti. De 1930 a 1961, suportou a ditadura do Generalíssimo Rafael Leonidas Trujillo. Em 1963, foi empossado Juan Bosch que, acusado de permitir a infiltração comunista, foi deposto e substituído por um triunvirato. A agitação política que se seguiu fez surgir duas facções, uma favorável e a outra contrária ao retorno de Bosch. As lutas entre essas duas facções foram-se espalhando de uma forma tal que dominaram todo o território nacional, causando tremenda violência e muitas mortes, sobretudo na capital. A ordem política e social do país estava-se desmoronando a largos passos. Depois de algumas tentativas da Organização dos Estados Americanos (OEA), sem sucesso, foi convocada a X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores que, a 6 de maio de 1965, decidiu criar uma Força Interamericana de Paz (FIP), a fim de garantir o funcionamento das instituições democráticas na República de São Domingos. Para comandar a FIP, composta de contingentes do Brasil, Costa Rica, Estados Unidos, Honduras, Nicarágua e Paraguai, foi designado o General do Exército Brasileiro, Hugo Panasco Alvim. O contingente brasileiro se compunha do I Batalhão do Regimento-Escola de Infantaria e de uma Companhia do Corpo de Fuzileiros Navais; e recebeu a denominação de Força Armada Interamericana do Brasil (FAIBRAS), cujo comandante foi o então Coronel Carlos de Meira Mattos. Foi neste contingente que tomei parte. A ele coube, entre outras, a difícil missão de garantir a neutralização da área do Palácio Nacional, sede do governo dominicano. Pacificados os ânimos, em 1º de julho de 1966, e concluída a missão da FIP, a FAIBRAS foi extinta, em 30 de setembro de 1966.

De volta ao Brasil, no começo de outubro de 1966, nomeado Comandante do 10º GO 105, partilhei da preocupação de toda a Guarnição de Fortaleza com certos movimentos de contestação que começavam a desenvolver-se na área. Ativistas de esquerda resolveram tumultuar os meios estudantis e outros, insuflando-os à prática da desordem e à tomada de atitudes de afronta às autoridades. Lembro-me de que, no dia 7 de setembro de 1967, em frente à Igreja do Carmo, por onde transcorria o desfile militar do Dia da Pátria, um grupo de estudantes, liderados por conhecidos comunistas locais, surgiu em passeata agressiva e desrespeitosa à data, invadiu a igreja e enrolou a imagem de Nossa Senhora com um pano preto, em sinal de protesto. Era um ato grotesco que intentava provocar a reação da tropa e a criação de vítimas, a serem, em seguida, exploradas. Mas a tropa, orientada e bem comandada, não aceitou a provocação, não reagiu, e o desfile prosseguiu. Este fato mostra o início da escalada da violência ideológica que evoluiu para o terrorismo generalizado, para as guerrilhas, e no todo, para a

luta armada, provocando o endurecimento da Lei de Segurança Nacional, com a promulgação do AI-5.

O Estado democrático brasileiro jamais poderia permitir que uma minoria irresponsável ensangüentasse a sociedade, a Nação, em nome e em benefício de uma ideologia escravizante, o comuno-marxismo da "ditadura do proletariado". Tinha que agir, agir enérgica e rapidamente. E assim foi feito. Enquanto os comunistas procuravam levar a luta armada para todo o Brasil, atuando com maior intensidade no Rio de Janeiro e, sobretudo, em São Paulo, as forças de segurança não lhes davam trégua, os encontros foram muitos e sangrentos, apesar de os comunistas agirem na clandestinidade e covardemente. Neste clima, concluí o meu comando no 10º GO 105; de lá fui servir, como oficial de Estado-Maior, na 4ª Divisão de Cavalaria, em Mato Grosso. Passei dois anos e meio, numa situação muito tranqüila, pois os confrontos da época não chegaram àquela região. Depois voltei para o QG da 10ª RM.

Demorei pouco em Fortaleza, porque fui nomeado adido das Forças Armadas na Colômbia. Naquela época, por volta de 1975, a situação na Colômbia já era complicada, por causa das forças de guerrilha que infestavam seu território. Hoje, o país não tem a mínima tranqüilidade, está perdendo as suas condições de Estado nacional. A guerrilha, aliada ao narcotráfico, mantém-se ativa e a mortandade aumenta dia a dia. Tudo isto, porque o governo colombiano não tomou, na época oportuna, as medidas que foram adotadas aqui, a partir de 1968. O preço que a Colômbia está pagando, hoje, é extremamente maior do que o que teria pago se tivesse agido em tempo útil. É bom que os detratores do AI-5 se lembrem disso. Hoje, na Colômbia, se aliaram dois dos piores males que afligem a humanidade: o terrorismo ideológico de esquerda e o narcotráfico. Tudo isto se constitui num grande perigo para a nossa Amazônia, ameaçada de internacionalização por potências estrangeiras, pois a Colômbia faz fronteira com o nosso País, exatamente no território amazônico.

Pois bem, o Brasil estaria numa situação muitas vezes pior do que a Colômbia, se não tivesse tomado, a tempo, as providências que tomou. Se não tivesse, à frente do Governo, um homem da estatura do Presidente Médici, que jamais se furtou a tomar decisões difíceis, por mais extremadas que parecessem, desde que em nítido benefício do Brasil e de seu povo. Foi o que fez, desde o início de seu Governo: decidiu combater e aniquilar a "Luta Armada" com a qual os comunistas, derrotados em 1964, resolveram, de maneira irresponsável e covarde, ensangüentar o País e afrontar os governos revolucionários. Neutralizada a "Luta Armada", a decisão do Presidente Médici livrou o Brasil da situação desastrosa em que

vive a Colômbia nos dias de hoje. Este fato não o reconhecem os seus difamadores que, possuídos daquela mesma ideologia odienta, favorecem os "direitos humanos" da esquerda e beneficiam os criminosos de ontem. Incriminaram os órgãos de informações por suas atividades, mas silenciam sobre a clandestinidade e a covardia com que se ocultavam para praticar seus crimes.

O certo é que, apesar desses entraves, o Governo Médici despertou no País uma fase de progresso nunca vista antes: o Brasil passou da 48ª para a oitava potência econômica; a inflação caiu para 12% ao ano e a dívida externa, para seis bilhões de dólares. Médici gozava de uma popularidade de que nenhum homem público desfrutou no Brasil. Assim, passou o Governo ao Presidente Geisel que encontrou o terreno preparado para iniciar a abertura política, cuja execução esteve sempre no seu pensamento. Abriu o caminho para a plena democracia, o qual teria que passar, ainda, pela reconciliação nacional, cuja garantia estaria na Lei da Anistia, promulgada no Governo do Presidente Figueiredo. Com a Lei da Anistia, o Presidente Figueiredo encerrava o ciclo dos governos militares e o período revolucionário.

A Lei da Anistia, esquecimento dos crimes cometidos por todos os envolvidos na "Luta Armada", permitiu o retorno e o convívio harmônico das diversas tendências. Mas nunca foi respeitada pelos esquerdistas. Enquanto assaltantes de trens pagadores e terroristas de ontem encastelam-se em ministérios do Governo atual, os que cumpriram com o dever são perseguidos tenazmente. Inclusive quem não participou de nenhuma ação, como o filho do Presidente Médici. Apesar de ser um excelente engenheiro, até hoje não conseguiu emprego, por trazer o nome Médici. Portanto, a Lei da Anistia, em termos de produção de efeitos – apesar da universalidade do seu espírito – só tem beneficiado os apátridas.

O facciosismo ideológico radicalizado, grandemente acirrado pelas ONGs internacionais, invade e domina os meios de comunicação social; estes, aliados a políticos de maus bofes, teimam em negar os incontáveis benefícios deixados pela Revolução de 1964, em todos os campos da vida nacional. Dessas realizações falarei mais adiante. Por enquanto, citarei, apenas, o exemplo da Amazônia que, na sua vasta extensão, antes do ciclo revolucionário, não dispunha de acesso aos seus pontos mais excêntricos. A assistência à saúde, à educação e outros benefícios se tornavam, praticamente, inviáveis, pois a maioria dos pontos a alcançar era inacessível. Durante o período revolucionário, abriram-se campos de pouso e se instalou um sistema de telefonia especial. Esses meios e outros facilitaram a presença mais eficiente em toda a área amazônica. Aqui, cabe dizer que os problemas da Amazônia não são de fácil solução, mas também não são impossíveis de serem resolvidos, e concluo esta afirmação com a célebre frase do General Rodrigo Octávio

Jordão Ramos: "Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados, em conquistá-la e mantê-la."

É oportuno comentar alguns antecedentes da Revolução e certas circunstâncias que a envolveram durante e depois dos governos revolucionários. Iniciarei esses comentários com a Intentona Comunista de 1935. O que foi essa Intentona? Tudo começou com a intenção (daí, intentona) da Revolução Comunista Russa de 1917, de expandir o comunismo e dominar o mundo através do Komintern – criado e financiado por Stálin – para implantar os partidos comunistas em países considerados estratégicos, inclusive no Brasil. A doutrina básica do comunismo refletia a filosofia de Karl Marx, fundamentada no "materialismo histórico", impregnada de um processo revolucionário violento, agravado ao longo do tempo pela tirania de Stálin. Em 1922, fundou-se o Partido Comunista Brasileiro, cujo chefe maior foi Luís Carlos Prestes. Daí para frente, os comunistas brasileiros, orientados pela III Internacional Comunista – Komintern – e apoiados por Moscou, começaram a articular um movimento para implantar, no Brasil, o regime comunista. Este movimento se desencadeou em novembro de 1935, começando em Natal-RN, com a deposição e prisão de autoridades, com assaltos, seqüestros, estupros e todo tipo de violência. Estendeu-se para o Recife, onde houve confrontos e mortes entre as forças da ordem e bandos comunistas armados. Tornou-se mais grave no Rio de Janeiro. Na noite de 27 de novembro de 1935, foram atacados vários quartéis e mortos 28 militares, enquanto dormiam nos seus alojamentos. O mais brutal desses ataques ocorreu no 3º RI, na Praia Vermelha. Essa Intentona Comunista de 1935, por suas características de traição e de perversidade, traumatizou a alma brasileira e vacinou o nosso militar contra essa ideologia malsã. Foi, portanto, um marco deplorável na vida nacional e o antecedente preponderante da Revolução de 1964.

Outros motivos, porém, a impulsionaram. O panorama político que se vinha formando, havia mais de uma década, não era dos mais promissores. Crescia a luta por interesses e posições pessoais. Os candidatos eleitos eram, cada vez mais, despreparados para o honesto desempenho das funções públicas. A corrupção aumentava assustadoramente. A administração pública se degradava. Com isto, a inflação prosperava, a dívida externa subia e o povo pagava a conta. Este panorama foi se agravando, a partir de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros e com a posse de João Goulart na Presidência da República, chegando ao ápice da irresponsabilidade no primeiro trimestre de 1964. Os comunistas, infiltrados no Governo, ocupavam-lhe os postos-chave, com a conivência do Presidente Jango. A ordem nacional se deteriorava por força dos tumultos generalizados por todo o País, sobretudo nas grandes cidades, onde eles os conduziam através de entidades

como UNE, CGT, PUA e CNTI. As greves, os comícios, as manifestações de rua, com afronta à autoridade, eram freqüentes. As "Ligas Camponesas", do comunista Chico Julião, inquietavam o interior do Nordeste com invasões de propriedades, assaltos, estupros, seqüestros, mortes e outras violências. Os "grupos dos onze", criados por Leonel Brizola, infestavam as capitais e o interior do País, formados por pessoas de caráter violento, com o intuito de integrarem uma polícia política, quando o comunismo dominasse, ao estilo da polícia política soviética de 1917. Enquanto isto, eram agredidas a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas.

Este, em largos traços, era o quadro que se vinha delineando no Brasil, do final de 1963 para o começo de 1964. Para se ter uma idéia, vou contar alguns casos ocorridos em locais diferentes, dos quais fui, a um só tempo, testemunha e protagonista. O primeiro se deu em Manaus-AM, no GEF (Grupamento de Elementos de Fronteira), onde eu servia com o General Augusto César de Castro Muniz Aragão. Naquela época, o GEF só dispunha do 27º Batalhão de Caçadores (27º BC), em Manaus. Seguindo a orientação nacional, o Sindicato dos Estivadores paralisou o porto de Manaus e mandou colocar barricadas por toda a cidade, inclusive na entrada do 27º BC. O Governador era Gilberto Mestrinho, um oportunista aliado de Jango, que ficou indiferente àquele estado de coisas. O General Muniz Aragão determinou que eu fosse até ao 27º BC, somente eu e o motorista, que dirigia o carro do General. Ao chegar às proximidades do quartel, encontrei uma forte barricada feita de pedra, a impedir o acesso ao batalhão. Então, disse para o responsável: "O senhor vai tirar essas pedras, porque vou ter que ir ao 27º BC". Respondeu-me o cidadão que estava lá: "O Sr. pode passar por cima da calçada". Retruquei-lhe que calçada não era lugar de trânsito para carro: "O senhor vai tirar as pedras e eu vou passar". E assim foi feito. Ao voltar do batalhão, estava a barricada no mesmo lugar. Disse ao mesmo cidadão: "Faz favor". Ele atendeu: "Já vou tirar". Isto mostra a inconsciência com que o homem simples do povo cumpre determinações desse tipo e o respeito que mantém pelo pessoal do Exército. Em situação semelhante, estavam os pilotos da FAB, que não podiam ter acesso aos aviões. Neste caso, alguns soldados desimpediam o acesso, jogavam as pedras no rio e os pilotos decolavam com seus aviões. Diariamente se armava uma confusão em Manaus, provocada pelos "pelegos" e outros, que só prejudicava a população. Fechavam o mercado e ninguém podia fazer sua feira. Certa feita, chegou ao mercado um sargento franzino, do Rio Grande do Norte, muito disposto, e foi entrando. Disseram-lhe: "O mercado vai fechar", ao que o sargento respondeu: "Só depois que eu fizer as compras do general". Assim foi feito. Noutra ocasião, houve um comício político da oposição em uma certa ilha, nas proximidades de Manaus. O pessoal do Governo fechou a entrada, de modo que

ninguém podia sair de lá, e quem tentasse, seria surrado. Alguns fugiram a nado e foram ter com o General Muniz Aragão, que lhes disse: "Não vou interferir, porque isto é problema civil". Mas um velhinho, já cansado, falou com o General e lhe despertou mais do que respeito. Então o General chamou o Comandante da Companhia de Comando e, no carro da Subunidade, foi à ilha, entrou sozinho, convocou todo mundo que estava lá dentro e saiu com a multidão que o acompanhava. Num dado momento, o secretário de Polícia, que estava escondido para não atender aos ilhéus, disse: "General!" O general virou-se para ele e respondeu: "Não trato com canalhas". Eram coisas desse tipo que infernizavam a pacata população de Manaus, a mando dos "pelegos" de Mestrinho e de Jango. Entretanto, o respeito ao militar era notório naquela capital.

De Manaus, vim transferido para Teresina–PI, onde fui servir na 26ª CR (Circunscrição de Recrutamento, hoje, Circunscrição do Serviço Militar-CSM). Pouco tempo depois, ocorreu uma espécie de rebelião na Polícia Militar do Piauí cujas causas não ficaram muito claras, presumivelmente ligadas a vencimentos. A PM/PI concentrava-se em Teresina, no Quartel-General, na Praça Pedro II, com poucas frações distribuídas pelo interior, e sem ter muito o que fazer na Capital. Houve uma intervenção da própria Guarnição Federal de Teresina, que resolveu aquela situação, sem maiores conseqüências. O inquérito instaurado apurou, entre outras coisas, a penúria em que se encontrava a PM/PI, fato este que poderia servir à contumaz exploração ideológica da época. Em seguida, foi-lhe designado um novo comandante, na pessoa do então Major Francisco Batista Torres de Melo, que lhe deu nova estrutura organizacional e outra dinâmica de vida.

Pois bem, esses casos aqui enfocados mostram o quadro resumido do que ocorria, em larga escala, pelo País afora, com a nítida intenção de tumultuar, confundir e mudar a identidade cristã do povo brasileiro, submetendo-o ao comunismo sem Deus. Este era o clima que predominava no mês de março de 1964, com perspectivas caóticas.

No dia 13, deu-se o comício da Central do Brasil, ao lado do edifício do então Ministério da Guerra e do Comando do I Exército. A turbamulta foi se formando nas proximidades da Praça da República e se concentrou em frente à Central do Brasil, protegida pela Polícia do Exército, por determinação do Comando do I Exército. As provocações prosseguiam sob a batuta das lideranças comunistas e entidades comprometidas, como UNE, CGT, CNTI e outras. Ao comício, compareceram o Presidente da República e todos os ministros, inclusive os militares. Os oradores, que não foram poucos, exigiam as "reformas na lei ou na marra", a instalação de uma Constituinte, o fechamento do Congresso Nacional e todo o

poder para os sindicatos. No dia 26, houve, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, o levante dos marinheiros dirigidos pelo Cabo Anselmo, com o apoio do Almirante Cândido Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais. No dia 30, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, sargentos, cabos e soldados ofereceram um almoço ao Presidente da República e a seus ministros, ocasião em que se repetiram as mesmas exigências do dia 13, com o apoio e reforço do Chefe do Governo. Era a agressão frontal à ordem vigente, comandada pelo próprio Presidente da República, com desrespeito à Constituição e ao Congresso Nacional, com a intenção de desestabilizar as Forças Armadas, quebrando-lhes a disciplina e afrontando-as. Era, sobretudo, uma agressão ao povo e à Nação, cuja tranqüilidade deu lugar a uma inquietação indefinida e constrangedora.

Todavia, enquanto isto se passava, havia já um certo tempo, homens de responsabilidade, no meio civil e militar, da ativa e da reserva das Forças Armadas, articulavam um plano de ação para dar um basta à irresponsabilidade reinante. Ao mesmo tempo o povo se manifestava nas grandes capitais, através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que impeliam as Forças Armadas à sua missão constitucional. O Clube Militar reunia freqüentemente seus associados para debaterem a situação do País e tirarem suas conclusões, que eram sempre no sentido de sufocar a ameaça que pesava sobre a Nação. A Imprensa repudiava a situação de desordem criada e a Igreja, condenando a doutrina comunista e o anarquismo em que estava mergulhado o País, estimulava e organizava aquelas marchas do povo. De tudo isto se vê que era o povo, como um todo, na sua integridade, na sua identidade de povo brasileiro, que procurava livrar-se da desastrada situação, criada pelo próprio Governo – a serviço do comunismo – para a implantação de uma famigerada república sindicalista no Brasil. O povo brasileiro encontrou essa saída nas suas Forças Armadas, que não lhe negaram o cumprimento do dever na hora oportuna. Por isso, a Revolução foi a expressão mais autêntica da vontade nacional, imposta aos comuno-janguistas e sem necessidade de apoio externo. Nossos homens foram revolucionários autênticos, pois não se amofinaram na hora de enfrentar a ação decisiva. Nem depois, ao assumir o ônus de consertar e dinamizar a Nação. Entre eles, os nossos líderes, que foram muitos, tanto civis como militares. Sem nenhum demérito para os civis, vou citar apenas alguns militares que conheci ao longo da minha vida castrense: Marechal Odylio Denys, generais Castello Branco, Mourão Filho, Carlos Guedes, Muniz Aragão e vários outros. Pois bem, foi com este povo brasileiro abençoado por Deus, com as Forças Armadas heróicas e autênticas, com os revolucionários conscientes, com tais líderes indomáveis que, no dia 31 de março de 1964, a Revolução deu seu primeiro grito, de cima das serras mineiras, que

ecoou em Resende, em São Paulo, em Curitiba, no Recife, em Fortaleza, em todos os recantos do Brasil. Vinte e quatro horas depois não se ouvia mais a voz incendiária de comunista em parte alguma do País. O "imbatível esquema militar" de Jango desapareceu sem deixar rastro e a paz e a tranqüilidade voltaram ao seio da Nação. A democracia estava assegurada. Restava agora arregaçar as mangas e entregar-se ao desafiante trabalho de reconstrução do Brasil.

Começa o ciclo dos governos revolucionários de que já falei. No curso desses governos militares, no entanto, os comunistas, inconformados com a derrota, resolveram, a partir de 1968, empregar o terrorismo como forma de contra-ataque, que eles chamaram de "Luta Armada". A ação decidida do Governo, munido dos necessários instrumentos de combate ao terrorismo e às guerrilhas clandestinas, precisou de pouco tempo para derrotá-los. Aqui se ressalta a importância dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), cuja atuação mostrou, aos terroristas, a pouca valia de sua clandestinidade. Essas operações, contudo, produziram mártires, aqueles que, no cumprimento do dever, em defesa da lei e da ordem, da tranqüilidade do povo e da Nação, sacrificaram a própria vida; e aqueles que, sobrevivendo, ainda hoje são perseguidos e discriminados pela ação de uma minoria de cultores do ódio, da intolerância e do "revanchismo", a serviço de ONGs internacionais. Os verdadeiros brasileiros e nossas Forças Armadas jamais esquecerão esses heróis nacionais, como o Major José Júlio Toja Martinez Filho, o Sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima e tantos outros barbaramente assassinados por terroristas apátridas. Esses mesmos terroristas que, hoje, beneficiados pela Lei da Anistia, oferecida pela Revolução de 1964, abusando da liberdade de comunicação e mostrando a perfídia que os caracteriza, insistem na mentira, segundo a qual a Revolução foi fruto da ingerência americana.

Ora, uma afirmação como essa vem mostrar a obstinação comunista em espalhar o erro para enganar os desavisados, encobrindo a verdade histórica. Em 1935, o desiderato vermelho era a tomada do Poder e ainda não havia guerra fria. Em 1964, o propósito era o mesmo e existia guerra fria, criada por Stálin, a partir do término da Segunda Guerra Mundial, na Conferência de Yalta, como meio de expansão do comunismo para o domínio do mundo. Portanto, se houve guerra fria em 1964, no Brasil, procedeu do lado comunista, afinal derrotado em menos de 24h. Daí, a vindita rancorosa e o "revanchismo" que alimentam contra as Forças Armadas, desde então. Além do mais, a Revolução, pelo seu próprio significado de salvação da Pátria, dos valores nacionais e da tranqüilidade do nosso povo, robusteceu a coesão e a união das Forças Armadas, o que irritou, mais ainda, os comunistas, que as queriam divididas e desestabilizadas.

Outro aspecto que sempre frustra os comunistas decorre das incontáveis realizações da Revolução, em todos os campos da vida nacional. Realizações estas que eles negam, quando podem, ou então sobre elas silenciam, por sua mesquinhez e obscuridade. As pessoas de bom caráter sabem que a energia de que o Brasil dispõe, hoje, vem de fontes construídas no período revolucionário: Boa Esperança, Sobradinho, Tucuruí, Itaipu e outras hidrelétricas. Boa parte das rodovias pavimentadas foi construída entre 1964 e 1983 e, hoje, essas estradas estão intransitáveis, por falta de conservação. O Estatuto da Terra, deixado pelo Governo Castello Branco, que seria o início de uma política agrária no País, foi abandonado e o que se vê, hoje, é a demagogia rural em torno de uma reforma agrária improfícua e a violência no campo, provocada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), o Banco Nacional da Habitação (BNH) e outros instrumentos beneficentes das classes mais humildes foram iniciativas dos governos revolucionários. O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado no Governo Médici para amparar o trabalhador rural com mais de sessenta anos é, hoje, a principal fonte de recursos que movimenta a economia das cidades do interior do País. Como já disse, foram tão numerosas as realizações do período revolucionário que não tenho condições de citá-las todas nesta simples entrevista.

Fala-se que foi muito longa a duração do período revolucionário. Eu não considero dessa forma. A Revolução teve a duração que a garantia da segurança interna permitiu. A intenção do Presidente Médici era passar o Governo a um civil, mas o terrorismo, as guerrilhas, a “Luta Armada”, com todas as violências que os comunistas empreenderam, não o permitiram.

Criticam, também, os erros da Revolução. A Revolução foi implementada e conduzida por pessoas, sujeitas a erros. Só comete erros quem realiza, quem produz, quem dinamiza. Quem nada faz não comete erros, a não ser o da sua inação. A Revolução também cometeu seus erros, embora com uma grande diferença de muitos regimes que andam por aí: os erros eram corrigidos imediatamente. Por isso, os acertos da Revolução foram mais numerosos do que seus erros. A honestidade com que os governos militares enfrentaram e resolveram os grandes problemas nacionais da época, corresponde à projeção do conceito do então Presidente Castello Branco, ao definir, em um dos seus pronunciamentos, o perfil dos grandes homens públicos: “Não usaram o Poder como instrumento de prepotência. Não usaram o Poder para a glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos. Dele nunca se serviram.” Contudo, verifica-se, nos dias atuais, um verdadeiro complô, principalmente oriundo da atu-

al mídia, contra tudo o que diz respeito à Revolução de 1964. Dela o povo não pode tomar conhecimento, para não querê-la de volta. Por isso, estas coisas aqui comentadas, estes fatos, estas realizações, estes homens, pela sua nobreza, pelo benefício visível que trouxeram à Nação e ao povo brasileiro, vêm sendo silenciados. Imaginam, tais detratores, que a Revolução de 1964 tem que ser extirpada da História do Brasil, como se alguém pudesse suprimir, na evolução da nacionalidade, um importante elo da corrente do tempo, do encadeamento da História. Tudo indica que a vocação da mídia de hoje, em face do tratamento que tem dado aos fatos, é a negação ou desvirtuação da História, nela prevalecendo – na busca do lucro – a exploração do consumismo, do conluio, da ganância, da mentira, da irresponsabilidade, da difamação, dos escândalos diários. Com este comportamento, a mídia representa sério obstáculo à intensificação do nosso processo educacional, em todas as áreas e níveis, de que tanto necessitamos para ultrapassar o atraso – maus costumes políticos, corrupção, impunidade e desníveis sociais – em face da ameaça atual da globalização.

A preocupação com o destino do País invade as mentes dos brasileiros conscientes e muitos deles, freqüentemente, me têm perguntado por que as Forças Armadas não tomam conta do Governo, como em 1964. Respondo que a missão das Forças Armadas se limita ao emprego do poder bélico, do poder armado para defender a Pátria e garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. A intervenção das Forças Armadas na vida político-administrativa só deve ocorrer quando a Nação e o seu povo estiverem sob extrema ameaça, circunstância que as impele ao cumprimento de sua missão constitucional, à semelhança do que ocorreu em 1964.

Na realidade, a solução dos problemas, no momento atual, não depende somente das Forças Armadas: urge a necessidade de formar-se uma consciência nacional, através de um processo de educação que, partindo da família, passando pela escola, seja acessível a todos os brasileiros, sem distinção de classe, cor ou credo; que, no bojo dessa educação, ressaltem-se o civismo, a verdade histórica e o culto aos valores nacionais. A solução dos problemas é muito mais de cunho político-administrativo: depende da vontade política, não de um único setor, mas da interação de todos os setores, de todos os ministérios, com a aplicação planejada, consciente e honesta dos recursos disponíveis. Um exemplo oposto a tudo isto tem sido a execução do Projeto Calha Norte que, destinado à integração da Amazônia, só vem recebendo atenção dos ministérios militares, ficando os demais ministérios envolvidos, indiferentes, até hoje.

A vontade política, imbuída de uma responsabilidade verdadeiramente nossa, inclui a harmonia de todos os brasileiros para o fortalecimento da unidade nacio-

nal, com atenção especial para a Amazônia, em face da cobiça e das ameaças internacionais sobre ela. Em torno da unidade nacional todos os meios devem ser mobilizados: recursos humanos, materiais e técnico-científicos, sobretudo a mídia que, convertida com convicção a um autêntico patriotismo, será a grande escola de formação da opinião pública nacional.

Quanto às Forças Armadas, elas têm que estar continuamente preparadas para o cumprimento de sua missão. O País pode passar cem anos sem ter uma guerra, mas suas Forças Armadas não podem passar um minuto sem que estejam preparadas para ela. Esta preparação implica atualização de meios e de doutrina. Um país que se preza não pode amesquinhar suas Forças Armadas. Se o fizer, corre o risco de se surpreender.

Finalmente, quero congratular-me com esta iniciativa do Projeto de História Oral que, entendo, será de grande importância para a divulgação do Exército, através das entrevistas.

Por último, quero dirigir-me a todos os jovens do meu Brasil, de hoje e de amanhã. Quero dizer-lhes que a Revolução de 31 de Março de 1964 foi a salvação deste País. Na verdade, em 1964 estava prevista a deflagração do golpe comunista para 1º de maio, Dia do Trabalho. Em seguida, o domínio do Poder pelas lideranças de Moscou, as execuções das lideranças brasileiras não comunistas, incluindo o próprio Jango e a implantação da propalada "república popular sindicalista" ou "ditadura do proletariado". Com isto, o Brasil, sob o domínio da União Soviética e, com ele, certamente toda a América Latina, integraria imenso potencial físico e humano a flanquear, pelo sul, os EUA. Pois bem, a Revolução evitou isto e preservou a democracia e a tranqüilidade do povo brasileiro. Daí, o ódio que os comunistas alimentam contra a Revolução e contra as Forças Armadas. Chamam-na de "ditadura", de "golpe", de "anos de chumbo", de tudo o que eles, de fato, iam implantar no Brasil, se tivessem vencido. Como dominaram os meios de ensino, sobretudo as universidades e os meios de comunicação de massa, divulgam o que lhes vem à mente e não permitem o direito de defesa. Portanto, meus caros jovens, sugiro-lhes que busquem a verdade dos fatos para que vocês não sejam enganados e formem um julgamento errado sobre fatos sérios da nossa História. O Brasil é a nossa Pátria, a terra onde nascemos, que nos oferece os meios de viver, que nos oferece as suas riquezas, o local da nossa casa; o Brasil é o nosso lar. Se nós não defendermos a nossa Pátria e sua História verdadeira, quem irá defendê-las? Por isso, a mocidade brasileira não se pode deixar iludir por invencionices de irresponsáveis. A mocidade brasileira, na sua sede de conhecimentos, tem que despertar para pesquisas, para averiguações que a conduzam até onde está a verdade histórica.

Coronel José Antônio Bayma Kerth

- Natural da Cidade de São Luís do Maranhão–MA.
- Principais atividades militares: Instrutor do Curso de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); oficial de Estado-Maior da 10ª Região Militar; Comandante-Geral da Polícia Militar do Ceará.
- Atividades civis: Diretor de Esportes da Federação Cearense de Futebol; assessor especial do Governador do Estado do Ceará, Virgílio Távora; Secretário do Interior e Justiça do Estado do Ceará.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o curso da Escola de Educação Física do Exército e da Escola Superior de Guerra (ESG). Curso civil: Administração Geral e de Finanças, na Fundação Getúlio Vargas.
- Na eclosão da Revolução servia no 2º Regimento de Obuses (2º RO 105), Itu-SP, quando deslocou-se, junto à sua Unidade, na direção do Rio de Janeiro.

Entrevista realizada em 30 de maio de 2000.

Inicialmente, entendo que o primeiro antecedente da Revolução de 31 de Março de 1964 foi a Intentona Comunista de 1935. Por outro lado, vacinou as Forças Armadas contra o comunismo porque, pela nossa formação, não aceitamos a deslealdade e a traição. E o marco dessa agressão marxista foi assassinar companheiros, enquanto dormiam. Por isso, definitivamente, colocou a população brasileira, cristã, e maiormente católica, contra a infiltração do comunismo ateu. Em seguida, temos que considerar outros fatos importantes: A Segunda Guerra Mundial apresentou dois aspectos, de certa maneira, antagônicos. Com a vitória dos aliados, o Brasil, que combatera ao lado dessas potências – Estados Unidos, Inglaterra, França – e, ao mesmo tempo, ao lado da Rússia, acentuou ainda mais o sentimento de democracia. Contudo, a Rússia já era um país comunista, portanto, totalitário. Mas, trouxemos esse ideal democrático que ajudou, inclusive, na deposição de Getúlio Vargas. Por outro lado, um acordo entre os vitoriosos, formalizado ao final da guerra (a Rússia também foi vencedora), permitiu o expansionismo soviético que dominou grande parte da Europa e causou até a divisão da Alemanha em Ocidental e Oriental. Isso proporcionou um incremento muito grande ao comunismo mundial, uma doutrina expansionista, tanto que a China, em seguida, também se tornou comunista. Aí começou a desenvolver-se a guerra fria: se, do lado de cá, surgiu a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o outro lado respondeu com o Pacto de Varsóvia. Evidentemente, isso acarretava reflexos no resto do mundo, inclusive no Brasil.

Como aspirante-a-oficial, em Fortaleza, no 10º Grupo de Artilharia de Campanha (10º GAC), alvorecer de 1952, já me deparei com a eleição do Clube Militar, na qual existiam uma "chapa amarela" e uma "chapa azul", conseqüência dessa guerra ideológica que chegara ao Brasil. A "chapa azul", identificada com os ideais democráticos, venceu. Depois, houve uma série de episódios significativos, dos quais não tomei parte, como em 1954, por exemplo, ano do Manifesto dos Coronéis, pois estava na Companhia de Manutenção, em Recife, num lugarzinho meio isolado, de onde a gente acompanhava os acontecimentos, mas não participava ativamente deles, não vivia os problemas.

Em 1955, houve o incidente que envolveu o General Lott e o Almirante Penna Boto. Estava na Escola de Educação Física, casualmente, quando se deu o caso. Cheguei à praia e tomei até um susto, pois ouvi os disparos e confirmei, depois, tratar-se de tiros de canhão que um dos fortes da Artilharia de Costa disparara contra o navio *Tamandaré*, que estava zarpando para São Paulo. Ouvi falar, na ocasião, que o navio não fora atingido, pois a idéia deliberada era não atingi-lo mesmo. Apenas passei por cima desses fatos, porque não os vivi realmente.

Era instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde a gente fica um pouco isolado, quando houve a renúncia de Jânio Quadros. Então, assumiu o Governo o Sr. João Goulart. Adveio o problema do parlamentarismo; depois, o plebiscito e a volta ao presidencialismo. Em 1963, fui para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), justamente naquele ano que antecedeu a Revolução de 1964. O Governo João Goulart cometia uma série de desmandos, apoiando-se no *slogan* “Reformas, já!” e intimidava a sociedade, com greves, paralisações, uma coisa terrível, o que de, certa maneira, foi influenciando e aborrecendo o povo brasileiro. Quero lembrar que houve uma participação muito importante do Clube Militar do Rio de Janeiro, ponto de reunião de debates e de discursos dos militares da ativa e da reserva do Exército e da Aeronáutica. Não me lembro de ninguém da Marinha, mas deveria ter, também. Compareciam, com assiduidade, alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), da Escola de Comando e de Estado-Maior do Exército (ECEME) e do Instituto Militar de Engenharia (IME). Ia, quase sempre, da EsAO, com dois companheiros da turma de 1952 – Carneiro Leão e Penteado – porque passara quatro anos como instrutor da AMAN e fiz a EsAO com a turma seguinte à minha. Não discursava, mas estava sempre ativo, participando. Essas reuniões no Clube Militar eram muito importantes porque tinham uma certa repercussão e ajudavam a unir os militares em defesa de um ideal: evitar que o Brasil se comunizasse. Naquela ocasião, os quartéis já estavam em efervescência, o pessoal da ativa já discutia, conspirava, como gostavam de dizer.

Em 1964, fui servir na cidade de Itu, no 2º RO 105. Naquele ano, ocorreu, penso, o erro decisivo do Governo João Goulart, a tentativa de subversão da hierarquia. Houve o comício da Central do Brasil, no dia 13 de março. Dias depois, a rebelião dos marinheiros, liderados pelo Cabo Anselmo e, no dia 30, o almoço-comício do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Aquilo atiçou com os brios do Exército. Surge um paradoxo interessante: parte da mídia, que acredito estivesse a favor do Governo Goulart, dava tal dimensão a esses comícios, à subversão da ordem, que as notícias começaram a exaltar os meios militares e a sociedade. Como reação da sociedade, organizaram-se as famosas Marchas da Família com Deus, pela Liberdade, um movimento organizado pelas mulheres, em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e outras capitais, o que também ajudou a incitar as lideranças civis e militares. Até que, no dia 31 de março de 1964, partem de Minas Gerais o General Guedes e o General Mourão, com suas tropas, em direção ao Rio de Janeiro. A Revolução foi desencadeada dessa maneira. Estava em Itu, como já disse. Ao tomar conhecimento dos fatos, toda a oficialidade dirigiu-se ao Comandante, Coronel Benedito Maia Pinto de Almeida, meu instrutor-chefe na AMAN, General-de-

Exército, posteriormente. Então, nos falou: Olhem, vou entender-me com o Kruel, Comandante do II Exército; sou pessoa da confiança dele; vou dizer que vocês todos estão em pé de guerra. A Unidade entrou em ordem de marcha. Autorizado, podia partir. Contudo, o General Kruel determinou que o 2º RO 105 aguardasse, porque estava tentando falar com João Goulart, para ver se o demovia de suas posições anteriores, evitando, assim, o confronto. Não se sabia, no Regimento, que ele era revolucionário; inclusive, fora um dos que assinaram o Manifesto dos Coronéis, de 1954. Embora tivesse um relacionamento de amizade ou parentesco com o Presidente, era identificado com o Movimento de 1964. À noite, então, o General Kruel informou que não tinha conseguido êxito com João Goulart e nos liberou.

E se iniciou o deslocamento para o Rio de Janeiro, porque tínhamos informações que o General Médici, Comandante da AMAN, estava conosco. Havia dúvidas com relação ao Rio de Janeiro. Constituímos um Grupo de Campanha reforçado; Capitão, fui designado S/3 e o Lotus Silva de Paula, da minha turma, S/4. Saímos de madrugada, num jipe, antes da partida da Unidade. A linha de possível encontro que tinha em mente, ao partir, era a região de Alpargatas-SP. Paramos nos postos e requisitamos combustível; logicamente, dentro da possibilidade de algum confronto. Era mais efeito de entusiasmo, porque sair um jipe na frente de um comboio, sem saber o que vai encontrar adiante, realmente é coisa de gente jovem, que estava pensando em tomar parte ativa no Movimento. Quando atingimos a Alpargatas, nada. Chegamos bem antes do Regimento e, aí, esperamos. O 2º RO chegou à tarde, mais ou menos às 16h, sob o comando do Coronel Benedito. Concluímos que o pessoal do Rio de Janeiro, ou não tinha largado ou tinha sido barrado, porque, pelos nossos cálculos, era evidente que tinha que estar por ali, naquela ocasião. Como os nossos presumíveis adversários não se manifestaram, a impressão que se tinha era de que a guerra estava ganha, pois não havia nenhuma notícia de qualquer ação mais forte, vinda pelo rádio. Por isso, o 2º RO prosseguiu para Resende. O General Médici estava no comando. Lá, soubemos que ele tinha colocado a tropa de cadetes em condições de enfrentar a ameaça que pudesse vir do Rio de Janeiro.

Em Resende, aconteceu outro fato interessante, do qual participei, uma dessas coincidências: soube que tinha havido uma reunião, no saguão, área que antecede o Gabinete do Comando, e fui para lá. Era o General Âncora, Comandante do I Exército, conversando, dialogando com o General Médici. Pelo que soube, ele viera dizer que o I Exército tinha aderido à Revolução, o problema estava resolvido. Ficamos mais uns dias em Resende e, depois, regressamos para São Paulo, onde passamos uns dias acantonados no Ibirapuera e retornamos para Itu. Agora,

uma demonstração de que o povo, naquela ocasião, estava com a Revolução: fomos recebidos, em Itu, com festas, a cidade praticamente nas ruas, a nos aplaudir.

No dia 15 de abril de 1964, o General Castello Branco assume a Presidência da República. A meu ver, por ser um militar muito competente, mas extremamente legalista, talvez não fosse o mais indicado para ser o primeiro presidente revolucionário. O General Castello Branco, por seu temperamento, e fiel à legalidade, procurou dar à Revolução o aspecto mais democrático possível, limitando-se a corrigir os fatos mais graves, preocupado em fazer tudo de um modo pacífico, conciliando com o Judiciário, com o Congresso, a fim de proporcionar ao Brasil um estado de normalidade. É indiscutível que Castello Branco foi um grande Presidente, um estadista, um cidadão sério, que deu dignidade ao cargo. Realmente, uma pessoa que inspirava confiança sob todos os aspectos. Entre as suas iniciativas, destacam-se a reforma administrativa e a reforma financeira, que o tornaram um Presidente, até hoje, muito respeitado pela Nação inteira.

Depois, o General Costa e Silva teve uma passagem muito rápida, porque foi vítima de doença e morreu. Seu sucessor, o General Médici, viu-se diante de sérias dificuldades, entre os quais os reflexos da revolução cultural que nasceu na França. Foi quando os comunistas, fanatizados, se organizaram e atuaram na guerrilha, em seqüestros e outras ações violentas, inspiradas do exterior. O General Médici enfrentou com sucesso esses golpes terroristas em seu Governo. Vou citar, ligeiramente, três dessas ações: a deserção do Lamarca do 4º RI – Quitaúna-SP – com roubo de armamento; o seqüestro do Embaixador americano Charles Burke Ellbrick; e a explosão de um carro-bomba no QG do II Exército, que matou o jovem soldado Mário Közel Filho, de serviço como sentinela.

A coisa era tão "braba" que, em certa ocasião, eu e o Gerson Mendonça de Freitas, um colega de turma de 1952, fomos designados para, em São Paulo, reforçar o Estado-Maior do II Exército. Fiquei adido ao QG do II Exército e o Gerson, à Segunda Divisão. Foram presas duas pessoas, presumivelmente os comunistas responsáveis pelo atentado à bomba ao QG do II Exército, aquele que vitimou o soldado Mário Kösel Filho, hoje nome de rua, Rua Sargento Kösel Filho. Pois bem, eram uma mulher de codinome Dora e um outro terrorista, de codinome GG, um ex-sargento da polícia gaúcha. Desci ao saguão do Quartel-General, encontrei os dois e comecei a conversar com eles. Ela, mulher magra, sofrida, mulher revoltada, para quem a revolução comunista era um caminho. Muitas vezes os comunistas se fazem passar por idealistas, mas essa mulher demonstrava muita frustração; senti que estava magoada com qualquer coisa. Comecei a conversar com ela e confirmei que o comunista é convicto mesmo; ao dialogar com a gente,

já tenta nos conquistar para a sua ideologia. Assim, Dora começou a falar sobre a desigualdade humana. Então, interferi: – Como é que você defende uma tese dessas, uma idéia até bonita, uma coisa utópica mas, de qualquer maneira, bonita, e você pega uma bomba, enche de bomba uma caminhonete que explode e mata um jovem de 18 anos no portão de um quartel do Exército? Você não viu que era um menino que estava lá? Vocês não sabiam que os sentinelas são assim, em todos os quartéis?. Ela retrucou: – Ah! Mas foi pelo Partido, e pelo Partido faço qualquer coisa! Naquele momento identifiquei a verdadeira filosofia do comunismo internacional: não ter qualquer pudor para alcançar os seus objetivos.

O General Médici, ao mesmo tempo em que enfrentava a guerrilha e o terrorismo, dava um impulso muito grande ao País; foi a época do milagre brasileiro. O Brasil passou a ser a oitava economia do mundo, com um Presidente prestigiado, por quem o povo vibrava. Era homem alegre, simpático, ia ao Maracanã e era aplaudido. Era um militar realmente carismático e fez um governo sério: seu filho foi seu único secretário particular. Aliás, todos os governos revolucionários, nesse aspecto, foram muito dignos.

Seguiu-se-lhe o General Geisel. De temperamento diferente – sério, autoritário e determinado – decidiu fazer a abertura política. Tomou a decisão e, logicamente, procurou governar com esse propósito. Muito obstinado, adotou posições firmes com relação à interferência americana na formação militar do nosso pessoal. O General Geisel, entretanto, dentro desse intento de promover a abertura política, a meu ver cometeu um excesso. Quando morreu o jornalista Vladimir Herzog, em São Paulo, de imediato, demitiu o Comandante do II Exército, o General D'Ávila Melo, sob todos os aspectos um oficial digno, febiano, um militar de muito valor. Eu o conheci pessoalmente, pois comandou a Infantaria Divisionária à qual o meu Regimento estava subordinado. Do mesmo modo, a demissão do Ministro Frota foi, segundo penso, outro erro cometido durante a Revolução.

Depois da Revolução consumada, no meu ponto de vista cometeu-se um engano, ao prestigiar os oficiais considerados mais prudentes, mais moderados, em detrimento dos revolucionários autênticos. Vou citar dois exemplos recaídos sobre oficiais cearenses: na Brigada Pára-quedista, o Comandante de um Grupo de Artilharia, o Coronel Boaventura, oficial muito competente – foi até secretário na ONU –, militar de grande valor intelectual e revolucionário atuante; no Regimento Santos Dumont, o Coronel José Aragão Cavalcante, também de grande valor profissional, revolucionário autêntico, desde os idos de 1954. Pois bem, esses oficiais, que teriam, mais tarde, papel destacado na Revolução, ainda antes do 31 de março, haviam recebido ordem para seqüestrar o Sr. Carlos Lacerda, Governa-

dor do Rio de Janeiro. Ambos se recusaram a cumpri-la. Se o Lacerda tivesse sido seqüestrado, será que a Revolução ganharia a força que ganhou? Lacerda foi o maior líder civil da Revolução, o único que tinha um discurso, uma capacidade oratória muito convincente. Por sua brilhante inteligência, foi um político terrível, um aliado poderosíssimo da Revolução. Aqueles dois oficiais com participação decisiva na Revolução, logo em seguida, foram promovidos ao posto de Coronel, por merecimento. Quando entraram no quadro de acesso para General, entretanto, começaram a ser ultrapassados, sem qualquer justificativa mais plausível.

No fundo, a gente avaliava e pressentia, com preocupação, que, a partir desses episódios, a Revolução começava a perder substância. Isso, mais tarde, se repetiu no episódio do General Frota, quando da escolha do General Figueiredo e, mais à frente ainda, quando o General Figueiredo iniciou o processo de transferência do Poder para os civis. Nesse particular, tenho a convicção de que, assim como eu, a maioria do Exército era favorável à entrega do governo aos civis. Todavia, hoje, com o passar do tempo, vejo que a anistia poderia ter sido deixada para que os civis a concedessem, porque, ao fazê-lo, com isso, facilitamos, apressamos o retorno dos subversivos do estrangeiro; os comunistas ganharam tempo, pois esquecemos que estávamos lidando com gente sem escrúpulos, para quem o acordo de nada valia. Se são elementos que matam alguém dormindo, na calada da noite, como podemos acreditar que, adiante, cumprirão os acordos? Tenho a impressão de que um Presidente civil, numa hora dessas, talvez tivesse sido menos generoso e mais cuidadoso em fazer a anistia. Acredito que o Exército, não só durante os quatro governos revolucionários, mas também, depois, devia ter-se preocupado mais em mostrar o que tinha realizado e por que estava combatendo. Deixamos correr muito à vontade a "batalha da comunicação" e, com isso, hoje em dia, estamos sofrendo as conseqüências. Foi dessa maneira que vi e analiso esse período da Revolução de Março de 1964.

Quanto ao panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964, na minha visão, à época, como Capitão, julgava-o conturbado. Houve a renúncia de Jânio Quadros, a tentativa de parlamentarismo, com Tancredo Neves Primeiro-Ministro e, logo em seguida, o plebiscito. Se a situação do Brasil já era muito confusa, complicou-se mais ainda, por causa da intenção de Jango de utilizar os sindicatos, sujeitando-se a uma influência muito grande dos pelegos comunistas. Então, na minha ótica, a situação política do Brasil era muito problemática; não tinha uma resultante que se pudesse identificar com precisão.

Fala-se que a absurda inflação herdada de Juscelino e a frustração das esperanças e das expectativas da sociedade, causada pela renúncia de Jânio, tive-

ram reflexos na degradação do Governo Jango. Não vejo dessa maneira. Entendo que o Governo de João Goulart não tinha um rumo definido, tomou ares de populista, sem saber como proceder. Getúlio Vargas era populista, mas agradava a todos, e Jango desagradou a todo mundo, chocando a sociedade, permitindo a eclosão de inúmeras greves, estimulando a subversão da ordem, uma coisa terrível. João Goulart não tinha aptidão para ser Presidente da República, muito menos naquelas circunstâncias. Nem a Igreja apoiava o governo deposto em 1964. Não digo que ela fosse favorável à Revolução, mas não o era ao Governo de João Goulart. A Igreja sentiu, naquela ocasião, a influência comunista no Governo, embora não estivesse ainda infiltrada pela esquerda, como chegou a ficar, posteriormente.

Com relação às articulações preparatórias, sabemos que os militares da ativa, naquela ocasião, participavam dos debates no Clube Militar. Havia, realmente, essa identificação. A vantagem do Clube Militar era de ser o local onde todos, inclusive membros das outras Forças, se reuniam para discutir. Ao mesmo tempo em que discursavam, conversavam uns com os outros e a integração era maior. Essas articulações se desenvolviam em função de acontecimentos que feriam, realmente, a consciência nacional, de militares e civis, e foram determinantes para o desencadeamento da Revolução de 1964. Tais acontecimentos compreendiam as paralisações, as greves, os comícios, a subversão escancarada da ordem e, nas Forças Armadas, a subversão da hierarquia e da disciplina. Por isso é que a Revolução nasceu com uma participação muito ativa dos civis. As Forças Armadas contavam com um apoio amplo da opinião pública.

Diante de tudo isso, as Forças Armadas, particularmente o Exército, nada mais fizeram do que atender ao apelo do povo brasileiro, que configurava a vontade nacional, no sentido de dar um basta ao estado de anarquia reinante no País. Daí, a eclosão do Movimento de 1964. Tanto isso é verdade que a Revolução ocorreu sem ser disparado um tiro. O único problema foi saber se o I Exército se incorporava aos revolucionários e se o III Exército aderia. No meio civil não houve qualquer reação. Pelo contrário, houve grande euforia. Já comentei que o 2º RO 105 foi recebido, em Itu, com palmas; a população foi às ruas para a entrada do Regimento. Em todo o País, o povo participou mais ou menos assim. Estamos lembrados de que houve até a Campanha do Ouro Pelo Bem do Brasil. A população estava vibrando, estava acreditando num processo novo, de renovação do País, de novas idéias.

Já no Congresso Nacional, os políticos estavam apreensivos e em dúvida. Não apoiavam o Governo de João Goulart. Não sei se, ao contrário, estariam apoiando a Revolução. Quanto à Justiça, não se sabia exatamente como se posicionava. No que diz respeito à Imprensa, por seu comportamento, estimulou a Revolução, porque

criticava com muita ênfase a realização dos comícios, o avanço do comunismo sobre as Forças Armadas, sobre a Nação. Evidentemente, esse estardalhaço concorreu para que o povo, as mulheres brasileiras e os militares, em geral, concordassem que estava na hora de reagir. Aí, surgiram alguns nomes importantes: no meio civil, no Rio de Janeiro, o Governador Carlos Lacerda; em Minas Gerais, o Governador Magalhães Pinto; militares da reserva, sobretudo, os do Exército, o Marechal Denys e o General Cordeiro de Faria; e, da ativa, porque tomaram a decisão de iniciar a Revolução, embora houvesse outra grande quantidade de oficiais igualmente dispostos, o General Guedes e o General Mourão, em Minas Gerais.

Quanto à característica da Revolução de 1964, entendo que foi uma iniciativa interna. Sem interferência externa, sobretudo dos EUA. A meu ver, os EUA apoiavam a Revolução do mesmo modo que União Soviética, Cuba e China apoiavam o outro lado. Interferência externa não houve. Portanto, a Revolução foi mesmo uma reação interna contra o comunismo. Como disse antes, desde 1935.

Agora, se se quer enquadrar a Revolução de 1964 no contexto da guerra fria, tem-se que considerar os dois lados. A guerra fria não foi uma guerra unilateral, pois nasceu de um conflito ideológico. A guerra fria propiciava uma disputa no terreno da guerra psicológica – através de propaganda, veiculação de notícias, de idéias. Eram dois grupos, dois sistemas antagônicos. E como esses dois grupos – capitalismo e comunismo – não podiam coexistir, por ser quase impossível conciliar a filosofia capitalista com a filosofia comunista, pois os sistemas são totalmente incompatíveis, então só havia um jeito: um engolir o outro, para expandir-se. O comunismo iniciou a expansão. Tentou a África, mas não conseguiu, porque o regime tribal não o favorecia. Na Ásia, conquistou a China, mas houve problema no Vietnã e na Coréia. Na Índia, nada conseguiu, porque o povo indiano é muito religioso. Tentou vir para a América Latina onde, na América Central, conseguiu dominar Cuba e disseminou-se nos demais países. Na América do Sul obteve alguns sucessos, infiltrando-se no continente, por causa do estágio cultural de seus povos. Nos Estados Unidos, o macarthismo reagiu de imediato. O Senador Joseph Raymond MacCarthy foi considerado um radical, mas naquela ocasião fez o que era certo. Se se analisar bem, ao tomar aquela posição radical em prejuízo de alguns artistas – como Charles Chaplin, que foi mandado embora – ele estancou a ameaça comunista nos EUA. Tanto que lá não tiveram a menor chance. O conflito ideológico foi total e global, menos nos Estados Unidos.

A guerra fria, como já disse, nasceu dos dois lados. E trouxe também a corrida armamentista e a corrida espacial. Vê-se que a “guerra nas estrelas” foi uma conseqüência da guerra fria. O desenvolvimento das armas nucleares, a con-

quista da Lua, tudo isso foi conseqüência da guerra fria. O russo colocou o homem em órbita, através do *Sputnik;* os Estados Unidos puseram o homem na Lua. Depois, vieram os foguetes intercontinentais e interplanetários, culminando com a ameaça da guerra espacial, cuja conseqüência foi a vitória dos Estados Unidos, porque eram mais ricos, mais poderosos, mais organizados. O outro lado não teve condições de acompanhar a evolução do processo. Por isso a guerra fria se exauriu, sem o emprego de arma nuclear, restringindo-se, apenas, a guerras secundárias, sem chegar ao desenlace definitivo de destruição.

Aqui no Brasil, o conflito ideológico compreendeu aspectos subterrâneos, clandestinos, mascarados, mas revelou as intenções de tomada do Poder e os métodos traiçoeiros, desde a Intentona Comunista de 1935, o que acentuou o repúdio do povo brasileiro, em especial de suas Forças Armadas, sobretudo do Exército, a qualquer tipo de atividade comunista. Por isso, na verdade, não existia um esquema militar do Governo Jango com base na tropa, já que a tropa toda era contra o Governo. O suporte estava nas pessoas, nos maus assessores, falsos oficiais do Estado-Maior, vamos chamar assim, que não informavam ao chefe a realidade. Para mim, o que ocorreu foi isso.

Não se pode negar os incontáveis benefícios trazidos pela Revolução de 1964. Quando os esquerdistas, hoje, criticam o nosso Movimento revolucionário, não citam nada com relação ao período: é como se não tivesse existido. Mas, nesse tempo, o Brasil elevou-se à condição de oitava economia do mundo. O País se desenvolveu nas áreas de comunicações, energia hidrelétrica, energia nuclear e implantou o Pró-álcool; no campo social, criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e o Banco Nacional da Habitação (BNH); no campo financeiro, criou o Banco Central, fez o saneamento das finanças do País e implantou a reforma administrativa. Portanto, a Revolução restabeleceu a dignidade do cargo de Presidente da República e o Brasil, realmente, deu um salto de progresso magnífico. É bem extensa a relação de realizações importantes deixadas pela Revolução. O Projeto Rondon, por exemplo, criado com o intuito de integrar estudantes universitários de diversas regiões do Brasil, fez com que o pessoal do Sul vivesse as experiências do Norte e de outras regiões. Hoje, mudaram-lhe o nome para Comunidade Solidária. Trabalhamos no Projeto Rondon, fazendo planejamentos, levando estudantes do Sul do País para a Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste e vice-versa; fazendo com que cada um conhecesse outras realizações em diversos pontos do País, como a Transamazônica. Não se pode esquecer, também, a excelente rede de rodovias pavimentadas, embora devêssemos ter feito um esforço maior com relação ao transporte ferroviário. Outro dia, ouvi um senador do Espírito Santo criticando a Revolução.

No meio da conversa ele disse que a grande obra que existe no seu Estado é o Porto de Tubarão. Quando foi idealizado? Sem dúvida, foi na época da Revolução de 1964.

Entretanto, ao lado das críticas destrutivas e infundadas dos adversários, temos que reconhecer que cometemos nossos erros, nossos enganos. Já comentei que, a meu ver, a primeira falha foi estratégica: ter colocado o General Castello Branco como primeiro presidente revolucionário. Não pela falta de qualidade, mas pelo excesso de virtudes. O legalismo de Castello Branco impediu que a Revolução chegasse a atuar de maneira mais enérgica. Em segundo lugar, veio o problema, digamos, de privilegiar os moderados, em detrimento dos autênticos. E, finalmente, no campo econômico, a que já me referi, de construir poucas estradas de ferro e, aqui no Nordeste, o de ter deixado para depois a transposição das águas do Rio São Francisco.

A principal falha da Revolução, entretanto, foi no campo da comunicação social. Tínhamos que ter propalado, naquela ocasião – e continuar a fazê-lo, até hoje –, o que a Revolução fez de bom para o País e mostrar também com quem se estava lidando; relatar o que se passava, quem eram os comunistas. Deveríamos fazer contra eles a mesma campanha que fazem contra nós, até hoje. Divulgar nossas realizações, com maior ênfase, de maneira a demonstrar, para o povo, a importância e o grande valor da Revolução, por ter evitado que o Brasil se tornasse um país dominado pela ditadura comunista. Se não fizemos a devida divulgação das realizações da Revolução de 1964, não seria o adversário que iria fazê-lo.

A mídia abriga pessoas que só pensam em aumentar a audiência, promovendo escândalos. Atacavam e atacam a Revolução, chamando-a de "ditadura militar". Reclamavam da falta de liberdade de imprensa. Propositalmente, essas pessoas se esquecem de dizer que o regime com o qual simpatizam e que admitem implantar no Brasil seria muito mais fechado, ditatorial e com menos liberdade de imprensa do que o que criticam. Até a Igreja já estava infiltrada naquela ocasião. Na missa, havia gente que fazia propaganda comunista: um teatrinho de colonos brigando com proprietários, por exemplo. E no regime deles em outros países, que liberdade permitiam? Quantos jornais havia na União Soviética? Eu não me lembro de nenhum, a não ser do *Pravda*. Quantos jornais havia na China Comunista? Um jovem, porque se posicionou contra o regime, foi eliminado na Praça da Paz Celestial. As aleivosias da mídia são muito mais fruto de uma cegueira obstinada, do que de falta de conhecimento da verdade. Somente porque não querem aceitar a realidade existente nos países comunistas. Quantas pessoas morreram na Rússia de Stálin? Quantos presidentes houve em Cuba, nestes últimos quarenta anos?

Ao chamar a Revolução de "ditadura", portanto, querem passar a idéia de que o Movimento revolucionário foi um meio para que militares tomassem o Po-

der por diletantismo e nele permanecessem por vinte anos. Entretanto a História, mais cedo ou mais tarde, mostrará a verdade. Já se vê o caso, por exemplo, do Gabeira, o que seqüestrou o Embaixador americano Charles Burke Ellbrick. O Gabeira, numa entrevista a que assisti, na TV, a respeito do seu livro *O que é isto, companheiro?*, quando começaram a apertá-lo sobre o conteúdo, teve a coragem de dizer mais ou menos o seguinte: "Vocês estão muito enganados. Tanto do lado deles, como do nosso, há gente boa e gente ruim. Isso não é privilégio de um lado, e estou arrependido. Se fosse hoje, não seqüestraria ninguém."

A grande verdade é que não somos nós que vamos resgatar a História. Mais adiante vão aparecer as perguntas: Quem fez Itaipu? Quem fez Tucuruí? Quem criou o FUNRURAL? Ah! BNH, quem? Fundo de Garantia? Postos de Saúde? Hospitais? Energia Nuclear? Pró-álcool? Então, vão chegar a uma conclusão, não tem outra saída: isso tudo surgiu na época dos governos militares, que teriam feito muito mais se não tivessem desviado esforços para combater a luta armada que a esquerda comunista desencadeou no País.

Mas, com o desenvolvimento dessa luta armada comunista, a Nação teve que se instrumentalizar para combatê-la e o fez com a criação dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), e reforçando a Lei de Segurança Nacional, com o AI-5. Eram meios necessários para combater a guerrilha. Tinha-se de agir com muita velocidade para poder dominá-la, identificando os guerrilheiros e suas células/aparelhos.

Mesmo assim, não creio que a Revolução se tenha prolongado demasiadamente. Tanto que, derrotado o comunismo, o Governo Geisel começou a fazer a abertura política. A abertura foi iniciativa nossa. Vou citar um exemplo: o General Geisel chegou a demitir um outro general de grande valor, um oficial respeitadíssimo no Exército, só para mostrar que a abertura era para valer. A abertura representou, dessa forma, uma conquista do povo, mas por iniciativa dos governos militares. Há gente, entretanto, que não quer enxergar o esforço desenvolvido pela Revolução para a abertura política, e fala de cerceamento da liberdade de imprensa.

Antes de passar para outro assunto, gostaria de abordar esse tema, muito ligado ao anterior: a tortura. Na guerra de guerrilha houve violência de parte a parte. Violência houve, tanto que citei aquele exemplo da comunista Dora, responsável pela explosão no Quartel-General do II Exército, em São Paulo. Por acaso existe tortura maior do que um terrorista seqüestrar uma pessoa? Já imaginou, a família toda, sem saber se vai encontrar vivo o seu ente querido? Ou receber seu filho despedaçado por uma explosão, como foi o caso da família do jovem Mário Kösel? Então, foi uma guerra suja, na verdadeira acepção da palavra, iniciada pelo comunismo internacio-

nal. Não foi uma guerra de brasileiros contra brasileiros, mas uma guerra de brasileiros traidores, instruídos e treinados no exterior (China, Cuba, Albânia), em todas as formas de terrorismo, com a finalidade de impor a ditadura comunista no Brasil.

Mas essas verdades não interessam aos nossos adversários, que estão preocupados apenas com aleivosias e excessos inventados. Excessos existem em todos os países, desde a mais remota antigüidade até os dias de hoje. Basta ver o noticiário e consultar os livros de História. Por tudo isto que a Revolução teve que enfrentar e vencer, durante esses vinte anos, podemos considerar que foram anos positivos para o País, um alívio para a Nação. Tornar-se a oitava economia do mundo é uma coisa indiscutível e conhecida internacionalmente. Todos os resultados que estão aí, à mostra, tudo o que aí está, hoje em dia, praticamente foi criado ou lançado no período de 1964 a 1985. Agora mesmo vai ser concluída uma dessas usinas de energia nuclear; quando foi iniciada a sua construção? No Governo revolucionário. Agora mesmo estão pretendendo estender energia de Tucuruí ao restante do País. Quando começaram a construir e concluíram Tucuruí? No Governo revolucionário. E por aí vai. Acho, assim, que os Governos revolucionários trouxeram um benefício muito grande ao Brasil. E o benefício maior, a meu ver, foi evitar que nos tornássemos um país comunista.

Mas, agora, vou tratar de um outro tema mais constrangedor, porém mais esclarecedor, porque é resultado da abertura dos arquivos de Moscou, assunto abordado, com muita perícia, por seis escritores franceses, todos comunistas ou ex-comunistas, em *O Livro Negro do Comunismo*. Lá ficou plenamente comprovado que o comunismo internacional foi responsável por mais de 100 milhões de mortes, desde sua implantação na União Soviética, na Europa Central, na China, em Cuba e nos demais países envolvidos. Aqui na América Latina, em particular, em Cuba, na Colômbia e no Peru, ocorreram dezenas de milhares de mortes por motivos ideológicos. Enquanto isto, os comunistas brasileiros teimam em desconhecer as revelações macabras dos arquivos de Moscou, e em fazer o maior alarde contra apenas três centenas de mortes que eles mesmos provocaram, durante o período revolucionário. Entretanto, gostaria de acrescentar só uma coisa que os comunistas sabem, mas não dizem. Nesses arquivos de Moscou há uma referência muito importante: Carlos Prestes recebia dinheiro da União Soviética para fazer a revolução aqui no Brasil. E isso vem confirmar o quê? Comprovar, justamente, a subordinação do comunismo daqui ao de Moscou, entre outros.

Voltando às ações revolucionárias, reafirmo que vivemos uma guerra de informações. Ganhamos pela informação e, evidentemente, pelo apoio do povo, porque informação sem o apoio do povo é difícil. Para mim, pois, as razões principais desse pequeno número de mortes, se comparado ao morticínio havido nos muitos países

onde se deu a violência comunista, são estas duas: eficiência da informação e o apoio do povo. Contudo, freqüentemente me fazem esta pergunta: por que se verificou o desengajamento dos militares da condução política do País? E respondo: porque o objetivo dos militares foi, justamente, defender o País do comunismo internacional. E, derrotado o comunismo aqui dentro, iniciou-se a abertura política.

Porém, essa transferência do Poder implicava um processo de pacificação interna, que só se verificaria com a Lei da Anistia. E essa Lei da Anistia foi promulgada e já completou 15 anos. Entretanto, continua o "revanchismo", até hoje. O Muro de Berlim foi derrubado em 1989 e a Alemanha, num instante, se pacificou, se uniu. Lá o radicalismo era muito maior: quem pulava o muro era sacrificado; a ação era violenta, porque a Alemanha ficou dividida mesmo. E no Brasil, a Lei da Anistia não deu certo até hoje. Por isso, reafirmo: a Lei da Anistia deveria ter sido promulgada por um governo civil. Assim, retardar-se-ia o retorno dos exilados, e possivelmente a pacificação nacional seria melhor negociada.

Há a idéia de que o comunismo se revitaliza ao explorar a miséria e a corrupção, subprodutos de um capitalismo desumano, dos baixos níveis de educação e dos maus costumes políticos. Contudo, para mim, o comunismo está é liquidado. Minha impressão é esta. Entretanto a educação é fundamental. Devemos mostrar o que se passa no Brasil, a realidade nacional. Novamente, volto: temos que batalhar na luta pela informação, renovando valores pátrios, ressaltando os nossos heróis. Em suma, é uma questão de cultura, de educação e, evidentemente, de uma repartição melhor de renda, de mais empregos. A ausência de tudo isso favorece o discurso desses ressentidos. Mas, a meu ver, o comunismo não deu certo em parte nenhuma. A própria China serve de exemplo. Cuba está sentindo que há a necessidade de democratizar-se, de estabelecer um intercâmbio com os outros países. Entretanto, apesar do fracasso do comunismo, ele poderá mascarar a sua natureza negativa, mudando de nome e explorando a inveja e o egoísmo, próprios da condição humana, para continuar com sua intenção de tomada do Poder. Vender a sua imagem mascarada está muito dentro da chamada "batalha da comunicação social" que, para mim, continuamos perdendo.

A função principal da comunicação é vender a imagem, por meio da exposição ou da divulgação do bem ou serviço a oferecer. E o que está acontecendo? O adversário nos ataca, sistematicamente, e ninguém responde, ninguém contra-ataca; não digo nem contra-atacar mas, pelo menos, explicar, dar uma satisfação, mostrar à opinião pública a realidade. Um exemplo: agora mesmo o Senador Antônio Carlos Magalhães disse o seguinte: "O Exército tem trezentas mil pessoas que não fazem nada, pois não vai ter guerra; então, vamos usá-las em segurança públi-

ca." Usar em segurança pública eu não discuto, o que, eventualmente, poderia ocorrer; mas essa mensagem "que não fazem nada", essa é uma afirmativa que temos de rebater. Primeiro, por não corresponder à verdade, certamente por se tratar da intervenção de neófito em relação à carreira militar. E, depois, não apenas o Exército, mas as Forças Armadas, têm a obrigação, o dever de estar bem preparadas para uma guerra, fato possível, que pode ocorrer a qualquer momento, como sempre ocorreu. O Brasil tem áreas cobiçadas, é um País importante, tem a Amazônia, o que significa que devemos estar preparados para defendê-lo. Alguém tem que contra-atacar, alguém tem que transmitir essa mensagem ou, então, tem que estar mostrando, todo tempo, a importância do Exército. Num país como o nosso, com gente sem emprego, passando fome por aí, esta gente – exemplifiquemos com um absurdo – ao ouvir dizer que há trezentos mil militares ganhando dinheiro para jogar voleibol, para não fazer nada, naturalmente torna-se vítima de uma exploração tendenciosa. É o tipo da mensagem que exige uma resposta pronta, à altura da agressão, uma mensagem para derrubar essa falsa idéia e mostrar o que os militares fazem, na realidade.

Para se ter uma medida da falsidade dessa idéia do senador sobre o Exército, vou comentar um fato ocorrido aqui em Fortaleza, recentemente. Num simpósio de jornalistas realizado nesta capital, presente a elite de cinqüenta profissionais de todo o País, o jornalista Armando Vasconcelos resolveu fazer, entre eles, uma pesquisa sobre as Forças Armadas. O resultado foi um índice de aprovação elevadíssimo, confirmando índices anteriores. A tanto conduz o fato de que – além de instruirmos soldados, educarmos homens – construímos, também, ferrovias e estradas de rodagem, com os Batalhões de Engenharia; estamos na Amazônia e no Pantanal, numa vida sofrida. Ajudamos, enfim, a expandir o Brasil.

Na realidade, sempre integrados à Nação e a seu povo, aflige-nos, nos dias atuais, a ameaça à nossa soberania, à nossa nacionalidade, em face dessa globalização antiética e desumana, promovida pelos países ricos contra os países em desenvolvimento e apoiada por certos grupos internos, que só pensam em beneficiar-se a si mesmos. Contra isto, só um povo consciente de seu próprio valor, de sua própria nacionalidade, patriota por formação, poderá se insurgir. Para tanto, o caminho a longo prazo é a educação deste mesmo povo, a preservação da sua cultura e a revitalização dos valores nacionais.

E continuo a dizer que, além desse caminho de longo prazo – educação, cultura, revitalização de valores nacionais –, urge dispormos de espaço na comunicação social. Temos que sempre dar respostas e sempre andar juntos. Se não podemos andar na frente, pelo menos sigamos ao lado do adversário, para esclarecer honestamente e, assim, conquistar a opinião pública. E é com uma opinião pública

bem brasileira, com um povo bem informado, que evitaremos os agentes do totalitarismo comunista, nazifascista e outros, de que já fomos vítimas. Assim, permaneceremos, constantemente, alertas, lembrando-nos sempre desses episódios do passado, sem deixar que caiam no esquecimento.

Por falar em episódios do passado, não podemos esquecer que a luta armada de esquerda, no período de 1968 a 1975, provocou várias mortes de companheiros nossos, que lutaram para a manutenção da lei, da ordem e dos poderes constituídos. Os que sobreviveram são, hoje, injustamente tratados por essa mesma esquerda que domina a mídia e, até, alguns setores do Governo. Em favor desses heróis, referiu-se, com reconhecimento, o General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, então Ministro do Exército: "Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se opor a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a Nação jamais seja levada à anarquia." Apesar de esta frase estar presente em alguns quartéis, o ideal é que ela estivesse estampada em qualquer ambiente militar. Entendo que deveríamos evocar o 31 de Março como um marco que nos libertou da ameaça comunista. Deviam ser erigidos dois monumentos: um, em Minas Gerais, onde o Movimento eclodiu; outro, na AMAN, onde, no meu entendimento, se consolidou a vitória da Revolução de 1964, com a adesão do II Exército.

De fato, na AMAN se ganhou a guerra quando o General Médici determinou que os cadetes entrassem em linha, no Vale do Paraíba, em face das possibilidades de reação das tropas do Rio de Janeiro. Essa reação se esvaiu porque, realmente, a tropa do Rio de Janeiro se sentiu, psicologicamente, impotente para atacar os companheiros jovens, os futuros oficiais do Exército. Ali a guerra foi ganha, porque foi lá que se deu a histórica reunião do General Âncora, Comandante do I Exército, com o General Médici, que representou, na ocasião, o Comando Revolucionário. Então, são dois marcos memoriais: um, na Academia Militar das Agulhas Negras – até para servir de exemplo para os futuros oficiais; outro, em Minas Gerais.

É também uma forma de valorizarmos a Revolução de 31 de Março, preservando-lhe a memória. Valorizar e ainda demonstrar o orgulho de, direta ou indiretamente, termos colaborado para que o Brasil se tornasse uma Nação verdadeiramente democrática e não uma ditadura comunista. E o orgulho de termos uma democracia autêntica. Então, o que mais se pode fazer? O orgulho, como um sentimento nobre, de fazer parte daquilo que é nobre, as Forças Armadas. Por conseguinte, se conseguirmos passar para as gerações futuras esse orgulho cívico, evidentemente não existirá melhor maneira de marcar, na alma do povo brasileiro, a importância do Movimento de 31 de Março de 1964.

Coronel Luciano Moreira de Souza

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Principais atividades militares: Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Fortaleza; intendente na 1ª Companhia do 3º Batalhão de Fronteira–Oiapoque; Chefe do Estabelecimento Regional de Subsistência da 7ª Região Militar (ERS/7), Recife; representante do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Exército, como membro do Conselho Fiscal da IMBEL.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra.
- Serviu 20 anos na Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil – Previdência Privada (APLUB), com matriz em Porto Alegre.
- Na eclosão da Revolução de 1964 servia no ERS/10, em Fortaleza. Foi interventor do SAPS/Ceará (Serviço da Alimentação e Previdência Social), nesse mesmo ano.

Entrevista realizada em 11 de dezembro de 2000.

O Projeto de História Oral do Exército, no que diz respeito à Revolução de 1964, chegou em boa hora. Penso até que deveria ter chegado um pouco antes, porque, embora a História tenha uma tendência natural de pôr as coisas nos seus devidos lugares, a mídia, nas suas várias manifestações, vem apresentando constantemente uma falsa imagem dos fatos. E isso nos preocupa, porque os objetivos dos meios de comunicação são políticos, ideológicos e comerciais, enquanto o objetivo dos militares se restringe à defesa da Pátria e à vivência dos valores espirituais, morais e éticos da nacionalidade, que jamais poderão morrer. Há um caráter futurista, também, do Projeto, bastante interessante: ele é voltado para as novas gerações, para as gerações futuras, para os jovens. Esses jovens que ainda não sabem o que é a saudade, porque os fatos estão muito recentes e a saudade precisa de tempo para crescer. Esses jovens que têm tudo, porque têm um futuro e, nele contido, o dever cívico que os prende à Nação e a responsabilidade de manter a integridade territorial e a soberania nacional. Assim sendo, se lhes afigura, desde já, uma missão muito mais difícil do que foi para nós, para a nossa geração, e para as gerações passadas, especialmente em face da cobiça internacional manifestada, nos dias atuais, em relação à Amazônia e ao Pantanal. E aqui lhes fica este alerta.

Mas, ao comentar-se a Revolução de 1964, devemos falar primeiro sobre a Intentona Comunista de 1935, porque, para mim, a Intentona foi sua causa principal. Imagine o seguinte: em 1922 realizou-se, no Rio de Janeiro, o congresso constitutivo do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, desde o início, desejava integrar a III Internacional, conhecida como Komintern, uma agência criada por Lênin após a Revolução Comunista em 1917. Para pertencer à III Internacional, várias condições eram impostas, entre as quais uma delas dizia: "O Partido Comunista Brasileiro deverá renunciar ao patriotismo e a qualquer forma de pacifismo social". Começava o Partido Comunista, portanto, negando a noção de Pátria e desconhecendo a índole pacífica do povo brasileiro, que é inerente ao caráter nacional. Luís Carlos Prestes, seu precursor em nosso meio, abraçou esse credo comunista com muito fanatismo. Ele próprio, já senador em 1946, depois de anistiado, fez no Senado um discurso no qual afirmava que, se o Brasil entrasse num conflito armado com a Rússia, não pegaria em armas ao lado do Brasil. Chegou-se a esse ponto. Mas, antes, desvairados por esse fanatismo ideológico, os comunistas desencadearam a Intentona de 1935, quando companheiros nossos foram sacrificados, mortos, em data e hora marcadas, no Rio de Janeiro, Recife, Natal e João Pessoa, o que abalou profundamente o Exército. Graças a Deus o comunismo, nessa época, não foi implantado, mas deixou uma semente de traição que germinou e produziu frutos daninhos, na tentativa de comunizar o Brasil em 1964.

Novamente Deus iluminou o povo brasileiro e suas Forças Armadas que, mais uma vez, preservaram a nacionalidade. De fato, a Revolução Democrática de 1964 soube vencer a falsidade ideológica e as desordens subversivas de então, provocadas pelo comuno-janguismo. Como se vê, desde 1935 o Exército já havia adotado uma posição histórica, de repúdio definitivo ao comunismo. Assim, a Intentona de 1935 foi, no mínimo, a causa psicológica principal que criou as condições necessárias para que eclodisse a Revolução de 1964.

Entretanto, não foi a Intentona Comunista de 1935 a única causa da Revolução de 1964. Criou-se, entre uma e outra, um panorama político-partidário de mazelas morais, frustrações, vilanias, decepções e outras indignidades que originaram os fatores mais próximos da Revolução. Em janeiro de 1956, o Sr. Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência da República. Trazia um projeto muito ambicioso de desenvolvimento, que propagava os prazos de "50 anos em 5". Então, passou a promover um desenvolvimento descontrolado e extremamente oneroso para o País. Começou aí uma inflação desenfreada no Brasil. Essa inflação, que hoje lutamos para debelar e vencer, foi implantada por Juscelino Kubitschek. Nesse projeto se incluíam, também, a construção e a transferência da Capital Federal para Brasília, tudo em cinco anos. Então, o que aconteceu? Concessões e maus hábitos gerados e institucionalizados no Brasil, até hoje. Tudo às expensas do Tesouro. Basta que se diga que no Brasil todo trabalhador trabalha de segunda a sexta-feira, mas os nossos senadores e deputados, que nunca se mudaram para Brasília, seguem para o trabalho na terça e voltam na quinta. Alguns comparecem a uma única reunião, na quarta-feira. Esses maus hábitos, prejudiciais à moral, servem de péssimo exemplo ao povo brasileiro.

A seguir, sob o entusiasmo de expressiva massa de eleitores, assumiu a Presidência da República o Sr. Jânio Quadros, em quem o povo brasileiro depositava uma grande esperança. O símbolo de Jânio era uma vassoura, com a qual intencionava acabar com a corrupção, iniciada no Governo de Juscelino Kubitschek com aquele desenvolvimento descontrolado. Contudo, Jânio frustrou as expectativas do povo brasileiro. Era um político sem compromissos partidários, que vinha de São Paulo. Dominava-o certa instabilidade emocional que o impulsionava a reações e atitudes imprevisíveis. Mesmo assim, conduziu o Governo do País com firmeza e bom senso durante os sete primeiros meses, quando, a 25 de agosto de 1961, resolveu renunciar ao cargo, o que provocou uma decepção generalizada. Esta desilusão se acentuou ainda mais em face da transferência dos problemas existentes para o seu substituto constitucional, o Vice-Presidente João Goulart, que não contava com a confiança do povo.

João Goulart era um homem despreparado, sobretudo para realizar sua aspiração de tornar-se o herdeiro e executor do projeto político de Getúlio Vargas. Como se dizia na época: se o Getúlio era um feiticeiro, Jango era apenas um aprendiz de feiticeiro, nada mais. Tanto que, com suas costumeiras concessões políticas, ligou-se às forças sindicais e o Brasil passou a ser um campo de experiência, de demagogia e de agitações comuno-populistas, respaldadas na herança negativa do Governo Juscelino e na renúncia intempestiva de Jânio Quadros.

Convém, lembrar que Jango já havia sido eleito, por duas vezes, Vice-Presidente da República. Na primeira vez, com Juscelino; na segunda, em chapa oposta a Jânio. Em ambas as vezes, usou de todas as tramóias, as mais fraudulentas, junto a partidos políticos inescrupulosos, incluindo os comunistas, com os quais se comprometeu perigosamente. Seus compromissos com os comunistas o fizeram presa das forças sindicais de esquerda, que intentavam usá-lo para implantar a chamada "república sindicalista", nos moldes socialistas. Certamente isto o levou a fazer uma visita à China, onde se encontrava no dia da renúncia de Jânio. Assim, essas tropelias de Jango o afastaram, cada vez mais, da confiança do povo e provocaram fundadas reações contrárias à sua posse no Governo. Contudo, depois de vários entendimentos, em que foi aceita a forma parlamentarista como condição para sua posse, Jango assumiu a Presidência da República. Não se fizeram esperar as manobras e articulações de seus aliados, em especial dos comunistas, até conseguirem aprovar, em plebiscito, o retorno à forma presidencialista. Não demorou e o Governo estava todo infiltrado de comunistas que, praticamente, dirigiam todos os seus escalões e conduziam os tumultos e desordens em todos os setores da vida nacional. O País estava entregue aos "inimigos" íntimos de Jango, como costumo dizer.

Assim, chegou-se a 1963, quando a situação já estava muito difícil. Eu estava na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e presenciei, no Rio de Janeiro, todos aqueles acontecimentos desagradáveis que se sucederam. O ano de 1964 entrou numa conjuntura altamente explosiva, pois, à semelhança até de fatos que já acontecem hoje, havia as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze", assaltos a bancos, seqüestros (inclusive de autoridades estrangeiras) e outros desvarios. Essa situação foi crescendo e o caos político-econômico foi-se agravando, até que chegou março de 1964, que funcionou como uma válvula de escape daquela desordem.

Seguem os desatinos: no dia 13, deu-se o comício da Central do Brasil (concentração em frente ao então Ministério do Exército e Comando do I Exército, garantida por tropas da Polícia do Exército), ocasião em que foram agredidas as

instituições constitucionais do País, com ameaças de fechamento do Congresso, implantação das "reformas de base", de inspiração comunista, tudo na "lei ou na marra" e com afronta às Forças Armadas; no dia 26, o levante dos marinheiros, sob a liderança do Cabo Anselmo, com o apoio do Almirante Aragão – Comandante dos Fuzileiros Navais – e sua reunião no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, numa acintosa e provocante quebra da disciplina militar; e no dia 30, o tumultuado almoço do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, que sargentos, cabos e soldados ofereceram ao Presidente da República e ao seu ministério, ocasião em que se repetiram as mesmas agressões do comício do dia 13 e se acentuou a ruptura da disciplina militar.

A demagogia subversiva e anti-hierárquica ganhava as ruas e, no caso dos marinheiros, alguns almirantes, descompostos em suas fardas, eram carregados, nos braços, por cabos e soldados. De resto ocorreram, naquele mês de março de 1964, fatos que nunca poderiam acontecer num Governo de responsabilidade, inaceitáveis a um povo ordeiro, pacato e pacífico como o nosso. Já tardava a reação do povo. Assim, houve em São Paulo a grande Marcha da Família com Deus, pela Liberdade, acompanhada de veemente apelo às Forças Armadas para o cumprimento de sua missão constitucional. Simultaneamente, também, já se fazia sentir a indormida articulação e o magistral planejamento da reação armada, com o menor trauma possível. E finalmente irrompia a Revolução de 31 de Março de 1964.

Mas, antes de prosseguir enfocando esse Movimento, que salvou o Brasil e seu povo de uma verdadeira catástrofe, impõe-se caracterizar a índole perversa da mais perigosa entidade atuante no meio comuno-janguista, que eram os "grupos dos onze", criados por Leonel Brizola (naquela época estimava-se em cerca de 1.300 grupos). Um documento de cinco a seis folhas, apreendido pelo Exército logo após a Revolução, na célula comunista de Niterói, dedica um capítulo ao papel dos "grupos dos onze" na guarda e julgamento dos prisioneiros. Por oportuno, dele transcrevo o que se segue:

"Devemos instruir os grupos dos onze companheiros para missões especiais de prisão, guarda e julgamento sumário de prisioneiros de guerra. Os reféns deverão ser sumária e imediatamente fuzilados, a fim de que não denunciem os seus aprisionadores e não lutem posteriormente para sua condenação. Os grupos dos onze serão como foi a guarda vermelha da Revolução Socialista de 1917, na União Soviética, da qual seguirão o vitorioso exemplo".

Um outro documento que merece citação era intitulado "comunicado terrorista nacional". Foi expedido pelo correio, logo após a Revolução, para expressivas figuras das classes liberais, e terminava assim:

"Vendilhões do templo que se arvoram em anjos justiceiros. Todos vocês terão o seu amanhã junto ao paredão, quando voltarmos para restaurar a independência brasileira. Brizola está presente".

O que poderia acontecer? Graças a Deus, foi o que aconteceu: veio a Revolução de 1964.

Na verdade, o que se passou no Brasil, em 1964, teve repercussão e influência muito grande na paz e no destino da democracia do mundo inteiro. Se o Brasil tivesse se comunizado, naquela época, teríamos aqui, na América Latina, uma grande Cuba, que exerceria sua influência, sem dúvida, em todo o mundo. Como é que o Brasil, sendo uma Nação tradicionalmente cristã, suportaria – como suportou o povo de Cuba, depois de 40 anos de Fidel Castro – a autorização de seu ditador para que fosse comemorado o Natal de 1999, porque o Papa ia visitar o País? Qual seria a reação do nosso povo? Seríamos levados em curto prazo, sem dúvida nenhuma, a uma luta fratricida, com muito derramamento de sangue, para a reconquista de nossa vivência democrática. E o Exército sempre teve uma incomparável constância, sempre em sintonia com os anseios nacionais, na conquista e manutenção dos grandes objetivos da Pátria. Por isso, a voz que o soldado ouviu em 1964, sem dúvida nenhuma foi a mesma voz que ouviu em Tuiuti ou em Guararapes: a voz da união e da coesão. Não podia ser diferente. Graças a essa união, a essa coesão, tivemos uma Revolução pacífica que, por sua vez, refletiu e fortaleceu essas características de nossas Forças Armadas.

Na realidade, uma Revolução é uma transformação, normalmente de forma violenta, de uma estrutura político-econômico-social. Essa transformação de inigualável dimensão aconteceu no Brasil, entretanto, sem violência. Esta foi a melhor maneira, bem brasileira, de como se pôde fazer a nossa Revolução. As três grandes revoluções do mundo, que tiveram repercussão pelas grandes modificações na parte política, econômica e social, foram a Revolução de Cristo, o Grande Benfeitor da Humanidade, a Revolução Francesa e a Revolução Socialista de 1917. A notável repercussão mundial que teve a Revolução de Março de 1964 e as projeções futuras do que foi realizado, guardadas as proporções, coloca o nosso movimento cívico-militar nesse mesmo nível. A Revolução de 1964 provocou uma profunda modificação na parte política, econômica e social, principalmente na política, impedindo a comunização do Brasil. Destaca-se, entretanto, pela moderação com que foi conduzida, desde o primeiro momento.

Em 1976, quando cursei a Escola Superior de Guerra, ouvi várias citações do nosso Presidente Castello Branco, nas quais explicitava que, nos países em desenvolvimento, o processo político poderia ser interrompido para que se vol-

tasse a uma situação, a uma linha correta dos objetivos nacionais. O Presidente Castello afirmava haver uma diferença entre uma missão política e uma função política. A função política é exercida pelos políticos; a missão política pode ser atribuída aos militares. Tão logo possível, a função política deveria, depois de uma Revolução ou de um movimento dessa natureza, ser devolvida aos civis.

Vamos relembrar alguns fatos ocorridos após a Revolução de 1964. Poderá parecer a muitos que, no dia seguinte, estava tudo resolvido. Não, não estava. Antes de se pensar em desenvolvimento, há que se resolver o problema político, a segurança interna. Basta citar-se o que testemunhei, em 1968, como aluno da Escola de Estado-Maior: as passeatas do Rio de Janeiro, a Avenida Rio Branco bloqueada por "intelectuais" e "estudantes", a UNE fechando as universidades. Isso, em 1968, depois de quatro anos! A intenção que alguns políticos subversivos revelavam era a de que recrudescesse todo aquele movimento. Impunha-se, pois, a utilização de medidas enérgicas. Por isso veio o AI-5. No final de 1968, o Presidente Costa e Silva adoeceu e, com o agravamento da doença, em 1969, teve que se afastar do Poder. Quem assumiria? O Dr. Pedro Aleixo, que era o Vice-Presidente civil escolhido pelos governos militares? Mas seria o momento adequado? Então, o Congresso se reuniu e elegeu o General Médici, que teve, no seu período de Governo, o ônus do restabelecimento da ordem. Estourou células comunistas, enfrentou o terrorismo, combateu as guerrilhas e derrotou o inimigo, em pouco tempo. Este movimento das esquerdas foi tão agressivo e violento, que os próprios comunistas o apelidaram de "luta armada". Depois, veio o Governo do Presidente Geisel que, logo no início, enviou uma mensagem ao Congresso dizendo: "O máximo de desenvolvimento, com o mínimo de segurança possível". Assim, começou a operar-se uma evolução que deu origem a uma grande modificação no processo revolucionário. Geisel preparou o terreno para que, em seguida, fosse feita a transição, a volta à normalidade democrática, como era o desejo do Exército, interpretando o pensamento do Presidente Castello. Essa transformação tinha que efetivar-se o mais cedo possível, o que se operou no Governo Figueiredo. Poder-se-ia pensar que, com pouco mais de 21 anos, a Revolução tenha demorado demais. Não demorou. Uma análise mais profunda mostra que as coisas aconteceram no seu devido momento. Havia muito o que consertar e muito o que realizar.

Os consertos não foram poucos e, nem sempre, indolores. As realizações foram incontáveis e benéficas, conduzidas dentro de um processo racional que pode ser resumido na seguinte frase: "Os governos militares criaram uma infra-estrutura que deu ao País as condições de um desenvolvimento progressivo". Na área de infra-estrutura, foram remodelados, para atenderem a exigências futuras,

todos os portos fluviais e marítimos, e os aeroportos; foram construídas a Ponte Rio-Niterói, a Estrada do Aço, rodovias e ferrovias. Itaipu, que é a maior hidrelétrica do mundo, interligada a outras usinas energéticas, como Boa Esperança e Tucuruí, deu as condições de desenvolvimento que nos permitiram dizer, com orgulho, que temos o maior parque industrial da América Latina. Isto se deve a Itaipu e às que foram citadas, construídas nos governos militares.

No campo das telecomunicações, criou-se tudo o que ainda existe hoje. De fato, em 1964, praticamente nada tínhamos neste setor, mas em 1974, dez anos depois, em menos de um minuto ligávamos, por telefone da melhor qualidade, com qualquer ponto do território nacional. Ainda no Governo do Presidente Médici foi inaugurada a televisão a cores, que não deixava nada a desejar em relação às melhores do mundo. O sistema de telecomunicações do Brasil, implantado durante os governos militares, foi considerado empreendimento tecnológico de país desenvolvido, que se deveu à alta qualidade dos técnicos formados pelo nosso Instituto Militar de Engenharia (IME), entre os quais os Ministros das Comunicações, o Coronel Higino Corsetti e o Comandante Euclides Quandt de Oliveira. Assim, o IME tornou-se uma entidade de primeira grandeza na preparação de excelentes profissionais técnicos, como estes que atuaram na área de comunicações.

No que diz respeito ao campo social, ater-me-ei apenas aos setores de educação, saúde e assistência social, de uma maneira sucinta, devido à extensão do tema e à limitação deste espaço de tempo. Na educação, foram adotadas as seguintes medidas, entre várias outras: aumentar a escolarização, da faixa dos sete aos 14 anos, que passou, entre 1970 e 1980, de 67% para 83,7%; incrementar a matrícula nas universidades, que subiu, entre 1964 e 1981, de 100 mil para 1,3 milhão; estímulo substancial ao ensino dos 1º e 2º graus; reestruturação da educação básica (1º grau), que passou de quatro para oito anos; estímulos e subsídios ao ensino do 3º grau (superior), através do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq); do Fundo de Financiamento para Estudos e Projetos (FINEP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de modo que, no início dos anos de 1980, já havia enorme rede de mestrado e doutorado e a institucionalização da pesquisa.

Nos meios urbano e rural, para atender às populações mais carentes, foram criados os Programas Nacionais de Ações Sócio-Educativas e Culturais (PRODASEC, meio urbano; e PRONASEC, meio rural); Programa de Expansão e Melhoria da Educação Básica do Meio Rural (EDURAL) e Programa de Apoio às Populações Carentes da Zona Canavieira do Nordeste (PROCANOR).

Quanto à saúde, tem-se que atentar para a complexidade crônica do problema. Sempre houve duas estruturas: a de saúde pública, que cuidava da medicina

preventiva, e a previdenciária (dos Institutos de Aposentadoria e Pensões), à qual cabia a medicina curativa. Já se pode visualizar que a grande maioria do povo era excluída das condições de tratamento de saúde. Os governos revolucionários tentaram de várias formas unificar essas estruturas, pouco conseguindo. Criaram-se várias entidades de saúde, com vistas a essa unificação: o Sistema Nacional de Saúde, o Programa de Interiorização das Ações de Saúde (PIASS), o Prev-Saúde, o Conselho Consultivo de Administração Previdenciária (CONASP) e as Ações Integradas de Saúde (AIS). Estas últimas conseguiram transferir mais recursos federais para Estados e Municípios, aumentando os níveis de eqüidade e universalização dos atendimentos e estimulando a produtividade dos órgãos de saúde em todos os níveis, criando programações conjuntas, evitando a duplicidade de esforços.

Com relação à assistência social, várias foram as iniciativas tomadas: a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH); o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL); o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL); o Estatuto da Terra; implantação da Lei Orgânica da Previdência Social (aprovada desde 1960), unificando-se a Previdência com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que passou a atender a outras classes de trabalhadores – empregados domésticos, jogadores de futebol, garimpeiros, estudantes, ministros religiosos e outros; o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ligado à política habitacional; o Programa de Integração Social (PIS), financiado pelas empresas privadas; o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), financiado pelos órgãos governamentais.

Para se ter uma noção mais ampla de todas as realizações da Revolução de 1964, sugiro a leitura do livro do Coronel Ivany Henrique da Silva – *Heróis a Lutar* – em particular o seu Capítulo 12, que apresenta um relato completo dessas realizações (Blue Chip Gráfica e Comunicação Ltda. – Rua Cardoso Marinho, nº 18A-20220-370-Santo Cristo–Rio de Janeiro–RJ).

Fala-se muito que os governos militares gastaram exageradamente com essas iniciativas, sobretudo no campo energético, em particular com a construção de Itaipu. Todavia, é preciso que se entenda que o desenvolvimento traz retorno. Não se gasta com o desenvolvimento, mas nele se investe. Sem dúvida, os governos militares investiram muito para o progresso do País. Veja-se que, de um certo tempo para cá, os noticiários, com freqüência, vêm expressando a preocupação com um possível racionamento de energia. Imagine-se se não existisse Itaipu. Por outro lado, não se tem notícia de nenhum incremento ponderável na produção de energia, de 1985 para cá. Ao que se sabe, a idéia do Governo é de ir resolvendo o problema, paulatinamente, com a construção de hidrelétricas menores.

Mas outros problemas vêm surgindo, ao lado do energético, talvez por falta de aproveitamento de instrumentos deixados pela Revolução. O Estatuto da Terra, por exemplo, que era, no meu entendimento, o embrião de uma política agrária, foi posto de lado e o campo sofre uma espécie de convulsão, que pode evoluir para coisa pior.

O Governo tem sido muito concessivo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pois deu fôlego às suas atividades. As reivindicações democráticas e dentro da lei são perfeitamente válidas. O que me parece é que o Governo tem tentado resolver o problema da reforma agrária, mas as coisas não podem ser feitas com a velocidade mágica que todos desejamos. Esses movimentos, se agissem dentro da lei, seriam admissíveis. Qualquer classe tem, democraticamente, o direito de fazer as suas reivindicações. O que não se pode admitir é que haja invasão da propriedade privada, que é um direito constitucional. Nem se pode aceitar a invasão de prédios públicos. E o Governo tem-se reunido com esses invasores, que têm descumprido a lei, para discutir o problema da reforma agrária. Parece-me, assim, que está sendo criada uma cobra que não se sabe de que tamanho vai ficar. Lembro-me de que, no Governo Geisel, houve, em certa ocasião, um início de greve de ferroviários na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e o Presidente Geisel se deslocou para lá. Os assessores estranharam e disseram para ele: "Presidente, o Sr. vai ao Rio por causa de uma greve?". Ao que o Presidente teria respondido que sim. E foi ao Rio de Janeiro, para resolver o problema no nascedouro. Por isso, acho que o Governo atual foi um pouco ultrapassado, porque vem sendo concessivo e extremamente tolerante com essas invasões de propriedades. Podemos ser tolerantes, mas não podemos contemporizar com o descumprimento da lei. Por isso, esse movimento tem que ser dissolvido, por agir fora dos limites da lei. E assim, minha tese é muito simples: o que é contra a lei, tem que ser proibido. E a continuar como vem, queira Deus não aconteça um confronto de perigosas proporções, como vi, há pouco, em Minas Gerais: aquelas senhoras todas preparadas para causar impacto psicológico. O Governo de Minas não impediu ou não quis tomar as providências para impedir a invasão da fazenda do Presidente da República. O Exército foi chamado e se defrontou com aquelas crianças nos braços das mães, ficando impossibilitado de tomar qualquer atitude, pois nos repugna enfrentar pessoas inocentes. Os ideólogos do MST e os governantes sabem disso e aproveitam-se desses aspectos, para envolver inocentes e desacreditar o Exército. É, portanto, de grande preocupação a situação a que chegamos. É preciso, pois, que se tome uma medida imediata para que as coisas sejam feitas dentro da lei.

Contudo, tem-se que retirar o estímulo a essas agitações político-ideológicas no campo, estímulo este devido à falta de uma política agrária, de um processo

de posse e aproveitamento racional e justo, pelo homem do campo, das terras improdutivas, que assegure o bem-estar das pessoas, bem como as condições de produtividade da terra e de comercialização dos produtos. Não se faz uma reforma agrária efetiva, apenas distribuindo um pedaço de terra a cada pessoa, mas criando as condições já citadas. Como já falei, entendo o Estatuto da Terra como o embrião daquela política agrária que, implantada, poderia ser reformada, pois não se reforma o que não existe.

Por falar em terras improdutivas e em condições de produtividade, lembrei-me das do Nordeste, que têm grande produtividade mas são improdutivas por condições circunstanciais, sobretudo de clima. Tenho um cunhado que, sendo dessa área, costuma dizer que ser agricultor no Nordeste é empobrecer alegremente. O amor à terra no Nordeste tem um sentido atávico, é uma coisa de tradição. As terras improdutivas, realmente, têm que servir para a solução do problema agrário. Se alguma terra existe apenas para atender a interesses comerciais, especulativos, e nada produz, é aí que se deve agir. Agora, a invasão de terras produtivas, fora da lei e do planejamento, jamais trará soluções, mas somente problemas. Aplique-se uma política agrária racional, com uma reforma agrária justa, e a solução do problema, talvez, não demore muito, desde que se aja com mais rapidez.

Sobre o início da minha vida militar, lembro-me de que ingressei na Escola Preparatória de Fortaleza com 15 anos de idade, e acho que foi naquela casa que fiz a minha primeira barba. Na minha Companhia, que era a Segunda, estava escrito na parede: *Si vis pacem para bellum*, isto é, "se queres a paz, prepara-te para a guerra." Assim, já iniciando a minha vida militar, fui aprendendo que a missão do Exército é de segurança interna e externa, através dos meios bélicos. Por isso, manter a Nação soberana e coesa não é missão exclusiva do militar, mas de todos os cidadãos brasileiros, que devem estar sempre mobilizados e integrados numa consciência nacional, através da interação de suas forças vivas. Nós, militares, estamos mais restritos ao campo bélico. É preciso, pois, que haja uma consciência de toda a sociedade para que se possa manter a Nação coesa e unida. Vou citar aqui o exemplo da Amazônia, pois acho que se enquadra muito bem neste tema. A Amazônia legal tem mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, engloba nove Estados brasileiros e ocupa 60% do território nacional, uma área equivalente à metade do continente europeu. E, para começar, vai aqui um alerta da história: tínhamos 12% do território nacional coberto pela mata atlântica. Hoje, essa porcentagem se reduziu para menos de 3%. Isto prova que precisamos zelar pelo nosso potencial. Por isso e por outras razões, a Amazônia vem-se constituindo numa enorme preocupação. Acho que o Governo já deveria ter feito um alerta

internacional para enfatizar um basta nas intenções manifestas das potências mundiais. Sobre essas intenções manifestas, separei algumas declarações transcritas de um impresso distribuídos pelo Clube Militar: Margaret Thatcher, ex-Primeira-Ministra inglesa: “Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas”; Al Gore, candidato a Presidente dos EUA, pelo Partido Democrata: “Ao contrário do que pensam os brasileiros, a Amazônia não é deles, mas de todos nós.” Parece que a diferença que há entre Al Gore e Bush, é que Bush admite que a Amazônia seja dada como pagamento da dívida externa, e Al Gore acha que a Amazônia deve ser internacionalizada. François Mitterrand, ex-Presidente da França: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”. Pode-se, como militar, aceitar essa expressão “soberania relativa”? John Major, Primeiro-Ministro da Inglaterra: “As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum a todo o mundo. As campanhas ecológicas das ONGs internacionais, sobre a região da Amazônia, estão deixando a fase propagandista para dar início à fase operacional, que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas sobre a região.”

Todas estas manifestações de pensamento de dirigentes de países desenvolvidos, como EUA, França e Inglaterra, aqui citados, são expressões de uma realidade que, aos poucos e sutilmente, está sendo posta em prática, para desestabilizar ou deteriorar a política interna dos países amazônicos, sobretudo de autodeterminação e soberania. Vou citar algumas atitudes preocupantes daqueles países desenvolvidos, que a imprensa comenta: a interferência abusiva do FMI na política econômica dos países sul-americanos; a influência perniciosa das ONGs internacionais, nos assuntos internos destes países; a transnacionalização dos patrimônios nacionais sul-americanos; o Plano Colômbia, aparentemente contra o narcoterrorismo, a ensejar a instalação de base militar americana na Amazônia colombiana; a perspectiva de instalação de outras bases militares americanas em países que circundam a Amazônia brasileira e o Pantanal; além de outras atitudes inaceitáveis, por impositivas, desrespeitosas e tirânicas. A ONU não tem poder de decisão: quem manda lá são as grandes potências (Inglaterra, França, Rússia e China), encabeçadas pelos EUA, que têm a última palavra no seu Conselho Deliberativo. Eis, entre outras, as principais ameaças, que já se tornam realidade, embora muitos reajam em acreditar nelas. Então, diante deste quadro, parece estarmos já atrasados com relação ao planejamento e à implantação de uma política de salvação nacional, com a participação esclarecida de todos os brasileiros que, conscientizados da real situação nacional, não faltarão com a sua parcela de esforço à interação das forças vivas da Nação, em benefício do País. Nessa política de salva-

ção nacional deve haver respostas, não só para a pusilanimidade das atitudes externas, mas também para as iniciativas tomadas ou consentidas, internamente, contra o nosso patrimônio ecológico, sobretudo da Amazônia e do Pantanal, e, mais ainda, contra o nosso patrimônio moral e ético.

Empresas asiáticas estão devastando a floresta amazônica, nesses últimos 20, 30 anos. Fala-se que já se devastou uma área correspondente ao território francês. Será que o Governo não tem capacidade de controlar esse crime? Quando o problema tiver chegado aos seus limites, quem vai resolvê-lo? Qual é a prioridade da segurança, hoje? Qual é a prioridade da Amazônia para o Governo brasileiro? Esse alerta internacional exige um posicionamento mais definido, inclusive para angariar a simpatia e a ação de intelectuais, de jornalistas, do povo como um todo, e tem que ser puxado pelo Governo. Parece-me que o Ministro do Meio Ambiente não está encontrando o seu caminho. Não está sabendo evitar esse grande pretexto de dizer que a Amazônia é o pulmão do mundo, como desculpa para internacionalizá-la, o que pode acontecer, mesmo sem intervenção armada. Eis a grande preocupação. No começo dizia que a grande missão dos jovens do futuro, das novas gerações, será exatamente manter a integridade territorial e a soberania nacional, e essa missão tornar-se-á muito mais difícil, para eles, se continuarmos de braços cruzados, no presente.

Vê-se, pois, que o problema exige muito mais uma solução política do que militar, embora a solução militar deva estar implícita na solução política. Por isso é que as Forças Armadas são necessárias e têm que estar contínua e atualizadamente preparadas para uma pronta resposta em força ou, no mínimo, com poder dissuasório. É irresponsabilidade perigosa e inconseqüente considerá-las desnecessárias ou privá-las dos meios necessários à sua preparação e ao seu emprego. É a atualidade da velha sentença romana: *Si vis pacem para bellum*. Todavia, este tema entrou aqui por uma imposição do momento atual, embora tenha conotações de causa e efeito com a segurança e a soberania nacional, com a Revolução de 1964 e, mais ainda, com as Forças Armadas.

Fala-se que os militares perderam a “batalha da comunicação social”. Não sei se essa batalha foi perdida. Parece-me é que estamos um pouco omissos e é certo que perdemos espaço na mídia, por motivos já identificados. O que se vê na televisão e nos jornais, diariamente, é alguém falando na “ditadura militar”, nos “anos de chumbo”: é a mídia apresentando uma falsa imagem dos fatos. Isso é constante. Estamos um pouco omissos talvez por essa mídia nos negar espaço, não nos dando oportunidade de repor a verdade histórica. Entretanto, não perdemos a batalha porque o prestígio das Forças Armadas, no seio da sociedade brasileira, ainda é

muito grande. Mas precisamos ampliar essa simpatia popular, precisamos ter o apoio do povo, não podemos perder o que, até hoje, temos, graças a Deus. O que me parece é que não nos podemos contentar apenas com mensagens episódicas como acontece, por exemplo, na Semana da Pátria ou no Dia do Marinheiro, quando aparece na televisão uma publicidade, um pronunciamento, que é uma coisa passageira. Precisamos ter um programa elaborado pelo nosso Serviço de Comunicação Social das Forças Armadas, um programa constante, não para responder às ofensas que são ditas por aí, mas para mostrar a nossa missão, os problemas do País, o que estamos fazendo. Tenho netos de 13 e 14 anos que estão sempre acessando a Internet. Vamos pegar um site, a página do Exército Brasileiro, vamos ampliá-la, botar aquele famoso item que há em outros sites: "Fale conosco." Vamos botar os meninos para conversar com o Exército, fazer perguntas, para que possamos tirar-lhes as dúvidas durante 24h por dia, nessa grande "batalha da comunicação social". Vivemos num mundo em que as coisas acontecem com extrema velocidade. Vamos usar a Internet, vamos à televisão, aos jornais, aos intelectuais, sempre mostrando o papel das Forças Armadas, a nossa preocupação com a integridade territorial, com a manutenção da soberania nacional, com a conquista dos objetivos permanentes, com a preservação da democracia. Isso é que precisamos mostrar, mas temos que mostrar sempre. Hoje, agora e sempre. E não deixar que as forças adversas, os fatores adversos cresçam e fiquemos omissos. Precisamos agir muito e intensamente, com bastante ênfase na área da comunicação social.

Como dizíamos, as Forças Armadas, em especial o Exército, são muito bem reconhecidas pela opinião pública, perante o povo brasileiro, que sabe e sente o que nelas se passa. Os integrantes das Forças Armadas são da classe média, que é povo. Nas Forças Armadas servem, anualmente, milhares de conscritos que, ao concluírem o serviço militar, retornam às suas casas, encantados com o que viram, com o que fizeram, com o que aprenderam de moral, de disciplina, de vida e com o tratamento recebido nos quartéis. Eles transmitem tudo isto aos seus familiares, e se transformam nos veículos mais eficazes da imagem real e positiva das Forças Armadas.

Em boa hora, talvez com um pouco de atraso, surgiu a feliz iniciativa deste Projeto de História Oral do Exército que, por certo, irá contribuir, sobretudo, para o conhecimento da verdade histórica de fatos recentes.

Este é o caráter futurista do projeto, sem dúvida nenhuma. A nossa Associação dos Oficiais da Reserva e Reformados das Forças Armadas (ASORFAC), considera que somos da reserva ativa. E esse é o meu estado de espírito, é assim que me sinto, nesse momento, como uma reserva ativa. Isso é, também, um exercício de

cidadania. A cidadania é uma moeda de duas faces: de um lado, sabemos exigir os nossos direitos; do outro, sabemos cumprir com as nossas obrigações. Cidadania é isso: direitos e obrigações. Vivemos dentro da sociedade, devemos a ela dar um retorno. Entretanto, o que se verifica é que o nosso conceito de cidadania é muito passional: assimilamos, com certa naturalidade, as agressões que são feitas, os instrumentos agressores que são usados, com regularidade e, por outro lado, vivemos a afrontar a lei. Parece que não faz parte da nossa cultura que a lei existe para ser cumprida. Isso é exercício de cidadania. O grande Cícero já dizia: "Sejamos escravos da lei para sermos livres." Esta é a grande mensagem que desejo deixar para as gerações futuras: o exercício da cidadania em toda a sua plenitude, dentro dos direitos e das obrigações, sobretudo dentro do cumprimento da lei. As nações são grandes, pobres ou ricas em função da vontade do seu povo. O Japão tem um subsolo paupérrimo, é vítima de terremotos e é uma das grandes nações do mundo, por causa da atitude do seu povo. O Canadá, e outros países que podemos citar, têm uma cultura de cumprimento da lei. Aqui mesmo, em Fortaleza, a Câmara de Vereadores já aprovou lei que passa por cima da Constituição, tratando a Constituição como uma obra filosófica ou literária. Vota-se uma lei municipal que derruba a Constituição em vigor!

Eu poderia citar aqui outros exemplos desta natureza. Vou, porém, comentar um exemplo de cidadania construtiva, positiva. Em 1973/1974 chefiava o Estabelecimento Regional de Subsistência da 7ª Região, em Recife. Um capitão, que tinha seis filhos, adotou um menor abandonado. Aquilo, evidentemente, foi notícia, a história corria aos quatro ventos, e comentava-se: "O capitão tem seis filhos e botou dentro da casa dele um menor abandonado!". Alguns chegavam para ele e perguntavam: "Por que você fez isso, rapaz?" Ele respondia: "Olha, não posso resolver o problema do menor abandonado do Brasil, mas de um eu posso."

Então, é aí que está o caráter da cidadania: se cada um fizer a sua parte, se cada qual cumprir a sua obrigação, teremos, com certeza, um Brasil unido e feliz, pois, afinal, é o que todos desejamos – esse exemplo do capitão vale mais do que todas as aulas de um colégio.

Coronel Genivaldo Catão Torquato

- Natural da Cidade de Campina Grande–PB.
- Principais cargos e funções militares: Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife–PE; Ajudante-de-Ordem do General Antonio Augusto Gomes Tinoco, Comandante da 6ª Região Militar; oficial de Estado-Maior das 6ª e 10ª Regiões Militares, respectivamente, em Salvador–BA e Fortaleza–CE; Instrutor-Chefe da Divisão e do Departamento de Ensino da Escola Nacional de Informações; Comandante de Grupo de Artilharia de Campanha; Chefe do Estado-Maior da 12ª Região Militar, em Manaus–AM; e oficial de Estado-Maior do Exército.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Nacional de Informações – Curso "A".
- Em 1964, servia na guarnição de Natal quando irrompeu a Revolução.

Entrevista realizada em 21 de setembro de 2000.

É uma satisfação muito grande estar aqui, oportunidade rara e inesperada de poder participar de um programa tão importante quanto este do Projeto de História Oral do Exército Brasileiro.

Iniciaria por rememorar a primeira experiência política que tive, de certa maneira determinante para as minhas posições. Havia terminado a Segunda Guerra Mundial. Getúlio Vargas deposto, em 1945, ocorrera a eleição do General Eurico Gaspar Dutra – que viria a fazer um excelente governo – e a instalação da Constituinte que iria elaborar a Constituição, promulgada em 18 de setembro de 1946. Naquela ocasião, adolescente, meu velho pai me chamou e disse: "Meu filho, hoje você vai ver comigo como funciona o regime democrático, bramindo por direito neste País", e citou a frase de alguém, cujo nome não me lembro agora: "O pior dos regimes democráticos é melhor do que a melhor das ditaduras". E acrescentou: "Você vai comigo assistir a uma sessão da Assembléia Legislativa da Paraíba". Em lá chegando, aquele aparato para mim desconhecido; jamais tinha visto coisa parecida. E assisti a umas cenas que me deixaram estarrecido, na minha concepção de jovem, ao ver um deputado levantar-se e xingar um outro, dizendo: "Vossa Excelência é uma cavalgadura". Aquilo me decepcionou, de certa forma, e talvez tenha contribuído para alguma ojeriza, para o meu afastamento de qualquer atividade de natureza político-partidária. No ano seguinte prestei concurso para a Escola Preparatória de Fortaleza. Antes, porém, já tivera um primeiro contato com o Exército. O Capitão Jesus, que servia no 15º Regimento de Infantaria, em João Pessoa, procurou-me em casa e pediu autorização ao meu pai para eu ir ao quartel, a fim de operar uma máquina de projeção de filmes de 16 milímetros, porque não tinha quem trabalhasse com ela, e eu já trabalhava com uma, na paróquia de João Pessoa. Então, autorizado por meu pai, ia para o quartel passar alguns filmes sobre prevenção de doenças venéreas e outros assuntos.

Naquela ocasião, comecei a entrosar-me no ambiente militar e entendi que o meu caminho era aquele, que deveria ir para o Exército. Fiz exames, vim para a Escola Preparatória, daqui fui para a AMAN e, em 1953, saí aspirante. Gostaria de fazer um pequeno parêntese para dizer o seguinte: do meu pai e da minha mãe, recebi um nome digno, sobre todos os títulos; e, do Exército, recebi o resto. Tudo o que sou, que tenho, recebi do Exército Brasileiro, ao qual rendo uma homenagem profunda, por ser uma instituição que honra este País. Aspirante, fui servir em Juiz de Fora, e depois de uma passagem rápida, fui para Olinda-PE. Aí começaram os problemas. Getúlio tinha retornado em 1951; inclusive, a minha Carta Patente – uma preciosidade – é assinada por ele. Os primeiros passos em Olinda, nos idos de 1954, foram preocupantes, vivíamos de prontidão. Aí, aconteceram vários episódi-

os que acompanhei à distância, sem entender ainda – como tenente novinho – o que estava ocorrendo. O atentado da Rua Tonelero, a morte do Major Vaz, a República do Galeão, a assembléia no Clube Militar, as pressões para a renúncia do Getúlio e o seu suicídio, em 24 de agosto de 1954. Naquela ocasião, tinha início um processo irreversível, que acabaria desembocando na Revolução de 1964.

O ano de 1958 veio me encontrar em Natal, no Rio Grande do Norte. Era Presidente da República o Sr. Juscelino Kubitschek, desde 1956. Em 1961, Jânio o substituiu. Seis milhões de brasileiros haviam depositado as suas esperanças naquele cidadão. Era uma esperança fantástica, algo novo estava acontecendo neste País. Alguns fatos, entretanto, desvirtuaram aquele início tão promissor. A condecoração de Che Guevara foi como uma bofetada no rosto do Exército. Não podíamos entender aquele fato. Depois, veio a renúncia, e com ela, a decepção do povo. Jango, o Vice-Presidente, encontrava-se na China e provocou o grande drama: ele não deveria, nem poderia assumir. Os militares não confiaram em João Goulart, por suas idéias esquerdistas. Isso trouxe, pela primeira vez, a dissensão no seio das próprias Forças Armadas. E a cisão foi provocada exatamente por um general que resolvera divergir do restante do Exército. Mas o possível confronto diluiu-se diante, talvez, do jeitinho brasileiro que vem, ao longo dos anos, trazendo uma maneira diferente de tratar dos problemas. Aquilo que alimentava o temor de um confronto iminente, jogar irmãos contra irmãos, diluiu-se numa solução conciliadora: o parlamentarismo.

Jango é empossado. A partir daí, o processo de comunização começa a se acelerar. A subversão comunista aterroriza o campo, e as esquerdas começam a pulular dentro dos diversos órgãos do Governo, chegando ao ponto de, praticamente, dominar todos os setores de direção do País. Aí atuam os principais atores: CUT, PUA, UNE, UBES, CNTI, CGT, AP, que tumultuavam as cidades, com greves e outros movimentos desordeiros. As "Ligas Camponesas", através de ações no campo, criavam um clima de violência. Essas entidades, de linha comuno-marxista, provocavam a dissensão no seio da família brasileira e traziam uma preocupação muito grande a todos nós. Jango consegue o retorno do presidencialismo, o que lhe garante mais forças e melhores condições de trabalho.

As Forças Armadas, por sua vez, compreendem que havia chegado ao País a guerra revolucionária, através daquelas entidades, e o Estado-Maior intensifica o estudo desse tipo de guerra. Na ESG, aprimora-se a Doutrina de Segurança Nacional. Na ECEME, a Doutrina de Segurança Interna e Segurança Pública. Os três estudos se completavam. Criava-se um ambiente de antagonismo em todo o País.

Em maio de 1963, deu-se um episódio constrangedor em Natal. O Governador Aloísio Alves convidara o Embaixador Lincoln Gordon, dos Estados Unidos, para

trazer a mensagem da Aliança para o Progresso, um projeto de desenvolvimento financiado por seu país. O Prefeito de Natal, Djalma Maranhão, que se opunha formalmente a essa visita, declarou ao próprio Governador que iria ignorar a presença do Embaixador na cidade. Naquela ocasião, o Governador fez conhecer, pela imprensa, a posição do Sr. Djalma Maranhão, que contradizia a sua. Meio perdido, Djalma Maranhão, comunista convicto, comunicou o fato a Leonel Brizola que, incontinente, apanhou um avião, no Rio de Janeiro – ele era deputado – chegando a Natal na ocasião em que se desenvolvia a solenidade com o Embaixador Lincoln Gordon. Juntos, Leonel Brizola e Djalma Maranhão promoveram um comício, palco para ataques aos Estados Unidos, naquela linguagem que é peculiar ao pessoal de esquerda. Depois, Brizola passou a um ataque violento, veemente, ao General Antônio Carlos da Silva Muricy, que era o Comandante da Infantaria Divisionária (ID/7), em Natal, presente à solenidade, junto ao Governador. Leonel Brizola tachou-o de gorila, de outros apelidos e de fujão, porque ele tinha saído, naquela ocasião, da guarnição onde estava, no Rio de Janeiro, para Belo Horizonte, para dar continuidade a um trabalho. Essa agressão ao General Muricy gerou uma reação violenta nos quartéis; a guarnição não se conformava com aquilo e uns seis oficiais se juntaram, resolvidos ao desagravo pessoal. Um outro oficial mais calmo, mais tranqüilo, levou o fato ao conhecimento do General Muricy, que convidou à sua residência os oficiais da guarnição, principalmente os mais exaltados, e convenceu-os de que uma ação dessa natureza seria exatamente a munição de que precisariam para configurar a situação dos militares como "gorilas", ou seja, como opressores, perversos, ditadores. Então, isso é sugestivo, o próprio ofendido conteve a ação que estava na iminência de se desencadear.

A partir dali os tumultos se ampliaram e se generalizaram; nas cidades, eram comandados pelos sindicatos; no campo, principalmente pelas "Ligas Camponesas". Nas Forças Armadas já se notava a quebra da disciplina e da hierarquia, com a rebelião dos sargentos em 1963, em Brasília. No campo, principalmente na Região Sul, os grupos de Leonel Brizola – os "grupos dos onze" – eram a contrapartida das "Ligas Camponesas" do Nordeste.

Em 1964 encontrava-me ainda em Natal quando irrompeu a Revolução. Lá, participamos ativamente de ações preparatórias. Havia um grupo de oficiais que já se vinha dedicando ao assunto e recebia alguma orientação do General Antônio Carlos Muricy, que disse, em certa ocasião, não ter havido uma coordenação. Houve várias coordenações do Movimento, mas não houve uma coordenação geral. Naquela época, recebemos a visita de um civil que fazia a ligação de um pessoal do Sul, conosco. Procurávamos sentir como estava a nossa guarnição, principalmente o

nosso quartel. Dos outros aquartelamentos tínhamos poucas notícias. Certa vez me perguntaram se eu tinha condições de fazer um contato com o 16º RI, em Natal. Respondi positivamente, pois contava lá com um grande amigo, o então Capitão Clésio Ferreira da Costa, falecido há alguns anos, com quem costumava jogar xadrez. Convidei o companheiro para jogar uma partida na minha residência, e enquanto as esposas conversavam numa sala ao lado, perguntei como ele, pessoalmente, estava vendo aquele tumulto, o que tinha acontecido em Brasília, essa situação de desmando e de desgoverno, essa preocupação nossa, enfim. E ele me disse:

– Realmente estamos acompanhando, por quê?

– Olha! Vou abrir o jogo. Está em curso um processo para que, durante o mês de abril, seja desencadeado um movimento, tentando resolver a situação.

– Resolver como? Botando abaixo o governo? – perguntou-me.

Respondi afirmativamente, ao que ele replicou:

– Não conte comigo, estou fora, porque isso é ilegal.

– Meu amigo, você tem duas alternativas: esquecer que esteve hoje aqui, ou me denunciar, porque o processo vai ocorrer – disse, meio perdido.

Não tínhamos idéia de quando esse processo irromperia, se precipitado por algum acontecimento, ou não. O certo é que o Movimento se desencadeou e a situação em Natal foi controlada, por várias razões, pelo Coronel Mendonça Lima, que comandava a guarnição, pois o General Comandante se encontrava em Brasília e só chegou depois dos oito primeiros dias da Revolução, quando tudo já era fato consumado. O almirante, procurado para assumir, disse que não tinha condições de controle; era bom que ficasse nas mãos do Exército. O Comandante da Base Aérea foi substituído, e o que o substituiu aderiu, imediatamente, à ação e ao Movimento. Assim, acompanhei a evolução dos acontecimentos que culminaram com a Revolução de 1964, em Natal.

Na verdade, a Revolução se revestiu de aspectos diferentes, nos diversos Estados, embora fosse motivada por causas imediatas semelhantes. Entretanto, diria que a Revolução de 1964 é resultante de um processo evolutivo da formação política do Brasil, cujas raízes estão profundamente fincadas na forma de como foi instalada a República, e passa, necessária e obrigatoriamente, pelas revoluções de 1922, de 1924, de 1930, de 1932; pela Intentona Comunista, obviamente um fato muito grave; pelo golpe de 1937; pela redemocratização do Brasil, em 1945, e pelo processo de comunização que há muito tempo se desenvolvia, e mais se acentuou após a renúncia de Jânio quadros.

Lógico que a tudo isto estava associado o panorama político a que me referi, embora de maneira superficial. A este propósito, gostaria de lembrar, mais especi-

ficamente, aquilo que vivenciei no Rio Grande do Norte, a atuação dos sindicatos e das ligas camponesas. Havia alguns sindicatos. O principal e o mais atuante, que paralisava a economia do Estado, era o Sindicato dos Ferroviários, porque grande parte da produção do Rio Grande do Norte era escoada através da ferrovia. Naquela época, as nossas rodovias eram extremamente precárias, a malha viária, na sua grande maioria – até a BR - 116 – era toda só de piçarra. O segundo grande elemento perturbador da ordem, anteriormente já citado, eram as ligas camponesas, que inclusive atuavam através de invasões, algo parecido com o que hoje está sendo praticado pelos chamados "sem-terra". No campo, principalmente, havia um descalabro, provocado por invasões de fazendas produtivas. Cito um exemplo: tivemos a oportunidade de fazer uma manobra com o nosso grupo de artilharia, o II/7º Regimento de Obuses 105mm, numa área que nos foi cedida pelo proprietário, que não tinha o menor direito, nem de chegar à porteira. Era uma fazenda altamente produtiva, exportava toda a produção da região de Sapé, na Paraíba, para o Exterior. Fizemos um acampamento por lá e tivemos a oportunidade de ver o que é capaz de desestruturar uma organização que funcionava bem e que fazia seu comércio com o Exterior, rendendo dividendos para o País. Pois bem, a fazenda foi invadida, foi loteada entre as famílias e, a partir dali, cada uma resolveu plantar no seu quinhão ou deixar de plantar. Na realidade, a produção de abacaxi caiu, até se tornar, praticamente, inexistente, tal a desestruturação deixada.

Eis o resultado da ação perversa das "Ligas Camponesas" do comunista Chico Julião, cujos integrantes não tinham a menor noção de preparo do campo nem de respeito às pessoas, mas eram insuflados à prática dos crimes mais hediondos: seqüestros, estupros, assassinatos e outros. A maioria dessas pessoas nem trabalhava na zona rural e suas lideranças eram os eternos aproveitadores da miséria alheia, que eles mesmos provocavam. Coisa própria da mentalidade comuno-marxista. Atualmente, vem-se repetindo o mesmo comportamento das "Ligas Camponesas" nesses movimentos chamados Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujos integrantes se compõem de hordas andantes para invadir e destruir propriedades produtivas, e extorquir as pessoas que realmente se organizam para trabalhar no campo.

Entretanto, no que diz respeito à subversão ideológica, ela não se restringiu ao campo, mas, como um câncer, espalhou-se por todos os setores vitais da vida nacional. O objetivo era desestabilizar, definhar a Nação para dominá-la, implantar a "ditadura do proletariado", tomar-lhe o poder.

A disseminação da ideologia comunista, acompanhada das ações subversivas e terroristas que a esquerda praticava em todo o território nacional, era precedida de uma propaganda de origem interna e externa – União Soviética, China, Albânia,

sobretudo de Cuba – de feito clandestino. Foi o que se observou da farta documentação apreendida nos sindicatos, especialmente no Sindicato dos Ferroviários e junto com as "Ligas Camponesas", no Rio Grande do Norte. Entre essa documentação, encontravam-se publicações de natureza doutrinária, livros de caráter ideológico, como o *Manifesto Comunista*, observações sobre viagens à União Soviética, inclusive sobre o ensino, além de outros documentos. Outro processo de subverter a ordem e de incutir nas pessoas, sobretudo nos alfabetizados, a doutrina comuno-socialista, era o chamado Método Paulo Freire, cuja campanha de divulgação era "De pé no chão também se aprende". Não se discute a objetividade do método, mas o seu conteúdo, recheado de luta de classe, usado pelo comunismo para antagonizar a sociedade, através da exploração das contradições sociais existentes. As ligas camponesas se utilizavam de todos esses expedientes para espalhar a violência no campo, e no Rio Grande do Norte ainda se aproveitavam, não da aliança, mas da indiferença de uma parcela do clero, que hoje se mudou de vez para o lado das esquerdas. Confunde-se caridade evangélica com aliciamento ideológico dos mais humildes, para deles se aproveitar para fins políticos.

Certa vez se fez presente no Rio Grande do Norte uma das maiores figuras do episcopado brasileiro – Dom Eugênio Sales – de quem Célio Borja diz ser o prelado mais respeitável no Brasil, pela cultura geral e teológica. Pois bem, Dom Eugênio, com o intuito de se contrapor às "Ligas Camponesas", criou um mecanismo, dentro da própria Igreja, para cooptar as lideranças do campo, num bloco capaz de entestar aquelas ligas. Teve algum sucesso. No mínimo, despertou a consciência daqueles desprotegidos da lei para o perigo que os rodeava. E, como o entendo, o desabrochar dessa consciência foi o maior estopim a fazer explodir o Movimento de Março de 1964. Pois ao termos consciência de que o comunismo estava em vias de dominar o Brasil, todas as forças vivas desta Nação – a Igreja, a Família, o Povo e as Forças Armadas – agiram como um raio, e em menos de 24h devolveram a tranqüilidade ao País.

Nessa ativação da consciência nacional contra o perigo iminente, tiveram expressão muito boa os formadores de opinião que, na época, também se sensibilizaram com o problema. Todavia, quando as coisas correm num crescendo para encher um continente, existe sempre a última coisa que o faz extravasar. Aqui, neste sentido metafórico, o continente é a própria sociedade consciente que se vai extravasar, com a ocorrência de mais três fatos desastrosos que ela não suportaria mais. O primeiro foi o comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, onde se virou pelo avesso o que ainda restava da ordem legal, na presença do Presidente da República e de seus ministros, incluindo os militares. Houve quem quisesse impedir esse comício, mas o General Antônio Carlos Muricy se opôs, dizendo que o exagero

irresponsável da esquerda nos seria bem mais vantajoso. O segundo fato, a 26 de março, foi o levante dos marinheiros chefiados pelo Cabo Anselmo, com o apoio do Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais. Era a evidência da indisciplina na Marinha, com o risco de propagar-se nas duas outras Forças Singulares. O Ministro da Marinha tentou punir os amotinados, sendo demitido pelo Presidente da República. O terceiro fato foi o almoço no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 30 de março de 1964, oferecido por sargentos e cabos ao Presidente da República e a seus ministros. Nova demonstração de indisciplina e a repetição dos discursos do dia 13 de março. É provável que este terceiro fato tenha feito o General Mourão Filho precipitar os acontecimentos, pois a eclosão do Movimento estava prevista para 2 de abril de 1964, por razões táticas, como já disse. De qualquer forma, essa eclosão tinha que ocorrer antes de 1º de maio de 1964, Dia do Trabalho, data que vários documentos da cúpula comunista indicavam para a implantação final do comunismo no Brasil.

Há muito tempo o povo brasileiro vinha-se manifestando contrário aos desmandos que se sucediam no País. Movimentos nesse sentido foram desencadeados, sendo que o mais importante ganhou expressão nas Marchas da Família com Deus, pela Liberdade. Em todos esses movimentos, a tônica era uma concitação às Forças Armadas, em especial ao Exército, para que cumprissem sua missão constitucional e dessem um basta naquele estado de coisas. Isto não deixa dúvida a quem quer que seja, de boa-fé, de que as Forças Armadas agiram pelo povo, com o povo e para o povo, portanto, integradas a ele, de quem foram intérpretes fidedignas, intérpretes do sentimento nacional. E foi com essa característica de povo que o movimento vitorioso ficou conhecido como Revolução Democrática de 31 de Março de 1964. Revolução, sim. Pelo seu aspecto de abrangência popular de âmbito nacional, pelas transformações profundas que ela realizou na vida do País. Tirando-o do atraso e colocando-o no caminho do progresso, através de realizações que o sustentam até hoje, porque, de lá para cá, nada se fez. Admite-se, contudo, que ela não tenha transformado certos setores, como a Justiça, talvez por circunstâncias justificáveis; mas nem por isso deixa de ser Revolução. E esta Revolução teria trabalhado muito mais pelo Brasil e por seu povo se não tivesse sido obrigada a desviar esforços para combater guerrilheiros, terroristas, seqüestradores e outras coisas ruins, que os comunistas arrumaram para prejudicar o povo brasileiro. Combateu-os e venceu-os a todos, mesmo com o preparo em guerra revolucionária que eles adquiriram no Exterior (Rússia, China, Albânia, Cuba).

O tamanho dos prejuízos sofridos pelo povo brasileiro crescia na medida em que aumentava a extensão dos crimes planejados e praticados pela esquerda

ideológica contra a Revolução de 1964. Um dos maiores prejuízos para a sociedade brasileira foi o desvio de parcela de sua juventude para as ações terroristas de cunho ideológico-marxista. Outro prejuízo irresponsável se constituiu nas três centenas de mortes praticadas e provocadas pelos comunistas, sem contar os inúmeros paraplégicos deixados. Para se ter uma idéia, no dia 25 de julho de 1966 a Ação Popular fez explodir uma bomba no Aeroporto dos Guararapes, no Recife. Foram assassinados aí dois cidadãos – o Almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Régis de Carvalho – e 14 outros ficaram feridos e mutilados. Este foi um dos primeiros atentados bestiais praticados pela esquerda, que cometeu outros crimes abomináveis contra civis inocentes e contra instituições, praticando seqüestros de pessoas comuns e até de autoridades, como foi o caso do Embaixador norte-americano Charles Burke Ellbrick. O pior de tudo isto, porém, é que os bandidos atuais, os integrantes do crime organizado, retiraram, dessas ações delituosas da esquerda, todas as lições de que necessitavam para a prática de seus crimes, incluindo as táticas e técnicas de seqüestro, de atentado, de arrombamento. Agora, o maior cinismo da esquerda é não aceitar a contra-ofensiva dos órgãos de manutenção da ordem interna, como se ela e seus lacaios fossem absolutos nas terras do Brasil.

Atualmente, numa significativa semelhança, os criminosos, os bandidos comuns, de que já falei, se sentem absolutos na prática de seus crimes e na impunidade. Na verdade, a partir da "Constituição Cidadã", o volume de direitos sem deveres aumentou tanto que, o que era crime antes, passou a ser direito, sendo, depois, incorporado aos "direitos humanos" da esquerda, pois nota-se que, em qualquer lugar, esses "direitos humanos"estão sendo manipulados, até na ONU. O que os comunistas queriam, em 1968, eram leis semelhantes às que existem hoje, que os ajudassem a implantar no Brasil, inicialmente, um regime de anarquia e, em seguida, um estado comunista. A Revolução os derrotou e reforçou a democracia no Brasil; não era admissível permitir que alguns ideólogos degenerados mergulhassem o País numa violência irracional. E, contra a violência, só mesmo lei forte e ação enérgica. Foi assim que surgiu o imperativo de promulgar o Ato Institucional nº 5, que se legitimou por sua finalidade: combater a violência e outros abusos que começaram a ser praticados contra o povo brasileiro, em desrespeito à própria Revolução.

Por motivos e finalidades semelhantes, foram criados os DOI, o CODI e o SNI. Nas condições do pós-guerra, da guerra fria e de outras situações internacionais criadas, representam o apoio que não possuía o sistema de informações. Só uma mente perturbada, como a do Sr. Fernando Collor, ou comprometida com políticos

contrários aos interesses nacionais, cometeria a loucura de desativar os nossos órgãos de informação, uma perda irreparável para os interesses do Brasil. Basta considerar que o nível de cultura do pessoal de informações era dos mais elevados do mundo. A Escola Nacional de Informações (EsNI) fazia uma seleção rigorosa do pessoal, tanto do ponto de vista intelectual como cultural, e mantinha intercâmbio com órgãos de informação de vários países, como os Estados Unidos, Alemanha, França e Israel. Os civis, que constituíam a grande maioria dos alunos, recebiam formação de alto nível para análise de problemas internos e externos e para assessoramento da Presidência da República. Há que se compreender, porém, que pode até ter havido equívocos. E onde não os há, em se tratando de atividade humana? Todavia, a competência e a disciplina foram as características marcantes da formação da EsNI. A preparação de brasileiros com tal nível de formação seria uma garantia da continuidade de comportamentos governamentais, capazes de projetar, num futuro distante, a posição externa e o bem-estar interno que a Revolução já havia conquistado para o Brasil. Em tais circunstâncias, a própria Revolução poderia considerar cumprido o seu papel no que diz respeito aos governos militares, restituindo o poder aos civis. Neste caso, entendo que a grande oportunidade teria sido no final do Governo Médici, tendo em vista que o País, até então a 40º economia do mundo, fora alçado à oitava posição, sinônimo de desenvolvimento e de tranqüilidade social. Era o milagre brasileiro. O tempo, além dessa oportunidade, seria desgastante, já que a nossa preocupação tem outra destinação, a guerra. Entretanto, isto não quer dizer que não temos capacidade de exercer o poder, em certas circunstâncias. Tanto temos que a tivemos em 1964, quando fomos obrigados a assumir o Poder. Era uma Revolução que se legitimou pela sua própria finalidade, pelo aval do povo e pela vitória incontestável.

Uma Revolução cria suas leis e seus direitos, com uma diferença: a Revolução de 1964 procurou ser a mais legalista possível, dada a sua característica fundamental de defensora da democracia. Mesmo assim, teve que usar meios disciplinadores para assegurar seus objetivos. Assim, foi obrigada a cassar os maus políticos e os subversivos da ordem; e a combater a violência ideológica. Se houve excessos, não eram institucionalizados nem faziam parte da doutrina da Revolução. A imprensa, na maioria das vezes, disse o que quis, sem restrições, desde que útil ao País, à formação de uma opinião pública sadia. Em suma, os formadores de opinião pública sempre gozaram de todos os direitos durante a Revolução, menos um: o de ser contra a Revolução. Talvez seja por isso que, até hoje, aqueles mesmos terroristas preparados em Cuba e alhures para implantar a violência no Brasil, chamam a Revolução de 1964 de “ditadura”, “anos de chumbo” ou “golpe de estado”. Eles que, nos

dias de hoje, chafurdam a mídia e os órgãos formadores de opinião pública, escondem o que se passa nas ditaduras comunistas. E mentem, e difamam, e criam escândalos, e propagam o crime e a violência, e ganham dinheiro à custa disso.

Durante o período revolucionário funcionou tudo o que funciona numa democracia. O Congresso – que eles queriam fechar – funcionou. O Poder Judiciário – que eles não respeitavam – funcionou. O Poder Executivo – que eles queriam transformar no superpoder ditatorial do proletariado – funcionou às mil maravilhas. Ainda houve eleições, devidamente previstas no calendário eleitoral. E os ministros, que assessoravam o presidente, eram, na sua maioria, civis, escolhidos, cada um, por sua competência e zelo pela coisa pública. Com tais características, aqueles que viveram a Revolução e dizem a verdade, exclamarão aos quatro ventos: "Bendita ditadura, que salvou e fortaleceu a nossa democracia!" A História dirá isto um dia, que não deve estar longe.

Falei há pouco em zelo pela coisa pública. E um dos mandamentos maiores deste zelo é o comportamento irreprochável no trato com os recursos públicos. Neste comportamento se enquadram todos os militares que exerceram cargos, encargos e funções públicas, durante o período revolucionário. Jamais se ouvirá falar que se tenham aproveitado dessas situações para auferir vantagens pessoais. Muitos deles saíram mais pobres do que quando entraram. Cito, como exemplo, os próprios presidentes militares, todos já falecidos. Levaram uma vida simples, frugal, espartana mesmo. Morreram como viveram, na simplicidade. Em especial, apresento o exemplo do Coronel Mário David Andreazza, de quem as más línguas diziam que se havia locupletado de recursos do Ministério dos Transportes. Ao falecer, o Coronel Andreazza não tinha com que custear o próprio enterro. Os amigos o fizeram. A viúva do Presidente Médici, em idade avançada e doente, vive praticamente às expensas de amigos.

A Revolução foi um marco no desenvolvimento do País. Inaugurou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e, através dele, desencadeou um processo de realizações em benefício do País. A Revolução dotou o Brasil de um dos sistemas de comunicação mais modernos do mundo, e construiu mais de 70.000km de estradas pavimentadas de boa qualidade. A Ponte Rio–Niterói, a Estrada do Aço, as hidrelétricas de Boa Esperança, Tucuruí e Itaipu, são obras da Revolução, que ainda construiu o Porto de Tubarão e os aeroportos do Galeão e de Guarulhos. O Banco Central, o Banco Nacional de Habitação, o FUNRURAL e o Estatuto da Terra – embrião de uma política agrária no País – são também realizações do período revolucionário. Na verdade, seria necessário um trabalho específico para comentálas. E não é demais dizer que o Brasil vive hoje dessas realizações, sobretudo no

campo energético e no campo das comunicações e dos transportes. Deu-se um salto enorme na educação, tanto no ensino básico, como no universitário. Todos os campos do desenvolvimento receberam os benefícios da Revolução. Por isso, os homens honestos deste País consideram-na um marco da nossa História, e enxergam um Brasil antes e depois de 1964. Porém os derrotados até calam, de má-fé, diante das realizações do período revolucionário, como se fosse possível criar um hiato, no tempo e na História, para elidir a Revolução.

O que eles queriam era a violência permanente dos países comunistas, sendo exemplo a União Soviética, a China, a Albânia e Cuba. Sabe-se, hoje, que mais de cem milhões de vidas foram ceifadas pelo Movimento Comunista Internacional (MCI), nos países por ele dominados. A recente abertura dos arquivos de Moscou, sede do MCI, confirma esses crimes, comentados por autores franceses, todos comunistas ou ex-comunistas, no trabalho intitulado *O Livro Negro do Comunismo*. Uma boa parcela desses crimes é debitada à América Latina, especialmente à Colômbia, ao Peru e, sobretudo, a Cuba, onde mais de 17 mil pessoas foram executadas a mando de Fidel Castro e Che Guevara. Enquanto isso, considerando-se este balanço macabro de cem milhões de mortes atribuídas ao MCI, no mundo, estima-se, no Brasil, não mais que três centenas de mortes – mesmo assim, lamentáveis – fato que se deve, em sua maior parte, ao espírito pacífico do povo brasileiro, à formação de alto nível de suas Forças Armadas, ao excelente sistema de informação, mas sobretudo ao apoio do povo. As nossas Forças Armadas repudiam a distinção de raças, de credos e de classes sociais. São cristãs e vêm, na maioria de seus integrantes, da classe média, do povo, das três raças, numa só: a raça brasileira. Daí, sua nobreza de pensamento e sentimento.

Ainda no começo do período revolucionário já se pensava em devolver o Poder aos civis, assim que fosse concluída a missão que a Revolução se impôs. O Presidente Castello Branco pensou e pensou muito nesse sentido, mas a própria esquerda, com a sua desastrada luta armada, contribuiu, decisivamente, para o alongamento do período revolucionário. Debelada a luta armada, estava preparada a grande oportunidade para a transmissão do Poder, no final do Governo Médici. Entretanto, urgiam medidas de reconciliação nacional, que começaram com a abertura política do Presidente Geisel, culminando com a Lei da Anistia do Presidente Figueiredo. Missão cumprida, Poder devolvido aos civis, os militares se voltaram para a sua missão constitucional de defesa da soberania da Pátria.

Vejo nessa abertura política, sobretudo na Lei da Anistia, as mudanças mais significativas para o pleno funcionamento do poder civil. Lamentavelmente, os vencidos de 1964, até hoje, não as quiseram compreender devidamente. Cegos pelo

ranço ideológico, pela intolerância política e pelo "revanchismo", não quiseram compreender a grandeza que elas continham, até para a sobrevivência política do País. Elas personificam o exemplo que deu certo – o exemplo de Caxias – ao concretizar a unidade nacional com o respeito mútuo entre os brasileiros que se digladiavam na fase das nossas lutas internas, por ele vencidas, alcançando a pacificação.

Com a queda do Muro de Berlim e com o desmoronamento da União Soviética, os vencidos de ontem perderam as bandeiras e o encosto, e por isso esperneiam na obstinação corrosiva, como uma maneira de sobreviver. Assim, estão tratando, por exemplo, a Lei da Anistia, que maldosamente interpretam como se expressasse o apanágio de direitos, única e exclusivamente deles, e não o perdão de seus crimes e de todos os brasileiros envolvidos, capacitando-os à harmonia geral da Nação brasileira. Cometeram crimes, tiveram mortos nessas ações criminosas e, agora, com a conivência do próprio Governo, escorando-se nuns "direitos humanos" de uma perna só, exigem indenizações, que estão sendo concedidas aos seus familiares, ultrajando a própria Lei da Anistia. Enquanto isto ocorre, aqueles que deram a vida em defesa da lei e da ordem do povo brasileiro – como o Major Martinez e muitos outros, mortos no cumprimento do dever – estão jogados na vala do esquecimento público. Aqueles que sobreviveram, mas lutaram, denodada e bravamente, pela mesma causa da defesa da ordem, são execrados, perseguidos ferozmente por aqueles que integram os "direitos humanos" de uma perna só, personificados no famigerado grupo Tortura, Nunca Mais. É a ignomínia unilateral da Lei da Anistia. Esses companheiros, verdadeiros heróis em vida, estão entregues aos seus próprios destinos, expostos a todo tipo de vitupério, de injustiça, e até de agressão. Ao mesmo tempo se erige busto ao terrorista Marighela, levanta-se estátua ao *condottiere* comunista Carlos Prestes, o Deputado José Genoíno Neto se confessa guerrilheiro de Xambioá, e tudo fica na mais acomodada aceitação. É um contra-senso. De repente, o imoral é decente, a mentira passou a ser verdade, o crime se torna virtude e por aí vai. Que hermenêutica é esta? Onde a foram buscar? Que gênio diabólico a idealizou tão fora da razão e do juízo?

Interessante é que as Forças Armadas ensarilharam tais armas há muito tempo, mas a guerra suja unilateral continua. As injustiças continuaram contra o General Dr. Fayad, proibido de exercer a Medicina pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, por ter sido considerado suspeito de ter participado de torturas. Contra o Dr. Campelo, que não é militar, mas proibido de assumir a chefia da Polícia Federal, por denúncia de tortura formulada por um padre que nunca o vira antes. Outras injustiças têm ocorrido e vêm ocorrendo, sem que ninguém dê um basta nisso. Parece até que os dirigentes do País estão coniventes

com tais injustiças. Todavia, os admiradores e autores de tais injustiças, que não acreditam nem neles mesmos, também não acreditam na inteligência e na capacidade de julgar do povo brasileiro. E é exatamente este grande e sábio povo quem julga as suas Forças Armadas. Ele as julga pelo que sabe e pelo que sente. Sabe, porque acompanha as suas Forças Armadas na seriedade de sua formação, na sinceridade de sua ação, na responsabilidade de seus atos e na sua destinação constitucional. Sente, porque vive a vida dedicada e sofrida da caserna, através dos filhos que, anualmente, prestam o serviço militar. A família cria um sentimento crescente de admiração ao militar e, conseqüentemente, às Forças Armadas. Daí o elevado conceito de que os militares gozam perante a opinião pública. Por outro lado, esse conceito demonstra o quanto o povo brasileiro está unido às suas Forças Armadas, que já anularam ameaças passadas contra a Nação, vindas do comunismo e do nazifascismo.

Atualmente, porém, as ameaças são bem diferentes e mais capciosas, partidas do capital especulativo internacional e, em especial, da cobiça dos demais países, principalmente da Europa e dos Estados Unidos sobre a nossa Amazônia. Para enfrentarmos tal ameaça, torna-se necessária essa união entre brasileiros, e imprescindível um desenvolvimento abrangente de todas as camadas sociais, para o que só há uma solução: uma maciça aplicação de recursos na área educacional, capaz de proporcionar uma mudança na pirâmide social, pela melhoria na distribuição de renda. A má distribuição de renda no Brasil é vergonhosa, um dos entraves ao nosso desenvolvimento. Tenho feito, aqui em Fortaleza, algumas pesquisas em certas entidades, como o Lar Torres de Melo, por exemplo, e tenho constatado que o nível educacional de nosso pessoal é baixíssimo e, conseqüentemente, a sua produtividade tem que ser baixa. Por outro lado, para nos contrapormos à ameaça à Amazônia, há necessidade de uma intensificação do civismo, principalmente junto à juventude. Hoje, relegado a um plano secundário, menos por culpa dos jovens e mais por culpa da escola, que deixou de cultuar o civismo. Haveremos de vencer essa nova ameaça, com a graça de Deus, mas também com união, com educação abrangente e de qualidade, com desenvolvimento, com justa distribuição da riqueza, condições que, em seu conjunto, oferecem as perspectivas de rápida saída do atraso.

Quanto ao caso específico da defesa da Amazônia, cumpre entender que não é uma missão única e exclusiva das Forças Armadas. Urge reativar o Projeto Calha Norte, com a participação efetiva de todos os ministérios, impulsionados por uma vontade política rigorosa e firme. Ao mesmo tempo, há que se mobilizar a opinião pública em torno da seriedade que o assunto exige, para que o povo,

consciente do problema, preste sua colaboração irrecusável à manutenção da Amazônia dentro da soberania nacional. A Amazônia é uma região muito ampla, com enormes vácuos populacionais, subsolo muito rico e detentora do maior manancial de água potável do mundo. Tais características, entre outras, a tornam perigosamente cobiçada pelas potências mais poderosas da Terra. Seu abandono relativo, além de facilitar essas ameaças, cria condições de surgimento de quistos, e permite o desenvolvimento de ações de cunho ideológico ou econômico.

Comentarei, a este propósito, a experiência adquirida, em decorrência do surgimento de um quisto na área compreendida pelas terras que ficam ao norte do então Estado de Goiás, hoje, norte de Tocantins, ao sul do Pará e a sudoeste do Maranhão, portanto, na junção de três Estados. Reconhece-se, de antemão, a propriedade com que esta área foi escolhida: se a intenção das ações a serem desencadeadas era criminosa, a coibição por parte dos Estados envolvidos e, mesmo por parte da União, se tornavam difíceis, dado o relacionamento jurídico. Pois bem, o Sr. João Amazonas, do PC do B, iludiu vários jovens, sobretudo universitários, e os jogou dentro dessa área, com o objetivo primordial e deliberado de formar uma "área liberada" para o movimento comunista internacional, que fosse reconhecida pelos países da cortina de ferro, os países comunistas da Europa Centro-Oriental. Essa região de selva, de mata densa, de fácil transporte fluvial, rica de alimentos, permitindo adequada sobrevivência, foi criteriosamente selecionada para ações de guerrilha, com a finalidade já indicada. E quem eram os guerrilheiros? Jovens enganados, explorados nos arroubos de sua juventude, orientados na ilusão de que iriam salvar o Brasil, e, assim, foram mandados para lá. Envidaram todos os esforços e adotaram todos os métodos e processos para que a área não fosse descoberta, nem conhecidas suas intenções pelas autoridades constituídas. As Forças Armadas, que eles tachavam de repressivas, por um acaso e por uma sorte, descobriram a área e o que lá se passava, antes que fosse tarde demais, antes que eles dominassem o lugar e o ocupassem à maneira militar. A conquista da população local era vital para o sucesso de um ou outro lado. Mas essa população ficou do lado da ordem. Não havia grandes antagonismos exploráveis na área, e sua população, paupérrima, vivia simplesmente da extração da castanha-do-pará. Não havia investimentos governamentais ou iniciativas privadas que viessem atender às carências daquela gente. Começou-se, então, a desenvolver trabalhos que beneficiassem aquela população. E foi assim que se conquistou o seu apoio.

Os guerrilheiros, também, tentaram obter o apoio da população, através de trabalhos em benefício dos rurícolas locais, distribuindo remédios e fornecendo receituários. Entre eles havia estudantes, em níveis de pré-vestibular de Medicina,

inclusive um cearense chamado Dover Cavalcante. A área, porém, era muito ampla e a população, muito dispersa. Não conseguiram lá grande coisa em termos de apoio, mas prosseguiram nas atividades da guerrilha: instrução militar, conhecimento do terreno, busca de suprimentos. Os guerrilheiros tinham suas normas de ação, rígidas e severas. Aí se previam faltas consideradas gravíssimas, punidas com a pena de morte, a que eles chamavam de "justiçamento", como por exemplo: fuga perante o inimigo – o inimigo éramos nós, das forças da lei e da ordem – apropriação de bens, roubo, abandono da área sem autorização. Isto criava, no espírito do guerrilheiro, uma aparente dedicação à causa, que se radicalizava na obstinação pelo medo, a ponto de se entregar ao sacrifício extremo, em qualquer circunstância.

Mas, voltando ao Dover Cavalcante, este rapaz conseguiu ser retirado da área pelas forças da ordem e entregue aos cuidados de um outro cearense, oficial do Exército, cujo nome não estou autorizado a citar, a quem já havia assegurado desejar voltar a Fortaleza, onde tinha família bem constituída e onde, de público, poderia confessar seu equívoco em relação àquela ideologia sem Pátria e sem Deus. A partir daí, seu conterrâneo redobrou os esforços para recuperá-lo: conseguiu liberá-lo de processos mais demorados a que teria que responder; trouxe-o para Fortaleza, onde o convenceu a continuar os seus estudos; orientou-o, por muito tempo, no sentido de cumprir seu desejo de abandonar aquela ideologia que estava estragando a sua vida; de forma que, através de todas essas medidas, o oficial em questão conseguiu do Dover a garantia explícita e sincera de sua recuperação. Entretanto, passado algum tempo, antes mesmo de cumprir sua pena no Presídio Paulo Sarazate, em Fortaleza, de onde conseguiu autorização para fazer o vestibular e freqüentar o curso de Medicina, Dover se revela o mesmo guerrilheiro de antes, o mesmo marxista radical da linha albanesa, que sempre adotou. Uma vez libertado e já formado em Medicina, graças à ajuda dedicada e desinteressada daquele oficial, vivendo livremente, escreveu um artigo execrando o Exército. Era a forma de reconhecimento que todo comunista sabe fazer: a ingratidão. O comunista perpetra qualquer crime contra quem quer que seja que não comungue de suas idéias, mas julga que suas futuras vítimas têm obrigação de ajudá-lo. O Dover é exemplo típico. Faleceu recentemente, aferrado à ideologia comuno-marxista.

Agora, uma pergunta que me faço para me dar azo a respondê-la: "Como as forças da ordem vieram a tomar conhecimento das guerrilhas do Araguaia?" Aqui em Fortaleza havia um casal de jovens estudantes, de cujo nome não me lembro agora, que, envolvidos com a subversão, prestavam contas à Justiça. De repente, este casal fugiu da área e passou a ser procurado pela Polícia Federal. Entrou para a clandestinidade. De acordo com a história que os dois contaram posteriormente,

foram para São Paulo procurar apoio junto a outros elementos, também clandestinos. Foram levados para Xambioá, onde se preparava um núcleo de guerrilheiros. Sem dinheiro, o casal andou se apropriando de certa quantia e se foragiu. Duas faltas gravíssimas que, conforme as normas já citadas, eram punidas com a morte. Foragidos, sem destino, os dois voltaram para Fortaleza, onde foram detidos pela Polícia Federal, que os ouviu. Contaram uma história sem muito sentido, com referência a um lugar chamado "Shangrilá", que não tinha como ser identificado. A conversa deles levava a crer que nunca haviam passado por Xambioá, que eles vinham de uma outra área. Em vista dessa confusão criada, o rapaz foi mandado para São Paulo e convencido a contar o que sabia. A inteligência de São Paulo conseguiu identificar "Shangrilá" como sendo o codinome de Xambioá, área de jurisdição da 8ª Região Militar.

Acionada, a Polícia do Pará desencadeou ações de patrulha na área. Nessas ações de patrulha, foi assassinado um cabo, por um dos chefes guerrilheiros, chamado Negrão, e os guerrilheiros seqüestraram o cadáver, negando-se a entregá-lo. A área de informações da 8ª RM confirmou a existência de focos de guerrilha em Xambioá, no sul do Pará. Então, a 8ª RM se preparou para combater o que se pensava fosse um simples embrião de guerrilha. Os contatos iniciais, porém, mostraram que não se tratava de um simples embrião, mas de um movimento guerrilheiro que já havia tomado vulto, e que o nosso pessoal não estava preparado para enfrentá-lo. O Estado-Maior do Exército, que vinha acompanhando os acontecimentos, enxergou a gravidade da situação e, confrontando dados de outros órgãos de informações, resolveu montar uma operação de vulto, com base numa Brigada de Infantaria e três batalhões, para operar na área, no prazo exíguo de quarenta e cinco dias.

Neste período, foram feitos alguns prisioneiros, entre os quais o Dover Cavalcante, personagem da história já contada, resumidamente. Tomou-se conhecimento da existência de três destacamentos guerrilheiros distintos, atuando em forma de triângulo, na área. A doutrina do PC do B que, através de João Amazonas, conduzia aquele movimento guerrilheiro, preconizava a tomada do Poder pela força. Donde se conclui que aqueles três destacamentos constituíam o embrião de um exército revolucionário, que enfrentaria as Forças Armadas brasileiras e partiria para a tomada do Poder, em prol do comunismo internacional. Aquela área onde estavam atuando se iria ampliando, até formar uma "área liberada" reconhecida pelos países comunistas, transformando-se, assim, numa questão internacional. Esses três destacamentos estavam em torno de três pontos: Marabá, São Gerardo do Araguaia e Serra das Andorinhas, próximas, relativamente, à fronteira tríplice

entre os Estados do Pará, Tocantins e Maranhão. A Brigada, então constituída, manteve um patrulhamento cerrado, uma espécie de cinturão de isolamento da área, com a colaboração das polícias estaduais. Nosso pessoal, entretanto, oriundo de áreas diversas, sem conhecimento das peculiaridades locais, revelou-se despreparado para aquela operação. Havia uma organização, formada na 10ª RM, por uma companhia do Ceará, outra do Piauí e outra do Maranhão, o que dificultava a uniformidade da ação. Ocorreram acidentes fatais com gente nossa e algumas prisões de guerrilheiros, a que já me referi. Esses aspectos negativos observados, associados à doutrina de contraguerrilha, consagravam a tese de que é inócuo combater-se guerrilha com ações convencionais. Então, as operações se descaracterizaram: elementos de informações se infiltraram na área, o apoio da população foi conquistado e a guerrilha se esvaiu.

Agora, quem era o pessoal que compunha a guerrilha? Todos eram filiados ao PC do B e se dividiram em três categorias. Os chefes – João Amazonas, Maurício Grabois e outros. Os comandos, preparados na China, em Cuba, na Albânia. E a massa dos guerrilheiros, composta de jovens universitários ou pré-universitários, na maioria, e que, enganados por João Amazonas e outros, se empolgaram pela ideologia comuno-marxista e entraram para a aventura infeliz da guerrilha. Estes, para a felicidade do Brasil, não tinham grandes preparos, eram comandados. Seu armamento era precário: espingardas, revólveres e facas. Esperavam armamento externo, contrabandeado através da Albânia, que nunca lhes chegou às mãos. Não tinham meios de comunicação, a não ser rádios comuns com os quais espreitavam algumas notícias da capital albanesa sobre o desenrolar das próprias guerrilhas. O mantimento de boca era farto, mas tirado da própria área. Por isso, felizmente, jamais sensibilizaram a opinião pública. Assim, de maneira sucinta, tentei transmitir uma noção sobre as guerrilhas do Araguaia, que entraram no contexto da luta armada da esquerda ideológica contra a Revolução de 31 de Março de 1964. E foram derrotadas.

Apresto-me, agora, a ler umas palavras que escrevi, dirigidas especialmente aos jovens do meu País: “A mensagem de fé de um homem está na maneira de como ele vive a sua vida, e não nas palavras que ele diz” (Henri Drumont, em *O Dom Supremo*). E diria para você, jovem, que tudo, absolutamente tudo, na vida, tem um custo. Quando você faz ou deixa de fazer alguma coisa, paga um preço. Drogas, bebida, dinheiro fácil, desonestidade, desrespeito às leis do País, às normas da sociedade, tudo tem o seu custo, por vezes, altíssimo. São caminhos mais diretos para a destruição de vidas, inclusive a do agente das ações. Só há um caminho, meu jovem, a ser percorrido, pelo qual também você pagará um preço, mas do qual se

orgulhará. Assim como a seus pais e, mais adiante, aos seus filhos, eu lhe aponto o caminho da luta para vencer na vida, com as armas da honestidade, da dignidade, do estudo e do trabalho. O entusiasmo, a mente aberta e sonhadora, a impetuosidade e todos os atributos que são intrínsecos e inerentes à juventude, constituem a matéria-prima de que se aproveitam os elementos interessados em “modificar o mundo”, à maneira deles; transformando jovens em massa de manobra, para a consecução de interesses escusos. Jovem, não se iluda com o canto de sereias dos que lhe queiram cooptar para a luta em prol de ideologias estranhas, que nada têm a ver com as nossas origens e com a nossa formação. Ame este País, dele se orgulhe. O Brasil é uma grande Nação. Depende apenas de nós, do nosso esforço, do nosso trabalho, fazê-lo cada vez maior e mais respeitado no concerto das nações.

Coronel Paulo César Romero Castelo Branco

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Principais atividades militares: Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); assessor de gabinete do Ministro do Exército; Comandante do 23º Batalhão de Caçadores, Fortaleza-CE; e Chefe de Seção de Doutrina, no Estado-Maior do Exército.
- No exterior: Adido das Forças Armadas junto à Embaixada brasileira em Teerã, no Irã; Delegado permanente do Exército Brasileiro junto à Conferência dos Exércitos Americanos.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso da Escola de Educação Física do Exército.
- Foi assessor da Secretaria de Segurança Pública, em Fortaleza-CE.
- Em 1964, era Segundo-Tenente.

Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2000.

Inicialmente, entendo revolução como uma transformação de costumes, uma evolução de comportamentos, uma mudança cultural, uma mudança em política, seja econômica ou social, e a chamada Revolução de 31 de Março de 1964 não foi isso. Ela foi, sim, um movimento de socorro a um país que estava indo para o abismo. Então eu prefiro chamar de Movimento de 31 de Março de 1964. Muitos analistas, jornalistas, professores, enfim, pessoas que tentam explicar o Movimento – se eu chamar Revolução me perdoem, mas eu já defini o que é que eu penso – remontam a causas de antes da Revolução de 1930. Eu prefiro dizer que, pelo seu significado traumatizante, o antecedente mais distante do Movimento de 31 de Março foi a Intentona Comunista de 1935. Porque foi ali que a ideologia comuno-marxista, pela primeira vez, deu um sinal trágico ao Brasil e à nossa sociedade e fez com que analisássemos a perversidade de que era capaz o Movimento Comunista Internacional (MCI). Bom, depois tivemos o fenômeno da Segunda Guerra Mundial (II GM), que foi uma luta da democracia, do sistema democrático contra o sistema nazi-fascista e, logo em seguida, a guerra fria. Mas, por que é que eu estou citando esses dois acontecimentos? Porque, no bojo desses dois eventos, o de 35 e a II GM, escondia-se a intenção comunista de domínio do mundo, e o meio fundamental para o MCI passar da intenção à prática era a guerra fria. A guerra fria iria estabelecer duas opções à sociedade brasileira e, principalmente, às Forças Armadas: a partir daí, ou se era comunista ou democrata.

O panorama político-administrativo do País, a partir do governo de Juscelino Kubitschek, apresentou alguma estabilidade política até 1960; era, entretanto, completamente carente de um planejamento administrativo, o que levou a empreenderem-se obras de uma maneira atabalhoada e muito onerosa aos cofres públicos. Depois de Juscelino e dos sete meses do governo de Jânio Quadros, houve muita instabilidade política devido à renúncia deste (25 de agosto de 1961) e à desconfiança generalizada com que contava o Sr. João Goulart que, na qualidade de Vice-Presidente, deveria assumir a Presidência da República. Essa desconfiança, inspirada na sua demagogia populista, nos seus comprometedores conchavos político-partidários e, sobretudo, na sua aliança e compromissos com os comunistas, levou os demais Poderes do País a adotarem uma forma que lhe reduzisse o poder. Foi assim que se introduziu na política brasileira a forma parlamentarista, que permitiu a posse de Jango. Durou pouco a forma parlamentarista. Os aliados de Jango, em particular os comunistas, tanto fizeram que conseguiram o retorno ao presidencialismo, com Jango investido de todo o poder que a Constituição lhe facultava e de outros que a má-fé lhe recomendava.

Daí para frente, os desatinos, as desordens, os tumultos estimulados e dirigidos pelos comunistas, com o aval do Presidente da República se sucederam em cascata,

diariamente. Os empreendimentos estavam parados; os dinheiros públicos, desviados, sumiam; os impostos subiam; a dívida externa aumentava; a inflação galopava; a Nação empobrecia e o povo se desesperava. Este era o quadro, pintado em março de 1964, que me permite afirmar existir um Brasil antes da Revolução e um outro Brasil, depois da Revolução. Antes da Revolução, para se ter uma comunicação com o Rio de Janeiro, tinha-se que ir ao posto dos Correios e Telégrafos, lá no centro da cidade de Fortaleza, e pedir a ligação para o Rio. No setor de transportes, entre as cidades do Nordeste – só para exemplificar – não havia uma estrada asfaltada, não havia uma ponte. Quem quisesse se deslocar para Natal-RN, como eu fiz várias vezes, demoraria 48hs em estrada lamacenta; e, se estivesse chovendo, o rio não permitiria a passagem. No setor de comunicações de massa, o que é que existia? Somente os Diários Associados de Assis Chateaubriand. Enfim, nós éramos "los macaquitos" da América do Sul. Nós não éramos um país: éramos um exportador de bananas que tinha uma pequena fábrica ou montadora de fusca. Essa é que era a realidade brasileira, antes da Revolução.

Vem o Movimento de 31 de Março e, a partir daí, o Brasil passou a ser outro. No setor das comunicações, em que se começou a ter televisão, surge a Rede Globo, que é filha da Revolução. No setor de transportes, as estradas foram asfaltadas e consideravelmente aumentadas. As comunicações telefônicas, via satélite, começaram a surgir. Enfim, o Brasil teve um desenvolvimento rápido e de qualidade. A inflação foi lá para baixo e passou a ser da ordem de 15%; o resultado final e benéfico foi um surto de desenvolvimento que, hoje, não se tem mais. Entretanto, há pessoas, sobretudo na mídia, que, por motivos inconfessáveis, continuam a querer negar tudo isso, dando às gerações futuras uma idéia de que a Revolução foi um mal e não um bem. Esta opinião malévola não me faz mudar o meu pensamento, segundo o qual, embora não tenha havido planejamento prévio de golpe, de derrubada de um governo ou mesmo de implantação de uma política especial, a Revolução foi um socorro mais que oportuno.

Todavia, houve um planejamento tático de última hora para resolver o problema imediato do Brasil, para ocupar esse vácuo político, econômico e social. Houve articulações em busca do apoio dos governadores, porque sem eles ficaria mais difícil uma solução rápida. A sociedade, angustiada mas altiva, veio ao encontro deste plano, estimulando-o com aquelas famosas Marchas da Família com Deus, pela Liberdade. Então, diante da iminente derrocada das instituições e da ordem política e social, provocada pela anarquia comuno-janguista, levantou-se o povo brasileiro, articularam-se as lideranças militares da ativa e da reserva entre si e com expressivas figuras políticas ainda não envolvidas na situação degenerescente de então. Daí, a

mobilização do autêntico poder militar e civil de que a Nação precisava, naquele momento crucial. Estreitaram-se os entendimentos entre Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros e destes com os generais Odylio Denys, Cordeiro de Farias e Castello Branco. Os acontecimentos se precipitaram e, no dia 31 de março de 1964, as tropas de Minas, ao comando do General Mourão Filho, coadjuvado pelos generais Carlos Luis Guedes e Antonio Carlos Muricy, com o apoio do Marechal Denys e do Governador de Minas, Magalhães Pinto, iniciaram o deslocamento na direção do Rio de Janeiro, sede do I Exército, cujo comando se suspeitava integrado ao esquema de Jango. Decisão idêntica à de Minas tomou o II Exército, ao comando do General Amaury Kruel que, deslocando-se de São Paulo, ao alcançar a cidade de Resende, já encontrou a Academia Militar das Agulhas Negras, comandada pelo General Emílio Médici, em posição, com seus cadetes na região de Resende/Barra Mansa, defrontando-se com tropas do I Exército. De quase todos os pontos do País, chegaram as adesões político-militares ao Movimento que, em pouco mais de 24 horas, já estava vitorioso, sem derramamento de sangue. Jango abandonara o posto, fugindo para local ignorado, e o Congresso declarou vaga a Presidência da República, ocupada, interinamente (30 dias), pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Sob o comando do General Arthur da Costa e Silva, oficial-general mais antigo na ativa, organizou-se o Alto Comando Revolucionário, que iria deliberar sobre as medidas e procedimentos a serem observados daí para frente. Entre as deliberações estava a inovação do processo de eleição indireta, pelo Congresso, do Presidente da República. Por esse processo foi eleito, para completar o mandato de Jango, o General Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro presidente do ciclo revolucionário.

Como a maioria dos integrantes do Exército Brasileiro, ele tinha uma educação fundamentalmente legalista. Por isso, achava que se deveria arranjar uma maneira de consertar as coisas, com o poder constituído. Bom, mas ele foi eleito, assumiu como uma missão a mais a ser cumprida e já com o tempo marcado para sair. E, segundo os analistas, fez um dos melhores governos que esse País já teve, no curto espaço de tempo que se impôs, porque o seu sonho era, depois de consertar aquilo que estava errado, passar o governo ao seu substituto, com um Brasil pacificado e constitucionalmente governável.

Durante o seu mandato, o Presidente Castello Branco esteve aqui, no Ceará, algumas vezes, quando tive o privilégio de participar de sua segurança, sob a orientação do Coronel Lívio Silva de França ou do Coronel Pouman, que eram do Gabinete da Presidência. Certa vez, conversava-se sobre o próximo Presidente da República, indagando-se quem poderia ser. Dessa conversa, além do Presidente, participavam o

General Ernesto Geisel, Paulo Sarasate e Virgílio Távora. Quando os comentários versaram sobre o General Costa e Silva, Castello Branco a ele se referiu nestes termos: "Costa e Silva é um bom Ministro da Guerra, mas será um péssimo Presidente da República". Ele, que conhecia o seu ministro mais profundamente, podia ter dele essa visão. O fato é que Costa e Silva foi eleito seu substituto e, se a visão de Castello incluía seu estado de saúde, foi aí que ela se confirmou, pois Costa e Silva adoeceu gravemente, pouco tempo depois de assumir a Presidência da República, vindo a falecer.

Depois de um curto tempo de reajuste da situação, o Congresso elegeu o General Emílio Garrastazu Médici que, além de ter enfrentado, com sucesso, a chamada "luta armada" de esquerda, promoveu um surto de desenvolvimento no País como jamais se viu. Basta dizer que o Brasil passou da 48ª para a 8ª potência econômica do mundo. A popularidade do Presidente Médici era tal que, quando foi assistir a um Fla/Flu, no Maracanã, e o locutor anunciou a sua presença, 100.000 pessoas que lotavam aquele estádio o aplaudiram de pé. Por isso, parece-me que aquela foi a primeira grande oportunidade de os militares entregarem o poder ou convocarem uma eleição geral, direta, em que o próprio General Médici, sendo candidato, certamente sairia vencedor. É um ponto de vista.

O certo é que o sucedeu, na Presidência da República, o General Ernesto Geisel, homem sério, discípulo do General Castello Branco, que, sendo legalista como seu mestre, iniciou um processo de abertura política, revogando o AI-5, instrumento adotado no combate à "luta armada". Este processo teve continuidade com o seu sucessor, o General João Baptista Figueiredo, que no início de seu governo, em pesquisas realizadas na época, obteve 86% de aprovação. Isso mostra que o povo gostava de suas atitudes francas e decididas e não acreditava naquela imagem truculenta que os adversários costumavam passar. Ao Presidente Figueiredo coube a elaboração e promulgação da Lei da Anistia que, embora não cumprida pelos que mais a exigiram, é a expressão da boa vontade em pacificar a Nação, harmonizando as pessoas para uma convivência proveitosa. Assim, o final do governo do General Figueiredo, no começo de 1985, foi também o final do ciclo revolucionário dos governos militares. De lá para cá, o que se vê é a farsa enganosa: a "Nova República", os governos civis ditos "democratas", a "Constituição Cidadã" de 1988, a execração da Revolução como obra construtiva, buscando mascarar a descontinuidade e a inação que vem ocorrendo desde 15 de janeiro de 1985. Dentro deste contexto, comentarei algumas passagens que não dizem respeito à Revolução, mas revelam, contra ela, a insensatez e o desvario de alguns.

Ainda há pouco, num programa de TV a cabo, chamado de "500 anos do Brasil", discutia-se o AI-5, pintado como a pior coisa que já aconteceu nesse País.

Fiquei pensando, com os meus botões: "Será que foi a pior coisa?". Hoje em dia, temos os "Lalaus" da vida, o senador Luiz Estevão, pessoas declaradamente desonestas, que praticam roubos, ficam impunes e se foragem, porque não há um instrumento punitivo, como o AI-5. Não se nega que o AI-5 tenha sido um instrumento de força, pois foi criado para combater a "luta armada" comunista, produzida e imposta pelo terrorismo e pelas guerrilhas, a partir de 1968. Portanto, embasava a função punitiva, de uma Revolução que buscava a ordem, para realizar o desenvolvimento e a segurança que a Nação exigia.

Enquanto, hoje, a mídia investe contra o AI-5, a sociedade brasileira reclama, com razão, da insegurança contra bandidos, assaltantes, terroristas, seqüestradores, corruptos e ladrões de toda a natureza, inclusive os de colarinho branco, todos soltos, por falta de um instrumento destes que a Revolução usou no momento certo, exatamente para coibir essa revoltante situação. Ao contrário, para agravar, atualmente existem certas ONGs de "direitos humanos" pernetas, que só pendem para a esquerda, às quais parecem estar atreladas as atuais autoridades. Tudo isso, porém, é o resultado daquele 15 de janeiro de 1985, quando assumiu o Governo um intelectual que provocou a minha decepção, ao deixar o País com uma inflação de 80%. Depois, veio nova esperança num presidente jovem que, naquele parlatório do Palácio do Planalto, em Brasília, com o punho levantado, bradou que ia mudar este Brasil, que ia para a televisão dizer que daria um tiro no tigre e acabava com a inflação. Deu no que deu: cassado por corrupção, a esperança novamente se transformou em decepção.

Em seguida, elegeu-se um filósofo, sociólogo, poliglota, com experiência internacional. Porém, a esperança do povo ainda mais se esvaiu, quando as "políticas" articularam-lhe a reeleição. E a esperança cada vez mais se extingue. Não mais existem aquelas motivações construtivas que alimentavam a esperança do povo nos governos militares, quando se construíam estradas, hidrelétricas, portos, aeroportos, moderno sistema de telecomunicações, evoluía o sistema de educação e, sobretudo, cuidava-se da segurança pública. Se o desenvolvimento de hoje é mais visível do que antes de 1964, graças às realizações deixadas pela Revolução, a ambiência operacional é bem pior, porque nada se fez desde 1985, e o povo, marginalizado, alienado e desinformado, só tem o direito de ser enganado, sobretudo nas campanhas eleitorais. Isso tudo vem dando margem ao ressurgimento de movimentos de cunho ideológico que estão se propagando no meio popular e ameaçam a ordem política e social. Lideram tais movimentos o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) – bem mais grave que as "Ligas Camponesas", enfrentadas desde antes da Revolução – e o Movimento dos Sem Teto que, além de

não respeitarem a lei, estimulam o desrespeito à autoridade constituída que, por sua vez, nem sabe ser autoridade.

Pois bem, houve outros absurdos, desprezou-se uma doutrina política que, persistentemente praticada, teria garantido o desenvolvimento permanente e crescente do País. A doutrina do desenvolvimento com segurança, criada e cuidadosamente estudada na Escola Superior de Guerra, foi posta em prática pelos governos revolucionários. Daí o sucesso da Revolução e da sua ideologia genuinamente brasileira, em que se enfatiza a preocupação permanente com o bem-estar do povo e com a segurança nacional, através de um desenvolvimento autônomo e de um nacionalismo econômico, ordenado e ordeiro. Os derrotados de 1964 chamam o período em que se aplicou essa ideologia de "época da ditadura militar". Eles, que queriam implantar ditaduras do tipo "estalinista" e "maoísta", no Brasil, insistem em querer nivelar com elas a liberdade responsável que aqui se viveu, na época dos governos militares. Eu tive a honra de participar da representação do Brasil em Teerã, no Irã, que é uma ditadura xiita (islâmica). O que eu vi lá? O político e o profissional liberal – o médico, o dentista, o advogado – que, pela manhã, trabalhavam na sua profissão e, à tarde, iam para o Congresso Nacional, onde discutiam os problemas do país, trabalhando de graça. Direitos humanos, direito da mulher, não existem por lá. A mídia é proibida de se manifestar. Onde é que aqui, no nosso Brasil, o vereador, o deputado, o senador e o prefeito trabalham de graça para o País? Todos só pensam em alcançar o Poder, em conseguir um emprego político. Aqui se voltam para o interesse pessoal. No exemplo dado, apesar de ditadura, os interesses estão voltados para o interesse do Estado. Numa democracia consciente, deveriam voltar-se para os interesses nacionais.

Mas, até aqui, comentamos assuntos diversos que parecem distanciar-se do tema principal, que é a Revolução de 1964. Não. Não se distanciam; esses assuntos todos guardam fortes conotações com esse Movimento. Todavia, vamos continuar comentando certas situações que antecederam a Revolução de 1964, entre elas, a inflação.

Na verdade, a inflação moderada remonta ao Governo Dutra, que teve de investir para atender ao estágio de desenvolvimento que se impunha, depois da II GM. Citada inflação agravou-se no Governo Juscelino, que investiu em sua programação de governo, para dar continuidade ao desenvolvimento. Entretanto, falou-se, com muita freqüência, da prodigalidade do processo de distribuição e destinação de recursos para a construção de Brasília. De fato, Brasília estava dentro do programa de "50 anos em 5" com que Juscelino definia o seu plano de governo, o que exigia muita rapidez na execução das obras e aplicação dos recursos disponíveis para

atender aos compromissos. Aí é que deve ter ocorrido o desvio dos recursos, o que contribuiu, de certa forma, para inflacionar a vida nacional. Em 1960, Brasília estava concluída, mas ninguém queria mudar-se para lá: toda a administração do País continuava no Rio de Janeiro. Só a partir de 1964, já no Governo Castello Branco, é que a maioria da administração pública passou, definitivamente, para Brasília, que começou a desenvolver-se como capital do Brasil. Não tenho dúvidas de que essa inflação, agravada no Governo Juscelino, associada à decepção e aos prejuízos com a renúncia de Jânio, acentuou-se ainda mais a partir de 1961 e, juntando-se à anarquia e às desordens praticadas pelos comunistas, nos anos 1962-1963 e começo de 1964, levou o País, o povo brasileiro, a um estado de angústia generalizada. Portanto, inflação, mais renúncia de Jânio, mais anarquia comunista, somaram-se para criar um quadro caótico a exigir medidas corretoras da situação criada. Foi aí que se impôs a Revolução de 31 de Março de 1964.

Embora já tenha comentado a anarquia generalizada que impôs a eclosão da Revolução de Março de 1964, detalho a seguir as causas imediatas que, ao violentarem a consciência nacional de civis e militares, foram determinantes ao seu desencadeamento: o apogeu da pregação subversiva, ocorrida no comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964; a quebra da disciplina militar, demonstrada no levante dos marinheiros, chefiados pelo Cabo Anselmo com o apoio do Almirante Cândido Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais, realizado a 26 de março no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro; novamente, a quebra da disciplina militar, levada a efeito por sargentos, cabos e soldados ao oferecerem um almoço ao Presidente Jango e a todo o seu ministério, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 30 de março. As Forças Armadas não podiam esperar mais. Já dispunham do apoio do povo. Só lhes restava desencadear o Movimento. Jango abandona o cargo e foge para local ignorado. O Congresso declara vaga a Presidência da República. Portanto, não houve subversão da ordem constitucional, não houve golpe, houve reação à subversão da ordem; não houve usurpação do poder, houve abandono do cargo de presidente. Venceram: a Nação, o povo e suas Forças Armadas.

Nos dias atuais, a má-fé, a virulência e o revanchismo não permitem que a mídia e certos políticos reconheçam esta realidade; por isso, omitem a verdade dos fatos perante a opinião pública. Atitude idêntica assumem com relação às figuras de maior destaque nacional que lideraram a Revolução de 1964, como os governadores da Guanabara, Carlos Lacerda e de Minas, Magalhães Pinto; e de São Paulo, Adhemar de Barros e os generais Odylio Denys, Cordeiro de Farias, Castello Branco, Costa e Silva, Mourão Filho e muitos outros. A esses líderes militares se

deve, em grande parte, a harmonia de pensamento que norteou os comportamentos uniformes no irrompimento da Revolução e que, posteriormente, evitou a pulverização da ação por grupos de tendência política própria, como havia no passado. Essa harmonia de pensamento, associada à necessidade e às circunstâncias do momento para a deflagração da Revolução, robusteceu, sobremodo, a união e coesão nas Forças Armadas.

Contrastando com a mídia de hoje, a grande imprensa de então, liderada pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand, apoiou o Movimento de 1964, destacando-se ainda a Rede Globo de Roberto Marinho, a Rede Manchete de Adolpho Bloch, o *Estado de S. Paulo* da família Mesquita, a *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* e outros. Aqui no Ceará, sobressaíram-se as figuras de Paulo Cabral de Araújo, Manoelito Eduardo e João Calmon. Este último, apesar de não ser cearense, tinha aqui suas ligações. Depois é que essa mesma imprensa, certamente por outros interesses, iniciou uma oposição ao sistema revolucionário e, infiltrada de ideólogos comuno-marxistas, agravou essa oposição ao nível da insensatez a que chegou a mídia atual. De fato, a mídia atual defende a liberdade de expressão, mas age como verdadeira tirana, porque só ela tem os meios de comunicação com a opinião pública, dificultando qualquer retorno de manifestação do pensamento. Quando se refere à Revolução de 1964, falseia a verdade e omite fatos históricos, conforme veremos a seguir.

A mídia chama a Revolução de 1964 de “ditadura militar”, mas esquece o que é ditadura e omite a “luta armada”, os terrorismos, as guerrilhas que os comunistas prepararam e dirigiram contra o povo e que os governos militares tiveram que conter, com energia e decisão. Daí, a necessidade do endurecimento da Lei de Segurança Nacional, com a promulgação do AI-5, e da criação dos órgãos de segurança: Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Tudo isto foi criado para combater a “luta armada”, portanto, combater o crime contra o povo, dentro da lei. Se isso for considerado “ditadura”, então é deixar prevalecer o crime, como está ocorrendo hoje.

Além do Irã, onde morei algum tempo, estive na China, na Rússia e na Turquia, onde dominam as mais radicais ditaduras. No Irã, todo mundo é revistado nos aeroportos. Ninguém tem o direito de ir e vir e, muito menos, de expressar sua opinião; sua casa é invadida (a minha casa foi invadida duas vezes, apesar de eu pertencer ao Corpo Diplomático); o cidadão se sente pressionado constantemente e sua família é vigiada 24 horas por dia; lá ninguém tem acesso à comunicação social, porque não existe; o que existe é, única e exclusivamente, a imposição dos programas estatais do governo. Tais ditaduras o pessoal da mídia não revela, é

omisso, propositadamente omisso. É omisso e aleivoso, quando considera malefícios os benefícios deixados pela Revolução e que, ainda hoje, sustentam a vida do País, que de 1985 para cá não recebeu nenhum acréscimo de desenvolvimento.

A Revolução de 1964 desenvolveu o mais avançado sistema de comunicação da época. Só no período de 1963 a 1983, entre muitas outras, deixou as seguintes realizações: rodovias pavimentadas, passaram de 19 mil para 75 mil quilômetros (hoje, intransitáveis, por falta de conservação); energia instalada, passou de 4.480MW para 35.000MW e energia em instalação, de 1.000MW para 16.000MW (é a esta energia que se deve o consumo de hoje, ameaçado de racionamento); crianças de 10 a 14 anos em escola, de 5 para 9 milhões; universitários, de 124 mil para 1,3 milhão. Isto aqui é apenas um ligeiro exemplo dos benefícios deixados pelos governos revolucionários (quadro comparativo de Glycon de Paiva, comentado por João Batista Peixoto). Muito mais se fez: criaram-se o BNH (habitação), o FUNRURAL e o PRORURAL (assistência ao homem do campo), o Estatuto da Terra e muitas outras realizações, nos campos da saúde, da educação e no setor social. O Estatuto da Terra, de que já falei, era o embrião de uma política agrária a ser implantada no País. Foi esquecido pela "Nova República", que preferiu dar margem ao surgimento de movimentos ideológicos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que nada constroem, mas estão levando a violência ao campo e enganando o trabalhador rural.

Na verdade, tudo isto vai caindo no esquecimento do povo, porque na mídia atual, alguns grupos de esquerda e certos políticos, que jamais pensaram nos interesses do País, mas nos seus próprios, abominam tudo o que veio da Revolução de 1964, até a Lei da Anistia que os beneficiou. Assim, poucos sabem que as Forças Armadas, sobretudo o Exército, tiveram vários de seus integrantes mortos no cumprimento do dever contra a agressão ideológica armada; que outros, que sobreviveram à mesma missão, são patrulhados pelos derrotados de 1964, encastelados em certas ONGs que, a serviço de seus países de origem, vivem interferindo nos assuntos internos do nosso País. Promovem os "direitos" dos criminosos e execram quem os combate, até suas vítimas, cujos direitos não há quem defenda. O esquecimento dos nossos mortos e a perseguição aos sobreviventes da ação legal, contra o crime ideológico armado, constituem tremenda iniqüidade e injustiça, que precisam ser reparadas com urgência.

Entretanto, apesar dos incontáveis acertos e benefícios deixados pela Revolução de 1964, reconhecem-se alguns erros cometidos no período revolucionário, todos devido a circunstâncias especiais e, nem sempre, imputáveis à alta direção revolucionária. A duração do período revolucionário poderia ter sido

reduzida, como pretendia o Presidente Castello Branco, mas o acirramento das agressões armadas da esquerda, já comentado, não o permitiu. Quanto à tortura, que a mídia e os "direitos humanos" tanto exploram, houve casos isolados, cometidos à revelia do Governo, que tomava medidas drásticas sempre que deles tinha conhecimento.

O Presidente Geisel, por exemplo, ao tomar conhecimento do caso Herzög, imediatamente demitiu o comandante do II Exército, em São Paulo, onde se deu o ocorrido. A liberdade que as esquerdas tiveram, para conduzir os meios estudantis e os meios de comunicação de massa, foi outro erro dos revolucionários. Das universidades saíram, envenenados contra a Revolução, os dirigentes de hoje: jornalistas, sociólogos, deputados; dos meios de comunicação social continuam saindo as maiores infâmias contra a Revolução de 1964 e seus integrantes. Esse foi o maior erro, no meu entendimento, tão grande quanto a incoerência das esquerdas em chamar de "ditadura" um regime que lhes deu tanta liberdade. Mas esses detratores, ao pretenderem estender tão decantados erros a todos os militares, não entendem que o povo brasileiro, louvado na sua inteligência e no seu senso de justiça, sabe julgar os fatos, as pessoas e as instituições. Em recente pesquisa realizada, o Exército Brasileiro teve o maior índice de aceitação junto ao público nacional. Isto, porque o povo sabe e sente o que se prega e o que se faz dentro dos quartéis, por onde, anualmente, passam milhares de seus filhos que, jamais esquecendo o seu período de serviço militar, transformam-se nos maiores propagandistas das Forças Armadas.

Ao concluir esta exposição em que tive a oportunidade de externar o meu pensamento sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, faço-o com esta minha mensagem final, que visa a reforçar o que transmiti, no curso desta entrevista, quando me referi à falta de coragem social, à falta de coragem política, à falsidade. Para tanto, eu gostaria de citar dois exemplos: um é do grande político, já falecido, Tancredo Neves. Badalado, festejado, homenageado com justa razão, porque passou 50 anos na política nacional, Tancredo Neves teve a grande vantagem, o grande privilégio de, em seis meses de campanha política, fazer com que a Nação brasileira se enrolasse, se enroscasse na Bandeira Nacional e aprendesse a cantar o Hino Nacional. Agora eu pergunto, em 50 anos de política, qual foi a ponte ou qualquer outra obra ou realização que Tancredo Neves construiu, empreendeu ou inaugurou em benefício do povo? Nenhuma. Então, o homem que passou 50 anos na política e a única coisa que fez, que acho válida e até bonita, foi ser político, é decantado... é herói nacional! O outro exemplo é a figura lúcida de Ulisses Guimarães, outro grande político, responsável pela anistia, relator da "Constituição Cidadã"; o homem que, em alta

voz, no Congresso Nacional, declarou promulgada a Constituição de 88. Volto à mesma pergunta: qual foi a ponte, o fio de pedra que ele construiu ou sentou, qual foi o poço que ele furou, que realizações empreendeu? Nada! Diante desses dois maiores chefes políticos que, no meu modo de ver, não fizeram nada, pergunto, à guisa de mensagem, aos jovens do Brasil: e a Revolução, que durante vinte anos desenvolveu este País, através dos governos militares, promovendo o desenvolvimento social, político, cultural e econômico, TAMBÉM NÃO FEZ NADA? Onde está a verdade? Será que querem construir uma história com "H", enganando os nossos filhos? Caros jovens do Brasil de hoje e de amanhã, atentem para a grande diferença existente entre os discursos de palanque e as realizações do cargo eletivo.

Coronel PM Raimundo Cabral Ribeiro

- Natural da Cidade de Santana do Cariri–CE.
- Foi declarado Aspirante-a-Oficial PM pela Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Ceará, em 30 de novembro de 1960.
- Cursos militares: realizou o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Polícia Militar-CE; o Curso Superior de Polícia na *École des Officiers de la Gendarmerie Nationale*, na cidade de Melun, capital do Departamento do Seine-et-Marne, França e o Curso Superior de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.
- Atividades militares: Comandante de Batalhão PM/CE; Chefe de seção do Estado-Maior PM/CE; Chefe de Gabinete do Comando Geral da Polícia Militar do Ceará e chefe da Casa Militar do Governo cearense.
- Ao longo do período da Revolução de 1964, foi Chefe de Gabinete do Comandante da Polícia Militar do Ceará e esteve à disposição da Presidência da República, de 1976 a 1979, na Agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) de Fortaleza.

Entrevista realizada em 31 de maio de 2000.

Para falar sobre a Revolução de Março de 1964, somos levados a abordar, pelo menos, três fatores preponderantes. O problema de ordem econômica, pois àquela época a inflação atingia níveis galopantes; em conseqüência, o povo vivia as agruras do custo de vida, que estava em alta. A corrupção, que grassava em toda a vida nacional e, por fim, o aspecto ligado à ideologia. Não se pode negar que havia o desejo explícito de se implantar, no nosso País, uma república comunista.

Antes de 1964, o quadro político brasileiro era caótico. Enfrentávamos as greves, as passeatas, as depredações, as invasões no campo, os saques nas cidades, atos de puro vandalismo. Depois, existiam os apelos freqüentes para que se implantassem as reformas de base, que levariam, necessariamente, o País ao comunismo. O clima de insatisfação não só existia, como era crescente. O povo sofria, tinha medo, vivia apavorado. A sociedade, essencialmente católica, temia o que seria do Brasil com o comunismo; e, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, implantou-se o populismo. Infelizmente, vivemos essa época. Sem dúvida, a inflação herdada do Governo Juscelino Kubitschek contribuiu para agravar todos esses fatores que desencadearam a Revolução.

A expectativa que o Presidente Jânio Quadros conseguiu gerar no seio da sociedade, realmente, foi muito grande. Esperava-se que ele promovesse as reformas moralizadoras de que o Brasil carecia, até porque a bandeira que ele elegeu foi a bandeira do combate à corrupção. Mas, inesperadamente, depois de sete meses de governo, eis que renuncia, atitude que frustrou os brasileiros, até hoje sem uma explicação convincente.

E os adeptos do comunismo – o qual vive e se alimenta de antagonismos, sobretudo de ordem sócio-econômica – aproveitaram-se duplamente da conjuntura vigente à época. De um lado, denunciando as precárias condições dos assalariados e, de outro, apregoando o ideal de uma república sindicalista, tarefa bastante facilitada pela insensibilidade que caracteriza o patronato nacional diante dos problemas de natureza social.

Há que se considerar, ademais, a posição desfavorável da Igreja em relação ao governo anárquico de João Goulart, que assumira a Presidência da República em setembro de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. A Igreja nunca foi comunista; podemos até dizer que ela é anticomunista, apesar de conhecer os males provocados pelo capitalismo, principalmente pelo capitalismo desumano. Depois, a população brasileira é, na sua grande maioria, católica apostólica romana, de tal forma que a posição da Igreja foi decisiva. Sabemos que, em Belo Horizonte e em São Paulo, aconteceram as Marchas da Família com Deus, pela Liberdade e, no Rio de Janeiro, contou com o apoio do seu cardeal-arcebispo.

A inquietude que permeava o tecido social chegara aos quartéis e ressoava como um alerta geral, associado à Intentona Comunista de 1935, episódio que permanece vivo na memória dos militares brasileiros. Existia um quadro típico de guerra revolucionária, mas, em oposição, havia a reação da sociedade. Haja vista, por exemplo, o manifesto que os professores universitários lançaram, inclusive subscrito pelo professor Sobral Pinto. Cerca de quatrocentos professores denunciavam a complacência do Governo ante a tentativa de comunização do País. Não se pode olvidar o ultimato da Confederação Geral dos Trabalhadores. A CGT deu um prazo de trinta dias para que o Congresso, "na lei ou na marra", promovesse as reformas, em que o Governo tinha interesse. Agora, quero crer que os fatos que promoveram o desencadear da Revolução foram o Comício da Central do Brasil, em 13 de março, a rebelião dos marinheiros, amotinados no Sindicato dos Metalúrgicos, em 26 de março, que culminaria com a demissão do Ministro da Marinha e, por fim, a gota d'água: o almoço no Automóvel Clube, no dia 30 de março de 1964, com o presidente rodeado por sargentos das três Forças Armadas. Ora, duas das coisas que os militares prezam mais são a hierarquia e a disciplina, princípios que vinham sendo dilapidados há algum tempo; por isso, estavam profundamente ofendidos na sua alma. Como se não bastasse, no auge da anarquia o pioneiro marxista no Brasil, solidário a Moscou, Luís Carlos Prestes, disse textualmente: "Os comunistas estão no Governo, falta-nos apenas o Poder". Depois de uma declaração dessas, não há mais o que comentar; isto simplesmente veio a ratificar a decisão dos comunistas da tomada do Poder, o que, por sinal, era de domínio da opinião pública.

A respeito da divulgação de opiniões e conceitos sobre a Revolução, observa-se o início de retaliações a partir do período de transição política, principalmente depois da Lei da Anistia. Comentários de jornais e de outros meios de comunicação referem-se àquele Movimento como tendo sido um golpe militar articulado, imposto e conduzido pelos americanos por meio da guerra fria contra a Rússia, ou seja, para combater o comunismo. Trata-se, evidentemente, de uma insinuação malévola; até mais que insinuação, uma provocação. Se admitíssemos essa hipótese como verdadeira, seríamos levados a aceitar o fato de que, onde houvesse guerra fria ou reflexo da mesma, no mundo, o golpe militar seria iminente. Em contrapartida, estaria ausente, ou sob controle, a intenção comunista de tomada do Poder.

A Intentona Comunista de 1935 foi a primeira tentativa de tomada do Poder, pela força, mesmo sem guerra fria. Os militares sabiam dessa intenção, razão por que não se pode pensar em imposição de americano, absolutamente. Daí, terem-se antecipado ao golpe comunista com a Revolução de 1964 que, se não tivesse trazido outros benefícios, bastariam apenas dois, para justificá-la: evitar a implantação, no

Brasil, de um governo comunista, satélite da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, depois, devolver a paz e a tranqüilidade ao povo brasileiro, condições indispensáveis, em qualquer parte do mundo, para que haja desenvolvimento. A esse respeito, cabe destacar a valiosa contribuição prestada pelos órgãos de informação que, como é notório, existem em todos os países do mundo ou em quase todos. Os órgãos de informação prestam excelente assessoria aos governos e, até, eu diria, fornecem elementos que permitem a sobrevivência das Nações. No caso brasileiro, não só eram uma necessidade, como uma lacuna, até imperdoável, na estrutura orgânica do Estado. Foi por intermédio da eficiência do sistema de informação, por exemplo, que se chegou à necessidade do endurecimento da Lei de Segurança Nacional, decorrência do acirramento da luta armada. E a Revolução precisaria implementar as medidas que deveriam ser realizadas nesse campo.

Da vinculação direta ou indireta dessas medidas de Segurança Nacional com a Segurança Pública, e na qualidade de policial-militar, gostaria de me reportar aos benefícios que a Revolução proporcionou às Polícias Militares. Antes, no entanto, permitir-me-ia lembrar que a origem destas instituições remonta à época do Império, tendo como embrião a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia – criada pelo Decreto Regencial de 13 de maio de 1809 – atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ao criá-la, D. João VI o fez à semelhança daquela que existia em Lisboa e os seus integrantes foram escolhidos entre os soldados do Exército português. O comandante da Guarda Real submetia-se, de um lado, ao governador das Armas da Corte, como chefe militar e, de outro, vinculava-se ao Intendente Geral de Polícia. A característica policial-militar, no Brasil, decorre, pois, de razões históricas. As corporações responsáveis pela segurança pública surgiram como força militar de elite – modelo vigente, até hoje, na Europa – acorde com o descortino de estadistas e em respeito aos sentimentos e anseios da população. Comparativamente, basta dizer que, no Ceará, por exemplo, entre o decair do Império, em 1889, e o ano de 1947, a denominação do Corpo de Segurança sofreu quatorze alterações. Em termos nacionais, a única força de apoio repousava sobre a legislação federal de interesse do Exército, conformando-as à condição de reserva e força-auxiliar e, por isso, voltadas para as operações típicas da Força Terrestre. Constitucionalmente, a sua missão não estava definida; não sabendo orientar-se, as suas atividades desenvolviam-se empiricamente.

Com o advento da Revolução, um dos seus primeiros atos foi a criação da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), no Estado-Maior do Exército que, ao reorganizar as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, conferiu-lhes uma estrutura cientificamente organizada e, *pari passu*, estabeleceu-lhes "um quadro

de competência tipicamente policial, para emprego em suas atribuições específicas". Responsáveis, com exclusividade, pelo policiamento ostensivo fardado, a partir da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967, essas corporações têm o seu próprio chão. Além da missão constitucional e da doutrina policial-militar, é justo observar a importância da IGPM na área de ensino e instrução que, no afã de aperfeiçoar o conhecimento técnico-profissional, efetivou o intercâmbio entre as próprias Organizações Policial-Militares e entre estas e as Forças Armadas, tornando possível a participação de oficiais e praças em vários cursos e estágios oferecidos pelo Exército, realizados no Centro de Estudos de Pessoal (CEP), e pela Marinha, destinados, sobretudo, aos integrantes dos Corpos de Bombeiros, ligados à busca e salvamento. Essa política permitiu que vários oficiais, de quase todos os Estados brasileiros, participassem, no exterior, de cursos promovidos por suas congêneres, sendo exemplo: a França, a Itália, o Chile e os Estados Unidos.

Sem dúvida, as Polícias Militares vivenciaram uma página nova na sua trajetória. Como órgão de assessoria do então Ministério do Exército, com atribuição normativa, a IGPM organizou o arcabouço de toda a legislação pertinente àquelas corporações, adequada às peculiaridades de cada Estado, a qual foi submetida à apreciação e aprovação das respectivas Assembléias Legislativas, possibilitando a unidade de doutrina em todo o território nacional. Concomitantemente, a IGPM elaborou e difundiu as diretrizes e normas correspondentes às áreas de pessoal, ensino e instrução, apoio logístico, informações e assuntos civis, consubstanciadas nos Manuais Técnicos que ficaram conhecidos como "os amarelinhos". Promoveu, também, um Seminário de Ensino para a reforma do currículo escolar, adequando-o à natureza específica da missão, até então atrelada à missão operacional do Exército. As visitas e inspeções bienais, realizadas regularmente pela IGPM, não se restringiam apenas à fiscalização do cumprimento da lei: permitiam conhecer e avaliar, *in loco*, aspectos de ordem prática, inerentes ao desempenho, à eficiência e às carências dos recursos materiais e humanos de cada instituição, ações que viabilizavam, rapidamente, a correção e/ou o aperfeiçoamento correspondente.

Convém ressaltar que essas visitas e inspeções eram chefiadas pelo próprio general-inspetor, que se fazia acompanhar do seu Estado-Maior e que, ao final, levava ao conhecimento do Governador, através de uma visita de cortesia, as suas impressões acerca das condições gerais em que se encontrava cada organização policial-militar. Posteriormente, a ligação com os governadores se fazia através dos comandantes-gerais. O estímulo era direto, diferentemente do que ocorre desde 1987, no Ceará: um dos seus governadores, mesmo em meio ao seu terceiro mandato, jamais visitou a Polícia Militar; sempre se fez representar, mesmo nas comemorações

de aniversário. Um outro dado relevante diz respeito ao emprego do efetivo na atividade-fim e na atividade-meio. Os documentos que tratam desse assunto estimavam que, no máximo, 15% do efetivo poderia ser utilizado em atividades diferentes do policiamento ostensivo, numa demonstração de cuidado e zelo pela ordem pública, em benefício do cidadão.

Em termos de perturbação da ordem, a Polícia Militar constituía a linha de frente da própria Revolução, dentro da missão que lhe era confiada; do mesmo modo que o é, hoje, em relação aos problemas ligados à segurança pública. A diferença consiste na disponibilidade dos recursos. A IGPM, por exemplo, repassou para os Estados – em particular aqueles situados nas regiões mais pobres – o equipamento e o material necessário à implantação de pelotões ou companhias responsáveis pela administração do controle de distúrbios. Somente na hipótese do agravamento da desordem, com a perda do controle da situação, é que o Exército assumiria o comando da operação. Aqui no Ceará, por exemplo, tal hipótese não chegou a ocorrer.

Atualmente, as Polícias Militares encontram-se "sucateadas", enfrentando sérias dificuldades para exercer o seu mister constitucional – não obstante a configuração da "guerra civil" a que o País assiste – num contraste flagrante em relação à diligência constatada, pelo menos no Ceará, durante duas décadas, de 1964 a 1985.

Entre 1971 e 1975, por exemplo, no governo César Cals, a Polícia Militar viveu a sua fase áurea. Para se ter uma idéia da vontade política, à época, basta dizer que, em 1971, existia um único aparelho de ar-condicionado em toda a corporação; quatro anos depois, a Polícia Militar possuía uma formidável dotação de material bélico, material de comunicações, motocicletas e viaturas, e a área construída simplesmente dobrou. Nessa época a Academia de Polícia Militar mudou-se para as novas instalações, no bairro Água Fria, zona nobre da cidade. Construiu-se o quartel do Comando Geral, afora a construção da Companhia de Material Bélico, do quartel do Corpo de Bombeiros, na Esplanada do Mucuripe, dos quartéis do 2º BPM, em Juazeiro do Norte e da 3ª Cia/3º BPM, em Camocim. Além da construção do Clube dos Oficiais, na Praia do Futuro, sem falar na recuperação das instalações do hospital, do Centro Odontológico e das várias unidades e subunidades espalhadas pelo interior do Estado. Quer dizer, são mais do que eloqüentes o cuidado, o apoio e o prestígio conferidos às Polícias Militares. E é este o caso do Ceará, que, em última instância, demonstra a nossa preocupação com a ordem e a segurança pública, dirigidas, prioritariamente, para o respeito à dignidade do homem e, por extensão, ao bem-estar da população.

Mas houve também dificuldades, no estrito cumprimento do dever, inclusive com vítimas, na defesa da ordem pública. No município de Registro, no Vale da

Ribeira, em São Paulo, por exemplo, o jovem 1º Tenente PM Alberto Mendes Júnior, no comando de uma patrulha em perseguição a Carlos Lamarca e a seus guerrilheiros, foi, por estes, capturado, juntamente com os demais integrantes da patrulha. Em troca da própria vida, o Tenente Mendes negociou a liberdade dos companheiros e, ali, friamente, foi trucidado. Aqui mesmo, no Ceará, num dos municípios da Serra da Ibiapaba ou Serra Grande, um casal de fazendeiros foi seqüestrado e morto numa ação terrorista, fato sobejamente conhecido e amplamente noticiado pelos jornais da época. Deste episódio participaram, entre outros, um policial civil e uma mulher, esta eleita, posteriormente, deputada federal pelo Ceará. Vários outros casos existem, Brasil afora.

A propósito, certa mídia explorou a tortura como tema preferido; houve até a publicação de um livro, sobre o assunto, "Brasil, Nunca Mais", sob os auspícios da Arquidiocese de São Paulo. À "ditadura" atribuem mais de quatro centenas de mortes; e, em oposição, foram mortos mais de cem militares. Comparados estes números, à luz dos objetivos de cada lado, é fácil depreender a desproporção dos resultados: enquanto todo o Estado matou terroristas para defender a lei, a ordem, os poderes constituídos e o povo brasileiro, grupos terroristas que lutavam pela tomada do Poder, impuseram pesadas baixas entre elementos do Exército e de outros órgãos responsáveis pela segurança.

A partir de 1983, as Polícias Militares passaram a ter comando próprio, coincidindo com o início da falta de apoio, falta de recursos e com o afastamento gradual da IGPM. Era o início da caça às bruxas, principalmente depois da promulgação da Constituição Federal de 1988. A missão constitucional destas organizações atinge uma escala crescente de comprometimento, fato que se pode atribuir, entre outras causas, às deficiências de ordem material e de recursos humanos. A assistência social, praticamente, não existe e a assistência médico-odontológica deixa muito a desejar. No momento em que não se dispõe de homens e nem de recursos, a missão fica prejudicada; muito diferente de quando o policial-militar, na rua, de serviço, policiando, recebe uma boa instrução, uma boa assistência e, bem fardado, tem consciência de que alguém zela por ele, sem demagogia e sem publicidade falsa. É evidente que, em tais circunstâncias, o cidadão comum passa a respeitá-lo, enquanto o bandido passa a temê-lo. Não por acaso, o atual secretário de Segurança Pública e Defesa da Cidadania declarou ao jornal *O Povo*, de 30 de junho de 1997, página 12: "Nossos equipamentos são do tempo da 'lili pistola', o material de comunicação é da década de 1970. O policial fala aqui e o criminoso ouve lá".

Hoje, fala-se muito na unificação das Polícias Militar e Civil ou na desmilitarização da primeira, sob o argumento de que as Polícias Militares são violentas ou

incapazes. Ora, seria muita ingenuidade imaginar que a violência produzida no Brasil é resultante da ação das Polícias Militares. Se a Polícia Militar ou qualquer polícia é obrigada a agir com violência é porque ela atua num mundo de violência crescente; e essa violência crescente está subjacente aos problemas de ordem social. O descaso que se observa em relação à educação e à saúde, somado ao desemprego que grassa no País, são causas intrínsecas da violência. Nesse contexto, as Policias Militares sofrem e, infelizmente, encontram-se órfãs. E por serem a parte mais fraca, são exploradas pela mídia como responsáveis maiores, causa e efeito da violência. Não seria de bom alvitre devolvê-las ao controle e à supervisão da IGPM? Certamente, reverter-se-ia o clima de insegurança e o desequilíbrio que infelicita o País. Ademais, seria ótimo que os defensores da unificação e/ou desmilitarização buscassem exemplos e inspirações na *Gendarmerie Nationale da França*, uma força essencialmente militar, correspondente, no Brasil, à Polícia Militar, com atribuições consagradas de Polícia Judiciária, perfazendo cerca de 40% das suas atividades.

A propósito, existe uma preocupação permanente do Governo francês em relação à segurança da população, inferência resultante da participação da *Gendarmerie Nationale* no Orçamento da Defesa Nacional: "A parte da *Gendarmerie Nationale*, em 1995, permanece estável em torno de 2,5%, ou seja, 13,3 bilhões de francos", equivalentes a mais de US$ 2 bilhões de dólares, "e deverá crescer 5% até o ano 2000" (excertos do discurso de Monsieur Bernard Prévost, Diretor Geral da Gendarmerie Nationale, publicado na *Revue de la Gendarmerie Nationale*, 3º trimestre, 1996). Vale ressaltar que os valores acima correspondem aos investimentos específicos com a segurança pública: aquisição e manutenção de viaturas, motos, aeronaves, equipamento, material bélico e material de comunicação. Em 1995, os recursos com outras rubricas, inclusive pessoal e encargos sociais, foram mais de oito vezes superiores à parte destinada, especificamente, à defesa, ou seja, cerca de US$16 bilhões de dólares. Em termos comparativos, acredito que, no nosso País, nem o orçamento do Ministério da Defesa – englobadas as três Forças Singulares – aproxime-se desses valores, o que denota o desprezo a que foram submetidas.

Por oportuno, em carta de 16 de maio de 1806, dirigida ao Rei de Nápoles, disse Napoleão: "A *Gendarmerie* é a maneira mais eficaz de manter a tranqüilidade de um país; espalhada por toda a superfície (territorial), presta informações precisas. O único inconveniente é que custa um pouco caro".

Finalmente, para ficarmos no Ceará, poderia citar pelo menos três providências adotadas pelo governo estadual, nestes últimos anos, associadas, intimamente, à auto-estima dos policiais-militares. O nível hierárquico do comandante-geral da Polícia Militar, na estrutura organizacional do Estado, equiparava-se ao nível de

secretário de Estado; hoje, equipara-se ao nível de terceiro escalão. A nossa Academia de Polícia Militar – responsável pela formação dos futuros oficiais – está localizada nas proximidades da Universidade de Fortaleza, na Água Fria, zona nobre da cidade, uma das razões por que ali se encontra aquartelada. Pois bem, recentemente perdeu uma parte do terreno em que se encontra encravada para, anexada ao Centro de Convenções, ampliar a área de estacionamento de veículos. A alegação apresentada é de que aquela área é muito nobre para ser usada pela Polícia. Por fim, uma lei estadual recente extinguiu as graduações de 3º sargento e 2º sargento e os postos de aspirante-a-oficial e de 2º tenente. Anteriormente, houve, também, a extinção do Batalhão de Polícia de Trânsito, com exercício em Fortaleza, cujas atividades passaram à alçada do município, não obstante os laivos de inconstitucionalidade. Na prática, são medidas que marcham rumo à unificação e/ou desmilitarização que os néscios em Segurança Pública consideram o elixir da modernidade e a panacéia adequada à extinção da violência. Diante desse panorama, gostaria de lembrar o conceito de Polícia, consagrado pela Grécia antiga: "Polícia é o termômetro que mede o grau de civilização de um povo."

Concluindo a minha participação, gostaria de aduzir o seguinte: a Revolução poderia ter divulgado as suas realizações. Não o fez – quem sabe – por parcimônia e zelo com os recursos públicos. Poderia ter divulgado, sim, para que a opinião pública pudesse julgar as razões que a levaram às cassações. Por fim, gostaria de agradecer o privilégio de, como oficial da Polícia Militar, na reserva, poder participar da História Oral do Exército e, em particular, pelo cavalheirismo e pela maneira amiga com que fui acolhido.

Tenente-Coronel Idalécio Nogueira Diógenes

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Dentre as Unidades que serviu, destacamos o 23º Batalhão de Caçadores, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, ambos em Fortaleza, os QG da 10ª e 11ª Regiões Militares, respectivamente, em Fortaleza e Brasília e a 25ª Circunscrição do Serviço Militar.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola de Transmissões (1949).
- Atividades civis: Presidente da Fundação de Assistência ao Desporto do Ceará (FADEC); Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL); Presidente da Radiobrás; e Assessor da Presidência da TELECEARÁ.
- A partir de 1962, como oficial de Estado-Maior, serviu, sucessivamente, nas Regiões Militares de Fortaleza e Brasília.

Entrevista realizada em 18 de setembro de 2000.

É um prazer, para mim, a oportunidade que tenho de dar um depoimento ao nosso Exército sobre uma das fases mais difíceis que enfrentamos no País, não apenas o Exército, mas toda a Nação. Esta fase, a meu ver, teve início com a renúncia, em 25 de agosto de 1961, do então Presidente da República, Sr. Jânio Quadros e, conseqüentemente, a posse do Vice-Presidente, Sr. João Goulart, em 7 de setembro de 1961. Foi um acontecimento que chocou toda a Nação, principalmente o Exército, porque Jango, cuja atuação já conhecíamos bem, só gostava do cargo, só gostava de festa. Mas, quanto ao Poder, tínhamos muita preocupação, tanto que houve um movimento no Exército, na época, para não lhe dar posse, pelas implicações que traria à Nação. A nossa consciência moral, entretanto não nos permitia condená-lo sem uma culpa formalizada. Impedir a posse do Jango seria um golpe. Como julgá-lo? Felizmente chegou-se a um acordo, não o que esperávamos. A posse dele, infelizmente, teria que ocorrer, mas num regime parlamentarista. A partir daí, quando Jango se sentiu no poder, começou a movimentação do pessoal ligado às esquerdas para acabar com o parlamentarismo, e voltar ao regime presidencialista, o que acabou ocorrendo.

Naquela época, se fizermos um retrospecto, veremos que a rebelião comunista no mundo era generalizada e ameaçava dominá-lo, apossar-se da Europa, apoderar-se do Brasil. Na América Latina, o agente do comunismo, através da Rússia, era Cuba. Daí começaram a infiltrar os elementos comunistas no Brasil, particularmente na área do Nordeste. Desses elementos, que constituíram as “Ligas Camponesas”, vários de seus líderes tiveram cursos no exterior. Depois estenderam essa atuação ao Estado de Goiás – que começava a ser um núcleo de guerrilha – particularmente o distrito de Trombas, Município de Formoso. Entretanto, diziam os incautos que tudo era só preocupação do Exército, que queria o Poder. Guerrilha era bobagem. Todavia, encontrávamo-nos numa fase já adiantada de guerrilha. Em 1963, acredito, estávamos entrando na terceira fase. Os atentados começavam a aparecer. Aqui no Estado, e em outras regiões distantes das grandes capitais, houve justiçamento, crime contra quem ousava discordar da doutrina político-ideológica dos comunistas; na Serra Grande, um lugar cearense quieto, tranqüilo, assassinaram um cidadão que nem era anticomunista, era um simples fazendeiro, um pouco mais rico, tinha algum dinheiro. Um latrocínio a serviço dos objetivos da revolução comunista. Isto nos preocupava terrivelmente e foi-nos conscientizando sobre a situação, obrigando-nos a nos reunir, a procurar ligações com os companheiros de outras unidades.

Em Fortaleza, um dos pontos de reunião, próximo ao Quartel-General (QG), era a casa de um comerciante, Aquino Guimarães, e a minha casa, onde reuni,

algumas vezes, o comandante do 23º BC, Coronel Diegues, o Coronel Hélio Lemos, comandante do 10º Grupo de Artilharia de Campanha (10º GAC), na época 10º Grupo de Obuses (10º GO), o Dr. Armando Falcão e outros de cujo nome não me lembro bem. Mas nos encontrávamos numa preocupação muito grande, porque não enxergávamos uma maneira de nos antecipar aos acontecimentos. Pensávamos muito mais em nos preparar para, caso resolvessem tomar o Poder, pudéssemos reagir. Neste caso, teríamos a opinião pública a nosso favor. Particularmente, queríamos evitar que os comunistas se tornassem vítimas perante a população. E o tempo ia passando, e a nossa preocupação, aumentando.

No Recife, quando lá estive, no fim do ano de 1961, como aluno do 3º ano da Escola de Estado-Maior, o General Costa e Silva demonstrou, claramente, a sua insatisfação perante todos e disse da preocupação quanto ao andamento da situação política, sob a aparente conivência do próprio Governo. Felizmente, já em 1964, na aula inaugural da EsAO, se não me engano, o General Castello Branco – sem que o Governo tivesse condições de impedi-lo e sem ter deixado margem a que o Governo tomasse alguma medida disciplinar ou outra de qualquer natureza – disse, praticamente, que assumia o comando de um movimento com o objetivo de acabar com a inquietação, com o simulacro de governo e com a tentativa de comunização do Brasil. A partir daí, ouvíamos nos quartéis um respirar profundo. Felizmente, o General Castello deixou claro que chegara a hora da reação.

Agora, é interessante voltar um pouquinho atrás, para mostrar como os comunistas vinham procedendo, para justificar essa nossa atitude e a tomada de posição do General Castello Branco. As ligas camponesas, aqui no Nordeste, particularmente na Paraíba e em Pernambuco, faziam, talvez, pior do que o MST de hoje, porque ameaçavam diretamente com invasões armadas e apregoavam o apoio que recebiam de Cuba. Sabíamos que era real, não era sonho, porque tínhamos informações e conhecíamos perfeitamente o mecanismo que usavam. Isso nos preocupava profundamente, a tal ponto de o comandante da Base Aérea – o Coronel Hipólito, que também participava dessas reuniões – querer derrubar o avião do Jango, aproveitando-se de uma viagem dele para apoiar as "Ligas Camponesas", na Paraíba. Mais calmos, o comandante do 23º BC, eu e o Dr. Armando Falcão convencemo-lo de que aquilo era inoportuno, já que o Sr. João Goulart, depois, seria endeusado. Basta imaginar que, não obstante tudo o que fizeram contra a Nação, com todas as badernas, depois de quatro décadas, as esquerdas ainda querem fazer de Jango uma vítima. Sabiamente, o Hipólito reconheceu que tínhamos razão, recuou do seu propósito, ficou, talvez, engasgado, com o Jango na garganta o tempo todo, mas raciocinou como um oficial de Estado-Maior, que tinha visão e vivia a situação.

Outros fatos extremamente importantes nos fizeram persistir e não recuar dos nossos propósitos. A rebelião dos sargentos de Brasília, em julho de 1963, não foi uma rebelião planejada. Foi até ingênua, porque mal preparada. Mas os objetivos eram claros. Acredito mesmo que o Partido Comunista não se interessasse em que eles ganhassem, naquela oportunidade. Destinava-se apenas a espicaçar e, talvez, desmoralizar as Forças Armadas. Eles chegaram a ameaçar o QG da Aeronáutica, o da Marinha e o do Exército. Não fizeram nada, por causa do despreparo. O QG da 11ª Região ficava ao lado do QG da Aeronáutica, este último chegaram a tomar. As metralhadoras, por falta de manutenção e por despreparo deles, engasgaram, como diz o matuto. Não conseguiram atingir os alvos. Aqueles prédios eram como caixas de fósforo: o piso de concreto sobre colunas, o resto todo de vidro. Se realmente fossem competentes e preparados, teriam liquidado o QG do Exército e, aí, não digo que fossem tomar o Poder, mas iriam causar um transtorno muito grande, criar um problema extremamente sério. Felizmente, se deram mal ao cercar o Batalhão de Guardas, que os dispersou. O Exército não estava envolvido e os sargentos dos corpos de tropa não tinham problemas. Os problemas eram mais de sargentos de QG. Aqui, no QG da 10ª Região, apareceram uns fogueteiros, outros na Aeronáutica e mais alguns nos Depósitos de Subsistência, sobretudo da Aeronáutica, onde o pessoal era menos enquadrado do que na tropa.

A tática que os agitadores estavam usando, na época, por nós já conhecida, constituía-se de atentados contra as autoridades, visando a amedrontar a população. Ações tipicamente comunistas estavam no seu calendário e na sua doutrinação, segundo a qual a Nação amedrontada, normalmente, adere. E, quando não adere, fica tão acovardada que não é capaz de reagir, este seria um dos objetivos. Outro objetivo deles era provocar uma reação das Forças Armadas, por exemplo: "derruba o avião do Jango; mata um comunista aqui, porque matou o outro". E era isso realmente que eles queriam, arranjar a vítima, quanto mais vítima melhor. Como não fizemos o que esperavam, não reagimos atabalhoadamente, como gostariam que tivéssemos reagido, realizaram o comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964. Foi não apenas uma reação, mas um convite à baderna. Para se ter uma idéia, convidaram, praticamente sob ameaças, o Ministro da Guerra, que era fraco, o General Jair Dantas Ribeiro, e ele compareceu. Antes do comício, fora contatado pelo General Castello Branco, seu colega de turma, que perguntou:

– Você vai ao comício da Central?

– Castello, você sabe, insistiram tanto que eu vou. Mas vou como observador.

Ora, o ministro é exemplo, ele tinha que dar exemplo. A presença do Ministro da Guerra no comício não interessava ao Exército, fosse ele observador ou não. A

presença dele no comício significava, para nós, que o Exército estava sem comando. Como sempre procuramos obedecer à cadeia de comando, queríamos um comandante a quem pudéssemos respeitar.

E o comício foi a gota d'água, porque nele o Governo jogou sargentos contra oficiais, claramente, sem cerimônia. A afronta à disciplina não podia continuar. Se não nos apressássemos, iríamos pegar a revolução deles – comunistas – já iniciada e em franca evolução. Acredito que todos chegamos à mesma conclusão: enfrentar uma revolução em que eles tomaram a iniciativa. E, em guerra, tomar a iniciativa é essencial. Estaríamos limitados, possivelmente, a uma atuação igual à do Vietnã, em que as duas partes externas tomaram o controle da guerra. Seríamos a bucha para canhão. Cuba estava preparada, através da Rússia, financeira e materialmente, para desembarcar armamento no Brasil, onde já contava com alguma coisa e com elementos por ela infiltrados. E os Estados Unidos, tranqüilamente, não iam deixar sua retaguarda à mercê dos comunistas. E numa hora dessas, de desespero, aceitaríamos ajuda. Nunca pedimos, mas aceitaríamos ajuda dos Estados Unidos ou da Argentina, de alguém que nos fornecesse armamento. Porque, quando chega o desespero, ninguém pode avaliar. Foi esse desespero que, felizmente, as Forças Armadas, basicamente, o Exército, enxergaram antecipadamente. Pelo próprio preparo, talvez pelo exemplo do Vietnã, anteciparam-se na ação e, com o apoio do povo, conquistaram a vitória, em menos de vinte e quatro horas.

Só com a reação armada talvez não tivéssemos tido condições de enfrentar o inimigo tranqüilamente. Mas contávamos com o apoio da população, que nos motivou ao cumprimento de nossa missão constitucional, apelando para que déssemos um basta naquele desgoverno. Este apelo fazia parte dos pronunciamentos proferidos nas Marchas da Família com Deus, pela Liberdade, feitas, particularmente, pela população, e orientadas pelas mulheres de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outras capitais. Este foi o estímulo de que precisávamos no meio civil. Também recebemos o estímulo de boa parte do Congresso, o que chamávamos de "banda de música", extremamente importante: Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, entre outros, nos ajudaram muito, porque viam que estávamos sozinhos. Uma boa parte da imprensa, igualmente, nos apoiou, como *O Estado de S. Paulo*, que tinha começado uma luta contra a ditadura, desde 1937, e continuou. Os seus donos eram autênticos, chegaram a perder o jornal, arbitrariamente, e se exilaram na Argentina. Os Diários Associados nos deram apoio. O *Correio do Povo*, do Rio Grande do Sul, foi outro jornal que nos ajudou, e tinha uma credibilidade imensa, de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul. Sem dúvida, uma colaboração extraordinária.

Esses foram os precedentes que nos possibilitaram desencadear a Revolução, não o "golpe", como eles designam pejorativamente o nosso Movimento, numa aleivosia contra as Forças Armadas, que salvaram o País da ruína a que eles queriam nos levar.

Agora, passada esta fase, gostaria de falar, ligeiramente, sobre o período dos governos militares. Tivemos a felicidade de encontrar um homem extremamente equilibrado, que conhecia muito bem a História nacional e internacional, o General Humberto de Alencar Castello Branco. Ele refletia muito sobre o julgamento posterior da Nação, preocupado em não fazer vítimas para depois se transformarem em heróis. Tínhamos o exemplo de 1937 quando, por um golpe de Estado, Getúlio pôs muita gente para fora, inclusive no Exército. Alguns ladrões e homossexuais, que depois de 1945 julgavam-se heróis, como Nemo Canabarro e muitos outros. Então, tivemos a sorte de escolher, para presidente, o General Castello Branco, que conhecia a História, era desprendido e não tinha apego ao Poder. O erro que cometemos na época, acredito, foi termos imaginado que dentro de dois ou três anos tudo estaria recomposto e poderíamos entregar a Nação aos civis. Deveríamos tê-la entregue, sim, mas, a meu ver, com cinco ou seis anos, após o governo sério, respeitado, moderado, como foi o do General Castello Branco, que teve a coragem de se desgastar dentro do nosso próprio meio, para evitar os excessos. De certo, teríamos tido um resultado melhor.

Após um curto período de Costa e Silva (15.03.67 a 31.08.69), assume a Presidência da República o General Emílio Garrastazu Médici. A esquerda, que vinha preparando ações violentas já há algum tempo, aproveita essa fase para acirrá-las, sob a forma de luta armada. Começam os terrorismos, atentados e seqüestros, que os comunistas chamavam de guerrilha urbana. Empreenderam a luta no campo, que já havia experimentado o exemplo triste das "Ligas Camponesas". Surgiram as guerrilhas de Xambioá, no Araguaia, e do Registro, em São Paulo. Isso obrigou o Governo a um endurecimento na aplicação da Lei de Segurança Nacional, e a reforçá-la com o Ato Institucional Nº 5, considerado pelos comunistas e filocomunistas ato arbitrário de perseguição. O fato é que a luta armada de esquerda – e suas seqüelas – motivaram o alongamento dos governos militares, que jamais tiveram a intenção de perpetuarem-se no Poder. Todavia, impunha-se uma preparação para a transmissão do Poder aos civis. Esta preparação se deu no Governo do General Geisel, com a abertura política, e prosseguiu no Governo do General Figueiredo, que buscou a harmonia nacional através da Lei da Anistia, tão mal e perversamente interpretada nos dias atuais. Desta forma, considerada cumprida a missão que a Nação atribuíra às Forças Armadas, o Poder foi devolvido aos civis, no início de 1985.

Gostaria de comentar, agora, alguns fatos passados que fundamentaram decisões e atitudes recentes na História do País. Em 1935, os comunistas mostram sua

verdadeira face, na tentativa de tomada do Poder no Brasil. Naquele ano, assessorados por elementos estranhos – russos e alemães – e dirigidos por Luís Carlos Prestes, os comunistas fizeram eclodir movimentos revolucionários de terror em Natal e em Recife nos dias 23 e 24 de novembro, respectivamente, concluindo essa triste aventura no Rio de Janeiro, com vinte e oito militares mortos à traição, na madrugada de 27 de novembro de 1935. Esta insanidade ficou conhecida na História como Intentona Comunista de 1935 e causou um trauma muito grande nas Forças Armadas, um marco terrível. Ficamos conhecendo, de perto, o que era ser comunista militante e atentamos para o cuidado que deveríamos ter com o Partido Comunista e a sua preocupação diária, cotidiana, em conquistar o Poder a qualquer custo. Isso nos preocupava. Evidentemente, não creio tivesse sido essa a causa principal da Revolução, mas a influência psicológica foi grande e profunda, um assunto que conhecíamos, temíamos, e nos mostrou tudo aquilo de que eles eram capazes. A Intentona Comunista, um marco de más lembranças, de tanto estigmatizar a alma do militar brasileiro, se lhe encravou na mente, como a alertá-lo: lembrai-vos de 35! Isso se refletiu em 1964.

Outros fatos se originaram do panorama político anterior a 1964. Na verdade, vou enquadrar estes fatos no período de 1955 a 1961. Em 1955, saímos de uma crise que se iniciara em 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas. O País estava em clima de campanha eleitoral para presidente da República. Realizadas as eleições, saiu eleito o Dr. Juscelino Kubitschek, pelo então PSD, em aliança com o PTB, que deu o vice-presidente, o Dr. João Goulart. Juscelino assumiu o Governo e se lançou à construção de Brasília, a qualquer preço, e a outros empreendimentos de alto custo que, ao lado de generosidades com os aliados políticos, levaram o País a uma situação inflacionária perigosa. Não obstante, revelou-se um governante dinâmico, com o lema "50 anos em 5", mas sem se dar conta de quanto aquilo custaria ao povo brasileiro.

Enquanto isso, Jango preparava o terreno, aproveitando-se da situação, segundo suas intenções políticas futuras. Jango não era uma pessoa de profundo preparo cultural e político, apesar de ter acompanhado a experiência de Getúlio, quando foi Ministro do Trabalho. Contudo, entregou-se a uma espécie de demagogia populista que não escolhia conveniência de alianças partidárias. Começou, desde então, seu namoro com os comunistas. Dessa maneira, fomos chegando a 1960, quando novo clima de campanha eleitoral para a Presidência da República se preparava no País. Desta feita, surgiu um candidato esquisito, que vinha de vereador, foi deputado e governador de São Paulo. Era o Dr. Jânio da Silva Quadros, que se candidatara por um partido pequeno, mas com o apoio da então UDN. Sua maneira

de fazer política entusiasmava e conquistava o eleitorado, incluindo propostas de saneamento e moralização da administração pública. Sua característica política ficou retratada no "homem da vassoura". Realizadas as eleições, foi eleito o Dr. Jânio Quadros com a maior votação já havida, mais de seis milhões de votos. Como vice-presidente, foi eleito o Dr. João Goulart, pela chapa de oposição a Jânio, e com o apoio dos comunistas.

Tudo bem. Jânio Quadros assume o Governo no início de 1961 e começa a pôr em prática suas idéias moralizadoras, que empolgam o povo e lhe reanimam as esperanças de um Brasil cada vez mais promissor. Foram sete meses de governo sério. O povo sempre mais confiante. Essa confiança, porém, se desmoronou no dia 25 de agosto de 1961, quando Jânio, de maneira inesperada, resolve renunciar à Presidência da República. Pouco tempo antes tomara outra decisão inexplicável: condecorara o revolucionário comunista cubano Che Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Assim, a presença efêmera de Jânio Quadros, no cosmo governamental do Brasil, foi como a luz irrequieta de um astro enlouquecido e fugaz.

Se a renúncia decepcionou a Nação, a condecoração deixou-nos uma grande dúvida: de que lado estava Jânio? Ao lado de tudo isto, Jango, o vice-presidente, que, pela lei, era o substituto de Jânio, além de sua aliança com as esquerdas, estava, no dia da renúncia, perambulando pela China Comunista, o que aguçou a desconfiança nacional. Daí, várias crises estavam à vista: a crise econômica, nascida da inflação crescente; a crise política, oriunda da improbidade da maioria dos políticos; a crise institucional, visível na expressão pouco recomendável de Jango para assumir o Governo do País, e outras, em fermentação. As Forças Armadas comungavam da desconfiança do povo em relação a Jango. Assim, os três ministros militares sugeriram ao Congresso estudar uma forma de reduzir os poderes do presidente da República. Foi aí que surgiu o parlamentarismo, adotado como forma de governo, naquelas circunstâncias.

Jango é, então, empossado. Mas, no parlamentarismo, o presidente é apenas o chefe de Estado, quem governa mesmo é o primeiro-ministro, escolhido pelo Parlamento. Então, os aliados de Jango, em especial os comunistas, caíram em campo, em busca do retorno ao presidencialismo, através de um plebiscito, por eles completamente manipulado. Realizado o plebiscito, vence o presidencialismo e Jango passa a governar com todas as forças que a Constituição lhe permite. Os comunistas se infiltram, com a conivência do Presidente, em todos os escalões do Governo e comandam quase todos. Os sindicatos são por eles dominados. Entidades como a UNE, a CGT, a CNTI, a PUA e outras estão nas mãos dos comunistas e

orientam todos os tumultos e greves nos meios estudantis e sindicais. Nas Forças Armadas, a hierarquia e a disciplina são ameaçadas, em especial pelo cunhado do Presidente, Leonel Brizola, que insuflava sargentos contra oficiais. Aqui no Ceará, as atividades subversivas eram as mesmas do restante do Brasil: greves, badernas e tumultos de estudantes e trabalhadores. Era esta a situação vivida entre 1963 e 1964, tumultuada e perigosa, nas capitais e no campo.

As "Ligas Camponesas" eram uma organização terrorista criada pelo comunista Francisco Julião, mais conhecido como Chico Julião, para espalhar a violência no campo, através de invasões de propriedades, assassinatos, seqüestros, e agressões de toda ordem, impingindo o medo e formando núcleos eleitorais pró-comunistas. Inicialmente, essas "Ligas Camponesas" desenvolveram suas ações criminosas nos sertões de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, no interior do Nordeste. Depois, estenderam-se, conforme já citei, a outras áreas do País, principalmente ao Estado de Goiás, mais especificamente aos municípios de Formoso, distrito de Trombas, e, mais tarde, Araguaia. As ações criminosas das ligas camponesas se robusteceram e se ampliaram em virtude do apoio oficial, sob a influência dos comunistas junto à alta administração federal. Para se ter uma idéia da gravidade da situação, vou citar o caso do distrito de Trombas, município de Formoso-GO, com base em documentação oficial a que tive acesso. Ali existia um cearense, José Porfírio de Sousa, mais conhecido como Zé Porfírio, que tinha o comando total da área e mantinha quatrocentos homens em armas. Não se sabe de onde vinha o armamento, mas se pode imaginar. Quando ocorriam eleições em Formoso, os mil e duzentos votos do distrito de Trombas iam todos para Zé Porfírio ou para o candidato que ele apoiasse. Os outros candidatos recebiam "zero voto". Outra área infectada era Araguaia, famosa, mais tarde, por emprestar esse nome – "guerrilha do Araguaia" – aos focos guerrilheiros que por lá se instalaram. De início, como um núcleo denominado "guerrilha de Xambioá".

Por aí se vê a interligação desses movimentos subversivos – "Ligas Camponesas" do Nordeste, "Ligas Camponesas" de Goiás, guerrilhas do Araguaia – alimentados por elementos treinados no exterior e experimentados nas guerrilhas urbanas e nos tumultos provocados nas capitais. Eram, sobretudo, estudantes universitários, sindicalistas e trabalhadores. Todos influenciados e arrebanhados pelos comunistas aliados a Jango.

Outro quisto perigoso que se estava formando eram os chamados "grupos dos onze" – organizados por Leonel Brizola – espalhados pelas cidades e pelo interior para irradiar o terror e a violência. Brizola visava, com esses grupos, a formar uma força de sustentação do futuro governo comunista que esperava instalar-

se no País. Era uma espécie de "guarda bolchevista" da Rússia, em 1917. Pois bem, era esta, resumidamente, a situação estrutural da subversão comunista no Brasil, no final de 1963 e começo de 1964.

A partir de março de 1964, as ações foram-se tornando mais ousadas, mais às claras, com o envolvimento cada vez maior da cúpula governamental.

Dentre os episódios mais graves, reitero o que já afirmei, sobre o Comício da Central do Brasil. Realizado a 13 de março de 1964, ao lado do então Ministério da Guerra, a ele compareceram o Presidente da República e todos os ministros, inclusive os militares. Parecia uma provocação. Nesse comício, em que falaram vários oradores, entre eles Leonel Brizola, o mais exaltado, exigiam-se, entre outras extravagâncias, as reformas de base, "na lei ou na marra", maior poder aos sindicatos e o fechamento do Congresso. Logo em seguida, urdido pelos comunistas como demonstração de indisciplina nas Forças Armadas, deu-se o chamado "levante dos marinheiros", comandado pelo Cabo Anselmo e apoiado pelo Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais. O Ministro da Marinha tentou punir os amotinados, mas foi demitido pelo Presidente Jango. Enquanto isto, outras arruaças de praças indisciplinados se verificaram, sobretudo no Rio de Janeiro. No dia 30 de março de 1964, sargentos e cabos das três Forças ofereceram um almoço ao Presidente da República e a seus ministros, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Durante os discursos, repetiram-se as mesmas exigências do comício da Central do Brasil.

Esses três episódios mostravam o avanço das ações comunistas na direção da tomada do Poder, a ponto de Luís Carlos Prestes, o chefe maior de todos os comunistas do Brasil, pronunciar, no Recife, a seguinte frase: "Nós, os comunistas, já estamos no Governo, só nos falta o Poder". Esse pronunciamento confirma a intenção comunista da tomada do Poder que, aliás, estava prevista para o dia 1º de maio de 1964, Dia do Trabalho, conforme indicava a documentação da cúpula comunista, apreendida na época. Então, esses três eventos, associados ao "1º de maio" e ao estímulo das Marchas da Família com Deus, pela Liberdade, apressaram o desencadeamento da Revolução e precipitaram o seu eclodir para 31 de março de 1964.

Agora, vou citar aqueles que considero os principais líderes do Movimento de 1964: o General Castello Branco que, desde muito, arquitetava discretamente uma maneira de reagir e que fez conhecer a sua orientação por meio de documento "reservado", de 20 de março de 1964. Os generais Mourão Filho, Carlos Guedes e Muricy, que deram início ao Movimento. O Marechal Odylio Denys, que coordenou o início do Movimento em Minas Gerais. O General Costa e Silva que, desde muito, articulava o Movimento. No meio civil destaco, entre muitos, os governadores

Carlos Lacerda, do então Estado da Guanabara, grande e imbatível líder; Adhemar de Barros, de São Paulo; e Magalhães Pinto, de Minas Gerais.

O que aqui está dito é dirigido a todos os brasileiros, incluindo os derrotados de ontem, e certa mídia, que hoje tenta, por todos os meios, os mais pífios e pérfidos, desfazer a imagem real da Revolução de 1964. Considerá-la "golpe imposto pela guerra fria americana" é desconhecer ou tratar, com má-fé, a história da guerra fria inventada por Stálin, durante a Segunda Guerra Mundial, para usurpar e dominar a Europa Central. A guerra fria de Stálin se estendeu a todos os países, depois da Segunda Guerra, com a intenção do domínio comunista do mundo. Encontrou reação porque guerra unilateral não existe, guerra só existe entre dois lados antagônicos. Se houve guerra fria no Brasil, foi do lado dos comunistas, que foram derrotados e, agora, vêm com essa história do "tatu que perdeu o buraco". Será que os comunistas consideram a Intentona de 1935, quando eles sofreram a primeira derrota, como fruto da guerra fria americana? Em 1935 não havia guerra fria, mas a intenção comunista era a mesma de 1964: a tomada do Poder. Foram derrotados em ambas as datas. Mesmo derrotados em 1935, os comunistas ainda tentaram fender a união das Forças Armadas, infiltrando elementos doutrinados no seio delas. Houve oficiais do Exército que se empolgaram com o marxismo e, discretamente, esforçavam-se em conquistar adeptos no seu meio, até na Escola de Comando e de Estado-Maior, como foi o caso do Carneiro, do Corbusier e de outros. Foram expulsos do Exército sem conseguir o intento comunista de rachar a união entre seus integrantes. Esta união se manteve intacta não só no seio de cada Força, mas também entre as três Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica. E os sacrifícios por que passaram, as sensações de risco vividas em conjunto, a vitória rápida e incruenta, concorreram para robustecer aquela união e a coesão nas Forças Armadas.

A Revolução de 1964 envidou todos os esforços para reduzir, ou mesmo eliminar, a miséria, a ignorância, o capitalismo corrupto e a política enganosa. Essas mazelas, no seu conjunto, fornecem o caldo de cultura com que se alimenta o comunismo. Todavia, a eliminação de tais mazelas exige, através de medidas sérias e sinceras, no mínimo, pelo menos o período de uma geração, período este que, jamais, esteve nas cogitações da Revolução. O comunista se serve da miséria para se autopromover como "bonzinho". Todo movimento de desprotegidos tem comunista por trás. Aproveita-se da ignorância para mentir e enganar. Condena, mas aceita o capitalista corrupto como o seu fornecedor de miseráveis. Faz vista grossa à política enganosa, porque é seu campo de ação. É por causa disto que o comunismo ainda sobrevive no Brasil. Além disso, há comunista que não gosta de

trabalhar, mas se julga com direito de viver à custa de quem trabalha. Aqui em Fortaleza, conheço um cidadão, apelidado de "Tio Patinhas", comunista do PC do B, da linha albanesa, que considera esta "linha" a mais pura do comunismo. Ele tem um irmão, ex-oficial do Exército, muito inteligente e capacitado. "Tio Patinhas" diz para o irmão que não é comunista:

– Meu irmão, você tem que me sustentar, porque eu só trabalho para o comunismo.

Isto chega às raias do cinismo. O outro comunista desembuchava o seguinte raciocínio:

– Nós temos que fazer a revolução comunista para destruir o capitalismo. Precisamos de capital para fazer a revolução.

Este comunista ou é imbecil ou pensa que os outros o são. Estes são casos que ilustram o que é comunismo. Como já disse, este comunismo ainda sobrevive porque encontra ambiente favorável à exploração dos antagonismos, das contradições sociopolítico. Se reduzirmos ou eliminarmos a miséria, a ignorância, a corrupção, a exploração política e os desníveis sociais, o comunismo morre de inanição. Essa missão, porém, exige o empenho sério e decidido de todos os governos de todos os níveis, de toda a sociedade, do professor, do profissional liberal, da classe empresarial, enfim, da sociedade mobilizada. A mídia, os formadores de opinião pública têm um papel extremamente importante nessa tarefa, senão estivessem tão comprometidos com aspectos contrários.

Por falar na mídia, que tem sido levianamente severa com a Revolução de 1964 e com as Forças Armadas, especialmente com o Exército, é de admirar o espírito isento de julgamento do povo brasileiro. Recentemente, o Exército, dentre várias instituições, recebeu um dos mais elevados conceitos; mais de 80% de manifestações favoráveis. A que se deve tão animador conceito? À confiança que o povo deposita em suas Forças Armadas, em especial, no Exército. O povo julga pelo que sabe e pelo que sente. Sabe, conhece a sinceridade e a dedicação do que se pensa nos quartéis, através dos milhares de jovens que, anualmente, prestam o serviço militar e saem, física e mentalmente, hígidos e felizes. São vozes permanentes de defesa das Forças Armadas, cuja presença confiável é sentida pelo povo na tradição de sua ação decisiva em defesa do Brasil, como ocorreu em 31 de março de 1964.

Finalmente, sem a pretensão de expedir uma mensagem na acepção da palavra, gostaria que as pessoas desapaixonadas se detivessem – mesmo que não tenham o nosso pensamento – sobre as causas da Revolução, sobre o comportamento das Forças Armadas e dos seus presidentes. Refletissem sobre o que eles fizeram

em benefício do Brasil. Meditassem sem paixão, sobre esses problemas. E que isso servisse para formar uma opinião, não envenenada, a respeito do que foi e do que se deve pensar sobre a Revolução de 1964.

Por sua formação legalista e voltada, sempre e unicamente, para a defesa da Pátria, as Forças Armadas jamais pensaram em fazer uma Revolução destinada especificamente à tomada do Poder. Foram forçadas a fazer a Revolução de 1964 com o objetivo claramente exposto, a 30 de março de 1964, por seu chefe, o General Humberto de Alencar Castello Branco. De fato, em documento escrito, do próprio punho, e entregue ao General Adalberto Pereira dos Santos, então comandante da 6ª DI, em Porto Alegre, através do Coronel Confúcio Pamplona, o General Castello Branco afirmava ser objetivo da Revolução: restabelecer a federação, eliminar o plano comunista de tomada do Poder, defender as instituições militares e estabelecer a ordem para o advento das reformas legais – este, o item que considero mais importante.

A preocupação dos presidentes revolucionários, particularmente do seu primeiro presidente, em evitar os excessos e não fazer injustiças, deveu-se à idéia fixa de construir uma Nação e não vingar-se de quem quer que fosse. O Brasil deve à Revolução o fato inconteste de ter evitado uma guerra fratricida como acontecia, então, no Vietnã. Teríamos a Rússia, via Cuba, com os comunistas de um lado e os Estados Unidos do outro, apoiando-nos, quiséssemos ou não. Esse é o maior mérito da Revolução. Isto justifica, a meu ver, até mesmo os eventuais desvios de conduta de alguns. A Revolução, que não foi provocada por nós, foi o preço mais barato que o Brasil teve que pagar para sair do caos.

Tenente-Coronel Elias Lima Barros

- Natural da Cidade de Itaiçaba–CE.
- Dentre as funções exercidas no Exército, destaca-se a de Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Fortaleza. Serviu no 15º Regimento de Infantaria, João Pessoa-PB e no 23º Batalhão de Caçadores, Fortaleza-CE.
- Atividades civis: Chefe do escritório da SUDENE/CE, durante doze anos.
- Cursos civis e militares: Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Ceará; Escola Preparatória de Fortaleza; Academia Militar das Agulhas Negras, Arma de Infantaria; e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.
- Ao eclodir a Revolução de 1964, era Major, Chefe da 2ª Seção da 25ª Circunscrição do Serviço Militar, Fortaleza.

Entrevista realizada em 14 de dezembro 2000.

Se me perguntarem qual o motivo que levou os militares à Revolução de 1964, eu, de pronto, respondo que não houve nenhum interesse, nenhuma intenção, nenhuma vontade na ocupação do Poder. O objetivo foi outro, bem superior: livrar o Brasil de ser dominado pelos comunistas. Tudo se encaminhava de acordo com os interesses do Presidente João Goulart, em obediência a normas, a instruções do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sob a liderança de Luís Carlos Prestes.

Como tudo girava em torno do Presidente, convém relembrar suas peripécias à frente do Governo, as quais transtornaram a normalidade do País. Em 1961, João Goulart assume a Presidência da República, em decorrência da renúncia do Presidente Jânio Quadros, depois de uma série de contratempos políticos. O Presidente João Goulart permitiu uma série de tumultos e desordens, que já vinham contrariando e preocupando grande parte da sociedade brasileira. Vivia-se um verdadeiro clima de tensão social, em conseqüência das constantes greves, atos de terrorismo, assaltos, desacato às autoridades e, o pior, vários casos de quebra da disciplina militar,o que intranqüilizou as Forças Armadas e as deixou de sobreaviso. A essas ações, desencadeadas nas grandes cidades por organizações classistas lideradas pelo PCB, como Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), União Nacional dos Estudantes (UNE) e Pacto de Unidade e Ação (PUA), vieram associar-se outros movimentos de mesmo diapasão e origem ideológica, em pontos diversos do País. Sempre com a conivência do governo, infiltrado de comunistas em todos os escalões.

No Nordeste, as atividades desagregadoras do Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, estendiam-se à zona canavieira, provocando o desentendimento entre usineiros e trabalhadores. No interior de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, as “Ligas Camponesas”, lideradas por Francisco Julião, espalhavam o terror e a violência entre os trabalhadores do campo. No Sul, desconsertava-se toda a harmonia social, através da palavra incendiária do cunhado de João Goulart, Leonel Brizola, autor da expressão “na lei ou na marra”. Não restava dúvida de que estava em curso, partindo do seio do próprio Governo, um processo de conspiração para a entrega do poder ao comunismo internacional. No dia-a-dia, a situação ia-se tornando cada vez mais grave, até o ponto em que três episódios, provocando a repulsa nacional ao estado de coisas a que chegara o País, forçaram a reação do povo brasileiro, que apelou para suas Forças Armadas no sentido de darem um basta naquela situação.

Refiro-me, inicialmente, ao comício realizado no dia 13 de março de 1964, conhecido como comício da Central do Brasil, concentrado ao lado do então Ministério da Guerra. Este comício foi palco de arruaças, desordens, tumultos e ameaças a instituições nacionais e contou com a presença do Presidente da República e de

todos os seus ministros, inclusive os militares. As entidades comunistas comandavam o espetáculo e faziam agitar as bandeiras com a foice e o martelo. Os discursos exigiam as reformas "na lei ou na marra", o fechamento do Congresso Nacional e todo poder aos sindicatos, provocação dirigida, principalmente, às Forças Armadas, cujos ministros, comprometidos com o Governo, autorizaram dispositivos militares de segurança a essas desordens. A segunda ocorrência teve lugar no dia 26 de março de 1964: foi a Rebelião dos Marinheiros no Rio de Janeiro. Um grupo de marinheiros se amotinou sob a liderança do Cabo Anselmo, recebeu o apoio do Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais e, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, promoveu reuniões de cunho político-ideológico. A tônica dos pronunciamentos e o sentido do próprio ajuntamento revelavam profunda agressão à disciplina militar. O terceiro episódio ocorreu no dia 30 de março de 1964, na sede do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, quando sargentos das três Forças Armadas ofereceram um almoço ao Presidente da República e a seus ministros. Os pronunciamentos não esconderam o sentido político-ideológico que os embasava e repetiram as mesmas agressões e ameaças do comício da Central do Brasil. Esses três fatos, porém, representam apenas pontos culminantes da anarquia política e da agressão à disciplina militar.

No decorrer desse processo subversivo, que se aprimorou durante o Governo Jango, o povo não ocultou a sua preocupação com o rumo a que estava sendo levado o País pela própria equipe do Governo, ensandecida pela ideologia comunista. O povo foi às ruas e, através das Marchas da Família com Deus, pela Liberdade, realizadas nas grandes capitais brasileiras, formulou um veemente apelo às Forças Armadas para que cumprissem a sua missão constitucional. Solidárias, as suas lideranças, da ativa e da reserva, articularam-se no sentido de atender ao apelo que a Nação brasileira, angustiada, lhes dirigia. Desta forma, a vontade soberana do povo brasileiro, encontrando eco nas Forças Armadas, deu a resposta legítima e fulminante ao processo subversivo-ideológico, através da deflagração da Revolução, no dia 31 de março de 1964. Daí para frente, iniciou-se e desenvolveu-se um processo de resgate da seriedade político-administrativa do País, sob o primado da liberdade com desenvolvimento, da ordem com progresso, que se estendeu até 1985, sob a orientação dos governos militares. Então, iniciou-se o ciclo dos presidentes militares, com a posse do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, em 15 de abril de 1964, eleito pelo Congresso Nacional.

O Presidente Castello Branco, no seu discurso de posse, já anunciava uma arrancada para o desenvolvimento, dentro de um clima de ordem e respeito às leis. E os resultados desta arrancada não se fizeram esperar. No primeiro decênio,

tivemos uma queda da inflação, de 96% para 12%, e um crescimento econômico girando em torno de 7%. Deu-se, nessa época, o chamado "milagre brasileiro", em decorrência da expansão industrial e agrícola e do controle da inflação, o que gerou um crescimento econômico bem significativo, entre 8% e 10%. Além disso, nos governos militares implantou-se um plano de governo, o Plano de Integração Nacional, que promoveu o desenvolvimento da infra-estrutura sócio-econômica nacional. Impulsionou a infra-estrutura das telecomunicações, das rodovias, das ferrovias, dos portos, da navegação de cabotagem, do setor de energia, com a construção das hidrelétricas de Itaipu, de Tucuruí e Boa Esperança e com a incrementação de outros projetos energéticos. Essa dinâmica planejada produziu aquilo que o povo pedia na rua: tranqüilidade e desenvolvimento econômico, dentro de um clima de paz e de respeito às leis.

Tudo corria de acordo com o planejamento cuidadosamente elaborado e dentro da legitimidade das medidas revolucionárias adotadas. Por volta de 1968 – já no Governo Costa e Silva – no entanto, uma facção revanchista, violenta e antipopular, resolveu desestabilizar o governo revolucionário, intensificando o terrorismo e promovendo as guerrilhas rural e urbana por meio de elementos treinados em Cuba, na China, na URSS, na Albânia e em outros países comunistas. A essas ações terroristas e de guerrilha denominaram "luta armada". Para combater essa luta armada, o governo foi obrigado a desviar meios do esforço construtivo, a endurecer a Lei de Segurança Nacional e a editar o Ato Institucional Nº 5. Todavia, com a graça de Deus e o esforço do Governo Médici, a luta armada foi dominada com relativa rapidez, deixando, mesmo assim, um rastro de violência e mortes, provocadas pelo terrorismo, pela guerrilha e pelo combate a essas ações de esquerda. Cessada a causa, cessou o efeito, isto é, dominada a luta armada, perdeu o sentido a continuidade do AI-5, revogado pelo Presidente Geisel, que deu início à chamada abertura política, com vistas a buscar a reconciliação nacional. Com isso, pacificar-se-ia a Nação e já se poderia pensar em restituir o poder aos civis, uma vez afastado o perigo comunista. Este, o passo final dado pelos governos militares. As medidas preparatórias e necessárias para a transferência do poder aos civis ficaram a cargo do Governo Figueiredo, que as coroou com a promulgação da Lei da Anistia.

De maneira geral, foi assim que se desencadeou a Revolução de 31 de Março de 1964 e foi este o quadro por ela desenhado ao longo de vinte anos, entre 1964 e 1985. Foi um período que muito marcou a vida militar, muito bem retratado num pensamento arquivado no Clube Militar, que me permito ler: "Orgulhosos estão os que cumpriram o seu dever como Deus permitiu que o fizessem. Orgulhosos estão todos os brasileiros, que sabem avaliar a grandeza e o significado do caminho

da reconciliação nacional que nos foi legado por Caxias e pelos de sua época. Orgulhosos do Brasil estarão nossos filhos e netos e os que vierem depois, por poderem prosseguir no caminho da liberdade, da Justiça e das realizações que lhes pudermos legar".

Até este ponto, ative-me em comentar a Revolução nos seus aspectos mais imediatos, nos fatores mais diretos de sua eclosão, nas circunstâncias que mais a envolveram, decorrentes de posicionamentos do próprio governo de então. E nos lances político-administrativos inspirados na sua própria essencialidade de pensamento, que mudaram a face do Brasil.

De agora em diante, apresentarei o que penso sobre os fatores mais remotos, aspectos sócio-políticos que antecederam o Movimento de 1964, sua vigência e realizações, e algumas perspectivas que projetam, no tempo, certas possibilidades com relação ao Brasil.

Inicialmente, não se pode deixar de falar da Intentona Comunista de 1935, como uma causa remota. As características de covardia, traição e violência de que se revestiram as ações dos comunistas brasileiros, estimulados pelo Movimento Comunista Internacional (MCI), traumatizaram a Nação e as Forças Armadas, em particular o Exército, que teve vinte e oito de seus integrantes mortos, enquanto dormiam, na noite de 27 de novembro de 1935. Foi, no mínimo, uma causa psicológica. Acredito mesmo que se a Intentona Comunista de 1935 não foi a principal causa da Revolução de 1964, pelo menos deixou cravado em nossa mente um dos episódios que mais contribuíram para a sua eclosão, por dois motivos principais: pôs em evidência os meios sórdidos empregados pelos comunistas para a tomada do Poder e o repúdio que o militar bem formado passou a dedicar a tais ações comunistas e às suas intenções.

João Goulart, antes mesmo de se deixar dominar pelos comunistas, já não contava com a confiança do povo brasileiro, que o via como um político aventureiro, capaz de qualquer conchavo para alcançar o seu objetivo, o Poder. Ao assumir a Presidência da República, a sua aliança com os comunistas, o seu despreparo para o exercício do governo, a sua omissão e o seu demagogismo populista acentuaram o descrédito e a intranqüilidade da Nação. O estado de desordem implantado no País, com a sua conivência, confirmava a sua irresponsabilidade.

A subversão estava em plena evidência. Os conceitos marxistas e da Internacional Comunista eram discutidos nas universidades, nas praças públicas, nas ruas, em todos os lugares, um verdadeiro processo de convencimento de massa. Uma elite intelectualizada se aproveitava da boa-fé e do entusiasmo dos jovens, dos operários, do homem do campo e até dos graduados das Forças Armadas, e

disseminava princípios ideológicos, num processo de subversão da ordem, com vistas à tomada do Poder. Os *slogans* mais conhecidos na época eram os da "reforma de base", da "reforma agrária", "na lei ou na marra". Era o que se ouvia, não só nas universidades, mas nas praças públicas e nas ruas.

Tudo isso desaguou naqueles três episódios de que já falei. Superpostos, por sua gravidade, precipitaram o irrompimento da Revolução. O comício da Central do Brasil, ao lado do então Ministério da Guerra, a Rebelião dos Marinheiros e o almoço no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, esses três acontecimentos puseram a nu a intenção comunista de afrontar e desmoralizar as Forças Armadas, quebrando, assim, a disciplina militar. Por outro lado, a acomodação diante desses episódios significaria a capitulação das forças vivas do País e demonstraria a fragilidade do povo brasileiro para se opor ao esquema comuno-janguista. Isso precipitou a convicção de vitória de Luís Carlos Prestes, ao pronunciar aquela célebre frase: "Nós, os comunistas, estamos no Governo, falta-nos apenas o Poder".

Apesar da aparente invencibilidade de tal esquema, três instituições – o Congresso Nacional, a Igreja Católica e a Imprensa – embora não agissem aberta e desassombradamente, com a freqüência necessária, não concordavam com a situação criada. O Congresso estava sob pressão, ameaçado de fechamento, caso não aprovasse as "reformas de base". Reagiu o quanto pôde, e a maioria de seus integrantes apoiaria qualquer movimento capaz de dar um basta naquele estado de coisas. A essência da doutrina católica, a perseguição e o martírio de padres católicos nos países comunistas e a negação marxista da religião jamais levariam a Igreja a apoiar a comunização do Brasil. Na verdade, a grande maioria dos padres e bispos católicos não só apoiaram, mas estimularam as Marchas da Família com Deus, pela Liberdade, o que significava antecipar aprovação a qualquer movimento que anulasse o esquema comuno-janguista. Da mesma maneira se vinha comportando a Imprensa. Os grandes jornais da época – *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* e outros – investiam freqüentemente contra a desordem criada e até estimulavam o surgimento de algo que pusesse um fim àquela situação. Era a manifestação do apoio antecipado à Revolução. Não incluo aqui os jornais governistas, como a *Última Hora*, que alimentavam lá os seus interesses.

Curioso é que certa mídia, hoje, tem um comportamento hostil à Revolução, uma herança, acredito, dessa imprensa janguista, orientada e conduzida por maus brasileiros, e sem nenhum interesse em recompor, com exatidão, a verdade dos fatos ocorridos em 1964. Ao contrário, prefere encobri-la com o manto negro da mentira e da falsidade, escondendo, da opinião pública, a evidente participação da vontade nacional na eclosão da Revolução Democrática de 31 de Março de 1964.

Elementos de esquerda, através dessa mesma imprensa comuno-marxista, não se cansam de insinuar ter sido a Revolução o resultado de imposição norte-americana, através da guerra fria, taxando-a de "golpe militar". Assim, forjam a idéia de que o Brasil era subserviente aos EUA, mas esquecem o que hoje aprovam, em mascarada aliança com os "neoliberais" nacionais. Escondem a cronologia da guerra fria, que sabem ter sido uma invenção de Stalin, como meio de expansão do comunismo no pós-guerra. Aliás, a guerra fria nasceu ainda durante a Segunda Guerra Mundial, para efetivar a intenção comunista de domínio do mundo. Se houve guerra fria em 1964, foi única e exclusivamente comunista. Na verdade, os desatinos comunistas praticados durante o Governo Jango provocaram uma reação generalizada do povo brasileiro que, apelando para o espírito de brasilidade de suas Forças Armadas, efetivou o desmantelamento daquele governo e de seus agentes. Iniciativa legítima, genuína e interna, simbiose entre a vontade do povo e o seu segmento armado.

As Forças Armadas, na ânsia de atender ao chamamento da Nação, arrostaram sacrifícios de várias naturezas, mormente na condução do período revolucionário. Mas cumpriram o seu dever de resguardar e de aprimorar a democracia com responsabilidade. E saíram robustecidas na sua união e na sua coesão, porque souberam restaurar a ordem institucional com espírito de desapego ao poder, promovendo a abertura política e promulgando a Lei da Anistia, prova irrefutável de sua intenção de conciliação nacional.

A atuação das Forças Armadas brasileiras, de 1964 a 1985, não teve a motivação de nenhuma ideologia escudada em filosofia expansionista de tomada do poder, com prejuízo para a vida democrática de um povo, como eram as filosofias comuno-marxista e nazi-fascista. A atuação e o comportamento dos militares foram providos de princípios nobres – fulcro de sua legitimidade – e sublimaram os fins a que se propuseram. Impunha-se, naquele momento conturbado da vida brasileira, preservar a soberania nacional e a democracia contra as agressões comunistas. Promover o desenvolvimento com ordem e responsabilidade. Desenvolver a liberdade com consciência, fundamentando-a numa base educacional aprimorada. E garantir o bem-estar social dentro de um processo de distribuição da riqueza, com justiça. Estes foram os principais objetivos perseguidos e, em grande parte, conquistados pela Revolução, com respeito à dignidade da pessoa humana, mas também com respeito à autoridade constituída, muito confusa nos dias de hoje. Nesses princípios se delineava o que se pode chamar de "ideologia do todo nacional para o seu povo", síntese de pensamento nosso, puramente brasileiro, expressão de nossa consciência histórica de povo livre.

Entretanto, o desenrolar do período revolucionário não se deu pacificamente. Os inconformados com o fracasso de suas iniciativas desatinadas partiram para um "revanchismo" mais desatinado ainda, empregando o terrorismo e a guerrilha, com elementos jovens envenenados pelo marxismo e treinados nos países comunistas. Para combatê-los, fez-se necessário endurecer a Lei de Segurança Nacional e promulgar o AI-5, conforme disse anteriormente. Por outro lado, a duração do período revolucionário poderia ter sido abreviado, não fora a insegurança provocada por esses grupos de esquerda. É tradição da ética militar brasileira, comprovada em vários episódios da vida nacional, desinteressar-se pelo Poder. Apenas em 1964, após uma ação vitoriosa, tiveram os militares que assumir a direção político-administrativa do País em face da insegurança que ameaçava as instituições e o povo brasileiro. Entenderam os militares que enquanto perdurasse tal estado de insegurança deviam permanecer à frente do Governo. De fato, logo que cessaram as ameaças à paz interna, os presidentes militares prepararam o ambiente político-jurídico exigido para a transmissão do Poder aos civis, o que se verificou em 1985.

Fala-se hoje, com freqüência, de cerceamento da liberdade de imprensa, de expressão do pensamento, de expressão artística e de tortura contra presos, durante os governos militares. Eu diria que a responsabilidade do Governo – chamado para restabelecer a ordem – exigiu, em determinada ocasião, alguma medida de exceção, a fim de evitar o clima de desestabilização que já estava ocorrendo com os atentados, os seqüestros, os atos de terrorismo e outras ações violentas. Quanto à prática de tortura, deve ter havido casos isolados e lamentáveis, jamais com o aval do Governo. Tudo decorreu do estado emocional que envolvia os protagonistas, mas nunca esteve no pensamento do Governo Central apoiar tais ilícitos. Houve um fato elucidativo nesse sentido: a decisão do próprio Presidente Geisel. Ao tomar conhecimento do caso do jornalista Vladimir Herzög, em São Paulo, de imediato afastou das funções o Comandante do II Exército. Essa decisão demonstra a repulsa do militar brasileiro a atos de violência e "revanchismo", resultado de sua formação e, sobretudo, de sua índole, herdada do nosso povo, de que é parte integrante.

Nota-se com clareza que o "revanchismo", o ódio e a violência estão ocultos nesses comentários depreciativos e até infamantes, sobretudo da mídia, contra os governos militares, extensivos aos militares brasileiros de um modo geral. Se, de um lado, comentam o cerceamento da liberdade e a tortura, de outro, tentam omitir ou subestimam as realizações empreendidas pelos governos militares. Pela importância das realizações empreendidas, volto a comentá-las setorialmente. No campo da infra-estrutura, por exemplo, tivemos significativo e inegável avanço nas telecomunicações, na navegação de cabotagem, nos portos, nas rodovias e nas

ferrovias. No setor energético, a construção das hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí e Boa Esperança. Também verificou-se expressivo aumento no estudo e nas pesquisas de prospecção do petróleo e na produção de aço. No campo social, destacam-se a criação do Banco Nacional de Habitação, o estabelecimento de um salário mínimo mais abrangente, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Recentemente, uma publicação jornalística enfatizava que o FUNRURAL foi a mais importante medida, no campo social, dos últimos cinqüenta anos.

Lamentavelmente, essas realizações não tiveram prosseguimento nos governos subseqüentes aos governos militares. Basta atentar para o estado em que se encontram as nossas estradas e para o abandono do programa de produção de energia, ameaçando de racionamento o seu uso e limitando o desenvolvimento e o bem-estar do povo. A julgar pelo esquecimento do Estatuto da Terra, também não há interesse em solucionar o problema agrário, sujeito a tumultos político-ideológicos a infernizar a vida do homem do campo. Na época da construção de Itaipu, os maledicentes diziam que era um elefante branco. Hoje, um grande percentual da energia fornecida ao Centro/Leste do Brasil vem de Itaipu. O Porto de Tubarão-ES, o Porto de Itaqui-MA, a Ponte Rio – Niterói e muitas outras foram obras dos governos militares.

É bom que se diga que todos esses empreendimentos não ensejaram desvios ou malversação de recursos públicos, porque havia uma moral a preservar e uma autoridade que se fazia respeitar. O militar, escravo de sua própria consciência, fruto, em grande parte, de sua formação e do respeito ao povo a que pertence, jamais pensou em tirar vantagem da situação a que fora chamado a resolver. A honestidade e a seriedade com que tratou os problemas da coisa pública permitiram os incontáveis benefícios trazidos à Nação e ao povo brasileiro. Mesmo assim, jamais animou os militares a idéia de continuarem no Poder. Reagiram, mesmo, à assunção do Poder e só o fizeram em face das circunstâncias críticas então vividas. A formação do militar, repito, criou-lhe a tradição, que se impregnou na sua índole, no seu temperamento, de não lutar pelo Poder e muito menos nele se perpetuar, pois sua missão constitucional não é governar, mas defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Restaurada a segurança interna, livre das desordens, do terrorismo, das guerrilhas e de outras ações violentas das esquerdas, enxergaram os militares a oportunidade de restituir o Poder aos civis e o fizeram em 1985.

Apesar de o comunismo ter tido as suas ações violentas neutralizadas entre 1964 e 1985, período que os seus adeptos denominaram de "anos de chumbo",

não se iludam os brasileiros, muito menos os jovens do Brasil. O comunismo se debilitou com a queda do Muro de Berlim, seguida da derrocada da União Soviética, mas isto não significa que ele tenha implodido ou sido erradicado da face da Terra. Ele teima em sobreviver à custa da miséria alheia causada, muitas vezes, por um capitalismo perverso e ganancioso, gerador de políticos corruptos e inconscientes da grandeza da pessoa humana, que preferem vê-la na miséria, na ignorância e no atraso, para explorá-la mais facilmente. Mas é aqui que o comunista encontra alento para sobreviver e até para se robustecer. Poucos brasileiros têm muito, e muitos brasileiros nada têm. Ou, os ricos estão cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres. Conseqüentemente, presas fáceis das hostes comunistas, agora mimetizadas de boazinhas: “direitos humanos”, “ecologia”, “liberdade”, “caridade” e outros sentimentos nobres, no conjunto, abusivamente utilizados como chamariz aos menos avisados, sobretudo aos jovens.

Pesquisas recentes constatam ser o Brasil o país mais corrupto da América Latina, e a Fundação Getúlio Vargas chegou à conclusão de que, se a corrupção no Brasil se limitasse ao nível da do Canadá, a renda “per capita” do brasileiro se elevaria para R$ 6.000,00 (seis mil reais). Sendo a corrupção um problema de causa e efeito, ao erradicá-la, praticamente deixariam de existir – ou ficariam dentro de níveis civilizados – pobreza, desemprego, comunismo, violência e outras mazelas. Então, a solução do problema foge à exclusividade das Forças Armadas, mas encontra abrigo seguro na formação de uma consciência nacional reta, onde têm que estar engajadas, decididamente, todas as forças vivas e morais de nossa Nação, com destaque para a Justiça e para a Religião. Os militares não foram formados para neutralizar a corrupção ou promover o nivelamento social.

Além da corrupção, a consciência nacional despertará o País para o grande perigo que estamos vivendo – a globalização – que vem fazendo carrear as nossas riquezas para os países desenvolvidos, e a dependência das nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento ao Fundo Monetário Internacional (FMI), a cujo critério ficam os empréstimos, os débitos e as políticas econômicas internas de cada uma.

As Forças Armadas poderão até participar do processo de educação de uma consciência nacional, mas não podem se afastar do papel constitucional de defesa da Pátria, para o que se torna imprescindível manter o seu poder dissuasório em níveis operacionais e estratégicos compatíveis com a estrutura nacional. Mesmo assim, a garantia da soberania nacional e da integridade territorial não depende exclusivamente das Forças Armadas. O conjunto de medidas para assegurar a soberania nacional exige a interação de todos os setores da vida do País. É triste recordar o que ocorreu com o Projeto Calha Norte. Nenhum dos ministérios envolvidos tomou

qualquer providência que lhe cabia, restando, única e exclusivamente, a ação das Forças Armadas com sua presença na Amazônia, hoje perigosamente ameaçada pela cobiça externa. A interação de todos os ministérios na Amazônia criará as condições necessárias para se enfrentar, com altivez, as atuais ameaças. Nesse sentido, convém atentar-se para a seguinte realidade: se, em 1964, os militares, com o apoio do povo, lutaram para evitar a tomada do Poder pelo comunismo internacional, hoje, todo o povo brasileiro, consciente de sua soberania, terá que lutar para evitar a ocupação internacional da Amazônia. A cobiça pela Amazônia tem sido revelada por líderes de vários países, como a Rússia, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos. A primeira-ministra inglesa, Margareth Tatcher, chegou a fazer o seguinte e provocante pronunciamento: "Se os países subdesenvolvidos não podem pagar suas dívidas, que vendam seus territórios, suas riquezas..." Os EUA, a pretexto de combater o narcotráfico, vêm instalando bases militares em toda a América do Sul, por coincidência, todas na fronteira com o Brasil.

Mas, ao lembrarmos essas perspectivas sombrias sobre a nossa Amazônia, invade-nos a mente o emaranhado de ações contraditórias que há anos vêm martirizando o povo da Colômbia e pondo em risco a soberania da Amazônia colombiana, nossa vizinha. Inicialmente, a guerrilha ideológica, lutando para entregar a Colômbia ao comunismo internacional, ao mesmo tempo em que o narcotráfico se desenvolvia nas suas florestas, estimulado por um superlucrativo comércio clandestino internacional de cocaína. Em seguida, a aliança da guerrilha com o narcotráfico e, mais recentemente, o surgimento das "Forças Armadas Revolucionárias Colombianas", FARC, de inspiração antigovernista. As Forças Armadas constitucionais da Colômbia não conseguiram neutralizar as desordens internas e o Governo colombiano tenta um acordo com as FARC. As ações de guerrilha e a produção de cocaína prosperam dia a dia, e os EUA resolvem "apoiar" o país vizinho. O chamado "Plano Colômbia" se revela uma verdadeira intervenção militar e oferece o ensejo de implantação de bases militares americanas na região, ameaça permanente à Amazônia brasileira.

Se não quisermos passar pelos mesmos sacrifícios que ora afligem o povo colombiano, urge prepararmos um programa específico de defesa da Amazônia, dentro de um Projeto Nacional. E mobilizarmos o povo brasileiro através de todos os meios de formação da opinião pública, como se faz numa Copa do Mundo (de futebol). Pois está em jogo o território nacional, sem o qual não teremos direito nem mesmo ao futebol. Nós, brasileiros, não podemos esquecer o esforço e os sacrifícios de nossos antepassados em conquistar e manter este nosso fabuloso território, desde a serra de Pacaraima, no norte de Roraima, ao arroio Chuí, no

extremo sul do Rio Grande do Sul; da Ponta do Seixas, no litoral paraibano, à serra da Contamana, no Acre. Cabe-nos o dever intransferível de mantê-lo a qualquer custo. Não podemos esquecer o admirável exemplo da irmanação de nossas três raças formadoras, num imbatível baluarte brasílico contra o invasor holandês, derrotado nas duas batalhas dos Montes Guararapes, em meados do século XVII, onde se geraram a nossa nacionalidade e o Exército Brasileiro. Do mesmo modo, teremos que repetir os feitos de Guararapes, no momento atual. O território brasileiro é dos brasileiros e é sagrado. O povo brasileiro confia no seu próprio valor, na sua vontade de ser e de agir. E alimenta crescente confiança nas suas Forças Armadas, em especial no seu Exército, ao qual vem dedicando elevados índices de aceitação, conforme recentes pesquisas. Isto se deve ao seu passado, desde Guararapes, ao que é no presente, e ao que, com toda certeza, será no futuro. Juntamente com suas co-irmãs, a Marinha e a Aeronáutica, responsáveis por realizações que mudaram a face do Brasil entre 1964 e 1985 e que se refletem até os dias de hoje.

Lamentavelmente, o que se vem constatando, de 1985 para cá, é a tendência, malévola e inócua, de alguns, de tentar destruir a memória da Revolução. Essa tendência se tem revelado não só na opinião da mídia atual, mas sobretudo no comportamento de certas pessoas, diametralmente oposto ao que fora consagrado durante aquele período. Onde se vivia uma democracia consciente e responsável, passou-se a conviver com uma demagogia inconseqüente e perniciosa. Onde havia a autoridade orientadora e respeitável, hoje se vê a promiscuidade degenerativa. Onde se praticava a verdade político-administrativa transparente, hoje se adota a falsidade enganadora das manipulações e dos subterfúgios que entorpecem a Nação. Onde se tinha o planejamento racional, exeqüível e duradouro, hoje se abraça o aventureirismo árido de qualquer realização. Onde havia a liberdade com responsabilidade, hoje existe a libertinagem com permissividade.

Felizmente, o brasileiro é um povo admirável, paciente e pacífico, por índole. Humilde e sempre esperançoso. De alma grande, do tamanho de si mesmo. Simples e inteligente, capaz de discernir – apesar dos engodos da mídia – que está sendo enganado e marginalizado. Nesse povo, sobretudo na sua juventude, reside a esperança de um Brasil autêntico, soberano, desenvolvido, autodeterminado, construtor efetivo do seu bem-estar. Confio em que este mesmo povo transformará esta minha esperança em realidade, em conjunto com suas Forças Armadas. Como se fez nos Guararapes, nas lutas pela preservação da unidade nacional, ao comando de Caxias, bem como na Segunda Guerra Mundial e na Revolução Democrática de 31 de Março de 1964.

Tenente-Coronel Murilo Walderk Menezes de Serpa

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Foi Instrutor e Chefe da Seção Técnica de Ensino da Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza (EPF) e do Colégio Militar de Fortaleza; e Comandante de Companhia do 25º Batalhão de Caçadores.
- Funções civis: Secretário de Educação do Estado do Ceará; Presidente da Empresa Cearense de Telecomunicações; Presidente da Fundação do Bem-Estar do Menor; assessor especial do Governador Virgílio Távora; delegado regional da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra do Ceará (1988/1999).
- Cursos civis: Faculdade de Ciências e Letras, RJ; Faculdade de Filosofia, CE.
- Cursou a Academia Militar das Agulhas Negras, a Escola de Comunicações e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em 1982, a Escola Superior de Guerra.
- Na eclosão da Revolução de 1964, servia na Escola Preparatória de Fortaleza (Seção Técnica de Ensino).

Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2000.

Ao analisar a Revolução de 1964, em vez de ditadura, como muita gente a ela se refere, compreendo tratar-se de um Movimento cívico-militar, porque partiu da sociedade, que reclamava das invasões de terra, da hiperinflação, de um Governo desorientado, capaz de substituir um senhor General Kruel e, ao mesmo tempo, colocar um "general" Osvino para tomar conta da Petrobrás, só para carrear recursos para fazer a sua subversão. Verificamos que na própria Igreja, Dom Eugênio Sales, que considero um santo, queria afastar todos os padres da política; mas, do outro lado, havia um Dom Evaristo Arns, que só celebrava missa quando morria um subversivo. Aqui mesmo, em Fortaleza, tivemos um arcebispo que nunca celebrou missa na páscoa dos militares; por fim, havia um padre, em Minas Gerais, cujo carro portava o adesivo "OPTEI" (o "O" azul e o "PT" vermelho), quer dizer, era petista. Hoje o Partido dos Trabalhadores (PT) é mais evoluído, mas naquela época era um partido radical.

Verificamos, também, a inquietação que reinava nas Forças Armadas, principalmente no Exército. Estando eu, naquela época, na ativa do Exército, entendo o porquê: o pessoal do governo tentava tumultuar, procurava levar os sargentos para os movimentos políticos. O sargento Garcia, por exemplo, foi eleito deputado federal. No meu tempo de estudante, no Liceu do Ceará, existia um caderno, o "Avante", que tinha o Hino Nacional na capa e, na contra-capa, o Hino à Bandeira e uma pessoa empunhando a bandeira do Brasil. Então, éramos educados nesse sentido, sentido de nacionalidade. O Ceará é chamado de "terra da luz", não por causa do sol, como muita gente pensa, mas pelo seu pioneirismo na libertação dos escravos, em 1884. Cem anos depois, no dia 25 de março de 1984, não tivemos uma só manifestação para comemorar data tão significativa. Nós não cultuamos mais os nossos heróis, os nossos fatos históricos, deixamos tudo de lado. A insensatez é tamanha que, em Belém do Pará existe um monumento ao radical comunista Marighela, que o povo não sabe nem quem é. No Rio Grande do Sul, existe um outro monumento ao pioneiro comunista Luís Carlos Prestes. Enquanto isso, ao maior brasileiro do século, o cearense Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que completaria 100 anos no dia 20 de setembro do corrente ano, ao que se sabe, pelo Brasil afora não houve nenhuma comemoração. Aqui em sua terra, ocorreu apenas uma solenidade pública, da iniciativa do comando da 10ª Região Militar.

Na realidade, não estamos mais acordando a mocidade para os grandes fatos. Quem está preocupado com a evolução da colonização do Brasil, que nos possibilitou, legalmente, a soberania política e territorial? Porque, da educação se descurou, o Brasil está paulatinamente sendo descolonizado. Hoje os donos do Poder, no mundo, fazem guerra para a conquista de mercados, ou seja, hoje a

guerra é pela colonização econômica, que vai tomando conta das telecomunicações, da energia, da Amazônia, de tudo. Por quê? É tempo de recordarmos o Presidente Castello, quando profetizou a necessidade do nacionalismo econômico! A mocidade não está sendo alertada. Lembro-me de que, quando professor, eu dedicava de cinco a dez minutos da aula para comentar os fatos nacionais e internacionais mais importantes. Hoje não se faz mais isso. E a Revolução, então, chegou no momento oportuno, não por imposição militar, mas chegou, entre outras manifestações populares, por causa das Marchas da Família com Deus, pela Liberdade, no Rio, em São Paulo e em Belo Horizonte. A Revolução chegou, apoiada por entidades que já não suportavam mais a desordem. Para que se tenha idéia da desorganização do País, em termos pecuniários, um contínuo da Petrobrás ganhava igual a um tenente-coronel do Exército, e um ascensorista da Câmara Federal ganhava igual a um piloto de jato da Força Aérea. O General Osvino, à frente da Petrobrás, pagou todas as despesas com os comícios da Central do Brasil e do Automóvel Clube. Era o dinheiro da Nação a serviço dos comunistas e corruptos.

A Intentona Comunista foi o referencial da Revolução de 31 de Março de 1964. Como aspirante no 15º RI, em João Pessoa/PB, onde servi durante dois anos, ouvi histórias terríveis sobre a Revolução de 1935. Basta lembrar o episódio das mortes dos companheiros em Natal, no Rio de Janeiro e no Recife, enquanto dormiam. Sabe-se também de um sargento que assassinou um tenente da Aeronáutica, no Campo dos Afonsos. Inclusive o meu quartel, o 15º RI, sofreu um atentado, incendiado que fora a mando de Gregório Bezerra, ativista e líder, a serviço de Prestes.

Por isso, às vésperas da Revolução, eu, um capitão e um sargento, independente do pessoal de serviço no quartel, passamos a noite acordados, temendo um novo ato subversivo.

Acredito que, se João Goulart (Jango) não era comunista, foi muito competente para do comunismo se servir, pois sempre dava um passo para a democracia e dois para o comunismo. Ao nomear o General Kruel Comandante do II Exército, deu um passo equivocado para a democracia, porque Kruel, preservando seu conceito nas Forças Armadas, fortaleceu a Revolução. Mas, na mesma ocasião, Jango nomeou o General Osvino Ferreira presidente da Petrobrás. Como afirmei: um passo para a democracia e dois para o comunismo. Na realidade, o General Kruel só tinha jurisdição no Sudeste, enquanto o General Osvino tinha jurisdição em todo o Brasil. A verba do General Kruel era pequena, a do General Osvino era uma verba monstruosa e podia gastar à vontade.

Em 1963, na revolta da Polícia Militar do Piauí, sendo eu oficial de operações, recebi, como comandante da Guarda de Honra, o Presidente João Goulart. Do meu

conhecimento, foi a primeira vez, na minha vida militar, que um homenageado chamou o comandante da tropa para ficar ao seu lado. Conversamos e, do primeiro ao último momento, ele tentava dar razão à revolta da Polícia Militar, para finalmente indagar: "O senhor não acha que essa revolta é justa, já que o pessoal da Polícia Militar está passando fome?". A minha resposta: "Não, presidente. O pessoal da Polícia Militar tem uma cadeia de comando; eles têm que observar os degraus dessa cadeia para ponderar os seus direitos. A indisciplina é um dos fatores que mais destroem as Forças Armadas".

Naquela oportunidade, a Igreja, no Nordeste, tinha o pessoal conservador, sob a orientação de Dom Eugênio Sales, que não aceitava interferência política. Ainda hoje há muito padre que não aceita isso. Do outro lado, tínhamos a Igreja progressista, que optava pela política, servindo somente às esquerdas, a exemplo das reuniões de Dom Evaristo Arns, num estádio de futebol em São Paulo. Aqui mesmo no Ceará, naquela época, tínhamos dificuldades de conseguir sequer que Dom José Delgado, arcebispo local, celebrasse uma missa por nós.

A inquietação era muito grande na área militar, muito grande mesmo. Os brasileiros que serviam nos quartéis, os bons brasileiros, estavam inquietos com a situação: não aceitavam o que o governo fazia, discordavam da invasão de terra, da hiperinflação e dos desmandos. Todavia, alguns companheiros nossos se bandearam para o lado de lá e até participaram de comícios. Esse foi o caso de um capitão, em Natal: fardado, participou de um comício ao lado do Sr. João Goulart. Apesar de punido disciplinarmente, tornou a ficar à disposição do Sr. João Goulart e, pouco tempo depois, foi nomeado para um alto cargo no Governo.

Entre as ocorrências que violentaram a consciência nacional, podemos citar, por exemplo, a seguinte afirmativa de Luís Carlos Prestes: "Temos o Governo, falta-nos o Poder". Tivemos também a manifestação que o bloco do governo federal quis fazer em Minas, e o próprio Governador Magalhães Pinto até já autorizara, mas a população foi para a frente da igreja e não permitiu que o comício fosse realizado. Foram fazer o comício em Brasília, todos hospedados por conta do Governo no Pálace Hotel. Esses fatos, interligados aos dos comícios da Central do Brasil e do Automóvel Clube, representaram os maiores ataques aos militares. Também não se pode esquecer o levante dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, com a cena do Cabo Anselmo, carregando o Almirante Aragão nas costas. Todos esses fatos, no conjunto, fizeram eclodir a Revolução, razão por que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram tão somente intérpretes da vontade nacional.

Entre os principais líderes civis da Revolução, poderia destacar os governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais; Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro; Adhemar de Barros, de São Paulo, e Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul. Na área militar,

tivemos o Marechal Castello Branco, o Marechal Denys, o General Kruel, o General Peri Bevilácqua e o General Muricy.

Algumas pessoas, ao comentarem o Movimento de 1964, procuram obscurecer o mérito das nossas Forças Armadas sob o argumento de que a Revolução teria sofrido influências externas, sobretudo o auxílio dos Estados Unidos, o que não corresponde à verdade. O que aconteceu foi o seguinte: o governo de João Goulart beneficiou-se, na verdade, da omissão dos intelectuais, da tibieza dos democratas e da desorganização do povo; mas não conseguiu o objetivo maior, que seria a desagregação das Forças Armadas. Infelizmente, certa mídia passou a insinuar que, através da guerra fria, foi imposto, pelos EUA, um "golpe" militar. Será que essa mídia desconhece a Intentona Comunista, marco nacional da traição desses apátridas, bem anterior à guerra fria, ou ignora e subestima a experiência dos militares?

Costumo dizer que a mídia, para sobreviver economicamente, se necessário, usa até a notícia antiética, os escândalos e o pessoal da camisa vermelha, que eu chamo de torcedor do América, sem ofender ao América. Por isso, nas mais das vezes, não permitem a divulgação de notícias fidedignas. Nós passamos doze anos como delegado da Escola Superior de Guerra no Ceará. Não conseguimos publicar, sequer, uma notícia da Escola. Os jornalistas "de esquerda" achavam que a Escola Superior de Guerra era uma entidade paramilitar. Em 1982, quando fiz aquele curso, éramos 134 alunos, 94 civis e 40 militares, uma diferença muito grande. Eu não conseguia divulgar nenhuma notícia, eles não permitiam. A meu ver, a mídia de esquerda foi responsável pela distorção da verdade.

Sabe-se que, por interesses escusos, tudo fizeram para transferir a Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro para Brasília. Queiram ou não, o Rio de Janeiro continua sendo a capital cultural do País. A Escola Superior de Guerra era subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e passou ao Ministério da Defesa. Até os cursos foram reduzidos, resultado do patrulhamento a que ora se assiste.

A temática da doutrina de segurança nacional era, por assim dizer, a antítese, o remédio para enfrentarmos o comunismo, mentor da luta de classes e da desarmonia. A metodologia da ESG estabelecia o "Desenvolvimento com Segurança", como solução para sairmos do atraso, reduzindo nosso desnível social (miséria) – caldo de cultura no qual sobrevive o comunismo. Em última análise, a doutrina de segurança nacional encerrava um projeto capaz de se contrapor ao comunismo, caso tivesse sido tratado com o merecido esmero, mesmo porque o ponto primordial da nossa sadia cultura é o bem comum.

Enfim, a hoje chamada mídia apoiou ou não o Movimento? O editorial de 07 de outubro de 1984, do jornalista Roberto Marinho – do jornal *O Globo* – tece

loas e mais loas à Revolução. Hoje, o mesmo Roberto Marinho acha que a Revolução é culpada por todos os males que assolam o nosso País.

Acerca de ações de guerrilha e de terrorismo – seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis e a bancos, por exemplo, os extremistas nunca desistiram. A prática dessas ações era a moeda utilizada em troca da liberdade dos seus líderes, guerrilheiros que estavam presos. Atualmente, temos um ministro de Estado que, naquela época, era motorista do carro em que se encontrava o embaixador americano – seqüestrado e mantido em cativeiro, depois devolvido à liberdade. Temos também um deputado federal, que era o encarregado de manter aquele embaixador no cativeiro. Como se observa, essa gente impune hoje sobrevive encastelada no poder público! O próprio Capitão Lamarca, considerado "um bom oficial", fugiu do quartel levando todo aquele armamento, ação que prejudicaria a promoção do Coronel Lepiane, que deveria ter saído general. O mesmo Lamarca, entre outras ações terroristas, matou um tenente da Polícia Militar de São Paulo a coronhadas, o ato mais covarde da história da Revolução. Por sua vez, a viúva de Lamarca, desertor, considerado morto para o Exército, recebia uma pensão de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e, agora, o governo concedeu-lhe R$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais) de gratificação. E nós tivemos cento e oito militares mortos naquele período.

Sobre o perfil de homens públicos, devo particularizar o Presidente Castello Branco, com quem tive a honra de servir três vezes: ele, Comandante da Região, e eu, oficial de comunicações; ele, Diretor de Ensino do Exército, e eu, Chefe da Seção Técnica da Escola de Cadetes; por fim, ele, Comandante do IV Exército, e eu, S/3 do 25º BC. Essas passagens levaram-me a admirá-lo, pois conhecia do soldado ao general. Vou citar uma passagem interessante que aconteceu comigo, por ocasião da despedida do General Castello, em Teresina. Naquela época, ocorria a greve dos aeroviários – muitas greves, tivemos cerca de seis mil greves. A minha cunhada e a esposa de um companheiro queriam vir para Fortaleza. Fomos então falar com o General Castello – ele viajava sozinho no avião, de seis lugares. "O senhor podia nos dar uma carona? São duas pessoas que vão para Fortaleza". Sabe qual foi a resposta dele? "Quem comanda o avião é o piloto, não sou eu! Fale com o piloto". Por isso, tenho-lhe uma admiração muito grande.

Em um dos seus pronunciamentos, o então Presidente Castello Branco afirmou, ao definir os grandes homens públicos: "Não usaram o Poder como instrumento de prepotência. Não usaram o Poder para a glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos. Dele nunca se serviram". Como se vê, passados os anos, parece que o autor dessa expressão vaticinava um conceito que hoje se ajusta ao caráter do próprio autor e dos demais presidentes militares.

Sobre as realizações dos governos militares, nos diversos campos de atividades, poderia citar, entre outras, a universalização do ensino fundamental; o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que permitiu a aposentadoria de milhões de brasileiros; a recuperação de todas as nossas estradas; a revitalização das nossas usinas. Hoje não temos escolas, não temos hospitais, não temos estradas para o escoamento da produção. Nós, os servidores públicos, há seis anos não temos um aumento. Passei oito anos dirigindo a Secretaria de Educação deste Estado do Ceará. Durante esse tempo, nunca vi uma fila para matricular um aluno. Exatamente o contrário do que atualmente se constata.

Com 20 anos no governo, os militares e as Forças Armadas jamais se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer tipo. De maneira nenhuma. Um grupo de militares, naquela época, entendia que devíamos corrigir as distorções dos nossos vencimentos; nem isso foi feito. Pertenço a este grupo. Com trinta anos de serviço passei para a reserva com um ordenado pequeno. Há pessoas que, com pouco tempo de serviço, têm um ordenado altíssimo. Qual foi o militar que usufruiu do pagamento de precatório? Nenhum. Naturalmente, por outro lado, existem críticas à Revolução. Para mim, seu maior erro foi a falta da formação de líderes. Onde é que se formavam os líderes? Nos centros acadêmicos, nos diretórios, nos centros culturais. Como se tinha muito medo de subversivo, faltou uma solução capaz de preservar o futuro. Hoje em dia, peço, citem-me um líder civil ou um líder militar. Não os temos. Agora, se eu pedir a lista de dez corruptos, contamos nos dedos das mãos e passamos para os dedos dos pés. O pior de tudo é que a mídia e aqueles que hoje detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução.

As Forças Armadas não se desengajaram da vida política do País, elas é que foram afastadas da sociedade e do governo. Acabaram com os ministérios militares porque os ministros não se davam ao papel de "vaca de presépio".

A "batalha da comunicação" foi perdida porque nos afastamos efetivamente dos clubes de serviço, das entidades de classe, dos colégios, das universidades. Anteriormente, quando se tinha um fato histórico de interesse do Exército e das Forças Armadas, a divulgação através da imprensa fazia-se naturalmente. Hoje, tornou-se difícil até mesmo a publicação de um artigo em jornal. Por isso é que este Projeto que ora estamos realizando é fabuloso. Para mim foi um prêmio, um prêmio muito grande.

Na atualidade, não podemos concordar com tudo que o Governo faz. Temos que ter discernimento para analisar o que é bom e o que é ruim. Quando há uma privatização que traz prejuízo para a Nação, alguém tem que falar. Está faltando alguém, como foi sugerido num artigo do jornalista Carlos Chagas: "E o corneteiro tocou". Então, está faltando alguém que mande o corneteiro tocar.

Se não houver uma ação muito forte para que possamos retornar ao campo da ética e da moral, que são fatores de nacionalidade, mais uma vez seremos levados a adiar o sonho de uma grande Nação, séria e respeitada. Felizmente este Projeto, por sua fidedignidade e por seu alcance mais livre e democrático, através da mídia eletrônica, oferecerá uma valiosa contribuição ao resgate dos fundamentos sobre os quais se assenta a nacionalidade.

A imagem, hoje, do Exército, malgrado a má vontade de um segmento malsão da imprensa, vem alcançando elevados índices de aceitação junto à população, conforme as melhores pesquisas de opinião. Sem dúvida, essa aceitação é uma resposta às injúrias assacadas contra as Forças Armadas.

Cumpre ainda lembrar que a Revolução de Março de 1964 revelou, através da Lei da Anistia, a abertura à reconciliação e ao perdão mútuo. Assim, ao vencermos aquela minoria comunista, renovamos a postura de Caxias, emérito pacificador das nossas lutas internas, braço forte da unidade e da soberania nacional. No entanto, o rancor e o "revanchismo" dos derrotados não têm permitido a harmonia de todos os brasileiros. Na verdade, a anistia foi unilateral. Só vem beneficiando aos adversários. Não tivemos anistia. O revanchismo foi uma constante, haja vista a perseguição à área militar.

Em relação à cobiça da Amazônia, as Forças Armadas não podem permanecer isoladas naquele sagrado chão, como vem ocorrendo na execução do projeto Calha Norte. É preciso que haja a integração de todas as ações, daí a necessidade da presença de outros ministérios naquela região. Precisamos estar juntos, civis e militares, cidadãos brasileiros, todos em harmonia, para enfrentarmos aquela séria ameaça e os demais problemas deste Brasil, que representam o nosso atraso: educação, saúde, corrupção, impunidade, desemprego, concentração de renda.

Por fim, cumpre-me ainda ressaltar, neste País, o tremendo desequilíbrio, em termos de direitos e obrigações. Os homens de bem têm muitas obrigações e pouquíssimos direitos. Com os bandidos, dá-se exatamente o contrário. Se nós trabalharmos em harmonia, em conjunto, certamente conseguiremos superar as dificuldades que ora nos impõe o laxismo oficial. Infelizmente, o "desmonte" das prefeituras, por exemplo, atesta essa assertiva.

Encerrando a minha participação neste Projeto de História Oral, devo ressaltar o benefício que a Revolução nos proporcionou: salvar o Brasil da comunização. Do contrário, seríamos, certamente, uma outra Guatemala ou Cuba. Lamentável, hoje, é a constatação do patrulhamento e da pressão a que vimos sendo submetidos todos nós, os brasileiros, que contribuímos para o bem-estar da Nação, numa inversão que a todos envergonha e humilha.

Tenente-Coronel José Carneiro da Cunha

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Atividades militares: Comandante de Bateria no atual 10º Grupo de Obuses 105 (10º GO 105), Fortaleza, CE; Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Fortaleza; e Subcomandante do 1º GO 155 na Vila Militar, RJ.
- Atividades civis: Diretor Administrativo da TV Educativa; professor da Escola Técnica Federal do Ceará; e professor da Universidade Estadual do Ceará.
- Possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Licenciado em História pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará.
- Produção intelectual: *Condicionantes Econômicos dos Holandeses no Ceará; Didática da História; Compêndio da História do Ceará*. Outras produções: *Tempestade de Risos;* artigos publicados em estabelecimentos de ensino.
- Na eclosão da Revolução, era aluno da EsAO.

Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2000.

Inicialmente, gostaria de expressar o meu agradecimento por essa oportunidade de participar, de dar um testemunho do que vi e daquilo com que convivi, durante a Revolução de 1964. É claro que somente o meu testemunho não abordaria todo o conteúdo da Revolução. É apenas uma parcela de colaboração e, por isso, me sinto, evidentemente, lisonjeado. Ao mesmo tempo em que o faço, espero que as gerações vindouras tenham a oportunidade de conhecer a realidade que, muitas vezes, aparece distorcida.

Para tanto, gostaria de iniciar mostrando que, a meu ver, o nome que hoje se usa, Movimento Cívico-Militar, adequa-se melhor, porque, em verdade, a população brasileira também participou de modo efetivo daquele acontecimento. Não somente as Forças Armadas se empenharam na luta contra a pretensão comunista, mas a população brasileira também, de forma muito decisiva. Por outro lado, é bom esclarecer que os comunistas tinham a intenção de tomar o Poder, e ainda têm, porque trata-se de um movimento internacional.

Na verdade, mesmo antes, em 1935, haviam tentado. As razões são claras, principalmente pela extensão territorial do nosso País, 8,5 milhões de quilômetros quadrados, limitando-se com todos os países da América do Sul, exceto o Chile e o Equador. E dentro da nossa História, da nossa historiografia, houve uma sucessão de fatos que apontam naquela direção. No Governo do Sr. Getúlio Vargas, por exemplo, de 1930 a 1945, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que vinha dirigindo vários agitadores no País, funcionava numa semiclandestinidade, através da Aliança Nacional Libertadora, que lhe serviu de fachada até o dia 11 de julho de 1935, quando foi fechada, juntamente com outras frentes comunistas. O PCB viveu na ilegalidade até 1945, quando voltou à legalidade. Entretanto, em 1946, voltou à ilegalidade, já no Governo do General Dutra. Mesmo na clandestinidade eles continuaram atuando, às vezes até de maneira muito mais efetiva, mais eficiente. E num momento de muitas dificuldades, que foi a renúncia do Sr. Jânio Quadros, no Dia do Soldado, 25 de agosto de 1961, praticamente surgiu a oportunidade para que o Partido Comunista, mesmo na ilegalidade, vislumbrasse a tomada do Poder. Naquela oportunidade, o Vice-Presidente da República, Sr. João Goulart, estava visitando a China. Houve, então, uma acomodação política e a introdução do parlamentarismo permitiu a posse de Jango. Todavia, em 06 de janeiro de 1963, num plebiscito à Nação, o eleitorado decidiu voltar ao sistema presidencialista de Governo. Os comunistas, naquele momento, segundo o seu dirigente maior, Luís Carlos Prestes, "estavam no Governo, faltando-lhes apenas o Poder". Esse foi um momento difícil da situação política do País, redundando no desencadeamento do Movimento Cívico-Militar de 31 de Março de 1964.

Enquanto não dispunham da força armada para agir a seu favor, os comunistas estariam impedidos de tomar posse. Esse seria o ponto principal: tentar dividir as Forças Armadas. Evidentemente, não conseguiram, graças a Deus e para a alegria de todo o País. A Igreja sempre esteve ao lado da família brasileira e do amor à Pátria, posição que a levou a ficar ao lado das Forças Armadas. Comungando dos mesmos ideais de moral e ética, a Igreja Católica estava de acordo com as idéias básicas da nacionalidade: Deus, Pátria e Família.

É bom salientar que a índole da oficialidade brasileira vem de uma formação democrática e tem como base, como pilar, o respeito à lei e à ordem. É evidente que a oficialidade, de um modo geral, com raras exceções, estava em pleno desacordo com o que estava acontecendo e, nos quartéis, havia toda uma expectativa, uma apreensão em face da situação que o País estava vivenciando. Na época, lembro-me bem disto, era capitão no 10º Grupo de Artilharia, aqui em Fortaleza, e todos vivíamos preocupados diante da incerteza sobre o rumo a que se pretendia levar o País. Mas, tínhamos confiança em que a nossa tradição e a nossa formação não permitiriam que o País fosse levado à desordem institucional. E as escolas de formação de oficiais, principalmente a Escola de Aperfeiçoamento – freqüentada por capitães, pessoas que já tinham uma certa experiência de vida – eram um foco de resistência a essa desordem. Além disso, o nosso Clube Militar e os seus congêneres também estavam empenhados na luta contra a instalação do caos no Brasil.

Inicialmente, no Governo do Sr. João Goulart, a partir de 1963, houve uma série de fatos que violentaram a consciência nacional. Eu diria que Jango não era comunista, não era uma pessoa ligada ao Partido Comunista. Ele era apenas um indivíduo a pensar que, com a ajuda dos comunistas, podia fazer um governo popular, um governo com as mesmas características do seu mentor político, Getúlio Vargas. Acredito que João Goulart estava agindo de forma, talvez, até inocente, não se pode garantir. Mas a legalização do Partido Comunista, que ele queria; uma reforma agrária de forma totalmente injustificada; a atuação do ex-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que exigia inclusive o fechamento do Congresso e a instalação de assembléias de operários e de sargentos, todos esses fatos desencadearam vários problemas gravíssimos. Um deles foi a reunião de marinheiros e fuzileiros navais, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, com a presença do Almirante Cândido Aragão, levado nos ombros em passeata, pela Av. Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. O mais grave, na minha forma de ver, foi o comício na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, presentes o Presidente da República e os ministros militares. Isso deu uma força enorme ao anarquismo predominante. Além disso, houve um almoço dos sargentos, no

Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, oferecido, não só aos ministros, mas também ao Presidente João Goulart, cujo pronunciamento reforçou as exigências descabidas e provocadoras do comício do dia 13. Foi o estopim para a reação do povo brasileiro e das Forças Armadas.

Tudo leva a crer que o Congresso preferiu não tomar uma posição efetiva. Os seus membros, com algumas exceções, ficaram assistindo ao desenrolar dos acontecimentos. E não se pode negar a realidade dos fatos: no Congresso Nacional havia um grupo de simpatizantes do movimento comunista. E como simpatizantes permitiam e até estimulavam a continuação do desmando, a fim de facilitar a implantação do comunismo. Na verdade, não agiram em sentido contrário, não tentaram impedir a ascensão dos comunistas ao Poder. Depois que se desencadeou a Revolução, tomaram outro caminho. Mas, na crise, de um modo geral, a atitude comum foi a de deixar ver o que ia ocorrer.

É claro que a Revolução foi um movimento interno, sem o auxílio de nenhum país. Não se pode negar que os Estados Unidos da América viam aquela situação com muita ansiedade, com muita preocupação. Não só porque o Brasil representava um potencial enorme para cair nas mãos dos comunistas, mas também porque americanos e russos estavam em plena guerra fria. É evidente que os EUA, que mantinham transações comerciais e políticas com o Brasil, estavam apreensivos e, se fosse o caso, dispostos a ajudar. Mas não houve nenhuma interferência. Todo o Movimento Cívico-Militar nasceu dentro do Brasil, dentro da sua população e das suas Forças Armadas. Não houve nenhuma ação dos Estados Unidos nem de qualquer outro país.

As causas mais remotas da nossa aversão ao comunismo remontam aos pródromos da Intentona Comunista de 1935. Recorremos à historiografia brasileira. Sabemos que o Brasil se tornou uma República em 1889. A partir daí, até o final da Primeira ou "velha" República (1930), de todos os presidentes, apenas três eram militares, sendo um deles sobrinho do Marechal Deodoro, o Hermes da Fonseca. Os civis sucederam-se a partir de Prudente de Morais. Neste período da Primeira República, o País vivenciou um clima, posso dizer, democrático, com alguns senões, é evidente, porque a política beneficiava interesses oligárquicos. Por isso, ficou conhecida como "política oligárquica". Essa a razão que fez surgir, na História Republicana, a raiz e a "bandeira de luta" por uma verdadeira democracia – o chamado movimento dos tenentes (1922-26) – que desembocou na Revolução de 1930, cuja vitória deu início à chamada "Nova República" ou "Segunda República". A partir de 1930, coincidindo com o início da Segunda República, o Partido Comunista Brasileiro, fundado desde 1922, experimentou um rápido crescimento, sob a

liderança do então Tenente Luís Carlos Prestes, que mais tarde viria a afirmar que, em caso de uma guerra entre a Rússia e o Brasil, estaria do lado da Rússia. Não se pode imaginar quão grande falta de patriotismo. Na verdade, é o que se comenta. Nunca vi isto escrito como um fato histórico. Entretanto, os comunistas, sempre impulsionados por Prestes, cresceram e, em 27 de novembro de 1935, promoveram a Intentona Comunista. A lembrança dessa data está se esvaecendo. Não está sendo lembrada como antes. Mas, muitos companheiros morreram, deram as suas vidas em pleno serviço ativo, nos quartéis. Um fato triste, doloroso. Graças a Deus, entretanto, os comunistas não obtiveram sucesso. Esse é o quadro anterior à Revolução de Março de 1964.

Felizmente, com a experiência da Intentona de 1935, tivemos a oportunidade de deter a segunda tentativa, com a posse dos oficiais-generais que governaram este País de 1964 a 1985, na minha ótica, de forma correta. E se hoje estamos com a democracia consolidada, devemos atribuir tal feito à atividade desses bravos, que prestaram valiosíssimos serviços ao Brasil. Outrossim, não se deve olvidar que a Intentona Comunista, marca da traição, deixou o militar muito consciente do mal que representa o comunismo. É necessário que lembremos os mortos não só da Intentona, mas as nossas vítimas mais recentes, quando a Revolução enfrentou o comunismo. Além de outros companheiros que não morreram, mas ainda hoje andam patrulhados.

Uma das condicionantes primeiras para restabelecer a verdade seria esclarecer a população brasileira, e este Projeto poderá ser um marco. Como professor universitário, ministrei a disciplina Estudo de Problemas Brasileiros que, na minha concepção, era uma oportunidade para formar o cidadão, dando ao jovem os conhecimentos de que ele não dispunha. No primeiro e segundo graus, agora denominados de Ensino Fundamental, havia duas outras disciplinas: Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica. Essas três disciplinas foram eliminadas do currículo do ensino brasileiro. O motivo, nós sabemos. Sem elas, o que se encontra hoje na universidade? Um grande número de pessoas, jovens na sua maioria, recebendo informações completamente desvirtuadas sobre o que foi a Revolução, o Movimento Cívico-Militar de 1964. De modo geral, até os nossos filhos viam sob um outro ângulo a nossa posição de oficial. Minha filha – dou meu testemunho – que era estudante do Curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará – onde, durante vários anos, fui professor da cadeira de História do Ceará – numa ocasião, disse-me: "Paizinho, muitas pessoas pensam que o senhor é um algoz, que o senhor maltrata as pessoas". Quer dizer, esses meninos, esses jovens têm uma visão totalmente distorcida da realidade. Ora, se isto ocorre

nessa área, imagine noutras em que eles não têm sequer notícia da Revolução e do espírito de justiça do militar!

Na minha forma de entender, portanto, deveríamos dar conhecimento desses fatos não somente aos jovens, mas à Nação como um todo. Isso é um pouco difícil porque os meios de comunicação infelizmente não projetam os fatos históricos de maneira imparcial. Não sei nem se eles têm alguma outra intenção, mas o fato é que aparece, muitas vezes, um quadro completamente deformado dos reais acontecimentos revolucionários. A legislação brasileira de ensino, por sua vez, deveria cuidar com seriedade da formação do cidadão. Infelizmente, não existe nada que crie um sentimento fidedigno e patriótico. Eu me lembro que, na Escola Técnica Federal, durante a fase da Revolução, hasteávamos a Bandeira Nacional e cantávamos o Hino Nacional. Toda semana havia essa solenidade. Hoje, os jovens não têm essa oportunidade de aprendizado, de conhecer a realidade dos fatos. O que lhes está sendo contado tem a forma deturpada. O ensino formal, muitas vezes, não permite criar um ambiente de maior entendimento, de maior fraternidade, o que poderia estender-se aos clubes, às paróquias. Urge, pois, a preservação da fidedignidade dos fatos, para que a Nação tenha conhecimento efetivo do que houve, do que realmente aconteceu.

Aproveito a oportunidade para indagar: se a Nação não conhece o seu passado, como vive o presente e se prepara para o futuro? Hegel, um pensador alemão, tem uma frase muito interessante: "Quem não conhece os erros do passado está fadado a repeti-los no presente". Lógico, se não se sabe o que ocorreu, não se pode tomar determinadas medidas para corrigir e fazer frente a futuros problemas. Isto, que está sendo feito neste trabalho do Projeto de História Oral do Exército Brasileiro, é mais do que oportuno, já devia ter sido feito. Na verdade, houve uma lacuna, mas o Projeto chega ainda em tempo, para mostrar à posteridade e tentar esclarecer o que realmente ocorreu. É bom mesmo esclarecer que, àquela época, o Movimento, que durou de 1964 até 1985, tentou preservar a Nação, mostrando ao seu povo, à população, o que é o patriotismo, o que é o amor às instituições, o que é o respeito à dignidade humana, fazendo todo o possível para que, em verdade, nossa gente tivesse a oportunidade de viver num país onde se respeita o direito do outro, onde a moralidade é fundamental. Lamentavelmente, isso não está ocorrendo nos dias atuais. O que vemos hoje, nas novelas e em certos programas, é o desregramento das informações sócio-políticas. Sabe-se que a missão da imprensa é informar. No entanto, ela não tem o direito de fazer da informação um artigo de especulação, sobretudo do que não deve ser feito. Pois isso fere os valores éticos e morais do nosso povo, principalmente pela ênfase que se tem dado à cidadania.

Sob este aspecto, a Revolução de Março de 1964 foi um momento feliz. Tentou dar ao estudante, ao povo brasileiro, uma formação patriótica, o que, no momento atual, não está ocorrendo. Acredito mesmo que as autoridades, as pessoas que têm o poder de legislar sobre a educação, não estejam interessadas em nos enganar a todos. Mas está faltando alguma coisa que complemente este aspecto, que proporcione à juventude, principalmente aos jovens estudantes, uma formação patriótica de respeito às instituições e às leis do País.

Sem sombra de dúvida, o ponto essencial é a educação. Sem educação não se pode ter tecnologia, não se pode ter nada mais na formação do cidadão. É claro que não é somente a instrução, pois assim ficaria faltando alguma coisa. O ponto primeiro seria projetar, em verdadeira grandeza, uma educação para formar o cidadão, dando-lhe conhecimentos para seguir adiante, na sua conduta de homem livre e responsável. Uma coisa interessante: não sou formado em Direito, mas por conta da disciplina que lecionei, tive a oportunidade de consultar e trocar idéias com os meus alunos sobre a Constituição atual. Ela fala muito em direitos e muito pouco em deveres. Essa forma de entendimento cria uma expectativa prejudicial a todos nós. Não podemos dizer que o homem só tem deveres! Nada disso. Ele deve ter direitos, mas a todo direito corresponde um dever. Somente educando as pessoas é que se pode chegar a esse entendimento. Daí advém, é claro, todo um clima de expectativa. O mundo moderno está voltado para o “ter”. Outrora, conjugava-se o verbo “ser”. Hoje em dia, só se conjuga o verbo “ter”, praticamente. Excesso de egoísmo. Uma corrida do ganho, do poder, do dinheiro. Tudo isso levando ao laxismo, ao afrouxamento moral, ao desligamento das coisas essenciais do homem, como o seu dever para com a família, a sociedade e a Pátria. Acredito que vamos reverter esta situação que, a meu ver, é apenas conjuntural. Mesmo porque o povo brasileiro é abençoado, não se pode negar.

Ao longo da nossa História houve momentos difíceis. Durante o Império, por exemplo, mesmo aqui nesta terra, a Confederação do Equador sacrificou cinco patriotas, que morreram na Praça dos Mártires, o nosso “Passeio Público”. Houve a renúncia de Dom Pedro I, deixando como governante Dom Pedro II, com apenas cinco anos, que, não podendo assumir, cedeu lugar às “Regências” que ensejaram revoluções em quase todo o território nacional. Destaco o Pará, Maranhão, Bahia e Rio Grande do Sul. Conseguimos vencer tudo isso. Portanto, esta é uma Nação que realmente tem as bênçãos do Senhor Jesus. E por isso, nós vamos vencer. Mas é preciso, sem dúvida nenhuma, que se dê aos jovens essa necessária e fundamental educação para prepará-lo como cidadão brasileiro. Infelizmente, falta-nos um Projeto Nacional. Citarei exemplos: em termos de legislação pertinente à educação,

existe a Lei de Diretrizes e Bases que não expressa, na sua grandeza, tudo aquilo que é necessário. Falta-nos um projeto exeqüível, sim. Não sei se poderíamos atribuir às Forças Armadas essa missão. Acredito que não, mas elas poderiam contribuir, poderiam ajudar nesse sentido, estimulando a participação de todos os brasileiros. O Projeto Calha Norte, por exemplo, até hoje só contou – para sua execução – com os militares, apesar de outros ministérios estarem envolvidos. É preciso levar para a Amazônia, também, pelo menos os Ministérios da Educação e da Saúde, estratégia que, além de integrar todos os brasileiros, viabilizaria as ações e, conseqüentemente, o êxito do projeto.

Sobre a motivação do Movimento de 1964, é claro que não pode haver movimento que não tenha, em si, uma ideologia orientadora daquilo que se deseja. Por isso, a designação Movimento Cívico-Militar, significando a ideologia do respeito à legislação, a ideologia de Deus – como o Supremo Criador de todas as coisas – a ideologia da Pátria, a ideologia da família, da ética e da moral. Então, o Movimento foi feito dentro de uma ideologia que se opunha, exatamente, à outra ideologia sem Deus, aquela que estava querendo tomar posse do País. O Movimento de 1964 tinha uma ideologia exatamente contrária à outra ideologia, a ideologia comunista, comunizante, socialista ou qualquer coisa nesse sentido. O Movimento Cívico-Militar de 1964 estava eixado para o propósito de uma ideologia que seria o bem-estar dos cidadãos deste País, a democracia em sua expressão maior, para que os brasileiros pudessem viver e conviver em paz. Sim, porque há uma diferença fundamental entre esses dois verbos. Viver é muito simples: você se alimenta, dorme, enfim, satisfaz às suas necessidades. Conviver, eis o grande problema que a sociedade enfrenta. A própria formação do núcleo-base, a família, se desenvolve na convivência. Só o viver não resolveria o problema. Daí porque a ideologia de 1964, do Movimento Cívico-Militar, pregava a existência da família ordenada, coesa. Essa condição do conviver, a partir da família, passando pela sociedade e entrando no contexto da Nação e do universo dos demais países, é, realmente, difícil. Viver não é tão difícil, tendo os meios necessários. Viver e conviver, em sentido amplo, no entendimento maior, no respeito mútuo, é necessário para que os brasileiros possam dar-se as mãos.

A doutrina cristã estabelece que a unidade exista na pluralidade. Você é você e eu sou eu. Nós dois constituímos uma unidade, mas você sendo você, e eu sendo eu. Numa orquestra sinfônica, encontram-se diversos instrumentos, todos afinados pelo diapasão, com o mesmo objetivo. Cada um tem o seu papel específico, sem que o outro seja prejudicado. No conjunto, tem-se a harmonia. Esta mesma harmonia deve ocorrer conosco, em sociedade. Essa convivência, que traduz a

harmonia, é, realmente, fundamental. Na sua expressão como pessoa, como indivíduo, você tem as suas características próprias, que Deus lhe deu, inerentes à sua individualidade. Em sociedade, você passa a conviver harmonicamente com os seus irmãos, respeitando os seus direitos, os seus deveres.

Para concluir, eu diria que o Brasil viveu, realmente, momentos difíceis nos anos 1960/1964, mas conseguiu ultrapassá-los. E essa data de 31 de Março de 1964, deveríamos reverenciá-la da mesma forma como fazemos com o 7 de Setembro de 1822, e como fazemos com o 15 de Novembro de 1889, em que se instalou a Independência do Brasil e a sua República, embora haja quem seja a favor de uma Monarquia, algo que não se discute aqui. Além dessas duas oportunidades, deveríamos incluir o *31 de Março de 1964*, que não foi uma quartelada nem um golpe de estado, mas uma tomada de posição contra um movimento que queria subjugar o Brasil às garras da tirania comunista, da idéia socialista comunizante e materialista.

Por fim, trazendo os ensinamentos da Revolução de 1964 para a problemática atual e considerando a necessidade de harmonizar todos os brasileiros, dirijo-me à juventude do meu País para dizer: acredito, com toda convicção, que todo brasileiro que ama a sua Pátria deseja, sinceramente, que as futuras gerações elevem-na ao mesmo nível dos países prósperos, mas sérios; pois onde campeia a desordem não pode haver progresso, não pode haver paz, não pode haver nada. Os jovens devem estar compenetrados de que, ordenando-se a si próprios, estarão ordenando a sociedade e, ao mesmo tempo, contribuindo para que se consubstancie a ordem e o progresso, os direitos e os deveres de cada um. E, desta forma, estarão colaborando para o convívio harmonioso do povo brasileiro.

Tenente-Coronel Silvio de Magalhães Sampaio

- Natural da Cidade de Quixadá–CE.
- Unidades onde serviu: 3º Grupo de Canhões 88mm Antiaéreos; II/7º Regimento de Obuses 105mm (Natal); 10º Grupo de Obuses 105mm (Fortaleza); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Rio de Janeiro); I/7º Regimento de Obuses 105mm (Recife); Depósito Regional de Motomecanização da 7ª RM (Recife) e no Colégio Militar de Fortaleza, como professor.
- Atividades atuais: Engenheiro civil; Sócio-gerente da firma Siros Engenharia e Administração Ltda.
- Possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO–1970). Formado pela Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Católica de Pernambuco.
- Nos pródromos e na eclosão da Revolução, servia no Grupo de Obuses, em Fortaleza.

Entrevista realizada em 22 de setembro de 2000.

Com a escalada do Movimento Comunista Internacional, durante a guerra fria, notadamente nos países da América Latina – região que apresentava fortes distorções sociais – o Brasil foi envolvido com a campanha marxista. Tal campanha preconizava a tomada do poder para a implantação de um regime comunista que, fatalmente, expandir-se-ia para os países vizinhos, devido ao papel preponderante que o Brasil desempenhava entre os países sul-americanos. Assim, a propaganda comunista se desenvolveu em todos os setores da Nação: no meio político, no meio civil, principalmente no meio estudantil e no meio operário. Finalmente, com a assunção do Sr. João Goulart na Presidência da República, seus asseclas do Movimento Comunista Internacional objetivaram a tomada do poder, vez que detinham em suas mãos o próprio governo.

As Forças Armadas, como parte da população, não ficaram incólumes ao movimento comunista que as atingiu em cheio, principalmente os quadros subalternos de cabos e sargentos e, em menor escala, a oficialidade, graças à sua formação acadêmica orientada por instrutores de excelente caráter democrático. Com a tentativa de quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas, a maioria da oficialidade, aliada a setores representativos da Nação, trabalharam diuturnamente para combater o movimento comunista que estava no governo e queria se apossar do poder.

Quando da precipitação dos acontecimentos – o comício da Central do Brasil, prestigiado pelo próprio Presidente da República, acompanhado de seus ministros, inclusive militares; a insurreição da Marinha; e a assembléia dos sargentos, realizada no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro – os militares, aliados à população civil, que, já nas ruas, pedia a atuação das Forças Armadas para combater o caos comunista que se avizinhava, com o apoio de alguns governadores, iniciaram o deslocamento das tropas do Estado de Minas Gerais, comandadas pelo General Mourão Filho. E graças a essa preparação obtiveram um êxito muito rápido, que culminou com a fuga do Presidente da República e de alguns auxiliares e com a prisão de políticos e dirigentes sindicais contrários ao nosso Movimento.

Com a vacância do Poder, decretada pelo presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, foi empossado na Presidência da República, interinamente, o Deputado Ranieri Mazilli, até que se escolhesse um substituto para, efetivamente, terminar o mandato iniciado pelo Dr. João Goulart.

Graças ao Comando Revolucionário e a alguns políticos ligados ao Movimento, chegou-se ao consenso na escolha do General Humberto de Alencar Castello Branco, que era um homem portador de aptidões militares, de honra e de dignidade, de grande aceitação no seio das Forças Armadas e da sociedade. A ele, nessa ordem, sucederam-se o General Arthur da Costa e Silva, o General Emílio Garrastazu Médici,

o General Ernesto Geisel e, finalmente, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo. Todos eles propiciaram grandes transformações no País, cujos frutos são o resultado do desenvolvimento que obtivemos na indústria, na tecnologia e no campo social.

O Governo Geisel iniciou o processo de distensão, que visava à retirada dos militares do poder. Mas essa saída deveria ter sido lenta, porque os seguidores do movimento comunista e os maus brasileiros que faziam da política um meio de aproveitamento pessoal continuavam à espreita para a tomada do Poder. E o Governo Figueiredo culminou com a Lei da Anistia, cujo objetivo era o congraçamento entre todos os brasileiros. Infelizmente, entretanto, tem sido usada como revanchismo por parte daqueles que não têm a grandeza de espírito para interpretá-la adequadamente.

Convém observar que o panorama político, antes mesmo de 31 de março, apresentava-se conturbado devido à proliferação de pequenos partidos, criados apenas para dar sustentação ao governo de João Goulart. É bom que se diga que João Goulart, em todas as funções que exerceu – no Ministério do Trabalho, na Vice-Presidência da República e como chefe do Poder Executivo – demonstrou falta de preparo suficiente para exercer tais funções e falta de autoridade, servindo apenas aos interesses do comunismo.

O meio militar sempre acompanhou o desenvolvimento político daquela época, tema de discussão nos quartéis entre a grande maioria dos oficiais, que não concordavam com os desmandos do governo, e uma pequena minoria que se servia de uma pseudolegalidade para defender a situação vigente.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de Março de 1964. O Exército, ao deflagrar o Movimento, antes de tudo, atendeu a um apelo nacional. O povo foi às ruas a fim de pedir a sua intervenção para evitar o caos que se avizinhava, verdade que se apóia na declaração do Sr. Luís Carlos Prestes, agente pioneiro, no Brasil, da ideologia comuno-marxista: "O comunismo está no Governo, falta-nos o Poder". Uma pessoa de bom senso jamais poderia duvidar das palavras de Carlos Prestes, por sua própria condição de porta-voz do Movimento Comunista Internacional no Brasil.

Não vamos aqui enumerar todos os que trabalharam na preparação e desempenharam papel de liderança no Movimento. Entretanto, não podemos esquecer alguns nomes que estão gravados na História deste País. Entre os militares, citaria o General Humberto de Alencar Castello Branco, o General Odylio Denys, o General Nelson de Melo, o General Cordeiro de Farias, o General Muricy, o General Meira Matos, o Almirante Sylvio Heck, o Brigadeiro Grum Moss e alguns coronéis com quem convivi. Lembraria ainda o General Jaime Portela, o Coronel Hélio Lemos e o Coronel Francisco Boaventura Cavalcante.

Infelizmente, a mídia atual insinua que, através da guerra fria, os norte-americanos impuseram-nos o "golpe militar". Ora, a guerra fria não é recente, iniciou-se quando terminou a Segunda Guerra Mundial. A mídia encontra-se, atualmente, infiltrada de elementos esquerdistas que querem incutir na juventude, por desconhecimento ou por revanchismo, fatos que não existem. Não precisaríamos de ajuda externa para desencadear a Revolução. A bem da verdade, os órgãos de comunicação em geral, naquela época – como até hoje acontece – viviam mais de benesses do Governo. Entretanto, gostaria de citar alguns jornais, alguns meios de comunicação que apoiaram o Movimento. Inicialmente, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa*. Estranhamente, esses mesmos jornais, hoje, voltam-se contra o Movimento revolucionário, esquecendo uma coisa importante, o seu próprio passado.

Para combater o comunismo, o governo revolucionário precisava de instrumentos adequados à realidade, razão por que promulgou o Ato Institucional nº 5. E com o acirramento da guerrilha e dos atos terroristas, sentiu a necessidade de criar os órgãos de informação e de operações e recorrer à aplicação da Lei de Segurança Nacional. Aliás, os países desenvolvidos sempre tiveram, na sua organização, um órgão de informação. Daí a criação do Serviço Nacional de Informações, que tinha como objetivo primordial oferecer ao Governo os subsídios necessários para que se pudesse desencadear um trabalho de grandes transformações no Brasil. Por outro lado, os órgãos de operações foram criados não por livre vontade do Governo, mas por uma necessidade, uma resposta às guerrilhas urbana e rural que se alastravam no País.

Em termos de realizações, os governos militares promoveram grandes transformações no Brasil, hoje esquecidas. Graças aos governos revolucionários foram criados por exemplo, o BNH, a EMBRATEL – que deu início ao sistema de comunicação do País – e a EMBRAER – que deu grande incremento à indústria aeronáutica. Houve grandes transformações na legislação fiscal e foi criado o Banco Central, além da revolução que foi a ajuda ao homem do campo, tão abandonado. Basta dizer que durante os governos militares foi criada uma aposentadoria que nunca existiu neste País: a aposentadoria rural. Infelizmente, os governos subseqüentes ao ciclo revolucionário abandonaram a obra da Revolução de 1964. O governo, hoje, está atrelado ao capital estrangeiro, realiza as coisas que são ditadas pelo capital estrangeiro, e pouca coisa se faz pelo campo social, o mais prejudicado.

Atualmente, muito se fala sobre a "ditadura militar", sobre os "anos de chumbo", jargões utilizados por uma parte da mídia, a fim de incutir nos jovens a idéia de que os governos revolucionários só trouxeram malefícios ao País, o que

não corresponde à realidade. Haja vista, por exemplo, que a Lei da Anistia, promulgada pelos governos militares, representa a abertura à reconciliação, ao perdão mútuo. Renova a postura de Caxias, que no século passado, quando o Brasil enfrentava as lutas internas, manteve a Nação indivisa. Quer dizer, enquanto o braço armado da Monarquia vencia as lutas internas e perdoava a todos, a anistia, hoje – em contraposição aos valores encarnados por Caxias, patrono e, essencialmente, o pacificador da Nação brasileira – está impregnada de "revanchismo". E, de certa forma, os corruptos e os terroristas aproveitam-se da lei, numa inversão, como se fossem os heróis, e nós, militares, os traidores da Pátria. Infelizmente, o "revanchismo" dos derrotados e descontentes não tem a grandeza para interpretar a Lei da Anistia, cujo fim deveria ser a pacificação dos brasileiros, submetidos ao propósito maior que é o engrandecimento da Pátria, com paz e justiça social.

Hoje vejo, estarrecido, a premiação pecuniária de guerrilheiros urbanos ou rurais, que se travestiam de heróis para esconder o seu banditismo, enquanto os que tombaram em defesa do nosso regime estão esquecidos. Felizmente, as pesquisas de opinião revelam que as nossas Forças Armadas têm os maiores índices de aceitação e credibilidade por parte do público, que sempre vê as Forças Armadas como a salvação da Nação. Isso porque o povo sabe que os militares vivem apenas em defesa dos interesses nacionais, esquecendo-se de premiação pecuniária.

A Nação não pode esquecer os que sucumbiram em defesa do Movimento de 31 de Março de 1964. E deveria construir um monumento à Revolução de 1964, sem que seja necessário escrever o nome dos que morreram ou dos remanescentes, porque os seus nomes estão gravados na História do Brasil. Enquanto isso, por causa da boa índole do povo brasileiro, e nós somos povo, não se chegou às últimas conseqüências, quando houve a guerrilha rural que se desenvolveu em Xambioá, pois se a mesma fosse transformada numa guerra, as únicas opções seriam matar ou morrer. Poupou-se muita gente, e muitos dos que foram poupados estão, hoje, na política, como porta-vozes da vontade nacional.

Gostaria de dizer, no meu modo de pensar, que soberania é um termo muito amplo. Uma Nação não é soberana apenas pelo poder das armas. Uma Nação só é soberana quando ao seu povo é dado o direito de utilizar suas riquezas com paz e justiça social. O totalitarismo financeiro exercido pelos países detentores do poder mundial objetiva, tão somente, transformar-nos num país apenas produtor de produtos primários. A região amazônica, por exemplo, hoje se encontra povoada por organizações não-governamentais, organizações que têm origem, principalmente, na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos. Propagam que a Amazônia é intocável, não sendo permitido utilizarmos nossas próprias riquezas. Ali existem

galpões ocupados pelo Exército, mas que eram destinados à FUNAI e ao INCRA, ou seja, estão cedidos ao Exército, porque aqueles órgãos governamentais estão deixando de cumprir as suas atribuições funcionais. A questão da ocupação da Amazônia não pode ser só militar, sendo imprescindível a convergência de todos os órgãos da administração do País, através dos seus Ministérios (Saúde, Educação etc) para que se faça, realmente, uma ocupação sustentável e efetiva. Não podemos deixar as nossas fronteiras abandonadas como está acontecendo agora na fronteira com a Colômbia, onde temos problemas enormes, onde encontramos um presidente que, infelizmente, chegou a negociar com a guerrilha, que hoje domina quarenta por cento daquele país.

Gostaria de me reportar, agora, à Revolução de 1964 aqui no Ceará, Estado que, de certa maneira, antecipou-se aos acontecimentos. Quando o Sr. João Goulart assumiu a Presidência da República, os oficiais que aqui serviam, por não concordarem com o procedimento adotado pelo Poder Executivo, de seguir fielmente o movimento comunista, chegaram a lançar um Manifesto, que lhes custou prisão e transferência. No 10º Grupo de Obuses 105mm (10º GO 105), a totalidade dos seus componentes não se intimidou diante das ameaças. Eu estava servindo lá, nessa época. O Grupo, sob o comando do Coronel Hélio Lemos, antecipou-se aos acontecimentos, junto com a sociedade, preparando-se materialmente e com pessoal para combater o governo central. Foi criada, nessa época, uma entidade civil chamada “Arca de Noé”, idealizada pelo então Capitão dos Portos, o Comandante Fernando Cavalcante, que, aos sábados, reunia-se com pessoas de todas as classes sociais, na Capitania. A “Arca de Noé” tinha como objetivo a união de todas as categorias, exatamente o contrário do movimento comunista, que preconizava a luta de classes para a tomada do poder. Tínhamos representantes de todas as classes sociais: estivadores, militares, advogados, juízes, industriais, todos em harmonia, inclusive os representantes de sindicatos patronais e de empregados. As reuniões da “Arca de Noé” tiveram início em 1961. Em 1963, a “Arca de Noé” passou à condição de pessoa jurídica. Seu objetivo era o de promover a união entre todas as classes sociais e o combate ao comunismo internacional. Gostaria de ler uma carta, de 10 de abril de 1963, que o professor e escritor cearense Milton Dias, já falecido, dirigiu ao Comandante Fernando Cavalcante, à época, já transferido e servindo no Rio de Janeiro. Então, ele diz na sua carta:

“Prezado Fernando, contraí mais um vício, o da “Arca de Noé”. Aos sábados, tenho a felicidade de encontrar toda aquela bicharada heterogênea, simpática e palradora. O barco vai navegando bem, apesar da ausência sempre lamentada do ilustre comandante-fundador. Com vento de terra, com vento de mar, com algum uísque e os salgadinhos que o Charles providencia, vai-se remando, esperando a

hora e a boa sorte de ver o amigo por cá, para a visita de inspeção e cordialidade. Recomende-me à sua senhora. E ao amigo, um abraço cordial, com votos de boa sorte. Milton Dias".

Oportunamente, levarei ao Comandante Fernando, que mora aqui em Fortaleza e está velhinho, uma cópia deste vídeo, a fim de que saiba que "entrou na História Oral do Exército Brasileiro", como Capitão dos Portos que aqui foi. Ele sentir-se-á recompensado.

Realmente, no Brasil não conheço iniciativa semelhante. A "Arca de Noé" foi o antídoto, o fundamento filosófico mais eficaz de combate ao comunismo, no seio da sociedade cearense. E o mais interessante: essa idéia foi tão boa e tão oportuna, o diabo desse barco com esses bichos todos, não é? Em vez de naufragar, navegou bem, e em harmonia com o quartel. Numa das suas reuniões, fui o secretário. De início, as reuniões eram só na Capitania dos Portos, mas depois aconteceram em outros locais. Pessoas de todas as classes nos ajudavam. Chegamos, inclusive – através da "Arca de Noé" – a armar um contingente para combater o comunismo. E tínhamos condições de incorporar o dobro do que incorporávamos no quartel.

Gostaria de dizer que não era só o GO que fazia parte desse movimento. Contávamos com grande parte dos oficiais de outras unidades, como por exemplo, o então Capitão Djacir e o então Capitão Gazzineo, hoje General-de-Exército. Tanto nas reuniões do Círculo Militar como nas da Capitania dos Portos, em todas ele esteve presente.

Aqui no Ceará, a Revolução, apesar de prender, de tomar atitudes mais enérgicas, aconteceu sem maiores problemas. Para exemplificar, basta lembrar que, no meio civil, um dos freqüentadores mais ardorosos da "Arca de Noé" era o presidente do Sindicato dos Arrumadores de Carga do Porto de Fortaleza. E essa gente se comunicava com o Comandante Fernando Cavalcante. Inclusive, o Coronel Hélio foi homenageado por esse sindicato, fato publicado num dos jornais da época. Um outro fato interessante foi a homenagem prestada ao comandante Fernando. Punido e transferido, ele veio do Rio de Janeiro para ser homenageado como fundador da "Arca de Noé".

Gostaria de tecer umas considerações, de certo modo hilariantes, sobre um caso que aconteceu. Estávamos de prontidão há mais de trinta dias, quando nos foi dada a missão, a mim, ao então Capitão Manoel Justo e ao Capitão José Ribamar Alves Cordeiro, para fechar a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar, entidade que não era legal. Saímos do quartel com a tropa embarcada em três viaturas modelo 1947. Do tempo da guerra , porém muito bem cuidadas. Na volta para o quartel, eu vinha na última viatura e, na primeira, vinha o Capitão Ribamar,

que, em vez de tomar o caminho do quartel, tomou o caminho da Praça do Ferreira. Eu, naturalmente, segui o comboio, mas qual não foi a minha surpresa ao chegar, cerca das vinte e três horas, à Praça do Ferreira, onde ficavam todos aqueles donos de lojas, esperando para fechar as vitrines. Eis que ocorreu a cena dos soldados correndo atrás das pessoas, sob o comando do Capitão Ribamar. Não ficou ninguém na praça, eram taxistas. À indagação do porquê daquilo, o Ribamar me disse que era apenas, em caráter preventivo, uma demonstração de força, mas teve taxista que abandonou o carro. Na verdade, um fato hilariante. Felizmente, no Ceará não houve derramamento de sangue, pois nem o povo nem os militares o desejavam.

Ao encerrar este depoimento, gostaria de deixar uma mensagem destinada às gerações futuras, para que meditem e se preparem para enfrentar os problemas que se avizinham. Precisamos sair do atraso e elevar nossos níveis educacionais. Não se deixem enganar pela propaganda nefasta de brasileiros que empunham a bandeira das causas sociais, mas não vão além da retórica. Não escutem a propaganda enganosa da mídia, que tenta pregar a globalização do capital predador dos países detentores do poder mundial, os quais nos atiram migalhas. Enquanto, disfarçadamente, tentam arrancar nossas riquezas. Não se esqueçam dos exemplos e dos fatos reais que fazem parte da nossa História, pois sem o culto à memória e ao civismo nunca seremos uma Nação completamente livre. Preparem-se, desde já, para o combate em todos os campos, contra aqueles que tentam nos assaltar, transformando-nos em colônias do capital alienígena, sob o pretexto de nos oferecer proteção. Finalmente, saibam escolher dirigentes que realmente levem o nosso País ao lugar de destaque que ele merece entre as Nações.

Major José Ramos Torres de Melo Filho

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Atividades militares: Comandante de Companhia (Cmt Cia) no 7º Batalhão de Engenharia de Combate (7º BE Cmb); instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) da 7ª Região Militar; Cmt Cia no 1º Grupamento de Engenharia (1º Gpt Eng); Fiscal Administrativo e Cmt Cia no 1º Batalhão de Engenharia de Construção (1º BECnst); Chefe da Seção Técnica, Subcomandante e Comandante interino no 2º BECnst.
- Atividades civis: ex-diretor adjunto do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); ex-presidente da Companhia de Habitação do Ceará (COHAB-CE) e COHAB-Fort; ex-presidente da Cia de Desenvolvimento de Roraima (CODESAIMA); ex-presidente do Lar Torres de Melo; presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC); vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Atualmente é o presidente da Federação de Agricultura do Ceará.
- Possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) – Arma de Engenharia; da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); e do Instituto Militar de Engenharia (IME). Cursos civis: Extensão em Engenharia Econômica; e Escola Politécnica do Rio de Janeiro.
- Produção intelectual: livros e artigos publicados em jornais; palestras proferidas em seminários.
- Na eclosão da Revolução de Março de 1964, era capitão, aluno da EsAO.

Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2000.

Desejo, inicialmente, agradecer ao Projeto de História Oral do Exército a oportunidade de falar aos brasileiros sobre a Revolução de 31 de Março de 1964 e congratular-me com tão feliz iniciativa que, certamente, contribuirá para consolidar a verdade dos fatos históricos recentes na consciência de nosso povo.

Do meu ponto de vista, a Revolução de 1964 tem suas origens mais remotas na luta contra os costumes oligárquicos da velha República e pelos ideais pátrios revelados nos movimentos dos tenentes, nos idos de 1922, 1924. Estes, em sua luta, foram traídos: ideologicamente, por Luís Carlos Prestes, que se tornou um apátrida comunista, liderando, em 1935, a Intentona e, politicamente, por Getúlio Vargas, que após a Revolução de 1930 assumiu um governo provisório e, posteriormente, uma ditadura, de 1937 a 1945. Feito ditador, Getúlio afastou-se mais ainda daqueles tenentes, entre os quais destaco Juarez Távora, Eduardo Gomes, Juraci Magalhães e Siqueira Campos. Ao implantar o Estado Novo, em 1937, Getúlio outorgou uma Constituição de caráter nazista, a "polaca". Todos aqueles companheiros sonhavam com um Brasil livre da corrupção e dos maus costumes políticos da Velha República, com um Brasil onde se praticasse o voto secreto e direto, pondo termo à eleição a "bico de pena", quando se escolhia, previamente, quem seria o eleito.

A traição de Getúlio aos ideais de 1930 levou-o a vacilações, no seu governo, em plena Segunda Guerra Mundial, quando teve que se definir para que lado penderia: se ficava ao lado da Alemanha ou das democracias aliadas. Por um certo tempo, deu a entender estar mais perto de Hitler, afrontando, mesmo, o sentimento nacional. Somente depois que os alemães puseram a pique vários navios brasileiros, provocando muitas mortes e grandes prejuízos e acirrando ainda mais o sentimento nacional, foi que Getúlio decidiu declarar guerra à Alemanha, aliando-se aos Estados Unidos. Assim, surgiram a presença americana aqui, no Nordeste, e a nossa Força Expedicionária Brasileira (FEB), que iria participar da guerra no território italiano.

Garotos adolescentes, com treze ou quatorze anos de idade, assistíamos àqueles preparativos da FEB e à chegada ao Ceará dos primeiros norte-americanos que vinham para bases militares, de onde seria feito o abastecimento das tropas aliadas que lutavam na África. A FEB, então, preparou-se, deslocou-se para a Europa e combateu no Teatro de Operações da Itália contra a ditadura nazi-fascista. Enquanto isso, o Brasil vivia a ditadura Vargas, infundida no Estado Novo de 1937. No dia 8 de maio de 1945, termina a guerra na Europa e as tropas brasileiras, vitoriosas, retornam ao Brasil e não aceitam a continuidade da ditadura getulista. No dia 29 de outubro daquele ano, o General Oswaldo Cordeiro de Farias entrega a Getúlio uma

carta dos generais, forçando a sua renúncia. Getúlio deixa o Poder e, como não havia vice-presidente nem Congresso, assumiu a Presidência da República, interinamente, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o cearense José Linhares.

A redemocratização envolvia uma série de medidas, como o retorno dos exilados e a campanha eleitoral para a escolha do novo presidente da República, entre outras. Mesmo afastado, Getúlio não deixou de influir na campanha, através de seus prepostos, em favor do seu candidato do PSD, General Eurico Gaspar Dutra, seu ex-Ministro da Guerra. Os outros candidatos foram o Brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN e, pelo Partido Comunista, o Dr. Iedo Fiúza. Gaspar Dutra foi eleito Presidente da República e governou com muita seriedade e dignidade pessoal, respaldado no "livrinho", como ele chamava a Constituição de 1946. Entretanto, a campanha eleitoral que o elegeu conduziu-se a reboque de conluios e conchavos produzidos pelos prepostos do presidente deposto, filiados ao PSD e ao PTB. Isto vem mostrar que, lamentavelmente, a partir de 1945, substitui-se a velhacaria eleitoreira de antes de 1930 por outra mais requintada. Em 1950, estando para vencer-se o mandato do General Dutra, inicia-se nova campanha eleitoral para eleger o próximo presidente da República. Candidatam-se: pela UDN, novamente, o Brigadeiro Eduardo Gomes; pelo PSD, o Dr. Cristiano Machado e pelo PTB, o Dr. Getúlio Vargas. O Partido Comunista Brasileiro, que teve o seu registro eleitoral cassado em 1947, não tendo candidato, infiltrou os seus filiados no PTB e no PSD. No decorrer da campanha, o PSD, que havia lançado a candidatura de Cristiano Machado, orientou os seus eleitores a votar em Getúlio. Daí, a nova semântica do verbo "cristianizar", que significa um partido trair seu candidato, conforme o fez o PSD com Cristiano.

Repete-se a velhacaria eleitoreira. Assim, Getúlio retorna ao Poder e assume a Presidência da República no dia 31 de janeiro de 1951. As circunstâncias do Poder, porém, já não eram as mesmas de outros tempos. Getúlio, mais idoso, já não podia viver a sua autoridade pessoal única, pois o regime era democrático. À sua revelia, formaram-se conluios fraudulentos entre seus familiares e apaniguados. A própria segurança pessoal do Presidente arquitetava ações criminosas contra adversários políticos. Para satisfazer a compromissos partidários, Getúlio nomeia Ministro do Trabalho o seu afilhado João Goulart, o que não agradou nem a seus correligionários. A corrupção dominava a administração pública. Estes comportamentos comprometedores envolviam a responsabilidade e a autoridade do Presidente da República e chegavam ao conhecimento da imprensa, que reagia de maneira diversa: a situacionista os silenciava ou lhes reduzia o impacto; a oposicionista os divulgava e lhes explorava o escândalo. Carlos Lacerda, o incansável jornalista e temido tribuno, tornou-se o porta-voz da oposição na imprensa e, na

política, lançou-se a uma batalha violenta contra a corrupção urdida no Palácio do Catete, onde morava e trabalhava o Presidente, figura central das denúncias. Essa atitude de Carlos Lacerda atraiu o ódio e a ação da guarda pessoal de Getúlio, comandada por Gregório Fortunato, homem de antecedentes pouco recomendáveis, mas da inteira confiança do Presidente. O certo é que no dia 5 de agosto de 1954, no começo da noite, deu-se, na Rua Tonelero, em Copacabana, no Rio de Janeiro, um atentado contra Carlos Lacerda, que saiu ferido a bala e teve seu companheiro, Major-Aviador Rubens Florentino Vaz, morto na hora.

A agitação tomou conta da imprensa e da política. A Aeronáutica saiu em campo na busca dos criminosos, instaurando um inquérito na Base Aérea do Galeão, que passou a ser conhecida como "República do Galeão". A Marinha solidarizou-se com a Aeronáutica e, no dia 22 de agosto de 1954, a grande maioria dos oficiais-generais do Exército assinou um manifesto, redigido por Juarez Távora, solidarizando-se, também, com os companheiros da Aeronáutica, na exigência da renúncia do Presidente Getúlio Vargas. O inquérito da Aeronáutica, presidido pelo Coronel-Aviador Adil de Oliveira, já havia apurado a responsabilidade direta da guarda pessoal de Getúlio no atentado da Rua Tonelero. Daí, a crise se aguça, os fatos se precipitam e culminam com o trágico suicídio do Presidente.

A situação política nacional, porém, estava longe de uma solução que contentasse a gregos e troianos. As Forças Armadas queriam a solução constitucional, isto é, assumiria a Presidência da República o Vice-Presidente João Café Filho, o que, de fato, ocorreu. Os partidos políticos, entretanto, lutavam entre si em busca do melhor proveito possível para suas posições. Café Filho nomeara para Ministro da Guerra o General-de-Divisão Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, em substituição ao General Zenóbio da Costa. O Presidente adoece, é hospitalizado e substituído, interinamente, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Carlos Luz, dentro dos preceitos constitucionais. No dia 3 de novembro de 1955, falece o General Canrobert Pereira da Costa. O Coronel Jurandir de Bizarria Mamede, do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), fez um discurso ao pé do túmulo de Canrobert, considerado político pelo Ministro da Guerra, General Lott que, decidindo puni-lo, embora estando o Coronel Bizarria Mamede fora de sua jurisdição, foi levar sua decisão ao Presidente Carlos Luz, que a desaprovou. Carlos Luz resolveu demitir, do Ministério da Guerra, o General Lott e foi por este deposto, no dia 11 de novembro de 1955. No dia 20 de novembro, Café Filho, o presidente legítimo, estava restabelecido de sua enfermidade e ia reassumir o seu cargo, mas foi impedido pelo General Lott, que forçou o Congresso a votar o seu impedimento. Assume, então, a Presidência da República, o

Presidente do Senado, Senador Nereu Ramos. Estes dois golpes de Estado ficaram conhecidos como a "novembrada do General Lott".

Aqui, cumpre-me fazer uma observação que reputo relevante. Essa síntese histórica dos fatos ocorridos entre 1930 e 1955 parece dispensável, não fora a necessidade de demonstrar que os ideais da Revolução de 1930, do tenentismo, foram frustrados ou mesmo traídos durante esse período de 25 anos. E continuarão frustrados, a partir de 1955, pela continuada velhacaria político-eleitoreira de nossas pseudo-elites que, cada vez mais, amesquinham-se e desacreditam-se. Não há dúvida de que perlustraram a política brasileira, nesses períodos, muitos homens da estirpe de Milton Campos, Afonso Arinos, Adauto Lúcio Cardoso, Luís Viana Filho, Raul Pila, Bilac Pinto e de muitos outros que mereceram a credibilidade do povo e da História.

Prosseguindo na frustração dos ideais tenentistas de 1930 – um dos desaguadouros da Revolução de 1964 – a campanha eleitoral de 1955 repetiu os mesmos conluios e conchavos eleitoreiros da campanha de 1950, agora com renovadas sutilezas de sócios comunistas atuantes no PTB de João Goulart, com respingos no PSD de Juscelino. Eram candidatos à Presidência da República: o Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, tendo como candidato a vice-presidente, o Dr. João Belchior Marques Goulart (Jango), aí conchavada a aliança PSD-PTB e o General Juarez do Nascimento Fernandes Távora, pelo PDC, com apoio da UDN.

Eleitos e empossados Juscelino e Jango, o Presidente se deixa absorver pelos problemas administrativos, sobretudo com a construção de Brasília e entrega os afazeres político-sociais a Jango, que deles se aproveita para ampliar consideravelmente sua influência eleitoreira e o prestígio comunista dentro de seu partido, o PTB. O ministro da Guerra de Juscelino continuou sendo o General Lott que, persistindo em prestigiar vários militares indisciplinados, começou a sufocar a hierarquia militar, premiando os subtenentes e os sargentos com promoções e vencimentos acima do que tinham direito os oficiais. Tido como um dos oficiais-generais mais corretos e respeitados no Exército, de repente o General Lott vira a cabeça com atitudes de quem está com a "mosca azul" da política, comportando-se como candidato do PSD às próximas eleições para presidente e envolvendo o pessoal do Exército nessas suas intenções, o que não agradava às Forças Armadas. Assim, termina o período de Governo de Juscelino, com um certo desenvolvimento para o País, com a construção de Brasília, com muito desvio de recursos públicos, com muitos conluios partidários e com uma inflação assustadoramente em ascensão.

Em 1960, no último ano do Governo Juscelino, desenvolve-se a campanha eleitoral para presidente e vice-presidente da República, nos mesmos moldes das anteriores. Para presidente: o General Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, pelo

PSD, com o apoio do PTB, cujo candidato a vice-presidente era Jango; o Dr. Jânio da Silva Quadros, pela UDN, que lançara candidato a vice-presidente o Dr. Milton Campos. Ocorreu que, nas eleições propriamente ditas, Jango, que costurava seus interesses políticos com os de Jânio, mandou descarregar a votação do PTB no candidato da UDN. Assim, Jânio Quadros, eleito Presidente da República, com grande maioria de votos, e Jango Vice-Presidente, tomam posse no dia 31 de janeiro de 1961. Jânio inicia o seu governo enchendo de esperança o povo brasileiro que, em face das medidas a que se propunha adotar, acreditava que o Brasil, daí para frente, tomaria um rumo político-administrativo irreversivelmente promissor. Entretanto, no dia 25 de agosto, enquanto seu substituto constitucional, o Vice-Presidente Jango, passeava ociosamente pela China, com paradas em outros países comunistas, Jânio, inexplicavelmente, renuncia ao seu mandato, criando uma frustração generalizada em todo o País e uma crise da maior gravidade.

Os antecedentes políticos de João Goulart, o seu despreparo para o exercício do cargo, e sobretudo a sua aliança comprometedora com os comunistas, criavam profundas desconfianças na sociedade brasileira – acentuadas com sua viagem à República Popular da China – e desaconselhavam sua assunção ao cargo de presidente da República. As Forças Armadas perfilharam esta posição, embora com a abstenção do III Exército, com sede em Porto Alegre, sob o comando do General José Machado Lopes. O Congresso Nacional, em concordância com os ministros militares, votou uma Emenda à Constituição adotando o sistema parlamentarista de governo, que reduzia os poderes de Jango. Durou pouco o parlamentarismo no Brasil republicano. Os aliados de Jango, à frente os comunistas, caíram em campo, arranjaram e manipularam um plebiscito que repôs o presidencialismo, devolvendo todos os poderes constitucionais ao presidente. Daí para frente, as prevaricações à ordem pública se precipitaram em todos os setores da vida nacional. Os comunistas, que já estavam infiltrados no Governo, receberam mais alento do próprio Presidente, assumiram posições de mando em todos os postos-chave da administração pública e intensificaram as desordens subversivas através de entidades por eles lideradas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e outras. Na Câmara dos Deputados, os parlamentares de esquerda se organizaram na chamada Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), de onde partiam certas orientações subversivas e apoios a possíveis incriminados de ações desordeiras.

Nessa altura dos acontecimentos, as greves políticas, os tumultos de rua, as afrontas e provocações às instituições e às autoridades intranqüilizavam os brasilei-

ros, particularmente os residentes nas grandes cidades, e acentuavam-se certas atividades tendentes a dissociar as Forças Armadas pela quebra da disciplina e pelo confronto hierárquico. Daí os fatos graves que se sucederam a partir do segundo semestre de 1963. Jango, iludido por seu chefe do Gabinete Militar, General Assis Brasil, e por seu Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, acreditava imbatível o seu esquema militar. Na madrugada de 12 de setembro de 1963, praças da Aeronáutica e do Corpo de Fuzileiros Navais, da ordem de quinhentos, liderados por sargentos instigados por elementos de esquerda em conluio com deputados da FPN, rebelaram-se em Brasília, cometeram vários desatinos e só foram contidos por ação direta do Comando Militar de Brasília. Isto ficou conhecido como a Revolta dos Sargentos de Brasília. As agitações se acentuaram; agora, com a participação das "Ligas Camponesas" do comunista Francisco Julião, no campo, e dos "grupos dos onze" de Leonel Brizola, espalhando o terror em todo o território nacional.

Os acontecimentos se agravavam. No dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, ao lado do edifício onde funcionavam o então Ministério da Guerra e o Comando do I Exército, aglomerou-se a turbamulta, convocada e instigada por agentes comuno-janguistas para realizar um "comício-monstro" que ficou conhecido como comício da Central do Brasil. A esse comício compareceram o Presidente da República e todos os seus ministros, incluindo os militares. Nesse comício se exigiam, em resumo, a implantação das reformas de base "na lei ou na marra", a convocação de uma Constituinte, o fechamento do Congresso Nacional, todo o poder aos sindicatos e outras sandices. Todo o ajuntamento foi garantido e protegido por tropas da PE do I Exército. Tudo, nesse comício, visava a testar a eficácia do esquema subversivo para, invertendo a ordem interna – com o desrespeito às instituições, com a provocação e, mesmo, com o afrontamento às Forças Armadas – implantar a "república popular sindicalista" nos moldes de Pequim, escravizada à União Soviética.

No dia 26 de março, amotinados no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, marinheiros e fuzileiros navais, liderados pelo Cabo José Anselmo – presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, entidade não reconhecida – com o apoio do Almirante Cândido Aragão e orientação do Deputado comunista Max da Costa, da FPN, promoveram instigações contra o almirantado e oficiais da Marinha, em acintosa atitude de insubordinação e rebeldia. Estava, mais uma vez, patenteado o clima de agressão contra a disciplina militar, estimulado por agentes comunistas com a conivência do Governo. O Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, dispôs-se a abafar o levante e punir os amotinados, mas foi exonerado pelo Presidente da República. Esta situação teve um des-

dobramento extenso e envolveu o Corpo de Fuzileiros Navais, cujas tropas, enviadas para manter a ordem, foram substituídas por elementos blindados e choques da Polícia do Exército, sob o comando do Coronel Ventura. Também se envolveram na confusão, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, os coronéis Pinto Guedes e Cyro Labarthe Alves, emissários do Ministro da Guerra e do Presidente da República e os deputados federais Ferro Costa, Sílvio Braga e Max da Costa Santos, que, ao entrarem no Sindicato, já encontraram seus colegas Demistóclides Batista, Antônio Garcia Filho, Adão Pereira Nunes e Hércules Correia, todos da FPN. Esse tumulto só chegou ao fim no dia 30 de março, quando negociações entre a CGT e o Presidente Jango, culminaram com a não punição dos amotinados, recolhidos ao Batalhão de Guardas do I Exército e o atendimento às reivindicações da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais.

Na noite de 30 de março de 1964, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, cerca de cem sargentos dos três ramos das Forças Armadas ofereceram um banquete ao Presidente da República e a seus ministros. Os discursos lá pronunciados repetiam com ênfase as exigências do comício do dia 13; mas o pronunciamento de Jango, em especial, constituiu prova inequívoca de sua intenção de desestruturar as Forças Armadas.

E o que fazia a consciência viva e sadia da Nação ao longo de todos esses desmandos? E a sociedade, e o povo brasileiro permaneciam inertes, em face de tudo isso? Não. Do centro dessas procelas de águas turvas começavam a firmar-se idéias límpidas, e essas idéias começavam a adquirir vozes, e essas vozes se somavam e se refletiam em eco forte, que animava a Nação. Quando essa catástrofe começou a abater-se sobre o povo brasileiro, velhos líderes da ativa e da reserva das Forças Armadas, em especial do Exército, conscientes dos resultados funestos que aqueles desmandos trariam ao Brasil, começaram a articular-se entre si, com a tropa e com lideranças civis não comprometidas com o Governo Jango. De outra maneira, ainda mais ostensiva, as associações militares e outras instituições já vinham trabalhando no sentido de uma reação nacional.

Inicialmente muito tímido, o Clube Militar, com o tempo, foi-se encorajando, graças, em grande parte, à presença de oficiais-alunos da EsAO, do IME e da ECEME e, juntamente com o Clube Naval e o Clube da Aeronáutica, teve um papel de grande relevância na preparação do Movimento de 1964. Havia uma ala conhecida como "Cruzada Democrática", que reunia muitos oficiais que pensavam igualmente sobre aquele momento nacional. Entre esses oficiais, incluíamo-nos eu e meu irmão, Artur Torres de Melo, então major, e outros bem conhecidos, como os então coronéis Arnizaut de Matos, Sebastião Chaves e João Baptista Figueiredo.

Aí, confabulávamos sobre a situação do País, sobre o que deveria ser feito e como. Motivado pela "Cruzada Democrática", no dia 3 de julho de 1963, o Clube Militar promoveu uma grande reunião, com mais de três mil oficiais, presidida pelo General Magessi da Cunha Pereira, seu presidente. Capitão e aluno do 3º ano do IME, compareci a essa reunião juntamente com o Artur, e fizemos, cada qual, um pronunciamento contra o estado de coisas reinante, imputando as responsabilidades ao Ministro da Guerra e ao Presidente da República. Os dois discursos, por sua veemência, valeram-nos trinta dias de prisão para cada um, dados pelo Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro. Mas nós, os oficiais mais jovens, não arrefecemos e continuamos nessa batalha, sem sabermos bem qual o pensamento dos nossos chefes.

No dia 20 de março de 1964, porém, em sua célebre Nota Reservada, dirigida aos grandes comandos, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Humberto de Alencar Castello Branco, externara o seu pensamento, muito acatado em todo o Exército, afirmando, depois de alguns considerandos: "A insurreição é um recurso legítimo do povo". Era o sinal verde para a contra-ofensiva armada que só aguardava, daí em diante, o estímulo popular para legitimá-la. E este estímulo não demorou. O povo, incentivado pela grande maioria do Clero que, à época, não estava tão dividido em alas ideológicas, mas unido no verdadeiro ensino do Evangelho, saiu às ruas e deu a maior demonstração de repúdio ao descalabro que o comuno-janguismo estava tentando impor ao País, através de manobras sórdidas e farsantes. O povo brasileiro se organizou em quase todas as capitais, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, destacando-se as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e, entre outras coisas, pedia que as Forças Armadas cumprissem sua missão constitucional e dessem um basta àquela desordem que grassava no País e estava destruindo a Nação. Nessa mesma direção pronunciavam-se os órgãos mais representativos da imprensa brasileira, como os jornais *O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil* e outros. O Congresso Nacional, através da Ação Democrática Parlamentar, que reunia a grande maioria dos deputados, terçava armas com os parlamentares comunistas que integravam a Frente Parlamentar Nacionalista. Assim, o Povo, a Igreja, a Imprensa e o Congresso Nacional analisavam e legitimavam, *a priori*, a ação militar que se iria desencadear como efetivação da insurreição do povo. Era o estímulo que faltava.

A gota d'água que extravasaria o copo da paciência nacional pingou no dia 30 de março, naquele banquete no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Na verdade, o desencadeamento da ação militar estava previsto, em princípio, para o dia 2 de abril, antecipando-se de um mês ao golpe comunista, marcado para 1º de

maio, Dia do Trabalho. O Comandante do I Exército, sediado no Rio de Janeiro, General Armando de Morais Âncora, e alguns comandantes de suas Grandes Unidades eram, francamente, simpatizantes do Governo Jango e, com certeza, apoiariam aquele golpe comunista. Mas aquela "gota d'água" precipitou os acontecimentos. O General Olympio Mourão Filho, comandante das tropas federais sediadas em Minas – em consonância com os generais Carlos Luís Guedes e Antônio Carlos Muricy, com o apoio e orientação do Marechal Odylio Denys e em entendimento com o Governador do Estado, Magalhães Pinto – deu início ao Plano de Ação de Minas, com o deslocamento de suas tropas para o Rio de Janeiro, na madrugada do dia 31 de março de 1964. No dia 1º de abril as tropas de Minas prosseguiam no seu deslocamento e, do Rio de Janeiro, partia, às 6h, a 1ª Divisão de Infantaria, para entestá-las. No mesmo dia e mesma hora, também do Rio de Janeiro, partiram tropas do Grupamento de Unidades-Escola (GUEs), na direção de São Paulo, para se oporem às unidades do II Exército, comandado pelo General Amaury Kruel que, aderindo às tropas de Minas, deslocava-se para o Rio de Janeiro, passando por Resende. Ainda no dia 1º de abril, às 8h30min, uma vanguarda do Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), solidária com as tropas mineiras, deslocou-se para Barra Mansa para defrontar-se com as tropas do Grupamento-Escola vindas do Rio de Janeiro. Comandava a AMAN o General Emílio Garrastazu Médici. Às 10h30min, o grosso do Corpo de Cadetes ocupa, militarmente, a região de Resende/Barra Mansa, tomando posição ao longo da rodovia Dutra, para barrar a progressão das tropas do I Exército (GUEs), antecipando-se, assim, à chegada do II Exército.

Era esta, pois, a situação delicada e preocupante daquele dia 1º de abril de 1964, nas duas frentes, onde um tiro só, de qualquer lado, poderia transformá-las em campos de batalha de extensões e resultados imprevisíveis. Há um velho refrão que diz: "Deus é brasileiro". De fato, Deus se mostrou, decididamente, brasileiro nesse dia. As tropas da 1ª Divisão de Infantaria aderiram às forças mineiras. Das tropas do GUEs, parte aderiu ao Corpo de Cadetes da AMAN e a outra parte não reagiu.

Às 13h, no gabinete do comandante da AMAN, deu-se um encontro entre os generais Kruel e Âncora, que respondia pela função de ministro da Guerra. Desse encontro, o General Âncora concluiu ser o mais sensato mandar que as tropas, que estavam no Vale do Paraíba, regressassem aos seus quartéis.

Era a vitória do bom senso com que as Forças Armadas brasileiras brindaram seu povo, libertando-o do anarquismo destrutivo do comunismo. As tropas de Minas, agora reforçadas pela 1ª DI, prosseguiram no seu deslocamento sobre a Guanabara. O 5º Regimento de Infantaria do II Exército cerrou sobre Barra Mansa e substituiu o Corpo de Cadetes, que regressou à AMAN com a convicção e com o

santo orgulho do dever cumprido. Outras unidades procedentes de São Paulo estacionaram na região de Resende. O Presidente João Goulart foragiu-se do Rio de Janeiro e de Brasília, abandonando o cargo e tomando rumo ignorado. Os comunistas silenciaram a falácia, que lhes era muito própria, com que enganavam os desavisados, com tanta desenvoltura. O "imbatível" esquema militar de Jango esboroou-se como bolha de sabão, pois era uma farsa.

Na madrugada de 2 de abril de 1964, o Congresso Nacional, convocado pelo Presidente do Senado, Senador Auro de Moura Andrade, considerou vaga a Presidência da República, assumindo-a o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ranieri Mazzili, enquanto se definia a nova ordem revolucionária, que veio com o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. O seu artigo 2º estabelecia que a eleição do presidente e do vice-presidente da República seria feita por maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal, dentro de dois dias, a contar da data de publicação daquele Ato. No dia 11, o Congresso Nacional, em sessão conjunta, elegeu presidente da República, por maioria absoluta, em primeiro escrutínio, o General Humberto de Alencar Castello Branco, e Vice-Presidente, o Dr. José Maria Alkimin. No dia 13, Castello Branco passou, oficialmente, para a reserva do Exército, no posto de marechal, de acordo com a lei. No dia 15, deu-se a posse, perante o Congresso Nacional, do presidente e do vice-presidente. O Marechal Castello Branco condicionara a sua candidatura à limitação de seu mandato para 31 de janeiro de 1966, quando terminaria o mandato do governo anterior.

Com Castello Branco, começa o ciclo dos presidentes militares e nova fase na história política brasileira, a mais difícil da Revolução. Isso, pelo acúmulo e gravidade dos problemas a serem resolvidos – intrínsecos aos interesses nacionais defendidos por Castello – ostensivamente contrários às pretensões subalternas de pessoas e grupos que, presunçosamente, atribuíam à Revolução, como único papel, assegurar os seus interesses pessoais, pouco ou nada patrióticos.

O Marechal Castello Branco, que guardava, entre muitas outras, as qualidades de inteligência, de cultura e de caráter, era um democrata por natureza, um legalista por formação e um patriota por amor ao Brasil. Era este o homem que começava a conduzir os destinos da Nação, cuidando para que fossem contidos os excessos, as arbitrariedades e as violências de uma minoria exaltada. Foi ele o rochedo onde se esboroaram os vagalhões dessas tendências mesquinhas, no começo da administração revolucionária.

Com este fecho, pretendi concluir a síntese dos fatos históricos e políticos que, na minha visão, levaram a Nação brasileira ao Movimento Cívico-Militar de

1964. Daqui para frente, permitir-me-ei fazer alguns comentários, aparentemente independentes, mas interligados, todos eles pertinentes à Revolução, sobretudo quanto ao seu desenvolvimento.

Começo pelo Governo Jango, uma fase triste na História do Brasil. Triste porque Jango, na sua voracidade de poder, jamais se preparou para exercê-lo com proficiência. Caráter maleável, cultura escassa, deficiente formação política, confundia a popularidade de seu mestre e patrono, Getúlio Vargas, com o populismo peleguista e promíscuo que dominou sua personalidade insegura. Os conchavos e conluios estavam sempre presentes nas negociações eleitoreiras, inclusive com os comunistas, desde que lhe rendessem votos para alcançar seus objetivos, sem se preocupar com a subserviência que lhe trariam os compromissos assumidos. Assim, chegou à Vice-Presidência e, por uma urdidura perversa de gênio maléfico, à Presidência da República, onde herdou a inflação de Juscelino, a decepção com a renúncia de Jânio e a subversão que Lott deixara nos quartéis, prestigiando assessores de tendências marxistas e invertendo a hierarquia salarial entre oficiais e praças. Essas mazelas todas se foram multiplicando no seu governo que, infiltrado de comunistas, deu o maior respaldo à subversão da ordem pública, por eles conduzida através de entidades como a UNE, a CGT, o PUA, a CNTI, a FPN e outras. Essa subversão, generalizada e diária nas capitais, alastrou-se para o interior, sobretudo no Nordeste, através das "Ligas Camponesas" do comunista Francisco Julião e dos "grupos dos onze", de Leonel Brizola.

Na verdade, a Nação estava paralisada e intranqüila e a disciplina militar começava a ser agredida. Os tumultos tomavam vulto e a fanfarronice das esquerdas fazia os menos avisados acreditarem na iminência de uma catástrofe. No dia 13 de março de 1964, o comício da Central do Brasil; no dia 26, o levante dos marinheiros e, no dia 30, o banquete no Automóvel Clube. Estes acontecimentos, de que já havia falado, violentaram a consciência nacional, forçando o povo a manifestar o seu repúdio à desordem, através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade e provocaram a ação armada, conforme descrevi antes, que fez desmoronar o esquema comuno-janguista, em pouco mais de vinte e quatro horas, sem derramamento de sangue.

A Justiça, por sua função de julgar, e julgar soberanamente, com uma consciência isenta, não podia-se manifestar. Como, de fato, não se manifestou. Além do mais, a Justiça, com tais características, é um dos poderes do Estado. Mas não é um poder político, no sentido faccionário. O seu poder é de julgamento, inclusive das ações dos demais poderes. Assim, tinha que conviver com aquela situação desastrosa, que ela não podia aceitar, e confortar-se, confiante, nas virtudes que lhe são

próprias, embora eivada de alguns vícios imanentes à condição humana de seus integrantes. Mesmo assim, a ação armada foi exigência do povo brasileiro, manifestada diretamente nas ruas ou através da Igreja, da Imprensa, do Congresso Nacional e de outras entidades que integram a vida do País. Portanto, a Revolução de 1964 foi fruto da legítima vontade do povo brasileiro, efetivada por suas Forças Armadas.

Inicialmente, não se podia dizer que a Revolução se tivesse fundamentado em alguma ideologia de base filosófica. Sua dinâmica inicial foi estimulada mais por um arraigado sentimento anticomunista, originário do repúdio aos crimes da Intentona e à tese anticristã da teoria marxista. Todavia, a decisão de assumir a condução político-administrativa do País levou-a a aplicar a ideologia do "desenvolvimento com segurança", estudada na Escola Superior de Guerra. Portanto, uma ideologia genuinamente brasileira, que jamais precisou de suporte filosófico externo, como a ideologia comuno-marxista.

De qualquer forma, vitoriosa, a Revolução estava legitimada por si mesma e tratou de se institucionalizar. Aí, optou pela forma de eleição indireta, pelo Congresso, para presidente e vice-presidente da República, pela qual foi eleito o Marechal Castello Branco, primeiro presidente do ciclo revolucionário, para completar o mandato do governo anterior. Entretanto, considerando exíguo o prazo de dois anos para que o primeiro governo revolucionário levasse a Nação à sua normalidade orgânica e institucional, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964, prorrogando o mandato de Castello Branco até 15 de março de 1967, embora contra a sua expressa vontade.

As dificuldades eram muitas e diversificadas, e algumas delas pareciam intransponíveis, sobretudo as criadas por grupos de revolucionários conhecidos como de "linha dura", que muito mais atrapalhavam do que ajudavam na reconstrução do País, nesses três primeiros anos do governo revolucionário. O Governo Castello Branco superou todas essas dificuldades, menos duas, prejudiciais ao Governo e ao Brasil, impostas por esses grupos, as quais ele teve de tolerar para evitar uma cisão dentro do Exército, naquela fase delicada e decisiva. Uma delas foi a cassação de Juscelino, que provocou a retirada do apoio do PSD ao bloco governista do Congresso e, indiretamente, o afastamento de Carlos Lacerda, que pretendia ser o presidente em 1967; a outra foi a candidatura de Costa e Silva, que não tinha o preparo e a visão do real alcance das medidas modernizadoras de Castello Branco, nem as condições de higidez física para suportar o esforço do cargo de presidente. O fato é que Costa e Silva foi eleito, tomou posse no dia 15 de março de 1967 e teve que enfrentar os primeiros passos da "luta armada", iniciada ainda em 1966, com o atentado do aeroporto dos Guararapes, no Recife-PE.

Costa e Silva, então, endurece a Lei de Segurança Nacional com a edição do AI-5, de 13 de dezembro de 1968. Certamente, a sobrecarga de preocupações imposta pela ação de governo o levou a contrair, no final de agosto de 1969, uma grave enfermidade cardiovascular que o afastou do Governo e o levou à morte. Este imprevisto trouxe algumas graves conseqüências: o Vice-Presidente, Deputado Pedro Aleixo, não assumiria a Presidência por ser contrário ao AI-5; os três ministros militares, General Aurélio de Lyra Tavares, Almirante Augusto Hademaker e o Brigadeiro Márcio de Sousa e Mello assumiram, interinamente, a direção do País, enquanto aguardavam o desfecho da doença do Presidente; o agravamento irreversível da enfermidade de Costa e Silva indicou a eleição de novo presidente, sendo escolhido o General Emílio Garrastazu Médici.

Médici assume o governo e, enfrentando a "luta armada" com decisão e energia, derrota-a em pouco tempo, sem se descurar da alta administração do País. Foi um governo muito-bem sucedido, tanto nas atividades de desenvolvimento quanto nas de segurança interna. Médici encerrou o seu mandato, passando o Governo ao seu substituto eleito, General Ernesto Geisel, em 15 de março de 1974. Geisel promoveu a abertura política, numa preparação gradativa para a normalização democrática, revogou o AI-5 e deu continuidade ao plano de realizações da Revolução, com destaque para o setor energético, através da construção de Itaipu. Concluiu o seu mandato em 15 de março de 1979, transferindo o Governo ao seu substituto legal, o General João Baptista Figueiredo. O Governo do Presidente Figueiredo prosseguiu com o plano administrativo do País e, certamente avaliando os resultados positivos da política de distensão do seu antecessor, preparou e promulgou a Lei da Anistia, que pretendia ser o instrumento de pacificação e conciliação nacionais. Com isto, a 15 de março de 1985, encerrou o seu mandato e, também, o ciclo dos governos militares, restituindo o Poder aos civis.

Mas não se poderia comentar um movimento revolucionário sem falar sobre os líderes que o prepararam e o acionaram. Na realidade, não foram poucos esses líderes, dos quais, sem demérito para muitos, citarei apenas alguns que me vieram à memória, no momento. Entre os civis: os governadores Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, respectivamente da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo. Entre os militares: generais Castello Branco, Costa e Silva, Amaury Kruel, Garrastazu Médici e, em especial, por terem deflagrado o Movimento em Minas Gerais, o Marechal Odílio Denys e os generais Mourão Filho, Carlos Guedes e Antônio Carlos Muricy. Esses líderes, respaldados na estatura moral e intelectual que emolduravam suas personalidades, com o emprego das Forças Armadas brasileiras e com o apoio do povo, fizeram uma Revolução que foi a expressão da vontade nacional.

Entretanto vivia-se, na época, um clima de guerra fria entre o bloco democrata, liderado pelos EUA, e o bloco comunista, liderado pela União Soviética. Por isso é que se constata a insinuação da mídia malsã de que, por meio da guerra fria, os norte-americanos nos impuseram o "golpe militar" de 1964. Esta hipótese, entretanto, não resiste à perquirição da verdade histórica. Na realidade, a Nação brasileira se insurgiu contra a ameaça de uma interferência externa, arquitetada pelos agentes de Moscou. Quer dizer, o que mais pesou na decisão de deflagrar o Movimento Cívico-Militar de 1964 foi a agressão comunista ao Brasil, com a conivência do Governo Jango. E pela gravidade da agressão seria até compreensível que se aceitasse o apoio – e não a interferência – de países amigos, se necessário, mas dispensável naquele momento. Assim, é pura sandice da esquerda afirmar que a Revolução teria sido fruto da guerra fria americana. É ignorância histórica, má-fé ou as duas coisas a um só tempo, o que é intrínseco ao caráter comunista. A intenção soviética, de tomada do Poder no Brasil, era a mesma em 1935 e em 1964. Onde estava a guerra fria americana em 1935? A guerra fria foi um meio arquitetado por Stálin, na Conferência de Yalta, em plena Segunda Guerra Mundial, para ajudar a implantar o comunismo no mundo. Era um instrumento do MCI. Logo, se houve guerra fria no Brasil, esta foi comunista e derrotada, única e exclusivamente, por brasileiros. Portanto, a Revolução foi um movimento genuinamente brasileiro e vitorioso, sem nenhuma participação externa.

Vencidos em 1964, os comunistas jamais se conformaram com a derrota. Começaram, então, a articular uma reação ao regime revolucionário, por meios violentos. Era a reação terrorista que eles chamaram de "luta armada". Mas, antes de prosseguir neste assunto, gostaria de apresentar uma ligeira síntese histórica dos antecedentes do comunismo instituído no Brasil, de acordo com Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas*. Como tudo que o comunismo afirma é controvertido, esta síntese não pode deixar de conter as suas controvérsias. Em 1922, foi criado o Partido Comunista do Brasil, sigla PCB, dentro da orientação da 3ª Internacional Comunista – Komintern – da linha estalinista. Em 1947, o PCB foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Pretendendo anular a mesma, a cúpula comunista brasileira, em 11 de agosto de 1961, resolveu mudar a sua denominação para Partido Comunista Brasileiro – mesma sigla PCB – buscando assim obviar uma das alegações da cassação judicial de 1947, a de que o PCB não era um partido "brasileiro". O TSE não se impressionou com a alteração nominal e negou o registro. Do seu lado, os estalinistas argumentaram que o Comitê Central se afastara da linha anterior e criara um novo partido, decorrente do Programa e Estatutos encaminhados ao TSE. Assumindo a defesa do verdadeiro partido comu-

nista, um grupo de militantes estalinistas, então, houve por bem permanecer fiel ao Partido Comunista do Brasil, logo conhecido pela sigla PC do B, consumando-se a cisão. O PC do B adotou a linha maoísta-chinesa, optando pela revolução violenta e imediata, pouco se envolvendo, entretanto, com as ações urbanas, que ficaram a cargo de outras entidades por ele orientadas, tais como: Ação Popular (AP), Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, Vanguarda Armada Revolucionária–Palmares (VAR/Palmares), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR/8), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e outras cujos integrantes eram, na sua maioria, treinados na China, em Cuba, na Albânia e em outros países comunistas, e todos viviam na clandestinidade. Essas entidades se consideravam autônomas, mas eram interdependentes nas ações terroristas, e o seu conjunto se autodenominou de "esquerdas do Brasil". O PC do B, que desde 1961 se vinha estruturando para estender a revolução ao campo, passou a preparar as guerrilhas rurais.

Era este, em suma, o panorama estrutural da esquerda ideológica brasileira em 1966. Sua primeira manifestação de violência ocorreu no dia 25 de julho, com o atentado ao aeroporto dos Guararapes, no Recife com o propósito de eliminar o então Ministro da Guerra, General Costa e Silva. A ação criminosa, frustrada com relação a Costa e Silva, que se encontrava em João Pessoa, causou a morte do Almirante Nelson Passos Fernandes e do jornalista Edson Régis de Carvalho e feriu 14 pessoas, das quais oito ficaram mutiladas e paralíticas para o resto da vida. Este atentado foi assumido pela AP (Ação Popular) e praticado pelo terrorista Raimundo Gonçalves Figueiredo (Raimundinho), com a provável cumplicidade de Herbert José de Sousa (Betinho), o seu coordenador nacional, e Jair Ferreira de Sá, militante.

De julho de 1966 a dezembro de 1968, já no Governo Costa e Silva, as ações terroristas, que se foram tornando mais freqüentes e preocupantes, associadas à afronta do Deputado Márcio Moreira Alves, na Câmara dos Deputados, às Forças Armadas, obrigaram o Governo a endurecer a Lei de Segurança Nacional, promulgando o Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e a criar os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI).

Quanto ao SNI (Serviço Nacional de Informações), cabe aqui, por oportuno, um esclarecimento. O SNI foi organizado e implantado no Governo Castello Branco, pelo General Golbery do Couto e Silva, como agência de informações de alto nível para assessoria nas decisões do Governo. Portanto, não pertence ao mesmo

nível de finalidade dos DOI e CODI. O SNI é extremamente necessário como órgão de inteligência e, com esta qualificação, existe em qualquer país do mundo.

Voltando, porém, aos atos terroristas, em 4 de setembro de 1969, durante o governo da Junta Militar, o embaixador americano Charles Burke Ellbrick é seqüestrado e, em troca do seu resgate, foi exigida a libertação de 15 terroristas presos. Caso os seqüestradores não fossem atendidos, o embaixador seria morto. O Governo teve que ceder à realidade das circunstâncias. Entretanto, foi no Governo Médici que a luta armada se intensificou, com atentados, seqüestros, assaltos a bancos e a quartéis, assassinatos seletivos e a guerrilha rural, conduzida pelo PC do B de João Amazonas, e outras violências. As operações de segurança interna recrudesceram e a luta armada foi derrotada. Jacob Gorender, um comunista convicto e um historiador voraz, condena as ações violentas, mas aplaude os resultados e classifica o seqüestro do embaixador Ellbrick de "golpe de mestre".

Não podemos esquecer nem deixar de lamentar que, nesses encontros, tivemos mortos de ambos os lados. É o resultado inevitável do choque entre duas alas que se digladiam. Alguns, mortos em confronto entre as forças legais e grupos armados de esquerda; outros, eliminados covardemente por ações e justiçamentos terroristas da própria esquerda. No total, umas três centenas de pessoas. Destas, a ordem de uma centena pertencia às forças da lei e a um grupo de cidadãos indefesos, vítimas ocasionais ou selecionadas para serem eliminadas por aquelas entidades de esquerda. Os demais eram veteranos ideólogos, treinados para a violência em países comunistas, e jovens universitários, na sua maioria induzidos ao terrorismo de esquerda por líderes comunistas que, ainda hoje, andam por aí, intocáveis, graças à Lei da Anistia que eles não respeitam. Aqueles que defenderam a lei e a ordem, em favor do povo brasileiro, e foram mortos, estão hoje esquecidos. Os que sobreviveram são execrados, juntamente com suas famílias, por subserviência nacional a ONGs estrangeiras. Os terroristas mortos são, hoje, ressuscitados como heróis e com indenizações arranjadas através de manobras pouco transparentes. Dos que sobreviveram, muitos estão aboletados na alta administração do País, nos poderes da República, e outros continuam instilando o seu veneno ideológico rotulado de remédio. Onde está a Justiça!? Onde, a Lei da Anistia!?

Contudo, apesar de vencida a "luta armada" de esquerda, seus autores transmitiram uma infeliz herança aos bandidos comuns que, atualmente, integram o crime organizado no País, adotando os mesmos métodos e processos violentos de terrorismo que eles praticavam, incluindo o contrabando e o roubo de armas.

Além do mais, se a Revolução venceu a "luta armada" de esquerda, perdeu a "batalha da comunicação social". Julgo que deveríamos ter divulgado não só as

operações contra a guerrilha do Araguaia, mas também os motivos das cassações de todos os que foram nela envolvidos. Outra falha pela qual estamos pagando caro, até hoje, foi o abandono, em mãos adversárias, dos meios de comunicação e dos meios de ensino, em especial o universitário. O Governo Médici, apesar de obrigado a desviar esforços para combater a "luta armada", alcançou os índices mais elevados da economia brasileira, em todos os tempos, e a popularidade pessoal de Médici era incontestável perante a opinião pública. É aqui que, no meu entendimento, a Revolução perdeu a grande oportunidade de, convocando eleições diretas, ver seu candidato a presidente da República, sobretudo o próprio Médici, eleito, sem sombra de dúvida. Por isso, julgo que os dois governos que lhe sucederam teriam sido um alongamento desnecessário do período revolucionário. Desta forma, as medidas adotadas por Geisel ou Figueiredo, necessárias numa extensão do período revolucionário, seriam absorvidas por um governo eleito diretamente pelo povo e orientado pelo ideário e pelos princípios da Revolução. Daí por que considero extenso o período revolucionário.

O certo é que nenhum empreendimento humano está isento de falhas. E, como já fiz ver, a Revolução de 1964, como iniciativa humana, teve seus pecados. Porém, a grandeza e a quantidade de suas virtudes ultrapassam de muito e ensombreiam esses poucos erros cometidos. Neste entendimento se inserem as suas incontestáveis realizações físicas e morais em favor do povo brasileiro, a começar pela paz e tranqüilidade que ela lhe trouxe. Mas vou falar apenas das principais realizações físicas do período revolucionário. A criação do Sistema Nacional da Habitação, apoiado no Banco Nacional da Habitação (BNH), foi uma iniciativa do Governo Castello Branco que beneficiou milhões de brasileiros, criando-lhes condições de adquirirem sua casa própria. Ao BNH se vincularam a Caderneta de Poupança e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Instituíram-se o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Unificou-se a Previdência Social, com a implantação de sua Lei Orgânica, aprovada desde 1961, e com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que estendeu o atendimento a outras classes de trabalhadores. Criou-se o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que vem socorrendo milhões de trabalhadores do campo, com mais de sessenta anos de idade e, hoje, possibilita a sobrevivência do pequeno comércio do interior. O Estatuto da Terra, também criado no Governo Castello Branco, é um instrumento jurídico de grande alcance no estabelecimento de uma política agrícola e agrária disciplinadora, racional e justa da posse e do uso da terra. Foi, incompreensivelmente, abandonado e substituído por uma reforma agrária que não tem o

que reformar, pretensiosa, caloteira e conflitante, origem de movimentos político-ideológicos de caráter violento no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O que a reforma agrária vem fazendo é desestabilizar a propriedade rural, sem nenhuma estrutura agrária, sem nenhum proveito para o homem simples, com despesas elevadas por conta do contribuinte e com grandes retornos eleitoreiros para certos políticos, tudo dentro do modelo exato de lições tiradas de alguns regimes político-ideológicos já ultrapassados. O MST é uma via ideológica da reforma agrária pela violência – lembremo-nos da divergência de métodos do PCB e do PC do B – uma entidade ilegal e um alongamento do braço da CUT. A implantação do Estatuto da Terra teria evitado tudo isso.

Entre os anos de 1963 a 1983, a produção de grãos passou de 19,4 para 55 milhões de toneladas e a capacidade de armazenamento, de 5 para 57 milhões de toneladas. No mesmo período, a escolaridade de crianças de 10 a 14 anos aumentou de 5 para 9 milhões e o efetivo de universitários, de 124 mil para 1,3 milhão. Estimulou-se o ensino de 1º e 2º graus e se ampliou o período de educação de base (1º grau) de 4 para 8 anos. Criaram-se o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsáveis, a partir do início da década de 1980, pela grande rede de mestrados e doutorados e pela institucionalização da pesquisa. Outros programas foram criados para atender, ainda, o pessoal do campo: Programa de Ações Sócio–Educativas e Culturais (PRONASEC), Programa de Educação Básica para o Nordeste Brasileiro (EDURURAL) e o Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras (PROCANOR).

A estrutura viária do Brasil passou por um processo de verdadeira recriação durante o período revolucionário. Entre 1963 e 1983, as rodovias pavimentadas passaram de 19 para 75 mil quilômetros; os nossos navios de cabotagem aumentaram de 1,5 para 3 milhões de toneladas de peso bruto; os nossos portos passaram a funcionar a partir de 1964; os portos marítimos foram consideravelmente ampliados e o porto de Tubarão foi construído. Construíram-se, também, a ponte Rio–Niterói, a ferrovia do Aço e o aeroporto de Guarulhos. A estagnação atual, que se verifica nas rodovias federais, construídas na época da Revolução, lamentavelmente ocorre, também, quanto ao prosseguimento das grandes metas, nas áreas de produção energética e mineral. Assim, as construções da estrada de ferro que permite transportar o minério de ferro de Carajás e do porto de Itaqui, em São Luiz-MA, destinado ao seu embarque, representam, desde a descoberta do minério ao seu transporte, a realização da meta da auto-suficiência mineral até a década de 1980 (Governo Figueiredo).

Quanto à produção de energia, ainda no espaço de 1963 a 1983, passou-se de 4.480 para 35.000mw de potência instalada e de 1.000 para 16.000mw de potência em instalação. Foram construídas as hidrelétricas de Sobradinho, Boa Esperança, Tucuruí e Itaipu que, à época, permitiram instalar a maior linha de transmissão de energia do mundo. Este esforço, somado ao aumento da produção de petróleo e de energéticos renováveis, observado durante o Governo Figueiredo, autorizava estimar que, até a década de 1990, o País alcançaria a sua auto-suficiência energética. Entretanto, a redução ou estagnação na produção energética, a partir de 1985, vem restringindo, drasticamente, o consumo de energia, com ameaça de racionamento e conseqüente prejuízo para o desenvolvimento nacional.

As comunicações receberam o maior surto de desenvolvimento durante o período revolucionário, após sua situação calamitosa de antes de 1964. Para se ter uma idéia, convém sejam comparados os seguintes dados fornecidos por Glycon de Paiva, referentes ao período de 1963 a 1983: telefones, um milhão (1963) para dez milhões (1983); telex, zero (1963) para 52 mil (1983); municípios com telefone, zero (63) para 3.500 (83); municípios com DDD, zero (63) para 2.500 (83). O Código Brasileiro de Telecomunicações foi promulgado em 1962 e, com ele, criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), que só foi instalada em 1965. Em 1967, foi criado o Ministério das Comunicações, que vinculava o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), o Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), o Departamento Nacional de Correios e Telégrafos e a EMBRATEL, que passou a ser o coração do ministério, encarregada da criação e da modernização de todo o sistema de comunicações do País. A missão da EMBRATEL não era pequena para quem nada tinha de comunicações em 1964: dotar o País de uma infra-estrutura de telecomunicações nacionais e interligá-la ao sistema internacional por satélite. Já a partir de 28 de fevereiro de 1969, o Brasil podia assistir aos programas internacionais por satélite, como a descida do homem na Lua, graças a um dos sistemas de telecomunicações mais modernos do mundo. A nossa telefonia passou a falar com todos os pontos do planeta e o nosso serviço de Correios e Telégrafos, mais tarde Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos (EBCT), está no rol dos mais eficientes serviços do mundo.

O sucesso nas comunicações e nos demais setores da administração pública foi obtido graças a um planejamento austero, exeqüível e construtivo, ao lado de uma vontade política e de uma honestidade de propósitos inatacáveis. As atividades específicas de comunicações contaram com o concurso da excelente formação técnica dos homens saídos do Instituto Militar de Engenharia (IME), entre os quais se incluem os ministros das Comunicações Higino Corsetti e Euclides Quandt de

Oliveira. Por aí se vê que a Revolução de 1964 trouxe benefícios incalculáveis ao povo brasileiro e não se identificaram os prejuízos que, por acaso, queiram-lhe imputar os inconscientes.

É fato que um acontecimento histórico, do mesmo modo como uma empresa, tem seu balanço de créditos e débitos. Mas, no caso da Revolução de 1964, seus pontos positivos ultrapassaram, de muito, os possíveis aspectos negativos. Entre estes, a longa duração do seu período, pois continuo achando que, talvez, devêssemos ter passado o Governo um pouco antes. Entretanto, considero uma falácia dizer-se que os governos militares que, em certo momento, dirigiram os países sul-americanos, eram atentatórios à democracia e à dignidade humana. Ao contrário, foram exatamente eles que as preservaram de tiranias ideológicas vindas de fora. Por outro lado, os governos militares do Brasil reativaram a consciência nacional quanto à manutenção de nossa unidade territorial, hoje ameaçada pela visão distorcida de meio ambiente, incutida pelas ONGs internacionais a serviço das grandes potências. É o caso da Amazônia, uma área de quase dois terços do território brasileiro, dotada de fabulosas riquezas minerais, vegetais e hídricas e de uma população rarefeita, pacata e simples, miscigenada e indígena. Não é de agora que essa área vem sendo persistentemente cobiçada por causa de seus dotes naturais, pelos países do G7 ou G8, quase todos doutores em pirataria, ao longo de suas histórias. Essa Amazônia tem sua história legitimamente luso-brasileira.

O Tratado de Tordesilhas de 1494 estabelece o meridiano deste nome como linha divisória entre as colônias espanholas e portuguesas. Na América do Sul, essa linha ligava Belém-PA a Laguna-SC. A leste dela ficava o Brasil, que era da ordem de um terço do que é hoje. Em 1580, a Coroa Portuguesa, por falta de herdeiros, fundiu-se à Coroa Espanhola, sob Felipe II, e a Linha de Tordesilhas tornou-se desnecessária. Na mesma época, começaram as invasões ao Brasil, pelos inimigos da Espanha: holandeses, ingleses e franceses. Ao expulsá-los, os luso-brasileiros avançaram simultaneamente para o Norte e para o Oeste, expandindo o território brasileiro para além da linha limítrofe, até as faldas dos Andes. Nesta epopéia, Jerônimo de Albuquerque, que já havia expulsado os franceses do Maranhão, preparou duas expedições: uma, ao comando de Bento Manoel Parente, para o Norte, a qual encantoou esses inimigos, sobretudo os franceses, nas Guianas, para além do rio Oiapoque; a outra, em 1637, comandada pelo Capitão Pedro Teixeira, para Oeste; com o objetivo de explorar o rio Amazonas, chegou a Quito e, por onde passou, implantou marcos da Coroa Portuguesa. A gigantesca conquista e ocupação daquele imenso espaço, a oeste do meridiano de Tordesilhas foi, posteriormente, legitimada pelo Tratado de Madrid, em 1750, com a vigência

do *uti possidetis*, graças à visão política e à determinação de homens da estatura de Alexandre Gusmão, entre outros. Os fortes do Castello, em Belém-PA; de São José de Macapá, em Macapá-AP; de São Joaquim, na confluência dos rios Uiraricoera e Branco, em Roraima; do Príncipe da Beira, no rio Guaporé, por exemplo, bem demarcam aquelas ações heróicas.

Um dos maiores brasileiros do século XX, o moderno bandeirante da Amazônia, criador dos 1º e 2º Grupamentos de Engenharia de Construção do Exército, o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos deixou um pensamento que é a expressão mais ajustada ao que deveria ser a preocupação de todos os brasileiros de hoje, com relação à Amazônia: "Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la".

Contudo, a missão de desenvolver e defender a Amazônia, como de resto a soberania nacional, não cabe apenas às Forças Armadas, mas ao conjunto da Nação, na interação das forças vivas que a dinamizam. Nesse sentido, urge promover-se a mobilização da consciência nacional para que gere uma vontade política capaz de solucionar o problema. Às Forças Armadas cabe a solução dissuasória. Por isso, têm que estar constante e atualizadamente preparadas, na sua instrução, na sua doutrina e nos seus equipamentos. Já a solução dos problemas político-administrativo-sociais do País cabe à ação integrada das demais forças, conduzidas com seriedade e consciência por seus altos dirigentes. Em sentido contrário, já tivemos um exemplo recente, pouco edificante, no Projeto Calha Norte: dos ministérios envolvidos, só os militares – quando existiam – cumpriram suas missões, como puderam. Os demais, pouco ou nada fizeram.

É preciso que se tenha em mente que o eixo das preocupações com a defesa da soberania nacional se deslocou, em grande parte, do Cone Sul para a Amazônia. Urge reavivar o civismo e o culto à verdadeira História e aos heróis da Pátria, de todos os tempos, incluindo os do período 1964/1985, aqueles que deram ou arriscaram a vida em defesa do Brasil e de seu povo. Isto significa resgatar a identidade nacional. É preciso, também, que se valorize uma educação objetiva, efetiva e acessível a todos os brasileiros, sem distinção de classe, credo ou cor, pois será essa educação iniciada na família, continuada na escola e vivida na sociedade que solidificará a consciência nacional permanente. Esta, por sua vez, não aceitará conviver com a miséria e com o atraso – fabricados por um capitalismo inconsciente e perverso – e explorados por ideologias e políticos mentirosos, enganosos, desonestos e corruptos. Essa mesma consciência nacional que, bem formada, blindar-se-á contra essa guerra suja e surda da globalização aética, do totalitarismo financeiro e da utopia ideológico-marxista e promoverá a reconciliação e a harmonia entre todos os brasileiros.

Agora, sem falar na urbanização descontrolada que parece um fenômeno irreversível, passemos a tratar dos campos, onde dorme, esquecido, o futuro do Brasil e do mundo. É isto mesmo, o grande celeiro do Brasil e do mundo encontra-se nas terras brasileiras interiorizadas. Estas terras estão distribuídas pelas grandes regiões, todas potencialmente ricas, menos o Nordeste, por depender do clima. Urge integrá-las racionalmente, de modo que a população de uma, que não tenha grande capacidade de sustentação, possa ser apoiada por outra, de maiores recursos. O que é preciso e urgente é que se criem as condições sociais mínimas necessárias para o embasamento das populações do campo – com educação, saúde e um sistema de cooperativismo honesto e eficiente – o que significa preparar o campo. Não desertificá-lo, como atualmente vem fazendo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Nordeste, mas dotá-lo de uma agricultura de ponta. Para completar o significado da generosa prodigalidade da natureza, é necessário e essencial a transposição das bacias do Tocantins e do São Francisco, interligando-as às bacias secundárias existentes, ativando, assim, fabulosa malha hidroviária, capaz de minimizar a dependência climática. Pois bem, preparando-se o campo e humanizando-o, de maneira racional e efetiva, estar-se-á contribuindo, sobremodo, para o bem-estar da população nordestina, em harmonia com o conjunto nacional.

Já falei das riquezas da Amazônia, de que não podemos abrir mão. Agora, acabo de ressaltar a fertilidade e o papel sócio-econômico das terras brasileiras como um todo, dessas terras ubérrimas que os portugueses nos legaram e que nos cabe desenvolver e defender, a qualquer custo, lembrando as palavras do General Rodrigo Octávio. Resta-me ainda, para concluir, falar do povo que habita essas terras. Um povo integrado, desde as origens, pelo cruzamento de três raças fortes. Um povo simples, modesto, alegre e decidido, de crença e de tradições, hábitos e costumes únicos, sem discriminação, mourejando num rico e imenso território. Um povo que contém em si o maior potencial ecumênico da humanidade a ser guarnecido por uma sólida educação – instrução, ciência e tecnologia – poderá alcançar a plenitude da consciência nacional. O Brasil, assim, cumprirá grandioso destino, consubstanciado no bem-estar do seu povo e no transbordamento – para todas as nações do mundo – da harmonia do seu potencial ecumênico e de amor ao próximo, emanado de sua cristandade.

Por fim, direi ainda algumas palavras como mensagem aos brasileiros de hoje e de amanhã.

Acho que alguns chavões estão se formando e muitos deles têm que ser repetidos até a exaustão. Estamos, de fato, na era do conhecimento e da informação

e do desenvolvimento de nossa cultura. E o conhecimento se inicia no banco do ensino fundamental. Temos que fazer do ensino fundamental uma batalha nacional, que tem de ser superada no mais curto espaço de tempo. Com isso vamos melhorar os índices de desenvolvimento humano, de qualidade de vida, de criatividade e de realizações. Devemo-nos lembrar do que a Coréia conseguiu em curto espaço de tempo, bem como Singapura e Índia, através da formação de doutores e pós-doutores em grande quantidade; de pessoas capazes de gerar as novas tecnologias do futuro, incluindo a Biotecnologia, que mudará totalmente todos os conceitos atuais. Assisti, recentemente, a uma palestra em que o palestrante dizia que nós não sabemos, sequer, o nome das profissões que serão exercidas no ano 2025. O ano de 2025 será amanhã, muito próximo, mas não sabemos o que será. Por isso, não podemos perder, mais uma vez, o bonde da História. Perdemos o bonde da era do carvão, perdemos o mundo do petróleo, perdemos a oportunidade do átomo. Não podemos perder, agora, a virada da informação e do conhecimento. E essa jornada, só podemos fazer juntos, planejando e construindo. No passado, as Forças Armadas foram sempre pioneiras em muitas coisas. Atualmente, o Instituto Militar de Engenharia (IME), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e uma infinidade de escolas militares renovam aquele pioneirismo na área das novas tecnologias. Agora, a Biotecnologia está trazendo inúmeras descobertas, inclusive na área rural, como os transgênicos, combatidos por quem não sabe o que é isso. Toda essa maravilha vai acontecer e nós seremos os beneficiados.

Gostaria de deixar, como mensagem final, a sugestão de que o julgamento do Movimento de 1964 não seja feito antes dos próximos cinqüenta anos, porque, quando Napoleão foi preso e levado para Elba e, depois, para Santa Helena, havia caído em desgraça perante seu povo e, mais tarde, perante os povos da Europa. Hoje, a França e o mundo inteiro ainda rendem homenagem, não a um general Napoleão Bonaparte ou a um imperador, mas a um homem que conseguiu mudar a História do mundo pelos conhecimentos que tinha, inclusive, na área do Direito e da Economia. Era um homem que via além do seu tempo. Não nos devemos contentar em ver apenas até um palmo à frente do nariz, mas além do horizonte. Pois tudo é superável quando se tem vontade, fé e determinação.

Desembargador Edgar Carlos de Amorim

- Natural da Cidade de Almino Afonso–RN.
- Cursos civis: Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Ceará; graduado e mestrado em Direito, especializado em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará.
- Atividades militares: marinheiro da Marinha de Guerra, durante cinco anos.
- Principais atividades civis: Professor de Direito Internacional Privado, Penal e Administrativo, na Universidade Federal do Ceará; escriturário do Banco do Nordeste do Brasil – BNB (durante dez anos); Juiz de Direito nas comarcas de Jaguaribe, de Iguatu, de Sobral, de Maranguape e de Fortaleza (Vara de Registro Público); Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará (desde 1987); Corregedor da Justiça Eleitoral do Ceará; e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
- Livros publicados, entre outros: *Teoria e Prática da Enfiteuse* – Ed. Forense, 2ª Edição; e *Direito Internacional Privado* – Ed. Forense, 6ª Edição. Tem vários artigos publicados nos principais jornais do Ceará e do Rio Grande do Norte e em revistas especializadas.

Entrevista realizada em 20 de setembro de 2000.

É com prazer que aqui estou, para cooperar com o Exército Brasileiro e dar a minha opinião sobre o Movimento de 1964. Para que cheguemos às causas desse Movimento precisamos fazer um resumo, muito rápido, da maneira como o Brasil surgiu e das crises que antecederam 1964, o que nos dará uma noção exata dessas mesmas causas.

Sabemos, de antemão, que o Brasil foi colonizado por Portugal, um país pobre que veio somente explorar as novas terras, e não deixar riquezas. Proclamada a Independência, o Brasil não passou por crises econômicas: para cá trouxeram os escravos, que trabalhavam de graça para os senhorios, a eles não se pagava nada. Nesse período houve escaramuças, revoltas, e surgiu a figura sem par de Caxias. Ora o guerreiro vitorioso, ora o pacificador. A unidade do nosso território devemos a Caxias. Assim como os países explorados pela Espanha se dividiram em outros países, em outras nações, Caxias evitou que fôssemos divididos em três, quatro ou mais Estados independentes. Esse trabalho foi fenomenal para todos nós, e Caxias, realmente, é um vulto que jamais pode ser apagado de nossa História. Onde ele não podia pacificar, ele vencia. Era um pacificador e, ao mesmo tempo, o guerreiro vitorioso. Pois bem, quando veio a Guerra do Paraguai, o negro teve um destaque muito grande. Em conseqüência do destaque do negro – que fazia parte do nosso Exército, era brasileiro mesmo – surgiu a idéia de libertação dos escravos. E, embora tardiamente, a Igreja tomou a frente do movimento. E como sabemos, a Princesa Isabel libertou os escravos. Para mim, a escravatura foi um erro muito grave, porque deveriam os portugueses, depois os brasileiros, trabalhar por igual com o preto. Mas como, no início, isso não ocorreu, ficamos viciados, o branco viciado a viver à sombra do trabalho do preto.

Então, libertados os escravos, veio a famosa crise econômica, que até hoje não terminou. Ninguém mais produzia. Os pretos, porque ficaram debandados, numa libertação sem preparo, de afogadilho, à nossa moda. Daí por que o período republicano foi todo de revolta, de insurreição. E sempre à frente de tudo, o Exército, ou as Forças Armadas, principalmente o Exército, procurando apaziguar, procurando pôr ordem nas coisas, procurando harmonizar, vez que não adiantava mais dar um passo atrás, mas procurar viver o presente e o futuro que se vai fazendo presente, mas com base, sempre, naquilo que se passou.

Tivemos, em razão da crise econômica, a Revolução de 1930. Por quê? O País era essencialmente agrícola. Os centros urbanos estavam à beira-mar e o português não quis se deslocar para o interior e ficara na praia, olhando para o rumo de Lisboa, pensando em voltar. Daí por que as nossas capitais, as nossas principais cidades estão todas localizadas nas praias. Surgiu o fluxo de agricultores em busca

das grandes metrópoles, e a crise econômica passou a provocar a favelização. Não o crescimento das grandes cidades, mas o inchamento e a exploração do trabalho, pelos industriais. A indústria foi surgindo na área urbana, mas o trabalho não tinha proteção nenhuma. Passou a haver uma espécie de exploração do homem pelo homem, lembrando-nos a revolução industrial na Europa, exploração que deu origem ao comunismo. Foi preciso haver a Revolução, tendo à frente Getúlio Vargas, que mais adiante instituiu a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), dando proteção ao trabalho urbano.

O Brasil participou, como sabemos, da II Guerra Mundial na Europa, e saiu-se vitorioso. O Exército nunca foi derrotado, graças a Deus, não perdeu nenhuma guerra. E chegou-se a um momento em que já não havia razão de ditadura, porque não havia mais o risco de o Brasil se tornar comunista, ou integralista, ou nazista ou fascista, e foi preciso que Getúlio Vargas deixasse o Poder. As Forças Armadas impuseram a saída de Getúlio Vargas, que queria continuar. Aquele seria o momento exato de o Brasil conseguir a sua independência econômica. Não devíamos nada a ninguém, tenho certeza. Eu não leio isso, mas faz parte da minha visão pessoal. Pelo contrário, todas as nações do Ocidente deviam ao Brasil, inclusive os Estados Unidos. Ah! Surgiu, na época, a matéria plástica, no Brasil uma novidade muito grande. Lembro-me de que o Presidente Truman veio ao Brasil só trocar um "bocado" das nossas reservas, em dólar, por matéria plástica. Eu era marinheiro, estava no navio Beberibe, e os nossos destróieres ficaram em fila, na baía da Guanabara. E o Truman vinha no Missouri, aquele encouraçado onde ocorreu a rendição incondicional japonesa.

Depois tivemos o Governo Dutra, um governo muito equilibrado, não deixava roubar e nem roubava. Aplicava pouco, porque não sabia gastar, mas equilibradíssimo. Daí para cá apareceu a figura de Juscelino Kubitschek, e apareceu mesmo. Inventou de fundar Brasília, e não havia necessidade: Goiânia adaptava-se muito bem como capital brasileira, e isto já estava previsto há anos. E Brasília foi construída sem recursos, à custa da emissão de papel-moeda. A inflação, então, apoderou-se do Brasil, inflação galopante, responsável, indiretamente, pela Revolução de 1964. Fazer uma cidade como Brasília, sem ter dinheiro, só emitindo papel e tomando dinheiro emprestado ao exterior, parece loucura!

Junto com a inflação, veio Jânio Quadros, que não tinha muito juízo, naquela empolgação da "vassoura". Até eu votei nele; é, eu tenho votado muitas vezes errado... Certo mesmo, só votei uma vez, no General Juarez Távora, mas não ganhou. Pois bem, veio o Jânio Quadros e, naquela loucura dele, condecorou o Che Guevara. E nasceu, então, um mal-estar no Exército e nas Forças Armadas. Felizmente, o Exército evitou que o comunismo tomasse conta do Brasil. E teria acabado com o

Brasil, porque como é que se entende um regime em que o povo não pode acreditar em Deus? Mas, se não tivesse havido a Segunda Guerra Mundial, o comunismo teria caído muito antes. Sem Deus, não podia subsistir. Porque, sem Deus, somos matéria, não temos espírito, somos uma coisa. Que ideal posso ter se sou uma coisa?

Mas, o Jânio Quadros, "maluco", redigiu uma carta-renúncia e encaminhou-a ao Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade que, por sua vez, convocou extraordinariamente o Congresso Nacional, que decretou a vacância do cargo de Presidente da República. Então, o Vice-Presidente, que era o Senhor João Goulart e estava na China, foi convocado às pressas para assumir. As Forças Armadas, entretanto, reagiram, porque ninguém acreditava em João Goulart, que era manobrado pelos pelegos, e era o pelego-chefe. A solução encontrada veio através da adoção do parlamentarismo, que permitiu a posse na chefia do Governo do Deputado Federal Tancredo de Almeida Neves, como Primeiro-Ministro, permanecendo o Senhor João Goulart como Chefe de Estado.

Mas aquele governo não poderia subsistir. Primeiro, pela predominância da corrupção. Para se ter uma idéia, em contato com um deputado federal da época, o padre Palhano, já falecido, com acesso ao Palácio do Governo, disse-me que, lá, eles dialogavam e dividiam o produto do contrabando na presença do próprio Presidente da República: o partido tal, leva tanto; para o sindicato tal, vai tanto. Em segundo lugar, porque o primeiro-ministro não mandava nada. Na prática, o Senhor João Goulart era o Chefe de Estado e de Governo, e em pouco tempo restabeleceria o presidencialismo. E, reassumindo o poder pleno de Presidente da República, tratou logo de insultar as Forças Armadas, e o povo também. Havia a inflação disparada e a desordem em toda parte. O povo foi às ruas e a Igreja apoiou o Movimento. As Forças Armadas foram chamadas pelo povo. Todo mundo aplaudiu, quando se soube que o Exército estava ocupando as principais posições, os principais postos. Graças a Deus, os militares tomaram conta do Poder e moralizaram as ações de governo. Foi um período de tranqüilidade. Chegou-se até a falar em "milagre brasileiro", interrompido pela alta do petróleo.

Quanto ao termo Revolução, para designar a tomada do poder pelos militares, acho inadequado. Não chamo Revolução, digo Movimento de 31 de Março de 1964 porque, a meu ver, só houve rompimento da ordem jurídica e da ordem política, não houve rompimento da ordem econômica. E também não chamo de quartelada, como dizem os comunistas, porque o Exército, a Aeronáutica e a Marinha foram para as ruas a chamado do povo. Então, eu prefiro chamá-lo Movimento Cívico-Militar, que tratou da moralização dos costumes políticos e da preservação das instituições públicas: uma espécie de salvaguarda de tudo isso.

Só condeno o Movimento de Março por ter demorado tanto tempo no Poder, porque o poder apodrece os frutos, os cereais e a própria vida física. E o Exército também sente isso, tanto assim que o general vem para cá ser Comandante da Região só por dois anos.

Entretanto, durante o período revolucionário, apesar de longo – se eu não disser a verdade, o Exército não vai colher nada do que estou dizendo, o Projeto perde o sentido – o Brasil não ouviu falar de nenhum crime de improbidade administrativa praticado por militar. Às vezes falavam mal do Coronel Mário Andreazza, responsável pela construção da Ponte Rio-Niterói. Mas, quando ele morreu – tenho testemunho de pessoas que foram ao enterro dele – foi preciso fazer uma cota para que o coronel tivesse um enterro digno da pessoa que era, pelo cargo que ocupava. É sinal de que esse homem, que fora ministro dos Transportes do governo revolucionário, não se aproveitara daquela função para auferir vantagens pecuniárias, pois era um homem probo.

Outro ponto importante foi a ordem implantada. Durante esses vinte anos, não houve essa onda de crimes. Podia-se dormir até no meio da rua, pois todo mundo temia os militares, todo mundo achava que os militares sabiam resolver tudo. E, hoje, vive-se uma verdadeira guerra civil.

Vou falar agora dos desacertos da Revolução. Primeiro – até já fiz referência a isso – foi o tempo de permanência no poder. Depois do General Castello Branco, deveria ter havido eleição, e já era a oportunidade de Carlos Lacerda ser presidente da República. Entretanto, desentenderam-se, porque às vezes a Revolução engolia os seus próprios correligionários. Um outro erro, no meu ponto de vista, foi o movimento não ter extinguido o Senado, uma instituição que onera muito a República e só serve para atrapalhar os projetos de lei. Pelo menos, deveria ter deixado cada Estado com um só representante, e não três. Outro desacerto: não reformulou o ensino a ponto de atingir todas as camadas sociais. Continuamos com um índice de analfabetismo praticamente igual ao que tínhamos antes de 1964. Outro erro – é um ponto de vista meu – foi não ter transformado o Brasil numa verdadeira federação. O Brasil é uma federação de fachada, é um Estado unitário, leiam a Constituição. Todos os poderes estão encaixados na União, com o presidente da República. E o Congresso não se movimenta, é lento. Multidão não resolve nada. Nós temos quase 600 congressistas, entre deputados e senadores, uma verdadeira multidão. Quem quiser resolver alguma coisa não convoque multidão. A multidão é tão fraca que, às vezes, um único homem provoca a sua dispersão. É só dar um tiro. Isso foi um erro grave. Os Estados Unidos têm uma federação. Quando um Estado adota uma lei que dá certo, todos os outros vão copiar. Quando não dá certo, ninguém copia. Aqui,

não, é só a União fazendo e errando, errando. Quer dizer, desperdício de dinheiro. Rui Barbosa, ao tomar a Constituição americana e traduzir para a nossa, em 1891, fez uma federação. Aos Estados federados, entretanto, não se permitiu legislar sobre Direito Comercial, Direito Penal e Direito Penitenciário, para que não se ferisse a unidade da República. Então, não estávamos, ainda, politicamente organizados para se ter uma federação. Foi preciso reformular tudo, mas ainda há uma concentração muito grande de poderes com a União, embora com o nome de federação. Só a fachada. Ainda bem que hoje já se dá aos Estados brasileiros mais poderes para legislar.

O erro maior do Movimento foi não cumprir a Constituição de 1967, que determinava: o ensino será gratuito para os pobres, e pago para os ricos. Então, os comunistas, que estavam infiltrados nos jornais e nas próprias universidades, nunca permitiram que isso ocorresse. E o ensino, hoje, é gratuito para pobres e para ricos. Nos países de primeiro mundo o ensino é gratuito somente para o pobre – depois que ele conseguir meios, paga, nada é de graça. O ensino no Brasil é totalmente gratuito para os ricos, para explorar o povo. Em conseqüência, vêm os estudantes da Nicarágua, do Chile... Sabe quanto custa a mensalidade de um estudante numa Faculdade de Medicina do Chile? Dois mil reais. Aqui no Ceará existem dez ou quinze chilenos estudando Medicina porque não podem pagar lá. Formam-se aqui e vão ganhar dinheiro no Chile, à custa do nosso pobre País. Tudo isso está errado.

Gostaria, agora, de lançar um olhar retrospectivo sobre fatos ocorridos antes e que, a meu ver, contribuíram para a eclosão do Movimento de 31 de Março de 1964.

Em primeiro lugar, não se pode deixar de falar na Intentona Comunista de 1935, um movimento subversivo subserviente a Moscou. A Intentona se constituiu num exemplo triste de antipatriotismo e de deslealdade. Nunca se vira, antes, militar matando militar, defendendo ideologias estrangeiras. Isso é até revoltante! Acho que o começo do mal foi aí, tudo se iniciou aí.

Muito depois da Intentona, já nas décadas de 50 e 60, tivemos os presidentes Juscelino Kubitschek (1956-61), Jânio Quadros (31.01.61-25.08.61) e João Goulart (07.09.61-31.03.64). Além da inflação herdada do Governo Juscelino, as esperanças e expectativas frustradas com a renúncia de Jânio complicaram ainda mais o Governo do Senhor João Goulart. Aliás, aquilo não era governo, era desgoverno. Mas o fato que serviu de causa imediata, determinante para eclosão da Revolução, foi a quebra da disciplina na área militar. Não pode haver força nenhuma, mesmo que não seja militar, sem ordem e sem hierarquia. Em conseqüência, as Forças Armadas foram obrigadas pelo povo a ir para a rua a fim de defender o próprio povo.

É oportuno lembrar que o Senhor Luís Carlos Prestes, líder marxista pioneiro, recém-chegado ao Brasil – procedente da Rússia – à época da Intentona Comunista,

em conversa com o interventor da Bahia, Juraci Magalhães, disse que se o Brasil entrasse em guerra com a Rússia, ficaria do lado dos russos. E mais tarde, no ápice da bagunça do Governo João Goulart, Carlos Prestes declarou publicamente: "O comunismo já está no Governo, só nos falta o Poder". Com essa declaração, Prestes – ex-capitão do Exército – foi de uma infelicidade a toda prova: dizendo que estaria do lado da Rússia, ele falou como mercenário, pois recebia dinheiro daquele país. Não era, realmente, um idealista.

Gostaria, agora, embora sucintamente, de tecer um comentário sobre a relação entre o Movimento de 1964 e o Poder Judiciário. A Revolução preservou muito a Justiça, praticamente não tocou na Justiça. Ainda hoje eu digo: na época da Revolução de 64 – nesse período eu já era juiz – nunca um militar se dirigiu a mim dizendo que eu julgasse desse ou daquele jeito ou dizendo a alguém que não cumprisse um mandado de um juiz. Hoje, acontece muito isso. Infelizmente, aqui no Ceará, muitos mandados não são cumpridos, coisa que nunca aconteceu no período revolucionário. E havia o AI-5, muito oportuno para a época, porque o Congresso se rebelou contra os próprios militares, querendo inverter a ordem, numa época que não era propícia para a liberação do poder. E houve a revolta do Deputado Márcio Moreira Alves de Goiás, num discurso muito violento contra a Revolução. Então, ali era preciso, mesmo, endurecer, os militares fecharam até o Congresso.

Por outro lado, declarar que, através da guerra fria, o Brasil ou os militares impuseram o "golpe" é completamente errado, não é verdade. A guerra fria era entre os Estados Unidos e a Rússia. Os militares brasileiros desmontaram, derrubaram o Governo de João Goulart porque estava podre, não podia subsistir. E nós tínhamos a obrigação de agir como agimos. Um detalhe importante: em decorrência da Revolução, as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, não resta a menor dúvida. Ademais, a ideologia desse Movimento era a implantação da ordem e a realização do progresso.

Um dos aspectos mais dignos da Revolução está no comportamento dos presidentes militares, pois todo aquele que ocupa o poder público e dele não se utiliza em proveito próprio ou de familiares merece os nossos aplausos. Aliás, não se teve notícia, durante o período revolucionário, de nenhum militar envolvido com crime de improbidade administrativa.

Outro ponto importante dos militares – que merecem todo o nosso respeito – é o fato de, apesar de ficarem por esse tempo todo no Poder, não terem aumentado seus vencimentos. Continuarem ganhando salários baixíssimos. Nessa atitude dos militares encontramos um sinal de patriotismo, de honradez e de dignidade.

Sob o ponto de vista de realizações, nos governos militares houve um progresso muito grande: a construção da Transamazônica, a ferrovia do aço, as telecomuni-

cações, a energia. O mais lamentável é que os governos subseqüentes não deram prosseguimento à obra da Revolução. Abandonaram o problema do campo e não puseram em prática o Estatuto da Terra, uma iniciativa do Castello Branco. Não puseram em prática porque, na verdade, nunca se levou a sério esse negócio da terra. O Estatuto da Terra é uma lei ainda hoje atualizada, mas não se pode exigir tudo. Faltou uma coisa nele: quanto às propriedades improdutivas – devia ter sido fixado – os proprietários teriam um prazo, por exemplo, de cinco anos, para explorá-las; do contrário, as suas terras seriam confiscadas pelo Estado e repassadas para quem quisesse produzir. Só isso. Agora, não sou muito a favor da reforma agrária. Acho que deveríamos criar empresas agrícolas com a participação do agricultor, nos lucros, como se fosse uma espécie de acionista, trabalhando lá dentro, todo mundo trabalhando. Seria uma forma melhor, porque coletiva, familiar, e teria um dono. Sem o dono, o Estado é um péssimo empresário.

Quanto às acusações que fazem à Revolução, sobre mortes e tortura, é notório, primeiramente, que as baixas ocorreram do lado das Forças Armadas e dos comunistas também. Não morreram só comunistas, morreram militares no cumprimento do dever. O Exército veio do povo, reflete o pensamento do povo e é aquilo que o povo é. O povo brasileiro é muito humanitário, compreensivo, e esses falsos revolucionários não contavam com o apoio do povo. Eram despreparados e, por isso mesmo, não tiveram como enfrentar as Forças Armadas com maior rigor, com maior eficiência, com maior preparo e, facilmente, com a graça de Deus, foram dominados. Assim sendo, não há por que reclamar. Na Rússia, por exemplo, naqueles dez dias que abalaram o mundo, morreram mais de um milhão de pessoas. Eles mataram não só aqueles que estavam no Poder, mas também aqueles que ajudaram a vencer os agitadores. No Brasil não houve quase nada; só morreram aqueles que se aventuraram, mesmo, a insultar as Forças Armadas, e que se expuseram. Mas quem era mais comedido, não morreu, e está aí, agora, nos seus cargos. Voltou todo mundo. E estão nos jornais, escrevendo tudo.

Façamos um mutirão nacional, com seriedade, para educar o povo. Vamos desenvolver a área agrícola, instruir esse povo, devolver a área agrícola a esse povo pobre. Senão, teremos repetições de 1964, e não há dúvida: vamos caminhando para uma nova 64. E não nos enganemos, à proporção que nasce gente sem ter o que comer, mais engrossa a miséria. Graças a Deus, esperamos não seja preciso tão cedo um movimento dessa natureza, porque o comunismo já não existe mais, apenas um ou outro atirador na Imprensa, no setor do ensino, querendo pregar idéias arcaicas.

Não podemos nos esquecer de que, às dificuldades reais, rotineiras e cotidianas, veio somar-se o totalitarismo financeiro, que conduz à globalização, numa ameaça

à própria unidade nacional e à nossa soberania. Não podemos e nem devemos hostilizar os Estados Unidos, mas é preciso tratá-lo com um certo cuidado, porque o americano podendo explorar, explora. E nós estamos sendo vítimas dessa exploração, estamos sendo explorados pela dívida externa. Naturalmente esse enfrentamento exige a união de todos os brasileiros, civis e militares. Há de ser um esforço conjunto.

Para sair do atraso, todo mundo tem que ajudar, mas, sob a orientação das Forças Armadas, tendo como carro-chefe as Forças Armadas, fiscalizando a aplicação dos dinheiros públicos, porque o nosso político é viciado. Estou dizendo aqui e não tenho medo nem de ser preso: dois terços daqueles que estão no Congresso elegem-se comprando voto.

Mas, no meu otimismo, num dos livros que escrevi, tenho um artigo sobre a Fé. Precisamos ter fé, porque a doutrina de Cristo é baseada na fé. Temos que acreditar na grandeza deste País, muito rico, muito imenso, muito próspero. Está faltando só instruir e educar o povo, dar uma lição de como progredir, como desenvolver. É preciso que todos se unam, como se estivessem de braços dados, como se estivéssemos jogando uma partida decisiva de futebol. É preciso solidariedade e, ao mesmo tempo, harmonizar e lutar para acabar com esse fantasma que tanto nos atormenta, que é o analfabetismo.

Deve haver um congraçamento em torno de tudo isso, para que, um dia, o nosso País seja próspero e feliz. É o que mais desejo, porque vou deixar aqui os meus netos, minha geração, e quero que o Brasil continue em busca do progresso e da grandeza.

Empresário Francisco Martins de Lima

- Natural da Cidade de Areia Branca–RN.
- Cursos civis: Colégio Cearense, Colégio Nóbrega (Recife–PE) e Colégio São João (Fortaleza–CE).
- Atividades civis, entre outras: Diretor-Financeiro da empresa Casemiro Filho Indústria e Comércio S/A; Diretor-Presidente da empresa Sal Norte e da Indústria Salineira Casemiro Filho S/A (Participação); Comodoro do Iate Clube de Fortaleza; Diretor da Associação Comercial do Estado do Ceará; Representante da Classe Patronal, na Delegacia do Trabalho Marítimo do Estado do Ceará; e membro do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação.
- Presidente da Sociedade dos Amigos da Marinha (SOAMAR), do Ceará; ex-Presidente nacional da mesma, SOAMAR–Brasil.
- Em 1964, participava do Sistema de Administração Portuária, em Fortaleza–CE.

Entrevista realizada em 19 de setembro de 2000.

Esta entrevista abrange o período de 1963 a 1964, época em que se acentuavam os tumultos que se vinham desenvolvendo no País, com o beneplácito ou conivência do próprio governo. Nessa época, eu participava do Sistema de Administração Portuária, possivelmente um dos órgãos mais afetados pelos distúrbios de então. A situação calamitosa, provocada por sindicatos orientados e conduzidos por comunistas infiltrados no governo, estendia-se a todo o País e ameaçava desestruturar a Nação e a vida do povo brasileiro. Urgia portanto, uma reação desse povo, capaz de anular os distúrbios que estavam perturbando a sociedade brasileira, em especial a sua economia. O fato é que a reação não se fez esperar. O povo ordeiro do Brasil, respaldando suas Forças Armadas, formou um conjunto articulado e, em pouco mais de vinte e quatro horas, deu um basta no estado de anarquia vigente. Foi a Revolução de 31 de Março de 1964. Não a considero golpe, nem imposição pela força, como querem alguns desatinados. Vejo na Revolução de 1964 a expressão legítima e justa da vontade do povo brasileiro. Foi um movimento rápido, muito bem articulado e coordenado, em que os adversários não acreditavam e, surpreendidos, mostraram que estavam completamente despreparados, graças a Deus. As Forças Armadas estavam conscientes de uma tomada de posição, no momento oportuno, em defesa da Pátria, da democracia e do povo brasileiro, que as estimulou. É assim que vejo a Revolução de 1964: como uma reação justa e legítima das forças vivas da Nação, através de seu povo, por intermédio de suas Forças Armadas, em defesa da lei e da ordem, contra os abusos de grupos ideológicos acobertados por um governo demagógico e irresponsável. Meus parabéns a todos que dela participaram. É o meu ponto de vista, que mantenho vivo como membro da Revolução de 1964. E quando falo de reação justa e legítima, quero referir-me ao panorama político imediatamente anterior a 31 de março de 1964. Greves, distúrbios, tumultos de toda ordem vinham-se desencadeando num crescendo tal, com o respaldo ou conivência do Presidente da República, Sr. João Goulart, que o povo perdeu sua tranqüilidade e condições de trabalho. Era um ambiente de desordem generalizada. O governo não controlava mais coisa alguma, não tinha comandamento nenhum sobre grupos radicais organizados, que infestavam o próprio governo e lá estavam para subverter a ordem, com propostas bem definidas de tomada do Poder pelo comunismo internacional.

Enquanto isto, o homem que se fez Presidente da República, por caminhos sinuosos, o Sr. João Goulart, não estava preparado para o exercício das funções decorrentes do mais elevado cargo da administração do País. Mergulhou num populismo promíscuo e demagógico, com vistas, unicamente, a angariar prestígio eleitoreiro, buscou aliados partidários, com os quais assumiu compromissos à custa do erário público e de posições na Administração Pública e, entre esses

aliados, estavam os comunistas que dominavam o seu governo; alicerçou a sua influência política em processos politiqueiros, que vinham do tempo em que Getúlio lhe apadrinhou posições de relevo no governo, até a de ministro do Trabalho. Com isto, exacerbou a desconfiança e a intranqüilidade do povo brasileiro, que começou a manifestar-se nas ruas contra a situação reinante, através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade desencadeadas no Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais do País.

Naquele momento, o clero, com poucas exceções, deu todo o apoio a esses movimentos, embora, depois, se tenham ampliado as divergências contra a Revolução. Aqui no Ceará podemos citar, entre outros, dois exemplos de opositores: Dom José Delgado, arcebispo de Fortaleza, e Dom Antônio Fragoso, bispo de Crateús, mais por pendor ideológico surgido de interpretação do Vaticano II do que por doutrina religiosa. Mas tudo indica que essa parcela divergente do clero, ou ignorava as perversidades e as violências cometidas pelas esquerdas ou era adepta delas. Um exemplo das bestialidades praticadas foi a aventura das "Ligas Camponesas" e dos "grupos dos onze". Eram sistemas de guerrilha que estavam sendo implantados na América Latina, em especial no Brasil, por elementos treinados por países comunistas, além dos ativistas internos já citados. Assim, as "Ligas Camponesas" tiveram uma ação nefasta no campo, sobretudo no Nordeste e em Goiás, onde invadiram propriedades, assassinaram camponeses, estupraram e assaltaram. Era o terror espalhado no campo, nos sertões de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Goiás, sobretudo nesses Estados. Os "grupos dos onze" eram compostos por elementos orientados por Leonel Brizola para espalhar o terror nas capitais e no campo, por todo o território nacional, e tinham a finalidade de se transformarem em força de subversão do governo comunista que eles esperavam instalar no Brasil: era uma espécie de polícia soviética do tempo de Lênin. Estes mesmos elementos, derrotados em 1964, conseguiram ampliar seus quadros com outros jovens que, enganados, especialmente universitários, aderiram às suas fileiras e, mais tarde, se entregaram a assaltos e seqüestros para arrecadar recursos para as guerrilhas. Felizmente, esses movimentos não contavam com o apoio do povo, entraram para a clandestinidade e foram, finalmente, derrotados.

Porém, esses fatos ocorreram já depois de 1964, nos governos militares. Em 1964, o que violentou, de fato, a consciência nacional de militares e civis foram três fatos da maior gravidade para a ordem pública e para a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas: o comício da Central do Brasil, o levante dos marinheiros comandados pelo Cabo Anselmo, com o apoio do Almirante Aragão, e o almoço no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, oferecido ao presidente e seus ministros

por sargentos e praças. O conjunto destes três fatos constitui a "gota d'água que transbordou o copo" da paciência do povo brasileiro e de suas Forças Armadas, fazendo eclodir o Movimento de 31 de Março de 1964. É por isso que a Revolução de 1964 representou legitimamente a vontade nacional, tendo, como fiéis intérpretes da vontade do povo, da sua cultura e dos seus objetivos nacionais, as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro.

O povo brasileiro, irmanado em três raças fortes, base da sua formação, em perfeita harmonia com suas Forças Armadas, iria reagir à ideologia comunista estimulada pelas apátridas declarações do Sr. Luís Carlos Prestes. A primeira delas foi quando Prestes, numa discussão no Senado com o ex-interventor da Bahia, Juraci Magalhães, declarou que, em caso de guerra entre o Brasil e Rússia, combateria ao lado da Rússia. A segunda declaração, já em março de 1964, foi no Recife, ao fazer o seguinte pronunciamento: "Nós, os comunistas, já estamos no governo, só nos falta o Poder". Por aí a gente vê e confirma o grau de infiltração e de comandamento comunista no Governo Jango. Já na primeira declaração dava para avaliar o grau de desamor, de deserção, de traição que ele havia atingido em relação ao Brasil. Mais ainda, havia aqui, no Brasil, muitas suspeitas sobre remessa de dinheiro russo para custear as atividades comunistas no País. Essas remessas, que vinham endereçadas ao Sr. Carlos Prestes, foram confirmadas com a abertura dos Arquivos de Moscou. Com tudo isso, tornava-se compreensível o fato de o Sr. Prestes considerar-se dono do Governo Jango e partir para a tomada do Poder. Julgava, portanto, não haver contramão nessa empreitada. Mas encontrou, de saída, pela frente, o povo brasileiro e suas Forças Armadas, unidas e coesas, que infligiram ao comunismo internacional a pior de todas as suas derrotas. Mesmo assim, os comunistas tentaram enganar a muitos desavisados e conseguiram arrastar uns tantos para suas arapucas, envenenando as mentes de jovens estudantes secundaristas e universitários, de trabalhadores e operários que se engajaram nas esquerdas através da UNE, da CGT, da PUA, da CNTI e de outras entidades por eles dominadas. Com esse pessoal, invadiram sindicatos e outras organizações trabalhistas e passaram a provocar todo tipo de desordem e arruaça, como greves, tumultos, comícios de contestação, quebra de ônibus e de trens e outros desatinos, sem contar com as violências que já vinham sendo praticadas no campo, pelas "Ligas Camponesas" e pelos "grupos dos onze". E, diga-se de passagem, os cabeças de toda essa anarquia eram treinados fora do País. Era o totalitarismo ideológico, através da desordem, para a tomada do Poder e a implantação da "ditadura do proletariado".

O que se estranha é que, no momento atual, tais ameaças se repitam na busca do Poder, apenas com motivações diferentes. Duas alas se digladiam, ambas

sem colocar em evidência efetiva qualquer preocupação com o desenvolvimento e com a defesa do País e de seu povo. Uma, integrada de "ex-militantes" comuno-terroristas, mascarados e ligados a um neoliberalismo caolho e, conseqüentemente, identificada com a globalização financista e escravizante de nossa Pátria; a outra, à esquerda, atiçada por ideólogos marxistas que ignoram a derrocada do comunismo no mundo e buscam repetir seus intentos de tomada do Poder por qualquer meio, agora camuflados de democratas, de bonzinhos, de religiosos humanitários e de outros mimetismos. Ambas as alas, distanciadas do nacionalismo econômico profetizado pelo Presidente Castello Branco, podem desestruturar o Brasil – como Nação autêntica e soberana – tornando-o subserviente aos interesses internacionais. Isso nos inspira a nós, brasileiros autênticos, justificados cuidados e preocupações com os rumos a que está sendo levada a Nação brasileira.

No emaranhado a que conduziram o País, até o momento atual nem as verdadeiras lideranças se distinguem, no meio de tantos aventureiros que transformaram a política em politicalha generalizada. Sabemos que existem valores autênticos, verdadeiros, mas parecem omissos. Na Revolução de Março de 1964 distinguíamos altas lideranças nacionais, tanto no meio civil como no âmbito militar. Do meio civil, cito os nomes de Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais, e de Carlos de Lacerda, Governador do então Estado da Guanabara; do meio militar, invoco os nomes dos Marechais Odílio Denys e Castello Branco. Estes quatro cidadãos desempenharam papel preponderante em todos os passos da Revolução. Não sendo omissos, souberam transformar os riscos, os desgastes e os sucessos do Movimento em elementos de reforço, coesão e união do povo com suas Forças Armadas. Asseguraram, assim, a ideologia da liberdade e da preservação da democracia, com a garantia da soberania e do desenvolvimento nacional. Portanto, o Movimento Cívico-Militar de 1964 possibilitou uma verdadeira reviravolta no estado de coisas então vigente: em lugar da "ditadura do proletariado", mascarada em "república sindicalista", a consolidação da democracia; em substituição à intranqüilidade e à anarquia vigente, a paz e a ordem à família brasileira; ao invés do atraso e da entrega do Brasil ao comunismo internacional, o desenvolvimento e a garantia da soberania nacional. Caracterizou-se, assim, uma Revolução justa e legítima e, no meu entendimento, não há outro termo que a defina. Revolução que salvou o País da escravidão comunista e enriqueceu a Nação com suas inúmeras realizações.

Infelizmente, em certo momento a Revolução foi obrigada a desviar parte de seus esforços para combater o crime organizado empreendido e conduzido, na clandestinidade, pelos comunistas desesperados e inconformados com a derrota sofrida. Tais crimes compreendiam ações terroristas de toda sorte, levadas a efeito

por elementos treinados em Cuba, na China, na Albânia e em outros países comunistas. Eram assaltos a bancos, a quartéis e a outras instituições que lhes rendiam o "capital" necessário ao custeio de seus crimes; seqüestro de pessoas, até de embaixadores das nações amigas; assassinatos selecionados de pessoas cuja eliminação interessava à sua causa mesquinha; desencadeamento de quadrilhas e outros desatinos a que chamaram de "luta armada". Os articuladores desses crimes foram derrotados, mais uma vez, pela ação decisiva dos governos da Revolução.

Todavia, desses crimes organizados ficou a lição nefasta da violência que grassa hoje no território nacional, de pronto assimilada pelos bandidos comuns, ou talvez até estimulada, de alguma forma, por remanescentes daqueles mesmos grupos terroristas de ontem. Atentem para os atuais defensores dos "direitos humanos", que mais beneficiam aos criminosos e bandidos: "direitos humanos" amparados numa perna só – a esquerda ideológica e revanchista. A intensificação da "luta armada" obrigou a um endurecimento da Lei de Segurança Nacional, que culminou com a edição do AI-5, necessário em face da situação criada pelos terroristas; evitável, se outras medidas tivessem sido adotadas, gradativamente, ao longo dos primeiros anos da Revolução. Do que ouvi de eminentes revolucionários, como Francisco Boaventura, Hélio Lemos e outros, as medidas revolucionárias saneadoras deveriam ter durado oito anos, no máximo. Durante esse período, seriam tornados inelegíveis todos os políticos profissionais de tradição duvidosa e abertas as chamadas "eleições de outono", sendo então renovada toda a estrutura política desta Nação. Com isso, teriam sido evitados todos os transtornos futuros, inclusive os que provocaram o AI-5. Seria preparada, desta forma, uma nova geração de liderança política que soubesse respeitar, acima de qualquer outro interesse, os interesses do Brasil e do povo brasileiro.

Além do endurecimento da Lei de Segurança Nacional e do AI-5, necessária se fez também a criação de órgãos de informações e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI). Nenhum país, em nenhuma época, pôde sobreviver sem antecipar providências contra o que se tramava para prejudicá-lo. O conhecimento antecipado de tais tramas sempre foi proporcionado pelas informações. A busca incessante dessas informações, que persiste até hoje, com mais requinte e por qualquer meio disponível, é indispensável a qualquer nação que queira preservar sua soberania.

Quanto ao tempo de duração da Revolução, o meu ponto de vista, conforme já fiz ver, é de que ela podia ter-se restringido a um período de oito a dez anos, no máximo, caso se tivesse valido das medidas atrás indicadas. No que diz respeito ao

cerceamento da liberdade de imprensa e de expressão artística e da prática de tortura contra pessoas, não aceito os comentários levianos e infundados de certa mídia que, hoje, tenta enlamear tudo o que se refere à Revolução, medrosa e incapaz de dizer a verdade sobre aquele período. Claro que contra alguns excessos houve a censura da Revolução, o que é absolutamente normal. Imagine-se uma situação invertida: o comunismo internacional vencedor no Brasil – a censura e as exceções teriam sido amplas e radicais, como em Cuba, onde mais de 17 mil pessoas foram executadas no *paredón* e, ainda hoje, toda a imprensa e expressão artística são escravas do Partido Comunista cubano. De torturas falam, sem consistência e sem conhecimento, os adeptos brasileiros do regime cubano. Pode falar de tortura, no Brasil, quem alimenta preferência por um regime responsável pela morte de 17 mil cubanos? Se houve alguma tortura durante o período revolucionário, foram casos isolados, abominados pelos dirigentes de então, que não admitiam tais vilanias.

Ao invés de estar deformando a opinião pública com essas aleivosias que não conduzem a nada – a não ser amesquinhar, ainda mais, o caráter de seus autores – a mídia autêntica sentir-se-ia pelo menos útil, divulgando ao povo brasileiro as inúmeras e benéficas realizações do período revolucionário, pois são a elas que devemos a nova dimensão da dinâmica nacional – sobretudo nos setores energéticos e de comunicações. De lá para cá, nada se fez nesses campos e se realizou muito pouco nos demais setores. Vou fazer aqui algumas indagações. Respondam conforme seus conhecimentos e consciência. Quem construiu Itaipu, Tucuruí, Boa Esperança e outras hidrelétricas? O maior sistema de comunicações, copiado por países mais desenvolvidos? O Sistema Financeiro de Habitação, com o BNH? A Assistência ao Trabalhador Rural, com o FUNRURAL? O Estatuto da Terra? A ponte Rio – Niterói? A ferrovia do Aço? Os mais de 70 mil quilômetros de estradas pavimentadas de alta qualidade, hoje quase intransitáveis, por falta de conservação? As usinas nucleares Angra I e Angra II? Conjunto do pólo de mineração de Carajás e do porto de Itaqui, com infra-estrutura de transporte, através de ferrovia, e muitas outras realizações empreendidas no período de 1964 a 1985?

As respostas conscientes e honestas a estas indagações darão a medida da verdade, ao mesmo tempo em que mostrarão o tamanho da mentira e da omissão dos meios de comunicação social e dos agentes da má-fé, em prejuízo da opinião pública brasileira.

Quanto ao comportamento dos políticos, em especial dos congressistas, na evolução do período revolucionário, o que se observou foi a atitude de muitos deles, voltada mais para seus interesses pessoais do que para os interesses do País e de seus representados, e todos mimetizados de patriotas, mas escondendo as

conveniências que lhes eram favoráveis, embora muitas vezes inconfessáveis. Era o antigo vício dos maus costumes políticos que vinha revigorar a velha e maléfica tradição e que, infelizmente, não foi erradicada da vida brasileira, porque persiste o interesse de muitos em que o voto do povo não seja consciente. Persiste, também, a falta de qualificação da maioria dos candidatos ao exercício de cargos eletivos. Muitos que respondem a processos na Justiça, ainda assim são eleitos e degeneram o desempenho das funções decorrentes do cargo eletivo que ocupam. Aí, sim, configura-se a pior de todas as ditaduras: a da mentira, a da enganação, e a dos interesses espúrios. Enquanto isto, a mídia e esses mesmos maus políticos desandam suas aleivosias contra a Revolução de 1964, inquinando-a de "ditadura militar", "anos de chumbo" e outros epítetos de má fama. Se alguém se der ao trabalho de ler os jornais do período de 1964 a 1985, constatará as críticas mais variadas ao regime militar, que não só as tolerava mas, muitas vezes, as aceitava, quando honestas, como colaboração à sua administração. Onde se viu isto, numa ditadura? A maior característica de uma democracia é a representação popular através do Congresso Nacional; e houve tantas eleições quantas necessárias para a renovação do Congresso, nesse período, através de um pluripartidarismo. Onde se viu isto nos regimes ditatoriais tipo nazi-fascista e, sobretudo, comuno-marxista? Os presidentes militares foram legitimamente eleitos, para cada período de governo, pelo Congresso Nacional. Das eleições indiretas, é a mais clara e limpa em comparação com outras consagradas em países que se dizem democratas. Onde se viu essa alternância no Poder Executivo na ditadura comunista cubana, onde Fidel Castro se aboletou no Poder há mais de 40 anos? Houve eleições para governadores, nesse período, quando foram eleitos e empossados até os adversários do regime vigente. O Poder Judiciário funcionou normalmente nesse período. Onde esteve a ditadura?

Quanto aos "anos de chumbo", se houve foram provocados pelos derrotados do regime vigente. Não se podia admitir o crime organizado por marginais ideólogos contra o povo brasileiro e contra a Nação. Se o regime revolucionário tivesse permitido a continuidade do terrorismo armado e ideológico comuno-marxista, estaria negando a sua própria finalidade. Nesse período revolucionário, as Forças Armadas, em especial o Exército, cumpriram rigorosamente com o seu dever e, apesar das enormes responsabilidades e até de baixas entre seus integrantes, nada exigiram, obedientes à sua formação abnegada. Nada exigiram, a não ser as condições mínimas de operacionalidade que a Nação lhes podia garantir. Salário? Jamais se pleiteou situação diferente das demais categorias assalariadas. Os salários dos militares são hoje os mais baixos de todas as categorias pagas pelo Governo Federal. Para se ter uma idéia, um coronel recebe um salário médio de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), enquanto um

motorista da Câmara dos Deputados ganha da ordem de R$ 6.000,00 (seis mil reais) por mês. Com tudo isto, entretanto, o período revolucionário foi pródigo em benefícios deixados à Nação, conforme já disse antes, e é desses benefícios que o País está sobrevivendo hoje, sobretudo no que diz respeito a energia e comunicações.

Entretanto, ao lado desses incontáveis benefícios e de todos os acertos creditados à Revolução, temos que reconhecer que houve alguns erros que devemos debitar à condição humana de seus dirigentes. Já citei o alongamento do período revolucionário que, no meu entendimento, não deveria ter ultrapassado os dez anos, desde que adotadas as medidas sugeridas. O abandono dos meios de comunicação social e do ensino, em todos os níveis, nas mãos dos comunistas, foi outro erro pelo qual a Nação está pagando um preço muito elevado, hoje. Estas são as principais falhas que eu aponto. Outros erros, sobre os quais se ouvem comentários por aí afora, ficam por conta da maledicência da mídia, muito bem financiada por maus brasileiros.

Essa mesma mídia que vive fazendo os maiores escarcéus sobre os "direitos humanos" dos terroristas "desaparecidos", estimula o desrespeito à Lei da Anistia, que prevê a reconciliação nacional e o perdão mútuo entre as partes que se digladiaram durante o período revolucionário. A Lei da Anistia é a expressão da tradição fraterna brasileira, espelhada na postura pacificadora de Caxias, que, ao harmonizar os ânimos, durante as lutas internas que ocorreram até 1848, na Revolução Praieira, convenceu as partes beligerantes a uma convivência pacífica que lhes era muito mais útil do que a permanência nas agressões sem sentido. Pois bem, a Lei da Anistia, nos dias atuais, continua sendo considerada letra morta pelos próprios órgãos do Governo, que preferem estimular o ódio, o rancor e o revanchismo.

Até aqui falei sobre a Revolução de Março de 1964 em âmbito nacional. Agora, direi algo sobre como ela se desenvolveu no Estado do Ceará.

Estive sempre ligado, aqui em Fortaleza, às atividades portuárias. Acompanhei, de perto, todos os tumultos ideológicos que envolveram os sindicatos da orla marítima, em particular o dos estivadores. Na qualidade de Benemérito do Sindicato da Orla Marítima, tinha penetração em todas as atividades dos sindicatos e acompanhava as tendências de seus sindicalizados e de suas lideranças. As greves se tornaram freqüentes por qualquer motivo, por mais injustificado que fosse. Jamais me conformei com tal estado de coisas e comecei a procurar maneira e meios de combatê-lo. O Comandante da 10ª Região Militar era o General Nicolau Fico, ligado ao Governo Jango, que fazia vistas grossas aos tumultos que aqui ocorriam. Tinha muita convivência com o General e o mesmo conhecia meus pontos de vista, contrários à situação subversiva da época. Entretanto, devido à nossa

amizade, não adotou nenhuma medida contra mim. Substituiu-o no comando da Região, o General Almério de Castro Neves, que também se mostrou indiferente aos movimentos de subversão da ordem, sob a alegação de que cumpria ordens superiores. Enquanto isto, promovi muitas reuniões com amigos para tratar de articular medidas contra o estado de coisas reinante. Essas reuniões se realizaram, inicialmente, na minha residência; depois, na casa do Cláudio Martins, do Cartório Martins. Finalmente, por sugestão do meu amigo Fernando Cavalcante, que era o Capitão dos Portos e integrava a turma de uma entidade denominada Arca de Noé – onde se reuniam os pré-revolucionários cearenses – resolvemos congregar, nessa entidade, os sindicatos da orla marítima que, assim, ficaram protegidos das influências maléficas da cúpula do Sindicato Nacional da categoria. Nisto, valeu-me muito minha situação de Benemérito do Sindicato da Orla Marítima, como, também, a orientação revolucionária oriunda dos meus contatos com o Coronel Hélio Lemos, assíduo freqüentador da Arca de Noé.

Por força de minha posição revolucionária aqui no Ceará, indo ao Rio de Janeiro tive a satisfação de me encontrar com alguns revolucionários de lá, entre eles o Coronel Francisco Boaventura Cavalcante, o Coronel César Montagna e o Major Aviador João Paulo Moreira Burnier, que me transmitiram seu entusiasmo e a justeza dos propósitos revolucionários. Assim, de regresso a Fortaleza integrei o Movimento revolucionário e acompanhei seus primeiros passos aqui no Ceará, os quais foram muito bem conduzidas por autênticos líderes, como o General Francisco Humberto Ferreira Ellery, o Coronel Hélio Lemos e outros.

Já disse que no comando da 10ª RM estava o General Almério de Castro Neves que, tendo-se ausentado temporariamente, se fez substituir pelo oficial mais antigo da Região Militar, o Coronel Aluízio Brígido Borba. O 23º Batalhão de Caçadores (23º BC) era comandado, interinamente, pelo Tenente-Coronel Esio Lima Verde, enquanto aguardava a chegada do comandante efetivo, o Coronel Tácito Theóphilo, que se encontrava de férias. No comando interino do 10º Grupo de Obuses (10º GO) estava o Major Egmont Bastos Gonçalves, aguardando a apresentação do Coronel Luciano Salgado Campos, nomeado comandante da unidade, em substituição ao Coronel Hélio Lemos, que fora destituído do comando em virtude de suas atividades revolucionárias. Para o Governo do Estado, havia sido eleito e empossado o Coronel Virgílio do Nascimento Fernandes Távora que, embora da UDN, mantinha antigas relações de amizades com o Presidente Goulart.

Era este o ambiente político-militar existente no Estado do Ceará, no dia 31 de março de 1964, quando irrompeu a Revolução. O certo é que nesta situação vivíamos a expectativa de podermos reagir ante o quadro anárquico-político que se

espalhava pelo País, o que nos transmitia uma certa tranqüilidade quanto às possíveis ações revolucionárias, em que pese a tentativa de alguns excessos pretendidos por companheiros mais exaltados. Citarei apenas uma dessas tentativas de excessos, motivada, a meu ver, mais por conotações político-partidárias do que revolucionárias. Pretendeu-se depor o Governador Virgílio Távora, que se achava no Rio de Janeiro, mas essa pretensão foi frustrada pela ação eficaz e oportuna do General Ellery, que soube conduzir o esforço revolucionário para outra direção mais consentânea.

Destaco ainda aspectos gerais de antes da eclosão da Revolução, neste Estado do Ceará, especialmente em Fortaleza. Assim, cumpre-me detalhar fatos que tornaram o Movimento *sui generis*, aqui no nosso Estado. Em primeiro lugar, a criação e o funcionamento da Arca de Noé, na Capitania dos Portos, já referida, com feição de um clube beneficente, de apoio a creches, a escolinhas, mas que, na realidade escondia todas as articulações revolucionárias possíveis. Outro aspecto interessante foi a denominação dada a essa entidade – Arca de Noé – em comparação com a Arca de Noé do dilúvio. Enquanto esta acolhia todos os animais para a preservação da fauna pré-diluviana, a nossa Arca de Noé acolhia todas as pessoas que quisessem empenhar esforços para preservar a nossa autenticidade de Nação democrática, então ameaçada pela ideologia comuno-marxista. Nela, se buscava a harmonia entre patrões e empregados, durante as nossas reuniões, muito animadas, amistosas e imunes a qualquer idéia de luta de classes. De lá partiu a libertação de todos os nossos sindicatos, sobretudo os da orla marítima, os quais se desatrelaram da cúpula nacional do sindicato ideológico. Por isso, com a expansão destes sentimentos de harmonia, a república sindicalista tão propalada não teve vez aqui, no Ceará.

Outra passagem interessante ocorreu quando da prisão do Coronel Hélio Lemos, comandante do GO, no 23º BC. Os sócios da Arca de Noé, que eram poucos, aproximadamente uns quarenta, fizeram uma campanha tão eficiente de visitação ao prisioneiro que mais de duas mil pessoas fizeram fila em torno do quarteirão do 23º BC. De fato, a Arca de Noé absorvia as lideranças patronais e sindicais numa prática preventiva de harmonia de classe, possibilitando, também, salutar convívio civil e militar. Ao Comandante Fernando Cavalcante Macedo, da Capitania dos Portos do Ceará, deve-se sua idealização, organização e funcionamento. Mesmo transferido para o Rio de Janeiro, os trabalhos da Arca de Noé não sofreram solução de continuidade. O Comandante Newton Braga de Farias, nomeado para a Escola de Aprendizes-Marinheiros, absorveu aqueles trabalhos e promoveu outras reuniões com autoridades militares, Marinha, Exército e Aeronáutica, no âmbito da Escola.

Enquanto se desenrolavam essas atividades, aqui no Ceará, as pessoas mais ligadas aos quartéis foram informadas de que a Revolução havia irrompido às 11h

do dia 31 de março de 1964. Procuramos, então, avisar àquelas pessoas mais aproximadas da Arca de Noé e tomar medidas de segurança com relação às mais vulneráveis. O entusiasmo revolucionário inicial – com algumas atitudes excessivas a que já me referi – com o tempo foi cedendo lugar a comportamentos ponderados e racionais, em conformidade com o procedimento revolucionário que norteou o período compreendido entre 1964 e 1985.

Ao final, devo registrar que, à época da Revolução de Março de 1964, praticamos a harmonia entre patrões e empregados e entre os diversos sindicatos e que, a Arca de Noé, também unida e em sadio convívio com os militares das Forças Armadas, viveu intensamente o espírito de harmonia da Pátria brasileira, pondo em prática, nesta Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, a antítese da tese comuno-marxista da luta de classe, derrotando, assim, no campo das idéias e das ações, o ódio materialista e anticristão.

Gostaria de levar a todos os brasileiros, em especial aos nossos jovens, uma mensagem de união e de patriotismo, fazendo ver a todos que um país deve sua existência soberana ao amor e à dedicação de seus filhos. Que esse amor e essa dedicação se expressem na ação e no comportamento efetivos de todos em prol da Pátria e se confirmem em atos cívicos de cumprimento do dever e de respeito aos símbolos nacionais, em particular, à Bandeira e ao Hino. Que os nossos estudantes, em todos os níveis, adquiram o hábito sadio de cantar o Hino Nacional, diariamente, em suas atividades escolares. O Brasil é um país caracteristicamente cristão, pela própria formação de seu povo. Por isso, a minha súplica a Deus para que todos os brasileiros se dêem as mãos, numa perene harmonia de interesses, na busca constante da paz.

Jornalista Themístocles de Castro e Silva

- Natural da Cidade de Canindé–CE.
- Principais cursos civis: Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC); Relações Internacionais, da Escola Superior de Guerra (ESG), 1983; Relações Públicas, pela Assessoria da Presidência da República (1983).
- Principais cargos e funções: oficial de gabinete do ministro do Trabalho; diretor geral da Secretaria de Administração; técnico em Administração (em caráter efetivo, desde 1961); Secretário de Governo e Administração, Secretário de Agricultura e Obras Públicas do Estado do Ceará; deputado estadual (eleito em duas legislaturas); deputado federal (suplente convocado – 1973); revisor, redator, redator-secretário da *Gazeta de Notícias*; redator dos Diários Associados de Fortaleza; do jornal *O Povo* e da *Tribuna do Ceará*; diretor do jornal *O Estado*, em Fortaleza.
- Livros e trabalhos publicados, entre outros: Antes e Depois da Revolução de 31 de Março de 1964.

Entrevista realizada em 31 de maio de 2000.

A Revolução de 1964 recebeu uma denominação não muito adequada. Na verdade, foi uma contra-revolução, porque a Revolução já estava na rua. Recordome de que o Chefe do Estado-Maior do Exército, o grande cearense General Humberto de Alencar Castello Branco, expediu a mensagem-circular de 20 de março de 1964, quase a dizer "estamos atentos, estamos atentos", alertando para a situação do País, que se deteriorava. Era visível a inquietação nas Forças Armadas.

Tínhamos um presidente – João Goulart – que não sabia o que queria nem tampouco para onde iria levar o povo, inteiramente sob o controle das entidades sindicais. Os comunistas, infiltrados nos sindicatos por eles apropriados, aproveitavam a oportunidade para mais uma tentativa de tomada do Poder. A primeira, todo mundo sabe, foi em 1935, quando revoltosos – em Natal, Recife e Rio de Janeiro – mataram vinte e oito militares brasileiros. A segunda tentativa seria, não digo, pela força, mas uma tomada pacífica, através da infiltração no governo. O próprio Luís Carlos Prestes, num comício em Recife, disse que os "comunistas já estavam no Governo, faltava-lhes apenas o Poder". O Presidente da República, Senhor João Goulart, uns vinte dias antes de 31 de março de 1964, cometeu a insensatez de assinar um decreto desapropriando as terras agricultáveis às margens das rodovias, e encarregou a Superintendência Agrária recém-criada – um comunistóide dirigia o órgão – de fazer a reforma agrária, a tal reforma de base, nessa área. As atividades das entidades sindicais agitavam o Rio de Janeiro e São Paulo. Um sargento queria ser candidato a deputado federal. O Tribunal Eleitoral não registrou a sua candidatura – não tinha condições legais – e criou-se aquela efervescência dentro das Forças Armadas.

Comecei dizendo que era inadequada a denominação de Revolução. Ela foi, na verdade, uma contra-revolução. São detalhes a que, no decorrer da entrevista, esclareceremos. Entretanto, na listagem das causas não se pode esquecer um fato histórico que julgo o impulsor principal do movimento, marca psicológica permanente a fustigar a alma do militar brasileiro: a Intentona Comunista de 1935. Na verdade, com a abertura dos Arquivos de Moscou, transcritos no livro intitulado *Camaradas*, de William Waack, que possuo, está tudo claramente revelado. O Senhor Luís Carlos Prestes recebeu instruções em Moscou, para fazer a revolução aqui, naquele ano. Foi, como se viu, uma loucura: eles, totalmente despreparados, apanharam o País de surpresa. Mas é aí que se põem em destaque duas figuras de soldados extraordinários: o Brigadeiro Eduardo Gomes e o Marechal Eurico Gaspar Dutra, esteios da reação que sufocou a rebelião comunista. Em Natal, não foi nem uma revolução, mas uma palhaçada: um sapateiro ficou na Secretaria da Fazenda, outro do mesmo nível ocupou a Secretaria de Educação etc. Façamos justiça ao

ex-Governador Dinarte Mariz, que conheci muito quando fui repórter no Congresso Nacional, e ele era o Governador do Rio Grande do Norte. Interventor do Estado, armou, rapidamente, os cidadãos do interior e desencadeou a reação. Em Recife, Gregório Bezerra – depois de muito tempo, recebido como uma espécie de herói pelo Cardeal Evaristo Arns – fuzilou o Capitão José Sampaio Xavier, pai do jornalista Dorian Sampaio, que morreu há três dias, vítima de uma parada cardíaca. Gregório Lourenço Bezerra, que era sargento do Exército e comunista, ao assaltar o Quartel-General da 7ª Região Militar, interpelado pelo Capitão Sampaio, descarregou-lhe uma rajada de metralhadora. Pois bem, esse Gregório Bezerra agiu, também, em 1964, e não foi linchado porque não o permitiu o General Ibiapina, hoje presidente do Clube Militar. Os companheiros queriam vingar a morte do Capitão Sampaio. No Rio de Janeiro a ação criminosa dos comunistas, ainda mais violenta, foi prontamente contida: no Campo dos Afonsos, pela atuação rápida e fulminante do Brigadeiro Eduardo Gomes, e na Praia Vermelha, no então 3º RI, pelo Marechal Dutra. Na verdade, como já disse, foi um movimento orientado de Moscou, aqui representado pelo Sr. Luís Carlos Prestes, que chegou a afirmar no Senado, num debate com o cearense Juraci Magalhães, que no caso de uma guerra, de um atrito de qualquer natureza entre a União Soviética e o Brasil, ficaria com a União Soviética.

Outros fatores se conjugaram para a eclosão do Movimento de 1964: a inflação deixada pelo Governo Juscelino e agravada no Governo Jango, a frustração pela renúncia de Jânio, o panorama político-social, em crescente degenerescência etc. Costumo dizer que o Presidente Juscelino, com a construção de Brasília – um sumidouro de dinheiro – fundou uma cidade e afundou o País. Quando fui oficial de gabinete, espécie de secretário do Ministro do Trabalho, algumas vezes levava despacho do ministro para o Palácio do Catete. Vinha telefonema de lá, avisando que o presidente ia viajar, saindo do aeroporto militar, no centro da cidade. Então, corria o ministro para lá com o despacho, eu segurando a pasta do ministro, o avião com as hélices rodando, já partindo, o ministro entregando os processos, e o presidente autorizando-os, sem os ler e sem nada. Dentro daqueles processos estavam milhões e milhões da Previdência Social, retirados dos Institutos para a construção de Brasília. Portanto, quando se fala em crise, em rombo da Previdência Social, em inflação, temos que voltar ao período de 1956 a 1961, no Governo Juscelino, quando a situação se agravou. Foi o rombo antecipado da Previdência, com o dinheiro desviado e a inflação crescente com a construção de Brasília. Para precipitar a edificação da cidade – eu era repórter na Câmara dos Deputados – Afonso Arinos de Melo Franco, de Minas Gerais, fez um

discurso desafiando o presidente da República: transferir a capital federal, da cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central, mudança prevista na Constituição de 1891. Quarenta e oito horas depois Juscelino anunciou que ia mudar a capital e acabou mudando.

Brasília, inicialmente, foi a capital do funcionário público. Lá não se fazia nada. Não sei agora, mas cansei de ir ao Rio de Janeiro, onde redigia os ofícios, datando-os de Brasília. Com todo esse açodamento, quanto custou ao País a mudança da capital? Milhões que poderiam, hoje, estar ajudando a muitos brasileiros famintos. Sabe-se que a transposição das águas do São Francisco, o projeto que aliviaria o Nordeste dessas secas inclementes que aqui se abatem sobre nós, de vez em quando, custaria um bilhão de reais. Ora, um bilhão, diante do que se gastou para construir Brasília, evidentemente não representa coisa nenhuma. Esta é uma amostra do quadro inflacionário deixado por Juscelino em 1961.

Jango podia ter contornado a situação, mas, incompetente, e com a mente voltada para um populismo demagógico, agravou-a, ao se envolver com uma reforma agrária inconseqüente e outras, conhecidas como reformas de base, impostas pelos comunistas. A infiltração comunista, embora acentuada no Governo Jango, já se fazia sentir em outros setores, até entre o clero. Daí o comportamento da Igreja que, antes mesmo de Juscelino, ainda quando o Cardeal do Rio de Janeiro era Dom Jaime de Barros Câmara, já absorvia os dois lados: o lado que é a maioria, graças a Deus, chamado conservador, e o lado progressista, aquele dos padres que mais tarde Nelson Rodrigues apelidou de "padres de passeatas". A maioria, felizmente, sempre teve uma linha sensata, em qualquer crise. Naquela época, recorria-se ao Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, que interferiu muito, inclusive no 24 de agosto de 1954, quando do suicídio do Getúlio. O Rio de Janeiro, hoje, tem Dom Eugênio de Araújo Sales, do Rio Grande do Norte. São Paulo tinha Dom Paulo Evaristo Arns, sobre cujas atividades o próprio Vaticano foi obrigado a tomar providências. Reduziu a sua força eclesiástica em um terço, até que ele se aposentou, mas deu muito trabalho, inclusive patrocinando publicações inverídicas e falsas sobre o Movimento de 31 de Março.

Essa infiltração comunista, a que já me referi, não respeitou nenhum setor da vida brasileira: no campo, estava presente nas "Ligas Camponesas". Na sociedade, como um todo, através dos "grupos dos onze". As "Ligas Camponesas", do Chico Julião, foram o embrião do que é hoje esse perigoso Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que, embora sem personalidade jurídica, tem as razões e os recursos do governo, consegue audiência com ministros e tem mais regalias, em termos oficiais, do que aqueles que, na verdade, trabalham na agri-

cultura. É um movimento político-revolucionário, com aulas de revolução marxista nos assentamentos. Movimento que tem as suas horas de recuo e de avanço, em função do comportamento do Governo. Diga-se de passagem que o homem da reforma agrária no Brasil, o Sr. Raul Jungmann, é um comunista de carteirinha, indicado pelo Sr. Roberto Freire que, durante muito tempo, foi o líder dos comunistas em Pernambuco e que hoje é senador. Quando caiu o Muro de Berlim, o partido comunista mudou de nome e passou para um tal de PPS, que é o mesmo partido com a mesma ideologia. Aqui no Ceará, depois da queda do Muro de Berlim, os comunistas, que não deixam de ser comunistas, mudaram de sigla e só, dentro da velha tática que usam para enganar os desprevenidos, a exemplo do ex-Governador Ciro Gomes.

Quanto ao meio militar, embora não estivesse integrado a ele, ouvia falar alguma coisa sobre como estava o ambiente, naquela ocasião, nos quartéis. Quem primeiro se apressou em dirigir-se aos militares, como inicialmente citei, foi o Marechal Castello Branco, que era general-de-exército naquela época e chefe do Estado-Maior do Exército. O General Peri Constant Bevilácqua, que era o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), expediu a famosa Instrução nº 7, gravei bem o número. Olhe que o General Pery Bevilácqua era liberal convicto e legalista exacerbado, até por tradição de família. Mas ele expediu a Instrução nº 7, advertindo a Nação sobre a atividade dos comunistas na vida sindical. Logo depois, não sei se por gestão dos militares – esses detalhes não podem ser identificados – o General Amauri Kruel, que era compadre de João Goulart, foi procurá-lo para tentar convencê-lo a dissolver o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), o Fórum Sindical de Debates e outras entidades que estavam intranqüilizando a Nação, promovendo greve por cima de greve, reivindicação por cima de reivindicação. Ainda me lembro, através de um registro que os jornais fizeram, de que o Porto de Santos, o maior porto da América Latina, parou trezentas embarcações carregadas – as mercadorias apodreceram – em solidariedade a seis enfermeiras da Santa Casa, que entraram em greve.

Mas eu me referia ao encontro do General Kruel com o Presidente João Goulart. Depois da exposição do general, o presidente virou-se e disse: “Eu não posso dissolver essas entidades, porque elas são o meu V Exército.” Na época, só havia os I, II, III e IV Exércitos. Então, o general despediu-se e foi embora e todo mundo sabe o que houve em 31 de março: o V Exército não apareceu.

Todavia, o Exército foi chamado pelo povo, as Forças Armadas foram convocadas, como estão sendo atualmente, não digo na mesma proporção. Mas naquela época, em São Paulo, no Rio de Janeiro e até aqui em Fortaleza, milhares

e milhares de pessoas, sobretudo de senhoras, encheram as ruas, em protesto contra a situação, num movimento sob o nome de Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O Exército, se não tivesse agido, teria dado uma demonstração de conivência com o caos que já estava estabelecido.

O espírito legalista dentro do Exército é um dogma. As Forças Armadas só agem quando não há outros recursos. E quando agem, é com o aval do povo, uma vez que são responsáveis pela segurança do País. Quando viram que a coisa podia transformar-se numa espécie de guerra civil, tiveram de intervir. No entanto, afastaram-se do Poder antes do tempo. Digo isso com toda a minha responsabilidade. Os militares pensavam que, com a volta do País ao leito constitucional, tudo continuaria normal. Está aí o resultado, que não convém comentar, porque nem faz parte dos assuntos da entrevista. E é por isso que jornalistas, meus companheiros, conforme vem-se manifestando Carlos Chagas, que foi o secretário de Imprensa do Presidente Jânio Quadros, têm perguntado: "Onde andam as Forças Armadas?" Dizendo claramente que são o único setor para o qual o povo pode apelar, porque não se confia em mais ninguém. Concluindo, as Forças Armadas fizeram muito bem, mas o espírito legalista não lhes permitiu completassem o trabalho. Um movimento como este, quando explode e se torna vitorioso, gera as suas próprias leis. Se foi vitorioso e respaldado pelo povo, foi porque a ordem jurídica anterior estava fendida e não teve forças para detê-lo, claro. Então, o Movimento de 31 de Março tinha que gerar as suas próprias leis e seguir em frente. Mas não: primeiro, dividiu logo a vitória com o outro lado, admitindo para Vice-Presidente da República o Sr. José Maria Alkmin, representante da situação deposta, Juscelino e Jango. Depois, com o Presidente Costa e Silva, a Revolução cometeu o mesmo equívoco, indicando para vice-presidente um cidadão muito ilustre, um cultor do Direito, o Dr. Pedro Aleixo, politicamente, entretanto, contrário ao Movimento vitorioso. Tanto assim que se recusou a assinar o AI-5, que deveria ter sido editado no começo da Revolução.

Exatamente porque a Revolução não quis, ela própria, gerar as suas leis, surgiram as crises posteriores, impondo corretivos graduais através dos primeiros Atos Institucionais. Primeira crise, ato 1. Segunda crise, ato 2. Terceira crise, ato 3. Na primeira eleição que se fez, deu-se a vitória do outro lado, para os governadores do Rio de Janeiro, da Guanabara e de Minas Gerais. Mas o certo é que as Forças Armadas tiveram o apoio indiscutível do povo brasileiro e de outras instituições. Pela primeira vez eu vi o Congresso Nacional reagir. Tanto assim que Brizola, que era cunhado do presidente, fez várias pregações para fechá-lo. O presidente, que era filiado ao PTB, não tinha maioria no Congresso Nacional. A

maioria pertencia ao PSD, composto com a UDN. Aqui, uma observação curiosa: enquanto Getúlio Vargas esfriou o PTB para afastar os comunistas do trabalhismo, o seu afilhado João Goulart se aproveitou do PTB exatamente para incorporá-los. Mas havia uma reação do Congresso – Poder é Poder. Entretanto, não há cultura, na política brasileira, para um Congresso independente. No Poder Legislativo sempre há uma dependência, seja pela corrupção, seja pelo favoritismo. É o que observamos agora, na atual fase, fase da reeleição: compra de deputados, e outras coisas. O Congresso reagiu, mas não podia fazer nada, porque não tinha condições, embora naquela época, dispunha de uma tropa valente: Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, João Agripino, Afonso Arinos e tantos outros que desapareceram, o que é lamentável, pois, à falta de homens dessa têmpera, a qualidade da vida política brasileira está cada vez pior. Enquanto o Poder Legislativo nada podia fazer, o Poder Executivo, enredado por entidades de esquerda, como a União Nacional de Estudantes (UNE), a CGT, o PUA e a Confederação Nacional de Trabalhadores na Indústria (CNTI), comandava, sem estorvos, os desatinos nacionais.

Todas estas entidades estavam atreladas ao Executivo. Eu digo isso porque fui presidente de um órgão do Ministério do Trabalho chamado Comissão Técnica de Orientação Sindical, uma espécie de pára-choque do ministro do Trabalho. E me lembro de reuniões que tive com o Coronel Luna Pedrosa, com o Comandante Adalberto Nunes, que foi Ministro da Marinha e com o irmão dele, um coronel do Exército. Nós nos reuníamos exatamente para estudar essas atividades dos sindicatos. Pois Jango, como Vice-Presidente de Juscelino, mantinha o seu escritório no Ministério do Trabalho, no 14º andar. O gabinete do ministro era no 8º, mas a movimentação sindical era toda no 6º andar, onde eu trabalhava. E sabia dos acontecimentos porque tinha meus homens presentes nessas reuniões – uma espécie de SNI antecipado. Desse modo, mantinha-me bem informado das atividades dos sindicalistas e transmitia as informações ao ministro, para que ele não fosse surpreendido quando viessem falar-lhe. Então, quando o ministro ia lá ou era procurado pelos sindicalistas, já sabia o que queriam. Viviam quase todos montados no dinheiro do fundo sindical, dinheiro para passagens, movimentações, comícios. Mas todas elas – CGT, PUA, UNE – deram muito trabalho, sobretudo a última; inclusive, existe um livro: *UNE, Instrumento de Subversão,* de Sonia Seganffredo. Essa mesma UNE que, em 1964, era presidida pelo atual Ministro da Saúde, José Serra e, em 1968, provocou o atentado do Calabouço, aquela crise criada pelo assassinato de um estudante que nem era estudante, era um funcionário do Calabouço. Essa crise ampliou o quadro de conturbações existente e se transformou na gota d'água para a edição do Ato Institucional nº 5.

Neste emaranhado de coisas que precederam a eclosão do Movimento de 1964, havia uma liderança séria que se vinha articulando contra os desmandos patrocinados pelo Governo Jango. Era Carlos Lacerda, o grande líder civil. Havia outros, como Afonso Arinos e Bilac Pinto. Este, havia comentários, o Presidente Castello Branco teria mandado para Paris – eu estive e almocei com ele em Paris – a fim de poupá-lo, pois, segundo consta, desejava fosse o seu sucessor, mas a política atrapalhava.

Quanto às lideranças militares, não tive muito contato, mas sabia que vários chefes se engajariam no momento oportuno. O noticiário dos jornais apontava, como uma reserva moral e cultural, o General Castello Branco, Comandante do IV Exército, no Recife, de onde teria sido transferido por interferência de Miguel Arraes. Antes, em 1961, ficou muito conhecido o Marechal Odylio Denys que, mais tarde, em 1964, esteve ao lado do General Mourão Filho, estimulando-o e orientando-o.

Em termos de liderança, pois, o Movimento de 1964 revelou-se rico não só em quantidade, mas também em qualidade, tanto no meio civil como no militar. Daí, a capacidade de articulá-lo, desencadeá-lo e conduzi-lo, sem a necessidade de influência externa, particularmente dos EUA. Por isso, o americano não meteu o dedo aqui, como insinuam os comunistas e filocomunistas. Os EUA ficaram muito agradecidos, por se terem livrado de um problema maior, sem trabalho, sem outros aborrecimentos futuros, pois se o comunismo tomasse conta do Brasil, tomaria conta também da América Latina. Os EUA devem nos agradecer o 27 de Novembro de 1935 e o 31 de Março de 1964, pois foi o nosso País que fez abortar todo e qualquer movimento comunista aqui. Essa insinuação de influência externa é muito parecida com uma outra, segundo a qual o Movimento de 1964 foi fruto da guerra fria. Revela ignorância da História, ou má-fé, aquele que desconhece que a guerra fria foi iniciativa de Stálin, como meio para o domínio do mundo pelo comunismo, através da tomada do Poder nos países envolvidos. Se houve guerra fria aqui, em 1964, foi do lado dos comunistas, jamais de americanos. Mas essas insinuações fazem parte da propaganda comunista.

Os comunistas têm raiva dos militares, claro, porque estes nunca permitiram que eles tomassem conta do Brasil. Assim, estão sempre querendo tirar o mérito das Forças Armadas. Nunca, no Brasil, as Forças Armadas agiram por inspiração de A, de B ou de C. Elas sempre tiveram os seus grandes chefes que souberam conduzi-las nos momentos de crise nacional. Além do mais, existe na alma do nosso povo, de nossas Forças Armadas, uma verdadeira ideologia da liberdade democrática. E, pelo que se deduz, pelo que está na História, o que esteve na base da ideologia foi a defesa do regime democrático. As Forças Armadas do Brasil não

têm uma ideologia específica no sentido filosófico ou exclusivista. Sua ideologia é a democracia e a responsabilidade de garantir a soberania nacional, a lei e a ordem, e a de sustentar os poderes constituídos da República.

Em 1964, ainda não havia esta baixeza de espírito, na mídia, que até apoiou o Movimento Cívico-Militar. Primeiro, o Sr. Roberto Marinho, que hoje chama a Revolução de golpe, foi quem mais a aplaudiu. E destacou um dos seus repórteres, Raul Brunini, meu velho amigo, para acompanhar Carlos Lacerda. Para onde Carlos Lacerda ia, havia a cobertura ampla – não havia a TV Globo – através do jornal e da Rádio Globo. E por contar com o prestígio de Carlos Lacerda que, por sua vez, contava com o seu apoio, Raul Brunini foi eleito duas ou três vezes deputado. Quando deputado federal pelo Ceará, fui a São Paulo com o Governador Lacerda, naquele avião "Esperança", fazendo a campanha dele. Estávamos – eu, Armando Falcão e o padre Godinho – chegando a São Paulo, quando Lacerda me pediu para visitar o jornal *O Estado de S. Paulo*, do Sr. Júlio de Mesquita Filho. Visitar *O Estado de S.Paulo* significava obter o seu apoio. Todos os dias, Júlio de Mesquita Filho conversava com o Sr. Carlos Lacerda. Uns dez ou quinze dias antes da eclosão do Movimento – o que foi fundamental, pela autoridade moral do autor – o Marechal Dutra deu uma entrevista ao jornal *O Globo*, na primeira página. Foi, como se diz, a pá de cal no Governo do Sr. João Goulart.

Entretanto, a Revolução cochilou com relação à comunicação de massas. Ela não soube comunicar-se e eu cito até um episódio, felizmente superado: o presidente da República chegou a baixar um ato, proibindo os jornalistas de exercerem a sua função. Uma coisa inadmissível, que provocou um grande clamor e as reações que ainda hoje perduram. O que estou dizendo aqui não é, propriamente, uma crítica à censura em si, porque, num movimento desses, quem não faz censura está brincando. A esquerda, quando toma o Poder, é a primeira coisa que estabelece definitivamente, como em Cuba, onde há quarenta anos a censura reina absoluta. Então, este comentário não diz respeito à censura, mas à ausência, dentro do governo, de um canal para comunicar-se com a imprensa. Houve um comunicador muito bom, que foi Humberto Barreto, junto ao Presidente Geisel, mas não era jornalista. Com o Presidente Castello Branco, ficou um jornalista do *Diário de Notícias*, de cujo nome não me recordo. Excelente pessoa, mas muito tímido, o que significa não ter sido uma boa escolha, por não ter servido à causa como deveria. Houve, pois, esse cochilo da Revolução com relação à imprensa. Hoje, isto serve de pretexto a certas críticas descabidas à Revolução, que são formuladas sob o impulso ideológico. Quando Lula foi candidato, a federação de jornalistas, pela primeira vez, fez uma pesquisa: quase 80% da classe votavam no Lula. Depois que criaram essas tais escolas de

comunicação, quase todas dominadas pelo PT, as redações se encheram de críticos que antes não havia. Então, começaram as difamações, as calúnias que não havia antes: "ditadura militar", "golpe", agora com maior insistência. Como estão observando o fracasso do poder civil e não querem a volta dos militares, procuram jogar a opinião pública contra as Forças Armadas, com todos os depreciativos que o ranço ideológico e a ignorância da História lhes inspiram.

Na verdade, o único ditador que houve no Brasil foi um civil, o Presidente Getúlio Vargas, responsável pela maior fase de desenvolvimento deste País. Ninguém me contesta, porque está na História. Um ditador derrubado que o povo foi buscar para presidente, depois de cinco anos que havia deixado o Poder. Por onde se conclui que a ditadura não é, necessariamente, um mau regime. Derrubaram o Peron na Argentina, Peron voltou pelos braços do povo. O Hugo Banzer, na Bolívia, passou oito anos como ditador. Dizem dele pior do que dos nossos militares. Agora, o povo o elegeu Presidente da Bolívia. O tão praguejado General Pinochet passou, não sei se treze anos no Governo do Chile, cuja economia, hoje, por sua causa, é a mais saudável da América Latina. No Chile, agora, o candidato vitorioso ganhou por menos de 1% contra o candidato de Pinochet, que estava preso na Inglaterra. Se Pinochet estivesse lá, certamente o resultado seria diferente. Então, aqui para nós, quando vence a esquerda, é "revolução"; quando não é a esquerda que vence, é "golpe". A ruptura constitucional é a mesma: tanto numa revolução, como num golpe, caracteriza-se a ruptura institucional. Mas, como é da esquerda, que tem várias correntes de corruptos, até o nome é mais suave.

A esquerda é uma espécie de escola de samba, tem ala de todo lado: ala A, ala B, ala C. Algumas dessas alas são enganosas, usam a demagogia eleitoreira. As outras, a maioria, são violentas e destrutivas. Por isso, vou dizer o seguinte: quando seqüestraram o embaixador americano Mr. Charles Burke Ellbrick, em troca de presos políticos, foi lido um manifesto em todas as emissoras de rádio e televisão, redigido pelo Sr. Franklin Martins, hoje comentarista político da Rede Globo. Tal manifesto confessava assalto a bancos, assalto a quartéis, assalto às delegacias e anunciava, depois de tudo isso, a guerrilha rural. Todas essas coisas estão expressas nesse manifesto. Se alguém o desejar, posso fornecer depois, pois eu o tenho. Pois bem, o presidente era o General Médici. Qual é o presidente que, diante de um documento desses, cruza os braços? Nenhum. Era a luta armada para derrubar o regime. Foi quando, logo depois, nascida em Ibiúna, São Paulo, surgiu a guerrilha do Araguaia, que o Presidente Médici liquidou logo, felizmente.

Era a maquinação contra o Brasil, que sempre fez parte de toda ação comunista, caracterizada pelo terrorismo: seqüestro, atentados, assaltos a bancos, a

quartéis e a trem pagador, sem contar com as guerrilhas urbana e rural. Nessas ações foram assassinados mais de uma centena de brasileiros inocentes. Mas, mesmo em face do acirramento dessas ações criminosas, ainda há quem afirme que a Revolução muito se demorou no governo do País. Muito se demorou? Este não é o maior problema, as Forças Armadas não se demoraram. Mas, no último período, as coisas não correram como se esperava, parecendo ter-se acomodado com a doença do presidente Figueiredo. E vamos dizer a verdade, conheci o Presidente Figueiredo, estive várias vezes com ele aqui em Fortaleza. Inclusive, uma vez, ele me convidou para ir para Brasília. Grande cidadão, excelente amigo, fui à sua posse. Ele era um grande soldado, um grande militar, mas não mostrava vocação para o governo. Tanto assim que, nos últimos dias, naquela sua apatia, indiferença mesmo, em não passar a faixa ao Presidente Sarney, saiu pela porta dos fundos, dando a idéia de que estava ali em nome das Forças Armadas, de que estava correndo, de que estava apressado, de que a anistia fora concedida antes da hora.

Anistia é perdão, e perdão só se concede quando se tem certeza de que o sujeito que cometeu o crime está arrependido. E isso não ocorreu com a anistia concedida pela Revolução. Está aí o resultado: o "revanchismo" implantado. Como as Forças Armadas tinham muita coisa ainda para fazer, deveriam ter administrado a abertura, evitando-se, inclusive, a posse do Presidente Sarney, ao arrepio da Constituição. Quem deveria assumir era o presidente da Câmara, pela hierarquia constitucional.

As Forças Armadas só fizeram bem ao Brasil, tanto que, hoje, apesar de toda a campanha movida contra os militares, pela esquerda e pela imprensa, ainda se constituem na instituição de maior credibilidade deste País, perdendo apenas para a Igreja Católica. Corroborando com essa credibilidade, sou testemunha das inúmeras vezes em que civis interpelam um general, um coronel: "Onde é que vocês andam diante da situação nacional?" Todo mundo está reclamando autoridade, condução, seriedade na coisa pública. Os escândalos já não chocam mais, de tão rotineiros. Pode ser que eu me engane, mas as coisas marcham para um desfecho em que as Forças Armadas vão ter de intervir novamente. Mesmo enfrentando a campanha insidiosa que lhes é movida, sua credibilidade perante o povo brasileiro cresce a cada dia. Essas aleivosias da esquerda e de parte da mídia são contraditórias e inconsistentes, fruto de uma obstinação ideológica e mesquinha. Com esta motivação, vão sempre dizer: "O golpe e a ditadura prejudicaram a cultura." A ditadura de Getúlio, de 1937 a 1945, foi a fase mais fértil da cultura popular brasileira, a julgar pelas músicas, pelas composições. Hoje, está aí a liberdade, liberdade à vontade. Vê-se a qualidade da música brasileira: só tem barulho e pornografia.

Na verdade, está na História. Ocupávamos a 40ª posição em matéria de economia mundial e chegamos à 8ª economia do mundo, com a Revolução de 1964. O Presidente Castello Branco começou a reforma do Estado. Criou o Banco Central, o Fundo de Garantia, o Estatuto da Terra, o Banco Nacional da Habitação (BNH). Quantos milhões de brasileiros têm casa própria hoje, pelo sistema de habitação, deixado pelo Presidente Castello Branco?

As obras, as hidrelétricas projetadas e construídas, as pontes e a obra social que a grande maioria da sociedade não conhece – e acredito que muitos militares também desconheçam – por coincidência, na sua maioria foram realizações do homem que mais responsabilizam pelos chamados "anos de chumbo", o Presidente Médici. Graças a ele foi criado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que garante a sobrevivência de quarenta milhões de brasileiros. São oito milhões de brasileiros, com uma média de cinco integrantes por família, amparados pelo salário mínimo da Previdência Social, único dinheiro que, hoje, circula no interior do País. Antes não tinham, absolutamente, coisa nenhuma. Foi também o Presidente Médici quem deu cidadania à empregada doméstica e ao atleta profissional, beneficiários da Previdência Social. E tantos outros empreendimentos realizados. A verdade é que essa foi das grandes fases de desenvolvimento do País, muito parecida com a fase do Presidente Getúlio Vargas, principalmente na área social. Diga-se mais, que os direitos sociais conferidos pela Revolução, o atual governo está usurpando: estabilidade e outros direitos adquiridos.

Vou citar alguns outros exemplos de realizações da Revolução: Itaipu, Boa Esperança e Tucuruí, no campo energético; a ponte Rio – Niterói, cuja importância só quem conhece o valor econômico do Rio de Janeiro pode avaliar, ela que veio substituir aquelas barcas velhas da Cantareira; o aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, e o aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

Entretanto, apesar dos incontáveis empreendimentos realizados, a Revolução deixou as nossas universidades entregues à esquerda, uma falha, a meu ver. Foi no meio universitário que a esquerda se fortaleceu. Por isso, politicamente, a universidade, hoje, é rebelde ao Movimento de Março, exatamente por influência da esquerda que lá pontifica, como na imprensa.

Fica muito difícil, quase impossível, estabelecer-se um paralelo entre as realizações do período revolucionário e as do pós-Revolução. No primeiro, como já disse, foram inúmeras as obras, particularmente no campo social. No período pós-Revolução, não se tem notícia de nenhum empreendimento palpável nesse campo ou em qualquer outro, principalmente no meio rural. A não ser a dilapidação do patrimônio nacional, por meio de privatizações criminosas. Durante o período re-

volucionário o Estatuto da Terra foi criado, pelo Presidente Castello Branco, para fazer uma reforma agrária sem demagogia, uma reforma agrária séria. Mas, como as entidades que falam sobre a reforma agrária, que tanto a reivindicam, não querem realmente tal reforma, porque são movimentos políticos, tipo MST, pouco se tem evoluído nesse aspecto. O Estatuto da Terra jamais foi aplicado, porque é obra da Revolução. Vamos ao que estão fazendo no meio rural: no ano passado, foram 500 milhões de reais que o governo gastou em assentamentos. Desse montante, o MST ilegal levou 3% (Zé Rainha e outros). Com os generais, não houve isso.

Atualmente, cada deputado, cada senador recebe R$ 1,5 milhão por ano, R$ 6 milhões num mandato de quatro anos, para fazer o que quiser, aplicar onde quiser, dar a quem quiser. Com os generais, não tinha isso. Deputados são eleitos para legislar. O governo atual, quando tem um projeto com dificuldade de aprovação, anuncia: "Vou liberar tanto da verba de parlamentares." São essas verbas, que não têm fiscalização, que a maioria dos prefeitos botam no bolso, como as do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), por exemplo. O FUNDEF, instituído há três anos, é um programa de grande significação, pois é destinado a melhorar a qualidade de vida e a situação do professor, e melhorando a situação do professor, melhora a qualidade do ensino e favorece o aluno. Mas roubalheira não tem limite. Estão roubando quase tudo da merenda escolar. Não há fiscalização e não é possível fiscalizar. A verba dos 513 deputados é outro exemplo. Admitamos que se dilua ou pulverize por dez ou doze obras financiadas com esse dinheiro: 100 para uma obra, 20 para outra e 40 para outra obra. Qual é o Tribunal de Contas que pode fiscalizá-las? Multiplique dez por 513 e se verifica que não há condições, só nesse setor, avalie nos demais. É dinheiro que se joga fora, dinheiro do Orçamento que o próprio Presidente do Congresso Nacional, Senador Antônio Carlos Magalhães, em entrevista de página inteira na *Folha de S. Paulo*, cita, dizendo categoricamente: "O Orçamento é um dos mais fortes instrumentos de corrupção do País."

A propósito, insinuam, maldosamente, que os militares auferiram vantagens do Poder. Eu asseguro o contrário. Lembro-me de que o Presidente Castello Branco assumiu o governo tirando vantagens dos militares. E todos eles saíram do governo pobres, inclusive o Presidente Figueiredo, que tinha um sítio em Petrópolis e está vendendo; não sei se já o vendeu. Não conheço nenhum militar rico, não porque não haja possibilidade, mas pela formação que o militar recebe, desde a escola. Se comete um ato desabonador de sua conduta, não fica no Exército, porque lá não há lugar para ele. É o grande contraste entre as atitudes do civil e as do militar. Por exemplo, essas explosões do Deputado Bolsonaro: ele vive um conflito, porque saiu

de uma Casa onde tudo é sério, tudo é na hora, onde se presta conta de tudo, não se desvia um centavo. Aí, vai para a atividade política, que é o contrário: é um querendo passar o outro para trás, um dá rasteira no outro, apropria-se de uma verba etc. É por isso que ele explode e tem lá suas razões.

Voltando às ações comunistas, no mundo, existe um trabalho escrito por seis historiadores franceses, todos adeptos ou ex-adeptos da esquerda, que deveria estar na estante de cada brasileiro. Trata-se do *Livro Negro do Comunismo*, registro das cem milhões de mortes ocorridas na implantação e expansão do comunismo na Rússia, na Europa Central, na China, em Cuba e em outros países. Comparados estes cem milhões de mortes com as três centenas havidas no Brasil, durante o período revolucionário, pode-se admitir que houve um milagre. E houve mesmo, a começar pela vitória do lado democrático, da democracia. Se tivesse vencido o lado comunista, nossa estatística seria outra bem diferente, bem mais macabra. Além da vitória da democracia contamos, para esse milagre, com a moderação, com o nível de instrução, com o preparo do nosso soldado, com a eficiência das informações, mas, acima de tudo, com a índole do militar brasileiro, com a índole do nosso povo, que não é de matar ninguém. E mais, estávamos numa defensiva, nós nos livramos de uma agressão, como em 1935.

Tivemos guerrilhas urbanas e rurais que foram desbaratadas graças à pronta ação dos governos revolucionários, evitando-se, assim, muito mais mortes. Enquanto isso o comunismo, como já vimos, matou cem milhões de pessoas no mundo, ou seja, quatro vezes mais do que o nazismo. Mesmo assim, acusam o Chile de mortandade, com três mil mortos. Porém, com relação a Cuba, com dezessete mil assassinatos cometidos no *paredón*, por Fidel Castro e Che Guevara, e mais de vinte mil cidadãos foragidos do regime comunista, ninguém diz nada.

Diante de tudo isto, diante da guerra, o Brasil é uma espécie de aprendiz. Nós não somos de matar, nós somos de nos defender, essa é a verdade. E a alma do povo e dos militares brasileiros é tão generosa que, apesar de todas as agressões dos comunistas, inspirou a abertura da política, que considerei precipitada. E tanto isso é verdade que, praticamente, estamos numa situação pior do que a do período de João Goulart, em matéria de estabilidade, de falta de confiança no governo, em matéria de desorientação do governo. Em termos de crise social, é evidente que estamos muito pior. Por isso é que a Revolução devia ter demorado mais, para não ter que voltar de novo.

Em face da generosidade da alma do militar brasileiro, revigorada no exemplo de Caxias para o perdão mútuo, a abertura política culminaria, naturalmente, com a Lei da Anistia, demonstração do seu espírito pacifista, do espírito de harmo-

nia, do espírito de paz. Mas o brasileiro, com a sua formação, a sua índole, foi traído na sua boa-fé. Os fatos estão mostrando que o "revanchismo" está aí. O pior é que, se não conta com o apoio, conta com a indiferença do governo, que está cercado de revanchistas. Quem são seus principais assessores? O secretário-geral da Presidência, Sr. Aluízio Nunes Ferreira, era o motorista de Marighela nos assaltos a bancos, integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN), e um dos assaltantes do trem-pagador da ferrovia Santos – Jundiaí. Quem é o Sr. José Gregory, Ministro da Justiça? O secretário de segurança de São Paulo, na época, de cujo nome não me lembro, foi obrigado a botá-lo na cadeia, juntamente com a mulher, porque eram atuantes na subversão. Hoje, evidentemente, a situação é outra. Mas é esse José Gregory, que foi preso em São Paulo como baderneiro. Quem é o homem da reforma agrária? O Sr. Raul Jungmann, um comunista de carteirinha. Quem é José Serra, ministro da Saúde? Presidente da UNE em 1964, a perigosa UNE!

Esta é a biografia que os jornais estampavam, não estou dizendo nenhuma novidade. É o pessoal que, atualmente, constitui o governo. Daí, volto a afirmar, este revanchismo ou conta com o apoio do governo ou, no mínimo, com a sua indiferença.

Contudo, os criminosos de ontem são os heróis, os "democratas" de hoje, e as Forças Armadas são, por eles, desprestigiadas, provocadas e afrontadas. Mas, quando os "sem-terra" ameaçam invadir o sítio do presidente, são destacados duzentos homens do Exército para protegê-lo, num verdadeiro acinte, vez que as Forças Armadas não são guardas territoriais de ninguém. As Forças Armadas têm uma destinação constitucional muito nobre, não se destinam a tomar conta de fazenda, nem de sítio de ninguém. Mas persiste o ódio irracional da esquerda contra as Forças Armadas, em especial contra o Exército, porque, na verdade, os militares daqui, com o apoio do povo brasileiro, derrotaram os comunistas, pela segunda vez, o que eles não perdoam. O bom senso dos povos também derrotou os comunistas de quase duzentas nações no mundo de hoje. Há quatro ou cinco remanescentes nesse regime, porém o comunismo, em si, terminou. Agora, há aqueles que exploram as dificuldades dos trabalhadores e a inquietude dos jovens. Exploram e mudam de sigla.

O comunismo atual pertence a dois tipos de gente: os fanáticos e os idiotas. Na realidade, o comunismo, depois de setenta e tantos anos de experiência na União Soviética, desintegrou-se de tal maneira que, no Leste Europeu, também não existe mais. Karl Marx, no seu Manifesto de 1848, disse que o capitalismo ia explodir dentro de suas próprias contradições. Ora, mais de cem anos depois, o que se viu foi exatamente o contrário. O comunismo opressor, desumano e incompetente desapareceu.

Não obstante, o movimento de esquerda, que não é oposição, exerce influência predominante sobre a mídia, fato que se pode atribuir a um descuido dos mili-

tares que, hoje, sofrem a falta de espaço para a comunicação com o povo. Entretanto, trata-se de um erro que ainda pode ser corrigido. Basta que as Forças Armadas tenham, e têm que ter, no seu orçamento, uma verba específica para as suas comunicações sociais. Mesmo porque qualquer ministro convoca uma rede, a qualquer hora, para dizer o que quer. Entretanto, já vi e ouvi muitas calúnias e ofensas contra as Forças Armadas que, para se defenderem, têm que apelar para um jornalista amigo, que transmita suas notícias, suas informações. Do contrário, não sai nada. É uma luta desigual. Enquanto o governo tem R$ 1,6 bilhão, este ano, para fazer propaganda bonita e enganosa na televisão, as Forças Armadas não devem ter um centavo. Debite-se à Rede Globo a invencionice sobre o superfaturamento do Exército, sobre o contrabando da Aeronáutica, sobre o contrabando na Marinha. Eu os defendi, como jornalista, porque sei que há grandes investidas levianas da ideologia marxista, que domina o jornalismo investigativo que inventaram. Ora, as Forças Armadas, patrimônio da Nação, a instituição de maior credibilidade, aquela em que o povo confia, não podem ficar expostas a aleivosias gratuitas de irresponsáveis. Qualquer indivíduo que se diz jornalista chega e denuncia em letras garrafais: “Há contrabando no Exército.” Se o Exército divulga uma nota explicativa na “Seção de cartas”, esta nota sai num canto de página. O tratamento é desigual, e isso contribui, também, para o amesquinhamento do Exército.

Fala-se muito no direito de resposta, previsto no inciso V do artigo 5º da Constituição Federal. Mas quem é que cumpre lei neste marasmo moral? A resposta sai num cantinho de página, quando a lei manda colocá-la no mesmo local e na mesma página da acusação. Nunca o fazem. Então, o Exército, as Forças Armadas, têm que agir. Ou o Ministério Público. Ou os seus advogados. Tem que haver medidas para o cumprimento da lei. Do contrário, ganham alento a mentira e a calúnia, ao gosto da esquerda que adota a regra de Voltaire, ao dizer: “A mentira repetida passa a ser verdade.” É tortura estardalhaçante pelos meios de comunicação, prato cheio para os “direitos humanos”. Se a gente conversa com um jovem da universidade sobre patriotismo, ele vem logo com esta: “Todo general é um torturador.” É o que meteram na cabeça dele, é o que está na televisão e nas manchetes dos jornais de todos os dias.

Agora, é preciso entender que nos meios de comunicação social existem profissionais sérios, que não foram contaminados pelo veneno ideológico. Não são a maioria, mas são justos na opinião que emitem. Recentemente, aqui no Ceará, houve uma reunião de cinqüenta jornalistas convocados pelo Armando Vasconcelos, da qual participei e na qual foi feita uma pesquisa sobre as Forças Armadas, que tiveram um elevado resultado favorável, quase cem por cento. Isto

se explica porque lá estavam jornalistas responsáveis, aqueles mais antigos, de cabeça no lugar. Não eram os que transmitem os boatos por telefone e os jogam nos jornais e nas TVs. Os que estavam lá eram responsáveis, os diretores, a chamada velha guarda que, felizmente, ainda existe. Mas a maioria, jovens recém-saídos da escola e que certamente nasceram depois de 1964, vão pela onda do golpe, da ditadura e cometem um grave erro histórico, pois só houve um ditador no Brasil, até hoje, que foi Getúlio Vargas. Como é que se conserva, numa ditadura, o Congresso aberto? Como é que se compreende uma ditadura que faz eleição de dois em dois anos, que perde a eleição, como aconteceu com a Revolução? E a oposição tomou posse. Isto não é ditadura, nem golpe. No entanto Fidel Castro, quando chega aqui, tem manchete na primeira página de todos os jornais. É o "presidente", não é tratado como ditador. Mas há quarenta anos não há eleições em Cuba. E só ele manda em tudo, poder absoluto e tirânico, ditadura caracterizada como a de Stálin, na antiga União Soviética. Por ironia, á Fidel Castro veio ao Brasil e recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade do Rio de Janeiro e, em Niterói, por parte dos estudantes, recebeu outro diploma. Estudantes "democratas". Os mesmos que chamam o governo dos generais de "ditadura".

Estes jovens desinformados, e de formação distorcida, precisam sair em busca da verdade histórica do Brasil, e nela situar o papel eminente das Forças Armadas na formação de nossa nacionalidade, desde as memoráveis batalhas dos Montes Guararapes, no meado do século XVII. Daí, a responsabilidade das Forças Armadas na defesa da Pátria e na manutenção da soberania e da unidade nacionais. A ameaça atual, consubstanciada nesse neoliberalismo e nessa globalização perversa, parece sobrepujar a capacidade de ação das Forças Armadas. Não é isso. O povo, consciente de seu patriotismo, de sua nacionalidade, está com elas.

Por isso – opinião pessoal, muito sincera – acredito que, não só o Exército, mas as Forças Armadas, devem mostrar que os responsáveis pela segurança deste País são elas. Chegou a hora, não de derrubar presidente da República, mas de exigir respeito do presidente. As Forças Armadas têm sido muito tolerantes com o processo de desgaste e desmoralização de que estão sendo vítimas. Criar um Ministério da Defesa, substituir o ministro, general de quatro estrelas, por um civil que perdeu a eleição, é difícil compreender, duro de aceitar. Demitir um comandante, no caso o comandante da Aeronáutica, por quê? O que ele disse? Todo mundo sabe que o Brigadeiro Bräuer se referiu, indiretamente, a um caso de uma secretária do ministro da Defesa, envolvido com ela em negócios pouco lícitos, na terra dela.

A Nação, através do presidente da República, confere a patente de general. Não é o presidente da República. Na verdade, a carta-patente de general assim se

inicia: "A Nação Brasileira, por seu presidente da República, houve por bem distinguir o coronel .... com o posto de general-de-brigada." Estas expressões e este sentido são os mesmos que constam das cartas-patentes de todos os postos de oficiais-generais das três Forças. Portanto, o general não é empregado do governo, é um servidor da Pátria. Assim como o general deve respeito ao presidente, comandante-em-chefe das Forças Armadas, como está na Constituição, o presidente, também, deve respeito aos generais.

Lembrei-me, agora, dos patriotas que, no cumprimento da missão de defender a lei e a ordem, foram sacrificados pelos terroristas da esquerda. Lembrei-me também daqueles que sobreviveram, no cumprimento da mesma missão, e, por isso, são perseguidos, até hoje, pela mesma esquerda. Estes mártires me levaram a apreciar a célebre frase do General-de-Exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, então Ministro do Exército: "Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a Nação não fosse levada à anarquia."

Corroborando o sentido de solidariedade dessa frase, entendo que a maior homenagem, que os vivos podem prestar aos mortos, é sustentar o seu ideal. Eles morreram por um ideal e os que ficam são os responsáveis para que esse ideal não pereça. Materialmente, pode-se erigir-lhes um mausoléu, um busto, algo que recorde a sua nobreza extrema. Mas, espiritualmente, a melhor homenagem e mais significativa que podemos prestar-lhes, a meu ver, é que todos nós, civis e militares, sustentemos o ideal pelo qual eles morreram.

É com a intenção de homenageá-los que vou dirigir as minhas palavras finais ao povo brasileiro, tanto às gerações atuais como às que virão. De fato, preocupa-me, no outono da vida, a situação degradante que estamos vivendo. Preocupa-me, o meu País, pelas suas condições, principalmente culturais. Somos um País – quem o diz é o Tribunal Superior Eleitoral – com 80% de analfabetos. E eu aprendi que democracia é estágio cultural. A ditadura não é, apenas, colocar as baionetas na rua e implantar o regime. Ditadura é a ausência de cultura política, é prometer e não fazer, é enganar o povo, é trair a Pátria. Portanto, democracia não é isto a que todos estamos assistindo. É triste constatar que o Brasil vai ficando cada vez mais distante de alcançar este estágio cultural. A qualidade dos políticos, dos governadores, está caindo. Ninguém cita mais um estadista, como no passado, e isto me preocupa. A educação é praticamente uma tragédia, a qualidade do ensino é péssima. A saúde é outra tragédia. Se temos um sucesso econômico aqui e ali, em determinada área, isto não basta. Eu me preocupo muito quando ouço, e muita gente diz: "Ah! O Poder é do civil." Onde está escrito que só

quem pode governar é o civil? O militar passa a vida estudando. Os militares que governaram o Brasil foram exemplo de dignidade, de seriedade, acima de tudo de honestidade e patriotismo. Por que o militar não pode participar do governo? Por que o presidente da República, reeleito, enxota os militares do Poder? Foi de propósito, para que os militares não saibam o que se passa nos bastidores?

Honestamente, eu me preocupo muito com o destino do meu País. Se continuar como está, pelo que eu estou observando, as Forças Armadas não vão dormir tranqüilas. Vão ter que voltar, porque a situação está chegando a um ponto intolerável de desrespeito ao povo e às leis, de desrespeito à moral, que é a fonte dos direitos. E de desrespeito aos trabalhadores, tirando-lhes direitos de trinta, quarenta, cinqüenta anos. Tratando o professor como se trata um delinqüente. Cuida-se do delinqüente com "direitos humanos" e aqueles que, na verdade, tiveram seus direitos humanos violados, são abandonados. Isso me deixa triste, mas eu confio. Não vejo perspectiva no atual governo. Passamos por cima de cento e tantos anos de tradição republicana para criar uma reeleição que foi sinônimo de barganha, de falta de pudor, de falta de escrúpulos num processo eleitoral. E para fugir ao casuísmo, fez-se extensiva aos Estados e aos Municípios. Só quem não conhece a política brasileira, só querendo muito mal a este País para criar um processo eleitoral como esse a que vamos assistir, e que vai ser – tome nota – o maior festival de corrupção da República. Infelizmente. Mas, acredito no meu Brasil e acredito mais ainda nas suas Forças Armadas. Uma Nação não se deixa destruir impunemente. Na hora "H", com o respaldo do povo brasileiro, elas vão reagir, como em 1964. Não sei quando, mas vão. Muito obrigado.

Jornalista José Blanchard Girão Ribeiro

- Natural da Cidade de Acaraú–CE.
- Principais cursos civis: Liceu do Ceará e Colégio São José; curso de Letras Neolatinas (bacharel/licenciado), na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará e de Direito, na Faculdade de Direito do Ceará (UFC).
- Atividades civis, entre outras: Diretor da Rádio Dragão do Mar; Diretor-Presidente da Televisão Educativa do Ceará, Canal 5; Editor-Chefe dos jornais *O Povo* (Fortaleza–CE) e *O Norte* (Parnaíba–PI); advogado (de 1965 a 1973); publicitário (Metas Publicidade e Cysne Propaganda e Comunicações); Chefe de Gabinete da Secretaria Estadual de Fazenda; e, atualmente, assessor especial do Governador do Estado do Ceará.
- Livros publicados, entre outros: *Doutor Valdemar – O Médico e o Político* (1989, Stylus Editora); *O Céu É Muito Alto*, Memórias (Imprensa Universitária); *Mucuripe – De Pinzon ao Padre Nilson* (1997, pela Fundação Demócrito Rocha); *Sessão das Quatro* – crônica histórica (também pela ABC Fortaleza); *Mestre Hélio – O Piloto da Mansão* (Tiprogresso), e *Passageiros do Ontem e do Sempre*.
- Em 1964, exercia o mandato de Deputado estadual, na Assembléia Legislativa do Ceará, tendo sido cassado, nesse mesmo ano, pela Revolução.

Entrevista realizada em 18 de setembro de 2000.

Em 1964, encontrava-me no exercício do mandato de deputado estadual, não mais no da minha atividade tradicional, que é o jornalismo. Havia sido, por conta do jornalismo, eleito deputado estadual. Como deputado, e antes como jornalista, convivi com um dos períodos mais agitados, turbulentos e, também, da mais rara importância histórica para o nosso País, período que remonta a 1960. O ano de 1961 foi o epílogo de uma série de outros acontecimentos, iniciados, talvez, em 1955, com a posse do então presidente eleito, Juscelino Kubitschek, e que levou o Ministro da Guerra, o General Teixeira Lott, a intervir no processo e assegurar a posse do eleito. A partir daquele momento, os fatos políticos se precipitaram de maneira muito agressiva, abrindo-se uma espécie de fosso entre as mais diferentes correntes em ação, em atividade.

Em 1961, eleito Presidente da República, o Sr. Jânio Quadros surpreende a Nação com uma renúncia intempestiva, até hoje não explicada. Isso gerou uma situação emergencial dolorosa. Estivemos na iminência de um confronto entre brasileiros, sob todos os pontos de vista, lamentável. Mais uma vez, mantendo a tradição histórica do País, conseguimos encontrar uma solução, embora precária: diante da posição assumida pelo III Exército, no Rio Grande do Sul, em confronto com outras unidades das Forças Armadas, foi assegurada a posse do Vice-Presidente da República, em face da renúncia do titular, através de uma Emenda Constitucional que implantou o regime parlamentarista. Essa solução foi um arranjo heróico, emergencial, algo para evitar o pior. Deixou, entretanto, um rastro de frustração entre aqueles que não aceitavam a ascensão do Sr. João Belchior Marques Goulart à Presidência da República.

Uma vez no Poder, João Goulart, sentindo, entre outras coisas, a falta de embasamento parlamentar, procurou dar uma conotação populista ao seu governo e arrancar – e de certo modo conseguiu – apoio em áreas fundamentais da sociedade brasileira. No meio estudantil, através da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de congêneres estaduais; no meio operário, através dos sindicatos, e no meio rural, através dos movimentos, a princípio denominados "Ligas Camponesas", que o governo, de certo modo, endossou através da sindicalização rural.

Essas coisas criaram um clima angustiante e turbulento, passamos a viver uma situação de permanente instabilidade. Os sindicatos, com ou sem pretexto algum, muitas vezes decretavam greves. O País se tornou, realmente, presa fácil de uma situação política bastante delicada. Isso criou uma situação de iminente choque entre correntes diversas do pensamento nacional. Havia aqueles que aceitavam as proposições vindas do governo da União, através de bandeiras chamadas de "reformas de base", e os que julgavam que, por trás daquilo, havia outros interesses, talvez continuístas.

Naturalmente, eu não era um deputado de voto puro e simples, de sim ou não. Era um deputado participante, um deputado que tinha realmente atuação, pela minha própria origem de jornalista, de homem que gosta do debate. E endossei, dentro dos melhores propósitos, das melhores intenções, a política de apoio às reformas de base. A meu ver, o Brasil carecia, e ainda carece até hoje, de profunda reforma administrativa, de reformas do campo, pois estamos assistindo a essa situação bastante delicada, que é esse movimento de camponeses pelos vários pontos do País. Assim, como deputado, e não mais na função de jornalista, testemunhei o eclodir do Movimento de 1964, e pude fazer uma apreciação a respeito do que aconteceu. Exatamente o que espero transmitir, nessa oportuna iniciativa do Exército Brasileiro, com o objetivo de recompor, através de depoimentos de várias procedências, a história verdadeira do nosso País naquele importante período da vida nacional. Realmente, um período rico, sob o ponto de vista histórico. Entendo mesmo que houve uma espécie de afirmação da cidadania nacional. É isso que pretendo fazer na entrevista, não obstante o fato de ter sido tolhido na minha carreira política de deputado, atingido no primeiro momento pela própria Assembléia Legislativa, o que não vem ao caso aqui discutir. Eu e mais oito ou nove deputados, não me recordo, fomos atingidos. Posteriormente, o comando da Revolução aprovou ou ratificou a posição da Assembléia, cassando os nossos mandatos, suspendendo os nossos direitos políticos, inclusive me encarcerando. Foram oito meses e alguns dias de prisão, em 1964, mas isso nada pesa na minha opinião histórica, na minha visão histórica. Procuro tornar-me rigorosamente isento de qualquer paixão, de qualquer sentimento ideológico e, principalmente, de qualquer sentimento de ódio ou de revindita contra quem quer que seja.

Pretendo formular, dentro do mais estrito sentido da verdade, os meus pontos de vista sobre tudo o que pude testemunhar com relação ao Movimento de 1964. Há, porém, fatos mais remotos, relacionados com esse Movimento, que não acompanhei. Sobre a Intentona Comunista de 1935, por exemplo, disponho apenas de informações históricas, pois eu era muito criança, na época. Julgo, contudo, que a Intentona gerou, fermentou na mente do militar brasileiro, particularmente do Exército, uma aversão, um temor permanente à subversão comunista. Não creio que tenha sido, exatamente, a lembrança de 1935, por si só, a causa principal do Movimento de 31 de Março de 1964. É evidente que, ao envolver-se nessa questão político-institucional, o Exército, de modo particular, e as Forças Armadas, de modo geral, tinham em mente a lembrança da Intentona de 1935. A formação anticomunista deixava os militares brasileiros em estado de alerta, em estado de permanente advertência em relação a uma possível renovação de um evento semelhante.

Agora, o episódio de 1964 tem outras matrizes, outras origens. 1964 envolve um período internacional muito complexo e sucedeu a um panorama político turbulento a que já me referi ligeiramente. De fato, era um momento de extrema instabilidade política e administrativa, em razão da origem do Governo do Sr. João Goulart, colocado no Poder contrariando os altos comandos militares, que não tinham confiança nele – guindado à posição de Presidente da República, pela renúncia do Sr. Jânio Quadros – em razão de episódios anteriores, quando ele foi Ministro do Trabalho no Governo de Vargas. E a turbulência observada durante o seu período de governo cristalizou a desconfiança das Forças Armadas. Havia a todo momento e a qualquer pretexto, greves nacionais de ferroviários, de bancários, de comerciários, uma verdadeira conturbação da ordem, que depois se alastrou para o campo, com as ligas camponesas, que despertaram a população despolitizada, ignorante e faminta, digna de uma visão social mais humana.

Tudo isso serviu de instrumento político para a disputa em torno de certos interesses. O ponto pior, crucial, a meu ver, foi o envolvimento de militares subalternos. Deu-se o episódio de Brasília, envolvendo sargentos, entre os quais um que fora eleito deputado federal, dentro daquela defesa do direito do voto para sargentos, cabos e soldados. E por fim, no apagar das luzes do Governo de Jango, o movimento dos marinheiros. Tudo isso vi com preocupação. Eu tinha uma visão bastante clara de que aquilo podia levar a soluções extremas, em razão da ameaça às duas pilastras de sustentação das Forças Armadas, a disciplina e a hierarquia, ruptura que ampliou o grau de insatisfação no meio militar.

Havia também – e não se pode deixar de colocar em pauta – os interesses políticos contrariados. Nós tínhamos, então, uma liderança política muito forte no Brasil, o Sr. Carlos Lacerda. Jornalista combativo, orador inflamado, capaz de incendiar uma multidão com facilidade, Lacerda vinha, de longas datas, combatendo as forças que apoiavam João Goulart. Lacerda era o antigetulista por excelência. Houve o episódio da Rua Tonelero, quando perdeu a vida um jovem major da Aeronáutica, o que provocou aquela reação conhecida como "República do Galeão". Tudo aquilo formou o caldeirão de inquietação do País.

Já no final de 1963, os governadores de São Paulo, Adhemar de Barros, de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, formavam um cordão de isolamento contra o Governo Federal. Os três mais importantes Estados do País cercavam, politicamente, o Presidente da República. Essas coisas, além do clima agudo da guerra fria, o mundo dividido em duas correntes bem definidas, a iminência de uma guerra atômica, tudo isso entrou no caldeirão que fermentou naquele período. A população que foi para as ruas, pressionada, a favor do Governo

João Goulart, com as bandeiras de reformas de base, e as famílias católicas contra o Governo de João Goulart, temendo o comunismo, tudo isso se compôs na formação do pensamento do militar. E é aí que vejo o embrião do Movimento Militar de 1964.

Não resta dúvida de que esse Movimento envolvia, como centro de um processo, o Governo João Goulart, que vou colocar em dois tempos: como eu o via e como eu o vejo. Eu via o Governo Goulart como governo popular, autor de propostas importantes para o País: reforma agrária e reforma da Constituição, por exemplo. Via também um presidente da República sem o pulso para conter determinados excessos, dominado por grupos periféricos que o rodeavam e se aproximavam do seu governo. Todos sabemos, o Exército sabe mais do que eu, João Goulart seria o último comunista do mundo. Estancieiro milionário, dono de grandes fazendas no Rio Grande do Sul e no Uruguai, Jango não tinha nenhuma vocação para comunista; podia ter vocação para caudilho, como mostrava o seu pensamento populista ou por herança, talvez: ele foi uma cria do Vargas. Como João Goulart não tinha uma base sólida, ficou isolado dos governantes dos principais Estados e pelo Congresso, que era dominado pela UDN e pelo PSD, forças tradicionalmente conservadoras que não aceitavam aquelas teses. Então, buscou amparo nos sindicatos, no meio estudantil, nos intelectuais, e fez aquela agitação de rua, levantando aquelas bandeiras. Apesar disso, não via nele um homem a serviço de Moscou – linguagem que se usava na época – como não estava, também, a serviço de Washington. Jango era um homem que queria fazer o seu traçado próprio, dentro da realidade do continente sul-americano, política que Jânio Quadros, de certo modo, tinha iniciado, mas eqüidistante das grandes potências. Depois, este bloco de eqüidistantes ficou conhecido como o "Terceiro Mundo", liderado pelo Marechal Tito, da Iugoslávia, corrente que se situava entre as duas forças hegemônicas do mundo: a União Soviética e os Estados Unidos. João Goulart não queria, como objetivo final, a implantação de um regime comunista, mas também não teve força suficiente para deter as agitações que poderiam redundar numa situação política difícil. Essa a posição, como eu via, do Governo João Goulart.

Hoje, vejo que se tivesse havido mais empenho, algum esforço no sentido de deter a avalanche de agitações, talvez o desfecho tivesse sido outro. Entretanto, já há documentos históricos que mostram que teria havido a ingerência do General Amaury Kruel, amigo particular de João Goulart e, na época, comandante do II Exército, em São Paulo. De fato, o General Amaury Kruel ainda tentou uma solução apaziguadora, antes do desfecho dos acontecimentos, e não foi atendido. Goulart vinha sendo influenciado por outras lideranças mais fortes e acabou fazendo aquilo que foi, talvez, a despedida melancólica, a decretação do fim do seu governo: o

comício da Central do Brasil. Assim, todas essas razões mediatas e imediatas, o panorama internacional conturbado, difícil, delicado, estão no bojo da substância geradora do Movimento de 1964.

Além disso, outros dois fatores se refletiram, de certa forma, no Movimento de 1964: a inflação herdada do Governo Juscelino e a frustração com a renúncia de Jânio. A inflação é sempre má conselheira. E a inflação pegou o Brasil numa fase em que a sociedade se transformava de sociedade tipicamente rural em sociedade urbana. Havia um processo, para mim, capenga, de industrialização. O Brasil começou fabricando automóvel de luxo, quando devia ter começado a fabricar tratores; mas essa decisão mudou o perfil da sociedade brasileira: as cidades incharam, não cresceram. Em 1964, havia uma insatisfação da classe média, perdendo o poder de compra com a inflação. Isso também contribuiu para as agitações de rua, que não tinham um mero caráter ideológico. Admitamos que houvesse exploração ideológica, mas não era uma motivação só ideológica. A classe média estava insatisfeita, frustrada, porque como classe que pensa mais, depositara as suas esperanças em Jânio Quadros, cuja renúncia, até hoje, não foi bem explicada. Por conta disso, a exacerbação dos acontecimentos se acentuou. A inflação foi mais uma gota de gasolina no caldeirão de efervescência, e envolveu, praticamente, todos os setores da vida nacional, de acordo com sua linha de pensamento ou com a defesa de seus interesses.

A Igreja Católica, por exemplo, com a sua tradição histórica, anticomunista, assumiu uma posição relevante, incorporou-se àquele segmento que estava um tanto amedrontado com o que estava acontecendo. Em diversas capitais do País, as Marchas da Família com Deus, pela Liberdade, os terços em família e outras atividades e procedimentos nascidos no seio da Igreja, por iniciativa de sua alta cúpula, mobilizaram o povo católico brasileiro. Naquele tempo, o nosso povo não era muito influenciado por essas religiões evangélicas que, depois, despontaram no País. Assim, a Igreja Católica teve um papel relevante, inclusive contribuindo para o desfecho do Movimento. E a partir do momento em que segmentos da sociedade e da própria Igreja se manifestavam, o governo foi perdendo substância e enfraquecendo.

Muitos, entretanto, julgam que essa situação era devida ao próprio estado de subversão que Jango mesmo estimulou. A meu ver, subversão é uma palavra de espectro muito amplo, muito exagerado. Houve agitação, muitas vezes programada, outras vezes espontânea. Como disse, havia uma insatisfação nos setores médios da sociedade em relação ao aumento do custo de vida, à inflação, que faz perder o poder aquisitivo. Essa agitação, talvez, extrapolou os limites do desejável, foi o

caldo de fermento da solução política que eu diria, não desejada. Acredito que ninguém de bom senso desejaria uma solução de violência, de forma anormal. Por isso, diante da insegurança e da incerteza, a Igreja, a Imprensa, o Congresso, todos os segmentos sensatos do País, defendendo a tese de que o governo estava caminhando para um terreno perigoso, conduziram o povo a um clima favorável a uma solução de força.

As agitações e a violência a que me referi, tanto no campo como nas cidades, contavam com entidades de frente que as conduziam. Havia, por exemplo, as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze". Quanto a estes últimos, o que sei é o que li nos jornais, onde tomei conhecimento de sua existência. Mas a respeito das "Ligas Camponesas", diria que houve, na sua formação, um primeiro momento de sinceridade na busca de solução para um problema que ainda hoje é angustiante. Não percamos de vista que as "Ligas Camponesas" de ontem são o MST de hoje, com muito mais força, mais organização, com muito mais recursos e poder de objetividade nas suas reivindicações. As "Ligas Camponesas" foram o embrião de todo um movimento de campo em defesa da principal bandeira levantada pelo Governo Goulart, a bandeira da reforma agrária. Nesse sentido, Jango chegou a decretar a desapropriação de terras às margens das rodovias federais e das grandes reservas hídricas. Um ato que abalou profundamente a estrutura agrária do País, os grandes proprietários, foi a determinação do governo de fazer as desapropriações por meio da dívida ativa da União. Era a desapropriação pelo valor histórico, não pelo valor de mercado, com títulos da dívida, causando enorme pânico no seio dos proprietários e gerou uma grande reação ao movimento do governo.

Isso acelerou o despertar de uma consciência nacional de militares e civis, para o desencadeamento do Movimento de 1964. Eu diria, havia uma dualidade da consciência nacional. A consciência nacional daqueles que, certo ou erradamente, se propunham a defender as bandeiras do governo, e a consciência nacional dos latifundiários, que não aceitavam as medidas do governo; de políticos, conservadores de modo geral, que entendiam que o governo estava descambando para a esquerda, e temiam uma manobra de golpe dos continuístas, partindo do Governo Goulart, em razão das suas origens getulistas. Aquele grito do Octávio Mangabeira deve ter ecoado na memória de Carlos Lacerda e de outros políticos de então: "Lembrai-vos de 35!" Getúlio Vargas, embora não estivesse mais vivendo a cena, era uma figura presente, através de Jango.

Ao Governo Goulart, que não teve forças para conter a exacerbação das greves, faltou autoridade: ele se deixou levar pelas lideranças sindicais. Lembro-me de uma greve na Rede Ferroviária Federal, no Rio de Janeiro, quando o Ministro

da Viação e Obras Públicas, o Senhor Expedito Machado, dialogava, permanentemente, com o Presidente da República, a respeito de como fazer. O que se via era a autoridade de um ministro, representante imediato do presidente, debilitada pela força contrária. O governo perdeu bastante a sua autoridade, o que foi fundamental no desencadear dos acontecimentos. Todavia, algumas lideranças dessa força contrária não viam qualquer tentativa de golpe dentro do governo. Eu cheguei a conversar com algumas lideranças importantes, pela minha condição de deputado, e de nenhuma delas senti a intenção golpista, continuísta. Pelo contrário, Miguel Arraes, por exemplo, Governador de Pernambuco, disse a mim que estava organizando uma frente de governadores do Nordeste para impedir qualquer tentativa golpista vinda do governo, donde se conclui que ele também temia um golpe. Do governo ou contra o governo. Isso veio da boca do Dr. Miguel, ele ainda é vivo. Aí, o Sr. Abelardo Jurema, que era o Ministro da Justiça, procurou entrar em contato com as direções dos partidos. Eu mesmo conversei, aqui, com o então Governador do Ceará, o Coronel Virgílio Távora, que me disse: "Eu estou inteiramente solidário com a Constituição". Então, havia nas principais lideranças brasileiras, a intenção de manter a estrutura constitucional. A quebra da constitucionalidade foi, realmente, provocada por uma série de contingências, de circunstâncias especiais, as greves, principalmente as greves, e, notadamente, o movimento dos sargentos em Brasília e o movimento dos marinheiros.

Não há dúvida. Para os brasileiros legalistas, ordeiros, homens pacatos, ligados à Nação e irmanados numa harmonia nacional, a agitação dos sargentos em Brasília, o comício da Central do Brasil e a anarquia e o desrespeito flagrante às autoridades, naquela reunião dos marinheiros, representaram fatos afrontoso à consciência dos verdadeiros brasileiros. Na verdade, ninguém aceitava aquilo de bom grado, pois ficou claro que Jango perdera por completo o controle da situação. É preciso que o político, na hora azada, use um pulso forte capaz de conter as figuras radicais que o cercam, se misturam no governo e o envolvem. Aqueles episódios, porém, me permitem reafirmar que havia, no País, uma dualidade de consciência nacional: um segmento dos que estavam temerosos com o rumo que a situação estava tomando, e um outro segmento composto de camponeses, sindicatos, estudantes, União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Pacto de Unidade e Ação (PUA), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Entendo que as Forças Armadas, em especial o Exército, tomaram a posição que representa o pensamento dos que estavam temerosos, isto é, de todos aqueles brasileiros, pacatos legalistas, que não queriam a solução anticonstitucional, nem muito menos a anarquia.

Não pretendia aludir aqui a certos comportamentos verbais do Senhor Luís Carlos Prestes. As circunstâncias, entretanto, me obrigam à coerência. Certa vez, já em março de 1964, Prestes declarara que os comunistas já estavam no governo; faltava-lhes o Poder. Vejo, nessa declaração, uma visão vesga de Carlos Prestes, idêntica à que ele tivera em 1935. Noutra ocasião, muito depois, por volta de 1946, Prestes teria declarado, no Senado, que, em caso de guerra do Brasil contra a Rússia, ele ficaria do lado da Rússia. Eu não me recordo desse episódio, embora afirmem que esteja registrado nos anais do Senado. Se ele, de fato, disse isso, fê-lo numa interpretação completamente equivocada da realidade. Pelo menos, não coincide, de modo algum, com o que pensa a grande maioria das pessoas que, a meu exemplo, partilhavam da defesa das soluções favoráveis às reformas do País.

Essas reformas, para nós, constituíam uma coisa. A tomada do Poder por forças estranhas era completamente outra, e não estava no nosso nível de cogitação. Não obstante, havia uma espécie de composição de forças políticas: de um lado, o Governo Jango com o seu populismo; do outro lado, as forças partidárias e outras instituições que discordavam do governo. Neste lado, podemos incluir o Congresso Nacional, a Justiça e a Imprensa.

O Congresso Nacional – na sua maioria, dois terços ou mais – era composto de grandes proprietários, grandes industriais, de representantes do poder financeiro do País, dentro das legendas majoritárias que eram o Partido Social Democrático, PSD e a União Democrática Nacional, UDN. Esses partidos não poderiam dar, dentro da sua visão histórica das coisas, o respaldo que o Presidente da República queria. O Congresso era contrário à maioria das teses sustentadas pelo Presidente da República, que tinha a sua bancada, a bancada do PTB, uma bancada pequena de esquerda, que lhe dava a sustentação para algumas coisas. Na época ainda do parlamentarismo surgiu a figura de Santiago Dantas, um homem extremamente culto e inteligente, que procurou negociar determinadas soluções, sem muito êxito. Essa situação emperrou tanto a ação de governo, que levou João Goulart a buscar outros caminhos. Aí, creio, está o seu erro, o infeliz encaminhamento dos fatos – eu particularmente não desejava, creio que a maioria que estava na situação, também não desejava – através do golpe das instituições. Ninguém queria, mas acredito que a mídia tenha tido um papel decisivo, principalmente na época dos Diários e Rádios Associados do Brasil, liderados pelo Sr. Assis Chateaubriand, ao se colocar, totalmente, em posição contrária ao Presidente da República.

A Justiça, por sua vez, ficou indiferente aos movimentos. Dentro do estrito cumprimento das determinações codificadas, das normas codificadas, dava solução; mas não teve um papel que pudesse ter brecado qualquer excesso, fosse do lado

governista, ou do lado dos que combatiam o governo, no desdobramento de uma situação tão delicada como aquela. Mas, depois, a própria Justiça se sentiu atingida e reagiu, como a Imprensa, também, quando sentiu a força da censura em cima dela. Então, a Justiça rebelou-se, houve uma série de pronunciamentos contrários e houve, inclusive, membros do Supremo Tribunal Federal atingidos pelo Movimento revolucionário, o que acabou desfigurando o STF. Isso foi muito ruim para o País de modo geral. Até mesmo o *habeas corpus* foi suspenso, e foram tomadas várias medidas dessa natureza, que só os militares, a nível de força, conseguem adotar.

Agora, ao lado do governo, as entidades tidas como de esquerda, tipo UNE, CGT, PUA e CNTI, agitaram as multidões antes da eclosão do Movimento de 1964, mas, após, mantiveram-se apáticas. Na verdade, hoje, vejo o comportamento dessas entidades sob a seguinte ótica: faziam guerra de retórica, era mais discurso. Não havia nenhuma preparação para a tomada do Poder pela força, mesmo porque não havia força. Lembro-me de uma reunião, aqui no Sindicato dos Ferroviários, a que estive presente, na condição de deputado, num auditório muito lotado, uma verdadeira multidão. Vez por outra despontava alguém no canto da sala. Um dizia: “Não queremos isso, queremos conciliação”. Outro: “Queremos ir para a luta armada, queremos lutar”. E eu fazia sempre aquela pergunta: “Você tem as armas? Se tem, venha, porque você só pode fazer uma guerra, se tiver armas”. Então, a arma era a retórica. Inclusive, há hoje suspeitas de que houvesse elementos provocadores, instigando os presentes, tipo cabo Anselmo.

Não havia a preocupação de tomar o Poder. Talvez, neste ponto, Luís Carlos Prestes tivesse razão: o Poder não estava nas suas mãos, o governo sim. Então, como tomar o governo, se o governo já era deles? Mas havia aqueles elementos radicais que achavam que podiam tomar o Poder pela força. Mas como pela força, se eles não tinham armas? Então, eles, na hora em que eclodiu o Movimento do Exército, foram tomados de surpresa, não tiveram reação nenhuma. O Movimento de 1964 não encontrou a menor resistência, pelo menos de imediato, nas primeiras horas. No fim do 31 de março, para o 1º de abril, não houve qualquer resistência, em nenhum ponto, nem de estudantes, nem de operários, nem de camponeses, nem de ninguém: eles não estavam preparados para isso. Foram tomados de surpresa. O Movimento foi muito bem preparado na sua logística e soube manter um sigilo desconcertante na deflagração. Além do mais, os próprios aliados de Jango fizeram uma onda muito grande em torno da “invencível força do governo”.

Repetia-se, na época, insistentemente, que o governo estava muito forte em razão de um dispositivo militar. Mas esse dispositivo militar, em que o governo confiava, não funcionou ou não existia, era uma farsa. O Ministro da Guerra, não

sei quem era, não me lembro mais. Entretanto, o chefe da Casa Militar, o General Assis Brasil, era uma personalidade muito requisitada. Diziam que tinha o controle das Forças Armadas, que o governo tinha as Forças Armadas na mão. Tudo, porém, era ilusório. Em razão disso, os janguistas não se prepararam para coisa nenhuma: se o governo tinha o controle das Forças Armadas, para que eles se iriam preparar? Estavam fazendo discursos, exigindo aquelas reformas na marra, fazendo aquelas agitações no grito. Não se ganha nada no grito: ou se negocia, ou se estuda ou se prepara e se vai para a luta devidamente preparado. Mas eles não estavam preparados para a luta. Era uma guerra retórica, e eles eram uns poetas agitados. Enquanto os janguistas poetizavam, o outro lado se articulava, se mobilizava, através de líderes.

Acredito que a essência do pensamento revolucionário não nasceu nos quartéis, mas no mundo civil. A cabeça pensante do Movimento de 1964 chama-se Carlos Lacerda, o grande estimulador da vontade popular. O ano de 1964 foi o epílogo. Carlos Lacerda vinha de há muito combatendo Getúlio de todas as formas que podia, até mesmo denunciando a negociata da *Última Hora*, de Samuel Wayner. Em torno de Carlos Lacerda se agregaram várias outras lideranças de âmbito nacional, motivadas contra o posicionamento do governo, comportamento a que já me referi. Então, resumindo, as principais lideranças da Revolução foram Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, entre os civis. No meio militar, o grande líder foi o General Castello Branco, na preparação e na coordenação do dispositivo militar. No meu julgamento, são estes os líderes mais importantes do Movimento de 31 de Março de 1964. Todavia, repito, a sua grande figura foi Carlos Lacerda. Porém, seguindo um princípio que todo mundo conhece, as revoluções terminam por devorar os seus próprios geradores.

Diante da expressão desses líderes e da sua atuação no Movimento de 1964, torna-se pura falácia dizer-se que os norte-americanos impuseram o “golpe” de 1964, através da “guerra fria”. Eu não tenho elementos fáticos para dizer isso, nem acredito nessa história. Agora, dizer que havia uma torcida organizada dos Estados Unidos em favor do Movimento, aí sim. Ora, o mundo estava dividido em dois campos distintos, e seria muito ruim para a política norte-americana, por exemplo, o Brasil sair da sua esfera de influência. Li, há algum tempo, uma reportagem da revista *Veja*, em que o repórter vasculhou os arquivos do então embaixador americano no Brasil, o Sr. Lincoln Gordon, na qual ele diz ter havido preparativos para uma eventual (ele não usou essa expressão) “guerra civil”. E se houvesse um choque em que pudesse o Governo Goulart impor-se, eles talvez tivessem interferido ou ajudado de certo modo. E fala-se, mas nunca se teve confirmação, da existência de uma operação *Brother Sam*, uma operação com uma

esquadra americana no Caribe, pronta para intervir. Tudo isso não passa do terreno das especulações, não há um fato histórico comprovado.

No livro que um amigo me emprestou – interessante, por sinal, do ex-deputado Marcelo Linhares, a respeito da figura do General Humberto de Alencar Castello Branco – há um detalhe segundo o qual, na noite em que foi decretada a vacância do Poder, pelo Senador Auro de Moura Andrade, entrou um grupo no Congresso Nacional e desse grupo fazia parte um diplomata americano. Não quer dizer que fosse proibida a presença de um diplomata americano, mas é sintomático que o americano torcia por aquela solução. Os fatos posteriores, como a intervenção no Chile, entre outros, mostram que os Estados Unidos tinham interesse em manter sob a sua esfera de influência, como potência hegemônica, países como o Brasil e todos os demais que vivem em torno da economia americana.

Ainda nesse mesmo sentido, a mídia atual é pouco ou nada inteligente, quando, ao referir-se ao Movimento de 1964, "golpe militar", como classifica, inclui as Forças Armadas sob imposição da guerra fria americana. A mídia de hoje não quer investigar a origem da formação cultural anticomunista do militar brasileiro. Conforme anteriormente comentei esta formação se encravou na alma do nosso militar a partir da Intentona Comunista de 1935, pelos seus resultados. Por outro lado, as Forças Armadas brasileiras, em 1964, não teriam necessidade de apelar para o apoio norte-americano ou de outrem. Os nossos militares tinham, como têm, um sentimento próprio, nascido de sua própria formação cultural, da sua formação histórica contra o comunismo. Por isso, estavam temerosos. Se o temor era procedente ou não, aí são outras considerações ou, como se diz, "outros quinhentos". Mas, temor alicerçado em quê? Alicerçado na experiência oriunda de 1935. Todos os analistas de hoje, todos os historiadores brasileiros admitem que a Intentona foi um marco definidor da política brasileira até hoje, servindo, inclusive, como referencial para a Revolução de 1964. Por isso, qualquer movimento hoje pode ser até perigoso, porque, mesmo nacionalista, com o caráter mais puro do mundo, de sentido de brasilidade, nada impede que alguém possa confundi-lo como sendo de conotação comunista, na tentativa de sensibilizar as Forças Armadas. Neste caso, havendo um toque de comunismo, as Forças Armadas estão de sobreaviso. Por isso, 1935 foi o grande erro das esquerdas ou de Carlos Prestes, particularmente.

Ainda com relação à preocupação que dominava a mente de cada militar e se projetava dentro de cada Força – Marinha, Exército e Aeronáutica – em torno dela se robusteceu a união e a coesão nas Forças Armadas, durante e após o Movimento de 1964. De certo modo, até concordo que essa coesão e essa união se possam estender à Nação e ao seu povo, pois são fatores fundamentais de sua segurança.

Embora a missão de executar essa segurança – a Segurança Nacional – caiba às Forças Armadas, é a Nação, o povo, quem a delega e quem exerce a autoridade de mantê-la. No Movimento de 1964, o sentimento de Segurança Nacional sobrelevou qualquer outro, e transformou-se em ideologia do próprio Movimento. A doutrina de Segurança Nacional nasceu depois da Segunda Guerra Mundial, com a criação da Escola Superior de Guerra, como fruto de muita discussão, análise e estudos realizados no Estado-Maior das Forças Armadas. Embora sem esquecer que a origem do Movimento de 1964 estava no meio civil, foi o militar quem tornou efetiva e nele inoculou a ideologia da Segurança Nacional, por considerá-la em jogo, naquelas circunstâncias. Entretanto, convém lembrar que a Escola Superior de Guerra sempre reuniu civis e militares, mais civis que militares. Portanto, a doutrina de Segurança Nacional, que é essencial e genuinamente brasileira, contou, ao ser elaborada, com a inestimável colaboração dos civis.

Em face da provocação e do acirramento dos antagonismos e das contradições sociais da época, e de sua exploração por interesses políticos, aquela união e aquela coesão estavam ameaçadas, elas que, como já disse, fundamentavam a Segurança Nacional. Daí, a ideologia da Segurança Nacional acompanhada, também, de um desenvolvimento nacional, capaz de, pelo menos, reduzir aqueles antagonismos, aquelas contradições. Era o "Desenvolvimento com Segurança" ou "Segurança com Desenvolvimento". Duas atividades cujos resultados se harmonizavam perfeitamente na sua interação: tranqüilidade e bem-estar. E foi assim que o lado antijanguista entendeu a situação de 1964, junto ao qual estava a mídia da época. Vou citar alguns representantes dessa mídia de então: *O Globo* e, basicamente, os Diários Associados. *O Globo* não tinha o poder que tem hoje a Rede Globo, mas já era uma potência. Ao lado do *O Globo*, tínhamos outros grandes jornais, como *O Estado de S. Paulo* e *A Folha de S. Paulo*. Aqui no Ceará, os jornais locais, as emissoras associadas, o jornal *O Povo*, todos se comportaram favoravelmente ao Movimento de 1964. O jornal *O Povo* era dirigido por um dos homens mais aproximados do Marechal Castello Branco, o então Deputado Paulo Sarazate. Assim, vê-se que a imprensa, no primeiro momento, apoiou integralmente o Movimento. Depois, começaram as diferenças, as desavenças. *O Estado de S. Paulo*, através de seus dirigentes, os Mesquita, entrou em choque com o Movimento, e o jornal chegou a publicar na primeira página, no lugar das manchetes, versos de Camões. Diziam que era por causa da censura. O *Correio da Manhã*, hoje desaparecido, fez o mesmo. O colunista Carlos Heitor Cony fazia críticas acerbas ao Movimento. Mas, no primeiro momento, a única voz discordante era a da imprensa montada por Jango, oriunda do tempo do Getúlio, no caso, o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, que ficou isolado. A

imprensa, de modo geral, passou a chamar o Movimento de 1964 de Revolução; uns poucos o denominavam de Contra-Revolução.

O ex-Vice-Presidente da República – o Deputado mineiro Pedro Aleixo – dizia que não tinha havido uma revolução. Quando muito, uma contra-revolução. Para mim, nem uma contra-revolução existiu, porque eu não acreditava que houvesse uma revolução em marcha. Eu já disse mais de uma vez, anteriormente, que havia, uma agitação promovida por retóricos, em sua grande maioria. Digamos, entusiastas emocionais, que supunham chegar ao Poder com aqueles discursos de porta de fábrica. Esse tipo de agitação não poderia comportar a denominação de revolução e, conseqüentemente, o pressuposto de Pedro Aleixo de que teria havido uma contra-revolução, quer dizer, uma manobra contra uma revolução em marcha, também não procede. Então, se não houve revolução por parte do governo, a meu ver não houve uma contra-revolução. Houve um movimento de quebra da constitucionalidade, em razão dos fatores já antes citados: o excesso de emotividade, a exacerbação dos movimentos sociais, principalmente das greves e – nunca é demais lembrar – a participação, em determinados momentos, de militares subalternos. Aquela revolta dos sargentos em Brasília foi um fator muito sério e, por último, já no apagar das luzes do governo, o movimento dos marinheiros.

Quanto às ações de guerrilha e de terrorismo, como seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos, a aeroportos, jamais – nem antes, nem durante, nem após, nem agora e nem nunca – eu apoiaria coisa assim, atitude dessa natureza. Mas, todo movimento que nasce de um processo violento, gera reação violenta. Então, as bombas, o terrorismo, o seqüestro do embaixador americano, por que tudo isto? Porque havia não sei quantos líderes, não sei quantos presos. Assim, se eles não foram seqüestrar o embaixador americano por brincadeirinha, foram seqüestrar o embaixador americano porque queriam, em troca, receber a libertação dos seus líderes. Então houve seqüestro, houve assaltos a bancos, houve uma série de coisas malucas, inclusive, para arrecadar fundos para o movimento. E o mais estúpido de todas as iniciativas, um dos erros mais brutais da esquerda, foi a tal guerrilha do Xambioá, no alto Araguaia. O cúmulo do despreparo, uma radicalização que acabou ceifando algumas centenas de vidas preciosas, sem razão.

Mas, voltando ao tema do que ficou conhecido, na época, como "luta armada", que abrangia terrorismo, seqüestros, guerrilhas, houve quem defendesse o endurecimento das leis existentes e até a promulgação de leis extraordinárias como o AI-5. Sob a ótica do governo militar, era necessário. Por quê? O AI-5 surgiu de um discurso infeliz do Deputado Márcio Moreira Alves, de certo modo, infantil, mas que feriu os brios das Forças Armadas. Esse foi o pretexto imediato

para a decretação do AI-5, mas havia outros motivos. Ninguém pode esquecer a passeata dos cem mil, no Rio de Janeiro. Havia uma contestação nas ruas, e o governo militar, que chegara ao Poder pela força, tinha de se impor. Assim, sob o seu ponto de vista, o AI-5 era necessário. O meu ponto de vista pessoal, é absolutamente o contrário. Como homem de formação em Direito, um legalista, um bacharel em Direito, jamais o aceitaria. As leis tipo AI-5 são chamadas leis de dissensão, só aceitáveis, só admissíveis, nos regimes de força.

Entretanto, alguém pode contra-argumentar dizendo que o governo precisava de instrumentos legais, fortes o bastante para evitar um mal maior ou algo pior, naquelas circunstâncias. Sim, mas entendo que são detalhes conjunturais, considerando-se que, dentro do próprio comando revolucionário – uso o termo para definir – já havia dissensões, pois já se falava, abertamente, de linha liberal castelista e linha dura. Então, o governo tinha que se instrumentalizar para se defender, entre outras coisas, contra as suas próprias entranhas. Desta forma, o AI-5 tornou-se uma necessidade de sobrevivência. Eu o vejo, sob a ótica dos militares, como um instrumento de sobrevivência daquela realidade, que não comportava qualquer descuido. Por qualquer inadvertência, os revolucionários podiam ser golpeados pela direita ou pela esquerda. Daí por que o governo se instrumentalizou, valeu-se de alguns juristas e preparou a lei, mas uma lei de dissensão.

Contudo, a execução dessa lei passou por alguns excessos cometidos por certos grupos. A existência de órgãos de informação, de elementos de operações de informação é uma necessidade para todo governo. O exercício do Poder não pode prescindir dos órgãos de informação. O Poder reclama informação, porque precisa estar atualizado. O que não se justifica é que esse órgão de informação, como ocorreu em determinado momento no Brasil, se transforme numa comunidade à parte, pairando, inclusive, acima do próprio Poder. Isto foi-se transformando em algo perigoso. Foi necessária uma atitude máscula, até drástica, do Presidente Ernesto Geisel, para conter os excessos de certa ala que queria, cada vez mais, radicalizar o processo. Então, a partir daí, refreou-se um pouco a ação dos DOI-CODI que, se trabalharam em sintonia com o governo, levaram a culpa por muitas coisas cometidas pelos órgãos de segurança policiais, tipo DOPS, do delegado Fleury. É a história do papagaio e do periquito: o papagaio come o milho e o periquito leva a culpa.

Por falar no Presidente Geisel, lembrei-me de que muita gente indaga quanto à duração do Movimento de 1964. Ninguém pode dimensionar um fenômeno político-institucional pelo seu tempo de duração. A Revolução Comunista de 1917 durou setenta anos. Foi muito ou foi pouco? É difícil de dizer. Os efeitos, para o

povo russo, foram positivos ou negativos? O próprio Poder que se instalou em 1964, com o círculo dos presidentes militares, chegou à conclusão, em determinada etapa histórica, que estava se exaurindo, de que as razões da sua presença já não existiam. Era preciso mudar. Assim, veio a distensão lenta e gradual, uma maneira de colocar o País, gradativamente, nas suas esferas democráticas. Nesse ponto, o Governo Geisel, em princípio, e, posteriormente, o Governo Figueiredo, concluíram essa passagem sem muitos traumas. Ao contrário do que aconteceu em muitas partes do mundo, aqui foi, praticamente, sem traumas.

Falei há pouco em governos militares. A propósito, gostaria, agora, de tecer algumas considerações sobre os presidentes do período revolucionário e sobre os militares de um modo geral. A formação do homem da caserna, do militar, é de austeridade. Ele não tem a preocupação do político profissional, de chegar ao Poder pelo desejo de glorificar-se. Não há um bonapartismo, não querem mesmo repetir Napoleão Bonaparte, eles estão ciosos é pelo cumprimento do dever. O General Dutra, que foi presidente – embora militar, foi um presidente civil – dizia: "Eu quero é que se cumpra a Constituição", por ele denominada carinhosamente de "livrinho preto" ou "cartilha". Os presidentes militares não tiveram – eu sou absolutamente isento para dizer isto – a preocupação de se exaltar, de se tornar heróis nacionais ou de enriquecer. Realmente, não houve essa preocupação. Todos passaram, uns mais expressivamente, no caso do Castello, que deixou o nome mais forte; o Geisel, que deixou um nome forte também, outros menos. No caso do General Médici, há muitas restrições ao seu governo. Foram épocas de maior enfrentamento das forças contrárias. O General Costa e Silva, também. Não foram exaltados, mas foram pessoas que passaram pelo Poder sem deixar ranhuras na sua honestidade, o que é uma coisa importante. Eu gostaria de, a bem da verdade, assinalar: não deixaram os seus nomes envolvidos com corrupção, com nenhuma bandalheira. Isso honra sobremaneira a participação dos militares no Poder.

Todavia, o que mais se critica nos governos militares é o cerceamento da liberdade de imprensa, de expressão artística, e a prática de tortura contra presos políticos. Aliás, não se poderia esperar outra coisa, pois qualquer regime de força, qualquer regime de exceção tem cerceamento de liberdade. Por isso, a imprensa reagiu, estrebuchou o quanto pôde contra a censura, principalmente nos jornais escritos.

Depois de 1964, passei, oficialmente, um tempo ausente da imprensa. Mas sabia que os jornais estavam, de certo modo, impedidos de divulgar determinadas matérias. Vinham ordens expressas, às vezes dos comandos militares, a maioria das vezes, dos órgãos de segurança do Estado, por meio da Polícia Civil. Isso existiu,

tortura também. Há denúncias sérias de tortura no Brasil, responsabilizados alguns, como o General D'Ávila Melo, por causa do jornalista Vladimir Herzog, de São Paulo, um fato lamentável e que emocionou e comoveu muito o País. Houve, infelizmente, esses excessos. Mas isso não deve ser pretexto para se alimentar um sentimento de vingança permanente, de ódio. Para tanto, foi feita a Lei de Anistia e, desse modo, o País deve, de certa forma, passar uma borracha sobre esse passado. Passado que não ilustra a tradição liberal brasileira, não dignifica, e deve ser esquecido. Mas sempre com a preocupação de não permitirmos, jamais, que isso volte a acontecer.

Reconheço, porém, que é muito difícil controlar e segurar o comportamento de todos, num governo. Assim como o Governo João Goulart não teve força para segurar os seus radicais, os presidentes militares também não tiveram forças para segurar os seus radicais. Teve-as o Geisel, porque agiu de maneira forte e rápida. Mesmo assim, teve um momento crítico, no seu governo, para segurar o leme, lá em São Paulo.

Mas, não obstante as características próprias de um regime de força, eu vejo, com destaque, nas realizações dos governos militares, as obras de infra-estrutura. Houve uma tentativa de ocupação da Amazônia, infelizmente não concluída, com a Transamazônica. Rasgaram-se estradas. O sistema de telecomunicações do País deu um salto de qualidade enorme. Esses são fatos que podem entrar para a história dos governos militares como altamente positivos. No campo social, propriamente dito, houve o chamado milagre brasileiro, interrompido por uma das crises do petróleo. Com efeito, estamos gravando aqui, hoje, e estamos com uma crise de petróleo novamente à vista, que mexe não só com o Brasil, mexe com o mundo todo. O milagre brasileiro entrou em decadência, a partir da crise do petróleo. Assim, não foi possível registrar uma situação de euforia nacional, no campo social. O Estatuto da Terra, que data do primeiro governo militar, do Castello Branco, de certo modo foi esquecido não só pelos governos militares, como pelos governos civis subseqüentes, que não lhe deram execução. Acredito que dentro dos parâmetros legalistas do assunto, o projeto do Estatuto da Terra, até o ponto em que li, é mais positivo do que o projeto do atual governo, para a reforma agrária.

Com relação ao meu entendimento sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ocorreu uma coisa interessante. Na época, eu me coloquei frontalmente contrário – não por ter sido esterilizado, marginalizado da vida pública – mas por não admitir a quebra da estabilidade do emprego, uma conquista do trabalhador brasileiro ao longo dos anos, que o primeiro governo militar derrocou. Era o pensamento do Senhor Roberto Campos, dentro do conceito da escola econômica que ele defende ainda hoje. Então, foi criado um fundo de garantia, de certo modo

uma contrapartida para a perda da estabilidade. Infelizmente, o FGTS, se tornou um instrumento que o governo usou para mil outras finalidades, e acabou nunca beneficiando os trabalhadores. Raramente, hoje em dia, se vê alguém beneficiado. Agora mesmo estamos presenciando o desvirtuamento do FGTS.

Já a aposentadoria do campo, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), responde por uma proteção social razoável. As cidades interioranas estão vivendo quase que exclusivamente dessa aposentadoria rural. Mas criou uma insolvência para a Previdência Social. Tirou-se de onde nunca se tinha colocado nada. Então, aquela gente que foi beneficiada, extremamente merecedora de um certo amparo, nunca contribuiu para a Previdência. Assim, o que se tirou para pagar, nunca foi dado em retribuição. Aí, há um desequilíbrio das finanças da Previdência Social, em razão daquela lei do campo. Mas não deixa de ser um ponto valioso a iniciativa do FUNRURAL. Vejo, na cidadezinha de Aquiraz, onde tenho uma pequena propriedade que, quando pagam a pensãozinha dos ruralistas, o comércio se movimenta, e só se movimenta naqueles dois dias em que os ruralistas recebem o FUNRURAL. Não fora isso, e a situação dessa gente seria insustentável. Penso que poderiam ser criados mecanismos compensatórios capazes de garantir mais aposentadorias rurais, de modo a tornar mais atraente a vida dessa gente do interior e fixá-la no campo. Pois as exíguas condições de vida no campo, há muito vêm provocando a fuga do ruralista para as capitais, principalmente, no Nordeste. Então, essa aposentadoria para o meio rural trouxe seu lado positivo, embora com prejuízo para a Previdência Social.

Mas há que se fazer muito mais, em benefício do homem do campo. Infelizmente, os governos que vieram depois do regime militar não puseram em prática o Estatuto da Terra e, de certo modo, se descuraram do problema da terra que, a meu ver, na minha ótica – posso até estar enganado – responde pelo agravamento da realidade nacional. Sim, porque o homem do campo, abandonado, vem para a cidade e gera a violência urbana, gera a falta de habitação, gera a falta de escola, complica o transporte coletivo, complica tudo! Então, o inchaço das grandes cidades decorre dessa falta de amparo ao campo, da falta de solução para o problema fundiário. O Brasil é dos raros países do mundo que têm, potencialmente, resposta para esse problema. O Brasil tem áreas agricultáveis imensas, clima favorável em toda parte. Por isso, é lamentável que até hoje não se tenha uma solução para o problema. Agora, adotar qualquer uma, de última hora, abreviadamente, também não é solução.

Por outro lado, ainda com relação às iniciativas dos governos militares, sobretudo no campo energético, os governos subseqüentes pouco fizeram para

continuar produzindo a energia necessária às demandas do País, que já começa a sentir graves dificuldades. Esta é uma das grandes preocupações. Ainda hoje li na imprensa uma nota da Federação das Indústrias de São Paulo, apelando para que os industriais de todo o País, e não apenas de São Paulo, busquem o controle do consumo de energia, porque se delineia, no horizonte, uma crise energética muito séria. Isto significa que não houve um crescimento da produção de energia elétrica à altura do desenvolvimento do País, o que foi um erro fatal dos governos subseqüentes aos militares. Enquanto Itaipu, Tucuruí e outras usinas foram feitas naquele período, muito pouca coisa foi feita posteriormente. Além dessa pequena hidrelétrica de prosseguimento a Paulo Afonso, aqui no interior do Nordeste foi feita uma outra, recentemente; e umas menores, lá pelo Sul. E não se fez mais nada.

Apesar do desenvolvimento inegável trazido pelos governos militares, hoje em dia muito se fala sobre "ditadura militar" e "anos de chumbo". No meu entendimento, o que houve no País foi um período longo de governos não democráticos. Aí, dizem: "Ah! o Congresso funcionava". Sim! O Congresso funcionava precariamente, sob a permanente ameaça de cassações. Tudo isso caracteriza um período. Período que, a grosso modo, a imprensa hoje chama de ditadura, outros preferem chamar de governos autoritários, uma terminologia mais leve, menos pesada. De qualquer maneira, o que importa é o seguinte: o País viveu um período diferente, um período de vinte anos fora da regularidade das suas instituições. Isto posto, quero dizer que é preciso, em termos de comunicação fidedigna, que hoje em dia se restabeleça perfeitamente tudo o que aconteceu naquele período. Sempre com a preocupação de não se permitir que amanhã, a qualquer pretexto, seja por qual motivo for, essa quebra da normalidade aconteça. Nesse ponto, é sobremodo louvável a iniciativa deste Projeto História Oral do Exército, em querer fazer este trabalho, que ora se desenvolve em Fortaleza e, estou informado, em outras capitais, inclusive no Distrito Federal. Assim, quanto ao que a mídia fala em relação aos "anos de chumbo", é preciso que os militares também dêem a sua versão. Foram "anos de chumbo"? Por que foram "anos de chumbo"? Houve "chumbo" por quê? Porque havia "chumbo" do outro lado. Então, a comunicação é essencial. Vamos reproduzir o pensamento clássico do inolvidável Chacrinha: "Quem não se comunica, se trumbica".

Houve, realmente, um período de exceção, com muitos erros e alguns acertos, como citei há pouco. Houve no País um desenvolvimento dentro de uma certa tranqüilidade, certa ordem, mas houve excessos também, praticados por radicais, como sempre, incrustados em qualquer movimento. Mas é preciso que esse período seja contado corretamente, didaticamente, por meio deste Projeto. Exatamente para que se tenha uma realidade histórica imune a leviandades. Por exemplo, há

quem insinue que nos vinte anos de governo, os militares e as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens. Não. Honestamente, acredito que não houve vantagens. Ainda hoje os militares se queixam de que são muito mal remunerados. Não houve, nem mesmo, o cuidado de legislar em causa própria. Houve, inclusive, na época, muitas críticas a certas figuras do Governo Costa e Silva. Depois, ficou evidenciado que nada daquilo era verdade, e o cidadão que era mais acusado, morreu numa pobreza extrema: o Coronel Mário Andreazza, que foi Ministro dos Transportes, cujas contas de hospital foram pagas pelos amigos. Portanto, é esta a minha opinião sobre este assunto, mesmo tendo sido atingido pela Revolução, e depois de seis anos de processo, absolvido por unanimidade, pela Auditoria Militar. Uma oportunidade muito boa que se concede a uma pessoa que teve esse papel, essa participação direta ou indireta na situação, e que tem esse ensejo de se manifestar. Muito obrigado por isso.

Creio que o Projeto, volto a dizer, que o Exército está elaborando, é muito importante para a História do Brasil. Aduziria apenas mais isto: o momento nacional é de coesão. Lembro-me bem, aqui, da figura de Nelson Mandela, que depois de mais de trinta anos de cárcere, lutou, sem rancores, para unificar negros e brancos na África do Sul. Encontrou, após sua libertação, um aliado no Presidente branco Frederick Le Clerc. Os dois se abraçaram e selaram um compromisso, dentro de um pensamento único: seremos sempre adversários, mas não inimigos. Temos que aprender a viver num sistema aberto, livre, respeitando-se as idéias de todos, sem sectarismo, sem radicalismo e, principalmente, com o espírito de conciliação pacifista. A hora, lembrando Caxias, é de se marchar ombro a ombro, e nunca de enfrentamento de classes ou de categorias profissionais. Não devem existir vencidos nem vencedores, mas simplesmente brasileiros, juntos, a trabalhar por um Brasil melhor para usufruto de todos os seus filhos. Um Brasil que possa enfrentar, com sobranceria, com suas Forças Armadas bem preparadas, bem instrumentalizadas, qualquer agressão, parta de onde partir.

Jornalista Manoel Eduardo Pinheiro Campos

- Natural de Guaiúba; Distrito de Pacatuba–CE.
- Formação: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará (1948).
- Principais cargos e funções: jornalista, radialista, diretor-presidente da Ceará Rádio Clube; ex-diretor dos jornais *Correio do Ceará* e *Unitário,* Rádio Araripe (Crato–CE) e TV Ceará, Canal 2; diretor dos Diários Associados Ltda, Rio de Janeiro–RJ; e Secretário de Cultura e Desporto (Governos Virgílio Távora e Manoel Castro).
- Membro efetivo da Academia Cearense de Letras; do Instituto do Ceará; da Academia Cearense de Retórica; e da Comissão Cearense de Folclore.
- Obras publicadas (algumas, entre 44 editadas): *Águas Mortas*, *O Tropel das Coisas*, *Dia da Caça*, *O Demônio e a Rosa*, *O Morro do Ouro* e *A Rosa do Lagamar* e várias antologias premiadas.

Entrevista realizada em 19 de setembro de 2000.

Gostaria de deter-me, inicialmente, naquilo que poderíamos considerar a primeira parte da entrevista ao Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução de 31 de Março de 1964. Falarei, portanto, sobre o que aconteceu aqui no Ceará.

Os dias que antecederam a Revolução, no Ceará, foram cruentos, perversos, bastante difíceis. Eu dirigia dois jornais, o *Unitário* e o *Correio do Ceará*. Também a TV Ceará e a Ceará Rádio Clube, e mais uma estação de rádio no interior. Acontece que éramos muito visados, porque fazíamos parte dos Diários Associados. Por isso, aquelas pessoas que hostilizavam a sociedade e as Forças Armadas atribuíam os tropeços do País aos Diários Associados e acoimavam de entreguista a nossa política, vamos dizer assim, redacional, ao dar ênfase ao relacionamento com os Estados Unidos e analisar os fatos internacionais com bom senso e cautela, o que inspirava a opinião de pessoas qualificadas para analisar tais fatos. Por isso mesmo, fomos perseguidos, no Ceará, por aquelas pessoas que faziam parte da baderna, quando o nosso jornal esteve ameaçado de ser empastelado várias vezes. Toda passeata de protesto passava, necessariamente, pela Rua Senador Pompeu, onde se encontrava a sede dos nossos dois jornais. Era um verdadeiro tormento, porque paravam, gritavam, ameaçavam. Essa realidade foi-nos forçando a revigorar ainda mais nossa posição. Aquilo não podia continuar. Imaginávamos que tal situação fosse corrente em todo o País. Onde tínhamos empresas, sofríamos o mesmo massacre, a mesma pressão dos desordeiros que desfilavam sob a orientação do comando sindical, do comando da Central Sindical, do Pacto de Unidade e Ação (PUA).

Tudo isso exercia uma influência terrível nas pessoas de bom senso. Então, situando-nos contra isso tudo, sentimos, em determinado momento – não sei se estou revelando algo indiscreto – que, em Fortaleza, não me refiro ao comando da Região, mas alguns militares não estavam muito satisfeitos com as ocorrências e procuravam uma abertura, através de pessoas que pudessem ajudar, colaborar. Fui procurado, então, por um oficial, o Torres de Melo – naquele tempo ele era major, se não me engano, responsável pela 2ª Seção – que me levava, às vezes, umas pequenas insinuações: "Olha, não seria bom fazer um comentário, um editorial? Essa coisa não está passando do limite?" Passei a perceber que ele, da sua parte, seguia a orientação do próprio comando da Região. E esse relacionamento prosseguiu de tal modo que o nosso envolvimento com a Revolução, principalmente com o Exército, em Fortaleza, foi algo percebido até pelas pessoas que não estavam bem a par desses fatos.

Quando arrebentou a Revolução, estávamos, seguramente, a favor do Movimento e saímos na frente, abertamente, com matérias que são conhecidas. E mantínhamos na redação um jornalista que, penso, foi ou ainda será entrevistado neste Projeto de História Oral, e que teve plena liberdade para escrever e publicar um livro

sobre a Revolução de 1964. Ele mesmo diz que jamais foi censurado pelo seu diretor, no caso, eu, Manoel Eduardo Pinheiro Campos. Nunca houve censura. Ele dizia o que queria contra o João Goulart, contra os ministros. Isso já era uma maneira enfática de demonstrar que não estávamos solidários com aquela situação, não estávamos solidários com o situacionismo, com a maneira como o governo orientava e administrava o País. Feito isso, participamos muito ativamente e, em particular, influímos na escolha do próprio Governador do Estado do Ceará, o Sr. Plácido Castello, homem de bem, cujo nome foi escolhido na sala da direção do *Correio do Ceará*, à noite, presentes aquelas pessoas que estavam comandando, praticamente, a Revolução no Ceará. Citaria os nomes do General Humberto Ellery, que era uma espécie de representante militar, e do Michel Gradvohl, que tinha um acesso muito grande ao comando da 10ª Região, além de mim, ponta-de-lança da informação, porque detinha um poder muito grande: os dois jornais, uma estação de rádio e uma de televisão. Naquele tempo, os nossos jornais não eram os primeiros lugares em tiragem, mas tinham uma boa circulação. Porém a estação de televisão e a estação de rádio ocupavam o primeiro lugar. Assim, tínhamos o privilégio de contar com a audiência de quase toda a população, não só de Fortaleza, mas de todo o Ceará.

Feito este relato, quero dizer que não me arrependo do que fiz, mas corri um grande risco. Não era o dono das empresas e não recebi orientação para apoiar a Revolução. Apoiei-a de moto próprio, sob a minha inteira responsabilidade. Vamos supor que as coisas não tivessem dado certo. Teria perdido o meu emprego e não estaria hoje falando como falo, como representante jurídico de todas as Empresas Associadas do Brasil. E, naturalmente, teria sido punido por ter participado de um movimento sem uma orientação da direção geral. Mas tive a grande satisfação de, logo depois, saber que as Empresas Associadas, no Brasil todo, em São Paulo principalmente, onde morava o Dr. Assis Chateaubriand, haviam se posicionado a favor da Revolução: uma glória e uma realização para mim.

Ao longo do tempo, fomos fazendo amizade com os militares. No dia da comemoração que se realizou, inclusive com o desfile da tropa e diante da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, sede do Comando, tive a honra de ser convidado para, em nome da Revolução, fazer o discurso, não digo à tropa, mas àquelas pessoas que estavam formadas, àquelas pessoas que desfilaram. Fui eu, Manoel Eduardo Pinheiro Campos, quem falou sobre os ideais da Revolução, sobre o programa e sobre os bons propósitos que deveríamos alimentar daquela data em diante.

Tudo isso me honra profundamente. Quando vinham a Fortaleza o Comandante do IV Exército e outros comandantes, sempre me fiz presente. E toda vez que o Presidente da República, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, vinha a

Fortaleza, sempre participava de jantar, com ele, na casa do Senador Paulo Sarasate. Quero até esclarecer o seguinte: na divisão de cargos administrativos, depois da Revolução, coube-me, por determinação do governo, a Prefeitura Municipal de Fortaleza. Não aceitei. Não que eu não quisesse administrar a Cidade de Fortaleza, não que eu não desejasse dar a minha participação mais ativa ainda à Revolução, mas porque a minha mulher me chamou – e ouço muito a minha mulher, sou bem casado há 52 anos – e ponderou: "Olhe, você não é político. Depois, você vai entusiasmar-se pela política, vai perder o fio da meada da sua vida e, talvez, deixar os Diários Associados, que são a sua casa." Eu a escutei e escutei muito bem. Continuei dando o meu esforço, o meu trabalho, a minha contribuição à Revolução, mas desisti de ser prefeito.

Tenho mais um relato de que me orgulho muito: lembrado o meu nome para governar o Estado do Ceará, indicado o meu nome ao Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, ele disse: "Não! Nós não podemos dar tanto poder a esse rapaz. Ele já tem bastante poder e não ficaria bem nós o elegermos, o indicarmos para o cargo de Governador do Estado do Ceará." Esse detalhe está contado no livro escrito por Marcelo Linhares, um livro em que é narrada toda a história da vida do Virgílio Távora no Ceará. Quero contar outro fato que também muito me honra: embora estivéssemos, naquela hora, contra o Governador Virgílio Távora, em determinado momento esse trio – não sei se informo erroneamente – tomou a si, objetivamente, a direção do Movimento Revolucionário no Ceará. Mas, de minha parte, fui apenas consultado. Houve um momento em que o Michel Gradvohl e o General Humberto Ellery estiveram a ponto de pedir a renúncia do Governador Virgílio Távora. Fui chamado a participar, e disse: "Em absoluto, não vou participar, porque o Coronel Virgílio Távora pode ter muitos defeitos, mas é um homem honesto, um homem íntegro, e não vou contribuir para uma ação desse tipo. Tenho a impressão de que ele deve exercer o seu governo normalmente, e nós precisamos evitar nos imiscuir nessa parte." Os dois foram, segundo me contaram, até lá – eu estou contando isso, porque é um detalhe que pouco aparece na história política do Ceará – e o Virgílio Távora, muito arguto, disse: "Bom, se os senhores quiserem, podem tomar conta do governo; não crio nenhum obstáculo." Eles recuaram e recuaram muito bem, pois aquele seria um ato insensato. O governador acabou por cumprir o seu período administrativo com muito aplauso.

Com o passar do tempo, fui observando que movimentos revolucionários, movimentos que hostilizam governos, movimentos de transposição, de transformação, são movimentos que, realmente, acontecem de repente. Mas têm hora para acontecer. Depois, infelizmente, passa esse momento. Então, senti que o nosso momento era

aquele. O que deveríamos fazer, fizemos. Fizemos com base em amizades como a do Coronel Hélio Lemos, que foi punido, em Fortaleza, como a do Romeu Aldigheri, um dos primeiros homens, no Ceará, a fazer parte do movimento revolucionário, a produzir e a imprimir boletins, com dinheiro dele, com o esforço dele. O Michel Gradvohl ainda está vivo, pode contar essa história, pode confirmar. Muitos oficiais ainda estão vivos. Pena que tenham morrido o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco e o Plácido Castelo, mas o José Walter está aí e foi prefeito de Fortaleza, no meu lugar. E esses fatos não me levam a arrependimento de nada do que fiz, apenas atenuei a minha participação. Nunca fui censor de ninguém, nunca disse: "Não pode publicar essa nota, não deve publicar essa nota." E sempre ofereci o direito de resposta às pessoas que se sentiam acusadas, mesmo às que foram punidas pela Revolução. Quando eu achava que uma pessoa estava no direito de defender-se, sempre lhe concedia esse direito, jamais impedi que as pessoas se defendessem. Assim, acho que contribuí com a Revolução, e muito me honra ter dela participado.

Fiz várias conferências, várias palestras. Ajudei no que pude a Revolução, aos ideais da Revolução. Não tive a menor decepção com o Exército, onde fiz bons amigos. Soltei até alguns presos políticos aqui do Ceará. Era amicíssimo do General André Fernandes e lembro-me bem de que estava preso o Dorian Sampaio, que era deputado, e foi cassado e preso. Telefonei da redação do *Correio do Ceará* – eram 4h da tarde, tinha muito acesso, muita facilidade de falar com o general – e disse a ele: "General, esse homem já foi punido, eu o conheço, é um jornalista. Acho que o Exército já fez o que podia fazer, já o exemplou, já deu o castigo que ele, no pensamento das Forças Armadas, merecia. Vamos soltar esse homem, esse homem tem família, tem mulher, tem filhos, e tal." E, incontinente, o general o soltou. Devo-lhe esse favor. E no dia em que o General André Fernandes saiu de Fortaleza, fui convocado para fazer o discurso de saudação. Acredito que fiz um belo discurso – dizem até que sou, razoavelmente, bom orador. E nesse dia fiz um discurso tão bonito que sensibilizou a todos e o general ficou às lágrimas, a ponto de não poder ordenar o seu pensamento. Era uma excelente criatura. O Exército perdeu um excelente comandante de Região, um homem de um coração imenso.

Aliás, não tenho nada a dizer contra os comandantes de Região. Os que vieram para o Ceará, ao longo do tempo, sempre me trataram muito bem. Do General Itiberê Gouveia do Amaral, por exemplo, tenho até um espadim, presente que me deu. Era mineiro e quando chegou, muito desconfiado em termos de apoio à Revolução, nos chamou um a um para conversar na casa dele. Nesse tempo, a casa do general ficava na Av. Santos Dumont, esquina com a Rua Silva Paulet. Fui lá e fiquei muito amigo dele. Era um homem que tinha, naquela época, naquela

hora, bastante prestígio. Sua filha casou-se até com um cearense, o Capitão Francisco de Assis Bastos (o Chiquinho). Isso tudo serviu para nos entrelaçar. Mas, fui refluindo dessa minha posição, vamos dizer assim, de liderança, porque não havia mais sentido. A realidade, agora, cabia às Forças Armadas, à administração federal, ao governo do ínclito Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Sobre a Revolução, em si, existiam motivos, causas que foram determinantes para a sua eclosão, anteriores ao próprio Governo do Senhor João Goulart. É o caso, por exemplo, da Intentona Comunista de 1935, considerada pelos militares o marco nacional da traição comunista. Embora não me capacite tanto a uma abrangência de julgamento nessa área, posso dizer que, efetivamente, a estrutura da Intentona Comunista, graças a Deus, foi desmontada pelo Exército, pelos bravos, pelos que morreram, pelos que deram exemplo à Nação. Todavia, aquela estrutura, de certa forma, continuou, mesmo porque, coincidentemente, foram os anos de maior prestígio para a União Soviética, para a mãe Rússia. A Rússia já tinha um peso muito grande e passou a competir com os Estados Unidos, numa porfia internacional. Havia bastante dinheiro, havia bastante recursos para, por debaixo dos panos – nos bastidores, como se diz – promover uma injeção de má-fé. Uma injeção, vamos dizer, de reversão de brasilidade em algumas pessoas. Depois dos episódios de Natal, do Recife e do Rio de Janeiro, essa realidade parou um pouco, mas depois continuou. E continuou porque os governos anteriores passaram, inconscientemente, a ajudar o Governo de João Goulart. Eu me demoro um pouco no Jango, porque tenho a impressão de que todas aquelas coisas passadas, do tempo do Juscelino e de períodos anteriores, desde os episódios causadores da Intentona Comunista (1935), denunciavam o Poder e a interferência de Moscou que desejava transformar o Brasil num foco da III Internacional. Um ponto de luta, uma ponta-de-lança do comunismo na América Latina, à custa de dinheiro.

Infelizmente esses governos, para mais ou para menos, também subsidiavam, por uma questão política, aquelas pessoas, aqueles maus brasileiros. Não se explica de outra maneira o crescimento vertiginoso daquela idéia de entreguismo, contra não só os Diários Associados, mas também contra outros órgãos de imprensa e contra aquelas pessoas de bem. Era a época em que se vendia a idéia do imperialismo, idéia que estava calcada, sobretudo, na intenção bolchevista de prejudicar, de assorear o pensamento das lideranças no Brasil. A Intentona foi, realmente, a pedra fundamental. Foi uma tristeza, mas, paradoxalmente, foi uma arrancada da consciência, não só do Exército, mas das Forças Armadas em favor de nosso empenho cívico, em defesa da Pátria. Tudo isso partiu desse momento, que reputo histórico. E se o Exército, que guarda as maiores intenções de respeito à Pátria e à soberania,

se o Exército não tivesse tomado isso a peito, talvez tivéssemos submergido. A Intentona, portanto, foi uma prova de fogo. A Intentona provocou a decisão do Exército, desculpem-me, a decisão – vou generalizar – das Forças Armadas, na antecipação das medidas de defesa da nossa soberania. Eu acompanhei, acho, todos aqueles relatos que foram feitos, aquele heroísmo, tanto em Pernambuco como no quartel em Natal e no Rio de Janeiro. Tudo isso serviu como uma prova, uma amostragem para os brasileiros – aqueles maus brasileiros que estavam sendo envolvidos – de que tínhamos capacidade de reagir. E não era um pensamento de estrangeiro, não era uma ideologia estrangeira que iria modificar o nosso sentimento cívico de amor à Pátria. Foi um episódio histórico que nem precisa ser explicado, mas lembrado. E deve ser lembrado sempre, com a maior ênfase, para não se repetir.

Desde o começo, venho procurando ligar-me, inteiramente, àqueles anos nefastos, àquele período infeliz que antecedeu a Revolução. O ano de 1964 foi o ano de uma tragédia que só foi completar-se quando houve o comício da Central do Brasil, nas proximidades do quartel do Ministério da Guerra; quando se deu o levante dos marinheiros e quando ocorreu o almoço do Automóvel Clube, respectivamente a 13, 26 e 30 de março daquele ano. As Forças Armadas, com o apoio do povo, tomaram uma decisão e partiram para a ação, diante daqueles fatos que estavam acontecendo. Tudo isso ocorreu por quê? Aí, volto àquela história: os caminhos do dinheiro não eram só os que vinham da União Soviética. Os caminhos do dinheiro eram também os do próprio dinheiro do povo brasileiro, através da PETROBRAS, através das empresas de telecomunicações, que começavam a pagar, a subsidiar a subversão à moda deles. Depois é que se foi saber, quando as forças reagentes do País triunfaram, quanto dinheiro era escoado, por exemplo, para a União Nacional dos Estudantes (UNE), para a baderna, para hostilizar as pessoas, os jornais, a sociedade enfim. Então, quando eu incluo essa remessa de dinheiro da União Soviética, talvez, também, ela chegasse a esses escalões, a esses degraus da subversão. Mas na verdade o próprio governo brasileiro, o governo constituído naquela época fazia isso, pois o próprio Ministro do Trabalho, o Senhor Almino Afonso, era um homem notoriamente sindical, só que um sindicalista disfarçado, porque ele era, na realidade, um comunista. E, depois, o próprio presidente da República nomeou para o Ministério do Trabalho um cidadão – eu não estou lembrado do seu nome – que participara da Intentona Comunista, atitude que fugia a qualquer regra de bom senso. E as reformas de base propostas pelo governo eram mais pólvora, um subterfúgio, algo para aquelas pessoas que não queriam o bem do Brasil, mas queriam subverter, queriam tomar o Brasil e aproveitavam todo esse movimento, que não era reforma de nada, apenas um arremedo, para usufruir vantagens e desagregar a sociedade, a família brasileira. Em uma palavra, o Governo

João Goulart era nocivo, e ele, o chefe, despropositado, despreparado. Não tinha condição, não merecia ter sido alçado ao comando do governo nacional, de maneira nenhuma. Em suma, o período anterior à Revolução caracterizou-se pela irresponsabilidade, pela falta de governo, falta de orientação, falta de moral, subserviência a determinados pelegos, a pessoas que não tinham nada para dar ao Brasil, mas tinham a ambição de usurpar o governo a qualquer preço, ambição de entregar o Brasil à influência de potência estrangeira. Tudo isso forma uma mistura corrupta e acaba resultando num péssimo governo de um mau brasileiro. E, para agravar o que já era grave, surgiu a ameaça à disciplina militar, a subversão liderada pelo cabo Anselmo, numa inversão da ordem hierárquica militar, um fato que não podia ocorrer e não tem explicação. A convocação ululante de baderneiros, de comunistas, de pessoas irresponsáveis, no comício da Central do Brasil, pôs em perigo as nossas tradições. Não pôs em perigo só a nossa estabilidade, pôs tudo em perigo. Era, pois, a hora da Revolução, hora ajudada por um desfile, que foi a passeata das mulheres, lá em São Paulo, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, simbolizando o apoio da família católica brasileira à Revolução, na luta contra o comunismo ateu. E ainda houve a rebelião dos sargentos, no Automóvel Clube, que foi mais uma agressão à hierarquia e à disciplina. Por isso posso afirmar convictamente que, ao deflagrar a Revolução, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram tão somente intérpretes da vontade nacional.

Não se pode tirar o mérito dos militares. As Forças Armadas tinham que tomar essa atitude, tinham que se posicionar dessa maneira. As Forças Armadas não estavam defendendo a si próprias: estavam defendendo a família, a coletividade, a comunidade e os nossos quase quinhentos anos de história. Essa é a verdade. Foi um momento de afirmação de brasilidade e uma afirmação cívica, que deveria acontecer. Ai de nós se o Exército, as Forças Armadas, aglutinadas pelo mesmo ideal, não tivessem tomado tal posição. Infelizmente, depois da Lei da Anistia, algumas pessoas têm insinuado que, no clima da guerra fria, os norte-americanos impuseram o "golpe militar" de 1964. Lamenta-se que essas pessoas, por ignorância ou má-fé, não conheçam a cronologia dos fatos, pois antes da guerra fria já ocorrera a Intentona, alertando-nos sobre o que é o comunismo. Agora inventaram uns comentaristas políticos que se chamam de cientistas políticos, falsos sociólogos etc. Isso não existia no Brasil e, se não me engano, está se espalhando no mundo inteiro. Abro parênteses só para explicar. Temos um exemplo desconcertante de distorção da verdade no episódio do Caldeirão, ocorrido em Juazeiro do Norte–CE, no tempo do padre Cícero que, por intermédio dessa "sociologia", tais "expertos" têm comentado, sempre, de maneira errada. Há poucos dias fiz um levantamento de subsídios à história e à interpretação do Caldeirão, para mostrar que as pessoas não têm nem o bom senso para contar a verdade. Um,

conta um fato; outro, analisa um outro fato. Um, diz que morreram quatrocentas pessoas; outro, diz que morreram duas mil pessoas; terceiros, dizem que morreram só vinte pessoas. Aqui, alguém diz que o avião soltava bombas incendiárias; outro, diz que o pessoal foi metralhado. Este exemplo não é anedótico, mas estou usando esta minha explanação para mostrar que devemos ter cuidado com as interpretações. Cada cabeça tem uma sentença, cada pessoa tem uma maneira de dizer. Cabe a nós repelir as insinuações malévolas, insustentáveis. Eu não sei como a guerra fria, posterior aos fatos da Intentona, poderia forçar – numa circunstância tão imperiosa, tão radical, tão terrível como aquela que o Brasil viveu naqueles momentos de março de 1964 – como a guerra fria poderia dar essa força ao "golpe". Não, me desculpem. Eu estou falando quase anedoticamente, quase humoristicamente, só para demonstrar que não acredito nessa versão. Repilo qualquer insinuação desse tipo. Até porque a coesão de um país é feita pelo consenso honesto das pessoas que são administradas e que administram, das pessoas que mandam e das pessoas que obedecem, das pessoas que são orientadas e das pessoas que orientam.

Sabe-se que naquele período angustiante, realmente, as Forças Armadas conseguiram unir todo mundo. Não uniram aquelas classes que, desde o primeiro momento, estiveram contra a Revolução. Vou ser bastante explícito. Aqui no Ceará, assisti à primeira missa, celebrada na Igreja da Imaculada Conceição. O celebrante, o próprio bispo, aparentemente querendo abençoar a Revolução, fez restrições ao governo anterior. Então, a Revolução não foi essa coisa tão terrível como as pessoas apregoam. Se tivesse sido, teria procurado hostilizar, inclusive, os padres.

A propósito, pesquisas feitas no Brasil, recentemente, indicam que as Forças Armadas são as instituições que possuem o maior índice de credibilidade, quer dizer, as coisas, os fatos ilustram-se por si mesmos. É claro que o consenso geral, a unanimidade, num país monumental, num país grandioso como o nosso, é muito difícil. Posso dizer, entretanto, que as Forças Armadas conseguiram o máximo. Se não conseguiram 100%, conseguiram, no meu modo de entender, entre 80% a 90%. Souberam fazer a sua parte. Aqueles desgostosos existirão sempre, como existe em nossa família, às vezes, um filho ingrato ou uma nora ingrata. Não tenho a menor dúvida de que, depois da Revolução, as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão.

As Forças Armadas não se assentaram sobre qualquer base ideológica, durante o período revolucionário. Aliás, posso adiantar que, nas nossas conversas, o que se defendia era o respeito à liberdade de expressão, à democracia e ao direito de ir e vir, ou seja, um governo do povo, para o povo, no qual se inserem as Forças Armadas como guardiãs de governados e governantes, mais nada. Jamais alguém me falou do sentido ideológico da Revolução. A Revolução foi feita para garantir aqueles direitos

que já estavam assegurados na nossa Constituição, a plenitude democrática, e para proporcionar a paz. E tanto é verdade que toda a grande mídia aprovou isto. Os grandes jornais, mesmo que se lamentassem e sofressem alguma pressão de censura, como *O Estado de S. Paulo* e os Diários Associados, de uma maneira geral, todos estiveram solidários todo o tempo, inclusive as emissoras de televisão, capitaneadas pela Rede Globo. Estou falando da grande mídia, dos meios de comunicação de massa.

Tenho a impressão de que todos nós estivemos a favor. Depois veio a discordância. Isso é natural em todo movimento. Há pouco tempo, assistia a um filme sobre Joana d'Arc, o que Joana d'Arc fez, e acabou condenada. Quer dizer, a santa guerreira, que deu unidade à França, foi condenada, foi queimada. Então, essas coisas são comuns a todo movimento, é próprio da natureza humana. Essa é a verdade.

Sobre o termo "revolução", quero dar uma explicação. Não se trata de uma palavra cunhada agora, mas no século XV. E antes da palavra "revolução" existia uma outra, quase com a mesma intenção, "revolta", uma palavra do século XIII. Acontece que existem aquelas pessoas que não querem aceitar a legitimidade da Revolução de março, Movimento que procurou fazer tudo corretamente. Movimento que procurou dar ao Brasil um dirigente realmente digno, capaz de restaurar a segurança, a paz e a tranqüilidade da família brasileira. Essas pessoas apegam-se – como hoje ouvi nos noticiários das nossas emissoras – ao "golpe". O que é golpe? Veja no dicionário, na etimologia. Golpe não quer dizer nada disso. Golpe não é revolução. Golpe é crise, é pancada; golpe é uma reação. "Golpe" tem um poder, um significado muito diferente, mas os "sociólogos" modernos, essas pessoas que fazem a historiografia mais política do que real, essas pessoas deturpam a palavra. Quando dizem que a Revolução de março foi um "golpe", elas querem apenas denegrir, diminuir e vingar-se da Revolução. Só isso.

Sobre a guerrilha e o terrorismo, com seqüestros, assaltos a quartéis e a bancos, inclusive a colocação de bombas em bancas de jornais, tudo isso foram ações, não há dúvida, praticadas por extremistas. Tomo isso tudo como entrave. Esses fatos, esses episódios que aconteceram são desagradáveis, mas acontecem em todos os movimentos. São desagradáveis, mas acontecem na França, na Inglaterra, em qualquer país. Não aconteceu no Brasil como algo a servir de exemplo, como reação. Aconteceu como um fator, vamos dizer, de indisposição, de repulsa de algumas pessoas. Acredito que, por isso, para enfrentar essa violência, tornou-se necessária a criação dos órgãos de informações, bem como a utilização da própria Lei de Segurança Nacional que, num primeiro momento, poderia ter parecido uma extrapolação às iniciativas do governo revolucionário. Mas, na verdade, tenho a impressão de que a própria sociedade não tinha ainda uma noção, nem nós, do que se passava de corrosivo, de mau.

Como defender-se de pressões que estavam sendo feitas? Como é que se pode, realmente, pôr cobro aos excessos, aos exageros? Em função do quadro que existia, algumas medidas repressivas deviam existir, como realmente existiram.

A meu ver, entretanto, a Revolução muito se demorou no governo. E, mais uma vez, vou usar da minha sinceridade. Dentro do meu raciocínio provinciano, de um homem que mora numa capital progressista mas ainda modesta, e que naquela época, na época da Revolução, não havia muitos recursos culturais ou mesmo políticos, não tenho a formação para fazer um julgamento. Posteriormente, analisando bem, tenho a impressão de que a Revolução deveria ter durado quatro anos. E nesses quatro anos, o Marechal Castello Branco deveria ter convocado a sociedade, o povo, para acorrer às urnas. E ele (o governo) e o Exército presidiriam as eleições, seriam os regentes desse processo da retomada da democratização. Mas também refluo um pouco, eu não sei das coisas que estavam acontecendo, inclusive das coisas que aconteceram, intimamente, no relacionamento político dos chefes da Revolução. É muito difícil julgar. Quem pode explicar, escrevendo as suas memórias depois, é cada comandante, cada presidente, contando lealmente, do jeito que estou falando aqui. Mostrando por que foram tomadas determinadas medidas e por que a Revolução demorou tanto. O mundo é sábio. Governo nenhum pode demorar muito. As ditaduras é que demoram muito, como estamos vendo em Cuba, como vimos na União Soviética, na Rússia e em outros países, onde as pessoas conservam-se no Poder por achar que são os salvadores. No nosso caso, não havia um salvador. Uma instituição é que foi salvadora de tudo. As Forças Armadas é que foram as salvadoras de tudo. E depois ficaram, talvez, numa posição difícil de dizer: "Vamos tirar o apoio que estamos dando, o apoio ao ideal com que fizemos a Revolução." Tudo isso é muito intrincado, e faço votos que outros entrevistados procurem responder com essa mesma lealdade com que estou respondendo.

A convite do governo, acompanhei o Presidente Geisel numa viagem a Paris. E vi de perto a entrevista que ele deu. Àquela época, no começo do seu governo, não se falava ainda em abertura, e ele já acenava, pelo menos com diálogo, facilitando as perguntas dos repórteres. Tomei parte nessa entrevista coletiva e ele falou lealmente, sem nenhuma arrogância, sem nenhuma pretensão. Falo isso não para mostrar que fui convidado, que viajei. Não é nada disso. É para dizer que testemunhei, em alguns momentos, essa maneira, essa postura de um presidente sério. Geisel era um presidente duro, mas tinha a compreensão de que era preciso ir aliviando, ir se preparando para reintegrar o País ao seu desenvolvimento normal, porque às Forças Armadas não compete administrar o País, essa é que é a verdade. As Forças Armadas só tomaram essa posição no momento em que nós, civis, não tivemos as condições de honrar as

eleições ou de honrar a maneira de governar o País. Eu insisto, todos os presidentes militares se comportaram com dignidade; um ou outro, com alguns deslizes, que isso é normal. Afinal de contas, um governante, uma pessoa que administra, está sujeita a cometer erros. Isso é normal. E não podemos fazer uma avaliação que dê um grau 12, um grau 10 a todos os governantes. Naturalmente, eles se saíram muito bem; uns com a pontuação 8, outros com a pontuação 10, outros com a pontuação 12. Eu dou 10 ao Geisel e 12 ao Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Quanto ao cerceamento das liberdades e à prática de tortura, essas coisas vieram à tona e passaram a ocorrer muito mais perto dos nossos dias, muito mais perto do final da Revolução. Tenho a impressão de que, talvez, há uns vinte anos. Aconteceram, realmente, alguns desmandos. Mesmo o organismo tendo a melhor das intenções, às vezes sofre a truculência de um chefe, a truculência de um militar ou de um civil. Os delegados são civis e, às vezes, exorbitam. Trata-se de atributos do gênero humano. Não acredito que essa truculência tenha-se realizado, tenha-se consumado como um fim, como um padrão, como um objetivo da Revolução. De maneira nenhuma. Nenhum presidente da República ia querer governar um país e sair como uma pessoa que sufocou os ideais democráticos, que prejudicou, mandou espancar, mandou torturar. De maneira nenhuma. Mas, acredito que no curso das medidas que foram tomadas, algumas pessoas exorbitaram. Tenho a impressão de que a própria História vai julgar e, julgando, vai inocentar aquelas pessoas que governavam o País naquele momento, e não tiveram culpa nenhuma.

Hoje em dia muito se fala sobre “ditadura militar”, “anos de chumbo”. Entretanto, as pessoas que falam de ditadura deviam, antes, fazer uma comparação entre o regime que nós experimentamos no Brasil e o regime que outros países experimentam. Cuba, por exemplo. A União Soviética no apogeu do comunismo. Aí, sim. Era a pessoa não ter vontade para nada. Até certo ponto, por exemplo, fui molestado pela Revolução que eu fiz. Mas, é coisa perdoável. São coisas que acontecem. E conto um fato característico: em plena Revolução de 1964, minhas peças de teatro faziam, praticamente, críticas às pressões políticas. As peças *O Morro do Ouro* e *A Rosa do Lagamar* têm uma conotação muito popular, muito do povo, e nunca a Revolução me incomodou, de maneira nenhuma. Portanto, nunca houve censura, e o espetáculo foi apresentado. Naturalmente, outros espetáculos foram censurados, até indevidamente, sem a menor necessidade. Mas essas coisas acontecem. O presidente da República não pode ver como estão sendo cumpridas todas as suas ordens, num país continental como o Brasil. Narro um episódio referente ao Ceará. Aqui, existia uma Comissão Geral de Investigação (CGI). Pois um repórter nosso do *Correio do Ceará* – veja as coisas atabalhoadas, desnecessárias – foi ao Forum (esse Forum que

foi demolido, implodido há pouco tempo) e viu, lá, afixado para o público ler – quer dizer, não era um segredo de Estado – que a CGI ia ser despejada. Então o jornal simplesmente transcreveu a nota oficial do Cartório da Justiça. Por conta disso fomos indiciados: o Teobaldo Landim e eu, Eduardo Pinheiro Campos. Ora, mais! indiciados porque tínhamos transcrito algo que era do domínio público! Como as pessoas cumprem mal as coisas! E, na hora do interrogatório, fizeram uma coisa horrível, uma coisa que não se faz, principalmente, com um cidadão alfabetizado, como eu me julgo. Estava conversando – como estávamos conversando aqui, antes do início – com um ilustre militar e, de repente, ouvi uma máquina batendo: *pei-pei-pei*, aquele catabi: *tututu-tututu-tututu*. E eu me virei e perguntei: "O que está havendo?" O datilógrafo: "O depoimento já começou." Então repliquei: "Alto lá! Não vou negar nada do que disse até agora, mas faço questão que, no meu depoimento, seja dito que, a partir deste momento, o depoente se inteirou de que estava sendo interrogado." Pronto. Não tem dúvida nenhuma, porque o que falei aqui é real. Então... olha! Isso é um fato deplorável, vergonhoso. É um fato que depõe, não contra o Exército, contra a Revolução, mas contra aquele mau funcionário, mau oficial, mau cidadão que estava tomando um interrogatório sem o mínimo de educação, de ética e de decência. Quantos fatos semelhantes não ocorreram no País, quantas coisas? Estou tirando por mim. Quantas coisas aconteceram e nós não sabemos? Há coisas irrelevantes. Uma simples notícia, por exemplo. E quantas pessoas foram punidas por fatos assim! Não que a Revolução mandasse punir essas pessoas. Eu não acredito que o Presidente da República estivesse sabendo de um ato desses, porque, se o aviso estava aberto ao público, não tinha que abrir inquérito. Como, se estava divulgado?

Bom, desculpem-me essa explanação, mas é para justificar que a maioria dos fatos que se sucederam, que aconteceram, aconteceram ao arrepio do mando, ao arrepio da orientação da pessoa superior. Essa é que é a verdade. Não se pode, senão, exaltar a probidade dos governos militares. Portanto durante o período revolucionário, os militares e as Forças Armadas jamais se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem. De maneira nenhuma, eu nunca vi. Só tenho uma observação. É que, por excesso de zelo, nas medidas que estavam sendo tomadas pelo Poder da Revolução, pelo Presidente da República, pelos governos, por aquelas pessoas que o orientavam, houve um temor de que determinados cargos fossem exercidos por civis. Conseqüentemente, houve um excesso de ocupação de cargos por parte dos militares. Isso é até anedótico. Houve um momento em que quase não havia oficiais para ocupar tantos cargos. Esses cargos já estavam com os sargentos. Eu não tinha nada contra os sargentos, não. Eu acho que o Exército vale muito pelos seus bons

sargentos, claro. Entretanto, tínhamos que abrir mão e começar a dar as chefias a pessoas civis. Teria sido um caminho na retomada da redemocratização do País.

Diante dos benefícios que a Revolução proporcionou ao País, estes detalhes são, de fato, insignificantes. E posso citar, entre outros benefícios, a moralidade da coisa pública que, talvez, tenha forçado os novos políticos a se comportarem melhor. Foi um lembrete para que percebessem que as pessoas podem ser poderosas, entretanto, não podem ser poderosas ou desonestas o tempo todo, pois tudo tem o seu tempo. As pessoas devem estar sempre bem nutridas de boas intenções para exercer o seu mandato, que deveria estar, antes de tudo, a serviço e em benefício da coletividade. Eu acho que a Revolução abriu os nossos olhos, mostrou à população, de uma maneira geral à sociedade, que nós não poderíamos estar livres do livro ético, daquele mandamento de decência, de cumprir os seus preceitos, observar o manual de civismo que todo cidadão deve guardar: ser um homem honrado, um homem de palavra. Honrar os seus compromissos, respeitar a sua família e a família dos outros. Respeitar a Pátria, os religiosos e a religião. Tenho a impressão de que a Revolução trouxe o revigoramento desse ideário, que estava esquecido.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de fazer um registro. Acho que não sou um revolucionário instintivo, por vocação, de maneira nenhuma, mas o Brasil todo deveria repensar este momento. Estamos precisando, hoje, de uma grande revolução, uma revolução moral. O Brasil já teve a sua Revolução Militar, e agora está cobrando a todos os brasileiros a sua Revolução Moral. Nós não podemos continuar de braços cruzados, assistindo a essa deterioração da família brasileira através dos meios de comunicação, através dos espetáculos públicos. Nós precisamos dar cobro a isso, precisamos educar. A sociedade precisa mostrar aos militares que pode fazer uma Revolução sem armas, à base do revigoramento do espírito. Estamos confundindo, hoje, beleza feminina com sexo. A beleza da mulher só vale pelas nádegas e pelos seios. Costumo dizer que, pelas partes côncavas e convexas estamos, desgraçadamente, dando pouco valor à cultura, ao intelectual e às pessoas de conceito na sociedade. Estamos fomentando o adultério abertamente, fazendo com que o toleremos em nossas casas, pois as novelas, todas, têm, pelo menos, um ou dois casos de adultério. Se não tiverem esse ingrediente, não prestam? E porque esse decaimento moral está alcançando as pessoas da rua, estas pessoas já começam a raciocinar mal. Desculpem-me se estou sendo moralista. Não sou nenhum homem perfeito, mas vejo isso com muito desagrado. E vejo que esse problema não é unicamente brasileiro. Parece que está ocorrendo, no mundo inteiro, uma catastrófica revolução anticultural. Agora mesmo vi, numa revista, uma entrevista com um grande escritor sul-americano, revoltado porque os livros que estão em primeiro lugar no *The New York Times*, são

livros de segunda categoria, uma subliteratura. E tudo isso acabará afetando, exatamente, a família, que é o pedestal de toda Nação. Através da família vamos às tradições, através da família alcançamos a nossa dignidade. Sem passado, não vamos ter nem presente e nem futuro. E isto não é nenhuma demagogia, pois não sou candidato a nada. Desejo tão-somente expressar-me, porque já não há espaço nos atuais meios de comunicação para se dizer essas verdades do jeito que estou dizendo.

Voltando à abertura democrática, disse que participei de entrevistas com o Presidente Geisel, e já sentia que ele era o inspirador de uma espécie de distensão política. Essa opinião pode ser desvaliosa para outras pessoas, pois poderão entender que estou julgando mal. Mas, pelos conceitos emitidos – não conversei pessoalmente com ele, conversamos a dois, a três – as idéias dele eram muito bem centradas. Era um homem que estava procurando cumprir, levar adiante a sua carga de responsabilidade, mas já pensando em dividi-la com pessoas que pudessem, como ele desejava, apressar a abertura.

Com relação à Lei da Anistia, que permitiu a reconciliação e o perdão mútuo, gostaria de dar uma explicação. É preciso ter muita grandeza de espírito para que a pessoa que se julga prejudicada faça, em determinado momento, uma reflexão, uma avaliação do que sofreu, e tenha a dignidade de perdoar. Mas isso não é raro. Conheço, no Ceará, várias pessoas que foram punidas, que foram cassadas, e que não estão usando a palavra revanchismo, nem estão utilizando o momento de liberdade – o momento de democracia que estamos vivendo, quando se fala abertamente do presidente da República e atiram-se ovos em ministros de Estado – para revidar. E não podemos imaginar que se sintam tolhidas para fazer o seu contra-ataque. Essas pessoas sabem que se estivessem do outro lado também teriam usado dos mesmos meios para punir ou para evitar um mal maior.

Mas, hoje, o que há de modo geral são pessoas que não deixaram de ser o que são. São indivíduos que, mesmo no caixão, já perto de morrer, ainda serão políticos à sua maneira. São pessoas que, embora extinto o Partido Comunista Brasileiro, têm a "honra" de terem participado dele. Isso é a verdade dos fatos, é uma questão de posicionamento humano das pessoas que querem continuar lutando por um ideal que não conta para nós, mas conta para elas. Não obstante, o tema envolve algumas considerações. Não diria que o comunismo, como nós entendemos, que foi criado, proclamado e exercitado na União Soviética, ainda sobreviva. O que existe entre nós, agora, é uma forma de luta contra um determinado ideal utópico, que não corresponde ao nosso. É o ideal de maus brasileiros, de pessoas que ainda pensam poder chegar à solução dos nossos problemas por caminhos já repudiados em várias partes do mundo. Por exemplo, estamos assistindo, ultimamente, ao esfacelamento, pode-se dizer,

de Cuba, onde havia um comunismo que proibia qualquer manifestação de capitalismo. O que está havendo, hoje, o que nos deve preocupar é muito mais um movimento subterrâneo, movimento que, talvez, esteja até crescendo, de pessoas insatisfeitas, mas de maus brasileiros; de pessoas que pararam de pensar, de pessoas como esses sociólogos improvisados que ficam interpretando os fatos à sua maneira.

O que nos compete, realmente? De nossa parte, a reformulação da nossa própria sociedade, uma mudança de mentalidade, principalmente de pessoas que detêm o capital, quer dizer, da forma como exercitam o capitalismo. Eu não acredito que o capitalismo, no Brasil, possa ter a qualificação de "capitalismo selvagem". Ocorrem, entretanto, demonstrações evidentes de um capitalismo desumano, que distribui pouco, que divide pouco. Então, nesta hora, – para sufocar aquele movimento, que outro nome tenha, comunismo ou fascismo, não sei dizer, não quero considerar o título, mas há um movimento subterrâneo dessa natureza – cabe a nós, compete a nós, e mais extensivamente a esse todo de pessoas ricas, de pessoas que têm dinheiro, sobretudo ao empresariado, distribuir melhor a riqueza, pois precisamos progredir repartindo com sensatez a nossa fortuna, estendendo a mão, ajudando, empresariando projetos culturais, projetos de autêntica reforma agrária, procurando dar um incremento maior para que as pessoas não vivam de maneira tão ruim, tão contundente, tão miserável.

Por outro lado, disse que o assunto merecia algumas reflexões. Não vamos nos iludir. Nós não podemos acabar com a miséria. Não se acaba com a miséria. Porque, se fosse para acabar com a miséria, na criação, a instituição do cristianismo não existiria. É bíblico: pobres e ricos, sempre tereis. O que nós devemos instar e devemos propor é que os ricos sejam menos ricos, e os pobres menos pobres. Uma equação difícil de ser realizada, mesmo porque, muitas vezes, o pobre é pobre também por deficiência dele próprio, e não por falta de recursos. Quantas vezes nós queremos, à nossa volta, ajudar uma pessoa a estudar? Damos-lhe uma posição na nossa empresa, desde que procure se modificar, procure estudar, e a pessoa teima em não querer aprender. Certamente o número de pessoas desse tipo representa uma quantidade mínima, mas elas existem. E, existindo, sempre vamos invalidar aquele conceito utópico de que todo mundo está no mesmo patamar das oportunidades da vida. Nós nunca teremos este patamar, infelizmente.

Compete aos brasileiros, entretanto, com preponderância de civis – por nossa posição na sociedade – procurar resolver esses problemas. Há várias maneiras de solucioná-los. Primeiro, votando bem, procurando eleger as pessoas de bom senso, que tenham um programa, que queiram trabalhar, as pessoas reconhecidamente idôneas e honestas, rejeitando os maus políticos, as pessoas que têm infelicitado a sua terra, a sua comunidade, o próprio Estado ou o País. Temos que ir às urnas procuran-

do selecionar pessoas que possam cooperar conosco num trabalho de redenção nacional. Mas, não é um trabalho que deva ser feito pelo Exército ou pelas religiões. É um trabalho para ser feito por toda a comunidade, por todos os brasileiros, civis e militares, ou seja, pelo Exército, pelas Forças Armadas, pelas lideranças civis, pelas forças mínimas, pelas forças mais modestas. Um trabalho que deve começar pela nossa própria casa, pela nossa família. Quando nós nos reunimos ao redor de uma mesa de refeição, devemos ter princípios, devemos ensinar aos nossos filhos e não devemos permitir que sejam educados pela televisão. Não podemos permitir que a televisão seja a "babá dos nossos filhos". Temos que voltar a ser professor, pai e mãe dos nossos filhos. Isso é o mínimo de que precisamos, porque o mundo nunca prescindiu dessa consciência de responsabilidade. E estou sentindo que o civismo pregado pela Revolução precisa voltar. Precisamos ter manuais de civismo, de como obedecer. Estamos todos muito livres. Os nossos filhos estão muito livres. Nos meus 18 ou 19 anos, pelos anos 1940, 1941 e 1942, íamos à praia de manhã para voltar às 11h, porque o sol já estava quente. Hoje, as pessoas vão à praia às 11h, ao meio-dia. Ao sair para dançar, divertir-me (como fui um filho de criação, um filho cedido por pais que não puderam me criar), por respeito aos meus pais, nunca cheguei a casa depois das 22h. E esse era o horário-limite. As pessoas de bom senso chegavam a essa hora. Hoje, os filhos, as filhas estão saindo de casa às 22h, 23h porque o mundo começa a funcionar a partir da meia-noite. Então, o mundo é outro. Não sou contrário a esse mundo, mas sou a favor de que se tenha responsabilidade. Que se procure entender que não se pode levar a vida com tanta liberdade, sem um preceito de guarda, de respeito e de moral. Quer dizer, são parâmetros que envolvem e passam pela família, pelos pais e, principalmente, pela nossa formação. As instituições públicas, de uma maneira geral as Forças Armadas – o Exército, a Marinha, a Aeronáutica – todos os nossos Poderes, os ministérios, todos nós devemos nos unir para pregar, exatamente, essa retomada de civismo, essa reeducação moral que está fazendo falta ao brasileiro.

Por isso, é alvissareiro relembrar que a imagem do Exército vem apresentando, hoje, elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião, o que eu acho simplesmente maravilhoso. Não porque o Exército ou as Forças Armadas, antigamente, tivessem uma postura, vamos dizer, de arrogância. Era porque os militares talvez estivessem muito enquadrados na sua maneira de ser, muito enquadrados no seu contexto militar e, hoje, eu acho que não deve mais existir esse contexto. O militar é um civil, não resta a menor dúvida, como o civil é um militar, na hora em que for preciso cumprir com o seu dever. Assim, vejo esses índices de aprovação por parte do povo, a favor das Forças Armadas, como algo consagrador. Vejo aqui, pela postura do atual comandante da Re-

gião. Ele está promovendo almoço com pessoas, com as lideranças, um caminho excelente. Entendo que o Exército – quando falo do Exército, quero referir-me às Forças Armadas – precisa e deve, realmente, manter essa postura, mostrar ao povo que é o prolongamento da sociedade, um prolongamento da família, acima de tudo. Acho que isto está absolutamente correto.

A solução, agora, certamente vai depender de todos os brasileiros, isto é, deve ser adotada por toda a sociedade. Deve haver uma solidariedade nessa luta. Uma luta, por exemplo, de todos os setores em favor da preservação da Amazônia, que é fundamental não só para o mundo, mas, principalmente, para nós. Uma luta contra o tráfico de drogas, uma luta contra a liberalização, contra a imoralidade, contra o desmantelamento da sociedade. Todos temos que estar unidos e em harmonia: as Forças Armadas, o Clero, as lideranças, a própria sociedade, o povo, porque a casa bem arrumada não interessa só ao Exército, às Forças Armadas, mas interessa à família brasileira, interessa a nós todos, ricos ou pobres. Não tenho a menor dúvida. Por extensão, devemos nos unir aos chefes militares, aos comandantes militares, às corporações militares, a todo tipo de corporação bem intencionada, para defender não só a Amazônia, não só o Brasil da invasão dos traficantes, da invasão das pessoas que querem subverter a ordem, mas, sobretudo, a favor da união da família, a favor da nossa união. Nós podemos cair algum dia – e nunca cairemos – mas se cairmos, cairemos unidos, porque sempre estaremos dispostos a lutar pela nossa Pátria, pelos nossos princípios.

Ao final deste meu relato devo confessar que me propus a falar porque, como brasileiro, não poderia deixar de emprestar a minha colaboração à formação daquilo que acho importantíssimo, não só no Exército, mas em qualquer instituição: a formação de dados históricos. Devo dizer também que reputo este Projeto digno do aplauso de todos os brasileiros. Por outro lado, quero aproveitar este momento para, reafirmando todos esses meus propósitos – propósitos de união, de trabalhar pelo País, de servir ao País, mesmo na minha idade – dizer da intenção maior de solicitar, por intermédio das Forças Armadas, a todos os militares que por ventura venham a escutar minha fala ou ler o que disse, que não deixem de atentar para o dever que têm de trabalhar em conjunto com a sociedade e com o povo. E fazer com que o povo acolha esta proposta de trabalho, de cooperação, no mesmo tom, e não se acanhe de buscar o acesso direto às Forças Armadas, o acesso direto a esta proposta de brasilidade, de defesa da soberania, que é a nossa proposta, a proposta de todos os bons brasileiros. Sentir-me-ei altamente recompensado e feliz se, do resultado dessa série de entrevistas, de depoimentos, os brasileiros receberem uma influência benéfica para se unirem sempre, em torno do ideal sublime de servir à Pátria.

Professor Luiz Coelho de Carvalho

- Natural da Cidade de Acopiara–CE.
- Principais cursos civis e militares: Educação Física; preparação de oficial da reserva do Exército (CPOR); orientador educacional; Bacharel em Direito; Geral de Polícia (Washington, EUA), Superior de Polícia, Brasília.
- Principais cargos e funções desempenhadas: professor, orientador educacional; advogado; Delegado de Polícia.
- Produção intelectual: Livros – *Habeas Corpus; Direitos Individuais na Constituição; As Faces Poliédricas da Polícia Civil; Estórias da História Lusitana, Luso-Brasileira e Brasileira*. Trabalhos sobre Vitimologia apresentados nos simpósios internacionais realizados nas cidades do Rio de Janeiro, Córdoba (Argentina), Adelaide (Austrália) e New Orleans (EUA), e no III Congresso Brasileiro, em Porto Alegre. Autor de crônicas publicadas em jornais e revistas, versando sobre assuntos variados.

Entrevista realizada em 11 de dezembro de 2000.

Preliminarmente, a satisfação de encontrar-me aqui para servir ao Projeto de História Oral do Exército e poder ser entrevistado sobre a temática da Revolução de 31 de Março de 1964. No século XVII, o padre Vieira dizia, na sua sabedoria, que "a omissão é o pecado que se faz, não fazendo". Felizmente o Exército quase ia sendo omisso, pois deixar de dar à Revolução o apreço que ela merece, seria impedir as gerações futuras de conhecer uma valiosa página da nossa tradição; e tradição só se faz escrevendo e deixando gravado, como agora está acontecendo. Reputamos um dos maiores acontecimentos políticos de repercussão nacional e internacional, a Revolução de 1964. Como o foi, por exemplo, a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e a queda da Primeira República, em 1930, entre tantos outros.

A Revolução, que não chegou a tanto, foi um Movimento revolucionário para enxotar, pela força do seu povo e das suas Forças Armadas, os subversivos, os comunistas que se espelhavam na Rússia e queriam implantar um regime perverso, totalmente contrário à nossa índole, esquecidos de que este País sempre viveu sob a égide de homens que souberam dar suas vidas por um Brasil autenticamente brasileiro.

Quando iniciamos nossa vida universitária, no Rio de Janeiro, acidentalmente fomos presidente do Diretório da nossa faculdade e segundo secretário do Diretório Central da Universidade do Brasil. Dois anos depois, éramos derrotados como candidato a vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Aí já sentíamos que as classes universitárias estavam sendo infectadas, inoculadas pelo germe do comunismo russo. Para a presidência da UNE foi eleito o então estudante de Engenharia Hélio Almeida que, depois de formado, foi ministro do Governo João Goulart. Daí em diante, passamos a verificar que era necessária uma ofensiva contrária àquelas idéias esdrúxulas, que não combinavam com a nossa realidade. E nos veio a oportunidade de voltar ao Ceará, convidado pelo General Francisco Humberto Ferreira Ellery para exercer as funções do cargo de Delegado de Ordem Política e Social da nossa Secretaria de Segurança Pública. Convivemos, a partir de fins de 1968, com uma situação muito próxima à subversão, a luta da Polícia, a luta de todos que acompanhamos o Movimento Revolucionário de 1964, para que o Brasil retornasse, como retornou, às origens de um regime pacífico, autenticamente identificado com as suas vocações, com a sua índole. E aqui estamos para oferecer algumas informações sobre a nossa atuação na Revolução de 1964. Sem querer verter lágrimas, somos um dos que pagaram e estão pagando caro pelo sacrifício de ser fiel à inclinação de amor à Pátria.

No verdor da nossa adolescência, no sertão adusto, a 360km da Capital, três vezes por semana o trem deixava o jornal do dia. Mesmo atrasado, nunca esquecemos um jornal que, no fim de novembro de 1935, trazia a manchete sobre a Intentona

Comunista. Adolescente, ainda no curso primário, fui sabendo o que era a Intentona, o que era o comunismo e aquilo me ficou gravado. Qualquer notícia sobre a Intentona, para mim, era sinônimo de traição, de covardia; sinônimo de deslealdade de um capitão, de uns militares que, na Praia Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro, intentaram contra os seus soldados, contra os seus comandados, por não professarem as suas idéias. E me recordo da fotografia de um capitão sem boné, sem talabarte, preso naquele nefasto levante da Praia Vermelha. Então, acompanhou a minha vida o sinônimo de comunismo como intentona, traição, covardia, rebelião contra os princípios da nossa Pátria, para a implantação de idéias esdrúxulas.

O Governo de João Goulart negou o que se podia imaginar sobre um homem líder, um preceptor, um estadista como Getúlio Vargas. Fossem quais fossem os seus pecados, Getúlio era, acima de tudo, um patriota. E é de estarrecer que João Goulart, nascido ao seu lado, criado e vivendo aquela mentalidade política de Getúlio Vargas, viesse a se perder, talvez, até por desejo de afirmação, entregando-se a um "ideologismo" que, não acreditamos, fosse da sua vocação.

João Goulart, a meu ver, não era comunista nem deles se utilizava. Ao contrário, foi usado pelos comunistas para aquela traição que quiseram impor aos autênticos brasileiros – foi manipulado. Os quartéis, naturalmente, inibidos pelo espírito de disciplina – e eu os conheci quando freqüentei o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), no Rio de Janeiro – mesmo no auge da guerra iriam até a undécima hora, aguardando que as coisas não degenerassem. Mas, no ápice, houve o extravasamento e os militares souberam atender aos reclamos do próprio povo, como as mulheres da Guanabara, acendendo e colocando as suas velas, silenciosamente, nas janelas, naquele momento de desespero, junto com as paulistas, nas Marchas da Família com Deus, pela Liberdade. Tudo isso levou o Exército à posição que tomou. E o Clube Militar, solidariamente, contribuiu para o desabrochar da Revolução de 1964.

Entre os episódios subversivos que levaram à eclosão do Movimento, alguns merecem destaque, como por exemplo os excessos no comício da Central do Brasil, a rebelião dos marinheiros e a dos sargentos, exigindo e impondo a adoção de medidas subversivas e sendo atendidos pelo próprio Presidente da República. Esses fatos, realmente marcantes, foram as causas imediatas da partida das Forças Armadas contra a baderna que estava tomando conta do País.

Luís Carlos Prestes, na época, afirmava que os comunistas estavam no Governo; faltava-lhes apenas o Poder. Como estratégia, ele tinha razões para fazer essa declaração. Mas como errar é próprio da pessoa humana, por mais estrategista que fosse, seu vaticínio serviu de alerta. Ainda sobre Prestes, à época em que

era senador, sabe-se que, interpelado por Juraci Magalhães – cearense, interventor da Bahia – sobre com quem ficaria, na hipótese de uma guerra entre o Brasil e a Rússia, não hesitou em afirmar que ficaria do lado dos russos.

A cegueira ideológica é como a droga, os tóxicos que estão aí em volta. Não adianta a inteligência, não adianta a lógica, não adianta a experiência, a pessoa fica totalmente dominada. Associando-se, então, a Intentona aos episódios de março de 1964, ao sectarismo exacerbado, não há dúvida de que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram tão-somente intérpretes da vontade popular. O Congresso Nacional, em toda a nossa história política, sempre foi autenticamente uma maioria nativista que quis o bem do País, não se importando com as minorias que procuraram inocular aquele germe do bolchevismo. Com relação ao Poder Judiciário, acredito que se manteve neutro, a serviço do País, mesmo porque os seus intérpretes, os magistrados, são homens sensatos, homens que pensam, não são revolucionários. E ao constatar que a Revolução foi feita em benefício do povo e com respeito à Justiça, que deve servir ao povo, não haveria por que não apoiá-la.

Quanto aos líderes da Revolução, podemos destacar o Marechal Odylio Denys, o General Mourão e o General Castello Branco, entre outros nomes. E no tocante a civis, há que se fazer justiça ao Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais; ao Governador da Guanabara, Carlos Lacerda; e ao Governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Todos ofereceram integral apoio à Revolução; não importa se, depois, contrariassem alguns dos seus princípios.

À Revolução não se pode atribuir outra ideologia, senão a do amor ao País e ao seu povo. Tanto que recebeu o apoio da imprensa, à exceção daqueles grupos sectários. Mas, por conta do acirramento das ações subversivas, guerrilha e seqüestros, o AI-5 tornou-se necessário. As ações adversas recrudesceram de tal forma que, ou o poder militar reagia, ou seria tragado. Informação é previsão, é cautela, é prevenção. Então, o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os demais órgãos de informações surgiram como instrumentos de que se valeu a Revolução para estar em condições de conhecer o inimigo e antecipar-se às suas ações; do mesmo modo que – por analogia – a propaganda existe e constitui recurso eficaz para o comércio ou para a indústria, por exemplo.

De conformidade com o raciocínio do General Castello Branco, nosso primeiro presidente revolucionário, pode-se afirmar que os militares muito se demoraram no Poder. O objetivo da Revolução era devolver o País à normalidade democrática no menor espaço de tempo possível. Entretanto inimigos foram pertinazes e combativos, exacerbados nas ações subversivas de tal forma que, para evitar um

mal maior, houve a necessidade de prolongar-se o período revolucionário além do que inicialmente se previra.

O Estatuto da Terra não interessava, como não interessa, aos extremistas, aplicados em perturbar a ordem. Como não interessa, ainda hoje, aos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, sob liderança marxista, são formados fora do País para manipular aqueles que, na verdade, carecem da terra para sobreviver.

Com relação ao cerceamento das liberdades, de que tanto se acusa a Revolução, na verdade não experimentamos um regime de plenitude democrática, mas, graças a Deus, não foi tão drástico como apregoa certa mídia, que busca apenas denegrir a boa imagem dos militares. Estes, na minha opinião, cumpriram muito bem o seu mister. Basta lembrar que alçaram o País à condição de oitava economia do mundo.

A respeito da abertura política, iniciativa do Presidente Geisel, vê-se que a intenção dos militares não era permanecer ou dilatar os seus governos por mais tempo, como já comentei, mas repor o País na sua verdadeira senda, a democracia. Entendemos, portanto, que a avaliação do Presidente Geisel coincidiu com os objetivos da Revolução, ou seja, devolver o Brasil à normalidade política. Se o comunismo, derrotado pelos militares, ainda sobrevive, claro que isso se pode atribuir à exploração dos desníveis sociais, à corrupção e à miséria, subprodutos do capitalismo desumano, dos baixos níveis de educação e dos maus costumes políticos, tríade do atraso. Temos meditado, durante os trinta anos de delegado de polícia, sobre o problema da criminalidade. O pretexto para explicá-la, hoje, é a pobreza, o analfabetismo e o abandono do lar. Ora, sempre houve, e haverá, abandono do lar, fome e pobreza. Todavia, com a população crescendo a taxas geométricas e a produção crescendo em progressão aritmética, é fácil perceber que as causas da pobreza e da miséria tendem a recrudescer. E os maus políticos, a se aproveitarem dos conflitos resultantes. Por outro lado, precisamos de políticos, de líderes, de industriais, de homens do comércio com uma mentalidade voltada para a dignidade, para a honestidade. A saída, pois, encontra-se na ultrapassagem da dialética marxista, da luta de classes, ou seja, no combate às causas e não aos seus efeitos, negando, pois, a carniça aos abutres.

Os militares promoveram, no Governo Figueiredo, a anistia, atitude que não somente lembra, mas renova a postura de Caxias, quando, no século passado, depois de vencer as lutas internas e fratricidas, perdoou a todos. Por isso, Caxias, ao promover a paz entre os brasileiros, tornou-se o braço forte da unidade nacional. Lamentavelmente, os comunistas até hoje não compreenderam ou não querem com-

preender o gesto de nobreza que a Lei da Anistia contém. Infelizmente, o rancor e o revanchismo têm caracterizado as suas ações. Não aceitam o convite à pacificação, mas têm-se aproveitado dos benefícios que essa lei lhes concedeu. Para não ser injusto, quero também lembrar os nossos mortos e aqueles que, ainda hoje, são patrulhados e perseguidos pela sanha vingativa da peçonha comunista.

Ao final da nossa participação neste Projeto de História Oral do Exército, gostaria de dirigir-me aos brasileiros, sobretudo aos jovens desta e das próximas gerações, para concitá-los ao amor ao nosso País. Amor sincero e desinteressado. Tão difícil, à primeira vista, sobretudo pelo exemplo que os governos pós-Revolução nos têm dado – abandono, violência, destruição, subserviência, corrupção – numa demonstração de desamor ao Brasil e aos seus filhos. A partir do momento em que todos tomarmos consciência de que o futuro da Nação depende de mãos limpas e honradas, e fizermos dessa divisa a luta de cada um, de per si, com harmonia de propósitos, não há como segurar este País. Não há como mantê-lo atrelado às promessas vãs de maus brasileiros, de políticos inescrupulosos e oportunistas, que desejam e promovem o bem-estar próprio, individual, em detrimento da população. Lembremo-nos, mais uma vez, das palavras do padre Antônio Vieira: “A omissão é o pecado que se faz, não fazendo.” E esta omissão não vai acontecer. Não permitamos que aconteça. Jamais.

Professor Cid Sabóia de Carvalho

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Principais cargos e funções desempenhadas: funcionário do Ministério da Fazenda, servindo na alfândega local (Fortaleza) e na delegacia da Receita Federal; Procurador substituto da Fazenda Nacional; Procurador do Tribunal de Contas dos Municípios; professor da Faculdade de Direito e do Curso de Comunicações e Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará (UFC); e assessor especial do Governador Virgílio Távora.
- Senador da República (1987 a 1995) e presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Economia do Senado Federal.
- Cursos: de Direito, na Faculdade de Direito da UFC, em 1966.
- Pertence à Academia Cearense de Letras e à Associação Cearense de Imprensa; Jornalista profissional, atua em rádio, jornal, televisão e integra o Grupo Cidade de Comunicação e o Jornal *Tribuna do Ceará*.
- Entre os livros publicados destacam-se: *Gritos e Murmúrios*; *Pássaro de Fogo*; *Plenilúnio*; *Notas de Constituinte*; *Tribuna Senatorial*; *Tenho Dito*.

Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2000.

Inicialmente, quero dizer que, quando a Revolução aconteceu, eu era funcionário público federal do Ministério da Fazenda, servindo na Alfândega de Fortaleza e acadêmico de Direito da Universidade Federal do Ceará. Estava, portanto, nesta fase da minha vida, já com ampla atuação na imprensa e em rádio e jornal, onde sempre trabalhei. Passei por vários periódicos, aqui em Fortaleza. Então, a minha visão sobre a Revolução é a do jornalista profissional e do acadêmico que se formava, pois estava já nos últimos anos da Faculdade de Direito.

A Revolução começou muito bem, com ampla simpatia do povo. Quando rebentou, havia mesmo um desejo popular de apoiá-la. Tanto assim que não se viu muita contestação ante o fato de o primeiro presidente – General Humberto de Alencar Castello Branco – ser eleito de forma indireta. Esse homem era respeitado antes mesmo da Revolução, muito antes, durante a Segunda Guerra Mundial. Comandou a 10ª Região Militar, aqui em Fortaleza. Um homem de absoluta formação democrática, de grande intelectualidade. Por tudo isto, o fato de ser o primeiro Presidente da República pelo Movimento revolucionário, levou-o a uma grande simpatia, principalmente no Ceará. Ainda mais que a Intentona Comunista levou o País a um estado de repúdio, a uma repelência ao comunismo, ojeriza absorvida pela alma do povo brasileiro em face do derramamento de sangue, inclusive, com o sacrifício de pessoas conhecidas, cujas mortes foram lamentadas, como o Capitão Sampaio, pai de Dorian Sampaio.

Pois bem, culturalmente o comunismo não teve grande aceitação no Brasil, sobretudo depois da Intentona Comunista de 1935. O Partido Comunista Brasileiro, mais tarde Partido Comunista do Brasil, tropeçou bastante na História por causa desse trauma emocional no seu caminho. Pôr o Partido Comunista na ilegalidade não foi medida que demolisse o comunismo. Pelo contrário, posto na ilegalidade, o Partido Comunista sobreviveu, pois teve o charme da ilegalidade entre as coisas legais. Note-se que Lampião, hoje, é decantado, há uma cultura formada em torno dele. Embora, no seu tempo fosse repelido – por ser um cangaceiro perverso, uma pessoa má, que matava à toa – depois mudaram-lhe a face. Exatamente porque foi perseguido e morto barbaramente, o que inspirou, no povo, a simpatia por ele. Uma espécie de cultura do sentimentalismo imediato do nosso povo, que o historiador Raimundo Girão nunca entendeu nem aceitou. Na verdade, um fato de difícil explicação para historiadores. Assim foi o comunismo, que provocou a Intentona de 1935, fato extremamente brutal que traumatizou a sensibilidade dos militares. Por causa desse fato central, as Forças Armadas, em especial o Exército, tornaram-se cada vez mais anticomunistas. Então, quando as pessoas se formavam nas escolas militares já traziam, dos ensinamentos históricos, essa rejeição ao comunismo, que estava, por sua vez, na própria sociedade.

Voltemos aos momentos imediatamente anteriores à Revolução de 1964. Jânio Quadros foi eleito, extraordinariamente eleito Presidente da República. Falo de cátedra sobre isso, porque trabalhei em São Paulo, na sua campanha. Transmiti, como locutor, para um grande número de emissoras do País, o último comício de Jânio Quadros, na Praça Roosevelt, cercada de edifícios iluminados, de onde se jogavam papéis picados, agitavam-se bandeiras e davam-se outras demonstrações de aceitação do candidato. Uma festa imensa, quando Jânio fazia o seu último discurso. E nas proximidades, Adhemar de Barros, que também fazia o seu último comício, não contava com quase ninguém, porque a população de São Paulo aparentemente estava toda se acotovelando na praça Roosevelt.

Jânio Quadros foi eleito porque nele se depositava uma grande crença nacional. Todo mundo acreditava que Jânio Quadros seria a solução moral do País, o homem que ia varrer a corrupção, que já era grave – não tão grave como a de hoje, mas já era muito grave – no final do Governo Juscelino Kubitschek. Muito embora Juscelino tenha sido um grande homem, as acusações eram constantes e crescentes sobre a corrupção nacional, incluindo "química" administrativa e uso indevido de verbas. Formou-se um movimento muito forte em oposição ao PSD, daí o General Lott, sendo apoiado por Juscelino, não obteve grande repercussão. Jânio era a grande esperança.

A decepção nacional veio com a sua misteriosa renúncia, a que atribuo a precipitação do País nessa situação em que se encontra ainda hoje, e mais se encontrava naquele tempo. Como ninguém entendeu a renúncia de Jânio, nem ele mesmo, começaram a surgir hipóteses e conjecturas. Entre estas, razoável a de que ele julgasse que o Congresso não aceitaria a sua renúncia. A ser verdadeiro esse julgamento, mostra o quanto Jânio desconhecia do Direito, porque a renúncia não é ato que se aprecie, a renúncia é apenas aceita. Ninguém pode renunciar sob condições, sob pressões. Renunciou, renunciou. É uma mera vontade que se expressa, unilateralmente, e produz todos os efeitos. Jânio, mal instruído, deve ter acreditado que o Senador Auro Soares de Moura Andrade, que era o Presidente do Congresso, iria rejeitar o seu pedido e fazer-lhe um apelo para que não saísse. Ao contrário, o Congresso teve outro comportamento: foi lida e aceita a renúncia. Daí, vieram as providências constitucionais e, depois, um grande vazio, porque o Vice-Presidente da República, substituto constitucional de Jânio, era o Senhor João Belchior Marques Goulart. Este homem primava em passar, ao longo da sua vida, a imagem de uma pessoa vazia, de uma pessoa sem doutrina. Ninguém pode encontrar em João Goulart nem mesmo a doutrina trabalhista de Getúlio Vargas. Os seus próprios antecedentes criaram um clima que provocou um problema, uma reação militar.

Lembro-me muito desses dias, quando houve até censura nas emissoras de rádio. Eu mesmo li um certo noticiário na Rádio Verdes Mares, com militares dentro do estúdio, uma comissão que visitou as rádios para advertir sobre a gravidade daquele momento. A Rádio Verdes Mares, por determinação do diretor de então, José Júlio Cavalcante, resolveu suspender o noticiário, parou o jornalismo, a fim de evitar algum entrechoque. Criou-se uma situação dificílima e condicionou-se a posse de João Goulart à adoção da forma parlamentarista de Governo, com Tancredo Neves como Primeiro-Ministro. Durou pouco o parlamentarismo. Num plebiscito arranjado e tumultuado, o povo, mais uma vez desinformado e enganado, pronunciou-se pela volta do presidencialismo, que deu a Goulart todos os poderes como Presidente da República. Deu-se o pior, porque, à rejeição ao comunismo, uniu-se a irresponsabilidade de João Goulart, que passou a quebrar os princípios da administração e da ordem política e social. No meio militar não havia mais a hierarquia, não havia mais o poder da disciplina. A Nação começou a ser entregue a movimentos de força e de desordens. Viu-se que o País estava à beira do caos político e administrativo. Não posso dizer que João Goulart fosse comunista, ele não tinha cultura para tanto. Ele não tinha conhecimento marxista, não tinha a filosofia hegeliana, não conhecia nada de Engels. Ele era uma pessoa apenas irresponsável e vazia. O Brasil não podia mesmo dar um passo à frente, principalmente em política internacional. Seria um desastre o prosseguimento daquela situação.

Veio, então, o Movimento cívico-militar, com breve resistência, o qual noticiávamos pelo rádio. Logo recebemos a visita de alguns militares, que nos recomendaram prudência, a fim de evitar noticiários distorcidos sobre determinadas reações, movimentos de tropas, resistência. Depois de muitos anos, entrevistei Leonel Brizola e consegui uma visão mais real de tudo o que ocorreu. Na verdade, não houve resistência à Revolução. Ela estava calcada em razões irrefutáveis: o sentimento anticomunista e o profundo repúdio à irresponsabilidade presidencial. De fato, estava tudo muito sem direção, o País estava sem rumo. Jango, como era chamado, entrara para a História como um grande irresponsável. Por isso, a Revolução de 1964 foi muito bem aceita e recebida pelo povo brasileiro como a garantia da pacificação nacional, sobretudo quando se anunciou que o General Castello Branco era o novo Presidente da República. Houve um alívio imediato e a Nação se tranqüilizou, pelo prestígio e pela respeitabilidade desse grande homem.

Dizia-se que o General Castello Branco queria apenas sanear o País para, então, convocar eleições gerais, já sob outros princípios, o que não pôde acontecer. Julgo que o próprio Castello Branco não conseguiu o intento de devolver o

País à sua plena normalidade democrática. As suas primeiras medidas foram realmente saneadoras e não sofreram grandes contestações. Termina o Governo de Castello e logo depois ele falece, naquele lamentável acidente aéreo, ocorrido aqui no Ceará, em Messejana, quando voltava da fazenda de Raquel de Queiroz.

Naquela época, Castello Branco parecia estar isolado. Tínhamos na Presidência da República um outro segmento. Esse segmento absorveu os primeiros acontecimentos, mais graves, pelos quais se justificou a Revolução. Foi exatamente nesse momento, já no segundo governo revolucionário, que surgiu essa reação, porque começaram a acontecer fatos que violentavam os princípios da Revolução. Esses fatos forçaram as exceções às regras do governo revolucionário, que eram claras e garantiam ao cidadão comum viver sem nenhuma perturbação. Os transtornos ficariam por conta das pessoas que os praticassem, com o objetivo de se confrontarem com os princípios da Revolução. Quem não se meteu com isso, quem tinha a vida comum, o funcionário que trabalhava, o pedreiro que construía, o engenheiro, o advogado, não sofreram, absolutamente, nada, nenhuma restrição. Mas começaram as restrições exatamente para abafar uma visível reação comunista no País, a meu ver improvável, porque o comunismo no Brasil nunca teve uma grande expressão partidária. Então, os problemas e as rejeições à Revolução, as rejeições mais sérias, começaram a partir do AI-5.

A idéia que tenho é que a Revolução foi traída no seu espírito inicial. Tanto assim, que foi possível recobrar o seu verdadeiro leito quando o General Geisel chegou à Presidência da República. E já se havia passado um dos períodos mais dramáticos da vida institucional brasileira, ocorrido no Governo Costa e Silva, com sua enfermidade e morte, com a sua substituição interina por uma Junta Militar e, sobretudo, com a promulgação do AI-5, que ainda não pôde ser bem explicado. Fui colega do senador Jarbas Passarinho, que certa vez disse no Senado, e repetiu conversando comigo, que, se voltasse o tempo e as mesmas circunstâncias, atuaria do mesmo modo, com relação ao AI-5. Os documentos mostraram pronunciamentos de então, entre eles o de Passarinho, achando que era necessário o AI-5. A minha visão jornalística julga que não o era. A meu ver, houve ali uma avaliação do inimigo, que o projetou maior do que era, na realidade. Então, vigorou o AI-5, e por conta dele se consumaram alguns atos arbitrários, acontecimentos que, hoje, na História, atraem protestos e posições divergentes. Mas o General Geisel não foi um presidente omisso. Pelo contrário, foi um presidente muito justo. Começou o seu governo com a abertura política, em circunstâncias diferentes das que encontrara o Presidente Médici. Geisel procurou endereçar o País à normalidade democrática, pois qualquer Revolução faz parte de uma pato-

logia social, que o General Geisel não desejava, mas queria a plena normalidade, o que era a patente do seu governo.

Por fim, a Revolução recai nas mãos de um presidente que considero mal julgado, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo. Este homem nunca foi mau, nunca foi ruim, muito pelo contrário, era um cidadão de emoções naturais, não exercia o Poder além do que devia e abdicava de atos intolerantes. Sem o General Figueiredo não teria havido Tancredo Neves, que se projetou na vida nacional por meio da eleição indireta que disputou com Paulo Maluf. Isto só foi possível porque houve um Presidente Geisel e um Presidente Figueiredo, isso é preciso que se diga, porque é verdade.

No decurso do tempo, os acontecimentos que vieram a partir de Tancredo Neves – com sua morte – Sarney, depois Collor, só serviram para justificar uma nova avaliação de 1964, principalmente a partir de Collor. Mais notadamente agora, no período do Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque, ao contrário do que existe hoje, a Revolução preservava o Brasil, havia nacionalismo, moralidade. A existência de um Sérgio Paranhos Fleury não era própria da Revolução, mas uma traição ao ideário traçado por homens como Castello Branco, Geisel e Figueiredo, que não tinham essa alma perversa, não eram pessoas irresponsavelmente repressoras. Eles podiam ser repressores, na medida em que o exigissem os interesses de um estágio cultural da Nação. Repudiavam-se os rumos que João Goulart quis dar ao País – não eram os rumos do povo – por não ser o porto que atraía os brasileiros. Portanto, a Revolução veio ao encontro das aspirações do povo brasileiro, apesar de algumas traições saídas de seu seio, manifestas nos casos de tortura que se comentam e atribuem aos "Fleurys", que só fizeram desvirtuar a nossa Polícia Civil.

A linha doutrinária da Revolução não incluía tais desvarios, pois era patriótica, nacionalista e, acima de tudo, responsável por um Estado mediador, que garantisse a vida do cidadão. O servidor público, por exemplo, o trabalhador, o cidadão comum não sofreram perseguição durante a Revolução de 1964, que tinha por base de comportamento o cumprimento da lei. O Poder Judiciário não sofreu restrições. O Direito Administrativo, o Direito Civil, o Direito Penal não sofreram influências. O Direito Processual Civil experimentou algumas inovações porque o Ministro da Justiça, Dr. Alfredo Buzaid, impôs um Código de Processo Civil que destoava dos princípios da Revolução. Por isso, tentou-se consertá-lo e eu, quando senador, atuei em mais ou menos treze leis nesse sentido. Alguns criticavam a Revolução porque havia decretos, determinações secretas, inerentes ao processo revolucionário. Entretanto, no que se referia à normalidade democrá-

tica, à vida do cidadão – como as ações judiciais, os mandados de segurança, os habeas corpus, o funcionamento do júri – tudo funcionava normalmente no País.

A Revolução, por exemplo, jamais interferiu no ensino do Direito. Disto eu sou testemunha, porque, em 1968, eu era professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, onde nunca tive notícias de imposições no exercício da docência. Por outro lado, havia as regras de exceção, das quais a sociedade não tinha conhecimento. A gente ouvia na *Voz do Brasil:* "O coronel fulano foi punido de acordo com o decreto secreto tal". Eles não misturavam as circunstâncias revolucionárias com as circunstâncias da vida normal do País. Então, era possível à legislação nacional manter o Direito, o que não está sendo possível agora. Tivemos uma Constituição revolucionária, mas se alguém examiná-la com isenção, não vai encontrar muitos excessos na Constituição de 1967 nem na Emenda Constitucional Nº 1, de 1969. Portanto, houve uma adaptação da regra constitucional às circunstâncias revolucionárias. Notava-se que os militares tinham o maior cuidado com tudo que não dizia respeito à Revolução em si.

Continuemos a examinar a Revolução de 1964 sob outros aspectos. Durante o período revolucionário, o Estado brasileiro era responsável. Tínhamos a Previdência, cujos serviços funcionavam. Havia, de quando em quando, algum escorrego, porque se nomeava um ministro não muito adequado, ou que queria investigar a Previdência, sem dela entender o suficiente. Apesar desses senões, tínhamos Previdência e era possível ao assistido por ela ter acesso aos seus serviços. Eu me lembro de que me operei da vista, de um descolamento de retina, em Minas Gerais, por conta da Previdência Social, que arcou com todas as despesas. Funcionava um Ministério do Trabalho atento. A Justiça do Trabalho, que funcionou de maneira extraordinariamente progressiva, crescendo durante a Revolução, está-se acabando.

O que dá uma nova conceituação à Revolução de 1964 é exatamente o neoliberalismo. Quando o neoliberalismo começou a dominar o País, é que se pôde verificar que a Revolução teve os seus méritos, em todos os setores da vida nacional. Mantinha-se uma política responsável quanto à construção e à manutenção da rede de estradas pavimentadas, que passou de 19 mil quilômetros para 75 mil, entre 1963 e 1983. Nunca se fez tanto contrabando no País como se faz hoje. Nunca houve tanta droga quanto existe hoje. Eu me lembro de que os comandantes militares, entre eles o Comandante da 10ª Região Militar, tinham grandes preocupações com a juventude, por causa da droga.

Eu era Procurador da Fazenda, durante os anos de Revolução, quando se tomava todo o empenho no cumprimento das metas fazendárias, para não haver descaminhos, contrabando, para que tudo fosse dentro da lei. Hoje, não temos a

segurança de que a nossa legislação seja cumprida, em face da subserviência ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Os presidentes militares não se curvaram ao FMI, que experimentou grandes rejeições do Presidente Figueiredo. Quando Collor assumiu o governo, começou a supremacia do FMI dentro do Brasil. Como Senador da República, participei de encontros com senadores e deputados norte-americanos, que se comportavam como nossos patrões. Daí para cá, o Brasil vem sendo ameaçado na sua soberania.

Outra grande diferença da Revolução para o momento atual é a política de fronteiras, de segurança nacional, fruto de uma doutrina de preservação do território, da cultura, de o Brasil ser Brasil. Até uma partida de futebol era importante, desde que o nome Brasil estivesse em jogo. Uma luta de boxe era importante se o nome do Brasil estivesse em jogo. Então, credite-se à Revolução as benéficas medidas que mantiveram a nossa integridade e a soberania nacional e estimularam a cultura, o livro e o teatro. Quem acabou com os órgãos que cuidavam da cultura não foi a Revolução, foi o Collor, que surgiu no cenário político-nacional em plena degenerescência paranóica, desmontando bibliotecas, fechando outros órgãos culturais, jogando livros nas ruas, destruindo móveis, arrasando tudo. Fechou todas aquelas entidades que, no governo revolucionário, funcionaram como parâmetros do Estado. Por exemplo, se falássemos de saúde, os melhores hospitais eram os do governo. Se falássemos de escolas, as melhores escolas eram as do governo. A Revolução tinha por princípio o fato de que o governo deveria fazer sempre o melhor, e o que ficasse com a iniciativa privada tinha que seguir aqueles parâmetros. Hoje, dá-se o contrário: ninguém pode mais comparar a Universidade Federal com a Universidade de Fortaleza, que cresceu trinta vezes, crescimento que começou ainda durante a Revolução. Enquanto isso, as universidades federais decresceram. O ensino público e gratuito recebeu grande e continuado estímulo durante a Revolução, que também criou o MOBRAL, numa benemérita luta contra o analfabetismo. O Projeto Rondon, o MOBRAL e outras iniciativas edificantes foram criações da Revolução de 1964.

É por isso que a Revolução tem que ser vista, comparativamente, com os fatos anteriores e posteriores. O ciclo revolucionário não foi pior, na violência, do que outros períodos de que se têm conhecimento. A ditadura de Vargas, por exemplo, foi mais arbitrária do que o período da Revolução de 1964. A literatura registra, segundo Jorge Amado, Graciliano Ramos e outros autores, inclusive um ex-senador, comparando o Brasil com a Argentina, que o período getulista foi terrível. Para se ter uma idéia, o meu pai foi condenado a vinte e cinco anos de reclusão porque, na época, o Brasil vacilava entre ficar com os países do eixo ou

com os aliados. Como o meu pai se pronunciou em prol dos aliados, respondeu a inquérito em tribunal de exceção e foi condenado a vinte e cinco anos de reclusão, embora tenha sido anistiado, quando Vargas caiu do governo. Por outro lado, os pecados da Revolução de 1964, os acontecimentos negativos de sua época, constituem, hoje, um pingo d'água diante da violência praticada para atender aos interesses do neoliberalismo e da globalização. A Revolução se confrontava com pessoas desafetas do seu ideário, enquanto o neoliberalismo leva o Estado a um confronto geral, a um confronto com as populações, cada vez mais pobres, em conseqüência do achatamento salarial. Hoje, a política do governo é ir acrescendo um pouco ao salário mínimo, deixando os demais estagnados, o que significa um achatamento e uma redução salarial, ao arrepio da Constituição.

A Revolução produziu a Constituição de 1967, que era cumprida. Hoje, nós temos uma Constituição, democraticamente produzida – da qual eu fui constituinte – que não é cumprida. E o primeiro a descumpri-la é exatamente o Governo. A Revolução de 1964, portanto, comparada com este neoliberalismo perverso, agiganta-se num conceito bem melhor do que aquele que, antes, dela se fazia. Para mim, a ditadura está agora implantada, a ditadura econômica, onde não há nenhum disparo de arma, não há medida de força, mas há medidas econômicas que cerceiam a liberdade do cidadão. E isto é muito grave.

Como já caracterizei, a Revolução de 1964 tinha um ideário benéfico à vida nacional. Para implantar este ideário e com ele prosseguir, teve que se confrontar com pessoas que, doutrinariamente, eram-lhe contrárias e que se encastelavam na ideologia comunista, responsável pela Intentona de 1935. Com efeito, este foi um acontecimento que prejudicou notadamente a doutrina comunista, porque marcou, indelevelmente, a alma brasileira, em especial a alma do militar. Por isso, não encontrará, jamais, na cultura nacional, um lugar em que se encaixe como um fato historicamente bem aceito. Alguém de formação doutrinariamente comuno-marxista poderá até tentar encontrar justificativas para ela, mas a pureza da alma brasileira jamais encontrará razões para aceitá-la. O próprio Luís Carlos Prestes, líder do comunismo no Brasil, comportou-se de maneira muito contraditória em algumas passagens de sua vida. Preso por Vargas, teve a mulher deportada para a Alemanha, onde faleceu num campo de concentração. Mais tarde, apoiou Getúlio, de quem recebeu dinheiro, comportamento que só fez macular a sua imagem.

Quando Prestes morreu, fiz um discurso no Senado por entender que ele, apesar de tudo, teve um papel importante na História do Brasil, e porque não se pode examinar qualquer fato histórico com uma visão unilateral. Entretanto, não se pode negar que Prestes pregou um sectarismo, criou uma intolerância tão grande às

idéias contrárias às suas, que afastou os próprios comunistas do comunismo. E quais foram os comunistas que se afastaram? Os de verdade, aqueles que tinham formação filosófica, que absorveram o materialismo histórico, que compreendiam a dialética. Por isso, essas pessoas não podiam ficar, foram quase expelidas, e o comunismo ficou naquela intolerância radical. Este foi o comunismo enfrentado pela Revolução de 1964. Não era um comunismo responsável, doutrinário, político, mas um comunismo à margem, rebelde, inconseqüente. Talvez com os partidários do comunismo doutrinário a Revolução tivesse podido conviver, aceitando-os dentro da liberdade de opinião, dentro da independência de crença, da liberdade individual. E tudo podia ter sido conduzido por este caminho. Mas o problema estava no comunismo de Prestes, que criava um confronto com a Nação e com a própria nacionalidade.

A Revolução não podia tolerar um comunismo que se tinha como internacional, um comunismo alienante, que pretendia vincular o Brasil a uma potência estrangeira, à União Soviética, com plena rejeição à nacionalidade e ao nacionalismo. Por isso não creio que a Revolução tivesse fundamento nos EUA, no capitalismo norte-americano. Eu não encontro onde está a rendição do Brasil aos EUA, pela Revolução de 1964. Como, se a Revolução não abriu as portas para a indústria norte-americana? Pelo contrário, a Revolução consolidou a indústria automobilística, cujos carros, mais tarde, o Collor os chamaria de carroças. A Revolução não abriu os portos, exatamente como uma proteção ao produtor nacional. Ora, a rendição de um país a outro não é só política, mas se identifica, também, pela política econômica. E a nossa não era submissa aos Estados Unidos.

Pois bem, do que se disse até aqui, viu-se que o comunismo irresponsável, radical e alienante da Intentona de 1935 ressurgiu em 1964, provocando o confronto dos verdadeiros patriotas e nacionalistas que fizeram a Revolução. Todavia, devo fazer aqui algumas observações. Hoje já não se fala, praticamente, em comunismo. Não tem mais fundamento o esquerdismo que acirra a intolerância entre esquerda e direita. O verdadeiro esquerdismo nacional não pensa na submissão do Brasil a nenhum país estrangeiro. Portanto, os nossos esquerdistas de hoje, como os enxergo, são nacionalistas, o que os aproxima dos nossos militares e de todos os legítimos revolucionários de 1964. Na verdade, a Revolução se fundamentou na idéia de País, de Pátria, de Nação, de povo – não vejo influências estrangeiras – e não se precisou de guerra para haver a Revolução, embora esse termo – revolução – seja uma palavra que, no seu estrito sentido, signifique muita coisa, inclusive violência com tiros, com muitos mortos e com campos de batalha improvisados. Não foi necessário o emprego do espírito guerreiro das Forças Armadas, que apenas quiseram sanear o governo e pôr o País nos seus trilhos, sem a violência guerreira.

Foi este o espírito que prevaleceu no período revolucionário e que, no início, recebeu o apoio de várias instituições, inclusive da Igreja Católica. Depois, parte do clero absorveu uma influência destoante, cuja origem ficou difícil de se identificar, e adotou uma posição de confronto. Todavia, creio que tais divergências partiram de correntes que entraram em conflito dentro da própria Igreja. Entretanto, no momento atual, a sinceridade cristã manda que se defenda o Cristianismo, agora sofrendo muito mais agressões do que dos governos que se projetaram a partir de 1964. O neoliberalismo é tipicamente anticristão e se confronta com as religiões cristãs. A partir do momento em que o importante é o capital, o mercado, desaparece a valorização do ser humano, o seu direito ao trabalho, o direito de não ser escravizado, de não ser submetido a opressões. É engano pensar só em opressão física, pois há opressão política, administrativa, psicológica, que é o que existe agora. Daí por que o nosso atual governo é anticristão, com toda certeza. Todavia, aquela ala divergente do clero não está tomando posições na intensidade com que se posicionou depois de 1968/1970, quando começou o seu movimento de rebeldia – muito bem aceito, diga-se de passagem – porque invocava a volta à normalidade democrática, com eleições diretas, o grande pleito de todo mundo, por fazer parte da cultura brasileira.

Voltando ao neoliberalismo, observa-se que toda a sua essência capitalista e mercantilista, eivada de imposições internacionais tirânicas, está imprimindo uma influência bastante negativa em nossa cultura política. Sobretudo, infundindo comportamentos que podem elevar a irresponsabilidade política a níveis inimagináveis. Fruto dessa cultura, a política nacional teve fases de grande projeção, com grandes políticos à sua frente, embora marcada, de quando em quando, por nódoas que parecem enegrecer-se com tais influências neoliberais.

Quando irrompeu, a Revolução encontrou um Congresso com grandes expressões políticas nacionais. Ninguém pode esquecer, no confronto PSD x UDN, as figuras que se notabilizaram, sendo exemplos Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Lacerda, Luiz Viana Filho e muitos outros que se agigantaram nesses grandes confrontos entre oposição e situação, quando o Congresso mostrou um nível intelectual muito alto. Com a Revolução houve, naturalmente, aquelas medidas de adaptação e o Congresso sofreu os reflexos do bipartidarismo. Mas à medida que decorriam os governos da Revolução, a vida política ia-se tornando mais aberta, inclusive com a transformação do MDB em PMDB e da ARENA em PDS que, ao lado de outros partidos, compuseram o pluripartidarismo, que levou o Congresso a uma maior representatividade.

Acho difícil comparar a vida congressual antes e depois da Revolução, inclusive porque muitas figuras, de longa trajetória política, antecederam e atuaram durante e depois da Revolução. Entretanto, o que se pode pôr em relevo é que os

planos econômicos pós-Revolução ensejaram uma grande agressão à representatividade do Congresso Nacional. A deterioração do Direito Eleitoral permitiu fosse o Congresso, nos dias atuais, formado por empresários falidos, que usaram os últimos recursos para comprar uma cadeira de deputado federal, ou para conquistar uma senatória ou uma suplência de senatória, na expectativa da morte do deputado ou do senador. Com isto, há um simulacro de representação popular, graças, em grande parte, aos planos econômicos. A política econômica do Sarney comportou erros, mas tinha a boa intenção de ser democrática. Porém, a partir do Collor, as medidas são antidemocráticas e se refletem na própria eleição. O Plano Collor I, o Plano Collor II e o Plano Real projetaram as bases para uma distorção eleitoral muito grande e nos deram o Congresso que aí está, absolutamente irresponsável. Daí, o comportamento político de hoje, o pior que já existiu.

A Revolução criou o bipartidarismo, um divisor de águas, pessoas governistas ou antigovernistas. Isso levou a dois partidos – a ARENA e o MDB – sem doutrina, uma situação apenas ocasional, governistas de um lado, oposicionistas do outro. Passada essa fase, surgiram os diversos partidos. Cada um com sua doutrina programática, que muitas vezes visava mais a interesses partidários, faccionários, do que aos interesses do Brasil e de seu povo. O que se acentuou, mais ainda, depois do período revolucionário. Além disso, antes, mas sobretudo depois da Revolução, as trapaças eleitoreiras enublaram a programação partidária e elegeram pessoas completamente desvinculadas de compromissos com o povo, mas totalmente voltadas para os seus interesses pessoais. Daí, certos partidos servirem apenas de "legenda de aluguel" para muitos candidatos que não têm a menor convicção partidária. Daí, também, a absoluta falta de credibilidade desses políticos, assim eleitos, perante o povo que, sentindo-se enganado, não lhes deve nenhum reconhecimento como autoridade. Assim, o princípio de autoridade se esmaece e se extingue. E este era o panorama do início de 1964.

A Revolução, portanto, chegou quando e porque havia uma crise de autoridade no País. Na época, passavam-se coisas absurdas. Fazia-se vista grossa ao contrabando, proibido por lei. Desrespeito que recebia a proteção dos juízes, que se utilizavam de tropas para garantir uma ilicitude, ou seja, liberar mercadorias ilegais que os fazendários se recusavam a liberar. A corrupção grassava. Não havia uma alfândega em que não existisse um inspetor corrupto, não existia uma guardamoria em que o guarda-mor não fosse uma pessoa suspeita. Quando irrompeu a Revolução, o que havia era uma grande crise de autoridade. A Revolução restaurou o princípio de autoridade, porque tinha autoridade. A Revolução se impôs pela autoridade moral que lhe era imanente. Depois do período revolucionário, confundiu-se demo-

cracia com demagogia, observando-se, como virtudes, a libertinagem, a promiscuidade pública e a permissividade, que fizeram o País desaguar numa espécie de anarquia política, no aniquilamento do princípio de autoridade.

Atualmente, a crise de autoridade é maior do que quando a Revolução arrebentou. Mas o que vem a ser autoridade? O conceito filosófico de autoridade é por demais vasto e abrangente, e não cabe discuti-lo aqui, nesta entrevista. Para sermos práticos, poderíamos esboçar o seguinte conceito: autoridade é o poder ou o direito que emana do cargo ou da posição que qualquer pessoa qualificada ocupa, com responsabilidade, no seio da sociedade onde vive. Neste contexto, podem-se inserir o soldado de polícia, o religioso, o cientista, o magistrado, o vereador, o deputado, o senador, o Presidente da República e outros. O que se vê hoje? Autoridades incriminadas por atos ilícitos. Policiais envolvidos com o crime. Magistrados comprometidos com a corrupção, como aquele Presidente de Tribunal de São Paulo, o Dr. Nicolau dos Santos Neto. Deputados sendo cassados por crimes de morte, de contrabando, de tráfico de drogas. Um senador, Luiz Estêvão, cassado pelo Senado como integrante de quadrilha. O senador, Presidente do Senado, e outro senador, acusados dos piores crimes de corrupção, e cada um apresenta volumosas pastas de documentos comprobatórios dos crimes. Esta, hoje, é a triste imagem da autoridade brasileira, de crise total, por falência de sua credibilidade. Aqui surgirá, certamente, a seguinte pergunta: De onde vem a autoridade? A filosofia analisa a autoridade com base em três fundamentos. O primeiro deles é a natureza (Aristóteles); o segundo fundamento da autoridade é a divindade (Agostino/Tomista, com base em São Paulo); e o terceiro são os homens (os estóicos, Cícero, Ockham e outros). Ao se atentar para essa terceira concepção filosófica, concluir-se-á que a autoridade, nos cargos eletivos, hipoteticamente, vem do povo.

Hipoteticamente, porque a fonte – o povo – foi poluída por uma Imprensa que, igualmente, corrompeu-se. Notadamente as cadeias de televisão, que se corromperam e levam aos lares as piores mensagens, numa amostra flagrante da decomposição moral do brasileiro. Lamentavelmente, em nome do lucro e da audiência, a televisão tornou-se um agente de degeneração da família.

Então, o povo, como fonte do poder – o poder emana do povo, pelo povo, para o povo, este o princípio democrático – teve poluída a apuração da sua vontade. O povo está sendo levado às urnas sob um critério de massificação pelo delito, pelo crime, pela influência econômica, pela exploração da fome, da miséria. O bom candidato não é o que pode desempenhar bem o seu mandato, mas aquele que pode dar o médico, levar a parteira, levar uma cesta de alimentos, de quando em quando. Então, em face do fracasso da política econômica, notadamente do Plano Real, o povo ficou

suscetível à falsidade na sua manifestação. Desta forma, ao se apurar o resultado de uma eleição, que é a manifestação do povo, não se apura uma licitude, apura-se uma ilicitude. Do âmago dessa ilicitude sai a maioria dos nossos políticos que vão integrar os executivos e os legislativos dos três níveis do poder. A administração pública, dessa forma, fica sujeita a ilicitudes, e a legislação produzida foge a todos os princípios morais, para encharcar-se de casuísmos, em apoio a interesses escusos.

Entretanto, o critério de formação da lei é muito sério. O verdadeiro fundamento da lei é a moral. A moral fundamenta a lei, e o conjunto de leis é a expressão do Direito, ou seja, as leis são as fontes do Direito, e a moral é a fonte das leis. Já o critério atual de eleição ampara a convicção dos senadores e dos deputados de que podem fazer projetos desvinculados dos costumes. Supõem que podem fazer as leis segundo a cabeça deles. Por exemplo, uma lei que foi recentemente aprovada na Câmara dos Deputados – ainda vai para o Senado – dispõe sobre sigilo bancário, em apoio a um interesse fazendário. O que ditou a lei, o projeto aprovado, foi o interesse da Fazenda, não da moralidade. Por isso, essa lei é inconstitucional. A maioria das leis produzidas pelo Congresso, no Governo Fernando Henrique Cardoso, são inconstitucionais, pois ferem o espírito da Constituição. Inclusive essa que trata da contribuição obrigatória sobre movimentação financeira, parâmetro para quebrar o direito de sigilo bancário, embutido no direito à privacidade.

A lei, sem o fundamento moral, associada à malévola interpretação dos direitos humanos e das imunidades parlamentares, facilita a impunidade dos criminosos e prejudica a vida do cidadão de bem. Por isso, a impunidade vem crescendo desmesuradamente, o crime está aumentando mais do que a normalidade, e as quadrilhas se tornaram mais fortes do que as polícias. Além disso, a vontade política de solucionar os problemas está completamente ausente dos poderes públicos. A segurança pública está desorientada e à mercê de planos paliativos que a nada conduzem. Enquanto isso, o crime organizado prolifera, zomba da lei e escarnece das forças policiais, execradas pela mídia inconseqüente. Com isso, a violência cresce a níveis assustadores e o cidadão de bem, completamente indefeso, não tem para quem apelar. Mas a ele se conferem mais obrigações do que direitos, enquanto aos criminosos, mais direitos do que obrigações, o que é uma antinomia do momento político-jurídico atual. Falou-se que a lei é a fonte do Direito. Porém o Direito tem por meta o equilíbrio entre direitos e obrigações, isto é, a cada direito corresponde uma obrigação. Infelizmente, o desequilíbrio entre direitos e deveres é resultante de um estado patológico em que parece ter mergulhado a Nação.

No caso do Direito do Trabalho, o Brasil acaba de registrar um grande equívoco. O Direito do Trabalho é um Direito misto, nem é público nem é privado, e a

Justiça do Trabalho jamais deveria funcionar como o Judiciário comum. Ela tem que funcionar mais sob os aspectos sociais, de interesse classista. O aspecto social não diz respeito só ao empregado, mas também ao empregador. O Direito do Trabalho não pode ser uma arma de punição ao empregador. Ele é também sua arma de proteção, e mais do que qualquer outro ramo do Direito, há que existir um perfeito equilíbrio entre direitos e deveres, para a harmonia entre empregado e empregador, porque um precisa do outro. Tanto assim, que a Justiça do Trabalho tinha representação classista – representantes dos empregados e dos empregadores – que discutiam entre si, antes que o Juiz aplicasse a lei. A aplicação da lei teria mais um aspecto social. Com o advento do neoliberalismo, baniu-se da Justiça do Trabalho a representação classista, o que a igualou à Justiça comum. O segundo passo, ao que se entende, é extingui-la, pois a Justiça comum a substituirá. As decisões mais sociais que legais passarão a não mais existir. Nessa patologia nacional se encaixa também o desequilíbrio entre os direitos e os deveres daqueles que trabalham a terra. Por isso, urge que se definam esses direitos e esses deveres, dentro de fundamentos morais, através de uma política agrária justa. Com isto, evitar-se-ia o surgimento de organizações ilegais, como o MST, que vêm tumultuando o campo, espalhando a violência, provocando confrontos com as forças legais e afrontando as decisões da Justiça e o princípio da autoridade. Exemplo típico foi o episódio de Eldorado dos Carajás, em que as decisões da Justiça do Pará foram contestadas e desconsideradas e ainda permanecem pendentes.

Se, por um lado, esses movimentos ilegais, liderados por ativistas ideológicos, movidos por interesses escusos, procuram violentar o campo, por outro lado, essas lideranças encontram terreno propício aos seus intentos no Código de Processo Civil projetado por Alfredo Buzaid, quando Ministro da Justiça no Governo Médici. Este Código absorvia a idéia de uma propriedade soberana. Por conta disto, a exibição de posse, a emissão de posse, a reintegração de posse e todas as medidas possessórias passaram a ter respaldo jurídico, o que reduz a condição social do Direito, em benefício da condição individual. Uma grande distorção que dá margem ao surgimento de organizações político-ideológicas, como o MST, que, apesar de ilegal, já adquiriu até personalidade jurídica, pois o governo confabula com ele, faz acordo com ele e libera verbas para ele. Então, o governo reconhece a existência do MST, cuja função é invadir propriedades. Mas o Poder Judiciário manda desocupar a propriedade invadida e, a partir daí, não se sabe qual é a ordem política verdadeira.

Sabe-se que a propriedade é protegida pela lei, mas a desobediência à lei é estimulada a partir do momento em que o Governo reconhece a personalidade

jurídica coletiva do MST, para discutir, com o Ministro da Reforma Agrária e outros ministros, exigindo até a presença do Presidente da República ou por ele sendo recebido, sem que seja uma instituição legalmente organizada.

Castello Branco foi tão grande que as leis que ele deixou, no seu período, são básicas à democracia em plena Revolução. Uma delas foi o Estatuto da Terra que, nas previsões de política agrícola, política agrária, é uma lei muito avançada para o seu tempo. Bastaria o cumprimento do Estatuto da Terra para não termos o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Lamentavelmente, o Presidente Castello Branco não teve tempo de fazer cumprir o Estatuto da Terra que, entre as coisas avançadas que ele deixou, está entre as mais avançadas da Revolução. Considero, pois, o Estatuto da Terra, um passo avançado no Direito. Inclusive, levando o Direito Civil a uma outra concepção – quando se trata da propriedade rural – ao criar uma sistemática para a propriedade urbana e outra para a propriedade rural. Trata-se, portanto, de um instrumento jurídico muito avançado para o seu tempo.

Outro grande passo da Revolução foi a criação do Banco Nacional de Habitação, da Caderneta de Poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, sem os quais não se teria a casa própria. Sem a sua interação, não teríamos o Sistema Nacional de Habitação. O Pró-Álcool foi outro ponto positivo e muito importante, tanto para a economia, quanto para o setor social, porque desenvolveu uma tecnologia nacional altamente avançada, criminosamente combatida por interesses dos países produtores de petróleo. A Revolução também soube conviver com o ensino público e gratuito, especialmente quando teve, nessa área, em certo período, o Senador Jarbas Passarinho, excelente Ministro da Educação, ele que teve uma visão muito prática, muito técnica e muito nacionalista da educação.

Durante o período revolucionário, foi instalado no País o sistema de telecomunicação, considerado dos mais avançados do mundo, com tecnologia completamente nacional. Ainda hoje se deve a esse sistema as bases das telecomunicações de que o Brasil dispõe. O sistema energético brasileiro multiplicou por oito a sua potência instalada, passando de 4.480MW, em 1963, para 35 mil megawatts, em 1983. A sua potência em instalação evoluiu de mil megawatts para 16 mil megawatts, no mesmo período. Isto se deve à construção de Boa Esperança, de Tucuruí, e, sobretudo, de Itaipu. Extraordinária, também, foi a evolução dos meios de transporte, ampliaram-se portos e aeroportos e construiu-se Tubarão. Construíram-se os aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Guarulhos, em São Paulo. Como já citei, as rodovias pavimentadas passaram de 19 mil quilômetros para 75 mil quilômetros, no período de 1963 a 1983. Muitas outras realizações, em todos os setores da vida nacional, foram levadas a efeito no período revolucionário.

Todavia, esse mesmo período registrou alguns pecados, que considero uma verdadeira traição aos princípios da Revolução. Os mais graves desses pecados foram os casos de tortura, que atribuo a indivíduos sem qualificação moral para integrar-se no espírito da Revolução. Por isso, considero uma grande injustiça imputar-se tal crime, de maneira generalizada, aos militares, sobretudo aos nossos generais, aos nossos coronéis, até porque a Revolução não foi feita só por militares. Julgo, entretanto, que a Revolução sofreu uma espécie de distorção no seu curso, um tipo de patologia semelhante à da Revolução Francesa. Por outro lado, pouco se fala no acatamento rigoroso com que a Revolução tratava as decisões judiciais. As ordens emanadas da Justiça eram cumpridas com seriedade, ao contrário do que acontece hoje, freqüentemente desconsideradas até por autoridades. No período revolucionário, os advogados podiam desempenhar as suas funções, normalmente. Tudo isto vem mostrar que a Revolução respeitou os limites do Poder Judiciário. Com relação à Justiça Militar, fui relator, no Senado, de um projeto que lhe dizia respeito. A conclusão a que se chegou foi de que os julgamentos daquela Corte eram sérios, e os princípios democráticos, rigorosamente respeitados.

No setor social, além das inúmeras iniciativas benéficas aos mais humildes, como o FUNRURAL, o PIS e o PASEP, a Revolução estimulou os movimentos sociais, que foram intensos durante seu período, inclusive com a criação de centros sociais, a fim de levar as providências governamentais às comunidades. Aqui, no Ceará, tivemos um governador extraordinário, César Cals, marcante nesse campo. Esses movimentos sociais já haviam sido inaugurados, no nosso Estado, durante o extraordinário Governo Virgílio Távora que, através de saneamento básico, buscou melhorar a situação social das favelas. No seu primeiro governo havia, nesse sentido, uma grande preocupação da primeira dama do Estado, dona Luisa Távora.

No plano federal, as atividades sociais eram uma constante. Foram valorizadas e dinamizadas as funções da Legião Brasileira de Assistência que, hoje, não existe mais. Por incrível que possa parecer, o que se pensava de mal da Revolução, em determinado tempo, está acontecendo é agora. Decompuseram os órgãos de assistência social. A própria Previdência vem sendo desestimulada para favorecer as previdências privadas e os fundos de pensão, numa economia toda voltada para o mercado, como se o interesse social fosse uma mercadoria. Durante a Revolução é inegável a valorização do interesse social, em cuja dinâmica enquadro a implantação do Banco Nacional de Habitação, que também não existe mais. A pedra no caminho da Revolução é só essa história da distorção, de que já se falou. Tenho a impressão de que muito general da época, que ainda sobrevive, muito coronel, muita gente que participou da Revolução, hoje se surpreende ao se deparar com essa história. Creio que houve uma traição aos

próprios princípios revolucionários. Não se viu, na deflagração do Movimento revolucionário, o espírito guerreiro. Pelo contrário, com ele veio o espírito pacificador.

É importante, porém, compreender o Brasil no conjunto de sua História. Não podemos compreender a Revolução, estudando-a isoladamente. É preciso analisá-la diante dos antecedentes de Getúlio Vargas, comparando-a com os fatos que vieram, posteriormente, através da política neoliberal que assolou o Brasil, a partir do Governo Collor. Devemos verificar os fatos históricos, desde o Brasil colonial, o Brasil imperial, o Brasil de Pedro I, de Pedro II, da Primeira República. Atentar para as medidas intolerantes adotadas, logo após a Proclamação da República, com a perseguição e a deportação de jornalistas. De tudo isso deve-se ter uma visão geral, para se chegar a uma conclusão fundamentada. Entretanto, o que mais está emporcalhando a História nacional, a História do Brasil, é esse capítulo de agora. Com as privatizações desnacionalizantes, indecentes, indecorosas, inexplicáveis. Com o comportamento do Congresso, fazendo da Constituição uma irresponsável colcha de retalhos, resultado do conluio de pessoas não habilitadas, intelectualmente, que a alteram para pior, inclusive na parte referente à administração pública, que foi demolida no Brasil. Por isso, tomo a Revolução de 1964 como um período em que houve construção, e o neoliberalismo de agora, como o período de demolição. A Revolução procurou recompor o todo nacional, controlando as atividades internas e ocupando os espaços, para a garantia da integridade nacional. Depois, com a redemocratização, não era preciso um Estado tão grande. Poderia ter sido reduzido, mas não decomposto, como foi, para se tornar, apenas, um ente arrecadador de impostos e de taxas.

Agora vem a pergunta: e como harmonizar os brasileiros no sentido de recuperar, de reconstruir tudo o que foi demolido? Formando uma consciência cívica, nacionalista, através de uma educação que comece na família, continue na escola e prossiga na sociedade. Educação que não seja apenas instrutiva, mas também patriótica, de amor ao Brasil. Educação que oriente para o voto consciente e independente, a fim de que os brasileiros possam escolher os verdadeiros patriotas que vão ocupar os cargos eletivos. Esta visão me permite reforçar a crença que tenho no Brasil. Apesar de tudo o que aconteceu, em todos os períodos, apesar dos subterrâneos do Estado Novo, apesar dos casos isolados de tortura praticada por pessoas sem qualificação revolucionária, apesar das distorções de agora, apesar das negativas de nacionalidade, o País há de sobreviver e não vai ser aniquilado pela globalização. Não permitiremos a internacionalização da Amazônia. Ceder a Amazônia para atender a interesses do capitalismo internacional, não admitiremos. Para tanto, precisamos buscar na Revolução de 1964 o seu espírito de justiça, o seu espírito patriótico, o seu espírito nacionalista, e infundi-lo no espírito da verdadeira democracia.

Professor Luiz Queiroz Campos

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Principais cursos: de Direito, na Faculdade de Direito do Ceará; Estudo da Doutrina de Segurança Nacional (ADESG).
- Principais cargos e funções desempenhadas: oficial de gabinete do Prefeito Municipal de Fortaleza; escriturário e procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, (1947 a 1970); secretário executivo da União das Classes Produtoras (1950 a 1967); diretor do jornal diário *Gazeta de Notícias*, (1954 a 1967); presidente da Caixa Econômica Federal do Ceará, (de 1957 a 1962); vice-prefeito de Fortaleza e prefeito interino (1963 a 1967); delegado regional, área do Nordeste, do Banco Nacional da Habitação (1966 a 1986); e professor da Universidade Federal do Ceará, no Curso de Comunicação Social, (1963 a 1993).
- Presidente do Instituto Brasil/EUA/Ceará, de 1973 a presente data.

Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2000.

Sempre tive uma atuação, desde os tempos universitários, voltada para os problemas nacionais. O início de uma época de atividades muito intensas, ocorreu, logo após a queda da ditadura Vargas, em 1945, e o término da Segunda Guerra Mundial, acontecimento que marcou a minha personalidade e a minha maneira de ver o mundo, as pessoas e os problemas. Anteriormente, vivi as manifestações da ascensão do nazismo, que se aliou ao fascismo de Mussolini, período que envolveu a minha adolescência, a minha formação, a aquisição de novos conhecimentos, enfim, a necessidade de ver e interpretar as coisas.

Marcado por uma personalidade voltada para o amor à liberdade, pude, com isso, me antepor ao marxismo e ao nazismo. Não obstante a União Soviética ter-se aliado aos países que combatiam o nazismo, nem assim colhera a minha simpatia ou apoio. Ainda muito jovem tinha a compreensão disso porque, desde cedo, passei a ler bastante, e lia todos os jornais. Tive a sorte de, com apenas quinze anos, ser funcionário do escritório de advocacia do Dr. Aldenor Freire, que ficava em frente ao consulado dos EUA, aqui em Fortaleza. O serviço me permitia acompanhar o desenvolvimento das ocorrências da guerra. Tudo isso me proporcionou um amadurecimento precoce. Tive de enfrentar a vida muito cedo, porque o meu pai, operário, faleceu quando eu tinha dezoito anos, o que me obrigou a assumir todos os encargos de família, ainda acadêmico. O trabalho no escritório de advocacia, o contato com os americanos durante o período da guerra, as notícias dos jornais e do rádio – a grande novidade da época – nos traziam informações, às vezes, de difícil captação. Tudo isso marcou a minha personalidade, um traço que mantenho até hoje, na defesa dos bons propósitos, da unidade, da paz, porque sofremos muito com o clima da guerra.

Outro enfrentamento foi viver, na adolescência, um período de cerceamento da liberdade do povo brasileiro. Foi, na história política do nosso País, o período em que tivemos várias etapas de governos de dissensão, e foi o mais forte e o mais desumano, podemos dizer. Ainda mais porque se implantou com o respaldo jurídico de uma Carta Constitucional importada de um país que sofria a influência do nazismo. A Constituição do Estado Novo, de 1937, ficou conhecida por "a polaca" até nos estudos de Direito. Isso nos marcou, e criamos uma aversão – devo dizer com toda sinceridade – ao ditador Vargas. Não obstante reconhecer nele algumas qualidades como administrador e político, o período getulista caracterizou-se pelo sofrimento do povo brasileiro. Talvez, ainda hoje, os jovens, os meus filhos, os meus netos estejam respondendo com o seu sacrifício.

Aluno da Faculdade de Direito, como secretário do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, enfrentava o processo de infiltração ideológica do nazismo, do integralismo e do comunismo. Até se cogitou, num certo momento – pela aversão que se tinha à

ditadura Vargas – da possibilidade de encarar o comunismo como solução, idéia de certo modo predominante nos meios acadêmicos. Muito antes, porém, experimentara profundas decepções na identificação com certas lideranças do integralismo e do nazismo, movimentos para os quais nunca tive nenhuma tendência. Diante do comunismo, também comecei a criar uma certa aversão, por achar que aquilo era uma farsa. De modo algum poderia trazer solução para os problemas da humanidade e, de modo particular, para os do Brasil, cujo povo recebeu uma formação liberal desde os tempos da Colônia. Depois, tive a sorte de ingressar no jornalismo, um atendimento ao fascínio que me empolgava. Sentia a necessidade, ao conhecer aquelas coisas que aconteciam no mundo e aqui no Brasil, de dizer a verdade, de emitir a minha opinião, que comecei a tê-la muito cedo. Por isso que abracei o jornalismo: para acompanhar os acontecimentos, registrar o que sucedia no mundo e transformar tudo isso em informações, fornecendo elementos para a pesquisa sociológica, a pesquisa científica, a pesquisa do próprio Direito, da Política e da História, principalmente.

Do jornalismo, comecei a entrar na política, de início, trazido por familiares e amigos, como o Deputado Armando Falcão, meu colega de colégio, contemporâneo; depois, amigo meu e do meu sogro. Envolvi-me com o Dr. Menezes Pimentel, que foi diretor do Instituto São Luiz, onde estudei, e fui membro do Partido Social Democrático (PSD). Com o retorno de Getúlio, em 1951, o Brasil passou a viver um verdadeiro mar de lama, que caracterizou aquele período e influenciou muito as minhas atitudes. Antipatizante de Getúlio, até fui antiético. No dia do seu suicídio, escrevi um artigo violento atribuindo àquele tiro uma situação muito negativa, de graves repercussões para o futuro. Juntei-me aos que lutavam contra a corrupção, mas não tinha definições pessoais em relação a lideranças. Dediquei-me ao meu partido, no qual atuei, chegando a ser advogado durante muito tempo. Acompanhei com atenção e preocupação todos os fatos que interessavam à vida nacional.

Como jornalista, a minha participação constou de um artigo diário, durante dez anos, e de uma crônica diária, durante doze anos, lida na Ceará Rádio Clube, enfocando os problemas sociais, políticos e econômicos. Atuei, durante três anos e meio, na Rádio Dragão do Mar, fundada pelo PSD, onde se investigaram os erros cometidos contra os interesses da sociedade, contra os quais me insurgia, ao escrever no *Ponta de Lança*, espécie de porta-voz da emissora. Estas minhas atitudes atraíram ameaças e agressões de elementos contrários – às quais reagi com altivez – mas me valeram o respeito e a admiração da opinião pública. Depois, assumi a presidência da Caixa Econômica, por nomeação do Presidente Juscelino, e fiz o possível para moralizá-la, o que incrementou o meu prestígio junto ao povo de Fortaleza, que me elegeu vice-prefeito, em 1962, ao lado do então Coronel Murilo

Borges. A Prefeitura passava, então, por uma forte crise; os escândalos se sucediam com freqüência. O Coronel Murilo Borges adoeceu gravemente e teve que se tratar em São Paulo, ocasião em que assumi o cargo de prefeito, no seu impedimento. Aqui, teve início um processo de união pelo Ceará, do qual tomei parte ativa junto ao Governador Virgílio Távora, com o objetivo de harmonizar os partidos políticos numa só direção, contra a articulação das esquerdas que se movimentavam desde a renúncia do Sr. Jânio Quadros. Esse processo teve uma repercussão nacional e alertou as forças políticas do País contra o que poderia ocorrer, antes de 31 de março de 1964.

A Revolução me encontrou na vice-prefeitura de Fortaleza. Depois, fui convocado para trabalhar num grande projeto da Revolução, que foi o Banco Nacional da Habitação (BNH), do qual fui delegado regional, a partir de 1966, durante vinte anos. O grande desafio do BNH era criar o sistema financeiro de habitação, munido de um instrumento de captação de recursos para alimentar toda a política habitacional do governo. Os estudos realizados nesse sentido – com a participação da Fundação Getúlio Vargas – sugeriam a criação de uma Caderneta de Poupança que, desde a sua implantação, já no Governo Costa e Silva, serve ao povo brasileiro. O Sistema Nacional de Habitação foi o grande passo na solução do problema da moradia, e um marco nas inúmeras realizações dos governos revolucionários. Foi um período caracterizado pelo desenvolvimento em todos os sentidos, material e moral, onde os comportamentos tinham o traço de civismo, de cultura, de estudo, de entendimento mútuo, de respeito à autoridade e, sobretudo, de respeito aos símbolos nacionais. Aproximando o pensamento de um aspecto filosófico, considero que o comportamento humano pode proporcionar o entendimento que todos almejamos, como fim único da felicidade humana, que é a paz.

Pois bem, a Revolução, na sua dinâmica edificante, nos indicava comportamentos construtivos no sentido da paz interna. Entretanto, ela não foi efeito de uma combustão espontânea. Ela nasceu de provocações e ameaças à própria instituição nacional, à própria Nação brasileira. Algumas dessas provocações, dessas ameaças, vinham de longe, no tempo. A Intentona Comunista de 1935, por exemplo, foi, certamente, a mais séria e traumatizante delas, cujas origens vêm de muito antes. Em 1921, a União Soviética, comunista desde 1917, havia organizado e instalado o Komintern – Internacional Comunista – com a finalidade de espalhar a Revolução Comunista pelo mundo, inclusive pelo Brasil, através de um esquema montado na Argentina. Desta forma, vieram para cá vários agentes comunistas da União Soviética e da Alemanha, e outros daqui foram preparar-se na União Soviética, a fim de subverter a ordem no Brasil. Hoje está provado – através de documentos revelados dos arquivos secretos de Moscou, já publicados em livros – que o próprio

Getúlio Vargas, tentando atrair o apoio de Luís Carlos Prestes para a Revolução de 1930, fornecera-lhe vultosa quantia que, não aplicada aqui no Brasil, nem gasta com ele próprio, foi usada para o levante comunista que se preparava, tramado e dirigido da União Soviética. O trauma deixado pela brutalidade e traição desencadeadas pela Intentona Comunista de 1935, em Natal, Recife e, sobretudo, no Rio de Janeiro, na madrugada do dia 27 de novembro, sensibilizou a Nação brasileira e suas Forças Armadas, em especial o Exército, que perdeu vinte e oito dos seus integrantes, assassinados covardemente. Se as Forças Armadas já desconfiavam dos comunistas, a partir daí firmaram a convicção de trabalhar contra o esquerdismo marxista e a comunização do Brasil. Essa convicção repercutiu em 1964, como uma marca inextinguível na alma do militar. Daí provém o processo de formação anticomunista do militar, incorporado à sua profissão dentro dos quartéis. Não foi um simples processo político. Por isso, essa aversão ao comunismo é anterior a 1964, e persiste em muitos líderes das Forças Armadas.

Por outro lado, o panorama político brasileiro se vinha degenerando, havia muito tempo. O retorno de Getúlio ao cenário político nacional, em 1951, trouxe uma nova metodologia político-eleitoreira, com base num populismo demagógico para implantar uma república sindicalista liderada por "pelegos", pessoas subservientes aos chefes políticos. Um jovem, sem a preparação política e a instrução necessária, mas da intimidade de Getúlio, passou a liderar esses "pelegos" e a conduzir a área jovem do populismo. Era João Goulart. Esse populismo despertou o interesse das esquerdas que, derrotadas em 1935, mas em plena liberdade em 1945, agora se aliaram a Getúlio e a seus "pelegos". Daí, o processo de sindicalismo de esquerda no Brasil e a infiltração comunista nos meios trabalhista e operário, conseqüência da degenerescência política que se implantou no País. Desta forma, a Previdência Social, as universidades, as repartições públicas e outras entidades de serviço social, que eram coisas sérias – tenho que confessar – no período de 1951 a 1954, transformaram-se em antros de aventureiros incapazes, sob a égide do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em ascensão. Então, arrastaram os trabalhadores brasileiros para a baixaria da corrupção e da demagogia enganadora. No curso de tudo isto, já no ápice da decadência política – e sobretudo moral – do chamado "mar de lama", dá-se o triste desfecho do suicídio de Getúlio, a que se segue um intervalo conturbado. E sucedem-se, ao sabor do então Ministro da Guerra, General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, os presidentes Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos, até a eleição e posse de Juscelino, em 1956, cujo Vice-Presidente foi, exatamente, João Goulart.

Juscelino, já Presidente da República, preocupado com o desenvolvimento do País e com a construção de Brasília, entregou a área fundamental do Ministério do

Trabalho e da Previdência Social a João Goulart, que a transformou em verdadeira sinecura político-partidária com a participação de comunistas, aproveitadores e "pelegos". Juscelino, que não pôde consertar os desmandos de João Goulart na área social de seu governo, estava para concluir o seu mandato presidencial e acompanhava o desenrolar da campanha eleitoral à Presidência da República, entre o General Lott, pelo PSD, e o Dr. Jânio Quadros, pela UDN. João Goulart se candidatou, novamente, a vice-presidente da República, pelo PTB, em aliança com o PSD do General Lott. A realidade eleitoral, porém, foi outra: João Goulart abandonou o candidato do PSD, General Lott, mandou votar no candidato da UDN e renovou sua eleição a vice-presidente, agora, com Jânio Quadros na Presidência da República. Todavia, Jânio, num daqueles seus acessos de insensatez, renuncia à Presidência da República, no dia 25 de agosto de 1961, e deixa o governo do País entregue à sua própria sorte.

A reação à posse de João Goulart como Presidente da República foi imediata e consistente. Os seus antecedentes não lhe recomendavam a confiança necessária e suficiente para assumir o governo munido de todos os poderes do sistema presidencialista. Apelou-se, então, para o sistema parlamentarista que, adotado naquelas contingências, teve pouca duração. Logo se retornou ao presidencialismo, por força de um plebiscito arranjado pelos aliados de Jango, com expressão para os comunistas. Estes intensificaram a infiltração no governo, dominaram a maioria dos cargos de segundo e terceiro escalões, conturbaram a vida da Nação e subverteram-lhe a ordem interna, com a conivência do próprio Jango, que não tinha capacidade, nem competência, nem autoridade para envolvê-los e, muito menos, para contê-los. Como já falei, João Goulart não tinha preparo intelectual nem político, e para agravar a situação, se fazia acompanhar de um outro aventureiro e incendiário, que era seu cunhado, o Sr. Leonel Brizola. O certo é que Jango mostrou, na sua incompetência, o que era o precipício para onde estava empurrando o País, já às portas de um golpe comunista, de cujo *paredón* não escapariam nem ele, nem Brizola.

Por outro lado, a inflação herdada de governos anteriores, a frustração com a renúncia de Jânio, e o aviltamento das reformas de base, tudo isto formava o caldo de cultura que os comunistas temperavam, porque dele necessitavam para a tomada do Poder. Esses fatos, porém, podiam e eram explorados pelos comunistas para espalhar a desordem nas cidades. Precisavam, também, tumultuar o campo, sobretudo nas regiões mais sacrificadas. Encarregaram o comunista Francisco Julião de organizar as ligas camponesas e disseminá-las pelos sertões nordestinos. Essas ligas camponesas, sob a farsa de distribuição da justiça no campo, através de uma reforma agrária, levaram a violência ao interior de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e, até, de Goiás. Invadiram propriedades, seqüestraram, assassina-

ram, saquearam, criaram um verdadeiro inferno para os habitantes simples do interior. Na verdade, como já era de se esperar, as ligas camponesas, ao contrário de promover uma reforma agrária que conquistasse a simpatia do homem do campo, despertaram nele uma verdadeira aversão aos seus promotores. Outra iniciativa infeliz foi a idéia de Leonel Brizola de criar os grupos dos onze, disseminados pelo território nacional com o objetivo de fornecer uma força violenta de sustentação do comunismo, quando este dominasse o Brasil. Uma espécie de "polícia bolchevista" da Revolução comunista de 1917, na Rússia.

De maneira geral, o esquema comuno-janguista, entre o segundo semestre de 1963 e o primeiro trimestre de 1964, conseguiu destruir a ordem interna no Brasil e paralisar as atividades fundamentais, através de greves, tumultos, concentrações contestatórias e outras atividades político-ideológicas. A insegurança e a intranqüilidade começaram a tomar conta da sociedade e do povo brasileiro, em geral. Três ocorrências, porém, vieram agravar essa situação, já bastante crítica, no começo de março de 1964. No dia 13, deu-se o comício da Central do Brasil, na Praça da República, no Rio de Janeiro, ao lado do edifício onde funcionavam o então Ministério da Guerra e o Comando do I Exército. A este comício, que foi garantido por tropa do I Exército, compareceram o presidente da República e todos os seus ministros, inclusive os ministros militares. Nele se exigiam as reformas de base "na lei ou na marra", o fechamento do Congresso, a convocação de uma Constituinte e todos os poderes aos sindicatos. A afronta às Forças Armadas, em especial ao Exército, ficou patenteada. No dia 26, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, ocorreu o levante dos marinheiros, liderado pelo cabo Anselmo, com o apoio do almirante Cândido Aragão, comandante dos fuzileiros navais. Aí se cometeram todos os atos atentatórios à hierarquia e à disciplina militares, estimulados pelos comunistas. O resultado imediato dessa ocorrência foi a demissão do então ministro da Marinha, Almirante Sylvio Mota, por ter tentado punir os amotinados. Já no final de março de 1964, no dia 30, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, sargentos, cabos e soldados ofereceram um almoço ao Presidente da República e a seus ministros, onde são repetidas as exigências do comício do dia 13, endossadas por Jango. Aqui se confirma o desrespeito à hierarquia e a ruptura da disciplina militar, como resultado dessas atividades comunistas.

Enquanto desmoronava o Estado, e a intranqüilidade e a incerteza dominavam o povo e a Nação, lideranças várias articulavam meios e maneiras de neutralizar a situação vigente. A grande maioria do Clero católico – apesar de certa influência dos "padres operários", cuja maneira de agir se assemelhava à dos sindicalistas de esquerda – começou a compreender que tinha que estar nas ruas, junto com o povo, de-

monstrando o contrário do esquema comuno-janguista. Entendimento idêntico tiveram outras lideranças sérias, que consideravam a necessidade de o povo respaldar uma ação armada. Daí, as grandes manifestações populares, através das Marchas da Família com Deus, pela Liberdade ocorridas em São Paulo, Rio de Janeiro e em outras capitais do País. Aqui, no Ceará, já citei o episódio da união pelo Ceará entre a UDN e o PSD, como um alerta à Nação contra o avanço das esquerdas. Mas havia outros movimentos, com objetivos, de certa forma, semelhantes. A "Arca de Noé", por exemplo – que reunia pessoas de todos os padrões, contra a ação comunista – isolou o Sindicato dos Portuários e outros, das influências maléficas vindas do Sul. Na verdade, todas essas manifestações populares davam expressão à opinião pública nacional, necessária à legitimação da ação armada e à autenticidade jurídica da Revolução.

Ao mesmo tempo em que essas manifestações populares ocorriam, as lideranças militares da ativa e da reserva, sobretudo do Exército, articulavam-se entre si e com algumas lideranças políticas não comprometidas com o esquema de Jango. Essas lideranças militares sabiam que contavam com o apoio da opinião pública, mas precisavam do sinal verde de uma figura de respeito, de um nome impoluto. Este sinal verde se deu no dia 20 de março, numa célebre mensagem reservada, desta data, na qual o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco, dirigindo-se aos seus subordinados, diz, depois de alguns considerandos: "A insurreição é um recurso legítimo do povo." Não se pode dizer que tenha havido um planejamento profundo para a ação revolucionária. Houve combinações e acertos para o emprego de forças, numa ação cogitada para o início de abril de 1964, em face da informação de que o golpe comunista seria desfechado no dia 1º de maio, Dia do Trabalho.

Entretanto, os acontecimentos se precipitaram, possivelmente devido às ocorrências do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. O General Mourão Filho – com o apoio do Marechal Odylio Denys, do General Carlos Guedes e do General Muricy – resolve, no dia 31 de março, desencadear a Revolução a partir de Minas Gerais, com o beneplácito do Governador Magalhães Pinto. À medida que os quartéis, os navios, as bases tomavam conhecimento da presença do General Castello Branco na vanguarda dos acontecimentos, as ações iam tomando impulso cada vez maior, de forma que, em pouco mais de vinte e quatro horas, o Movimento estava vitorioso, sem derramamento de sangue.

Esse Movimento teve inúmeros líderes civis e militares. Eram tantos que não me é possível citar a todos, como seria do meu desejo. Vou nomear aqueles que minha memória aponta, no momento. Entre os civis: Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, governadores da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo, respectivamente. Entre os militares: General Castello Branco, General Mourão Filho,

General Carlos Guedes, Marechal Odylio Denys, Marechal Cordeiro de Faria, General Muricy, General Peri Bevilácqua, Coronel Meira Mattos. O General Castello Branco era um chefe muito conhecido, dentro e fora das Forças Armadas, pela sua integridade moral, pela sua cultura, pelo seu espírito legalista e democrata. Não aceitava o estado de desordem a que levaram o País, mas não tinha vocação para conspirador. Sentiu a angústia do povo e da Nação e percebeu que era legítima a sublevação nacional, na defesa da própria identidade do Brasil. Por isso é que, a 20 de março de 1964, emitiu aquela mensagem reservada, dirigida a todos os grandes comandos do Exército. Daí para a frente tornou-se o articulador número um da Revolução, a quem todos os demais recorriam no ajustamento das medidas a serem adotadas. Preocupa-se, contudo, em manter o País dentro de uma estrutura legal, dentro de uma ordenação jurídica e perguntava: "Vamos derrubar? E o que vamos fazer, depois?" O próprio desenrolar dos acontecimentos – e ele mesmo, na Presidência da República – responderão, com atos, a essa preocupação e a essa indagação. Essa personalidade notável e respeitada deu à Revolução suas principais características de genuinidade. Incruenta e rápida, na sua ação imediata. Autodefinida, nas suas decisões. Ordenada juridicamente, no seu desenrolar. Reformadora, por excelência. Castello Branco tinha a plena consciência de que a Revolução não era fruto de arroubo das Forças Armadas, nem, muito menos, de um grupo de líderes, mas da vontade ecumênica do povo brasileiro, demonstrada nas ruas, expressão voluntariosa da opinião pública nacional.

Castello Branco, como todos os homens sérios e conscientes deste País, entre os quais me incluo, sempre acreditou na Revolução como uma iniciativa legítima da vontade nacional. E, por ter transformado, no seu percurso, a face do Brasil, não se restringindo ao simples movimento inicial de neutralização da desordem, ela se transformou numa verdadeira Revolução. Entretanto, como em toda sociedade, existe sempre uma minoria que, por ignorância, frustração ou má-fé, não quer enxergar as verdades nacionais, e tenta negá-las ou diminuir-lhes o valor histórico. Entre essas pessoas, que integram a nossa sociedade atual, se incluem algumas da mídia e alguns "políticos" que, tendo a obrigação de informar a verdade para a formação de uma opinião pública isenta, fazem o contrário e se desacreditam, em face da realidade existente. Mentem, quando difamam o processo revolucionário adotado no Brasil, a partir de 1964. Dizem que os norte-americanos impuseram o "golpe militar", através da guerra fria, mas não têm a coragem de dizer que os EUA não aceitavam a comunização do Brasil. Essas pessoas sabem que a Revolução foi desencadeada, única e exclusivamente, por iniciativa interna, para evitar que o comunismo dominasse o Brasil e o entregasse à União Soviética. Sabem, também, que a guerra fria foi

invenção de Stálin, durante a Segunda Guerra Mundial, na Conferência de Yalta, como meio de pôr em prática a sua intenção de dominar o mundo. Foi no contexto dessa guerra fria que os comunistas tentaram escravizar o Brasil, e encontraram a resistência altiva do povo brasileiro. Os EUA, com certeza, apoiaram a Revolução brasileira, mas jamais pensaram em fazer aqui uma intervenção militar. Fala-se, porém, de um possível dispositivo militar americano no Caribe, pronto para apoiar o Brasil no caso de uma ação armada soviética que, graças a Deus e às nossas Forças Armadas, não ocorreu. Portanto, se houve guerra fria, foi do lado comunista. Se houve intenção de golpe de Estado foi, também, do lado comunista, cuja cúpula planejara tal golpe para 1º de maio de 1964.

Esses, são os mesmos comunistas que, em 1961, começaram a preparar os seus quadros na União Soviética, na China, em Cuba, na Albânia e noutros países comunizados, para lançá-los nas atividades de violência que tencionavam espalhar pelo Brasil. Frustrados com a derrota, resolveram reiniciar essas atividades em 1966, com o atentado do aeroporto dos Guararapes, no Recife, intensificando-as a partir de 1968, com a denominação de "luta armada". Agiam na clandestinidade, incorporados a várias entidades terroristas, como: Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Armada Revolucionária–Palmares (VAR-Palmares), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Política Operária (POLOP), Ação Popular (AP) e outras. Aí, começaram as ações terroristas, seqüestros de embaixadores, os assaltos a quartéis e a bancos, os assassinatos seletivos, as guerrilhas de Registro, no Vale da Ribeira, em São Paulo, do Caparaó e Xambioá/Araguaia, e outras violências.

Em face de todos esses desatinos, o Governo viu-se obrigado a desviar esforços do desenvolvimento para combater a violência, a endurecer a Lei de Segurança Nacional, promulgando o AI-5, e a criar os órgãos de operações e de informações (DOI/CODI) para suplantar os efeitos da clandestinidade do adversário. Quanto ao AI-5, na verdade, ele foi protelado ante o respeito ao Presidente Castello Branco, por sua convicção fortemente democrática. Entretanto, as ações de Marighela e de outros terroristas forçaram a produção de documento tão rigoroso, o que não exime uma análise cuidadosa das circunstâncias que levaram à sua promulgação. Naquele 13 de dezembro de 1968, quando a violência terrorista atingia níveis insuportáveis, o AI-5 era absolutamente necessário. No que diz respeito ao Serviço Nacional de Informações (SNI), qualquer país do mundo tem o direito e até a obrigação de organizar e manter um serviço de inteligência, capaz de assessorar corretamente o presidente da República, em todas as questões de interesse nacional.

Até aqui, comentamos aspectos causais e circunstanciais em que se deu e por que passou a Revolução. No decurso de sua vigência, porém, aliaram-se a seriedade

político-administrativa, a capacidade de planejamento e a honestidade de propósitos, para produzir um acervo admirável, em quantidade e qualidade, de realizações de grande utilidade para o Brasil e para o seu povo. Na dianteira dessas realizações estão a restauração da ordem interna, da paz e da tranqüilidade do povo brasileiro, e a preservação e a garantia do regime democrático. Para reanimar a memória de meus concidadãos, sobretudo dos jovens, gostaria de enumerar algumas realizações da Revolução, todas voltadas para a construção do bem-estar do povo brasileiro. Começarei pelo setor de Assistência Social, destacando, logo, a iniciativa do Presidente Castello Branco de criar o Sistema Nacional de Habitação já comentado anteriormente. Este sistema possibilitou, sem rombo e sem distorções financeiras ou técnicas, a aquisição da casa própria para milhões de brasileiros. Infelizmente, foi criminosamente extinto por essa "nova república". A este sistema estiveram intimamente ligados o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Caderneta de Poupança, que ajudei a criar. Ambos ainda existem. Instituíram-se o Programa de Integração Social (PIS), financiado pelas empresas privadas, e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), financiado pelos órgãos governamentais. Foi criado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) que vem socorrendo milhões de trabalhadores do campo, com mais de sessenta anos de idade, e está ajudando a desafogar o pequeno comércio do interior.

O Estatuto da Terra, instrumento jurídico para estabelecer uma política agrícola e agrária disciplinadora, racional e justa da posse e do uso da terra, também foi criado pelo Presidente Castello Branco. Incompreensivelmente foi abandonado e substituído por uma reforma agrária que não tem o que reformar, pretensiosa, caloteira e conflitante, origem de movimentos político-ideológicos de caráter violento no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O que a reforma agrária vem fazendo é desestabilizar a propriedade rural, promovendo esbulhos sem nenhum proveito para o homem simples, mas com despesas elevadas por conta do contribuinte. O MST, via ideológica da reforma agrária pela violência, é uma entidade ilegal que se alonga como um braço da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que a implantação do Estatuto da Terra teria evitado. Antes de todos esses percalços na agricultura, a produção de grãos, entre 1963 e 1983, passou de 19,4 para 55 milhões de toneladas, e a capacidade de armazenamento passou de 5 para 57 milhões de toneladas.

E o que foi feito na área da Educação? A escolaridade para crianças de dez a quatorze anos aumentou, entre 1963 e 1983, de 5 para 9 milhões. A matrícula nas universidades, no mesmo período, passou de 124 mil para 1,3 milhão. Houve um estímulo substancial no ensino dos primeiro e segundo graus, bem como a

reestruturação da educação de base (primeiro grau), que passou de quatro para oito anos. Também houve estímulo e subsídio para o ensino superior, através do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de modo que no início da década de 1980 já havia uma enorme rede de mestrado e doutorado e a institucionalização da pesquisa. Nos meios urbano e rural, para atender às populações mais carentes, foram criados os Programas Nacionais de Ações Sócio-Educativas e Culturais, PRODASEC e PRONASEC, respectivamente, além do Programa de Expansão e Melhoria da Educação Básica do Meio Rural (EDURAL) e do Programa de Apoio às Populações Carentes da Zona Canavieira do Nordeste (PROCANOR), complementares às ações do PRONASEC.

A Saúde no Brasil sempre sofreu os efeitos de uma dualidade estrutural. A Saúde Pública, da alçada do ministério e das secretarias estaduais, cuidava da medicina preventiva. A medicina curativa ficava a cargo da Saúde previdenciária proporcionada pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, depois, pelo INAMPS. A Revolução fez várias tentativas para unificá-las, sem grandes resultados. As principais tentativas foram a criação do Sistema Nacional de Saúde, do Programa de Interiorização das Ações de Saúde, do Prev-Saúde, do Conselho Consultivo de Administração Previdenciária e das Ações Integradas de Saúde. Estas últimas garantiam mais recursos federais aos Estados e Municípios, aumentando a eqüidade e a universalidade, estimulando a produtividade dos serviços de Saúde, criando programações conjuntas e evitando a duplicidade de esforços. Entretanto, as distorções na aplicação de todo este processo de evolução da Saúde vêm criando efeitos cada vez mais danosos aos assistidos, como ocorre, hoje, quando se trata do Sistema Unificado de Saúde.

A estrutura viária passou por um processo de verdadeira recriação, durante o período revolucionário. As rodovias pavimentadas evoluíram de 19 mil quilômetros para 75 mil quilômetros. Os navios de cabotagem passaram a transportar, no mesmo período, de 1,5 para 3 milhões de toneladas de peso bruto. Os portos marítimos foram ampliados e o porto do aço de Tubarão foi construído. Construíram-se a ponte Rio–Niterói e a estrada do Aço, bem como o aeroporto de Guarulhos. Quanto às rodovias federais, construídas naquela época, lamentavelmente os governos subseqüentes deixaram-nas ficar intransitáveis, por falta de conservação.

As Comunicações receberam o maior surto de desenvolvimento, durante o período revolucionário. Para se ter uma idéia dessa situação, convém sejam comparados os seguintes dados, fornecidos por Glycon de Paiva, referentes ao período de 1963 a 1983. O número de telefones instalados passou de 1 milhão para 10

milhões. O número de municípios com telefone passou de zero para 3.500, e os municípios com DDD, de zero para 2.500. O Código Brasileiro de Telecomunicações foi promulgado em 1962 e, com ele, criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), que só foi instalada em 1965. Em 1967, foi criado o Ministério das Comunicações, que passou a vincular o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), o Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), o Departamento Nacional de Correios e Telégrafos e a EMBRATEL – esta, o coração pulsante do ministério – encarregada da criação e modernização de todo o sistema de comunicações do País. A missão da EMBRATEL era grandiosa para quem ia começar do nada, ou seja, dotar o País de uma infra-estrutura de telecomunicações nacionais, e interligá-la ao sistema internacional por satélite. A partir de 28 de fevereiro de 1969, o Brasil pôde assistir aos programas internacionais por satélite, como a descida do homem na Lua. A nossa telefonia passou a falar com o mundo e o serviço dos Correios e Telégrafos, mais tarde, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), entrou para o rol das empresas mais eficientes do planeta. Tudo isto se deveu a um planejamento austero, exeqüível e construtivo, ao lado de uma vontade política e de uma honestidade de propósitos inatacáveis, somente possível pela excelente formação técnica dos homens saídos do Instituto Militar de Engenharia (IME), à frente os ministros das Comunicações Higino Corsetti e Euclides Quandt de Oliveira.

Outro aspecto muito observado do militar no exercício de função pública é a honestidade pessoal, fora de qualquer suspeita. Essa honestidade, que faz parte da formação do militar, se transformou na garantia da honradez com que a administração do País era conduzida. Conheci pessoalmente o Ministro Mário Andreazza, a cuja área estava vinculado como delegado regional do BNH. Era um homem simpático e tratável, em quem sempre depositei toda a minha confiança. Num certo momento, começaram a surgir boatos desabonadores à sua honestidade. Estes boatos foram aumentando de maneira tal que começaram a abalar a minha convicção na sua idoneidade. De repente, falece Mário Andreazza. Conheci, então, o seu estado de carência. Foi preciso que os amigos custeassem o seu enterro.

Era sobre essa idoneidade moral do militar que repousavam as condições necessárias para moralizar a área política. E houve tentativas dessa moralização, quando não no aspecto punitivo, pelo menos pelo exemplo que eles deram na aplicação integral dos recursos públicos, sem desvio, sem corrupção. Todavia, a moralização da política, numa democracia de fato, não se pode coadunar com a dialética marxista que nega, exatamente, os valores democráticos. Essa moralização depende fundamentalmente de uma cultura, de uma educação efetiva que ensine a

pessoa humana a respeitar-se a si mesma, respeitando os outros. Partindo deste ensinamento, a pessoa humana irá palmilhar a educação, para dela compreender a sua própria condição de viver, sendo útil a si mesma, à família, ao próximo, à sua Pátria, à humanidade, para que se conheça como criatura de Deus. Então, a preparação, o entendimento, a idoneidade, o amor à verdade, o respeito à História e à tradição, formarão os alicerces do futuro, que temos de fazê-los confiáveis para nossos filhos e netos.

Mais necessário se torna tudo isto, se considerarmos a complexidade em que vivemos, em face dessa globalização e desse neoliberalismo que as grandes potências, os sete grandes (G7), impuseram ao mundo como "nova ordem", que só beneficia a eles e vem carreando todos os malefícios para os demais países, incluindo o nosso. É aqui que se precisa, mais ainda, de todos esses conceitos altruístas da educação, postos em prática. Assim, todos os brasileiros se sentirão mais brasileiros, colaborando com o todo nacional, cada um fazendo a sua parte, conscientemente. Então, partindo do indivíduo consciente, porque educado, forma-se o povo, também consciente, com seus dirigentes e suas instituições, cada um fazendo o que lhe compete. Os poderes públicos são fruto desse povo, portanto, de uma consciência nacional, para a construção, para a defesa, para a soberania, para a grandeza do País, usando as especialidades dos seus diversos setores. E a especialidade das Forças Armadas é a dissuasão, quando todos os demais meios fracassam numa contenda entre países. Por isso, elas têm que estar muito bem e permanentemente preparadas para cumprir a sua parte, como os demais setores terão que cumprir as que lhes competem. E é no cumprimento dessas obrigações setoriais que reside a dignidade das pessoas nelas envolvidas. Exemplo típico dessa falta de cumprimento das obrigações setoriais tornou-se o problema atual da Amazônia. Só as Forças Armadas cumpriram, como puderam, as missões que lhes foram atribuídas no Projeto Calha Norte. Os demais ministérios envolvidos nada, praticamente, fizeram até o momento. O resultado disso é que se vêm avolumando as dificuldades para a defesa da Amazônia, sobretudo em face do acirramento das ameaças externas à soberania do Brasil, na região Norte.

Depois dessas considerações que, de certa forma, podem ter extrapolado o tema, voltarei à Revolução de 1964 para comentar a situação dos que estiveram envolvidos na "luta armada", sobretudo depois da Lei da Anistia. Duas categorias de pessoas estiveram envolvidas nessa luta. De um lado, os que lutaram de armas na mão, mergulhados na clandestinidade, usando os meios do terrorismo e da guerrilha para destruir a Revolução e implantar o regime comunista no Brasil. De outra parte, os que se antepuseram ao desiderato comunista em nome e em defesa da lei.

No confronto, houve vítimas fatais e sobreviventes, de ambos os lados, e inocentes vitimados por ações terroristas. O espírito da Lei da Anistia é o esquecimento dos crimes cometidos, com vistas a uma conciliação nacional, necessária ao pleno funcionamento da democracia no País. O que está acontecendo? Familiares de mortos terroristas estão sendo indenizados; e muitos terroristas vivos, transformados em heróis. Os mortos da lei estão sendo execrados, e os que a defenderam e sobreviveram estão sendo perseguidos para o resto da vida, em plena "democracia".

Vou citar um caso ocorrido aqui, no Ceará, o chamado "Crime da Serra Grande". Três terroristas, muito conhecidos hoje, assassinaram friamente um pequeno fazendeiro, jogando-o do alto de um desfiladeiro, com o objetivo de roubar dinheiro para custear a subversão armada. Foram presos, processados e condenados à pena máxima. Com a Lei da Anistia, foram perdoados e levam, hoje, a vida dos "justos". Os "juristas" que, hoje, manipulam a Lei da Anistia, transformaram-na num instrumento de duas faces: uma, benéfica aos terroristas de esquerda; a outra, punitiva para com os defensores da lei. Esta segunda face não deixa de ter efeitos negativos, do ponto de vista psicológico, sobre os atuais órgãos de segurança pública, encarregados de combater o crime organizado.

Agora, antes de emitir a minha mensagem final, permito-me fazer dois comentários que considero importantes para a complementação de fatos históricos já conhecidos. O primeiro diz respeito a um episódio ligado à fatalidade, que vitimou o Marechal Castello Branco, e o segundo se refere à situação pré-revolucionária, aqui no Ceará, com destaque para o movimento a que se chamou *Arca de Noé*.

Em julho de 1967, o Marechal Castello Branco já havia deixado a Presidência da República e estava aqui no Ceará, sua terra natal, passando umas férias. Resolveu passar uns dias em Quixadá, na Casa de Repouso das Irmãs, na Serra do Estevão, onde costumava descansar por um curto período. Além do clima agradável da serra e da tranqüilidade do ambiente, atraía-o a proximidade dos amigos Armando Falcão e Raquel de Queiroz, que tinham propriedades nas imediações. No dia 17 de julho, Castello foi almoçar com Raquel de Queiroz, na fazenda *Não Me Deixes*, de onde faria uma visita a Armando Falcão para, em seguida, viajar para Quixeramobim, onde se hospedaria na fazenda *Teotônio*, de seu velho amigo Plínio Câmara, que era meu sogro, já falecido na época. Castello gostava de passar as férias na fazenda *Teotônio*, com sua esposa Dona Argentina, na companhia de seu amigo Plínio Câmara, e iria relembrar esse tempo. Gerardo Câmara, filho mais velho, após o falecimento do pai, passou a administrar a fazenda e foi quem planejou a viagem do Presidente Castello para *Teotônio*. Convocou a minha esposa, Maria Helena, para dar o toque familiar na casa da fazenda e fazer a recepção ao

marechal, como a dona da casa. Era época de férias escolares e lá se vai a Maria Helena com os nossos cinco filhos. Eu não pude estar presente, porque estava a serviço, nos EUA. Pois bem, no dia 17 de julho, o Gerardo mandou um carro para a Casa de Repouso, a fim de transportar o Marechal Castello. Este carro sofreu uma pane e não chegou ao destino. No dia seguinte, foi mandado outro carro. Castello pernoitara na Casa de Repouso e, crendo, acertadamente, ter havido algum problema com o carro, resolveu viajar para Fortaleza, naquele avião do Governo do Estado. De Fortaleza, viajaria, de carro, para a fazenda *Teotônio*. Quando o segundo carro chegou à Casa de Repouso, ele já havia partido. Minutos depois, por volta de 10h do dia 18 de julho, soube-se do triste acidente que consternou o Brasil todo, o Ceará, em particular, e, em especial, a fazenda *Teotônio*. Na época, muitas vozes, sobretudo nas universidades, ecoaram o sentimento de que tivesse havido um atentado premeditado ao Marechal Castello Branco. Nada disso. Foi tudo minuciosamente investigado, nada foi apurado e todas as circunstâncias levam a uma fatalidade, a uma espécie de complô dos fados infaustos.

Quanto à situação pré-revolucionária aqui, no Ceará, registravam-se, apenas, algumas greves, tumultuadas por agentes das esquerdas. Era Governador do Estado o Coronel Virgílio Távora, e Prefeito de Fortaleza, o General Murilo Borges, de quem eu era vice-prefeito. O Comandante da 10ª Região Militar era o General Almério de Castro Neves, com quem mantínhamos bom relacionamento. Além das greves, havia, também, contestações estudantis insufladas pelas esquerdas. Numa dessas manifestações, um grupo de estudantes da Juventude Universitária Católica (JUC) agrediu, seriamente, o General Murilo Borges, que foi obrigado a hospitalizar-se durante um certo tempo. Na realidade, essas associações classistas, sindicais e outras assemelhadas ainda não estavam completamente contaminadas como as suas similares do Sul, mas já estavam bastante infiltradas das idéias subversivas da esquerda. Para rebatê-las, não havia, propriamente, um movimento que se pudesse classificar de pré-revolucionário. Não havia um movimento militar de rua, mas, certamente, existia, dentro dos quartéis, uma mentalidade muito forte contra o anarquismo que se instalava no País. Politicamente, o movimento mais concreto que existia era a "União pelo Ceará", formada pela UDN e pelo PSD, os dois partidos mais fortes de então. Contudo, a partir de 1961, começou a tomar vulto um encontro de pessoas das mais variadas categorias, sob a liderança do Comandante Fernando Cavalcante, da Capitania dos Portos. Lá se conversava sobre o rumo que as coisas estavam tomando no País, discutia-se o que fazer e as conclusões eram, de uma maneira geral, unanimemente contrárias às desordens comuno-janguistas que se espalhavam pelo Brasil. Todas de muita dignidade, as pessoas que lá se reuniam

mostravam uma grande variedade de padrão de vida, de nível social, por isso, se resolveu denominar o ajuntamento de *Arca de Noé*, porque, como a arca bíblica, reunia todas as espécies de "bichos" de boa vontade. Eu passei a freqüentar a *Arca de Noé* e lá encontrei o Secretário de Segurança Pública, General Clóvis Alexandrino Nogueira, o Coronel Hélio Lemos, Comandante do 10º GO 105, o Presidente do Sindicato dos Estivadores, profissionais liberais, militares da ativa e da reserva, uma sociedade unificada, harmônica, enfim, uma sociedade brasileira. Essa história de "sociedade civil" e "sociedade militar" é insinuação de luta de classes, é coisa de comunista. Pois bem, essa *Arca de Noé* tomou fôlego e se transformou num grande movimento pré-revolucionário aqui, no Ceará. Por causa dela, nenhum sindicato da orla marítima ou outras associações de classe aderiram ao anarquismo imposto por seus congêneres do Sul, e havia uma base revolucionária muito respeitável nos seus quadros. No dia 31 de março de 1964, havia muito tempo, a *Arca de Noé* já era mais que uma Revolução: era uma harmonia das idéias positivas que apoiaram todo o período revolucionário.

Depois desses enfoques que julguei oportunos nesta minha entrevista, chegou a hora de transmitir minha mensagem final a todos os brasileiros de boa vontade, à mocidade, aos homens de bem, aos políticos, aos militares, aos jornalistas, aos operários, a quem posso reafirmar: é preciso se ter, realmente, uma conscientização da Pátria, do cumprimento dos nossos deveres. Nós não podemos estar lembrando idéias importadas, a não ser para o nosso próprio beneficio. Precisamos ter aquele espírito da *Arca de Noé*, ou seja, harmonia, união. O homem, na verdade, é trepidante. Promovemos as mudanças e estamos sempre predispostos a transformações. Por isso é que o mundo evoluiu. É preciso não desrespeitar essa tendência, mas com o sentido do beneficio. Que essas transformações sejam um progresso em favor do entendimento, da tranqüilidade e da utilidade para todos. Essa tranqüilidade, essa harmonia, pode ser estabelecida através de uma exigência mínima, que vem da origem da humanidade: que todos tenham atendidas as suas necessidades. Tudo para se alcançar o fim último de cada um de nós, que é o bem-estar, a felicidade, o sucesso que cada um pode ter. E este sucesso está em podermos falar uma linguagem única, a linguagem do amor ao próximo e do respeito aos direitos, às liberdades, aos mais velhos, às crianças. A outra exigência do ser humano está ligada à primazia da sua liberdade de pensar. Aqui está a grande mensagem do futuro, acompanhada do apelo aos jovens, às crianças, aos padres, aos cristãos, aos militares, aos operários, aos estudantes, a todas as pessoas de boa vontade: viver a harmonia do amor entre as pessoas, erradicando de nosso pensamento a idéia de destruição e de terror.

Composição e diagramação	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Quantidade de páginas	*376*
Formato	*16 x 23cm*
Mancha	*29 x 43 paicas*
Tipologia	*ITC Officina Serif Book*
Papel de miolo	*Offset 75g*
Papel de capa	*Cartão Supremo 240g (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Fotolito de miolo	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Fotolito de capa	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Tiragem	*2.000 exemplares*
Término da obra	*Março de 2003*